

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, MAÇONARIA E
IGREJA ANGLICANA: ALGUMAS IMBRICAÇÕES, CONTRADIÇÕES E
PARADOXOS (1901/1970)**

**BERENICE LAGOS GUEDES
PELOTAS
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, MAÇONARIA E
IGREJA ANGLICANA: ALGUMAS IMBRICAÇÕES, CONTRADIÇÕES E
PARADOXOS (1901/1970)**

**DEFESA DE TESE
APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS,
DOUTORADO, SOB A ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR DOUTOR ELOMAR TAMBARA,
NA LINHA DE PESQUISA
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E FILOSOFIA.**

**BERENICE LAGOS GUEDES
PELOTAS
2010**

BANCA EXAMINADORA DO EXAME DE TESE:

1. Prof. Dr. Elomar Callegaro Tambara

Orientador da Tese

UFPel (Universidade Federal de Pelotas/RS)

2. Prof. Dr. Reverendo Carlos Eduardo Calvani

FATHEL (Faculdade Teológica de Campo Grande/MS)

UNIFIL (Centro Universitário Filadélfia de Londrina/PR)

3. Prof. Dr. José Fernando Schlosser

UFSM (Universidade Federal de Santa Maria RS)

4. Prof. Dr. Jandir João Zanotelli

UCPEL (Universidade Católica de Pelotas/RS)

5. Prof. Dr. Eduardo Arriada

UFPel (Universidade Federal de Pelotas/RS)

Data: Pelotas/RS, 16 de agosto de 2010

Epígrafe

Eu escrevo (re-escrevo!)
Fatos que foram Passado
E gestaram o “Agora,”
Pois o Passado é Presente...

Eu escrevo (ou procuro,
Desvendar e re-escrever)
O lado oculto dos fatos,
Escondidos, “ignorados”
Até escamoteados,
De interesses abafados
Pois não deviam “se ver”.

No “*explícito*” da História.
Só interessa conhecer
A escrita dos vencedores:
Mas não é sobre esta História,
Que me disponho a escrever!

Eu garimpo ouro puro
No *obscur*o da História,
Aquele que só se pode “*entre-ver*”...

Eu falo de homens que souberam morrer por um segredo...
Que deram suas vidas pelo ideal em que acreditavam
E sua Fé...

Eu falo de homens que queriam gestar um Futuro Ideal
Começado no Presente
E que hoje é o Passado...
E do sonho idealizado
Trazer crianças à Escola
Sem pensar em etnia
E na “antropofagia”
Do “Homo hominis lupus”...

Falo de homens que sonhavam
O “tudo” ser para “todos”...
Fraternidade que irmana,
Busca o marginalizado,
O triste, o só, o esfaimado,
Para que seja lembrado
Num mundo feito de irmãos!

Denuncio “meias-verdades”,
Abomino os preconceitos,
Pois todos têm seus direitos
À comida e Educação;
E a muito mais do que isso,
Ao carinho cidadão!...

Eu creio em Deus, Trino e Uno,
Mas talvez hoje eu descreia
Dos que chamam “religião”
O “Estado de Crisandade,”
Que sufoca a ligação
Entre Deus e a Humanidade,
E se instalou no Poder
Por medo e dominação,
Trazendo a crueldade
De riqueza e exclusão,
Baseando-se as relações
Em Domínio e Submissão...

E assim, eu sou História
E faço Educação...

Berenice Lagoa Guedes

Pelotas, junho de 2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória de meu pai, Reverendo Antonio Guedes e meu Padrinho, Reverendo Helondino Oliveira, por terem dedicado suas vidas a “servir a Deus servindo ao próximo” e me deixarem como herança o exemplo de suas vidas...

*
* *

Dedico também ao “Tio” Tenente Efreu Quintana, o Anglicano e Maçom mais antigo em atividade em Bagé (2010), tanto na Igreja Anglicana como na Maçonaria, pelos relevantes serviços prestados à educação e à juventude em geral.

*
* *

Dedico ainda a todos aqueles que trabalham pela Justiça e pela Perfeição do Caráter, desbastando a Pedra Bruta e buscando a Luz através da Liberdade de Consciência e Pensamento, crendo em Um Ser Superior e na imortalidade da alma e buscando fazer o Bem na luta contra a ignorância e a superstição.

*
* *

AGRADECIMENTO

A Deus, porque me trouxe até aqui, sustentando-me com a Sua Luz!

Ao meu Orientador, Professor Doutor Elomar Tambara, pela exigência e compreensão, paciência e confiança, competência e conhecimento e a quem outra vez proclamo “Primus inter Pares”...

Ao Professor Doutor Eduardo Arriada, pelo incentivo, orientação, empréstimo de livros, e confiança suficiente em mim para fazer-me acreditar que poderia chegar ao término deste trabalho.

Aos muito dignos membros da Banca, Professores Doutores Reverendo Carlos Eduardo Calvani, José Fernando Schlosser e Jandir João Zanotelli, cujas sugestões na Defesa de Qualificação em muito aprimoraram meu trabalho e pela paciência de ler o que foi escrito, valorizando o que escrevi e se fazendo presentes até mesmo com prejuízo de suas atividades.

Aos meus filhos, Mauren (que sempre que possível esteve ao meu lado, mesmo tendo para isto, utilizado seus períodos de férias para me acompanhar em momentos de doença, com o seu já conhecido “Mãe, não me decepciona, não desiste!”), Emanuel Antonio e Ricarda, e às minhas “filhas do coração”, Ana Paula dos Santos e Valéria Fagundes, que, com seu estímulo, carinho e cuidado, constantemente me incentivaram, cuidando de mim quando adoeci, e não deixando que eu me abatesse pelos percalços da vida neste período de Doutorado.

Ao Sereníssimo Grão Mestre, Dr. Gilberto Mussi, por apoiar esta pesquisa realizada e por-me em contato com as fontes.

Aos Maçons que me auxiliaram na construção deste trabalho, com entrevistas, fotos, livros, acesso a jornais e revistas de circulação restrita Maçônica, Documentos das Lojas e informações possíveis de ser fornecidas a quem não pertence à “Arte Real”. Seria impossível mencioná-los todos. Recebam meu abraço fraterno e meu reconhecimento.

Ao Bispo Dom Jubal Pereira Neves, Bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, na Diocese Sul-Occidental com sede em Santa Maria/RS, que me auxiliou com informações preciosas e material riquíssimo sobre Igreja Anglicana e Maçonaria, indicando-me e-mails de pessoas com as quais eu poderia contatar.

Às senhoras Nilza Peres Oliveira, Maria Heloísa Oliveira Timm e ao Sr. Marcílio Peres Oliveira, pelo material da Igreja Episcopal Anglicana e da Maçonaria (pertencentes ao arquivo particular do Rev. Helondino Oliveira) e colocados à minha disposição, pelas informações prestadas e pela cedência de fotos de seu arquivo particular de família.

Às senhoras de Bagé que entrevistei e cujos depoimentos enriqueceram este trabalho e que desejam permanecer no anonimato.

Ao Escritório Diocesano da Diocese Anglicana de Pelotas/RS, na pessoa do Senhor David Teixeira de Mattos que não mediu esforços para colocar ao meu alcance os volumes do Estandarte Cristão de 1901 a 1970 e outros Documentos Oficiais da Igreja arquivados neste local.

À Professora Rosa Maria Duval da Silva Lamego, Historiógrafa da Diocese Anglicana de Pelotas (*in memoriam*) e que colocou todo o seu acervo à minha disposição para pesquisa.

Ao Reverendo Oswaldo Kickhöefel, Historiógrafo Oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que me enviou carinhosamente suas preciosas “Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil”.

Ao Maestro João Carlos Gottinari (Diocese Anglicana de Pelotas) que colaborou com seu constante incentivo e informações a respeito da continuidade do trabalho iniciado com as crianças e jovens no passado por meio da música e que segue em continuidade, sob sua liderança competente e carinhosa até hoje (2010) com os mesmos objetivos.

A William Lagos, Tradutor Juramentado, pelo material enviado, pelas traduções de textos obtidos apenas em inglês e que foram por ele traduzidos, pelo estímulo, incentivo e auxílio.

E... Há pessoas que eu não posso deixar de mencionar e agradecer de uma forma especial: Dr. Claudiomar Barcellos, Cel. Alberto Rosa Rogrigues, Dr. Humberto Mello Dias, Reverendo Aires Paiva, Dr. Leodoro Ferreira, Dr. Edegar Quintana, Sr. Edgardo Milano, Dr. José Carlos Teixeira Giogis, Senhora Louice Rocha,...

A muitos, cujos nomes não foram mencionados (mesmo porque desejam permanecer no anonimato), mas estão guardados carinhosamente e para sempre no meu coração, com minha gratidão...

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo comprovar a ligação entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Maçonaria, principalmente no que se refere à influência conjunta que estas duas Instituições tiveram interferindo de forma marcante na História da Educação do Rio Grande do Sul, atuando em conjunto na luta pela Educação Laica e para que outras denominações religiosas pudessem adentrar no espaço educacional. Analisa-se suas imbricações, mas também contradições e paradoxos, apresentando-se a visão da Igreja Anglicana (desconhecida ou quase desconhecida no meio acadêmico) nos embates sobre a Educação, tendo como *corpus documental* fundamental o Periódico Oficial da Igreja Episcopal/Anglicana, o Estandarte Cristão, edições publicadas no período de 1901 a 1970 (ano imediatamente anterior à Lei 5692/71) e que relata, *pari passu*, todo o trabalho missionário realizado pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, trazendo ainda o seu Projeto Educacional para o sul do Brasil. Foi realizada uma leitura exaustiva e crítica do Estandarte Cristão no período em tela, realizando-se uma triangulação com entrevistas realizadas com maçons (e não maçons), análise de documentos maçônicos e de fotos do período (e até fora dele, para tornar mais claros os indícios do que se pretende provar), vistas as fotos também como documentos históricos. Utilizou-se o viés de uma pesquisa Qualitativa, cujos resultados foram analisados pela Análise de Conteúdo e Análise do Discurso, optando-se por uma ou outra quando se fez necessário, sendo os resultados apresentados de modo descritivo. Concluiu-se que a Igreja Episcopal/Anglicana teve fortes ligações com a Maçonaria (desde sua mudança de Maçonaria Operativa para Maçonaria Especulativa em Londres, 1717) e no Rio Grande do Sul, no período histórico deste trabalho, e estiveram juntas na criação e manutenção de Escolas Paroquiais da Igreja Episcopal Anglicana e de escolas públicas laicas, *mas não atéias*, batendo-se juntas por uma escola pública onde predominasse a liberdade de consciência, a liberdade religiosa, a co-educação, o acesso à educação pelas camadas populares, referendando novas metodologias de ensino, incentivando as pesquisas científicas, em um clima de inclusividade, embora algumas vezes surgindo contradições e paradoxos na práxis para a consecução destes objetivos.

Palavras-Chave: Igreja Episcopal Anglicana – Estandarte Cristão – Maçonaria.

ABSTRACT

This work aims at demonstrating the link between the Anglican Episcopal Church of Brazil and Freemasonry, especially with regard to the joint influence that these two institutions have had on the History of Education in Rio Grande do Sul, interfering markedly and acting together in the fight for secular education and for other religious denominations so that they could enter into the educational space. It is analyzed their interplay, but also their contradictions and paradoxes, presenting the point of view of the Anglican Church (unknown or almost unknown in academia) on the collisions in Education, having as essential corpus the documents of the Official Journal of the Anglican/Episcopal Church, the *Christian Banner* editions published between 1901 to 1970 (the year prior to Law 5692/71) that reports, *pari passu*, all the missionary work done by the Anglican Episcopal Church of Brazil, even bringing the Educational Project to Rio Grande do Sul. It was performed an exhaustive and critical reading of the *Christian Banner*, doing a triangulation among the interviews of Masons (and not Masons), the Masonic and Anglican documents analyzed and the photos, seen as historical documents from the period (and even the ones that are not from this period, to clarify the evidence of what is to prove). The method of qualitative research was used, and the results were analyzed by Content Analysis and Discourse Analysis, opting for either when it was required, with results being presented in a descriptive way. It was concluded that the Anglican/Episcopal Church had strong links with Freemasonry (since its reformulation from Operative Masonry to Speculative Masonry, London, 1717) in Rio Grande do Sul, during the historical period of this work, and worked together in the creation and maintenance of the Parochial Schools of the Anglican Episcopal Church and also of the secular, but not atheist, schools, fighting together for a public school where there is freedom of conscience, religious freedom, co-education, access to education for everyone, endorsing new teaching methodologies and encouraging scientific research, although sometimes contradictions and paradoxes might appear during the practice to achieve these goals.

Keywords: Anglican Episcopal Church - *Christian Banner* - Masonry.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUAS IMBRICAÇÕES COM O SOBRENATURAL / AS RELIGIÕES.....	31
1.1 EDUCAÇÃO E SOBRENATURAL / AS RELIGIÕES	31
1.2 O Estado da Cristandade.....	36
1.3 Educação e Religião no Brasil.....	40
2 MAÇONARIA.....	58
2.1 Maçonaria na Inglaterra.....	75
2.2 A Maçonaria e a Educação no Brasil.....	81
2.3 A Maçonaria, a Igreja Católica e a Educação	91
2.4 A Maçonaria e a Educação no Rio Grande do Sul	94
2.5 A Maçonaria e a Educação em Pelotas/RS.....	99
2.6 A Maçonaria e a Educação em Bagé/RS.....	100
3 IGREJA ANGLICANA.....	112
3.1 Os primórdios e o Concílio de Arles.....	112
3.2 A Igreja Anglicana e a separação definitiva da “Igreja de Roma”	115
3.3 A Igreja Anglicana no Brasil.....	125
3.4 Imbricações entre a Maçonaria e a Igreja Anglicana	129
3.5 Para entender as relações entre a Igreja Católica Romana e a Maçonaria.....	134
3.6 A Igreja Anglicana e a Preocupação com a Educação (na visão desta).....	137
3.7 O Desenvolvimento da Política Educacional da Igreja Episcopal Anglicana.....	145
3.8 Os Projetos Educacionais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.....	154

3.9 “Apontamentos e Notas” sobre História das Escolas Episcopais Anglicanas no Sul do Brasil.....	163
4. O ESTANDARTE CRISTÃO.....	187
4.1 O Estandarte Cristão – periódico oficial da Igreja Episcopal Brasileira.....	187
4.2 O Estandarte Cristão e a preocupação da Igreja Episcopal Anglicana com a Educação.....	190
4.3 O Ensino Religioso no Estandarte Cristão	202
4.4 A Educação da mulher no Estandarte Cristão.....	207
4.5 A Educação ao acesso das camadas populares no Estandarte Cristão.....	210
4.6 A Educação de Adultos no Estandarte Cristão	220
4.7 As grandes Instituições de Ensino da Igreja Episcopal Anglicana no Estandarte Cristão.....	222
4.8 Os Métodos Pedagógicos da Igreja Episcopal Anglicana no Estandarte Cristão	231
4.9 A Igreja Episcopal/Anglicana e a Maçonaria no Estandarte Cristão..	244
4.10 O Estandarte Cristão e a Igreja Católica Romana no Estandarte Cristão	270
4.11 A Igreja Episcopal Brasileira e o Estado Laico no Estandarte Cristão.	284
4.12 A Igreja Episcopal Brasileira e suas relações com outras denominações religiosas no Estandarte Cristão	333
4.13 Igreja Episcopal Brasileira como Igreja de caráter nacional no Estandarte Cristão.....	338
4.14 Considerações Finais sobre o Estandarte Cristão	341
CONCLUSÃO.....	346
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	357

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Catedral Anglicana do Redentor – Pelotas/RS.....	26
Fig. 2 – Maestro João Carlos Gottinari – trabalho voluntário.....	26
Fig. 3 – pastorais da Catedral do Redentor.....	27
Fig. 4 – Aula noturna da A.C.M.....	54
Fig. 5 – Emblema da A.C.M.....	54
Fig. 6 – Reunião Social da A.C.M.	55
Fig. 7 – Altar Mor e Torre da Catedral do Redentor.....	57
Fig. 8 – Desbastando a pedra bruta.....	63
Fig. 9 – Representação de Deus.....	63
Fig. 10 – O esquadro e o compasso envolvendo a letra G.....	64
Fig. 11 – Catedral de Cantuária.....	65
Fig. 12 – Interior da Catedral de Cantuária.....	65
Fig. 13 – Visão lateral da Catedral de Cantuária.....	66
Fig. 14 – Simbologia medieval dos templos maçônicos.....	68
Fig. 15 – Simbologismo baseado na formação judaico-cristã.....	69
Fig. 16 – Desenho da fachada e domo da Catedral de São Paulo Apóstolo.....	74
Fig. 17 - Fachada da Catedral de São Paulo Apóstolo.....	74
Fig. 18 – Interior do domo da Catedral de São Paulo Apóstolo.....	75
Fig. 19 – Pórtico da Catedral de São Paulo Apóstolo.....	75
Fig. 20 – Templo da Grande Loja de Londres.....	77
Fig. 21 – Cópia autenticada da parte inicial da Ata da Criação da Loja Sigilo	104
Fig. 22 – Cópia autenticada da parte final da Ata da Criação da Loja Sigilo	105
Fig. 23 – Dom Athalício Pithan.....	106
Fig. 24 – Goar Odyxe Duarte.....	107
Fig. 25 – A Rosa dos Ventos.....	123
Fig. 16 – A Cruz de Cantuária.....	124
Fig. 27 – Símbolo ou logotipo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.....	125
Fig. 28 – Primeira fotografia de Dom Athalício Pithan após a sagração.....	127

Fig. 29 – Dom Athalício Pithan como Venerável da Loja Sigilo nº 14.....	128
Fig. 30 – Divisão da 19ª Província da Comunhão Anglicana em dioceses..	129
Fig. 31 – Rev. Aires Paiva com paramentos maçônicos.....	131
Fig. 32 – Carteira clerical do Rev. Aires Paiva.....	131
Fig. 33 – Jovens “De Molay”	132
Fig. 34 – Jovens integrantes da Ordem das “Filhas de Jó” (Pelotas/RS).....	133
Fig. 35 – medalha entregue pela Maçonaria à aluna Alayde Lagos.....	145
Fig. 36 – Inauguração de escola Paroquial na divisa de Bagé com Dom Pedrito/RS.....	151
Fig. 37 - U.M.E. desfilando no Sete de Setembro.....	152
Fig. 38 – Foto do Rev. Guedes no Jornal Correio do Sul, 2003.....	158
Fig. 39 – Rev. Antonio Guedes com os paramentos maçônicos.....	158
Fig. 40 – Seminário Teológico da Igreja Episcopal Brasileira.....	167
Fig. 41 – Colégio Independência – Bagé/RS.....	173
Fig. 42 – Primeiro professor e primeiros alunos da Cidade dos Meninos....	178
Fig. 43 – Alunos da Cidade dos Meninos de Bagé.....	179
Fig. 44 – Reverendo Antonio Guedes dando a bênção na frente do Prédio da Escola José Gomes Filho.....	182
Fig. 45 – Vitrais da Igreja do Salvador, Rio Grande/RS.....	245

Observação: Os Anexos encontram-se em CD apensado a este trabalho.

Informa-se que os exemplares do Estandarte Cristão aqui mencionados encontram-se no Escritório Diocesano da Diocese Anglicana de Pelotas, à Rua Gonçalves Chaves, nº 665, Pelotas/RS. Outros Documentos a que se faz menção, fazem parte de Arquivos Paroquiais, Arquivos das Lojas Maçônicas citadas e em acervos particulares, gentilmente cedidos para a elaboração deste trabalho.

INTRODUÇÃO

A única e verdadeira viagem não é dirigir-se a outras plagas, mas sim ver com outros olhos.

Marcel Proust

Parece estranho propor uma Tese de Doutorado utilizando um tema tão controverso e polêmico como “História da Educação no Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: algumas imbricações, contradições e paradoxos” (1901/1970). Maçonaria de *per se* já é um tema polêmico, uma vez que muitas afirmações e informações sobre a Ordem são repassadas apenas para seus integrantes, o que certamente dificulta uma pesquisa científica, surgindo aqui já fatos limitantes e desafiadores. Em primeiro lugar, Maçonaria é “lugar de homens” e a Tese é proposta por uma mulher. E alguns conceitos maçônicos necessariamente terão de ser “desvelados”, como, por exemplo, os integrantes de seus quadros devem ser “homens livres e de bons costumes”. O que é “ser homem livre” dentro da Visão Maçônica? E a que se refere a Maçonaria quando fala em homens livres e de “bons costumes?” Sabe-se que estes conceitos são dinâmicos e o senso comum têm a Ordem como *Conservadora*. Impõe-se a pergunta: a Maçonaria é ou não, uma Instituição Conservadora? Se for uma Instituição Conservadora, como se mantém até o século XXI?

Outro desafio para a Tese: Igreja Anglicana. A Igreja Anglicana é vista pelo senso comum, ainda hoje, como sendo uma “Igreja Inglesa” ou, no mínimo, “uma Igreja ligada à Inglaterra” ou aos “Estados Unidos da América do Norte”, tendo Henrique VIII como “seu fundador”, inclusive aparecendo assim nos Livros didáticos de História Geral, revistas e outros. O termo que a designa hoje no Brasil é IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. Encontra-se a

necessidade, então, de conceituarem-se os dois termos: primeiro, o que vem a ser EPISCOPAL? Segundo, o que é uma IGREJA ANGLICANA?

Tais questionamentos serão abordados com maior profundidade no capítulo que trata da Igreja Anglicana. Adianta-se que a Igreja recebeu o nome de EPISCOPAL porque sua maior autoridade é o Bispo (*Episcopus*), não possuindo as figuras de Cardeal ou Papa; e que a denominação ANGLICANA não significa subordinação à Igreja da Inglaterra, mas apenas a herança litúrgica recebida desta, bem como outros legados, como o ethos anglicano (inclusividade na diversidade) e a cooperação litúrgica e prática entre as chamadas Províncias da Comunhão Anglicana.

Afirma-se ainda que há *algumas imbricações entre a História da Educação, a Maçonaria e a Igreja Anglicana*. De onde vêm estas possíveis imbricações? Onde estão? Essas afirmações baseiam-se no fato de que a Maçonaria Especulativa nasceu dentro de uma Igreja Anglicana, a Igreja de São Paulo Apóstolo, em Londres, onde quatro Lojas fundiram-se na Grande Loja da Inglaterra, tendo entre seus obreiros um grande número de Reverendos e Bispos anglicanos até a presente data (2010), como será visto no desenvolvimento deste trabalho.

As imbricações podem ser constatadas pelos rituais da Igreja Episcopal Anglicana, bem como pelo grande número de símbolos maçônicos encontrados dentro dos templos da Igreja Anglicana. Há semelhanças entre orações da liturgia anglicana e partes do Rito Escocês Antigo e Aceito (principalmente), como a leitura de Salmos, especificamente o Salmo 133 e o Prólogo do Evangelho de São João; as figuras do “Primeiro e Segundo Vigilantes”, na Maçonaria, que correspondem ao “Primeiro e Segundo Guardiães” na Igreja Anglicana, segundo entrevistas realizadas. Também há semelhanças no modo de conceber a educação, o que se verifica no grande número de escolas paroquiais fundadas pela Igreja Anglicana, com o auxílio da Maçonaria (e outras fundadas e mantidas por esta) e na defesa de ambas pela garantia de liberdade de consciência e pensamento nas escolas públicas, isto é, educação laica e ainda a ênfase à co-educação.

A confirmação dessas afirmações será apresentada ao longo desta tese e comprovada por meio de documentos e fotografias.

Por este olhar inicia-se a investigação afirmando-se que ***há fortes indícios de imbricações entre Igreja Anglicana e Maçonaria, sendo o primeiro deles o fato de a reorganização da Maçonaria Operativa em Maçonaria Especulativa (Moderna) ter-se dado dentro de uma Igreja Anglicana***, e, embora também se afirme que há *contradições e paradoxos*, um ponto é incontestavelmente comum: **a forte influência que exerceram juntas (Maçonaria e Igreja Anglicana) para a laicização do ensino no Brasil, notadamente no foco desta Tese: a História da Educação no Rio Grande do Sul do século XX.**

O local da pesquisa de campo desta Tese cinge-se aos Municípios de Pelotas, Bagé e, de modo menos aprofundado, pelas cidades próximas destas, Pinheiro Machado e Jaguarão (Rio Grande do Sul/Brasil), estas duas últimas em virtude da influência sofrida por elas pelas paróquias da Igreja Anglicana de Bagé e de Pelotas, durante o século XX, possibilitando, para que se possa melhor contextualizar a pesquisa, apresentar de passagem a abrangência do trabalho conjunto da IGREJA ANGLICANA com a MAÇONARIA no Rio Grande do Sul em geral, no que se refere ao apoio e criações de escolas e Faculdades, através de citações que fazem menção ou à Maçonaria ou à Igreja Anglicana, ou a ambas, no Estandarte Cristão e em outras fontes, o que possibilita um indício para a generalização da Tese, mencionando-se ainda, *an passant*, a cidade de Porto Alegre/RS.

Com esta pesquisa e o seu correspondente Referencial Teórico e uma Análise Crítica Histórica e Sociológica, pensa-se ter o aporte suficiente para embasar a Tese, cujo fulcro é a afirmação de que:

*A MAÇONARIA E A IGREJA ANGLICANA possuem fortes imbricações e, unidas, labutaram pela educação laica no Brasil do século XX, não como uma forma de incentivar o ateísmo (como muitas vezes a Maçonaria é **acusada**), mas sim, de possibilitarem o ingresso de outras denominações religiosas no campo da educação, por uma questão de justiça e respeito à liberdade religiosa, havendo entre elas também contradições e divergências, comuns a todas as instituições humanas, mas realizando um trabalho conjunto que influenciou a História da Educação no Rio Grande do Sul do século XX (1901/1970), com*

ênfase na liberdade de pensamento e consciência e em torno dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Como teses subsidiárias e para ratificar este trabalho, afirma-se que ambas as Instituições (Maçonaria e Igreja Anglicana) incentivaram a co-educação e trabalharam para o acesso à Educação das camadas populares, bem como de não-católicos em geral (entre eles os filhos de maçons e os de espíritas kardecistas).

Outro aspecto, subsidiário, que demonstra a relevância da Tese, é registrar-se o que ainda não possui um registro formal, recuperando-se um aspecto importante para a História da Educação Regional: o incentivo que, juntas, a Maçonaria e a Igreja Anglicana, deram ao ensino laico, mas não ateu; ao processo lento que possibilitou que outras denominações religiosas adentrassem nas escolas, como já foi mencionado; e criando, mantendo e auxiliando escolas para as camadas populares e propugnando a co-educação.

Tendo como objetivo a ratificação destas afirmações, provar-se-á a Tese por meio de Pesquisa Bibliográfica e Documental, por meio de livros, revistas e periódicos, tanto da Igreja Anglicana quanto da Maçonaria. Utilizar-se-á como *corpus documental* basilar o periódico “Estandarte Cristão”, embora se utilize outras fontes, como Boletins Diocesanos, documentos comprobatórios de solenidades escolares, fontes iconográficas, fotografias, no que se refere ao Anglicanismo. No que se refere à Maçonaria, será utilizado o periódico “O Vigilante” (revista bimensal da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul e de circulação restrita) e outros, atas de reuniões de Lojas Maçônicas, Menções Honrosas distribuídas por estas aos alunos das escolas, apresentando-se a relação dos nomes dos Reverendos Anglicanos ligados à Maçonaria e à Educação nestes quatro Municípios, sua atuação e relevância em relação à Educação, relação dos Bispos Anglicanos Maçons, inclusive o que foi Grão Mestre da Maçonaria no Rio Grande do Sul, participação de alunos, professores e Reverendos em Sessões abertas da Maçonaria e Escolas, e documentos vários que se encontram nos Arquivos da Igreja Anglicana e da Maçonaria.

Como **indicadores da afirmação que se faz na Tese** tem-se as informações de que: a Maçonaria Moderna começou sua atuação dentro dos

Templos Anglicanos da Inglaterra, como já foi citado, e que, no Rio Grande do Sul, sabe-se e tem-se como provar que, ao menos, uma Loja em Bagé funcionou dentro do Salão Paroquial da Igreja Episcopal Anglicana, até que obtivesse local próprio para suas reuniões; havia (e há) um número significativo de Reverendos e Bispos Anglicanos Maçons, inclusive muitos deles ocupando diversos postos importantes dentro das Potências Maçônicas; que há muitas semelhanças entre o ETHOS ANGLICANO e os ideais Maçônicos, de Liberdade de Consciência, Igualdade entre as pessoas de todas as camadas sociais e Fraternidade (espírito de Irmandade) entre todos os seus membros, procurando a expansão destes ideais, e baseando-se na crença em um Único Deus (Ser Superior e Criador de todas as coisas), na imortalidade da alma e na Liberdade como pressuposto à Responsabilidade, sendo a retidão de vida, a meditação (“oração” – na linguagem Anglicana), a ética, a prática das boas obras, uma decorrência dessa crença. Buscam o aperfeiçoamento interior das pessoas, considerando os seres humanos “como um Templo” desse Ser Supremo.

Esta, desde os tempos da sua sistematização, na Inglaterra, vem mantendo Escolas e Universidades e assim tem sido nos países onde se instituiu como o Canadá, Austrália, Estados Unidos e em todas as Províncias que formam a Grande Comunhão Anglicana, com caráter nacional e sem subordinação a qualquer autoridade estrangeira. A Educação laica (no sentido da não-obrigatoriedade de catequese) é uma bandeira da Maçonaria, que se bate contra o analfabetismo e a ignorância, combatendo as superstições e pregando a co-educação, de onde se fundamenta seu apoio à criação de Escolas não Católico-Romanas, e uma educação não diferenciada entre as camadas sociais, propugnando que “todos [...] são livres e iguais em dignidade e direitos” (Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem – ONU – 1948, de inspiração e iniciativa maçônica” (GOMES, 2004, p. 34).

A Igreja Anglicana e a Maçonaria, durante o Século XX, principalmente até a década de 1970, ocuparam-se sobremaneira com a Educação no Rio Grande do Sul, e de modo particular nos Municípios/referência desta Tese, embora muitos fatos estejam ocultos (ou tenham sido ocultados propositalmente), tanto pela índole do trabalho Maçônico quanto pelo desinteresse do Poder Dominante (ligado à Igreja Católica Romana, tanto em Bagé como em Pelotas, bem como nas cidades próximas de Jaguarão e

Pinheiro Machado) e para o qual não havia interesse em divulgar esta intensa participação em âmbito educacional ou Regional. Entretanto, ***pode-se notar símbolos maçônicos, tanto em Igrejas Anglicanas quanto nas Escolas desta, de modo mais ou menos discreto, conforme o caso, e que, para os mais desavisados, podem passar despercebidos.***

Procurou-se analisar os dados de forma descritiva, não se omitindo de uma leitura crítica dos “achados”, enveredando muitas vezes por aspectos polêmicos e controversos, que, sendo embasados em autores considerados “autoridades” no assunto, poderão apresentar afirmações contraditórias entre si, conforme a posição que adotam. Tais contradições permitem o dinamismo da dialética e dos confrontos, cabendo à autora da Tese o diálogo com esses mesmos autores, permitindo-se a ousadia do direito de concordar ou discordar, defendendo seu ponto de vista com argumentos e indícios de provas consideradas contundentes, ou que, pelo menos, indiquem um conhecimento do “estado da arte” no assunto em questão, o que lhe confere alguma autoridade também para concordar ou divergir deste ou daquele autor. O importante é permitir que falem todos os atores possíveis, com seus argumentos “prós” e “contra”, podendo a autora defender sua Tese após a análise das várias posições em pauta sobre o assunto, e posicionar-se uma vez que possa provar e argumentar com conhecimento de causa e embasada em autores considerados “clássicos” no assunto o seu ponto de vista.

Como este trabalho se caracteriza por utilizar pesquisa de cunho qualitativo, descritiva, os dados encontrados são analisados por aproximação (sem o caráter, *a priori*, de generalização, estendendo-se a esta quando, pelos achados, houver pertinência pela recorrência de dados encontrados) e estes vistos pelo viés da análise do discurso; também não se descartou a possibilidade de apresentar e inserir aspectos de análise de uma pesquisa quanti-qualitativa, uma vez que se encontraram recorrências, embora os dados quantitativos não tenham a intenção de mensurar os achados, mas corroborar com eles, tendo-se em vista a peculiaridade, as controvérsias do senso comum, os preconceitos e as dificuldades do tema.

Como metodologia, além da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas com 20 (vinte) Maçons de Pelotas, tanto da Grande Loja como do Grande Oriente, o mesmo ocorrendo com Maçons da cidade de Bagé/RS. A

participação destes nesta investigação contou com sua anuência expressa no sentido de serem entrevistados, e de serem identificados ou não. Também foram realizados contatos por *e-mails* com maçons de dentro e fora da cidade (Pelotas/RS) e do Brasil que nos honraram com sua generosa participação, inclusive enviando opúsculos, periódicos de circulação restrita à Maçonaria e trabalhos apresentados em Loja sobre assuntos pertinentes ao tema da tese, ligados ou não à área da educação. Ressalva-se que, conforme as necessidades encontradas, realizou-se outras entrevistas com pessoas/fonte ligadas às Escolas, Igrejas e Lojas Maçônicas, o que é permitido dentro de uma pesquisa de cunho Qualitativo. Estas foram realizadas no ano de 2009, embora a partir de julho de 2007 já se tenham iniciado para ver se dariam conta das exigências de comprovação da Tese.

Realizou-se uma leitura crítica exaustiva do *Estandarte Cristão, periódico de Registro Oficial da Igreja Episcopal do Brasil de 1901 a 1970* e outros documentos oficiais da Igreja, conforme serão demonstrados em capítulo próprio.

Quanto às entrevistas, optou-se pelas semi-estruturadas, para triangulação dos dados. Segundo Alves-Mazotti (2001), “por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente apenas através de questionários”. Nas entrevistas qualitativas semi-estruturadas, o entrevistador faz perguntas específicas, mas deixa também que o entrevistado responda com seus próprios termos. O investigador está interessado em “compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana” (ALVES-MAZOTTI, 2001, p. 168). Também foi utilizada a observação e a análise das pessoas-fonte, pois esta parte do princípio de que o pesquisador possui um grau de interação com a situação estudada. As entrevistas visaram a aprofundar as questões e esclarecer os possíveis problemas observados, sendo enfatizado o princípio da interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado.

Utilizou-se o método qualitativo por se considerar o mais adequado para o tipo de objeto em estudo também porque: “os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas

origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 2000, p. 63), pela análise do conteúdo ou do discurso, conforme os dados se apresentaram.

Além das 40 entrevistas semi-estruturadas, realizou-se entrevistas com um Bispo Maçom, Anglicano, da cidade de Santa Maria, Dom Jubal Pereira Neves (com vários trabalhos publicados sobre a Maçonaria e a Igreja Anglicana); com um Desembargador Aposentado, residente na cidade de Porto Alegre e que ocupa um alto cargo na Maçonaria atualmente, Dr. Edegar da Silva Quintana, profundo conhecedor da História da Maçonaria (com trabalhos publicados em vários Periódicos Maçônicos) e da História da Igreja Anglicana; com o cel. Alberto Rosa Rodrigues (autor de vários livros e trabalhos publicados sobre a Maçonaria) e com o Rev Aires Paiva, também profundo conhecedor de ambas as Instituições, embora estes dois já estejam entre os vinte maçons pelotenses entrevistados, perfazendo um total de 42 entrevistas.

Desde o mês de julho de 2007, janeiro, fevereiro e julho de 2008 e janeiro, fevereiro e março de 2009, foram realizadas entrevistas com Reverendos Anglicanos Maçons, com maçons de diversas denominações religiosas e Espíritas Kardecistas, por escolha aleatória, apresentando-se o tema de tese e solicitando a entrevista. Estas se deram com a anuência expressa dos entrevistados, alguns pedindo sigilo quanto a suas identidades e outros não. A diversidade de categorias das pessoas-fonte ocorreu pela complexidade do tema e baseada na concordância de os maçons em ser entrevistados, e pensa-se ter obtido uma representatividade significativa na amostra. No final de 2009 obteve-se mais uma entrevista com um maçom que ocupa alto cargo na Doutrina Espirita Kardecista. As respostas não diferiram em seu conteúdo e forma, apenas ratificaram as relações de amizade fraterna desta Doutrina com os Anglicanos “onde sempre foram bem acolhidos”.

Foram realizadas dez das entrevistas com mulheres e uma com um senhor não-maçom, pois sentiu-se a necessidade das mesmas para aprimorar o trabalho, num total de 54 entrevistas. A análise e interpretação dos dados da pesquisa deu-se também de forma qualitativa e seus resultados estão apresentados de forma descritiva, buscando-se a construção do conhecimento científico do objeto de estudo, sem que, em momento algum, haja a pretensão de esgotar o tema, mas sim, analisá-lo e interpretá-lo à luz do embasamento

teórico obtido na pesquisa bibliográfica e documental realizada antes da pesquisa de campo.

Os dados qualitativos, obtidos através de entrevistas, forneceram subsídios dentro dos limites da dimensão contemporânea, uma vez que “se baseiam em depoimentos gravados de atores sociais que recorrem à sua experiência e memória para recompor fatos acontecidos no âmbito de sua temporalidade” (HAGUETTE, 2000, p. 63).

Os relatos permitiram reconstruir as experiências mais significativas que aconteceram no passado e que os sujeitos mantêm para serem recordadas. Nesta redescoberta de sentimentos e identidades emergem determinados símbolos, representações que são a expressão do sujeito que fala, o que permite inferir como se refletem no sujeito “concepções, ações e, portanto, ‘realidades’” (RANGEL, 1998, p. 116), onde “o pesquisador trabalha para poder (re)construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo” (ABRAHÃO, 2003, p. 79).

Sabe-se ainda que, utilizando-se a **memória como metodologia**, esta se dá dentro de um contexto socialmente construído, onde estão presentes a emoção e as subjetividades – o que não permite generalizações, mas sim compreender o fenômeno em estudo, o que poderá até “permitir uma generalização analítica” (ABRAHÃO, 2003, p. 79), embora e principalmente sabendo-se que se tenta “capturar o fato sabendo-o *reconstruído* [grifo apostro] por uma memória seletiva, intencional ou não” (ABRAHÃO, 2003, p. 79). Entretanto se tem o Estandarte Cristão como prova material do que se estava buscando comprovar, embora também se saiba que o que é escrito pode, nem sempre, representar a verdade, mas pelos fortes indícios, ratificados em outros periódicos, fotografias e documentos, puderam aproximar a pesquisadora o mais perto possível do que se queria comprovar.

Consciente do caráter parcial da verdade procurou-se trazer à tona informações que foram analisadas conforme o que foi documentado das mais diversas formas (Atas, jornais, opúsculos, fotografias, enfim, todas as fontes escritas e pictóricas, além de símbolos), sabendo ser impossível exprimir o real em toda a sua diversa complexidade, pela dificuldade do tema abordado.

Na utilização da fotografia como fonte de pesquisa, tomou-se por base o artigo de Mauad (2000), que considera a imagem fotográfica uma fonte

histórica, que pode ser dividida em: *fotografia como documento* – que considera a foto como a materialidade do passado e a *fotografia como monumento* – símbolo do passado que foi perpetuado para o futuro.

Ainda as imagens e fotografias que foram usadas no corpo desta pesquisa e nos Anexos, além de mera função ilustrativa, a partir das leituras trazidas pelo texto, têm a finalidade de mostrar fortes indícios de um aspecto de verdade das afirmações e mesmo comprovação de dados que se tornaram evidentes.

Decidiu-se também pela pesquisa de caráter etnográfico, pois, segundo Lüdke e André (1996), esta “é um conjunto de técnicas utilizadas para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas, linguagens, comportamentos e significados de um grupo social...” No caso em análise, pensa-se que, em vez de “grupo social” se esteve trabalhando com Instituições, que, apesar de ritos diferentes, mantém cada uma uma unidade em seus princípios e postulados.

Embora em uma contextualização de Rio Grande do Sul, este Trabalho foca-se especialmente nas cidades de Pelotas, Bagé, Pinheiro Machado e Jaguarão como fortes indícios do que se afirma (poder-se-ia ter aprofundado em outros Municípios, mas isso deixaria esta Investigação por demasiado longa). Priorizou-se estas cidades pelas características semelhantes: em grande parte do Período estudado, a Igreja Episcopal Anglicana nas cidades de Pelotas, Bagé, Pinheiro Machado e Jaguarão foi dirigida por Reverendos Mestres Maçons; a Igreja Episcopal Anglicana e a Maçonaria mantiveram fortes imbricações, tanto na participação dos Reverendos na Maçonaria (como Mestres ativos e Veneráveis Mestres e até mesmo assumindo outros cargos mais elevados dentro destas), como no auxílio prestrado por esta às Escolas Dominicais e Paroquiais criadas e mantidas pela Igreja; seus Párocos destacaram-se de forma marcante na Educação destes Municípios, ocupando inclusive cargos públicos relacionados com a Educação e a Ação Social; estes Párocos participaram de forma efetiva nos Movimentos ecumênicos surgidos após o Concílio Vaticano II; mantiveram sempre uma atitude de respeito com as outras Igrejas Protestantes e com o Espiritismo Kardecista; conforme o Estandarte Cristão, ficaram lembrados como grande oradores e homens de Fé e tiveram uma linha de conduta semelhante.

Sabe-se que a realidade Centro-Norte-Nordeste do Brasil é um pouco diferente, pois o trabalho da Igreja Episcopal Anglicana começou no sul do Brasil; por isso, deixa-se a pesquisa relativa à atuação dessa Igreja na Educação do restante do país para análises posteriores.

O que move uma pesquisadora e enveredar por caminhos tão tortuosos para elaborar uma Tese de Doutorado? O desafio. Em uma cidade como Bagé, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 era comum o deparar-se com uma série de opiniões antagônicas sobre Maçonaria e Igreja Anglicana, com preconceitos e superstições muito arraigadas em relação às duas Instituições. Até mesmo isto se verificou com situações de agressividade verbal e violência. Surgiu daí, destas divergentes opiniões e diferentes olhares, na visão de uma jovem o desejo de, um dia, estudar a fundo e “desvendar” o que havia por trás de tal diversidade de opiniões. E é o que se faz agora, com uma visão crítica e realista e, por que não, de uma forma dialética, procurando a pesquisadora ***manter um distanciamento necessário do objeto da pesquisa.***

Embora as buscas pelas provas para confirmar a Tese sejam um todo único e indissociável, para tornar-se mais didático este trabalho, o mesmo será apresentado sob os seguintes capítulos, após a **INTRODUÇÃO**:

I. UM OLHAR SOBRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUAS IMBRICAÇÕES COM O SOBRENATURAL / AS RELIGIÕES

II. MAÇONARIA

III. IGREJA ANGLICANA

IV. O ESTANDARTE CRISTÃO

CONCLUSÃO

Com estes temas e o seu correspondente Referencial Teórico, mais as entrevistas realizadas, as fotos e análise documental tanto sobre Igreja Episcopal Anglicana quanto da Maçonaria, tecendo-se uma Análise Crítica, Histórica e Sociológica das entrevistas e documentos pesquisados, pensa-se ter o aporte suficiente para embasar a Tese.

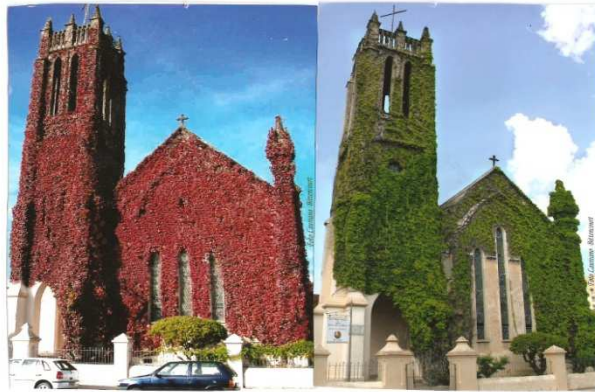


Fig. 1 – Catedral Anglicana do Redentor, Pelotas/RS (2008), em estilo gótico, revestida por uma videira selvagem (fotos da Catedral e de seu aspecto que varia conforme as estações do ano. No caso, Outono e Primavera). Nela funcionou um curso de alfabetização para adultos e estão em andamento várias Oficinas de trabalhos manuais, e diversas pastorais: pintura, bordado, crochê, tricô, aproveitamento de sucatas, música: canto, violão, violino, teclado, flauta, instrumentos brasileiros e afro-brasileiros de percussão; pastoral de gestantes; pastoral da melhor idade; oficinas de arranjos florais e creche em dois turnos. Estes cursos são gratuitos.



Fig. 2 – Maestro João Carlos Gottinari (trabalho voluntário) com alguns de seus alunos de violino e a “madrinha” do Grupo, Senhora Pianista Joaquina Porto (2009).



Fig. 3 – Aspectos das diversas pastorais já mencionadas e que estão em funcionamento ainda hoje na Catedral do Redentor (2010), que demonstram que o trabalho em prol da educação e da evangelização não terminou em 1970, mas modernizou-se para atender as novas normas legais e novas Políticas Públicas da Educação. Os que não sabem ler, ou são encaminhados às escolas e cursos supletivos ou, lá mesmo, tem oportunidade de se alfabetizarem.

Segundo Tambara (2000, p. 83):

Temos que reconhecer que nossos temas [...] emergem com significação e representam uma efetiva contribuição ao conhecimento histórico, particularmente da História da Educação. Assim, temas como, a alegria, a dor, o sonho [...] o gênero, a morte [...] a linguagem, os gestos, a fala, o silêncio, a leitura, a raiva, a ansiedade, a doença, etc., são abordados sob pontos de vista os mais díspares e sob enfoques os mais heterogêneos.

Tambara enfatiza, entretanto, que esses novos temas não devem ser desvinculados da realidade contextual em que se dão, nem apenas se caracterizarem como “confirmações” da realidade e sem um comprometimento político. “O que é preciso saber, **é o que a História da Educação tem a contribuir em relação a um mundo baseado em estruturas permeadas por**

injustiças e como este pode ser transformado” (TAMBARA, 2000, p. 85). (Grifo apostro)

Este comprometimento político subjaz à análise e interpretação dos “achados”, através da metodologia utilizada e das várias fontes onde os dados foram garimpados, o que tornou possível (re)construir uma época conturbada para a Educação no Rio Grande do Sul e analisar de forma crítica as várias influências que esta sofreu e o porque do interesse pela educação tanto pela Igreja Anglicana como pela Maçonaria e Igreja Católica.

Entretanto é necessário que se tenha em mente que a História nada mais é do que “um processo de reconstrução e valoração provisórias que decorrem de um processo de investigação sempre composto de fragmentos” (TAMBARA, 2000, p. 85), na união das peças de um grande quebra-cabeças, e que este, após montado, pode ficar sujeito a outras leituras, pois o tema aqui analisado ainda é controverso e de difícil acesso.

É claro que visões heterogêneas fizeram parte do imaginário social, dicotomizando e radicalizando posições. Os sujeitos vivem impregnados em um imaginário que se manifesta através de símbolos, palavras, literatura, poesias, músicas, iconografia. E a Maçonaria vive de símbolos que permeiam o imaginário social, vindo mesmo de épocas remotas. O imaginário transparece no dissenso vivencial de cada um. “Todo indivíduo submete-se a um imaginário preexistente. Todo sujeito é um inseminador de imaginários” (SILVA, 2003, p. 9). Pode-se dizer que o imaginário é uma rede onde se tecem as teias da vida, com sensações que são compartilhadas, mas não necessariamente formando blocos homogêneos.

Segundo Silva (2003, p. 12), “sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar estar no mundo”. É o imaginário a força que impulsiona os indivíduos e os grupos, sendo que o “imaginário social instala-se por contágios [...] A construção do imaginário individual se dá por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (re-elaboração do outro para si)” (SILVA, 2003, p. 13).

Percebe-se que o imaginário social, entretanto, pode ser *induzido*, para que os sujeitos de uma mesma sociedade compartilhem valores agregantes, criando laços sociais e, segundo Foucault (1977), é um mecanismo de práticas de sujeição dos indivíduos (por meio dele, do imaginário social), possibilitando

controle social, moldagem, sem o uso da força física. Introjetado o imaginário social, de forma induzida, este cria comportamentos condicionados; é a visão do *habitus* de Bourdieu, sendo construção social intencional e “normalizadora” de uma sociedade, pelas características identidárias que evoca.

Sobre os estudos ancorados nas novas abordagens historiográficas, Tambara (2000, p. 84) alerta:

O que me pacere fundamental é estar atento à existência de uma preocupação constante no sentido de evitar-se uma efetiva atomização do real, a perda de referência à totalidade, e a imersão em temas inócuos e politicamente desmobilizantes. [...] Estes objetos de pesquisa precisam, necessariamente, ser submetidos a análises que os insiram em investigações de séries de longo curso. [...] Entretanto, não é questão de produzir História da Educação como um amontoado de fatos. Mas, há necessidade de resgatar a base empírica de nossas investigações.

Pesavento (2003) enfatiza que essas novas abordagens em História da Educação pautadas sobre um firme rigor metodológico possibilitam uma renovação nos campos da pesquisa histórica, aumentando os temas e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novos objetos e fontes.

Neste trabalho, no que se refere a depoimentos, não se pretendeu chegar a generalizações; mesmo porque se sabe que **a memória é “uma” forma de apresentar “uma verdade”**, com significações e ressignificações, permitindo-se o sujeito lembrar aquilo com que pode conviver e sabendo-se que pode omitir o que lhe parece insignificante ou insuportável, envolvendo processos conscientes e inconscientes. Entretanto, em uma abordagem qualitativa, interessa saber “como” e “por que” uma pessoa significa alguma coisa como verdade, não havendo uma fronteira nítida entre o real e o ficcional. E aqui se obteve dados que foram ratificados pelos documentos escritos.

Concluindo-se, pode-se dizer que o que se pretendeu aqui foi **apresentar o olhar próprio da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil** – muito pouco conhecido e menos ainda divulgado no meio acadêmico – e como os Bispos e os Reverendos anglicanos **viam e realizaram a ligação entre a Maçonaria e a Educação no período de 1901 a 1970**, em uma análise crítica. O que se quis, enfatiza-se mais uma vez, foi fazer **emergir o olhar anglicano sobre estas Instituições – e sua influência e participação nelas.**

Enfatiza-se, embora já mencionado, que a matriz principal para análise foi a **matriz anglicana**, sem desviar-se a atenção do *tripé Educação, Igreja Anglicana e Maçonaria*. Em momento algum se pretendeu fazer a apologia da Igreja Anglicana ou da Maçonaria, tanto que se apresenta imbricações, contradições e paradoxos. Apenas se procurou **ver, pelo viés da Igreja Anglicana, a Educação e a importância desta na época da periodicização citada, bem como seu contexto histórico, político, religioso e sociológico** – o que não impediu o processo de análise crítica e dialética dessas Instituições – e até mesmo a presença do contraditório.

1 UM OLHAR SOBRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUAS IMBRICAÇÕES COM O SOBRENATURAL / AS RELIGIÕES

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sobre as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx

1.1 Educação e sobrenatural/religiões

Este capítulo se propõe a abordar um tema amplo, relacionando História da Educação, o Sobrenatural e as Religiões, não de uma forma exaustiva, mas sim de uma forma que permita contextualizar o tema desta Tese, que se baseia nas imbricações, paradoxos e contradições entre *História da Educação, Igreja Anglicana e Maçonaria*. Necessita-se, portanto revisitar a influência que o Sobrenatural e as Religiões tiveram sobre a História da Educação e também a influência do oculto, do hermetismo (representado aqui pela Maçonaria, suas práticas e seus ideais), uma vez que tanto as *Religiões Históricas* como a Maçonaria são instituições que afetaram a História da Educação Regional, Nacional e Mundial. Deram-se estas por meio das relações de poder, que se instauraram entre a Educação e as Instituições Religiosas, ou seja, *relações* que propiciaram a presença de dominantes e dominados. WEBER analisando as três formas de dominação *legítimas*, vê o *Carisma do líder*, como uma delas (WEBER,1984).

Também se verifica a ingerência destas instituições como formas de inculcação ideológica, vindo a fazer parte do *habitus*, conforme o entendimento de Pierre Bourdieu.

Segundo Gadotti (2001), o ensinar é a prática mais antiga do ser inteligente. No momento em que os humanos tornaram-se capazes de dominar o fogo, inventar a roda, a alavanca, registrar sua história nas pinturas rupestres, criar armas rudimentares e instrumentos para arar o solo, foi-se tornando uma prática informal, mas habitual, ensinar o que sabiam às novas gerações. Aos poucos a força bruta foi sendo substituída pela *força do conhecimento*: quem detinha mais conhecimentos, *detinha poder*. E, havendo poder, instaura-se a relação *dominantes/dominados*.

Os humanos, em eras primitivas, não sabiam explicar determinadas coisas, como as causas dos fenômenos naturais, a vida e a morte, a doença e a saúde; estas e outras lhes eram desconhecidas. Então surgiu a crença no *sobrenatural*.

Os deuses criados eram antropomórficos, para alguns; para outros, o sol era deus, ou a água, as montanhas, enfim, até mesmo os quatro elementos, ar, água, terra e fogo eram seus deuses. O povo judeu foi o primeiro a possuir uma religião monoteísta, embora o faraó Akhenaton, no Egito, tenha tentado muitos anos antes, inutilmente, impor uma religião monoteísta, com a adoração a um único deus, que seria o deus *Aton* cuja maior expressão seria o Sol (JAQC, 2004).

Com os deuses, surgiram seus sacerdotes – ou, segundo outros pensadores, os sacerdotes criaram os deuses para assim, insuflando o temor aos deuses no povo, poderem dominá-lo, uma vez que apenas eles (os sacerdotes) poderiam entrar em contato com os deuses para acalmá-los ou levar-lhes as petições do povo. *Os sacerdotes detinham poder*. Com o avanço das civilizações, o poder dos sacerdotes, envolto em *conhecimentos* que eram alheios aos *mortais comuns*, transformaram-nos em autoridades às quais não se deveria desobedecer. Caso isto acontecesse, *a vingança dos deuses seria terrível, não só contra o transgressor como poderia atingir todo o clã ou tribo*.

Com o passar dos tempos, o culto ao sobrenatural instituiu-se entre os povos da antiguidade, adquirindo ritos e rituais, conforme as várias etnias e culturas em formação. A educação informal e necessária à sobrevivência

submete-se a estes como parte de um processo cultural e organizacional dos aglomerados humanos, sendo os *sacerdotes* aqueles dotados de fazer a ligação ou a intercessão entre os deuses e a espécie humana, interpretando sua vontade. Em uma longa trajetória humana, os indivíduos se sujeitam ao poder dos sacerdotes ao mesmo tempo em que se estruturam as seitas e religiões.

O termo *religião* é abrangente; em português, *religião* vem do latim *religare*, que significa (re)ligar, (re)unir. Entende-se, portanto, como *religião*, uma ou muitas autoridades sobrenaturais exercendo domínio sobre os humanos, obrigando-os a fazer determinadas coisas e a evitar outras, intermediadas estas proibições ou obrigações pelos sacerdotes, sacerdotisas, profetas, profetisas, pajés e feiticeiros, que, ditando regras, assumem uma situação intermediária entre o sobrenatural e o mundo físico, obtendo com isso poder, aos quais os aglomerados humanos ficariam sujeitos.

O poder é inerente às religiões, subsumindo-se nestas, e estando presente em todas as relações humanas. O poder sugere a capacidade de imposição da vontade de alguém ou de um grupo sobre outros, que lhes devem obediência, sob pena de sofrerem sanções. Entretanto, não se aprofundará esse assunto, pois apenas é conveniente para o presente trabalho abordá-lo para apresentar as imbricações entre História da Educação, educação e religião, demonstrando também que o *poder é intrínseco às religiões* e estabelece relações, até hoje, de dominação (BOURDIEU, 1999).

Na Idade Média, com o *Estado de Cristandade em que se transformou o Cristianismo ainda Indiviso, a Igreja Católica, que obedecia ao Bispo de Roma (ou Papa), tomou a si a educação dos nobres*, decidindo o que deveria ser conhecido e o que deveria ser ocultado. As bibliotecas dos mosteiros medievais eram o repositório da cultura e dos manuscritos, reproduzidos pacientemente pelos monges copistas e suas famosas iluminuras. A filosofia grega clássica foi censurada, por ser fruto de pensamentos não-cristãos, permeados pela vivência de um *múnus* influenciado por deuses antropomórficos, contrários, consequentemente, à doutrina cristã que surgiria bem depois da grega. O cânon bíblico já se havia organizado, sendo que a Igreja **dizia** o que deveria ser parte da *Bíblia* e o que não deveria ou era (como os tão comentados Evangelhos Perdidos nos dias de hoje/2010). Vê-se clara aqui a autoridade que era conferida à Igreja ainda Indivisa, e que esta, sob alegações variadas, impunha-

se como fonte de poder através dos vários Concílios e de seus representantes legais, as diversas Ordens na Igreja.

Com a criação dos Estados nacionais, emerge uma educação formal, que continua trazendo em seu bojo relações de poder. Com o tempo, as sociedades organizadas nos Estados nacionais atribuem ao Poder Público a responsabilidade com a educação formal; entretanto, a Igreja Católica Romana não abdica de seu poder de ensinar, assim como, a partir do século XVI, as escolas protestantes assumem também esta atribuição nos países que sofreram a influência da Reforma. Nos países de maioria católica, os protestantes tentam conquistar esse espaço, ou pelo menos compartilhá-lo com a Igreja Católica Romana, surgindo conflitos (muitos levados ao extremo da violência por ambas as partes) em nome da *soteriologia*, em nome de Deus. *Tem-se aqui uma das grandes contradições entre os vários segmentos cristãos e que atinge de modo impactante a Educação e a História da Educação: em nome de uma pregação baseada na persecução dos ideais de amor, perdão, fraternidade e justiça, diversas denominações religiosas passam a competir entre si, por um lugar no locus educacional ou pela hegemonia na condução da Educação.*

Em relação à Maçonaria, embora esta não seja uma religião, ela propugna o bem comum, o direito às liberdades individuais e a prática da democracia, procurando formar indivíduos com virtudes que os façam viver de acordo com os valores éticos da humanidade e em busca da fraternidade, baseando-se na crença de um Ser Supremo, criador de tudo, sendo, ainda, uma instituição que apresentou grande influência na formação do Estado Liberal, que sucedeu aos modelos medieval e absolutista, e suas imbricações com a Política e a Economia (que, em última análise, são formas de lidar com o Poder) levaram-na a importante participação nessa disputa pelo *locus* educacional.

A educação está vinculada ao poder, mas as religiões também o estão. A magia também está. E surge, então, uma relação dialética em busca da hegemonia pelos objetivos da educação, sua prática e sua condução histórica. O mundo capitalista transformou o Poder em a capacidade de obter para si, com *animus domini* (isto é, ânimo de dono) tudo aquilo que estivesse a seu alcance, tornando com *mais poder* quem mais pudesse *ter*, isto é, quem mais obtivesse *posse e domínio sobre bens de toda e qualquer natureza.*

No mundo capitalista em que o Ter é sinônimo de Poder (e *Poder é Ser*), surge uma grande gama de excluídos, dominados e espoliados.

Também as Religiões se *digladiaram* (e isto se perpetua na atualidade, particularmente entre os cultos surgidos com base nas “religiões da prosperidade” e as Igrejas Históricas, incluindo-se aqui o Catolicismo Romano), muitas vezes de forma sutil, outras vezes abertamente, escancarando a luta por captação de adeptos, nem sempre porque crêem que seu modo de conduzir a vida neste mundo *para levar as pessoas a uma Vida depois da morte ou a um encontro maior com Deus* é o melhor, ou *o que mais se adapta ao contexto*, mas sim porque, quanto maior o número de adeptos, maior será o seu Poder, tanto pela quantidade de pessoas como pelas contribuições financeiras que estas representam.

Com a Educação Formal, propiciou-se um campo fértil para as lutas ideológicas, levando em conta que *Educação, Poder e Religião* sempre estiveram associados na história dos aglomerados humanos, e que estes, por sua vez, desembocaram na organização social, na propriedade privada, nos estados nacionais e, hoje, na primeira década do século XXI, no problema mundial, inquestionável e inegável da globalização, com toda a sua crueldade e exclusão social, e a destruição do planeta pelo aquecimento global, conseqüência de uma busca irresponsável por melhor e insaciável ganho de capital - concentrado na mão de poucos e aos quais as decorrências prejudiciais ao ecossistema pouco interessam.

Importa ainda que se ressalte aqui, a herança judaico-cristã que permeou a civilização ocidental. Os Hebreus, o primeiro povo monoteísta, a *chamada nação Eleita por Deus*, baseavam-se na crença de um Deus único, criador de todas as coisas. Sua educação era transmitida de forma oral, durante muito tempo, às crianças do sexo masculino nas sinagogas, onde era proibido que as mulheres adentrassem, embora pudessem ouvir os ensinamentos (alguns) do lado de fora das Sinagogas, por meio das janelas que continham treliças para que estas não vissem o interior da Sinagoga, apenas ouvissem. O próprio templo de Salomão, que estes visitavam por ocasião da Páscoa (passagem, libertação do povo hebreu da escravidão do Egito) tinha locais proibidos às mulheres. Essa herança fundamentou, tempos depois, o Patriarcado (embora a maior influência sobre este tenha se originado do Direito

Romano), e tenha encontrado na educação formal um meio propício à sua reprodução/inculcação.

1.2 O Estado de Cristandade

Com o advento do Cristianismo, perseguido inicialmente e, em 313 dC, e tornando-o aceito pelo Edito de Milão, promulgado pelo Imperador Romano Constantino, que permitia a liberdade religiosa e se declara protetor do cristianismo ou, como afirma Zanotelli (2000, p.33), “patrono e controlador” e com a posterior declaração de Teodósio de que o cristianismo seria a religião do Império (387 dC) e religião única do Império (391 dC), nasce o que Zanotelli (2000) denomina *Estado de Cristandade*, onde a Religião assume o domínio não só no aspecto religioso, mas também sobre os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais do Império Romano e depois Ocidental até 1648, quando, pelo Tratado de Westfália, a política determinará a religião como sua ideologia. (ZANOTELLI, 2000).

No período Medieval o Feudalismo hierarquiza a Igreja, alijando do conhecimento os servos da gleba e os escravos (o que não era novidade, mas foi ratificado aqui) e até mesmo nobres das camadas consideradas inferiores. O povo assistia as Missas em latim, das quais nada entendia, e foi-lhe inculcada a obediência ao suserano e/ou à elite eclesiástica, a qual devia obediência cega e conformidade com sua posição de excluídos, pois assim o seria pela *Vontade de Deus* (Teocracia).

A Igreja assume o ápice da pirâmide social, trazendo para si o domínio do Poder Temporal, ditando normas, entre as quais o acesso ao conhecimento, como já foi dito, o que poderia ser conhecido e o que não poderia, sendo que até para a nobreza muitas obras literárias foram proibidas, pois a Igreja afirmava que estas iam *contra a Fé Cristã*, e até mesmo a Bíblia tornou-se proibida, embora poucos pudessem ter realmente acesso a ela, pois ou era em latim (a tradução chamada Vulgata) ou seriam os originais, Manuscritos, escritos em Hebraico e Grego. O Direito Romano foi assimilado e abarcado pelo Direito Canônico que condenava qualquer discordância ou insurreição, sendo que, para tal, foi criado o Santo Ofício da Inquisição, que vigorou do século XIII até o século XIX, para inquirir, torturar e penalizar os desobedientes – os *hereses*.

Em 1436, na cidade de Mains, na Alemanha, Gutenberg cria a imprensa. Com a criação desta, surgiu a oportunidade de as idéias serem escritas e impressas, multiplicando-se os livros de modo mais rápido, pois não mais seriam manuscritos e tornando-se acessíveis a um maior número de pessoas, até mesmo as *leituras consideradas proibidas, embora de modo muito discreto e escondido*. O primeiro livro impresso foi a Bíblia.

Com o advento do Renascimento (séculos XIV-XVI), este trouxe como ponto culminante a individualidade, desembocando após nas Revoluções Industrial, Americana e Francesa. A Reforma Protestante do século XVI, desvinculando parte da Igreja da obediência a Roma, também fez eclodir profundas modificações na Educação, como se verá a seguir. Com a constituição dos Estados modernos, antecipados pelas Grandes Revoluções (século XVIII), *a longa tragédia de suas guerras mostraram que a liberdade já não era uma idéia que se contivesse ou fundasse em si mesma* (BRONOWSKI e MAZLISH, 1960). A filosofia Hegeliana marca a transição dos impérios dinásticos para os Estados nacionais. Neste período, foi dada ênfase a uma linguagem clara e simples para expor os conhecimentos científicos nascentes (para que estes não ficassem obscuros e acessíveis a poucos, como foi na Idade Média). E na Inglaterra:

Quando a Royal Society encorajou os seus membros a escrever com uma simplicidade tal que nela *os homens dissessem tantas coisas quantas o número de palavras*, estava a criar o sinal distintivo da nova ciência e o próprio clima da filosofia empirista. (BRONOWSKI e MAZLISH, 1960, p. 17)

O Renascimento foi também o berço do Capitalismo Moderno.

No século XV, Maquiavel (1469-1494) pregou a “emancipação política frente à tutela religiosa” (BRONOWSKI e MAZLISH, 1960, p. 53), a secularização da vida e do pensamento. “O laicismo de Maquiavel não significava, evidentemente que ele fosse anti-religioso, embora fosse anticlerical” (BRONOWSKI e MAZLISH, 1960, p. 53). Segundo os autores citados, com Maquiavel deu-se o fato de, pela primeira vez, *a religião ser encarada como uma força de coação*.

No século XVI valorizava-se o nascimento como atribuidor de *status*. Entretanto, na velha Inglaterra, surgiram questionamentos, como o do Arcebispo de Cantuária, Thomas Cranmer:

Um berço nobre é necessário para ser cavaleiro? Ou é suficiente possuir as virtudes e os talentos de um Raleigh¹ sem ter boa linhagem? (BRONOWSKI e MAZLISH, 1960 p. 154)

Aqui, aos poucos, o *status* foi sendo removido de seu embasamento no *nascimento/nobreza* e foi surgindo a idéia **do conhecimento como atribuidor de posição social**. Também no pastorado do Arcebispo Cranmer começaram a aparecer menções à preocupação da Igreja da Inglaterra com o acesso ao ensino a outras classes que não a nobreza.

Com o passar do tempo, países como a Inglaterra e a França adotaram o ensino laico, o que aconteceu também nos Estados Unidos da América do Norte e Canadá. Os países de colonização católica continuaram atrelando a Roma a sua metodologia e Educação.

Com a Reforma Protestante do século XVI, Lutero traduziu a Bíblia dos originais gregos e hebraicos para o alemão, unificando assim a língua alemã que era formada por vários dialetos. Os cultos nas Igrejas Luteranas eram oportunidades de ouvir a Palavra de Deus no vernáculo, podendo entendê-la melhor. **Os luteranos, com suas Escolas Dominicais, ensinaram as camadas populares a escrever e ler, para que pudessem ler a Bíblia, obrigação de todo o Luterano até os dias atuais: são convocados a ler diariamente uma porção da Bíblia.** A imprensa facilitou a reprodução dos livros com maior rapidez, e o conhecimento foi fugindo das bibliotecas dos Mosteiros e se tornando alcançável aos que sabiam ler. Pensadores diversos começaram a escrever e a divulgar suas idéias, e a Igreja Católica foi perdendo, paulatinamente, sua hegemonia e seu controle sobre o conhecimento. **A Reforma Religiosa ocupou o papel de difusora dos conhecimentos de então entre as classes populares,** o que originou o

¹ Raleigh era plebeu, mas ascendeu à Corte Elisabetana por seus conhecimentos geográficos, cartográficos, filosóficos e históricos e por sua perspicácia e audácia, sendo o descobridor das Ilhas Virgens (Virgínia, EUA).

Movimento da Contra-Reforma, mas, mesmo assim (ou justamente por isso), os conhecimentos foram sendo expandidos.

Também, na Inglaterra os cultos/missas passam a ser rezados na língua do povo, orientando-se estes pelas leituras Bíblicas e pelo L.O.C. (Livro de Oração Comum), onde os Reverendos se guiavam para suas expressões litúrgicas e a ordem dentro das cerimônias realizadas. Com poucas alterações, o Livro de Oração Comum vem sendo usado até hoje nas Igrejas Anglicanas, sendo que, em cada país, é traduzido para o vernáculo e atingindo características nacionais conforme as etnias, mas sem fugir do seu fio condutor do *ethos* anglicano (o que não ocorreu com a Igreja Católica, que só após o Concílio Vaticano II passou a rezar as missas não mais em latim, mas na língua do povo).

Einstein, em sua obra *Como Vejo o Mundo (Mein Weltbild)*, questiona:

Que sentimentos levaram os homens a pensamentos religiosos e os incitaram a crer, no sentido mais forte da palavra? Descubro logo que as raízes da idéia e da experiência religiosa se revelam múltiplas. No primitivo, por exemplo, o temor [...] A religião é vivida antes de tudo como angústia [...] estruturada pela casta sacerdotal, que institui o papel de intermediária entre os seus temíveis e o povo, fundando assim sua hegemonia. (EINSTEIN, 1981, p. 19)

É Einstein (1981) que faz referência à passagem da Religião-Angústia para a Religião-Moral, afirmando que essa transformação se dá por meio das Sagradas Escrituras do povo judeu. Entretanto, Einstein fala de um mais alto grau de Religião: a *Religião-Cósmica*, onde Deus não corresponde a nenhum conceito antropomórfico.

Para mim, o papel mais importante da arte e da ciência consiste em despertar e manter desperto o sentimento dela naqueles que lhe são abertos. Estamos começando a conceber a relação entre a ciência e a religião de modo totalmente diferente da concepção clássica. [...] É, portanto compreensível que as Igrejas tenham, em todos os tempos, combatido a ciência e perseguido seus adeptos. Mas eu afirmo com todo o vigor que a Religião-Cósmica é o móvel mais poderoso e mais generoso da pesquisa científica. (EINSTEIN, p. 22, 1981).

Einstein fala de uma religiosidade amorosa, animadora, compreensiva, que induz os cientistas a não desanimarem de suas pesquisas, embora seus inúmeros malogros. E conclui dizendo: “Em nossa época, instalada no

materialismo, reconhece-se nos sábios escrupulosamente honestos os únicos espíritos profundamente religiosos” (EINSTEIN, 1981, p. 23).

Percebe-se em Einstein a idéia clara de que os conhecimentos não devem ser atrelados às religiões, mas que os conhecimentos, por si só, levam ao *Ente* (como ele se referia), aquele que *arquitetou* tudo o que existe e o que se pode descobrir.

Por determinados termos usados por Einstein, pode-se supor que este tinha conhecimentos maçônicos, o que, no decorrer deste trabalho foi confirmado através de um site maçônico onde há uma Lista dos Maçons Famosos.

Para Bronowski e Mazlish (1960), a grande dificuldade na criação das culturas contemporâneas tem sido encontrar uma relação coerente entre as descobertas científicas e as Humanidades. Em particular a Educação.

Temos que dar ao futuro cientista um sentido durável do valor da literatura e das artes; e, ao mesmo tempo, temos que dar aos que se preocupam com as artes liberais um vislumbre dos métodos, da profundidade e da inspiração da ciência. Estes são problemas [...] desde os bancos da Escola, passando pela Universidade e para além, na vida quotidiana de todo o homem de reflexão. (BRONOWSKI E MAZLISH, 1960, p. 9).

1.3 Educação e religião no Brasil

Com base em TAMBARA, no artigo “ESTADO, IGREJA E EDUCAÇÃO – URBI ET ORBE” (apresentado no GT de História da Educação, na ANPED, 2004, e acessado na internet em 11/09/2008), percebe-se que a Igreja Católica Romana exerceu a hegemonia na Educação Brasileira desde o seu descobrimento e seus posteriores desdobramentos políticos, utilizando-se dela como forma de inculcação ideológica. Tambara (2004) analisa a forma epistolar (encíclicas papais e cartas pastorais episcopais) utilizada como meio de comunicação no século XIX, e também a inculcação do *habitus* (conforme BOURDIEU, 1992). Tambara (2004) investiga o processo de *romanização* da Igreja, onde o educar propiciou à Igreja Católica Romana terreno fértil para sua expansão.

O Iluminismo acusou a Igreja Católica Romana de ser contrária aos conhecimentos e descobertas científicas. A Igreja Católica Romana percebeu

que apenas com uma rede de ensino confessional católico poderia solidificar-se e fazer frente a essas acusações. O texto de Tambara abrange o período de 1830 a 1935, período em que o ultramontanismo emerge como projeto mundial para sedimentar a expansão da Igreja Católica Romana no mundo, sob a égide da *Infallibilidade Papal* e do poder *universal* (católico) da Igreja Romana.

Até a Proclamação da República no Brasil, houve uma forte relação entre a Igreja Católica Romana e o Estado. Vigia o Sistema do Padroado, que concedia privilégios ao Estado brasileiro (TAMBARA, 2004) em relação à Igreja Católica Romana (o Imperador aceitaria ou não as orientações de Roma), havendo “um superdimensionamento do poder temporal em relação ao poder espiritual” (TAMBARA, 2004, p.2). Neste caso, há uma inversão nos polos da relação, pois a Igreja Católica Romana, que deveria ditar as regras, precisou submeter-se à vontade imperial, tendo em vista um acordo entre o Papa e a Coroa Portuguesa que se estendeu à Colônia.

Para modificar o *status quo* para o *status quo ante* (onde a Igreja Romana possuía o poder temporal e o espiritual de modo hegemônico), urgia uma mudança radical no pensamento da sociedade brasileira – e que só se poderia efetivar introjetando nas novas gerações a obediência cega a Roma e seus ensinamentos, sem discussão ou questionamentos.

Com o advento da República (1889), houve a separação entre a Igreja Católica Romana e o Estado brasileiro, eliminando-se a Religião dos currículos escolares. Mas a Igreja Católica Romana, por meio das Ordens Religiosas que aportaram no Brasil, apresentou um clero apto e bem preparado para assumir a educação, tanto através de obras assistenciais para os *desfavorecidos da sorte*, como de escolas para atender os filhos das elites brasileiras. As Irmandades cresceram, surgindo os Colégios Diocesanos e/ou Paroquiais. Além da Catequese, era necessário mostrar à sociedade brasileira que a Igreja Católica Romana não era “representante do obscurantismo e, de certa forma, constituir-se em baluarte na luta contra a universalização do ensino propagada pelo liberalismo” (TAMBARA, 2004 p. 4), pregando a moral e os bons costumes, onde *somente em escolas católicas seriam estas inculcadas, incentivadas e ensinadas* (BOURDIEU, 1992). Neste período (como em muitos outros anteriores), a Igreja Católica Romana aumentou seu poder repressivo,

estendendo-se tal medida ao combate à circulação de livros que considerava *perniciosos* à boa formação cristã.

Pela leitura exaustiva do veículo oficial de comunicação da Igreja Anglicana (na época denominada Igreja Episcopal Brasileira), o *Estandarte Cristão*, no mesmo período (início do século XX), vê-se o mesmo tipo de repressão aos livros que atentavam contra *a moral e os bons costumes*. Verifica-se, ainda, que cada uma das Instituições Religiosas *não recomendava* a leitura dos livros *da outra* denominação religiosa. No caso da Igreja Episcopal, essa recomendação estendia-se aos livros de orientação católico-romana, mas não se estendia às obras de outras denominações protestantes, como as Igrejas Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista. No *Estandarte Cristão*, desde 1901 até 1927, há menções recorrentes a essa recomendação. No entanto, a recomendação católica estendia-se a **todas** as obras de orientação não-católica.

As lutas pela hegemonia do direcionamento da Educação Brasileira trouxeram disputas internas paradoxais, criando dois polos rivais (Igreja Católica Romana x Igrejas Protestantes), em nome de Deus e da pregação do Evangelho de Jesus Cristo, que fala em amor, compreensão e perdão. Esses fatos eclodiram em leis para normatizar a Educação Brasileira, ora protegendo a Igreja Católica Romana e ora retirando desta boa parte do seu poder.

Segundo Moura e Almeida (2004), a República recebeu uma herança tensa entre a Igreja Católica e o Estado. O advento da República representava uma situação paradoxal: se, por um lado, libertou a Igreja do Regime do Padroado (necessidade do *placet* governamental aos documentos emanados por Roma e a interferência em todos os negócios da Igreja), por outro lado, o clero católico sentiu-se reduzido apenas a ser considerado um *funcionalismo público*.

O Decreto Nº 119-A do Governo Provisório, de 17 de janeiro de 1890, aboliu o Padroado e estabeleceu a **separação no Brasil entre Igreja e Estado**, o que desgostou as lideranças católicas, pois o Brasil se tornaria um Estado não-confessional e o Catolicismo Romano sentiu-se nivelado aos outros cultos não-católicos; o casamento civil tornou-se obrigatório; e ainda as propriedades da Igreja Católica tornaram-se passíveis de expropriação. Esta influência liberal foi condenada pelo Papa Pio IX, principalmente pelo Syllabus.

O grande número de Positivistas e Maçons que integravam as esferas públicas, certamente foram os responsáveis por estas modificações.

A Igreja Católica acusou-os de *anticlericais*. Uma “vertente anticlerical do neoliberalismo da época reagiu contra o Ultramontanismo”[...] (Moura e Almeida, 2004 p. 326):

Livres pensadores de tendência anticlerical como Rui Barbosa desempenharam nos primeiros tempos da República, papel muito mais relevante que o dos positivistas, na elaboração de novas instituições políticas. [Nota: Rui Barbosa era Maçom].

No texto Constitucional de 24 de fevereiro de 1891, os representantes da República fizeram algumas concessões à Igreja Católica, entre as quais a de que a Igreja Católica ficaria recebendo subvenções durante o primeiro período da República; mas outras determinações, como o casamento civil, o ensino leigo, a secularização dos cemitérios, foram mantidas.

O processo de centralização (que se deu nos Pontificados de Gregório XVI e Pio IX) pela Santa Sé propiciou aos Bispos uma grande autonomia. Com a nova situação, Igreja Católica e o Estado laico procuravam acordos para evitar confrontos e conseguir manter uma coexistência o mais pacífica possível.

Com o fim do Padroado, a Igreja Católica cresceu e o número de padres também. O mesmo ocorreu com as Ordens Monásticas. Entretanto, havia um grande número de padres estrangeiros que, na década de 20, por seu alto nível intelectual e romanizado, distanciavam-se das camadas populares. Segundo Moura e Almeida (2004), três correntes se desenvolveram perante os intelectuais brasileiros: o espiritualismo, o materialismo e o ceticismo. “As camadas superiores da população forem se descristianizando” (MOURA e ALMEIDA, 2004 p. 332).

O Movimento Modernista se opunha ao Racionalismo Irreligioso, mas “também destruía os fundamentos do cristianismo como religião revelada” (MOURA e ALMEIDA, 2004, p. 333).

Em 1907, já o Papa Pio X condenou os Movimentos Modernistas e, em 1910, ao “ministério sacerdotal e ao magistério católico cabia prestar juramento rejeitando o Modernismo e afirmando sua submissão à Fé e à Doutrina Católica Romana” (MOURA e ALMEIDA, 2004, p. 333).

No momento em que a Igreja Católica torna-se separada do Estado, surgem forças para fortalecer e aumentar a Fé Católica, tanto nas elites como no povo, mas, segundo estes autores, o crescimento das Religiões não Católicas, cujos Pastores e Reverendos eram homens cultos, e, talvez por constituírem famílias, pareciam chegar mais perto do povo e serem mais ouvidos e seguidos, dificultavam essa reação católica. Também cresceu neste período a doutrina Espírita Kardecista.

No momento em que a Igreja Católica vê ingressarem elementos considerados anticlericais (positivistas, maçons, não católicos, espíritas Kardecistas) na direção política e em postos chave da política e do governo, vem a temer a *laicização* generalizada e, conseqüentemente, a perda de espaço do catolicismo como religião hegemônica (embora não mais *de direito*, pois não era mais a Religião Oficial, mas sim considerada por ela *de fato*), decidiu arregimentar forças para fazer frente a esta nova situação. Um dos mais “cultos e atuantes intelectuais do país foi, neste período, o Padre Leonel Franca (1893-1948), sacerdote jesuíta.” (MOURA e ALMEIDA, 2004, p. 341).

Dedicou-se ao ensino, sendo:

Professor, escritor, orador sacro e assistente eclesiástico de diferentes grupos [...] incentivou-lhes novas perspectivas de apostolado, no espírito da Ação Católica, inspirado pelas orientações de Pio XI. (MOURA e ALMEIDA, 2004, p. 341)

Entretanto, o liberalismo positivista, a Maçonaria e as Religiões não católicas já ocupavam seu lugar de destaque na República. O catolicismo era visto por estes como responsável pela “mentalidade obscura e que não permitia a ‘liberdade’ preconizada pela Revolução Francesa” (ZANOTELLI, 2000, p. 212).

Importa mencionar que, segundo Nagle (2001), a Primeira República recebeu como legado o fervor ideológico e a tentativa de *evangelização*, onde “democracia, federação e educação consistiam em categorias inseparáveis apontando à redenção do país” (NAGLE, 2001, p. 261), Mas, com a instalação da República, houve um arrefecimento da programação e preocupações educacionais. Isoladamente foram realizados planos coerentes com algumas correntes ideológicas. Nagle (2001) menciona ainda o *entusiasmo pela*

educação e a percepção romântica e superestimação do processo educacional com a visão otimista de que o processo educacional regeneraria a sociedade brasileira. A criação da Associação Brasileira de Educação – ABE – em 1924 foi resultado do *otimismo pedagógico*, deixando de lado a educação tradicional e conservadora dos jesuítas, voltados para uma elite colonial e marcados pelo espírito servil que deveria dominar as camadas populares.

Também o Movimento Anarquista, com seu espírito libertário (contra qualquer forma de coerção e opressão) interessou-se pela educação, para inculcação de suas idéias, na tentativa de mudar o modo de pensar das pessoas e preparar a revolução social que desejavam; mas não obteve êxito.

O entusiasmo pela educação na década de 1920, citado por Nagle (2001), trouxe o aparecimento dos *educadores profissionais* e surgem obras sobre a educação e serviços editoriais pioneiros: a Biblioteca de Educação e a Coleção Pedagógica. O otimismo pedagógico difundia a *escola modelo*, com a substituição de um modelo educacional por outro.

Em 1927, conforme Nagle (2001), há a introdução sistemática da Escola Nova, com sua aplicação nas Escolas Primárias e Normais gerando disputas entre os adeptos da educação conservadora e as novas idéias propostas. E, em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, percebendo-se assim que a educação passa a ocupar *lugar e preocupação* entre os poderes públicos. Entretanto, muito pouca ação.

Definida a separação entre o Estado e a Igreja pela Constituição, esta determina o ensino leigo ministrado nos estabelecimentos públicos. As várias interpretações sobre a lei levam ao aparecimento de duas correntes: uma contrária à inclusão do ensino religioso na escola com ônus para os cofres públicos; outra, que o defende como direito do cidadão que frequenta a escola pública (aberta a todos, sem distinção de raça ou credo religioso). Estes fatos geraram a criação do Comitê Pró-Liberdade de Consciência e a campanha Pró-Ensino Laico.

A Revolução de 1930 é um período de transição: Getúlio Vargas assina um decreto que admite o ensino religioso na rede pública.

No período do Estado Novo (1934-1945), o decreto de Vargas é incluído na Constituição e garante que o ensino religioso será de frequência

facultativa, *ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, e constituirá matéria nas escolas públicas.*

As escolas confesionais e/ou paroquiais poderiam manter sua orientação religiosa, o que é óbvio. O que causa espécie é que, antes do Concílio Vaticano II, muitas escolas obrigavam seus alunos a freqüentarem suas práticas religiosas, em um sectarismo exacerbado.

Segundo entrevista com o senhor M.O, realizada em Bagé:

Minha família toda era episcopal; meu pai e meus tios eram maçons. Estudei em um colégio paroquial da Igreja Episcopal em [...], cidadezinha do interior. Cresci lendo a Bíblia e participando dos cultos e ouvindo meus pais e tios falarem na Maçonaria como uma Instituição fantástica! [sic] Isto ficou arraigado em mim de tal maneira que eu só poderia, em adulto, ser episcopal e maçom. Não me decepcionei com a Maçonaria. Nem com a Igreja Episcopal, hoje tendo acrescentado o nome de Anglicana [sic]. Sei que a doutrina episcopal é a que mais me satisfaz, assim como a filosofia pregada na Maçonaria me satisfaz plenamente. Entretanto sei que ambas as instituições são formadas por seres humanos, e, como tais, sujeitas a falhas, a imperfeições, a atitudes que muitas vezes não condizem com o que é pregado. Mas o que me interessa é que tanto a Maçonaria como a Igreja Episcopal *procuram acertar!* Enfatizam a liberdade e trazem com isso uma grande responsabilidade individual. Agora, se o cara [sic] erra, a culpa é dele, e não das duas Instituições às quais pertence. Não se pode generalizar: há bons episcopais e outros nem tanto; há bons maçons e outros nem tanto. Mas isto não me afeta nem faz eu querer abandonar qualquer uma das duas [sic]. Elas fazem parte de mim. Não sei, se eu tivesse tido uma criação diferente, se eu seria como eu sou hoje [sic].

Segundo Bourdieu (1992), o **habitus** funciona como uma força conservadora no interior da ordem social. Inculcado no indivíduo, este o assume como uma *segunda natureza*, como "*naturalizado*". E o sistema educacional é um dos *locus* onde o *habitus* é inculcado e incorporado (outros são a família, a igreja, o trabalho, etc.). E esse *habitus* presta-se à *reprodução do sistema social*.

Para Bourdieu, o sistema educacional contribui para a existência das desigualdades e as reproduz quando, no processo de seleção escolar, marginaliza aqueles pertencentes às camadas populares. Para o autor, a dominação é exercida por meio de *uma violência simbólica*, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinada pelos esquemas práticos do *habitus*, conforme explicitado no trecho transcrito a seguir:

[...] O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de

cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos 'habitus' e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2003, p 49).

Conforme o entrevistado N.V.:

Eu nasci numa família católica praticante. Meu pai quando jovem participava do coral da Igreja da Santa Casa. Faleceu há muitos anos. A frequência às missas dominicais era obrigatória, o jejum, a confissão... Mas eu tinha amigos da Igreja Episcopal, e quando adolescente conheci uma moça do Santa Margarida, que era episcopal. Minha família deu contra o namoro, bem como dava contra os meus amigos da Igreja Episcopal [sic]. Acabei não namorando a moça e não mencionando meus amigos que eram da Igreja Episcopal em casa, e a gente foi se afastando... Mesmo porque fui fazer faculdade em Porto Alegre. Muitos anos mais tarde, quando voltei para Pelotas, fui convidado a entrar para a Maçonaria. Qual não foi minha surpresa: quando fui iniciado na Loja [...], encontrei lá alguns daqueles amigos! E eles continuavam sendo episcopais! Não precisaram abandonar a sua Igreja. Tinham até bispos maçons. Pela pressão dos padres contra a Maçonaria [sic], acabei sendo hoje um católico não-praticante. Hoje eu digo que sou cristão e maçom. Não vejo motivo algum para a Igreja Católica se bater contra a Maçonaria [sic]. Sim, porque o atual Papa é contra, a gente sabe [sic]. Eu só consegui entrar para a Maçonaria porque era independente financeiramente da minha família. Alguns ficaram de mal comigo e só foram aceitar anos depois.

Vê-se que, para Bourdieu, a violência simbólica é exercida, em parte, com o consentimento de quem a sofre. A violência simbólica estaria deste modo presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Deste modo, a violência simbólica nem é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que *naturalmente* se exerce de um para outro. Como exemplo disto tem-se a atitude de professores, a qual pressupõe sua superioridade e o uso legitimado de estratégias punitivas em relação aos alunos (como reprovações e castigos) que não se enquadram nos moldes sociais da instituição escolar. Quando esta se dá pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas do campo do mundo social em que os indivíduos se inserem, de certa maneira se incorporam (até mesmo corporalmente) em seu *habitus*. Exemplo disso é a postura existente nas antigas escolas dos jesuítas, onde até o modo de colocar as mãos ao caminhar e a atitude corporal, entre outras, eram incorporadas, passando a

ser encaradas como uma segunda natureza.

As pesquisas de Bourdieu possibilitaram uma análise profunda do âmbito escolar e suas relações sociais através de sua função ideológica e política e que se funda nestas instituições. Por analogia, percebe-se principalmente no âmbito deste trabalho, o que se formou quando surgiu a dicotomia: escola laica (com apoio da Igreja Anglicana, entre outras igrejas não católicas, e da Maçonaria) e, no outro polo da relação, a escola católica.

Infere-se claramente que a batalha pelo ensino laico foi uma forma de permitir que as doutrinas não-católicas e a Maçonaria (não tolerada neste período pela Igreja Católica Romana, mas contando com o apoio incontestado da Igreja Anglicana como se pode ver mais adiante) pudessem assumir seu espaço para difundir suas crenças e seus ideais.

A Teoria da Reprodução, desenvolvida por Bourdieu junto com Passeron, baseia-se, portanto na violência simbólica, enquanto imposição de um comportamento arbitrário, pois a cultura dominante (e aqui se inclui a Religião Católica) deverá ser assimilada como a cultura geral, *como "a" cultura*.

Em entrevista com J.C., episcopal e maçom:

Eu cresci no interior do município, em [...]. Frequentava a Escola Paroquial da Igreja Episcopal. Quando vim para a cidade, fui matriculado numa escola católica. Meus pais faziam enorme sacrifício para pagar a Escola e me manter na cidade. A esmagadora maioria de meus colegas era de católicos. Soube que tinha alguns que eram espíritas kardecistas, e estes eram olhados com muita desconfiança. Quando meus colegas me perguntavam qual a minha religião, eu dizia que era católico. Pros padres também [sic]. Então comecei a ir às missas – mas não era o que eu gostava [sic]. Só depois de adulto voltei a frequentar a Igreja Episcopal. Aí já tinha havido [sic] o Concílio Vaticano II e as coisas eram mais abertas. Mas aí também eu já era adulto. Quando me convidaram para a Maçonaria eu pensei eu tudo o que havia ouvido no Colégio [...] sobre a Maçonaria. Quando fui iniciado vi que tudo eram lendas [sic]. E tem muitos católicos na minha Loja. Mas lá há liberdade de pensamento e as opções religiosas são respeitadas. Encontrei vários episcopais, inclusive reverendos, e católicos e espíritas e outros evangélicos vivendo em harmonia no interior da Loja.

Bourdieu se refere, então, à violência da educação: nela, *há um desprezo à cultura popular ou às outras culturas*. É o caso da entrevista aqui citada, onde consolida-se a doutrinação e dominação que legitimam a ordem vigente.

Bourdieu (2001) afirmou que o *habitus* consiste em um sistema de

disposições duradouras, predispostas a funcionar como estruturantes, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações.

Enquanto formadora de hábitos, a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência [...] uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de ser aplicadas em campos diferentes de pensamentos e da ação aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado. (BOURDIEU, 2001, p. 211)

Ora, no Rio Grande do Sul, os padres conduziam a Educação (antes de as Igrejas não-católicas também possuírem seu papel ativo nela) e, em seus colégios, buscavam a erudição, a catequese e a inculcação dos dogmas da Igreja Católica como valores superiores, pois esta *era (ou tinha sido) a religião oficial do país*. O sistema de ensino deveria assegurar a reprodução, ação, expressão, apreciação social da classe dominante e de acordo com a religião oficial. Quem fugia do padrão católico romano tinha um comportamento desviante e era formado por uma minoria. Minoria esta discriminada e marginalizada.

Isso se deve ao fato de a ação pedagógica poder ser vista como um ato de imposição de um arbitrário cultural que se dissimula como tal e que dissimula o arbitrário daquilo que inculca. Este arbitrário cultural que uma formação social apresenta se demonstra pelo mero fato de existir, e, de modo mais preciso, ao reproduzir, pela delimitação do que merece ser transmitido e adquirido e do que não merece nem é considerado importante.

O sistema de ensino contribui amplamente para a unificação do mercado de bens simbólicos e para a imposição generalizada da legitimidade da cultura dominante, desvalorizando os bens que as classes dominadas transmitem e tendendo, por esta via, a impedir a constituição de ilegitimidades culturais. A Escola como uma Instituição de reprodução social e inculcação do *habitus*, vai refletir o comportamento de quem está por trás dela, de quem a dirige, da filosofia que segue. As escolas confessionais católicas vão reproduzir os valores, ideologia e crença católicas. Necessário então abrir-se outro espaço para maçons e não-católicos. A luta pelo ensino laico proporcionaria esta oportunidade.

Uma vez que elementos estranhos (a Igreja Anglicana, a Maçonaria, os

não-católicos) entraram neste campo social, foram sendo mal vistos, excluídos, marginalizados, inclusive ameaçados de excomunhão. Nada mais lógico, por este olhar, do que procurarem seu espaço, onde o *locus* escolar era local fértil para a proliferação de sua fé, ideais e filosofia.

Portanto, as posições antagônicas entre Maçonaria, Igrejas Protestantes Históricas e Igreja Anglicana de um lado e Igreja Católica Romana de outro, não demoraram a surgir.

Assim como Bourdieu em seus *Escritos de Educação* (1999, p. 225), relata a exclusão social em relação ao "*mal-estar dos subúrbios*", assim sentiram-se os estudantes não-católicos (anglicanos, filhos de maçons, espíritas, etc.) dentro das escolas católicas. Sendo minoria, sentiam-se (ou foram) discriminados, e muitas vezes excluídos por ter de assimilar valores que contrariavam sua fé, como por exemplo, aceitar a Infalibilidade Papal, a obrigatoriedade de assistir missas e outras - o que gerou uma tensão cotidiana. Tensão esta que já vinha sendo sentida desde a Reforma Protestante do século XVI.

Bourdieu considerou a Igreja Católica como um instrumento de dominação e inculcação, embora considerasse o desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos paralelo a um processo de diferenciação, cujo princípio reside na diversidade dos públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos e cujas condições de possibilidade residem na própria natureza dos bens simbólicos. Estes mesmos bens são concomitantemente valorizados como mercadoria e carregados de significações e tanto o caráter mercantil quanto o cultural subsistem relativamente independentes. Entrar para as colunas da Igreja, ser padre, era um bem simbólico cultural e atribuía *status* para o indivíduo e sua família.

Durante a entrevista com B.O., este relatou:

Eu estava no seminário dos padres. Mas na hora de ser padre, eu não quis. Minha família ficou furiosa [sic] comigo: "Quer honra maior do que ser padre? Todos iam te respeitar e respeitar nossa família."

O campo de produção de bens simbólicos apresenta duas vertentes - mais ou menos marcadas conforme as esferas da vida intelectual e artística - sendo elas: o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural. A

diferença básica entre os dois modos de produção se refere a quem se destinam os bens culturais produzidos. Assim, o campo de produção erudita destina a produção de seus bens a um público de produtores de bens culturais, enquanto o campo da indústria cultural os destina aos não-produtores de bens culturais, ou seja, à população em geral. Percebe-se aqui o dualismo, a relação dominantes e dominados: a educação elitista e a educação popular. A educação da elite para os membros das camadas dirigentes e a educação popular para as camadas formadas por trabalhadores, voltadas muitas vezes para a profissionalização e tendo um mínimo de conhecimentos propedêuticos.

Dentre os efeitos ideológicos produzidos pelo sistema de ensino, um dos mais paradoxais e mais determinantes reside no fato de que ele consegue obter dos que lhes são confiados o reconhecimento da lei cultural objetivamente implicada até mesmo no desconhecimento do mecanismo arbitrário desta lei.

Esta idéia reforça a necessidade de os não-católicos possuírem escolas próprias e de acordo com seu credo religioso, como já foi mencionado.

Bourdieu faz menções recorrentes ao termo *capital*. Para Bourdieu, entretanto, é possível distinguir quatro tipos de **capital**: o capital *econômico* - constituído pelos diferentes fatores de produção; o capital *cultural*, que corresponde às qualificações culturais dos sujeitos ou transmitidas pela própria família, como facilidade de expressão em público, a posse de bens culturais e os títulos acadêmicos; o capital *social*, como conjunto de relações sociais de que dispõe o indivíduo no grupo (convites recíprocos, freqüência aos mesmos locais de lazer, etc.); e o capital *simbólico* - que corresponde ao "conjunto de rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e reconhecimento" (BOURDIEU, 1999, p. 54). O capital simbólico é constitutivo de vantagens sociais, com conseqüências efetivas.

Olhando-se o capital pelo viés de Bourdieu, percebe-se que a Igreja Católica possuía capital econômico (riquezas e obras de arte); capital cultural do alto clero; capital social, pois era ou fora a Religião Oficial do Brasil e se fazia representar em todas as solenidades, e capital simbólico, pois o alto clero freqüentava as mais elevadas rodas da elite, tendo papel de destaque e participação em eventos os mais variados, e seus membros eram reconhecidos como *autoridades* (tome-se, por exemplo, que *os Bispos eram considerados os príncipes da Igreja, o Alto Clero*). Já os reverendos anglicanos que vieram para

o Brasil ou os que aqui freqüentaram o Seminário e foram ordenados sacerdotes eram minoria, e minoria excluída de diversas formas. Mas tinham conhecimento suficiente em Teologia e Filosofia para argumentar quando eram perseguidos, inquiridos, humilhados e/ou marginalizados. E os jornais se prestavam a estes debates conforme sua linha editorial.

Os primeiros missionários anglicanos que chegaram ao Brasil eram homens cultos, tendo freqüentado o famoso Seminário de Virgínia, de onde saíam Ordenados Sacerdotes, mas não apenas sacerdotes: saíam Teólogos, possuindo Mestrado ou Doutorado em Teologia e Filosofia, quando não acrescentavam outros cursos superiores aos seus currículos.

Por outro lado, a Maçonaria, embora mal-vista pela Igreja após o Ultramontanismo, ainda possuía mais prestígio, pois, em seu ambiente seletivo, havia homens de renomada cultura, detentores de capital econômico, cultural, social e simbólico.

Os costumes religiosos da Igreja Católica Romana levaram muitos cristãos ao conformismo: *o que ocorre, ocorre pela vontade de Deus* ou *o contrário a isto ou aquilo fere a lei de Deus* - ou à lei dos homens. O carisma de um líder levaria à total confiança e obediência cega (e aqui vemos alguns papas extremamente carismáticos, culminando com João Paulo II, ao qual o povo devotava respeito e admiração, inclusive os não católicos e maçons).

Os sacerdotes pregam a salvação, segundo Weber, de modos diferentes, para os afortunados e desafortunados. Para os afortunados, é considerada *bênção*; para os desafortunados, é necessária a mortificação e o sofrimento para que alcancem a *salvação*.

Weber analisou e concluiu que, nas diferentes denominações religiosas, há uma certa imposição de domínio, maior ou menor, conforme for a denominação. Nestas, algumas levam a um conjunto de valores que conduzem à racionalização da conduta de seus adeptos. Portanto, o estudo das religiões é essencial para que se compreenda as diferentes formas de vida social – que redundam nos conflitos sócio-políticos do período em que viveu (fins do século XIX e início do século XX) e que deixaram marcas na sociedade contemporânea.

Entretanto, outros autores, quando se referem ao Progresso dos países Protestantes, inclusive nas *descobertas científicas*, aludem ao fato de que, até a

metade do século XX, grande parte das invenções e descobertas científicas foram realizadas por Protestantes e em países protestantes, pois estes não impediam as novas descobertas nem tinham receio de que estas abalasse seus princípios religiosos, o que também era propugnado pela Maçonaria. Na obra *O Protestantismo e o Progresso*, Mayorga (1950) ratifica esta asserção elencando descobertas realizadas por Protestantes e que aceleraram o Progresso possibilitando descobertas posteriores aceitas hoje sem quaisquer questionamentos pela Igreja Católica e utilizadas também por esta, numa afirmação de que Fé e Ciência não são contraditórias, como também se verá no Capítulo que fala sobre o Estandarte Cristão, periódico Oficial da Igreja Episcopal do Brasil.

A Reforma do século XVI foi a culminância dessas discordâncias que se acentuaram com o passar do tempo, e tinham seguidores que se manifestavam com maior ou menor veemência, como é o caso de Guttemberg, imprimindo a Bíblia e possibilitando a reprodução dela e, de uma certa forma, colocando-a à disposição de mais leitores.

Descobertas científicas de maior ou menor importância servem para exemplificar a liberdade que os cristãos não-católicos possuíam para dedicar-se a suas pesquisas, sem qualquer obstrução por parte das denominações religiosas que professavam.

George Williams, fundador da ACM (Associação Cristã de Moços), era protestante e criou essa instituição de cunho internacional, com sede em Genebra (Suíça), em Londres, a 06 de junho de 1844, tendo por finalidade "não fazer distinção de credo político, nacionalidade, cor, condição social e religiosa" (MAYORGA, 1950, p. 95). Foi um dos movimentos criados na época em que a Inglaterra estava invadida pela corrupção, interesses de um capitalismo selvagem e abandonadas as noções de moral, pelas massas urbanas emergentes.

Uma das atividades da ACM constituía-se justamente na promoção do ensino, inclusive de aulas noturnas para as classes populares. Surgiu também uma Associação Cristã Feminina, voltada para as jovens, sendo um dos seus objetivos específicos proporcionar às moças que ali ingressavam condições de se sustentar com seu trabalho e seus estudos, sem a *necessidade* de um *casamento para sua sobrevivência*. Vê-se que eram idéias avançadas para a

década de 1920. Destaca-se o fato de que, desde 1920, a Associação Cristã de Moços e a Associação Cristã Feminina propiciaram um *intercâmbio entre os seus membros*, já que as *aulas eram mistas*, as reuniões eram conjuntas, como os grêmios literários e onde ocorriam discussões sobre assuntos da atualidade, sempre enfocando a moral cristã e baseando-se nos ensinamentos bíblicos. Havia reuniões de confraternização, onde moços e moças participavam das brincadeiras típicas da época, a "dança das cadeiras", "brincadeiras casadas", onde tinham de escolher um par, etc.

Tais atividades também eram encontradas nos sodalícios da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, como se verifica da leitura do Estandarte Cristão.

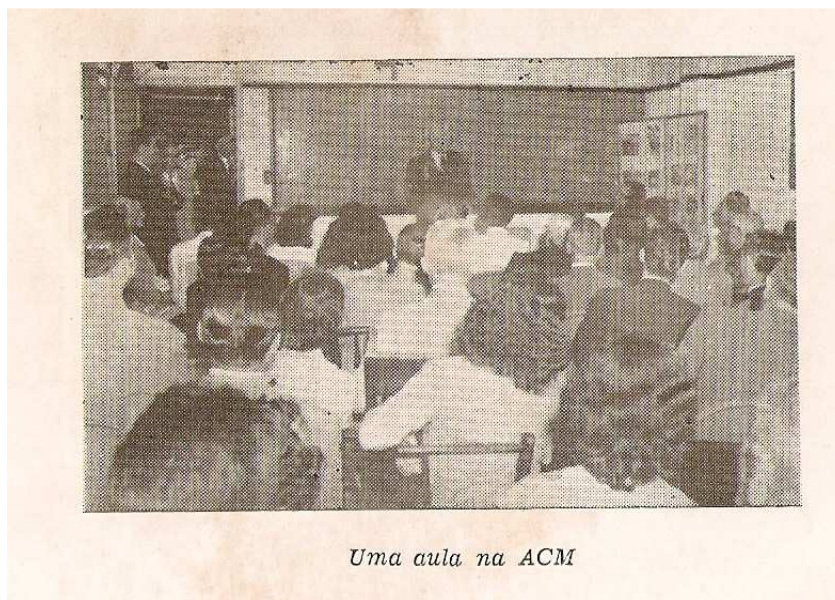


Fig. 4 - aula noturna da ACM. Foto retirada da obra de Mayorga (1950).

A Associação Cristã de Moços possui um símbolo, de origem provavelmente maçônica:

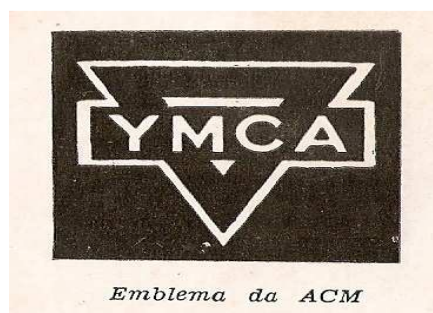


Fig. 5 - Emblema da Associação Cristã de Moços.

Outra forte indicação de que a Associação Cristã de Moços sofreu influência maçônica em sua criação e organização é o fato de possuir rituais semelhantes aos da Maçonaria, como a Cadeia de União, constituída por um círculo de pessoas com as mãos dadas e os braços cruzados:



Fig. 6 - Reunião Social da ACM. Foto retirada da obra de Mayorga (1950).

Voltando-se aos teóricos, Max Weber e Pierre Bourdieu, percebe-se que, em ambos, a *dominação* é um tema recorrente. Sabe-se que nas relações sociais, a *dominação* e as *várias formas de capital* estão presentes, tanto nas sociedades como nas Instituições do passado e do presente. E até mesmo nas descobertas científicas. Ora, a escola e a educação não estão imunes a elas e muito menos as Instituições Religiosas, onde ocorreram lutas verbais e físicas pela defesa daquilo que, cada corrente, acreditavam ser *sua a Verdade*. Também a Maçonaria não escapou embora toda a sua filosofia se baseie na *liberdade de pensamento e valorização do ser humano*. Weber fez uma análise crítica do “espírito” do capitalismo, sem, entretanto, fazer a apologia do mesmo ou dos países de maioria protestante.

Concluindo-se o breve olhar sobre a educação e o sobrenatural/as religiões, acrescenta-se que, posteriormente, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/1961) introduziu novos elementos

sobre o ensino religioso, restringindo seu espaço no sistema educacional, enfraquecendo o papel do Estado com tal conteúdo e recusando dar aos professores tratamento de profissionais no ensino.

Embora fora da periodização deste trabalho, menciona-se, a título de informação, que, com a Lei 5.692/1971, outras modificações são introduzidas no que se refere ao ensino religioso. Uma reflexão iniciada na década de 1970 gera um salto de qualidade na busca da identidade do ensino religioso, com distinção entre ensino religioso na escola e catequese na comunidade eclesial. Criam-se programas de formação de professores e currículos em que aspectos antropológicos, sociológicos, pedagógicos e políticos são evidenciados, deixando para trás conteúdos doutrinários e práticas desvinculadas da experiência científica e cultural. De 1984 até a época atual, com a abertura política e a democratização no país, é gestada e promulgada a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que rege a Educação do Brasil na atualidade.

Após este capítulo inicial, torna-se possível desenvolverem-se os demais, que são específicos ao tema proposto. Todavia, infere-se que a Igreja ou as Igrejas sempre viram o *locus* educacional como o meio propício para a divulgação de sua Doutrina e inculcação desta pelo *habitus* (conforme a visão de Bourdieu).



Fig. 7 – Catedral do Redentor – Altar Mor com os três triângulos maçônicos e a cruz celta (à esquerda) e a torre com as janelas em estilo gótico (criado pelos Maçons Operativos), à direita. Fotos tiradas em 2009 pela pesquisadora.

2 MAÇONARIA

“KIAM LA DISCIPLO ESTAS PRETA, TIAM LA MAJSTRO EKAPERAS.” (Quando o discípulo está pronto, o mestre aparece).

Escrito em Esperanto.

Este capítulo busca apresentar a Maçonaria em sua historicidade, procurando demonstrar que esta, desde seu início comprovado, preocupou-se com a busca de novos saberes, incentivando o conhecimento científico e o filosófico, combatendo a ignorância e a superstição e buscando o aperfeiçoamento pessoal e coletivo de seus integrantes. Também apresenta a Grande Loja da Inglaterra como a sistematizadora da Maçonaria Especulativa e demonstra sua ligação com a Igreja Anglicana e as semelhanças entre sua prática dentro das Lojas e fora delas com o *ethos* anglicano, deixando claro que é uma Ordem onde, para pertencer a ela, a primeira condição é crer em um Ser Superior e na imortalidade da alma – embora um ramo da Maçonaria seja anticlerical e despreze essa condição primeira, sendo tido como “irregular” dentro da estrutura maçônica da Grande Loja de Londres – tida como a “Loja Mãe” da Maçonaria moderna.

Falar em “Maçonaria” significa adentrar em um universo tido como “hermético”, “místico”, “desconhecido”, “obscuro”, “misterioso” e envolto em lendas. Para a maioria dos não-maçons ou “profanos”, como são denominados aqueles que não pertencem à “Irmandade” ou “Ordem”, é penetrar em um tema envolto por “pré-conceitos”, uma vez que a grande maioria de seus ensinamentos e práticas é transmitida pela oralidade, e sob juramento de

segredo, aos que pertencem a seus quadros, sendo desconhecidos dos cidadãos comuns².

Conforme Gomes (2004), a Maçonaria, exaltada por uns e execrada por outros (principalmente os que não a conhecem), enaltecida por seus integrantes e “mal-falada” por opositores, tem seu trabalho relevante, principalmente no que tange à educação, à filantropia, à busca da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, à procura de novos conhecimentos e de novos saberes³, principalmente a Maçonaria como a conhecemos hoje. Entretanto, não é bem aceita hoje pela Igreja Católica. A Congregação para a Doutrina da Fé, assinada pelo então Cardeal Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, acessada no Site do Vaticano em julho de 2008, ratifica a inconciliabilidade entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Maçonaria:

Congregação para a doutrina da fé – Declaração sobre a Maçonaria
 Foi perguntado se mudou o parecer da Igreja a Respeito da maçonaria pelo facto que no novo Código de Direito Canónico ela não vem expressamente mencionada como no Código Anterior.
 Esta Sagrada Congregação quer responder que tal circunstância é devida a um critério redaccional seguido também quanto às outras associações igualmente não mencionadas, uma vez que estão compreendidas em categorias mais amplas.
 Permanece portanto imutável o parecer negativo da Igreja a respeito das associações maçônicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e por isso permanece proibida a inscrição nelas. Os fiéis que pertencem às associações maçônicas estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão.
 Não compete às autoridades eclesiais locais pronunciarem-se sobre a natureza das associações maçônicas com um juízo que implique derrogação de quanto foi acima estabelecido, e isto segundo a mente da Declaração desta Sagrada Congregação, de 17 de Fevereiro de 1981 (cf. AAS 73, 1981, p. 240-241).
 O Sumo Pontífice João Paulo II, durante a Audiência concedida ao subscrito Cardeal Prefeito, aprovou a presente Declaração, decidida na reunião ordinária desta Sagrada Congregação, e ordenou a sua publicação.
 Roma, da Sede da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, 26 de Novembro de 1983.
 Joseph Card. RATZINGER, Prefeito; Fr. Jérôme Hamer, O.P., Secretário.

² Conforme entrevistas realizadas com o Dr. Claudiomar Barcelos e com o Reverendo Aires Paiva, ambas em 2008.

³ “Saberes”: a Maçonaria busca a Verdade, mas aceita a diversidade de saberes a respeito desta verdade, acolhendo os mais variados segmentos religiosos em suas Lojas, segundo a Loja Mãe de Londres e os Landmarks; a única OBRIGATORIEDADE é a Crença em um Ser Superior (Deus/Monoteísta), designado pelos maçons como “o Grande Arquiteto do Universo”.

A Maçonaria é uma instituição milenar, cuja origem não encontra consenso entre os maçonólogos e historiadores, sendo uma Instituição de cunho filosófico e filantrópico (AMARAL, 2005, p. 28-29; TAMBARA, 1991, p. 417-418; GOMES, 2004, p. 1-12, 51-60, e muitos outros).

Mas o que é Maçonaria? É uma Ordem Iniciática mundial. Alguns maçonólogos a apresentam como “Sociedade Secreta”, porque possui “segredos” de reconhecimento (sinais, toques e palavras), e suas “sessões” (reuniões) não se dão publicamente. Outros a apresentam não como uma sociedade secreta, mas sim uma sociedade fechada e “discreta”, pois o mundo todo reconhece sua existência, entretanto desconhecem o que se passa no interior de suas Lojas, Templos ou Oficinas (nome dado ao local de reuniões/sessões maçônicas).

Segundo Linhares (1992),

A Grande Loja Unida da Inglaterra, em carta enviada em 18 de outubro de 1950 à Grande Loja do Uruguai, assim se expressou: ‘A Maçonaria não é um movimento filosófico que admite qualquer orientação ou opinião. A verdadeira Maçonaria é um culto para conservar e entender a crença na existência de Deus, para ajudar os maçons a regularem sua própria vida e a própria conduta segundo os princípios da própria religião monoteísta que exigir a crença em Deus como Ser Supremo, e seja uma religião que tenha um Livro Sagrado, sobre o qual o Iniciado passa a prestar juramento à Ordem.’ (LINHARES, 1992, p. 24)

Seus novos membros são indicados por outros membros da Instituição, passando por um período em que a vida dos candidatos a ingressarem na Irmandade é analisada quanto à “moral e aos bons costumes”, pois a Maçonaria preza a integridade de seus adeptos, exigindo destes, que creiam na existência de um Ser Superior, a quem denominam o “Grande Arquiteto do Universo”, (G.:A.:D.:U.:) e na imortalidade da alma (com exceção de um ramo, originário da França, conforme já mencionado, que, em 1877, passou a admitir ateus e uma postura totalmente anticlerical a qualquer denominação religiosa – sendo considerada espúria pelas Potências Maçônicas de diversos países: Grandes Lojas, Grandes Orientes ou Supremos Conselhos, segundo FIGUEIREDO, 1997).

Uma vez aceito, o candidato reúne-se ao grupo para sessões de estudo e debates semanais, obedecendo a uma ordem de instrução: ao ser aceito e

iniciado, é chamado APRENDIZ; quando adquire maior conhecimento, é COMPANHEIRO; e quando atinge um grau de conhecimento capaz de orientar iniciantes, é considerado MESTRE MAÇOM. **Mestre Instalado** é a denominação dos Mestres que já foram pelo menos por *um período Veneráveis*, isto é, dirigentes de suas Lojas, eleitos democraticamente por seus pares.

Pode-se afirmar, segundo o Opúsculo editado pelo Grande Oriente do Brasil em texto publicado nos anos 70, no Jornal Três Pontos, de Buenos Aires, Argentina, e colocado na página da Internet da Editora Maçônica Brasileira, no site do Instituto Paramaçônico de Estudos e Pesquisas (<http://www.lojamaconica.org.br>, acessado em 20 de fevereiro de 2008) que “a Maçonaria é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista” (p. 1 de 3).

A priori pode parecer um paradoxo: uma Instituição cujas origens se perdem no tempo e cuja re-estruturação deu-se em 1717, na “conservadora” Inglaterra, dizer-se “progressista,” quando tudo pelo senso comum pode levar a *crer que é uma instituição conservadora*.

Segundo o Instituto Paramaçônico de Estudos e Pesquisas (2008, acessado em <http://www.lojamaconica.org.br>) a MAÇONARIA é PROGRESSISTA “porque, partindo do princípio da Imortalidade da alma e crença em um Princípio Criador, regular e infinito, não se apega a dogmas e superstições”. Percebe-se por aí, que a Instituição *não obstaculiza as pesquisas científicas, não impede a busca de outros saberes, nem impede a eterna busca da Verdade*”. Para ratificar esta afirmação, vê-se que cientistas ilustres, compositores, escritores, filósofos e grandes pensadores foram maçons, tais como: Isaac Newton, Leonardo Da Vinci, J. C. Bach (este compositor, adepto às idéias de Lutero e que, a título de curiosidade, dedicava todas as suas composições musicais “à maior glória de Deus”, pois em todas elas colocava as iniciais em latim: “A.M.D.G.” - *Ad Maiori Dei Gloriam*), F. M. Voltaire, W. Shakespeare, Montesquieu, A. Fleming, J. W. Von Goethe, R. Kipling, Baden Powell (o criador e idealizador do Movimento Escoteiro mundial) e muitos outros.

Outro fato que permite afirmar a idéia de “Progressista”, vista pelo ângulo maçônico, é a criação, em 1919, da “ORDEM DE MOLAY”, uma

Organização Juvenil criada por maçons e aceita e reconhecida pela Maçonaria Universal, como um clube educacional e uma Instituição Paramaçônica, para jovens de 12 a 21 anos, filhos ou não de maçons, mas que *tivessem vontade de aprender mais, aperfeiçoar-se e permanecer dentro da ética cristã e, ao mesmo tempo, maçônica.*

A Ordem de Molay surgiu dentro de Estado de Missouri (E.U.A.) liderada por Frank S. Land e cujos integrantes, trinta e três jovens, tiveram sua Iniciação em 18 de março de 1919, no Templo Maçônico do Rito Escocês, tendo eles escolhido para nome e patrono de sua Ordem Jacques de Molay, que foi condenado à morte na fogueira em em 18 de março de 1314, como um Mártir que lutava pela Liberdade e Tolerância.

O juramento da Ordem foi realizado sobre a Bíblia, que Land havia recebido quando criança em “suas aulas da Escola Dominical.”⁴ Mas o *mais interessante* de tudo isto é que, entre os JURAMENTOS dos De Molay, está este: **apoiar as escolas públicas!** *Percebe-se aqui a preocupação maçônica com a escolarização pública, para que esta estivesse realmente ao alcance de todos e de todas* (MONJARDIM, 1997).

Segundo o Instituto Paramaçônico de Estudos e Pesquisas (2008, acessado em <http://www.lojamaconica.org.br>) o lema da Maçonaria Especulativa (na atualidade, século XX e XXI) é: *Ciência, Justiça e Trabalho*. A Ciência como busca dos conhecimentos e saberes; a Justiça para equilibrar e harmonizar a vida em sociedade e o Trabalho para a dignificação do ser humano e para sua independência econômica, entendida como a busca da Verdade, da Ética e do aprimoramento pessoal *em prol da humanidade*, o que só poderá ser alcançado pela busca e prática das virtudes morais.

Segundo Guimarães (2006, p. 287), foi a Maçonaria, junto às corporações estruturadas, que sustentaram as idéias de sindicalismo e os

⁴ A Escola Dominical é a “Escola do Dia do Senhor”. As Igrejas Históricas não católico-romanas costumam reunir seus filhos em classes que se realizam nos domingos, onde, orientados por um professor, que pode ser o próprio Reverendo ou Pastor, ou alguém por ele designado, propiciam-se aulas de Educação Cristã. A separação é feita por idade cronológica ou por interesses, indo das crianças pequenas até os adultos; faz-se esse trabalho geralmente de modo voluntário e segundo um planejamento elaborado pelo Departamento de Educação Cristã e adaptando-o ao contexto regional e local. Normalmente há várias classes e vários professores. (Documentos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e entrevista com o Reverendo XX.)

movimentos organizatórios da classe operária, sendo a Inglaterra a primeira nação a reconhecer a liberdade de associação e de coalizão dos trabalhadores.

O termo “maçon” tem origem controversa: para alguns, vem do francês “maçon”, ou do inglês “mason”, que significa “pedreiro”, ou, conforme muitos dicionários, deriva do inglês “free-mason” (“pedreiro livre”); entretanto, para Benimelli (1983, p. 57-58), derivaria do vocábulo “freestonemason”, isto é, “pedra que pode ser trabalhada”, “pedra de cantaria”, “sendo que os que com ela trabalham são *artífices*”, “*escultores da pedra*”. Esta explicação possui certa lógica, pois os maçons afirmam que, uma das primeiras e grandes tarefas de quem é iniciado na Ordem, é “polir a pedra bruta”, isto é, o iniciado é comparado a um bloco de pedra que necessita ter suas “arestas desbastadas, lapidadas” (ou seja, seus defeitos combatidos e superados, na busca da maior aproximação possível com a justiça, o equilíbrio moral e a perfeição).



Fig. 8 – Desbastando a “Pedra Bruta”. Corresponde ao 1º Grau Maçônico, O Grau de Aprendiz. (Figura retirada do Site Maçônico, na Internet).



Fig. 9 – Representação de DEUS: O OLHO QUE TUDO VÊ.



*Fig. 10 – O Esquadro e o Compasso envolvendo a letra **G** que representa o Nome Indizível de Deus. (“G” – porque é a inicial de “GOD”, Deus em inglês e em várias línguas. **A LETRA "G"**: É o símbolo de Deus, o Divino Geômetra. Uma das razões de ser tomada como símbolo sagrado da Divindade, é que, com ela, a palavra Deus, se inicia em vários idiomas. GAS, em Siríaco; GADA, em persa; GUD, em sueco; GOTT, em alemão; GOD, em inglês, etc.).*

A Maçonaria como se conhece hoje, a Maçonaria Especulativa, teve sua origem mais moderna, ainda dentro das Corporações de Ofício Medievais, antes da Reorganização realizada em Londres (1717). Por volta de 1356, grupos de trabalhadores especializados na arte de construir, primeiro em madeira e depois em pedra, sentiram a necessidade de criar uma organização que os congregasse e cuidasse dos seus direitos. Essa etapa durou mais de duzentos anos e as reuniões foram realizadas em construções pequenas situadas ao lado da obra principal. Os pedreiros-livres ingleses receberam várias concessões reais devido ao conhecimento arquitetônico que possuíam, tal como o livre-trânsito no Reino, a isenção de tributos fiscais e a liberdade de fazer reuniões fechadas sem sofrer fiscalização. Não havia motivo para desconfiar de um grupo de pedreiros que adotava como lema a fidelidade à Igreja e à Coroa.

Os *Maçons* foram os *introdutores do estilo gótico ou ogival nas construções*. Dois dos principais exemplos deste estilo na Inglaterra são a Abadia de Westminster, em Londres, e a Catedral de Cantuária.



Fig.11 – Catedral de Cantuária (Canterbury), na Inglaterra, construção de estilo gótico. Foto retirada do Site Oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.



Fig. 12 – Interior da Catedral de Cantuária, com suas ogivas no mais puro estilo gótico. Foto retirada do site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.



Fig. 13 – Visão lateral da Catedral de Cantuária, onde se percebe a riqueza de detalhes da arquitetura gótica. Foto retirada do site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Com a massificação do saber e a proliferação das Universidades na Idade Média, o conhecimento arquitetônico e sua correspondente matemática já não eram mistério e o “grande conhecimento arquitetônico” dos maçons deixou de ser algo que atraísse a atenção dos leigos e as Lojas Maçônicas começaram a se esvaziar por falta de aprendizes.

Neste ponto, na tentativa de sobreviver, passaram a aceitar membros *honorários* em suas Lojas, sendo o primeiro deles o **Lord John Boswell**, em 1600, que, como os demais, não provinha das artes da construção, tendo formação filosófica e sendo fazendeiro. Assim nascia a Maçonaria de cunho *especulativo* em contrapartida à sua anterior ênfase *operativa*. Em 1646 ingressou na Maçonaria **Elias Ashmole** e ele foi importante para a passagem definitiva da Maçonaria para a forma como atualmente ela se apresenta. De acordo com Linhares (1992, p. 100):

Elias Ashmole (1617-1692), membro da Royal Society [...] escreveu em seu diário, cujo original manuscrito está na Biblioteca Bodleiana de Oxford: “16 de outubro de 1646 – 4h.30 P.M. – Fui feito freemasom em Warrington, no Lanchashire”.

Estes maçons honoríficos foram chamados de **maçons aceitos** e acabaram por suplantar em número os maçons operativos nas Lojas. Os princípios do *Liberalismo e a defesa da liberdade de pensamento lá floresceram*.

Nesse momento histórico, a *Maçonaria não mais pregava a fidelidade à Igreja de Roma*, uma vez que, na Inglaterra, a Igreja Anglicana dela se havia separado. A Igreja Presbiteriana foi aceita e teve permissão para sua instalação na Escócia em meados de 1500, e contava com vários presbíteros maçons. Portanto, a Maçonaria pregava apenas **a obediência ao Rei**; e, nessa ocasião, **a obrigação de seus integrantes pertencerem a uma Igreja Cristã e crerem em um único Deus. A denominação religiosa era indiferente**.

Vê-se, desde sua reorganização, a preocupação da Maçonaria pela busca de **conhecimentos e novos saberes**, pois esta incentivou e apoiou as ciências que se estruturavam então e contavam com vários intelectuais em sua Ordem. Os novos grupos se expandiram. Os espaços acanhados das reuniões realizadas nos anexos das obras foram abandonados e trocados por outros mais confortáveis, encontrados principalmente nas salas das tavernas, das cervejarias e das estalagens. Os recantos isolados desses estabelecimentos públicos ganharam a preferência, pois os encontros contaram, a partir daí, com um outro ingrediente: junto ao espírito científico que a maçonaria apoiava, a possibilidade de comer, beber e conversar após a reunião, tendo assim o apoio dos livre-pensadores e, ao mesmo tempo, um momento de confraternização.

Entretanto, segundo Lomas (2007), **as Igrejas eram lugares mais discretos**, e proporcionavam aos maçons conversar sem a curiosidade de intrusos, permitindo-lhes praticar seus rituais com mais liberdade e sem correrem o risco de ser mal-interpretados ou tidos por conspiradores. **A Igreja de São Paulo Apóstolo (Anglicana), em Londres, foi uma das escolhidas**.

Segundo Tambara (1995), a história da Maçonaria pode ser dividida em três períodos distintos: Maçonaria Tradicional (da qual muito pouco se sabe ou se pode provar), Maçonaria Operativa (do Período Medieval, integrando as Corporações de Ofício e sendo constituída pelos arquitetos e construtores agrupados em três graus: Aprendiz, Companheiro e Mestre, conforme o grau de conhecimento adquirido por estes), e Maçonaria Especulativa (ou Filosófica), que surge oficialmente em **24 de junho de 1717**, em Londres (Inglaterra),

quando da união de quatro Lojas de Londres: Goose and Gridiron (O Ganso e a Grelha – que funcionava *na Igreja de São Paulo*, em Londres), The Crown (A Coroa – que se encontrava em Parker’s Lane), Apple Tree (A Macieira – que se reunia no *Covent Garden*) e Russer and Grapes (A Taça e as Uvas – que tinha suas reuniões na *Abadia de Westminster*) constituindo a **“Grande Loja de Londres”**, considerada a **“Loja Mãe” da Maçonaria Moderna** (GOMES, 2004, p. 22), no prédio da Igreja Anglicana de São Paulo Apóstolo, em Londres. Este dia, 24 de junho, é consagrado a São João Batista, que é o *Patrono da Maçonaria* - sendo neste dia comemorado o “Dia do Maçom”⁵.



Fig. 14 – Simbologia Medieval nos templos maçônicos, representando também o Universo. Figura retirada da Internet, do Site Paramaçônico.

A Maçonaria Moderna optou por diferentes procedimentos litúrgicos, conforme substratos conceituais das comunidades praticantes. Nas regiões lideradas pela Grã-Bretanha, predominou o simbolismo religioso associado ao

⁵ No Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, pela Lei Municipal nº 1.160, de 22 de dezembro de 1987, o “Dia do Maçom” é comemorado em 20 de agosto, por ter sido este o dia em que as três lojas maçônicas metropolitanas se reuniram em Sessão Extraordinária, no Rio de Janeiro, presidida por Gonçalves Ledo, e onde, por unanimidade, a Assembléia do Povo Maçônico proclamou a Independência do Brasil, decidindo que o Príncipe Regente seria Dom Pedro I, o Primeiro Imperador do Brasil, o qual era afiliado à Ordem Maçônica, com o nome de Irmão Guatimozim, sendo então elevado a Grão Mestre. Alguns países, porém, comemoram o Dia do Maçom em 24 de dezembro (datas dos solstícios de verão, no Hemisfério Sul, e inverno, no Hemisfério Norte) (CORTEZ, 2004).

cientificismo empírico; na França e na Alemanha, teve preferência o simbolismo esotérico e o racionalismo judaico-cristão.



Fig. 15 – Simbolismo baseado na formação judaico-cristã

Linhares (1992, p. 80) informa que, na Grã-Bretanha:

A primeira organização de Maçons, como corpo especial, ocorreu no ano trezentos, sob a proteção do Imperador Carausio que concedeu muitos privilégios aos Maçons, lhes dando uma Constituição, e nomeou Albano, distinto general romano, Grão-Mestre da Ordem.

Mais adiante, registra:

Segundo Colinon (in 'L'Eglise em face de La Franc-Maçonnerie', Paris, Fayard, 1954, p. 17), no ano de 614, o Papa Bonifácio IV outorgou aos Maçons regalias e monopólios que 'os libertavam de todos os estatutos locais, éditos reais, ou qualquer outra obrigação imposta pelos países aonde fossem viver. (LINHARES, 1992, p. 81)

Ainda quanto ao significado de “Loja”, segundo Figueiredo (1997, p. 224), seria um vocábulo que deriva do sânscrito “loka”, “mundo”, pois, para os maçons, a Loja significa *o mundo ou o Universo*, o local onde se reúnem para buscar o aprimoramento pessoal e, através dele, a possibilidade de atuação na sociedade defendendo “a livre manifestação de pensamento, a liberdade de consciência e a democracia”. Também os locais das reuniões ou sessões maçônicas podem ser chamados de “TEMPLO”. Segundo o Dicionário Maçônico (DA CAMINO, 2001, p. 379-380), inicialmente “Templo” era o “local destinado ao culto de uma divindade”. Com o tempo, “passou a designar o acolhimento de um culto extensivo às ciências [...] templos erguidos à Sabedoria [...]”.

É Da Camino (2001, p. 380) que afirma:

As Lojas Maçônicas reúnem-se em templos: são recintos “consagrados” para atividades operativas e especulativas; uma vez consagrado um Templo, passa a ser recinto santo, exigindo-se respeito e veneração. [...] A preocupação da Maçonaria é erigir um Templo que jamais possa ser destruído. [...] O Templo simboliza o ser humano. [...] Cada homem pode transformar-se em Templo a Deus e receber a Sua Presença.

Também Da Camino (2001) refere-se ao fato de que os Templos Maçônicos seguem a estrutura física da construção do Grande Templo de Salomão, como é relatado na Bíblia, no I Livro de Reis, capítulos de 05 a 07 (BIBLIA SAGRADA, tradução de JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA). Externamente, os Templos Maçônicos têm semelhanças entre si e apresentam características e/ou símbolos que permitem a um maçom que passe pelo edifício, identificá-lo como um Templo Maçônico, pois os símbolos (“sinais”) são reconhecidos pela Maçonaria Universal (já que os maçons se reconhecem como já foi mencionado, por “sinais, toques e palavras”). Há uma linha maçônica que defende a existência da Maçonaria desde o tempo de Salomão e que, tanto este, como Hiram rei de Tiro e Hiram Abif, seu Mestre Construtor, eram Maçons, residindo nestas épocas remotas o nascimento da Maçonaria Operativa.

Conforme entrevistas com o Dr. Edegar Quintana (anglicano) e com o Bispo Jubal Pereira Neves (anglicano), ambos maçons, realizadas em julho de 2009, inferiu-se que a Maçonaria é uma Instituição que se considera filantrópica porque não está constituída para obter lucros para si mesma, pelo contrário, suas arrecadações e seus recursos se destinam ao bem estar do gênero humano, sem distinção de nacionalidade, sexo, religião ou etnia. Seus óbolos se destinam a auxiliar maçons e suas famílias em necessidade, bem como, quando falece um Irmão, entregam à viúva uma razoável soma em dinheiro, para pagar gastos com o funeral e para que esta não passe necessidades econômicas no tempo que segue o falecimento; também angariam fundos para auxiliar necessitados (não importando etnia, religião, se têm ligação com a Ordem ou não); dedicam ainda uma parte da arrecadação para construção e manutenção de templos maçônicos e para financiar literatura (livros, revistas, opúsculos) de circulação restrita. **Até meados do século XX, serviu para**

financiar escolas laicas e para construir e manter seus prédios (COLUSSI, 2000); tem como característica “auxiliar sem aparecer”, segundo o princípio bíblico e cristão: “O que a tua mão direita faz (de bom) a mão esquerda não deve ficar sabendo.” Por isto, muitas ações beneméritas das Lojas ficam em segredo, e os Maçons não querem agradecimentos nem menções na mídia sobre isso.

Assume-se como progressista porque, partindo do princípio da imortalidade do espírito e da crença em um Princípio Criador Regular e Infinito, não se apega a dogmas, prevenções ou superstições e não opõe nenhum obstáculo ao esforço dos seres humanos à busca da verdade, **nem reconhece outro limite nessa busca senão a da razão com base na ciência, enfatizando a ética em todas as descobertas científicas.**

Considera ainda como pressupostos essenciais, a **liberdade** dos indivíduos e dos grupos humanos, sejam eles instituições, etnias ou nações; a **igualdade** de direitos e obrigações dos seres e grupos sem distinguir a religião, raça, gênero ou nacionalidade; a **fraternidade** entre todas as pessoas, já que todas são consideradas filhos do mesmo Criador e, portanto, irmãs.

A Maçonaria não se considera uma Religião ou Instituição Religiosa. Isto porque apenas **reconhece a existência de um Único Princípio Criador, Regulador, Absoluto, Supremo e Infinito ao qual dá o nome de Grande Arquiteto do Universo;** é uma entidade espiritualista em contraposição ao predomínio do materialismo. A afirmação de que *é necessário renunciar à religião para ser recebido como Maçom* foi criada durante a Inquisição e difundida pela ignorância que grassava à época.

As condições indispensáveis para ser Maçom (segundo entrevista já realizada em julho de 2007 com o Ven. : A.R.R.) são:

Crer na existência de um princípio Criador; ser homem livre e de bons costumes; ser consciente de seus deveres para com a Pátria, seus semelhantes e consigo mesmo; ter uma profissão ou ofício lícito e honrado que permita prover as suas necessidades pessoais, de sua família e a sustentação das obras da instituição; **ser convidado por um Maçom e aprovado pelos demais.**

Exige-se do Maçom: respeito aos seus estatutos e regulamentos, além de acatamento às resoluções da maioria, tomadas por voto secreto. Em particular, ainda é exigido: a guarda do sigilo dos rituais maçônicos; conduta correta e digna dentro e fora da Maçonaria; dedicação de parte do seu tempo para assistir às reuniões maçônicas; prática da moral, da igualdade e da solidariedade humana e da justiça em toda sua plenitude. Ainda segundo o entrevistado, Ven.: A.R.R., além disso,

proíbe-se terminantemente, na **atualidade (século XX e XXI)** [grifo meu] que, dentro do Templo Maçônico, ou em seu nome, surjam discussões político partidárias ou religiosas sectárias, porque a Maçonaria prefere um amplo entendimento entre os “irmãos” (assim chamados os maçons entre si) evitando que sejam divididos por pequenas questões da vida civil ou por diferenças de religião.

Inquirido um dos Maçons sobre o tão propalado *segredo da maçonaria* respondeu:

O segredo maçônico, que de má fé e caluniosamente muito têm servido aos seus inimigos para fazê-la suspeita entre os espíritos puros ou em decadência, não é um dogma, senão um procedimento, uma garantia, uma defesa necessária e legítima. **A senhora entregaria a chave de sua casa a um desconhecido?...** (julho, 2008, entrevista com X.Y.)

Para X.Y. (julho/2008), “a Maçonaria não tem preconceitos”, mas sabe-se que, conforme U.B. (entrevistado em julho de 2008),

a Maçonaria não admite em seu seio pessoa que não tenha um mínimo de cultura ou que não possua uma profissão ou renda com que possa atender às necessidades dos seus familiares e/ou fazer face às despesas da sociedade, em socorro aos necessitados (mesmo porque a Maçonaria é uma Instituição Filosófica sempre em busca de novos saberes.). Procura, por isso mesmo, auxiliar escolas e colocar os saberes ao alcance de todos.

Parece, entretanto, que aqui se vê um paradoxo dentro da Instituição: não há preconceitos, mas há necessidade de “um mínimo de cultura” e “uma profissão/renda para atender à sua própria família e socorrer os necessitados”.

Inquirido sobre isso, U.B. respondeu:

Não há necessidade de o indivíduo ser portador de Diploma de Curso Superior! O que se quer é que o Irmão saiba ler e escrever, tenha um

mínimo de conhecimento para compreender o que se fala em Loja. E se um sujeito tem moral, bons costumes, boa conduta e não tem uma escolarização mínima, a própria Loja faz o possível para ajudá-lo a estudar e possibilitar assim o seu ingresso. Isto se o sujeito quiser.

Ante a natural pergunta: “E se um dos Irmãos ficar desempregado?”, a resposta obtida foi:

Os Irmãos da Loja se encarregarão de ajudá-lo a conseguir um emprego, desde *que nas mesmas condições dos outros candidatos a uma vaga num emprego* [sic]. A Maçonaria não privilegia, mas em igualdade de condições, dá preferência aos Irmãos.

Inquirido quanto ao período em que o “Irmão” ficaria desempregado, a resposta obtida foi:

A Loja tem compromisso em ajudá-lo durante esse período, se realmente ele está procurando emprego. A senhora não ajudaria seu irmão se ele precisasse?

Apesar de se inferir que há um paradoxo, a resposta recebida foi coerente.

Desde seu nascimento como movimento fraternal organizado no início do século XVIII, em Londres, até hoje, a Maçonaria tem sido objeto de ampla curiosidade e intensa suspeição ocasional. Com seus elaborados rituais secretos, seu envolvimento tanto com a sabedoria antiga quanto com a ciência e a razão do Iluminismo moderno, a relativa exclusividade de seus membros, a irmandade maçônica provou ser excelente para os criadores de “teorias de conspiração” e autores oportunistas ansiosos para faturar “expondo”, com imaginação, as maneiras secretas e as ambições ainda mais secretas da ordem. O *“grande segredo” dos Maçons, disse Benjamin Franklin, “é que eles não têm segredo algum”*. (Citado pela maioria dos entrevistados em julho de 2008).

O fato é que tanto os Templos Maçônicos mais antigos como os atuais mantém certa homogeneidade interna, e determinados símbolos estão presentes em todos eles, sendo muitos deles vistos dentro ou fora das Igrejas Anglicanas, tanto nas vetustas catedrais, como nas Igrejas mais modernas. Coincidência? Não. Fatos que atestam uma similitude intencional, pela recorrência dos mesmos, que podem passar despercebidos aos olhos

“profanos”, mas aos olhos de pesquisadores, maçons e maçónólogos são muito visíveis.



Fig. 16 – Desenho da fachada e do Domo da Igreja de São Paulo Apóstolo, em Londres. Foto retirada do site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.



Fig. 17 – Fachada da Igreja de São Paulo Apóstolo, em Londres, onde é possível ver vários símbolos maçônicos, como os triângulos e as colunas duas a duas. A catedral dedicada a São Paulo dominou a paisagem de Londres desde 604 a.D., uma constante lembrança a este grande centro comercial da importância do lado espiritual da vida. A atual Catedral Anglicana de São Paulo é a quarta a ocupar o mesmo local, depois que sua predecessora foi destruída no Grande Incêndio de Londres. Mas o Domo continuou de pé. (foto obtida na Internet.)



Fig. 18 – Interior do Domo da Catedral de São Paulo Apóstolo, onde se podem verificar símbolos maçônicos (figuras retiradas da internet). Abaixo do domo há a Galeria dos Sussurros, de nítida inspiração maçônica.



Fig. 19 – Outro ângulo do pórtico da Catedral de São Paulo, onde se pode verificar o “Olho que Tudo Vê” (Olho de Deus) entre as colunas, no segundo andar, e o famoso domo. (Figura retirada da Internet.)

2.1 Maçonaria na Inglaterra

Linhares (1992) afirma que não se tem como fixar a data da introdução da Maçonaria na Grã-Bretanha. As primeiras histórias recebidas e contadas

pela tradição oral e escrita trazem indícios de que sua entrada se deu na primeira metade do século III, contando com a simpatia e proteção do Rei Carausio.

Linhares (1992, p. 80-82) relata que, segundo a cronologia de Anderson,

Frei Agostinho⁶, monge beneditino, foi um célebre arquiteto, tendo sido o primeiro Bispo de Canterbury e o segundo Grão-Mestre da Confraria dos Maçons da Inglaterra, dos anos 577 da Era Cristã, até sua morte. Foi canonizado como Santo Agostinho⁷ e sua memória é reverenciada pelos franco-maçons⁸.

[...] Canterbury – basílica de pedra construída por ele (Santo Agostinho de Cantuária), mas só mais tarde concluída. À esta construção seguiram-se a Catedral de York, em 627, a de Winchester, em 635, a Catedral de Hexham e o Mosteiro de Monk Wearmouth.

Posteriormente, como já mencionado, a Maçonaria Operativa, buscando meios para sobreviverem à crescente precariedade de sua situação funcional e financeira, abriu suas portas para profissionais de áreas estranhas à construção, **os aceitos**. As Corporações com **os aceitos**, se transformaram em cultos de incentivo à religiosidade e ao aprimoramento dos valores relativos à cidade e à *busca de novas descobertas científicas*. As atividades das sociedades para a reforma de conduta, constituídas predominantemente pela burguesia, visaram principalmente as massas, pois não se sentiam encorajadas a criticar os altos setores da sociedade britânica.

Segundo Colussi (2002), estes homens procuravam na maçonaria um local de lazer e discussões filosófica e políticas, sendo associações de livres-pensadores. Os principais documentos que fundamentaram a reorganização da Maçonaria Especulativa (que se iniciou com a criação da Grande Loja de Londres, como mencionado) foram os *Landmarks* e a *Constituição de Anderson*, publicada em 1723. Os maçons, antes desta Constituição, eram obrigados a pertencerem à religião oficial da Inglaterra, o Anglicanismo, mas no Art. 1º da Constituição fica claro que **todos são livres para escolherem a religião que**

⁶ Chamado de Santo Agostinho de Cantuária pelos Anglicanos (não confundir com Santo Agostinho de Hipona).

⁷ Neste tempo, a Igreja Cristã era indivisa.

⁸ Assim como pelos anglicanos (nota da autora).

Ihes for mais conveniente, sendo exigida apenas a crença em um Ser Superior, Deus, ou: o Grande Arquiteto do Universo.



Fig. 20 – O Templo da Grande Loja de Londres. Foto enviada por e-mail por um Reverendo que não quis se identificar.

Segundo Benimelli,

É fácil conjecturar as razões que impulsionaram Anderson, Desaguliers e seus contemporâneos a utilizar a Loja, suas fórmulas e suas tradições. Buscaram na Maçonaria o lugar de encontro de homens de certa cultura e com inquietações intelectuais, interessados pelo humanismo como fraternidade, acima das separações e das oposições sectárias, que tanto sofrimento haviam acarretado à Europa a Reforma, por uma parte e a Contra-Reforma, por outra. Os animava o desejo de encontrar-se numa atmosfera de tolerância e fraternidade. (BENIMELLI, s/d, IV volume, p. 71)

A partir do século XVII, algumas Lojas, freqüentadas por intelectuais, deixaram de ser convencionais para se tornarem **formadoras de opiniões**. , marcando a figura do **livre pensador, um erudito que tinha salvo-conduto da realeza para divulgar suas idéias e melhorar os conhecimentos da elite**. As reuniões maçônicas, **a partir dessa época, proporcionaram nova visão do homem e do mundo e elevaram a complexidade dos conhecimentos à disposição da comunidade**.

Conforme Lomas (2007), os interesses das monarquias, das religiões dominantes e das ciências, criaram episódios relevantes, que colaboraram para a evolução organizacional e funcional da Maçonaria. Foi o caso que se verificou na **difusão do movimento filosófico e cientificista inglês, o Iluminismo, a partir da Royal Society, que desempenhou papel fundamental na criação e na consolidação da primeira Grande Loja maçônica em Londres**. Despontou a liderança de **John Theophilus Desaguliers**, um francês que se mudou pequeno, com seus pais, para a Inglaterra, onde, anos mais tarde, freqüentou a Universidade de Oxford e se doutorou em Lei Canônica. **A ciência foi importante na vida de Desaguliers, principalmente a teoria das leis mecânicas de Newton, com quem estreitou laços de amizade. Foi eleito para a Royal Society em Londres e fez conferências em Tavernas e encontros maçônicos para divulgar a ciência newtoniana**. Aqui se vê a preocupação da Maçonaria com o conhecimento científico e sua difusão.

Desaguliers dedicou-se a interpretar princípios do Deísmo, pois, para a sociedade de intelectuais londrinos, Deus era a Causa Primeira e Final do mundo, responsável pela Segunda razão da existência do Universo, a força de gravidade. Como se constata, o sentimento materialista/religioso esteve sempre muito presente na base das especulações científicas do iluminismo inglês, levado também para os alicerces conceituais que sustentaram a criação da Grande Loja de Londres e o novo modelo de Loja Maçônica, apoiado na estrutura física do Parlamento Inglês e **na pedagogia da Sociedade Real (Royal Society)**.

Inegável é que o sistema ritualístico, com sua pedagogia maçônica diferenciada, provou ser um veículo efetivo para a explicação das idéias do século dezoito, dos conceitos newtonianos aos princípios éticos do Deísmo. O sistema ritualístico funcionou também como uma religião civil e foi reconhecido

como uma importante fonte do anglofilismo. Os maçons ingleses entenderam que as leis da mecânica newtoniana revelavam muito sobre o ordenamento da natureza e que as doutrinas deístas, da mesma maneira, ajudavam a definir princípios apropriados para a conduta moral da sociedade, conseguindo, em muito modificar e moralizar, sem exageros, uma sociedade que teria de aceitar o conhecimento científico, *sem, no entanto, eliminar a Presença de Deus.*

Em 1815, a **Grande Loja Unida de Londres** se uniu com a **Grande Loja de York**, fundando a **Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI)**, e depois de sucessivas revisões nas Constituições de Anderson, devido a impasses sobre **a necessidade ou não da crença em Deus, esta exigência foi mantida.**

Entretanto, na Maçonaria da França, surgiram divergências quanto à orientação de crenças. A história da França foi sempre permeada por absolutismos e perseguições religiosas; a Maçonaria da França via na Igreja Católica não uma protetora ou alguém que merecesse sua devoção, mas sim uma expressão da tirania da aristocracia francesa, e com isso seus integrantes passaram a fazer-lhe objeções expressivas e, por esta razão, também passaram a sofrer perseguições mais ostensivas. Tais fatos explicariam a divergência de um ramo maçônico surgido na França, que, principalmente em função da não-exigência da crença no Grande Arquiteto do Universo, distanciou-se da Maçonaria inglesa.

Conforme Linhares (1992), em 24 de junho de 1738 foi fundada a Grande Loja da França, que foi declarada extinta em 24 de dezembro de 1771. E, em 22 de outubro de 1772, surgiu o Grande Oriente da França – o primeiro Grande Oriente do mundo. Em 1949 foi fundada a Grande Loja Nacional da França.

Em 1877, o Grande Oriente da França (GOF) aboliu de seus ritos e rituais a necessidade de confessar a crença em Deus para ser admitido como maçom. Isto levou ao primeiro grande cisma do mundo maçônico, **pois a Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI) considerava esta atitude da maçonaria francesa irregular, uma vez que a existência de Deus seria o primeiro postulado metafísico e filosófico existente.**

A história da França mostra que grande parte de seus filósofos foi revolucionária e se imiscuía na Política local e a Igreja Católica gozava de

grande prestígio, sendo o *Segundo Estado* francês, ao lado do Primeiro Estado, composto pela Nobreza, e o Terceiro Estado, pelo povo excluído. Neste contexto nada seria mais lógico do que hostilizar a Igreja que mantinha a religião oficial do Estado, pois ser não-católico naquela época era uma condenação de *lesa-majestade* e um pedido de condenação capital. Então a opção pelo ateísmo neste país, longe de ser uma atitude louvável, era *ao menos revolucionária e agradava a alguns intelectuais*.

Desta feita os maçons franceses não se retrataram ante a indignação da Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI) que não concordou absolutamente com a não-exigência de crença em DEUS, e criaram para si o *Rito Moderno* ou *Rito Francês*, onde não existe a menção a Deus ou à Bíblia Sagrada em qualquer ato ritualístico. Além disso, o Grande Oriente da França (GOF) assumiu feição política e revolucionária. Concernente com seus princípios, a Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI) decretou que o Grande Oriente da França (GOF) *não participava da comunhão maçônica sendo*, portanto, um *organismo irregular* qualquer, e para não ficar sem representação francesa, a Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI) instalou ali a **Grande Loja Nacional Francesa (GLNF), que manteve a sua regularidade e a crença em Deus**.

Este critério da **regularidade ou irregularidade** das Lojas passou a ser conferido para as Lojas Maçônicas que ***seguiram ou não os princípios de existência de Deus emanados da Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI)***. Apesar de a Maçonaria não ter uma “autoridade mundial”, ela tece redes de reconhecimento, auxílio e intercâmbio e estes somente são possíveis entre Ordens irmãs, pois se estabeleceu que as maçônicas tidas por *irregulares* desvirtuaram o ideal maçônico a tal ponto que, se uma Loja ou Potência Maçônica mantivesse relacionamento com qualquer uma delas, ocorreria a sua exclusão imediata dos quadros de regularidade e reconhecimento, conferidos pela Grande Loja Unida da Inglaterra (GLUI).

Na atualidade (2010), a Grande Loja da Inglaterra e o Grande Oriente da França mantêm relações fraternas, mas o Grande Oriente da França ainda não é acolhido como *Regular* pela Grande Loja Mãe, pela não-exigência na crença em um Ser Superior.

Lewis Mumford, professor de Humanidades na Universidade de Stanford, procurando em sua obra incentivar a busca do conhecimento científico

na década de 1950, refere-se à Maçonaria como uma forma de corporativismo, inerente ao fator humano.

[...] O próprio movimento a favor da abolição dos privilégios corporativos foi em parte obra de uma nova Associação, a Ordem Maçônica ou Pedreiros Livos [...] Em 1717 aparecia em Londres a primeira Loja Maçônica; seguiram-se a de Paris, em 1725; a da Filadélfia, em 1727; a de São Petersburgo, em 1771. (MUMFORD, 1955, p. 352)

Mumford considera que a Maçonaria podia ser uma tentativa de combater os padres jesuítas, mas também tinha, como finalidade maior, estabelecer um vínculo entre a classe média emergente. Para ele, a Maçonaria era romântica, mas “uma expressão do iluminismo, do racionalismo, cosmopolitismo do século das luzes” (MUMFORD, 1955, p. 352), buscando uma possibilidade de acesso aos conhecimentos por parte da burguesia.

Também é Mumford que apresenta a Maçonaria como uma Instituição cheia de paradoxos:

[...] Adotava métodos secretos e apresentava planos de caráter público; restabelecia rituais já moribundos e propagava idéias progressistas; apelava para tradições sentimentais e para o passado, mas empenhava-se na adoção de medidas inovadoras, sem outra esperança senão o bem no futuro (MUMFORD, 1955, p. 352).

Embora não se concorde plenamente com as idéias de Mumford a respeito da Maçonaria, por considerá-lo pouco informado em relação a ela, é inegável que Mumford traz uma informação importante sobre a Ordem e confirmada após várias entrevistas realizadas: “As ordens secretas aderiram à prática moderna do *seguro de vida*: prometiam a seus membros um enterro decente e uma generosa ajuda para os sobreviventes do finado.” (MUMFORD, 1955, p. 353).

2.2 A Maçonaria e a Educação no Brasil

Este item do capítulo sobre a Maçonaria tem como objetivo lembrar o cenário da Maçonaria brasileira em seus momentos marcantes da História do Brasil, sem, contudo a intenção de realizar-se um estudo aprofundado ou de apresentar a influência da Maçonaria no cenário histórico nacional de forma

exaustiva, mas sim apenas fazer menções suficientes a que se possa *ver* a Maçonaria no contexto histórico e político do Brasil, *especialmente no que tange a sua influência no campo educacional*, para centrar-se em sua ligação com os clérigos anglicanos que para cá viriam dos Estados Unidos ou aqui fariam seus estudos no Seminário Episcopal e sua luta conjunta pela educação laica.

Segundo Santiago (1992), a Maçonaria foi atuante no Brasil desde o Período Colonial e surgiu sob a inspiração da Maçonaria Francesa em forma de agremiações revolucionárias. Maçons foram atuantes como mentores ou participantes ativos da Inconfidência Mineira (1789), da Revolta dos Alfaiates (1798), da Independência do Brasil (1822), da Abolição da Escravatura (1888), da Proclamação da República (1889) e outros movimentos cívicos pela garantia das liberdades individuais, religiosas e da cidadania.

A Maçonaria organizada, no Brasil, teve seu início em 1800, com a instalação, em Niterói (Praia Grande, na época), da Loja União, e daí outras proliferaram. Em 1813 foi fundado, em Salvador, o Grande Oriente Brasileiro, e, em 1815, foi fundada no Rio de Janeiro a Loja Comercio e Artes, trabalhando com o Rito Adoniramita, pois a Maçonaria pode operar com vários Ritos que são aceitos e reconhecidos (ou não) pela Grande Loja de Londres. Este, no caso, o é, assim como o Rito Escocês Antigo e Aceito e outros.

Em 1818, D. João VI proibiu a existência de qualquer sociedade secreta em Portugal e nas Colônias, determinando a pena de morte e o confisco dos bens aos que nelas fossem achados, e proibiu também a circulação de obras escritas sobre as Sociedades Secretas, sob pena de degredo para quem as tivesse. Apesar da proibição, os maçons continuavam a se encontrar *discretamente*.

Segundo Moraes (2009), acessado no *Site Paramaçônico*, com o retorno de D. João VI a Portugal, em abril de 1821, a Maçonaria brasileira retomou abertamente as suas atividades e, no ano seguinte, 1822, no Rio de Janeiro, fundou-se novo Alto Corpo Maçônico, sob o rito Adoniramita, denominado Grande Oriente do Brasil, tendo José Bonifácio de Andrade e Silva como Grão-Mestre e Gonçalves Ledo como Primeiro Grande Vigilante.

Para Cortez (2004), a Maçonaria tem sido partícipe de todos os movimentos libertários em todos os lugares do mundo. A influência da Maçonaria fez-se sentir em 9 de janeiro de 1822, pelo célebre “Dia do Fico”,

onde Dom Pedro recusou-se a voltar a Portugal. A Maçonaria conferiu a D. Pedro, em 13 de maio de 1822, o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, pois ele, acatando orientações maçônicas, expediu um Decreto determinando que qualquer ordem da Coroa Portuguesa só seria aceita no Brasil com o consentimento expresso dele, D. Pedro, o Príncipe Regente. Em 02 de agosto de 1822, D. Pedro de Alcântara foi iniciado na Loja Comercio e Artes, adotando o nome ritualístico de Irmão Guatimozim. Em 05 de agosto, foi elevado a Mestre e, em 4 de outubro, após a Proclamação da Independência, por aclamação, foi elevado a Grão-Mestre, substituindo José Bonifácio e mantendo Ledo como o Primeiro Vigilante.

À época da Independência, segundo Cortez (2004), formaram-se duas facções políticas na Maçonaria, a de Ledo, liberal, e a de José Bonifácio, monárquica e conservadora. Mas, apesar das filosofias diferentes, trabalharam juntas pela Independência do Brasil.

Um período confuso surge na História da Maçonaria brasileira após estes fatos. De certa forma, D. Pedro I perseguiu a Maçonaria, por desconfiança de que alguns obreiros desejavam tornar o Brasil uma República.

A iniciação de D. Pedro deu-se pela corrente representada por Ledo. Os prazos legais para permanecer como Aprendiz, Companheiro e Mestre não foram obedecidos e três dias depois, D. Pedro já fora elevado a Mestre, aproveitando-se Ledo da ausência de José Bonifácio (Grão-Mestre). Em 4 de outubro de 1822, D. Pedro, já o Primeiro Imperador do Brasil, foi aclamado Grão-Mestre (também na ausência de Bonifácio).

As duas facções, que mantinham cordialidade, a partir de então se tornaram em dois grupos distintos e rivais. Bonifácio representava a Grande Loja e Ledo o Grande Oriente. Em 25 de outubro de 1822, D. Pedro, aconselhado por Bonifácio, que era seu Ministro, fecha o Grande Oriente – e seus integrantes passam a ser perseguidos.

Por ocasião da convocação para a Assembléia Constituinte, os irmãos Andradas (José Bonifácio e Martim Francisco) sentem-se desprestigiados e pedem demissão de seus ministérios, sendo substituídos. D. Pedro fecha também o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz – a sociedade secreta dos irmãos Andradas. Foi dissolvida a Assembléia

Constituinte, os irmãos Andradas deportados e Ledo e seu grupo maçônico retornaram ao cenário histórico Brasileiro.

Em 1824, D. Pedro I outorgou a Constituição, aparentemente liberal, mas na realidade muito centralizadora. A oposição a D. Pedro crescia dia a dia e, a 5 de abril de 1831, quando D. Pedro nomeou um novo Ministério composto por senadores e marqueses (de sua confiança), até mesmo os membros das tropas se revoltam.

Segundo Moraes (2009), em razão dos desentendimentos políticos entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo, o Imperador D. Pedro I suspendeu os trabalhos do Grande Oriente do Brasil, quatro meses após a sua instalação, ficando a Maçonaria quase inativa até a abdicação do Imperador e sua partida para Portugal em abril de 1831.

A 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho, Pedro, que viria a ser o Imperador D. Pedro II do Brasil, partindo para a Europa. Com a abdicação, retornam os Andradas ao cenário político, pois D. Pedro I deixou José Bonifácio encarregado da educação de seu filho. Foi reaberto o Grande Oriente do Brasil, reunindo Bonifácio e Ledo; e Bonifácio foi reconduzido ao cargo de Grão-Mestre (CORTEZ, 2004).

Entretanto, Moraes (2009) acrescenta mais dados sobre esse período da Maçonaria brasileira, apresentando novas divisões internas pelas quais a Ordem passou dentro do Brasil:

[...] Com o regresso do exílio de José Bonifácio e de seus irmãos, reinstala-se o Grande Oriente do Brasil, em 23 de novembro de 1831, passando a funcionar no Brasil, simultaneamente, duas potências: Grande Oriente Brasileiro (Passeio) e Grande Oriente do Brasil (Lavrado).

Ambos criaram Supremos Conselhos próprios, fazendo funcionar Lojas em graus superiores, porém sem reconhecimento internacional. Como o Grande Oriente Brasileiro e o Grande Oriente do Brasil adotavam o Rito Moderno, Montezuma teve que criar Lojas – Corpos, para a prática dos graus filosóficos, como também Lojas Simbólicas, no Rito Escocês Antigo e Aceito.

Em 1835, alguns membros do Supremo Conselho de Montezuma criaram um novo Supremo Conselho, denominado Supremo Conselho do Brasil, que se tornou irregular.

O Supremo Conselho de Montezuma fundiu-se ao Grande Oriente Brasileiro em 1842, pelo chamado Tratado de União.

A sede do Grande Oriente do Brasil foi transferida para a Rua do Lavradio, no Rio de Janeiro, em 1842 (onde permaneceu até 1978, quando se transferiu para Brasília), passando as duas potências a serem conhecidas como o Grande Oriente do Passeio e o Grande Oriente do Lavradio.

Em 1854, com a perda do Supremo Conselho de Montezuma do reconhecimento da França, surgiram três novos Supremos Conselhos; dois se fundiram ao Supremo Conselho do Brasil (irregular) e o terceiro aliou-se ao Grande Oriente Brasileiro, tomando o nome de Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Grande Oriente Brasileiro, abolindo o Rito Moderno (ou Francês).

Surgiu ainda um novo grupo, sob a liderança do Marquês de Caxias, futuro Duque de Caxias, fundando mais um Grande Oriente e Supremo Conselho, logo extintos.

Nova cisão vem a ocorrer em 1863, durante do Grão-Mestrado do Barão de Cayru, com o afastamento de sete Lojas do Grande Oriente do Lavradio [...].

Segundo este autor, o grupo dissidente elege Joaquim Saldanha Marinho como Grão-Mestre, pois fundam o Grande Oriente e Supremo Conselho dos Beneditinos, reconhecido pelo Grande Oriente da França e pelo Grande Oriente Lusitano de Portugal, tornando-se assim “regular” em 1865.

Em 1864, o Grande Oriente do Brasil e o Supremo Conselho do Brasil assinaram um Tratado, reconhecido pelo Grande Oriente de Portugal.

Em 1869, as potências portuguesas se uniram, criando o Grande Oriente Lusitano Unido, que em 1872 conseguiu reunir o Grande Oriente do Lavradio (Visconde do Rio Branco) e o Grande Oriente e Supremo Conselho dos Beneditinos (Saldanha Marinho), sob a denominação de Grande Oriente do Brasil e Supremo Conselho do Brasil. A família maçônica brasileira parecia pacificada. (MORAES, 2009)

As divergências entre as Lojas tiveram um cunho político e não de disputas pessoais, segundo Colussi (2003). Uma facção era republicana e a outra era integrada por Ministros e membros dos altos escalões do Império. Saldanha Marinho, Grão-Mestre do Oriente dos Beneditinos, foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870 – o Grande Oriente do Brasil o manteve como Grão-Mestre e com ele concordava; de outro lado, o Visconde do Rio Branco, monarquista, era Presidente do Conselho de Ministros do Império. Entretanto, entre maio e setembro de 1872, foi formado o Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, como já foi mencionado.

Colussi (2003) fala nos posicionamentos ideológicos dos ramos que se dividiram e posteriormente se uniram, em virtude de correntes de um “liberalismo ortodoxo” e outras vertentes conservadoras:

O melhor exemplo disso [convivência com posicionamentos ideológicos diferentes – nota da pesquisadora] são as figuras de

Bonifácio e Ledo, dois líderes com posições antagônicas que evidenciaram uma característica nas décadas seguintes: **a liberdade de opção política dos filiados na Ordem no país, assim como no mundo.** (COLUSSI, 2003, p. 111 – grifo apostro)

Continuou a Maçonaria a bater-se não só pela liberdade, como, ao longo do tempo, passou a fomentar os ideais da República.

Segundo Cortez (2004, p. 147), **“nem todos os republicanos eram maçons, mas todos os maçons eram republicanos”.**

As posições políticas divergentes dentro da Ordem levam a questionar a “liberdade de consciência e pensamento”: se há esta liberdade, o fato de as divergências internas haverem gerado cisões constitui um paradoxo dentro da Fraternidade.

Mas, em que pesem as divergências, crê-se que estas surgiram visando o que parecia, a estes homens preocupados com os destinos do Brasil nessa época conturbada, o melhor, dentro do espírito cívico que existe dentro da Ordem. E verifica-se, no entendimento da pesquisadora, que se discutiam idéias e havia liberdade para pertencer a uma ou a outra corrente, ou, ao menos, liberdade para que essas correntes surgissem e se desenvolvessem.

Segundo Barata (2010),

Constata-se também, sobretudo a partir de 1870, maior envolvimento das lojas com atividades beneficentes voltadas para os não-maçons. Muitas delas acabam por construir e financiar asilos, orfanatos e hospitais. São exemplos: o Asilo de Mendicidade, mantido pela Loja Renascença Maranhense; o Asilo da Mendicidade do Ceará, mantido por todas as lojas da cidade de Fortaleza; o Asilo de órfãos, mantido pela Loja Estrela do Oeste da cidade de Ribeirão Preto (SP).

Entretanto, o instrumento mais sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação de suas idéias foi o investimento na construção de uma rede de escolas e na criação de “aulas noturnas” e bibliotecas. Como afirmava o editorial do jornal *Aurora Escosseza*, em 1881, a Maçonaria deveria “atuar sobre a educação que dá a primeira forma aos corações humanos, sobre as sociedades que agrupam os indivíduos e, assim, influenciando sobre os governos que caminham à frente das sociedades”.

A instalação de escolas era uma prática conhecida e largamente utilizada na Europa. No Brasil, esse engajamento da Maçonaria com a educação começou a partir de 1870, atingindo o seu apogeu nos anos iniciais do século XX. Já em 1872, no Rio de Janeiro, foi fundada uma Loja com o título distintivo de “Vésper”, e com o fim especial de difundir a instrução junto aos setores populares. Para os maçons, a universalização do ensino laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância. De forma análoga, essas escolas procuravam combater a identificação da Maçonaria com a idéia do “complô”, da conspiração, que tanto o ultramontanismo católico

naquele período incentivou. (BARATA, site
www.mestradohistoria.ufjf.br, 2010. p.3)

Um fato, herança de Portugal, envolveu a Maçonaria no Brasil e fez com que a Igreja Católica atingisse seu objetivo de Igreja predominante no país.

O Brasil recebeu de Portugal a instituição denominada Padroado, onde era prevista a total submissão das ordens religiosas ao Estado. Na época (final do século XIX), os padres eram como funcionários públicos, recebendo seus rendimentos do governo, entretanto, devendo a este obediência, pois deveriam atuar nos locais que lhes fossem determinados pela Coroa.

A Constituição de 1824 trazia em seu bojo a Religião Católica como religião oficial do Brasil, entretanto, subordinada ao Estado. A subordinação ficava clara pelo direito do “Placet”, que seria exercido pelo Impedador, aceitando ou não as ordens advindas da Santa Sé. O clero discutia este poder de subordinação à Coroa. Mas, para os Bispos de Pernambuco e do Pará, as decisões do Papa tinham o poder de uma **lei universal**, independendo da concordância ou não do Governo do Império.

Em Portugal, essa situação foi proveitosa para a Igreja, pois a Coroa Portuguesa era submissa ao clero, culto, capaz e exigente. Mas no Brasil a situação era diferente: a maioria da população era analfabeta, havia um sincretismo religioso impregnado pelas crenças dos índios em menor escala e dos escravos em grande escala. Neste caldo de culturas incluíam-se os senhores de terras e o próprio clero católico.

Alguns sacerdotes, cultos e com formação intelectual, eram submetidos a governantes incapazes e incultos, impregnados de credices populares. Esta situação era humilhante para os sacerdotes que possuíam outra visão de mundo. Segundo o clero mais esclarecido era necessária a *mudança do status quo*. O pretexto utilizado pela Igreja Católica para sua rebeldia contra o Estado foi a Maçonaria Brasileira, que até então vivia em uma coexistência pacífica com a Igreja Católica, tanto que muitos padres pertenciam à Ordem. A chamada “Questão Religiosa” nada mais foi do que uma questão político-administrativa. Surgiu e foi fomentada a separação entre Igreja Católica e Estado, o que aconteceu em 1890. A pretensão da Igreja Católica não era a separação do Estado, mas *a subordinação total do poder civil ao poder espiritual, como se deduz dos escritos dos bispos Dom Vital e Dom Macedo*.

A famosa “Questão” iniciou-se no Rio de Janeiro, após discurso do Padre Almeida Martins – orador *ad hoc* do Grande Oriente do Brasil, que saudou o Visconde de Rio Branco, Grão-Mestre, pela aprovação da lei que é conhecida por seu nome. A imprensa reproduziu o discurso; e o Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, ordenou ao Padre que abjurasse a Maçonaria. Como este não atendeu, o Bispo suspendeu-o de suas funções, com base em determinações da Santa Sé.

Saldanha Marinho, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil do Vale dos Beneditinos, atacou a Igreja Católica como um todo, generalizando seus ataques.

Os bispos de Pará e Olinda foram envolvidos, gerando uma desconfortável situação que se expandiu para o Segundo Império e culminou com a Proclamação da República.

Nesse período comandava a Igreja Católica o Papa Pio IX, que assumiu o Papado em 1846 e, a partir de 1848, tornou-se, nas palavras de Cortez (2004, p. 143),

(...) intransigente perseguidor de tudo aquilo que pudesse representar liberdade de expressão ou pensamento, modernidade científica, progresso material, enfim, tudo o que pudesse, de longe, representar um avanço da humanidade no tempo. Essa doutrina está exposta na *Bula Quanta Cura* e no *Syllabus Errorum* (1865) que a acompanha.

O Clero católico que havia estudado na Europa estava imerso no *Ultramontanismo*, como era o caso de D. Vital e D. Antonio Macedo Costa.

Pio IX⁹ retoma as condenações à Maçonaria, proibindo que maçons participassem das missas, proibindo casamentos com maçons e até o enterro de maçons no cemitério cristão e a encomendação de suas almas. A situação no Brasil tornou-se intolerável – mas as normas da Santa Sé não obtiveram o beneplácito da Coroa, e, portanto, não eram consideradas *legais* no Brasil, não sendo obedecidas.

Os padres e as Instituições atingidas pela interdição do papa apelaram à Justiça Civil, obtendo sentença favorável. D. Vital e D. Macedo recusaram-se

⁹ Segundo alguns autores, Pio IX teria sido iniciado na Maçonaria, mas há controvérsias entre os maçonólogos.

a aceitar a submissão da Igreja ao Estado, tornando-se ainda mais *radicais*. Foi enviada uma Missão Diplomática à Santa Sé, mas nada conseguiu.

Os bispos que não se sujeitaram à sentença judicial foram presos, julgados e condenados.

Em 1875, após forte pressão do maçom e ministro Caxias, D. Pedro anistiou os dois clérigos. Mas o prestígio do Imperador ficou abalado, favorecendo assim os adeptos das idéias republicanas.

Em 1889, D. Pedro II ia completar 64 anos e estava muito doente. Por morte deste, subiria ao trono a Princesa Isabel, casada com um francês, o Príncipe Gastão de Orleans e Bragança, o Conde D'Eu. Os republicanos utilizaram o fato de o Príncipe Consorte ser francês para apressar a implantação da República. A América estava imersa em países republicanos, menos o Brasil. As forças militares eram favoráveis à República, com a liderança de Benjamin Constant – positivista e maçom.

O Grande Oriente trazia como *um dos grandes objetivos o compromisso de a Maçonaria não interferir mais na política brasileira*. Cortez (2004, p. 148) informa a elaboração de

[...] Uma profissão de fé onde se lia: “A voz da política nunca mais soará no recinto de nossos templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas”.

Verifica-se aqui um paradoxo: a Maçonaria não intervir mais na política brasileira. Sendo a Maçonaria, por excelência, como afirma, uma Instituição Democrática, como não intervir mais na política brasileira?

Em entrevista com A.G. (2009), maçom, este afirmou:

Hoje (2009) não se discute política partidária dentro das Lojas, porque se procura respeitar as liberdades individuais. Creio que a Maçonaria não assumiu mais abertamente embates políticos, como fazia outrora. Mas, por ser democrática, sempre se baterá contra as ditaduras, contra as injustiças, respeitando a liberdade de consciência, mas de uma forma moderada. Já basta que tivemos de lutar contra a discriminação religiosa no Brasil, procurando possibilitar a todas as religiões ocuparem seu espaço no território nacional, sem privilegiar uma em detrimento das outras. E é por isso que queremos uma educação de qualidade ao acesso de todos.

Todavia, é inegável a participação da Maçonaria nos eventos que culminaram com a Proclamação da República. Essa participação, embora discreta (no sentido de pouco conhecida), foi importante. O Primeiro Ministério do Governo Provisório foi composto por maçons, pois estes eram a elite política e intelectual da nação.

Conforme Tambara (1991, p. 417), “a única instituição capaz de rivalizar com a Igreja Católica e com as forças armadas, em termos de participação nos acontecimentos históricos no Brasil, é a Maçonaria.”

Com a Constituição de 1891, o dispositivo legal separou a Igreja do Estado, desvinculando o Brasil de uma Religião Oficial.

Já em 1902, no Congresso Maçônico de Porto Alegre, os maçons ratificaram a defesa da instrução primária laica e a decisão de não colocar seus filhos nos colégios dos jesuítas. Entretanto, o ideal católico-romano de tomar a si a direção do aparelho escolar tornou-se claro em 1929, com a divulgação da Encíclica *Divini Illius Magistri*, onde o Papa Pio XI defendeu a idéia de um mundo unificado onde a Igreja Católica Romana “emitiria as diretrizes e normas de conduta” (TAMBARA, 1991, p. 489). As orientações católicas obrigavam os católicos a frequentarem escolas católicas.

A visão pregada pela Igreja Católica Romana era a de uniformização do ensino e sua fiscalização em todo o país nos moldes católico-romanos. Fácil fica entender o porquê das outras denominações religiosas buscarem seu espaço dentro do âmbito educacional.

Na década de 1930 a Igreja Católica Romana conseguiu entrar na política governamental e na educação, pois a aprovação de parte de suas concepções, contrariando as de outras denominações e a própria Maçonaria, foram consagradas legalmente. E com o processo de romanização, a Igreja Católica continuou a perseguir os maçons, levantando histórias caluniosas e preconceitos contra a Ordem, e difundindo-os abertamente por meio de sua pregação, o mesmo fazendo em relação às igrejas protestantes e o Espiritismo kardecista – enfim, com os não-católicos.

Por sua vez, os atacados reagiram, principalmente os maçons que estavam recebendo “culpas” que eram pertencentes aos Carbonários (Italianos). Estes se constituíam em uma sociedade secreta que funcionou na Itália, lutando pela unificação desta, de onde derivou a criação do Estado do Vaticano – o que,

certamente, retirara da Igreja boa parte de suas riquezas e de seu poder temporal – e, por isto, era alvo de críticas por parte da Igreja Católica Romana, o que é fácil de entender. Entre os líderes da Unificação da Itália estavam Garibaldi, Mazzini, Cavour – que eram realmente maçons e lutaram pela unificação e independência da Itália. Então, as acusações trocadas se tornaram generalizadas.

No Brasil, a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924 por intelectuais, tendo por base os princípios da Escola Nova, propunham a defesa de uma escola laica, pública, gratuita e ao acesso de todas as camadas sociais. Inicialmente a Igreja Católica participou das reuniões e congressos da ABE, mas em 1931, quando Getúlio Vargas solicitou diretrizes para a educação nacional, a Igreja Católica Romana sentiu suas escolas particulares ameaçadas. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova suscitou acirrados debates entre os defensores das novas idéias e os educadores católicos, desembocando nas Constituições de 1934 e 1937 e que se estenderam até a década de 1960. Da década de 1930 até o início dos anos 1960, são acirradas as discussões entre o ensino público e o privado confessional católico.

2.3 Maçonaria, Igreja Católica e Educação

A Ordem dos Jesuítas, criada em 1540 com o nome de Companhia de Jesus, sob orientação e direção de Inácio de Loyola, teve como objetivo combater o Protestantismo e impedir sua difusão, tomando a si os movimentos da Contra-Reforma. Possuíam uma estrutura militar e sua estratégia voltava-se para a educação, a criação de escolas e a catequese dos seus alunos, assim também como a catequese dos não-cristãos que habitavam os continentes recém-conquistados. Seu objetivo, além de combater as *novas religiões*, era expandir o Catolicismo Romano e fazer retornar ao seio da *Santa Madre Igreja* os que *dela se haviam desviado - os hereges*.

A Maçonaria Especulativa, reorganizada no século XVIII, representava uma terrível ameaça aos Jesuítas: a Maçonaria pregava a educação laica e a co-educação, incentivava as novas pesquisas e descobertas científicas, a liberdade de pensamento e *uma sociedade onde todos pudessem professar livremente sua crença*. Como suas reuniões eram fechadas a quem não

pertencia à Instituição, muitas *ilações eram realizadas sobre o que acontecia e o que tratavam estas reuniões*. As Teorias de Conspiração cresceram e se avultaram.

A Educação era o *locus* privilegiado para o jogo de forças, onde quem obtivesse o seu domínio, inculcaria o *habitus* (pelo viés de Bourdieu) que definiria as preferências religiosas das crianças e atingiria seus pais direta ou indiretamente. Só o fato de *verdades religiosas, tidas assim por séculos*, poderem ser contestadas, já trazia alvoroço no seio dos Jesuítas e da própria Igreja Católica.

Os Iluministas pregavam uma educação Cívica e patriótica, com bases democráticas, onde cabia ao Estado oferecer uma educação laica e para todos (Gadotti, 2001). Os Maçons eram contrários à ingerência da Igreja Católica na Educação, pois a Educação pregada pela Igreja Católica era ingessada, baseada na obediência cega e indiscutível aos Dogmas Romanos, fundamentada na *Ratio Studiorum* com ênfase à disciplina, os castigos físicos, a obediência à hierarquia dentro das escolas, privilegiando a retórica e as Humanidades em detrimento das Ciências, estimulando a competição e o individualismo, a resistência às mudanças e à catequese.

De 1500 a 1800 a educação no Brasil foi voltada para uma elite dominante, com conteúdo eurocêntrico; para os filhos dos colonos e indígenas era apenas a catequese e um mínimo de instrução, baseada na obediência incontestante ao *status quo*.

A escola dos Jesuítas tinha um caráter verbalista, livresco, de memorização, que estipulava prêmios e castigos, marginalizando a mulher dos conhecimentos, e ensinando a elite econômica a destinar-se a ser e continuar sendo a camada dominante da sociedade. Aos outros, a subserviência.

Após a expulsão dos jesuítas, os que tomaram a si a educação, substituindo-os, repetiam os mesmos métodos pedagógicos (SIMONI, 2002).

Em 1930 surge a discussão do modelo pedagógico herdado do Império; as Escolas Paroquiais das outras denominações religiosas começaram a crescer e a tomar o espaço onde, antes, a Igreja Católica era hegemônica. “A burguesia urbano-industrial chega ao poder e apresenta um novo projeto educacional” (SIMONI, 2002, p 29). A educação pública passa a ser vista como uma das preocupações do Poder Dominante.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos Aliados, também as idéias liberais ganharam mais força. De 1937 a 1945, durante o Estado Novo (ditadura de Vargas), ocorreu uma reforma constitucional que representou a abertura política do Estado Novo. A Constituição de 1934 recebera influência da Liga Eleitoral Católica e da Associação Brasileira de Educação com idéias e ideais antagônicos: conservadores x liberais. Esta disputa continuou no Estado Novo (1937/1945), embora o Ministro Capanema contasse com o apoio da intelectualidade católica.

Já a Constituição de 1946, de cunho liberal e democrático, preconizava que cabia ao Estado o dever da educação escolar, fixar as “bases e diretrizes da educação nacional” e prover recursos mínimos para a educação (o que não fora sequer mencionado na Constituição de 1937).

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tramitou de 1948 a 1961, quando foi aprovada a Lei nº 4.024/1961, após embates e ferrenhas discussões pelos pólos opostos (educação privada católica e educação laica, com liberdade de ensino). A Lei nº 4.024/1961 garantiu os interesses das escolas privadas em igualdade de tratamento pelo Estado aos estabelecimentos públicos e particulares, graças a um substitutivo do Deputado Carlos Lacerda.

A Maçonaria não pregava o ateísmo, mas a *liberdade religiosa*, a possibilidade de escolha livre de cada sujeito por sua denominação. Por não obrigar seus obreiros a seguirem os dogmas católico-romanos (e sim a religião que escolhessem), eram mal vistos pela Igreja Católica de então.

Segundo Colussi (2003, p. 436):

Ao lado da atuação na imprensa, nos meios culturais e na beneficência, o campo educacional foi uma das preocupações da maçonaria e que se tornou um instrumento de sua luta anticlerical.

A preocupação em adentrar no espaço educacional, por parte da Maçonaria, se deu por que nas escolas havia o perigo da influência católica, principalmente jesuítica – com sua visão considerada retrógrada e anticientífica pela Ordem. Segundo Colussi (2003, p. 469), “as escolas maçônicas [...] dirigiam-se preferencialmente aos setores populares, o que deve ser observado no grande número de aulas noturnas instaladas por Lojas Maçônicas.” Tal ação,

iniciada pela Maçonaria européia, incluía a instrução de mulheres e de classes populares.

2.4 A Maçonaria e a Educação no Rio Grande do Sul

O tema “Maçonaria e Educação Rio Grande do Sul” é de difícil investigação científica e histórica. Colussi (2003) faz emergir a Maçonaria Gaúcha no século XIX em sua obra homônima. Relata, porém, a dificuldade de acesso às fontes, informando que a maioria dos trabalhos acadêmicos cingem-se aos fatos relativos aos maçons na Revolução Farroupilha (1835-1845). E no século XX aos movimentos “em defesa do ensino laico e do pensamento liberal e cientificista, em contraposição ao católico conservador” (COLUSSI, 2003, p. 34). Resta então a bibliografia esparsa dos periódicos e opúsculos maçônicos e “profanos”.

Colussi (2003) informa que há uma literatura comprometida com a Maçonaria, assim como há uma literatura comprometida com setores antimaçônicos. Busca-se aqui a que Colussi (2003) denominou em sua obra de “Maçonaria na historiografia acadêmica” (p. 27), isto é, sem fazer a apologia da Maçonaria nem combater sistematicamente a Ordem. Para tanto, foi necessária a análise também das *obras comprometidas*, e não só das acadêmicas, para que se pudesse, através da Análise do Conteúdo e da Análise do Discurso (conforme possibilitassem os achados), fazer vir à tona fatos e situações obscurecidas, comparando-as, inquirindo pessoas-fonte, confrontando-as, para se chegar a uma conclusão possível de comprovação pelos mais diversos meios.

Durante o século XX, no Rio Grande do Sul, foi destacada a ingerência da Maçonaria na Educação, principalmente em Pelotas (por exemplo, na criação do Ginásio Pelotense – este era pago pelos seus alunos, mas houve outros educandários, e também o Orfanato Reverendo Severo e várias escolas diocesanas da Igreja Anglicana que contaram com o apoio da Maçonaria e dos maçons, como se verá em capítulo específico) e em Bagé (atuação na fundação do Ginásio José Gomes Filho, do Ginásio Dr. Carlos Kluwe, da Cidade dos Meninos de Bagé, da Creche e Pré-Escola Santo Estêvão, da Granja Escola Amaury Beck e outros, todos gratuitos). Como ratificação desta afirmação, cita-

se também a atuação da Maçonaria junto a escolas da Igreja Anglicana como o Colégio São João Evangelista, em Pinheiro Machado, e a Cidade dos Meninos de Jaguarão, além de outros cursos técnico-profissionais.

Na periodização deste trabalho, 1901 a 1970, tem-se por entrevistas e como fonte o material maçônico (atas, periódicos de circulação restrita, fotos), enfim, dados que comprovam a grande influência exercida pela Maçonaria sobre a Educação no Rio Grande do Sul, fundando ou apoiando escolas dissociadas da influência católico-romana. Ratifica-se que nos municípios de Pelotas e Bagé é inegável a relação estreita da Maçonaria com a Educação.

Quanto às entrevistas, encontrou-se respostas aos questionamentos sobre Maçonaria e Igreja Anglicana, como: “Sei que a Maçonaria Especulativa nasceu na Inglaterra dentro de um Templo Anglicano”; “o Rev. Anderson é responsável pelos Landmarks, tem ligação, sim!” (sic). (Mas o Reverendo Anderson era Reverendo Presbiteriano – informação confirmada por e-mail vindo da própria Inglaterra - embora com ligação estreita com a Igreja Anglicana e o Arcebispo de Cantuária, e apesar de muitos livros o apresentarem como Reverendo Anglicano – complemento da Pesquisadora); “Sei que têm muitos bispos e reverendos anglicanos que são maçons, têm ligação com a Igreja Anglicana, sim”; “A Igreja Anglicana sempre foi uma Igreja Aberta, pois até tem Reverendos Maçons tem e Bispos também”; “A Igreja Anglicana nunca foi contra a Maçonaria, tem muitos clérigos maçons, têm ligação com ela sim (sic) desde as suas origens Especulativas na Inglaterra”. Apenas cinco dos entrevistados disseram que o Rev. Anderson era Presbiteriano, mas todos confirmaram que a Grande Loja de Londres nasceu dentro de uma Igreja Anglicana.

Questionados sobre Maçonaria e Educação, houve unanimidade nas respostas, todos afirmando que a Maçonaria tem grande preocupação com a Educação, “tanto que fundou escolas, apoiou escolas laicas, se bateu pela liberdade religiosa nas escolas” (sic) citando, os de Pelotas, o Ginásio Pelotense e os de Bagé o Colégio Estadual Dr. Carlos Kluwe e a Escola José Gomes Filho e a Cidade dos Meninos como exemplos.

Questionados sobre Igreja Anglicana e Educação todos afirmaram saber que a Igreja Anglicana tem grande ligação com a Educação, citando como exemplo, os de Pelotas, o Reverendo Severo; e os de Bagé, o Reverendo

Guedes, alguns citando o Rev. Helondino Oliveira (que atuou em Pinheiro Machado e Jaguarão, o Rev. Ayres Paiva, Reverendo e Professor em Pelotas). Mas todos os 20 maçons de Pelotas comentaram que “Severo era maçom” e os 20 maçons de Bagé ressaltaram “O Reverendo Guedes era maçom”.

Fala-se, neste trabalho, sobre o Comitê Pró-Liberdade de Consciência apresentando-se a **visão anglicana**, com base no periódico oficial da Igreja Episcopal Anglicana, o **Estandarte Cristão**, onde se fez uma leitura crítica exaustiva – procurando-se apresentar o que é desconhecido: como os anglicanos **viram e viveram** o Comitê Pró-Liberdade de Consciência, *sua ligação* implícita ou explícita com a Maçonaria e o anticlericalismo católico romano, que foi bandeira conjunta das duas Instituições referidas.

Entretanto ressalta-se como referência bibliográfica indispensável, a Tese de Doutorado de Tambara (1991), que apresenta importantíssimos dados compilados sobre a Maçonaria e a Educação no Rio Grande do Sul, do século XIX até a metade do século XX. Também se pode falar na Tese de Doutorado de Amaral (2003), que, embora se restrinja ao período de 1930 a 1960 e às relações entre o Ginásio Pelotense (de influência maçônica) e o Colégio Gonzaga (escola confessional católica romana) muito esclarece sobre o tema aqui mencionado; também é inegável a contribuição neste sentido da obra *A Maçonaria gaúcha no século XIX*, de Colussi (2003).

Segundo Amaral (2003, p. 73):

Em Pelotas, a Maçonaria, do Império até mais ou menos 1930, teve grande atuação política e social de intelectuais, políticos, maçons em cargos administrativos. A Maçonaria foi [e é] ligada à filantropia, educação e cultura.

Segundo Tambara (1991), o Castilhismo positivista, através de sua ideologia de liberdade espiritual, propiciou a abertura do ensino a novas doutrinas religiosas que não o catolicismo romano. A secularização também franqueou a porta para inserção destas em todos os aspectos da vida social.

O surgimento das escolas paroquiais protestantes estimulou a necessidade da alfabetização, pois os protestantes – nome genérico dado aos não-católicos integrantes das Igrejas Históricas: anglicanos, luteranos, batistas,

presbiterianos, congregacionais – tinham como objetivo a leitura e o estudo da *Palavra* – a Bíblia, considerada o livro de cabeceira dos protestantes.

A organização do sistema escolar buscou o modelo luterano, da Alemanha (escolas primárias, inclusive para moças), a valorização do trabalho como algo que dignifica o ser humano e o direito à livre iniciativa, permitindo a criação e desenvolvimento de uma nova ordem social, e a sociedade de classes, pois o estudo e o trabalho permitiriam uma ascensão social aos indivíduos das camadas populares.

A Igreja Metodista (uma dissidência da Igreja Episcopal que surgiu ainda na Inglaterra como um movimento de reavivamento espiritual dentro da Igreja, liderado por John Wesley, mas que mantém bastante semelhança doutrinária com a Igreja de origem) preocupou-se com a criação de escolas, e, junto com a Igreja Anglicana, engajou-se na “Liga Pró-Estado Leigo” – preocupando-se em, junto à Maçonaria e aos Espíritas Kardecistas e outras igrejas protestantes, terminar com a hegemonia católico-romana na condução do ensino no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A Igreja Católica Romana, desde as primeiras décadas do século XX, incitou seus fiéis a não colocarem os filhos em escolas que não fossem católicas, considerando até como *pecado* a frequência nessas escolas, inclusive com risco de excomunhão.

A coeducação, que era uma realidade tanto nas escolas protegidas pela Maçonaria como nas da Igreja Anglicana, era combatida pelos padres e educadores católicos romanos, com base na *Divini Illus Magistri*, do Papa Pio XI, de 1929.

No início do século XX, segundo Amaral, dois motivos poderiam ter acirrado as lutas anti-clericais por parte da Maçonaria::

Identifica-se dois motivos que poderiam ter levado a Instituição a tornar públicos seus objetivos e posicionamentos: a vigorosa política antimaçônica propagada pelo ultramontanismo católico e a necessidade de mudanças políticas e sociais, defendidas pela Maçonaria e que não foram contempladas com o processo desencadeado pela Proclamação da República. (AMARAL, 2003, p. 114)

Destaca-se que, conforme já referido, houve grande preocupação da Maçonaria em penetrar no campo educacional voltado às classes populares; tal

preocupação também se mostrava presente na Igreja Anglicana, que, como a Maçonaria, instalou um número expressivo de aulas noturnas, inclusive destinadas à alfabetização de adultos, como se verificou da leitura do Estandarte Cristão.

Também Calvani (2008) discorre sobre a “aliança” (grifada pela autora deste trabalho como grifou o autor citado) entre as Igrejas Protestantes e a Maçonaria na segunda metade do século XIX, e diz que teria se dado mais por interesses políticos e econômicos, tanto por parte da Ordem como por parte das Igrejas.

A tão falada “aliança” entre protestantismo e maçonaria no Brasil durante a segunda metade do século XIX não aconteceu por afinidades religiosas, mas por interesses políticos e econômicos de ambas as partes. A Maçonaria lutava pelo fim da monarquia, o estabelecimento da república, a abertura de mercado e, sem sombra de dúvida, todos os missionários protestantes desejavam o mesmo. Muitos deles eram maçons e grande parte dos brasileiros convertidos ao protestantismo, na época, também se filiaram às lojas. Nelas, além dos assuntos próprios de interesse da Maçonaria, podia-se estabelecer contatos, fazer amizades e discutir estratégias políticas para o futuro do Brasil. (CALVANI, 2008, p. 61)

Acolhe-se em parte esta assertiva. Sabe-se que as motivações políticas e econômicas entre as Igrejas Protestantes e a Maçonaria na segunda metade do século XIX eram afins; entretanto, ratifica-se o posicionamento de que a *Igreja Anglicana* e seu clero sofreram a influência da Maçonaria e de que a Igreja Anglicana influenciou na reorganização da Ordem (1717), possuindo uma ligação histórica com esta, principalmente quanto às lojas afiliadas à Grande Loja da Inglaterra, e que os templos anglicanos construídos até 1970 possuem em seu interior e/ou exterior símbolos maçônicos, o que são fortes indícios de uma imbricação profunda entre ambas as instituições ou entre clérigos anglicanos e a Maçonaria – *mais do que uma mera aliança* (como se vê em capítulo específico, apresentando-se fotografias e citando-se trechos do Estandarte Cristão desse período). Também a atuação do clero anglicano na Maçonaria foi marcante, pelo grande número de reverendos maçons que ocuparam altos postos na Maçonaria do Rio Grande do Sul, assim como muitos membros da Igreja Anglicana.

2.5 A Maçonaria e a Educação em Pelotas/RS

A Maçonaria em Pelotas remonta ao século XIX. A primeira Loja Maçônica, regularizada em 1841, atesta que a Maçonaria nesta cidade foi integrante do surgimento das primeiras Lojas no Brasil. A História da Maçonaria em Pelotas confunde-se com a própria História do Município, onde se fez presente e atuante.

Na abordagem acerca do COMITÊ PRÓ-LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA, surgirão acréscimos ao tema aqui mencionado, tendo em vista trazer à tona **a visão da Igreja Anglicana sobre o Comitê**, com base na garimpagem e análise exaustiva do *Estandarte Cristão, Periódico Oficial da Igreja Anglicana e Registro Oficial de atividades desta, assim como de seu Ethos e Doutrina, que revela um aspecto que não era conhecido: a visão que esta tinha da Maçonaria, o objetivo da criação de escolas paroquiais e a própria visão Anglicana sobre a Maçonaria e suas imbricações com esta e a conseqüente união destas com os não-católicos pela educação laica e liberdade de pensamento. É a visão Anglicana aqui desvelada que se fez emergir, apresentado aspectos um pouco diferentes do viés tradicional que se tem sobre o assunto. É a garimpagem do que está escondido e que se procurou fazer vir à tona.*

Apesar de condenada pela Igreja Católica Romana, a Maçonaria, com seus membros intelectualizados, liberais e progressistas, integrantes dos mais diversos segmentos sociais, elevaram a cidade de Pelotas ao patamar de Cidade Referência em termos de Educação, em termos de cultura clássica, considerada um marco importante e desenvolvimentista no Rio Grande do Sul. No século XIX, muitos eventos culturais vinham do centro do Brasil e nem se apresentavam em Porto Alegre, mas sim em Pelotas, pelo elevado grau de cultura nas letras e artes. A Maçonaria contribuiu para essa cultura elitista, pois exigia de seus membros um aperfeiçoamento moral e intelectual cada vez maior. Mas mantinha-se *discreta*, embora operante.

Exemplifica-se a influência da Maçonaria em Pelotas/RS no campo educacional pela sua atuação na criação do Ginásio Pelotense. Segundo Amaral, em outubro de 1902, três sociedades maçônicas (Antunes Ribas, Lealdade e Rio Branco) se reuniram para criar uma instituição educacional, o

que culminou na criação do *Gymnasio Pelotense* (AMARAL, 2005, p. 109). Segundo Amaral, tal instituição buscava ser

um local onde, através do ensino laico, ficasse assegurada a liberdade de consciência [...] O *Gymnasio Pelotense* representou, portanto, a concretização, no campo educacional, da disputa ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica. Ele se tornou uma alternativa de ensino laico de qualidade em relação ao ensino ministrado pelos irmãos do Ginásio Gonzaga. (AMARAL, 2005, p. 110-111).

Outros aspectos interessante da atuação da Maçonaria na cidade de Pelotas, junto aos jovens, são a Ordem De Molay e a Ordem das Filhas de Jó (ver anexos).

2.6 A Maçonaria e a Educação em Bagé/RS

Bagé foi fundada por Dom Diogo de Souza, a 17 de julho de 1811. Com extensas planícies, possuindo um lendário cerro, com três picos, chamado “Os Cerros de Bagé”, onde uma antiga lenda indígena afirma ter vivido um cacique ou pajé charrua, de nome Ybajé, e que a cidade oriunda de um acampamento militar ao pé dos cerros dele tomou o nome. Formada, no passado, por grandes estancieiros que receberam sesmarias do Governo brasileiro para se fixarem ali e defenderem o território, durante muitos anos foi terra de grandes produtores rurais, prestando-se mais à criação de gado do que mesmo ao plantio, onde os grandes latifúndios, herança das sesmarias, eram dominados pelos “coronéis”.

Com o passar do tempo, as grandes distâncias, as lutas constantes, a falta de conforto e escolas, acabaram obrigando o êxodo rural e hoje dos antigos “coronéis” pouco ou nada resta. As estâncias tornaram-se “fazendas” (menores em extensão e em produção), e hoje a Reforma Agrária se faz presente, com vários assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra.

Bagé foi palco de Revoluções e no cemitério municipal encontram-se os restos mortais do General Netto, túmulo muito visitado por historiadores e por curiosos. Também foi local de tratados de paz. Conta o povo que, quando o Vigário da Catedral de São Sebastião interrogou Caxias sobre a celebração da Missa em Ação de Graças pela vitória sobre a Revolução Farroupilha, Caxias

teria lhe dito de modo muito sério: “Não, Senhor Vigário! Eu quero um *te deum* pelos mortos, pois somos todos irmãos.” E assim se teria feito.

Também na Catedral de São Sebastião repousam os restos mortais de Gaspar Silveira Martins. Na Loja Sigilo n.º 14, encontra-se um quadro em destaque com a fotografia do Grande Tribuno, com as homenagens da Maçonaria bajeense.

A Maçonaria acompanhou *pari passu* o desenvolvimento da cidade. Fundada esta em 1811, já em 1847 foi instalada nela a primeira Loja Maçônica.

Segundo Guedes (1996), a primeira Loja Maçônica em Bagé, a “Estrela do Sul”, foi inaugurada em 1847, tendo como Venerável o Cel. Francino Felix da Fonseca Pereira Pinto. Tais dados também se encontram no Jornal Minuano de 03 de agosto de 2009, página 9.

Em 1872 foram criadas em Bagé mais duas Lojas: Cruzeiro do Sul, tendo como Venerável Augusto da Fonseca, que contava em seus quadros com Arthur Magalhães, seu genitor, o Visconde de Magalhães (Antonio Nunes Ribeiro de Magalhães), que fora seu Venerável; e a Loja Maçônica Fraternidade, que teria tido como seu primeiro Venerável o Dr. Albano de Souza (hoje homenageado com nome na Praça Dr. Albano) – e dela saído a criação da Beneficência Portuguesa.

Tem-se como certo que a ela pertenceram o Dr. Penna, Pedro Luiz Osório Filho, Cônego João Inácio Bittencourt, José Facundo da Silva Tavares, Tomás José Colares e outros. Contou-me (sic) Tomás Colares que esta Loja influiu muito nos destinos de Bagé. Dizia que tomara partido pela abolição e que procurara incutir os ideais republicanos. (GUEDES, 1996, p. 2)

Em 1889, após a Proclamação da República, foi fundada a Loja Fidelidade e Progresso, tendo entre seus fundadores Bernardo Floriano Doglia de Brito e Pedro Cunha, **mais tarde entrando em seu quadro de obreiros o Reverendo Antonio Guimarães, da Igreja Episcopal Brasileira, pároco da Igreja do Crucificado, de Bagé, fundada em 1903.**

Essas lojas, porém, “abateram colunas” (deixaram de existir), pois faltou apoio comunitário e lutas políticas dividiram seus membros (paradoxalmente).

Em 31 de março de 1892 foi realizado em Bagé o Congresso Federalista e que foi aclamado como chefe (segundo o Jornal Minuano de 03 de

agosto de 2009, à página 9), Gaspar Silveira Martins, recém-chegado do exílio, propondo este a candidatura de João Nunes da Silva Tavares – conhecido como Joca Tavares – ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Mas quem assumiu a presidência em 25 de janeiro de 1893 foi Júlio de Castilhos.

No dia 05 de fevereiro, no local denominado Carpintaria, onde se encontrava numerosa tropa, o General Joca Tavares lança uma proclamação aos rio-grandenses para que lutem para reconquistar a liberdade.

Neste mesmo dia, o caudilho Gomercindo Saraiva se defronta, no Passo do Salsinho, há poucas léguas de Bagé, com a força do Coronel Mena Barreto. É derramado o primeiro sangue neste combate, tomando corpo a Revolução Federalista.

Sob esse clima de lutas fratricidas e na expectativa de uma pacificação honrosa é que 10 bajeenses se uniram para fundar a Loja Maçônica Amizade, em 05 de agosto de 1894. Foram eles:

- 1) Lybio Vinhas – médico, natural de Pelotas, sendo o 1º Venerável da Loja e exercendo o cargo por mais de oito vezes, totalizando duas décadas;
- 2) Idalino Campos da Luz – tabelião, natural de Canguçu;
- 3) Jorge Reis – advogado bajeense;
- 4) Rocco Cironni – tipógrafo e artífice;
- 5) Pedro Cironni – tipógrafo e artífice;
- 6) Ferdinando Martino – nascido em Salerno, na Itália;
- 7) Antônio Manduca – comerciante;
- 8) José Antônio da Silva Ramos – empregado público gaúcho;
- 9) Joaquim Ferreira Nunes – empregado público gaúcho;
- 10) Francisco Chicchi – industrialista italiano.

Entre os Veneráveis da Loja Amizade, estiveram o Major Manoel Corrêa da Câmara, que, junto com sua esposa, doou um terreno e uma pequena casa para que a Maçonaria criasse um abrigo para idosos. Este, mais tarde, foi entregue à administração da Legião da Cruz da Paróquia do Crucificado da Igreja Episcopal Brasileira, que lá fundou o Lar Cristão São Paulo, com a mesma finalidade.

A dez de novembro de 1932 foi criada a Loja Sigilo nº 14, filiada à Grande Loja do Rio Grande do Sul. A Loja foi idealizada pelo Rev. Dr. Athalício Pithan, Reitor da Igreja do Crucificado da Igreja Episcopal Brasileira e pertencente aos quadros da Loja Amizade, onde havia já um grande número de obreiros. Rev. Pithan convocou uma reunião com um grupo de dez Obreiros, onde foi decidida a criação de uma nova Loja.

As primeiras sessões, até a construção do templo próprio (e atual), foram realizadas no Salão Paroquial da Igreja do Crucificado, da Igreja Episcopal Brasileira. Começou com 21 irmãos, sendo que, na primeira reunião regular no Salão da Igreja do Crucificado, compareceram 18 membros, segundo a ata daquela reunião, dos quais 9 eram episcopais ou simpatizantes (entre eles o Rev. Athalício Pithan), 3 eram católicos romanos (um dos quais, José Gomes Filho, mas que frequentemente comparecia às cerimônias religiosas da Igreja Episcopal Brasileira) e um era luterano, não havendo sido identificada a preferência religiosa dos demais. Considera-se importante citar a preferência ou filiação religiosa destes Obreiros para demonstrar a ligação que havia entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Maçonaria em Bagé.

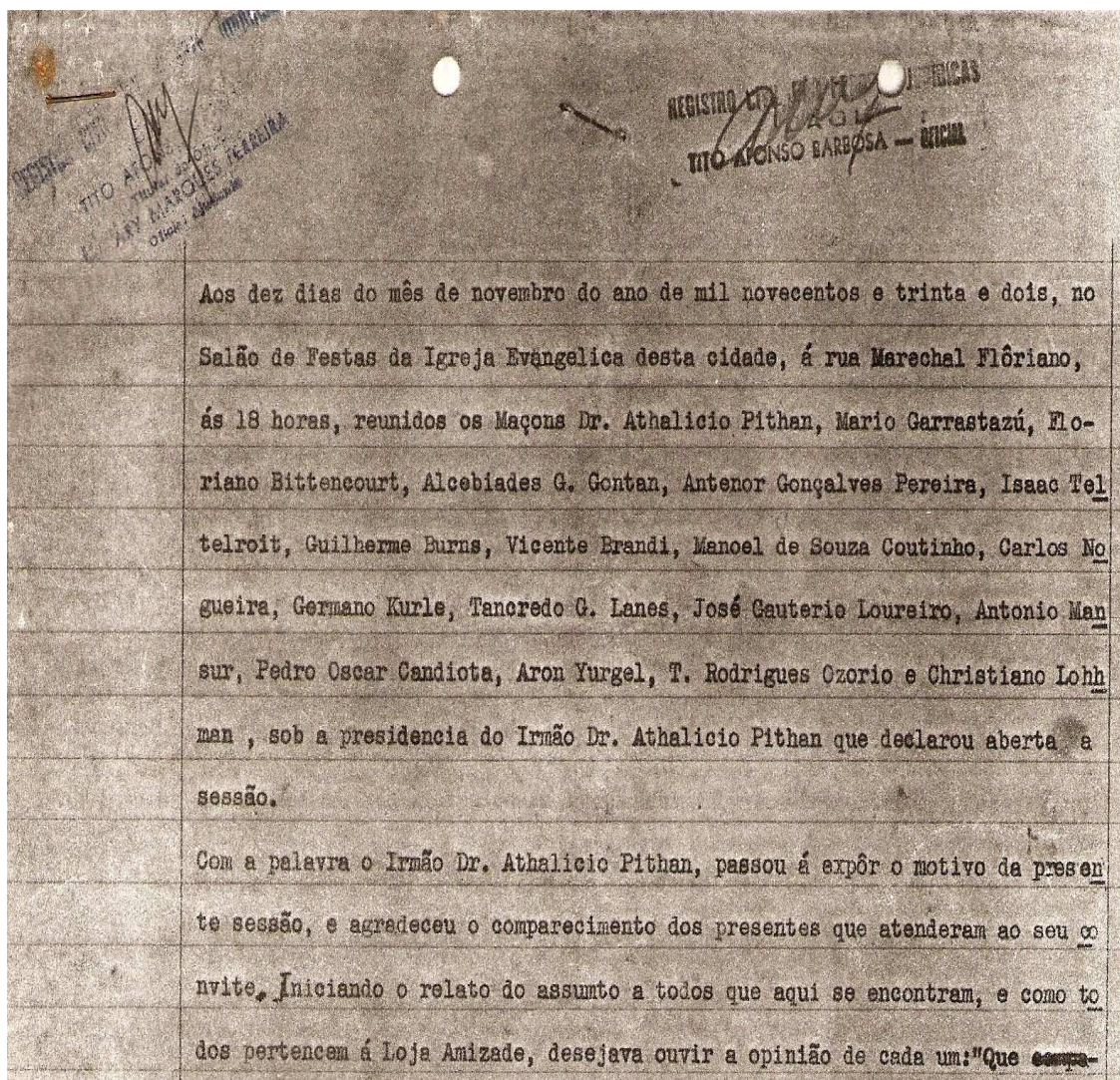


Fig. 21 – cópia autenticada da parte inicial da Ata da Reunião de Criação da Loja Maçônica Sigilo nº 14, Registrada em Cartório na cidade de Bagé. A reunião foi efetuada na Igreja do Crucificado, da Igreja Episcopal Brasileira, na Rua Marechal Floriano, Bagé, sob convocação do então pároco, Rev. Athalício Pithan. (Foi solicitado que não fosse divulgado todo o conteúdo da ata.)

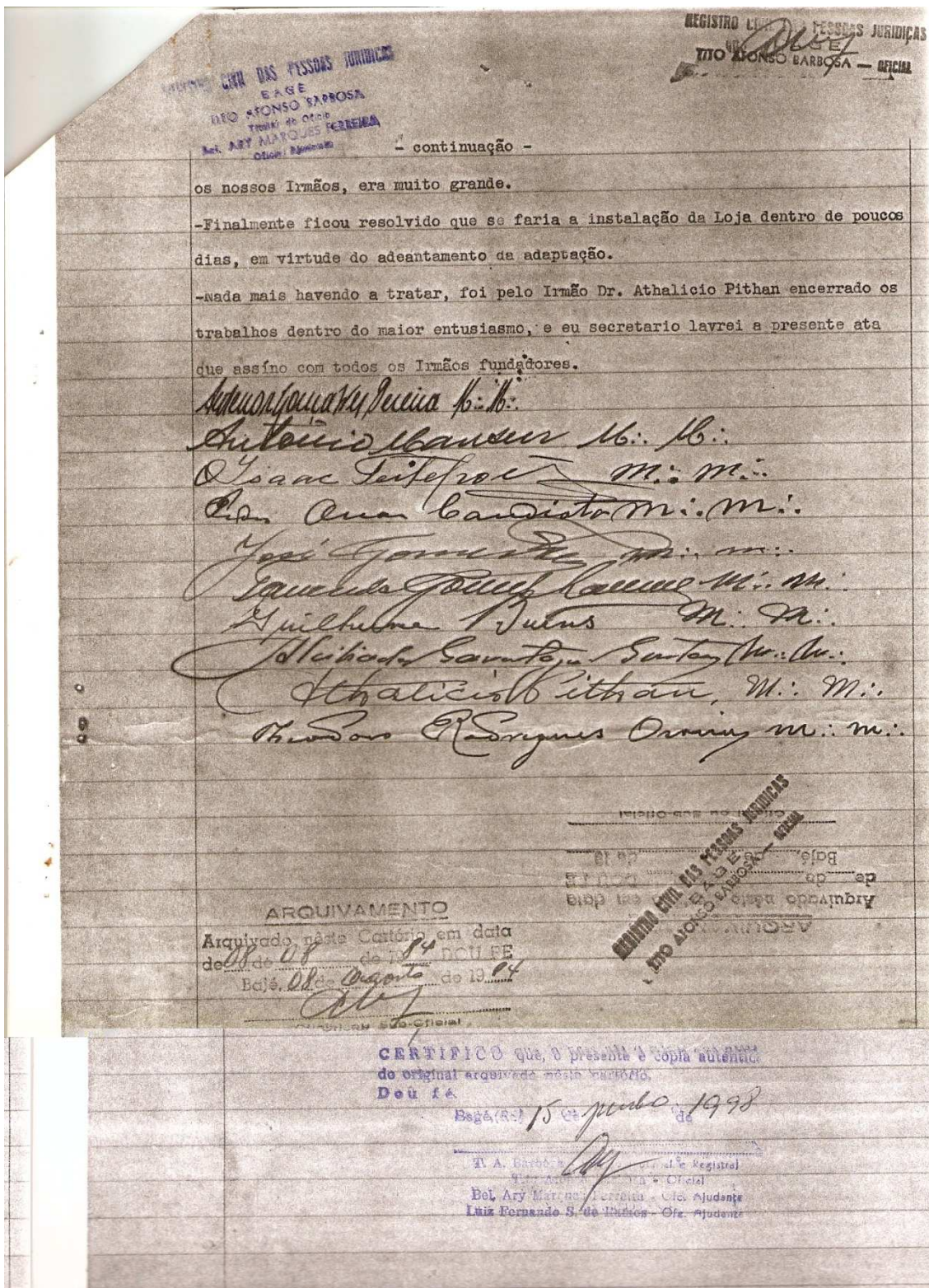


Fig. 22 – cópia autenticada da parte final da Ata da Reunião de Criação da Loja Maçônica Sigilo nº 14, Registrada em Cartório na cidade de Bagé. A reunião foi efetuada na Igreja do Crucificado, da Igreja Episcopal Brasileira, na Rua Marechal Floriano, Bagé, sob convocação do então pároco, Rev. Athalcio Pithan. (Foi solicitado que não fosse divulgado todo o conteúdo da ata.)

A sede da Grande Loja era em Pelotas, e Tancredo Lannes e Mario Garrastazu viajaram até essa cidade para pedir autorização para fundar uma nova Loja Maçônica regular. Concedida a permissão pela Grande Loja, foi oficializada e reconhecida a criação da Loja Sigilo n.º 14, em 10 de novembro de 1932, no Salão Paroquial da Igreja do Crucificado, da Igreja Episcopal Brasileira de Bagé. O primeiro Venerável escolhido foi o Rev. Dr. Athalício Pithan. ***A loja estava, então considerada regular.***

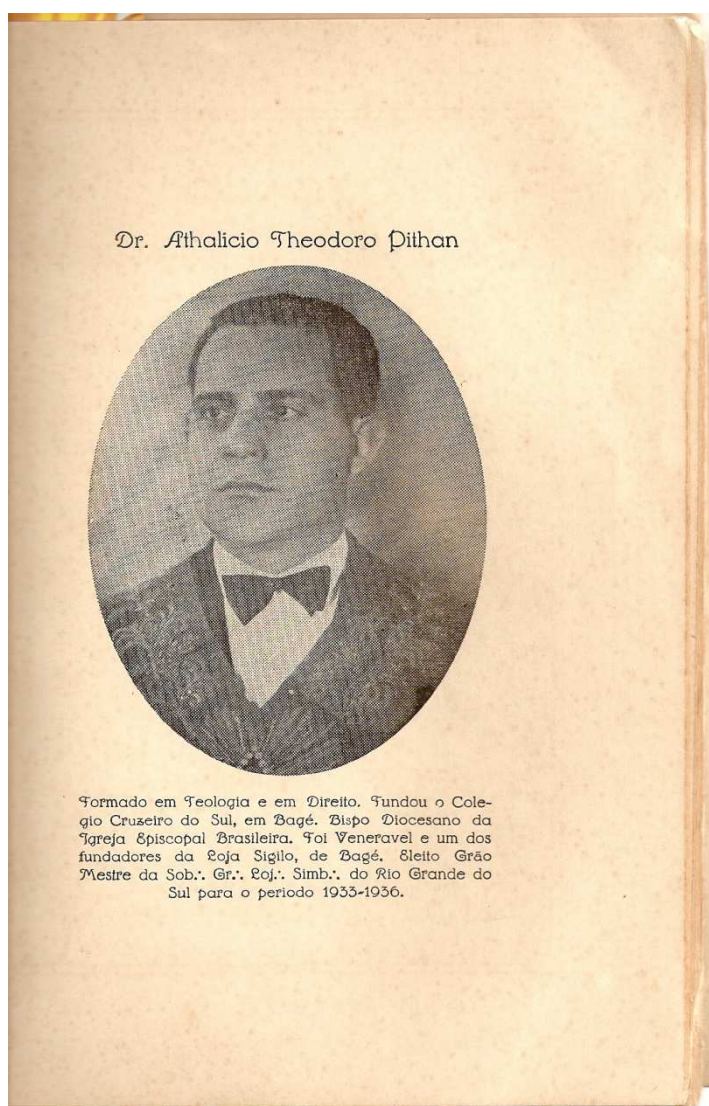


Fig. 23 – Dom Athalício Pithan, Bispo da Igreja Episcopal, com os paramentos maçônicos. Foto escaneada do livro “RESUMO dos trabalhos da 14ª reunião periódica da Soberana Grande Loja Simbólica do Rio Grande do Sul” – Pelotas, 06/dezembro/1940.

Entre as muitas figuras que se destacaram na Loja Sigilo nº 14, surge a de Goar Odyxe Duarte, membro da Igreja Episcopal Brasileira que liderou a construção do atual templo da Loja Sigilo nº 14, concluído em 1952.



Fig. 24 – Goar Odyxe Duarte, o arquiteto do Templo maçônico da Loja Sigilo n.º 14, de Bagé, ativo membro da Igreja Episcopal/Anglicana e da Legião da Cruz.

A Loja Sigilo nº 14 tornou-se um marco do trabalho maçônico nessa comunidade. Guedes cita, em seus apontamentos para a História da Maçonaria em Bagé, que ficaram reduzidos a manuscritos e trabalhos apresentados em Loja, que estava organizando quando foi interrompido por sua inesperada doença que o levou “ao Oriente Eterno”, na linguagem maçônica (seu falecimento, em 1º de abril de 2001, em Bagé), que o trabalho dos maçons “é como violeta, cujo perfume se sente, porém a flor está escondida nas folhagens”. (Os outros manuscritos deixados pelo Rev. Guedes sobre a História da Maçonaria em Bagé não foram encontrados.)

O trabalho filantrópico maçônico da Loja Sigilo nº 14 foi-se desenrolando debaixo de várias lideranças, mas com todos os obreiros unidos:

a) apoio à Santa Casa de Caridade – trabalho liderado por Isaac Teitelroit, José Gomes Filho e Goar Odyxe Duarte;

b) apoio ao Hospital Casa de Saúde Dr. Mário Araújo – o mesmo grupo já mencionado;

c) Criação do Orfanato Bidart – sob coordenação de “Pedro Obino – O Velho”, como era chamado (pois seu filho, também maçom, era chamado ‘Pedro Obino – O Moço’). O orfanato Bidart era internato para meninas pobres, e escola primária mista (externato), tendo recebido depois o apoio do Engenheiro e maçom José Genovesi, para ampliação e adaptação do prédio.

d) SBAN – Sociedade Bajeense de Apoio aos Necessitados – coordenado por Dirceu Lamas (episcopal anglicano), Antonio Mansur (episcopal anglicano) e [prenome ilegível] Gonçalves;

e) S.A.B.E.R. – Sociedade Assis Brasil de Educação Rural – sob a responsabilidade de Athalício Pithan, José Gomes Filho, Domingos Nocchi e Carlos Kluwe – era uma escola primária, na zona rural, sendo também uma escola agrotécnica;

f) Legião da Cruz – sodalício composto por homens da Matriz do Crucificado em que todos os membros faziam trabalho voluntário e que coordenava as escolas paroquiais e as obras assistenciais da Igreja Episcopal, e que possuía forte apoio da Maçonaria – coordenadores: Rev. Antonio Guedes, Goar Odyxe Duarte, José Gomes Filho e Floriano Bittencourt. A Legião da Cruz atendia às seguintes obras:

- Cidade dos Meninos de Bagé – internato masculino;

- Lar Cristão São Paulo – asilo para idosas carentes;

- Albergue Noturno Dona Silvina – para atender pessoas carentes que chegavam a Bagé e não tinham onde ficar: recebiam banho, jantar, cama para dormir e café da manhã, pelo período de uma semana, havendo a ala masculina e a ala feminina;

- Lar Cristão Santo Estêvão – creche e pré-escola em turno integral para crianças carentes;

- Escola José Gomes Filho – escola episcopal anglicana, anexa à Cidade dos Meninos de Bagé, localizada a 4Km do centro da cidade. Atendia aos internos da Cidade dos Meninos e a alunos externos de ambos os sexos das Vilas Brum, Hidráulica, São Martim, São Domingos, São Jorge e arredores.

- Ginásio Professora Melanie Granier – escola particular adquirida pela Igreja Episcopal Brasileira;

- Escola Epifania (São Martim – escola primária paroquial).

Estas obras acima referidas eram atendidas e coordenadas pela Legião da Cruz, todas da Igreja Episcopal Brasileira. Também havia escolas paroquiais nas Missões e Pontos de Pregação do interior do município de Bagé (região da Campanha).

g) Ginásio Municipal – trabalho liderado por Carlos Kluwe, Rev. Antonio Guedes, Hermes Barreto e Boaventura Miéli da Rosa. O caso do Ginásio Municipal muito se assemelha ao caso do Ginásio Pelotense, sendo que contar os detalhes de sua criação demandaria todo um trabalho de investigação à parte. Pela exigüidade do tempo e para não alargar demais este tópico, optou-se por deixá-lo para um estudo posterior. Futuramente, o Ginásio foi encampado pelo Governo Estadual e hoje se denomina Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Kluwe;

h) criação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências econômicas em Bagé – trabalho coordenado pelo Dr. Antenor Gonçalves Pereira;

i) Primeira Banda Municipal – trabalho coordenado pelo Dr. Antenor Gonçalves Pereira;

j) Orquestra Filarmônica de Bagé – trabalho coordenado pelo Dr. Antenor Gonçalves Pereira;

l) Fundação da Escola Senac Darcy Barcellos – trabalho conjunto com os Obreiros Irmãos da Loja Amizade, onde houve: um Grupo Escolar anexo ao SENAC (a Escola Primária iniciou em 1959) e vários cursos de Profissionalização, todos sem ônus algum para os alunos.

Hoje (2010), Bagé possui as seguintes Lojas, todas em atividade regular: a Loja Maçônica Amizade, que é filiada ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul (G.O.R.G.S.), e cinco Lojas filiadas à Grande Loja, que são,

por ordem de criação: Loja Sigilo nº 14, Loja Estrela dos Magos (criada em 27/12/1948), Loja Adonai (criada em 1961), Loja Cavalheiros da Liberdade e Loja Rainha da Fronteira (não foi possível conseguir as datas de fundação, mas são mais recentes). Das Lojas do Grande Oriente do Brasil (G.:O.:B.:), existem a Loja Estrela do Sul e a Loja Cruzeiro do Sul.

Um Mestre Maçom da Loja Sigilo nº 14, quando, por ocasião da entrevista, foi-lhe perguntado por que havia um número tão grande de Lojas em Bagé, informou que existem várias Lojas na cidade porque é da intenção da Ordem expandir o número destas. Outro Mestre Maçom havia dado uma entrevista ao Jornal Correio do Sul em 2002 e havia afirmado que era pelo mesmo motivo: “A intenção é de que não haja um grande contingente de membros em um mesmo local para que haja um entendimento mais fácil e mais pessoal no grupo que forma uma Loja, pois o objetivo desta é a harmonia” (Jornal Correio do Sul, Bagé/RS, de 19/08/2002, p. 3).

Ao se concluir esse capítulo sobre a Maçonaria, acredita-se que ficou claro o que é a Instituição Maçônica, e suas imbricações com a Igreja Anglicana no passado e até 1970 (periodização final deste trabalho). O que aconteceu após essa data fica em aberto para trabalhos posteriores.

Como toda instituição humana, porém, apesar de seus objetivos de *unidade na diversidade* (inspiração anglicana) e de *fraternidade universal*, a Maçonaria é composta por homens que *buscam a perfeição*, mas está sujeita às limitações humanas e suas falhas. Não é um local de *santos e pessoas perfeitas*, mas um local de reunião de homens livres e de boa vontade que *buscam o aperfeiçoamento individual e coletivo* – e procuram atuar desta forma nas comunidades em que estão inseridos.

A Maçonaria possui um Tribunal de Justiça, onde falhas graves dos Obreiros são pesquisadas, e, se for o caso e essas falhas se comprovarem, os investigados são *acusados* também pela Ordem. Recebem o direito de ampla defesa, mas, caso se configure a culpa ou dolo, ou, em um julgamento *profano*, sejam declarados culpados nas áreas cíveis e penais da sociedade pelo ordenamento jurídico, estes são afastados de suas Lojas, suspensos ou até mesmo expulsos – porque “ser maçom não é fácil”, como disse um dos entrevistados.

Segundo Benimelli (2007, p. 666), a Maçonaria ensina a viver a vida, a liberdade, a responsabilidade, a fé e a busca da perfeição: essa era a “**força oculta**” da Maçonaria.

Quando se admite que é possível ser cristão e franco-maçom, judeu e franco-maçom, muçulmano e franco-maçom, se compreende que a Franco-Maçonaria não é nem uma seita nem uma religião qualquer, no sentido dogmático do termo, mas sim um ideal de pensamento e de conduta, no qual o espírito faz o aprendizado da liberdade. **O mais belo futuro que poderia ser oferecido à Franco-Maçonaria seria que ela desaparecesse por não ter mais razão de ser. Pois isso significaria, então, dizer que todos os seres humanos responderam sem restrição alguma ao ideal de Fraternidade e de Tolerância, vivendo em “Fé, Esperança e Caridade”, e que o Templo simbólico da Humanidade estaria terminado. Esse Templo é aquele que cada maçom se esforça para edificar, apoiando-se sobre os três pilares: da Sabedoria, que dirige sua arquitetura; da Força, que realiza sua construção; e da Beleza, que lhe dá a harmonia das justas proporções.** (grifo aposto) (Benimelli (2007, p. 666)

Quando todos atingissem esse estágio, a Maçonaria não precisaria mais existir, pois os seres humanos teriam se aproximado de um nível de perfeição tal que ela não seria mais necessária. Para tanto, bastaria, segundo Benimelli, que todos introjetassem os ensinamentos maçônicos e os vivenciassem realmente.

3 IGREJA ANGLICANA

Nas coisas essenciais, a unidade; nas coisas duvidosas, a liberdade; em tudo, a caridade.

Santo Agostinho de Hipona

3.1 Os Primórdios e o Concílio de Arles (314 D.C.)

“A palavra Igreja vem do grego *ekklesia*, do verbo *ek-keleia*” (LELOUP, 2006, p. 15). Pode ser traduzida por *convocar*. Leloup completa: “uma assembléia de cidadãos convocados pelo arauto para a gestão de questões públicas” (LELOUP, 2006, p. 15).

Segundo a Bíblia de Estudo de Almeida (1999, no apêndice/dicionário, p. 62):

Igreja: palavra de origem grega que, no uso comum, significava “assembléia” ou “reunião”, celebrada com prévia convocação. Em Atenas, a *ekklesia* era a assembléia dos cidadãos. São Paulo usa com freqüência esta palavra para referir-se tanto à congregação local de cultos cristãos como à comunidade cristã universal. No Novo Testamento, o termo não é usado para designar o edifício onde os cristãos se reúnem.

Na tradução grega do Antigo Testamento, a Septuaginta, *ekklesia* é a tradução da palavra hebraica *qâhâl* e designa a reunião convocada por Moisés ao povo de Israel, por ocasião da entrega por este dos Dez Mandamentos da Lei de Deus.

No Novo Testamento, Igreja é a comunidade dos crentes em Jesus Cristo, sendo vista como o Corpo de Cristo (Efésios, capítulo 1, versículos 22 e

23; capítulo 5, versículos 23 a 30; Mateus, capítulo 17, versículo 18; Romanos, capítulo 9, versículo 24, e outros).

A chegada do cristianismo na Grã-Bretanha tem sua origem desconhecida, no sentido de que não há provas documentais de como este lá chegou. Sabe-se que já havia cristianismo na Inglaterra no século III. A primeira referência histórica da existência de cristãos na Grã-Bretanha foi registrada por Tertuliano, que, em 208 d.C., relata que várias regiões da Ilha se haviam convertido ao cristianismo, mas pouco se sabe (ou se pode provar) sobre **como** o Cristianismo teria sido levado até ela; segundo lendas e tradições antigas da Igreja, teria sido levado pelos Apóstolos Felipe e Paulo e ainda por José de Arimateia, o membro do Sinédrio que, segundo o relato Bíblico, teria ofertado seu túmulo novo, para que ali fosse colocado o corpo de Jesus Cristo. O fato é que, no Concílio de Arles, “realizado no sul da França, em 314 a.D., **três Bispos Ingleses** participaram do conclave, representando as Ilhas Britânicas” (PATTERSON, LONGMANS E GREEN, 1927, p. 2-3). Em 359, outros três bispos participaram do concílio de Arminius. O cristianismo já se espalhara por todo sul e centro da Inglaterra, principalmente entre os celtas e civis romanos.

Cerca de cinco anos depois, o bispo Pelagius proclamou a Independência da igreja cristã da Inglaterra, sendo excomungado como heresiarca. São Patrício, o *Apóstolo da Irlanda*, que a foi cristianizar, era um bispo inglês. Mas, em 449, os anglo-saxões iniciaram sua principal invasão e implantaram seu tipo especial de paganismo.

A recristianização recomeçou com a expedição de São Columbano ou Columba, um bispo irlandês, cerca de cem anos depois do trabalho de cristianização realizado por São Patrício. Como centro missionário do cristianismo, por segurança, foi escolhida a abadia de Iona, na Escócia. Mas este cristianismo primitivo recebeu fortes influências celtas e era um cristianismo diferente do cristianismo romano.

Quando o Papa Gregório Magno (Gregório I), em 597 d.C., enviou Agostinho, com 80 monges, para “cristianizar” as Ilhas Britânicas, lá encontrou já uma Igreja Cristã organizada e independente, inclusive contando com as três Ordens eclesíásticas Bíblicas: Bispos, Presbíteros e Diáconos. E o trabalho de Agostinho foi facilitado nas Ilhas Britânicas, porque seu primeiro contato foi com o Rei Etelberto, cuja esposa era cristã. E assim, Agostinho tornou-se o primeiro

Arcebispo de Cantuária (considerada a Sede do Líder Maior da Igreja Anglicana até os dias de hoje, 2010).

Sofrendo uma forte influência Celta, o Cristianismo que já existia nas Ilhas Britânicas **não havia sido ligado**, até então, na questão de disciplina, à Igreja de Roma e ao domínio Papal, embora lá Agostinho tivesse ficado com seus monges. A **Ligação oficial com Roma só aconteceu em 664, pelo Sínodo de Whitby**, quando os representantes de Roma e das Ilhas Britânicas entraram em um consenso, embora com restrições de alguns de seus segmentos. Não houve unanimidade e os rompimentos com Roma se davam esporadicamente, conforme interesses religiosos, econômicos e políticos.

Quando morreu o rei Guilherme I da Inglaterra, em 1087, assumiu o trono seu filho, Guilherme II, o “Ruivo”. Havia dois núcleos diferenciados de cristãos na Inglaterra: os que se mantinham fiéis ao Papa, os Romanistas, e os que não aceitaram nunca a submissão da Igreja cristã da Inglaterra ao Bispo de Roma. Guilherme II começou uma política de espoliações e atrocidades contra a Igreja Católica da Inglaterra, passando seus bens para a Igreja da Inglaterra ou Anglicana. Em 1093, rei Guilherme II adoeceu. Preocupado com o que havia feito à Igreja obediente a Roma, Guilherme II nomeou Anselmo para o bispado de Cantuária. Este aceitou o convite e impôs duas condições: que as propriedades da Igreja fossem devolvidas pelo Rei e que o Arcebispo de Cantuária fosse reconhecido como Conselheiro do Rei em Matéria Religiosa.

No primeiro Artigo da Magna Carta, 1215, consta : “...ecclesia Anglicana libera sit”, isto é, “que a Igreja da Inglaterra seja livre” – tornando visível o espírito nacionalista e ao mesmo tempo liberal dos ingleses.

Esses fatos demonstram que dois ramos do cristianismo conviviam na Inglaterra e que esta convivência não era pacífica. As desavenças persistiram entre a Coroa Inglesa e a Igreja de Roma, o que permitiu que a Igreja da Inglaterra mantivesse certa autonomia, embora durante quase mil anos houvesse o reconhecimento “oficial” do domínio da Igreja da Inglaterra pela Igreja de Roma.

3.2 A Igreja Anglicana e a Separação Definitiva da “Igreja de Roma”

Henrique VIII era, originalmente, um devoto católico romano, chegando a escrever um texto para refutar as posições de Lutero sobre os Sacramentos, recebendo do papa o título de **Defensor da Fé (*Defensor Fidei*)**, usado pelos **reis ingleses ainda hoje**. Henrique VIII chegou a proibir obras protestantes de Lutero, Wycliffe e outros, para demonstrar ao Papa que sua intenção não era separar a Igreja Anglicana de Roma, havendo ainda imposto pesadas multas a ministros favoráveis à Reforma Protestante para que estes evitassem a excomunhão.

Porém, a rainha Catarina de Aragão, espanhola e parente do papa, esposa de Henrique VIII, provavelmente sofria de sífilis e abortava constantemente, não lhe tendo dado um filho homem. Desta forma, o rei desejava divorciar-se dela. Apesar de as Universidades de Oxford, Cambridge, Paris e Bologna haverem emitido um parecer favorável ao divórcio em 1530, o Papa recusou-se a permiti-lo. A partir daí, as relações de Henrique VIII com o Papa começaram a se tornar conturbadas.

Em 1532 o Parlamento se reuniu e criou leis contra os abusos dos clérigos, especialmente a cobrança de taxas e o enriquecimento ilícito; a seguir foi promulgada a lei contra os Benefícios dos Clérigos, que recebiam salários da coroa. Foi o ***Annates Act***, que deu ao rei o poder de revogar o salário dos clérigos que não o merecessem, segundo o critério do Conselho da Coroa. A 15 de maio, os clérigos foram convocados a prestar juramento de ***lealdade à coroa*** e *More pediu demissão, por não concordar com o texto do juramento.*

Em janeiro de 1533, Henrique VIII casou-se secretamente com Ana Bolena. *Ainda em 1533 o Parlamento emitiu uma lei restringindo os apelos ao Papa sobre questões seculares.* Em 30 de março, ***uma bula papal consagrou Thomas Cranmer como arcebispo da Inglaterra.***

O cenário da Igreja da Inglaterra ***começou a mudar desde a posse de Thomas Cranmer como Arcebispo de Cantuária, em 1533.*** *Cranmer, professor em Cambridge, já tinha aderido ao Protestantismo, e era um dos componentes do grupo da Taverna do Cavalo Branco, a qual, segundo alguns autores, já apresentava algumas características semelhantes às da Maçonaria.*

Cranmer **invalidou o casamento de Henrique VIII com Catarina** e a **1º de junho coroou Ana Bolena como Rainha**; no dia 11, o papa Clemente VII (nascido na Espanha) **declarou nulo o casamento com Ana**. No dia 7 de

setembro, nasceu Elizabeth. A sete de novembro, Henrique VIII apelou para a convocação de um Concílio Geral da Igreja a fim de contestar a decisão do papa. **“Surgiu na época pela primeira vez um esquema político para uma aliança com a Liga Protestante do Norte da Alemanha, mas não foi aprovado nem pela igreja, nem pelo parlamento e nem pelo Conselho Real.”** (PATTERSON, 1927, p. 245). **Não havia interesse da coroa inglesa em separar-se da igreja de Roma até esse momento.**

O Parlamento – cheio de nacionalistas – aprova as medidas de Cranmer, e foi aprovando uma sucessão de leis de afirmação da autonomia da Igreja Inglesa. Suspendeu-se o envio de impostos para o Papa. O rei recebeu, em 1534, o título de *“Governador e Suprema Cabeça da Igreja”* e o Arcebispo de Cantuária é estabelecido como titular da hierarquia. *Surgia a Igreja da Inglaterra como Igreja Nacional.*

Em 1534, o Papa **Clemente VII** declarou válido o casamento de Henrique com Catarina; mas o parlamento inglês aprovou várias outras medidas tendentes para diminuir o poder de Roma na Inglaterra, a forma inicial do *Act of Succession*, **abolindo a aprovação papal para a coroação dos reis ingleses.** **A Convocação [concílio geral] determinada por Cranmer repudiou o poder do papa em assuntos seculares.**

A 7 de janeiro de 1536 Catarina de Aragão morreu de sífilis; mas isto não serviu de muito para Ana Bolena, cujo casamento foi declarado inválido, por motivo de adultério, a 17 de maio, sendo ela executada a 19, em boa parte por insistência do conde de Norfolk, que era irmão de sua mãe e queria eximir-se de qualquer relacionamento com ela.

A igreja da Inglaterra alternava períodos de influências ora da Igreja de Roma, ora dos protestantes ou evangélicos. Quando, em 1547, Henrique VIII morreu, **a Inglaterra ainda conservava em seus credos as principais doutrinas romanistas.** Entretanto, Henrique VIII havia dado ordem para que a igreja da Inglaterra tivesse uma ***Bíblia completa traduzida para o inglês e que ficasse ao acesso do povo para que a pudesse ler (mas que fosse traduzida dos originais - em hebraico e grego, e não da versão latina), o que contrariava os princípios da igreja de Roma, pois para esta, a Bíblia***

não deveria ser lida pelo povo¹⁰. De seus casamentos, o rei Henrique VIII, ao falecer, deixara três filhos, de três esposas diferentes, que seguiam a religião de suas mães: Eduardo, o mais novo e Elizabeth, a do meio, eram protestantes; e Maria, a mais velha, era católica romana.

O reinado seguinte, de Eduardo VI, foi um reinado secular, com a predominância do poder real, manifestado pelo Conselho e pelo Parlamento, mas com todas as decisões e editos proclamados em nome do rei. O rei foi coroado a 28 de janeiro de 1547; logo a seguir, por influência conjunta do arcebispo Cranmer e de Somerset, o presidente do Conselho, foi emitida uma série de decretos, obrigando todos os bispos a requererem permissão real para o exercício de suas prelações (1547); todas as decisões das cortes eclesiásticas passaram a requerer a assinatura e concordância do rei (1547); a eleição dos bispos pelos eclesiásticos foi novamente abolida (1547). Dezenas de outras injunções reais e atos do Parlamento se seguiram, descreditando as tradicionais políticas eclesiásticas, determinando que exclusivamente “homens santos e instruídos” fossem objeto das nomeações reais. Este método de reforma imposta pelo governo se baseia em três argumentos: a pressão do poder secular era imensa sobre a igreja nos países mais profundamente católicos; a reforma maciça da igreja anglicana não poderia ter sido feita de outra forma, sem recair nas cisões provocadas pelas igrejas anabatistas, luteranas e calvinistas; as Convocações que produziram todos esses decretos separatistas eram formadas unicamente pelos clérigos, podendo ser encaradas como concílios.

Percebe-se, então, a intenção de Cranmer de reformular a Igreja da Inglaterra, conferindo-lhe *características protestantes*.

¹⁰ Sabe-se que há historiadores que contestam esta afirmação. Entretanto, para outra corrente, a qual a autora acolhe, a leitura da Bíblia era tida como prerrogativa do clero pela Igreja Católica Romana. O acesso a Deus, para estes, se daria por meio dos sacerdotes (padres) – o que foi abolido pela Igreja Luterana e por aquelas que sofreram a influência da Reforma: o homem comum podia ter *livre acesso a Deus*, e não só podia como *deveria* conhecê-lo e estudar o conteúdo das Sagradas Escrituras. A importância da leitura bíblica permanece presente até os dias de hoje na liturgia dos cultos das igrejas protestantes, e já era ressaltada desde 1901 pelo Estandarte Cristão, no qual, em diversos momentos, há críticas à postura da Igreja Católica Romana em relação à leitura da Bíblia, bem como à liturgia em latim durante as missas, como era regra até o Concílio Vaticano II, como se verificará no capítulo respectivo a esse periódico.

Ainda no final de 1547 foi introduzido o Primeiro Livro de Oração Comum¹¹, com os ofícios e preces em inglês. A seguir foram adotadas resoluções para que as homilias de Cranmer fossem impressas e lidas em todas as igrejas, seguida de outra, a Paráfrase de Erasmo de Rotterdam, simpatizante da Reforma.

Assim, a Igreja da Inglaterra se tornou rapidamente protestante pela influência dos nobres que governaram no período de menoridade de Rei Eduardo VI.

Acerca da educação, Cranmer declarou:

Deus deu os seus dons quer de aprendizagem quer de outras perfeições em todas as ciências indiferentemente a todas as espécies e classes de gente [...] donde se o filho do gentil-homem for apto para aprender, admitam-no; se o não for, deixem; *que sejam admitidos os filhos do pobre.* (BRONOWSKI e MAZLISH, 1960, p. 157)

Percebe-se aqui que, desde o século XVI, havia preocupação da Igreja da Inglaterra com o ensino ao acesso de todos.

A 14 de março de 1549, a segunda sessão do Parlamento formalizou e tornou obrigatório o uso do Primeiro Livro de Oração Comum, como “a única forma legal de adoração pública”; o estatuto previa multas e penas de prisão para quem quer que se opusesse de alguma forma, o que levou ao encarceramento temporário dos bispos Gardiner e Bonner, que afirmavam que um ato dessa importância deveria aguardar a maioria do rei, então com doze anos.

No reinado de **Eduardo VI**, foram elaboradas as duas primeiras versões do Livro de Oração Comum. O primeiro Livro de Oração Comum, promulgado em nome do rei por Somerset, era de um protestantismo moderado; o segundo, essencialmente semelhante ao que vigora até o presente, era de um protestantismo decidido, mas ambos representam apenas fases da evolução do pensamento de Cranmer e de muitos dos ingleses contemporâneos. Na verdade, o primeiro marcou a separação da igreja de Roma. Para as autoridades eclesiásticas e para o parlamento, o segundo Prayer-Book [mais tarde, Book of Common Prayer, isto é “**O Livro de Oração Comum**” que é um

¹¹ A expressão *oração comum* significa que as orações são usadas em conjunto, quando os membros da comunidade se reúnem para adoração, embora também possam ser usadas individualmente.

dos meios de união e identificação da Comunhão Anglicana em todo o mundo, até os dias atuais, 2010] deve ter-se apresentado como o resultado lógico do primeiro. **“Na verdade, o primeiro, com sua tradução para o inglês, marcou uma separação mais pronunciada do passado do que o segundo com relação ao primeiro.”** (PATTERSON, LONGMANS e GREEN, 1927, p. 248).

Também reinado de Eduardo VI, os altares de pedra (de origem celta) foram substituídos por mesas de madeira, o **celibato clerical foi revogado**, o povo passou a receber **a Ceia nas duas espécies, pão e vinho**, foram **retiradas as imagens dos altares**, a Eucaristia deixou de ter um caráter sacrificial, foram abolidas as orações pelos mortos e simplificadas as vestes clericais. E são decretados os *Quarenta e Dois Artigos*, de forte inspiração calvinista, na atualidade transformados nos **Trinta e nove Artigos da Fé Cristã**, deixando de lado a orientação Calvinista e mantendo um equilíbrio entre o catolicismo e o protestantismo.

Conforme se vê, todos os principais atos da reforma anglicana foram realizados neste período, inclusive a adoção das “cinco diferenças” principais.

As cinco diferenças principais foram: a não concordância com a Mariolatria; a não aceitação da intercessão dos Santos (e sim sua veneração e respeito); a abolição do Celibato obrigatório; a Comunhão em duas espécies dadas ao povo (Pão e Vinho ou Hóstia, pão sem fermento, e Vinho) e, por fim, tempos depois, após o Ultramontanismo, a não aceitação da Infallibilidade Papal).

Ainda em 1553, no seu leito de morte, Eduardo VI assinou um testamento, nomeando como sucessor seu primo Guildford Dudley, sob regência de sua mãe, Lady Jane Grey, para evitar a ascensão de Maria e Elizabeth, suas irmãs. Mas o entusiasmo popular colocou Maria no trono, na esperança de que eliminasse a opressão e saques à aristocracia, um ato de que a maioria logo se arrependeu profundamente.

Quando Eduardo VI faleceu, em 1553, assume o trono da Inglaterra sua irmã, Maria Tudor, cognominada como “Maria, a Sanguinária”. Esta se dedicou ao seu projeto pessoal de **reverter a ruptura com Roma estabelecida por seu pai, Henrique VIII, e o implantar a obediência à Roma. Anulou todos os Atos de Independência Religiosa e uniu a Igreja da Inglaterra à Igreja de Roma.** Atacou duramente os protestantes e perseguiu os líderes religiosos. Condenou

à morte o Arcebispo Thomas Cranmer e mais de trezentos clérigos anglicanos. *Isto comprova, mais uma vez que a Igreja Anglicana não foi fundada por Henrique VIII, pois teve um novo período de união e obediência ao papa.* Os Livros de Oração Comum foram queimados e seus manuscritos escondidos.

Os ingleses se revoltaram contra essas e outras perseguições religiosas e, depois da morte de Maria, a “Sanguinária,” a Inglaterra tornou-se *muito mais protestante.*

Em 1559 começou o reinado de Elizabeth I, e com ela restauraram-se os controvertidos Atos de Uniformidade e de Supremacia, que devolveram à Rainha da Inglaterra o mesmo poder que tinha Henrique VIII sobre a Igreja, e voltou a adotar o Livro de Oração Comum, bem como adotou os “Trinta e nove Artigos de Religião” (que estão presentes na Doutrina Anglicana até a atualidade). Também é Nichols (1954) que afirma que a Era Elisabetana foi um período de apogeu para a Inglaterra.

O reinado de Elizabeth I, de 1558 a 1603, rompe, outra vez, com a Igreja de Roma, e edita, em 1559, uma nova versão do Livro de Oração Comum (Livro de Oração Comum), como única liturgia oficial, reduzindo para 39 “*Os Artigos de Religião*”. Elizabeth sofre pressão; de um lado, do remanescente dos restauracionistas pró-Roma, e, do outro, dos “*puritanos*”, que voltavam do exílio sob forte influência de expressões mais extremadas da Reforma. Ela se mantém fiel ao espírito da Primeira Reforma, fazendo o Parlamento aprovar duas leis fundamentais, já mencionadas: O Ato de Supremacia e o Ato de Uniformidade, o que significaria não voltar para Roma e não ceder às pressões de Genebra. Esse “*estabelecimento elizabethano*” forjou a face do Anglicanismo, como Igreja Católica e Protestante. O principal pensador dessa época, e defensor da “*via média*” Anglicana, foi Richard Hooker, autor da obra clássica “*Das Leis da Política eclesiástica*”, 1594. (KNIGHT e ANGLIN, 1955 p. 300)

Com a morte de Elizabeth, em 1603, assume o trono o rei Jaime I, da Escócia, que autoriza a edição inglesa da famosa “*Bíblia King James*”, sendo sucedido, em 1625, por seu filho Carlos I, tentando manobrar no meio do conflito entre romanistas, elisabetanos e puritanos, todos insatisfeitos, e com seus próprios projetos.

Lançou-se então a *Bill of Rights*, que é uma atualização da Magna Carta, bem como é criada uma arquitetura constitucional reformada (onde o parlamento detém poderes definitivos).

O Rei Carlos I tenta começar a governar sem o Parlamento e sem ouvir os Comuns e Lordes; o Parlamento reagiu. Uma Guerra Civil tem início em 1642 que culmina com a instauração de uma República na Inglaterra (1649-1660), liderada por Oliver Cromwell, vencida pelo exército de hegemonia puritana, que prende o rei Carlos I e o executa, em 1649. A partir de 1643, todo poder permanece com o Parlamento, que estabelece o **presbiterianismo como religião oficial**, e convoca a Assembléia dos teólogos calvinistas para, reunidos na Abadia de Westminster, redigirem um Guia de Culto, uma Confissão de Fé e um Pequeno e um Grande Catecismo. Em 1648, Oliver Cromwell, máximo dirigente militar, dissolve o Parlamento e dá início a uma ditadura de puritanos, se denominando de “Protetor”. Com sua morte, em 1658, o seu filho Richard não consegue manter o regime. O Parlamento volta a funcionar normalmente, chamando para o trono o filho de Carlos I, Carlos II, *restaurando o Episcopado e o Livro de Oração Comum - e retornando a hegemonia da Igreja Anglicana sobre a Inglaterra.*

Segundo Knight e Anglin (1955), perto de sua morte, em 1685, Carlos II abraça o catolicismo romano, e é substituído por seu irmão Jaime II, um católico, que pretendia nova vinculação à Igreja de Roma, o que põe a nação inglesa em ebulição.

Jaime II tenta reforçar o poder real e sobretudo reintroduzir a Igreja Católica Romana. Os ingleses, descontentes com o Rei, obrigam-no a fugir para a França; chamam o holandês William de Orange, que era casado com Maria, filha de Jaime (1688), ambos protestantes, que concordam em derrubar o pai/sogro. *Em 18 de dezembro de 1688, o rei Jaime II foge para a França, e Guilherme e Maria entram na Inglaterra, triunfalmente, no que viria a ser denominada de “A Revolução Gloriosa”, pelo não derramamento de sangue e pelo alto consenso.*

Com a queda de Jaime II, houve a instituição da Monarquia Parlamentar. Isto resultou paulatinamente na plena democracia e o regime do respeito em relação aos direitos individuais das pessoas (GUIMARÃES, 2006). No final do século XVII, 154 anos desde a separação de Roma com Henrique VIII, após avanços e recuos em várias direções, *surge uma nova nação inglesa com uma Monarquia Parlamentarista e uma Igreja Nacional, que, com pequenos ajustes, restaura o estabelecimento elisabetano. A Igreja na*

Inglaterra se torna a Igreja da Inglaterra, o Anglicanismo – católico, apostólico e reformado – que se torna um ramo específico da Igreja de Cristo.

Segundo Oliveira (1995), o Ato de Uniformidade produziu três correntes religiosas distintas entre si: a Igreja Oficial, os Romanistas e os Independentes, também chamados de Não-Conformistas. Esses antagonismos religiosos fizeram com que muitos emigrassem para a América, e o primeiro capelão a emigrar foi Walter Raleigh, enviado em 1585 para dar assistência religiosa aos colonos. O período transcorrido entre a chegada dos primeiros imigrantes ingleses até a independência das colônias inglesas nos Estados Unidos da América em 1776 foi marcado por muito conflitos políticos, sociais e econômicos, que acabaram produzindo várias denominações religiosas nos Estados Unidos. Após a Independência Americana, em 1776, a Igreja Anglicana nos Estados Unidos adotou o nome de **Igreja Protestante Episcopal dos EUA**. A Igreja Americana teve seu primeiro bispo em 1784 e **manteve a igreja livre e independente do poder civil**. Assegurada a Sucessão Apostólica, a Igreja desenvolveu-se rapidamente e, em 1824, foi fundado o famoso Seminário Teológico de Virgínia, de onde, mais tarde, saíram os Missionários que estabeleceram a Igreja Episcopal Anglicana no Brasil.

Foi-se estabelecendo, então, a Comunhão Anglicana, que se caracteriza por ser o conjunto de Províncias, Igrejas Nacionais ou Regionais, que formam a grande família dos Anglicanos em todo o mundo, unidos pela Sé de Cantuária (Londres/Inglaterra). Há uma relação de responsabilidade mútua e interdependência entre as províncias, *mas estas se constituem em Igrejas Nacionais*, unidas por quatro elementos de caráter consultivo: o Arcebispo de Cantuária; a *Conferência de Lambeth*, uma grande reunião para discutir e aprovar democraticamente resoluções sobre os mais variados temas dos cristãos e do mundo, sendo a primeira realizada em 1867 e a última, em agosto de 2008; o *Conselho Consultivo Anglicano*, que congrega não só Bispos do mundo inteiro como Presbíteros e Leigos, para elaborarem projetos no campo do companheirismo, do diálogo ecumênico, das discussões Teológicas e dos Círculos de Oração, tendo sempre um Observador das Nações Unidas; e a *Reunião dos Primazes*, iniciada em 1979, com os Bispos Primazes das 38

Províncias Anglicanas para consultas mútuas sobre questões Teológicas de interesse mundial e para traçar metas de Evangelização.

A Comunhão Anglicana obedece ao chamado Quadrilátero de Lambeth, elaborado em 1888 e que é considerado a base fundamental Anglicana para o diálogo ecumênico:

1. **As Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamento (Bíblia) contém todas as coisas necessárias à Salvação como regra e norma última de fé.**
2. **O credo Apostólico é aceito como símbolo Batismal e o Credo Niceno como declaração suficiente da Fé Cristã.**
3. **Os dois Sacramentos ordenados pelo próprio Cristo – o Batismo e a Eucaristia – administrados com o uso indefectível das Palavras de Cristo e os elementos ordenados por Ele.**
4. **O Episcopado histórico, adaptado localmente nos métodos de sua administração às diversas necessidades das nações e povos chamados por Deus à unidade de sua Igreja. (KICKHÖFEL, 1999, p. 8)**

Dois símbolos da Comunhão Anglicana são a Rosa dos Ventos e a Cruz de Cantuária.



*A Rosa dos Ventos (Compass Rose)
é o símbolo da
Comunhão Anglicana*

Fig. 25 – A Rosa dos Ventos, símbolo da Comunhão Anglicana.

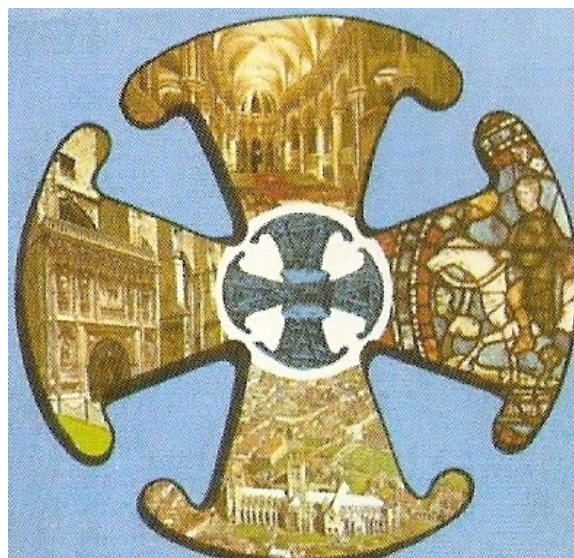


Fig. 26 – A Cruz de Cantuária (inserida em diagrama; ao centro, reprodução da Cruz de Cantuária original)

A denominação *ANGLICANA* não significa **nenhum tipo de subordinação à Inglaterra**, mas à influência litúrgica dela herdada, principalmente o *ETHOS* Anglicano: **“A inclusividade na diversidade”**¹².

O Arcebispo de Cantuária não tem ingerência direta nas *Províncias da Igreja*, como são chamadas as Igrejas Episcopais ao redor do mundo: estas assumem características nacionais e se regem pelas leis do país onde estão inseridas. O Arcebispo de Cantuária é um elemento *agregador* da então chamada *Comunhão Anglicana* que se estende ao redor do mundo.

¹² Ethos Anglicano – “jeito de ser anglicano”: “inclusividade, aceitação das diferenças”; não ha “dogmas”; acredita-se na responsabilidade pessoal de cada um e seu livre acesso a Deus. Tem como Base de Fé as Escrituras Sagradas e baseia-se no Credo Apostólico e no Niceno. Crê em dois Sacramentos: Batismo e Eucarista, e aceita os cinco Ritos Sacramentais que a Igreja Católica Apostólica Romana tem também como Sacramentos: Confirmação (ou Crisma), Penitência (Confissão e Absolução), Santo Matrimônio, Unção (dos enfermos) e as Sagradas Ordens (Bispos, Presbíteros e Diáconos) – Livro de Oração Comum, artigos de fé, 1950. O “Ethos Anglicano” aqui é entendido no sentido de respeito ao livre pensamento, afirmação de que é lícito fomentar os estudos e pesquisas científicas, desde que, estas sejam socializadas e não prejudiquem os direitos fundamentais do ser humano. A Igreja Anglicana é uma Igreja Liberal, que sofreu influências da Reforma, mas se mantém próxima da Igreja Católica Apostólica Romana, pois afirma a Sucessão Apostólica e segue uma liturgia organizada; é aberta ao ecumenismo, e os primeiros movimentos neste sentido deram-se partindo dela própria. É uma **igreja que não despreza o uso da razão e da investigação científica**. Sua posição liberal e democrática a coloca em posição privilegiada para dialogar ecumenicamente com os demais ramos do cristianismo.

Os Arcebispos de Cantuária garantem a sucessão Apostólica da Igreja Anglicana, pois o primeiro deles, Santo Agostinho de Cantuária, recebeu as Ordens através do Bispo de Roma, em um momento histórico em que a Igreja Cristã ainda era Indivisa. (Vide relação dos Arcebispos de Cantuária nos Anexos.)

3.3 A Igreja Anglicana no Brasil



Fig. 27 – Símbolo ou logotipo da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil.

Em diversas partes do mundo, as igrejas anglicanas se tornaram autônomas, ou seja, igrejas nacionais ou regionais (incluindo parte de uma nação ou mais de uma nação), formando o que hoje se chama de *províncias anglicanas* ou igrejas anglicanas em permanente comunhão com Cantuária. Esse conjunto de províncias, igrejas nacionais ou regionais forma a grande família da Comunhão Anglicana. No Brasil, a igreja anglicana se chama hoje (2010) **Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**.

A expressão *episcopal* indica que é governada por bispos e a palavra *anglicana*, antes de significar inglês, aponta para a grande família cristã internacional. Há três níveis de organização administrativa na Igreja Episcopal, os quais se verificam também na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: a congregação local ou paróquia; a diocese, formada pelas paróquias e missões de uma determinada área geográfica e dirigida por um bispo; e a igreja nacional. O principal líder nacional é o bispo primaz. O órgão legislativo máximo é o Sínodo, formado por uma câmara de bispos e outra de clérigos e leigos, que se reúne a cada três anos, para aprovar as leis e os programas nacionais. Para executar os programas e projetos aprovados pelo Sínodo é eleito um Conselho Executivo, que representa a igreja e é presidido pelo bispo primaz. Além disso, cada diocese realiza um concílio anual, formado pelo clero e representantes

leigos das paróquias e missões, para realizar o trabalho nessa área menor da igreja que é a diocese.

A primeira incursão do anglicanismo no Brasil deu-se sob a forma de capelania religiosa ainda no Brasil Colônia. Em 1810, Portugal e Inglaterra estabelecem um tratado comercial que incluía a permissão para o estabelecimento nos territórios do reino de Portugal de cemitérios, hospitais, clubes e igrejas, desde que essas realizassem os cultos em inglês, fossem frequentadas apenas por britânicos e não tivessem aparência exterior de templo. Assim, em 1819, foi inaugurada em solo brasileiro a primeira capela não-católica romana, a Christ Church (localizada até hoje na Rua Real Grandeza, em Botafogo, RJ) e posteriormente a St. Paul's (São Paulo), Holy Trinity (Recife), St. George (Salvador), St. Mary (Belém), All Saints (Niterói), Capela dos Marinheiros (Santos) e a Capela da Companhia de Mineração (São João Del Rey, MG), e outras.

Eram capelas freqüentadas por britânicos, com clérigos enviados diretamente da Inglaterra para atendimento das famílias e jurisdicionadas a dioceses britânicas. Muitas delas até hoje celebram cultos em inglês.

Entretanto, a igreja voltada *especialmente para os brasileiros* começou intencionalmente em 1890, quando os missionários americanos Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris estabeleceram a primeira missão em Porto Alegre/RS.

Kinsolving e Morris eram jovens recém-formados no Seminário Teológico de Virgínia, ligado à Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América e inflamados pelo ardor evangelístico que tomou conta das igrejas protestantes norte-americanas na segunda metade do século XIX. Após breve estadia no Rio de Janeiro e em São Paulo, rumaram para Porto Alegre, onde realizaram o primeiro culto em português *para brasileiros* em 1º de junho de 1890. No ano seguinte estabeleceram congregações em Porto Alegre, Rio Grande, Santa Rita e Pelotas. Também nesse ano, chegaram ao Brasil os missionários William Cabell Brown, John Gaw Meem e a professora leiga Mary Packard. Esses cinco missionários podem ser considerados como os fundadores da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A partir daí outros missionários foram enviados e o trabalho reconhecido oficialmente como "*missão*" da Igreja Episcopal dos EUA em 1895. Em 1893 foram ordenados os

quatro primeiros diáconos brasileiros. Em 1907, as comunidades passaram a ser um “distrito missionário” da Igreja Protestante Episcopal dos EUA, recebendo verbas e a visita regular de bispos para confirmação dos novos membros e ordenação do clero.

O primeiro bispo brasileiro, Athalicio Theodoro Pithan (maçom, Venerável Mestre e que foi escolhido para ser Grão Mestre do Rio Grande do Sul) só foi sagrado em 1940, mas o controle da igreja ainda era dos norte-americanos.



Fig. 28 – Primeira Fotografia de Dom Athalício Pithan após sua Sagração como Bispo da Igreja Episcopal (hoje com a denominação de Igreja Episcopal Anglicana do Brasil). O registro no verso da fotografia foi escrito de próprio punho pelo Reverendo Antonio Guedes, em 21 de abril de 1940. Foto retirada do Arquivo Pessoal do Reverendo Guedes



Fig. 29 – Revmo. Bispo Dom Athalício Pithan, como Venerável da Loja Sigilo nº 14, em Bagé, Tendo como Orador daquela Oficina o Reverendo Antonio Guedes (Foto retirada do arquivo particular do Rev. Guedes). Foto da década de 1940.

A Igreja Episcopal do Brasil só adquiriu sua autonomia em 1964. A partir de então é que se foram tecendo acordos com a Igreja da Inglaterra para incorporação das capelanias e paróquias britânicas. A partir de sua autonomia, a Igreja Episcopal do Brasil foi reconhecida pela Comunhão Anglicana como uma província autônoma (igreja nacional) e assumiu posicionamentos polêmicos na geopolítica religiosa (aprovou, por exemplo, a ordenação feminina antes mesmo da Igreja da Inglaterra). Atualmente, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é composta por nove dioceses e dois “distritos missionários” (áreas onde a presença anglicana é menor e carece de recursos próprios para seu auto-sustento). Tem 13 bispos (sendo cinco aposentados) e cerca de 150 clérigos(as) (presbíteros(as) – também chamados “padres” ou “pastores(as)”, dependendo do local).



Fig. 30 – Divisão da 19ª Província da Comunhão Anglicana em Dioceses. Fonte: Agenda Anglicana 2010. Departamento de Comunicação de Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. 2010. POA/RS.

Hoje a Igreja Episcopal tem templos, missões e instituições educacionais e assistenciais em 150 diferentes localidades do país, concentrando-se a maior parte no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua centenária história, acumulou uma relação de 95 mil membros batizados e 45 mil confirmados. No mundo, os anglicanos são mais de 70 milhões de membros espalhados por 38 províncias, 450 dioceses em 165 diferentes países nos hemisférios norte e sul.

3.4 Imbricações entre Maçonaria e Igreja Anglicana

No século XVII, como já foi mencionado, entraram nas primitivas **Sociedades dos Pedreiros de Ofício** (Maçonaria Operativa, embrião da

Maçonaria Especulativa), os primeiros praticantes de outras profissões, admitidos em nome da contribuição cultural que podiam proporcionar.

Segundo Colussi (2002), a partir de 1700, surgiram numerosas “sociedades para a reforma da conduta”, como foram intituladas na época. Com atuação firme e eficiente elas mobilizaram os setores mais conservadores do povo inglês e empenharam-se em reconduzi-lo ao sentimento de respeito pelos seus antigos princípios éticos e morais. A **Maçonaria Profissional**, denominada entre os maçons, **Operativa**, se integrou ao movimento.

Quando a Maçonaria Operativa tornou-se Especulativa, isto é, quando a maioria em cada Loja foi formada por nobres, intelectuais e representantes de outras atividades profissionais que não os artesãos, essa nova Maçonaria foi incumbida de atuar junto às classes superiores, visando melhores resultados na campanha pela “reforma da conduta”. Como já se disse, foi o período que antecedeu à fundação da Grande Loja, em Londres, com **base nos preceitos do anglicanismo** e do simbolismo influenciado pelo iluminismo cientificista.

Todavia, havendo-se desenvolvido inicialmente na Inglaterra, congregando entre seus membros inúmeros clérigos e eclesianos da Igreja Anglicana, e principalmente por haver se estruturado como tal dentro de um templo anglicano, é inegável que a Maçonaria Especulativa guarda estreitas relações com a Igreja Anglicana, na qual se inspirou em muitos de seus princípios éticos e morais e em sua visão de mundo; e esta com aquela. Como já se disse, muitos clérigos da Igreja Anglicana foram e até hoje são maçons, sendo que, em virtude de os princípios maçônicos se coadunarem facilmente com o *ethos* anglicano, a Maçonaria tem aceitação pelos clérigos dessa Igreja, havendo tido grande influência na Independência dos Estados Unidos da América do Norte e inspirando a forma republicana de governo daquele país.

Como exemplo de clérigo anglicano que também é maçom, pode-se citar o Rev. Aires Paiva.



Fig. 31 – O Reverendo Aires Paiva é Presbítero da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Mestre Maçom, tendo sido Venerável na Loja Independência, na cidade de Pedro Osório/RS no ano 2000. Trata-se do mesmo clérigo anglicano cuja carteira clerical se constitui em figura incluída neste capítulo.



Fig. 32 – Carteira clerical do Rev. e Mestre Maçom Aires Paiva

Por outro lado, é comum surgirem boatos e superstições acerca da Maçonaria. Segundo Colussi (2002, p. 5):

A imagem negativa que ganhou mais força, foi a que vinculou a Maçonaria ao satanismo. [...] A origem da imagem negativa deve-se principalmente a duas razões: 1ª) o caráter discreto e fechado da Instituição e o juramento de seus membros de jamais revelarem o segredo; 2ª) os conflitos entre maçonaria e Igreja Católica nos séculos 18 e 19, os quais reforçaram a idéia de que ser maçom e ser católico era contraditório.

Os entrevistados Bispo Dom Jubal Pereira Neves, Rev. Aires Paiva e outros enfatizam que a Maçonaria se baseia nos princípios encontrados no Livro

da Lei – a Bíblia, para a maioria das Lojas dos países de maioria cristã, e algumas lições que forneçam uma maior compreensão do significado profundo a respeito da FRATERNIDADE e do que entendem por “LUZ”. A Maçonaria afirma que a espiritualidade deve ser vivenciada desde os primeiros anos de vida, “desde a nossa mocidade”, como diz o Livro de Eclesiastes (Bíblia Sagrada), segundo o Bispo Dom Jubal Pereira Neves. Por esta razão, assim como a Igreja Anglicana possui a Escola Dominical, para orientação espiritual de crianças e jovens – como acontece nas outras Igrejas Históricas Reformadas ou que sofreram influências da Reforma do século XVI – na Ordem Maçônica há as ordens paramaçônicas já mencionadas, a Ordem das “Filhas de Jó” e a “Ordem De Molay”, marcadas pelo juramento de busca da verdade, da solidariedade, de um mundo mais justo e de estudantes mais aplicados e verdadeiros (sendo responsáveis pela expansão dos saberes e utilizando os conhecimentos de modo ético, socializado, pensando sempre no bem-estar coletivo e utilizando-se do trabalho voluntário para auxiliarem os alunos das escolas das camadas populares).



*Autoridades,
familiares,
DeMolays e
Filhas de Jó
prestigiaram
evento no
Clube Farrapos*

Fig. 33 – Jovens “De Molay”. Fonte: periódico de circulação restrita “O Vigilante” (2007).



Fig. 34 – Jovens integrantes da Ordem Paramaçônica “Filhas de Jó”, na cidade de Pelotas. Fonte: periódico “Ártemis em Pauta” (2008)

Aqui se percebe claramente a ênfase dada pela Maçonaria à necessidade do ensino e da vivência da espiritualidade e da fraternidade até mesmo entre crianças e jovens, crianças e jovens estas que, ao adentrarem nas escolas religiosas ou laicas precisam dar testemunho de sua espiritualidade, pois os jovens que participam destes ensinamentos estão inseridos nas escolas regulares.

Entre as Igrejas Cristãs existem posições que vão desde a absoluta proibição de qualquer aproximação de seus fiéis à Maçonaria, considerada prática demoníaca, até a inteira liberdade e bom relacionamento, como é exemplo, dentre outras, a Igreja Anglicana, onde boa parte de seu clero é maçom; vale ainda destacar que dois dos Bispos Primazes da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil foram maçons, iniciados um na Loja Antunes Ribas, e o outro na Loja Luz Transatlântica, quando párocos, respectivamente, nas cidades de Jaguarão e Pelotas: Bispo Dom Athalício Pithan e Bispo Dom Arthur Rodolpho Kratz, na segunda metade do século XX.

Há também a relevante informação de que um a Loja Maçônica funcionou dentro de um templo anglicano, na cidade de Bagé, comprovada pela ata de sua reunião inauguratória cuja cópia foi inserida no item supra que trata de Maçonaria e Educação em Bagé.

Obteve-se também a informação de que **uma paróquia da Igreja Episcopal/Anglicana efetuou alguns cultos dentro de um templo da Maçonaria**, na cidade de Pinheiro Machado (DUTRA, 1999, p. 131). Trata-se da Paróquia São João Evangelista, cujos primeiros cultos foram celebrados na

sede da Loja Maçônica Luz e Ordem, demonstrando a integração entre ambas na referida cidade, até ser construído o templo atual. Ainda hoje (2010) há vários Bispos e Reverendos maçons dentro da Igreja Anglicana, alguns aposentados e outros em plena atividade.

Não houve divergência entre a Igreja da Inglaterra e a Maçonaria, pois a Igreja aceitou e acolheu a Maçonaria; “ser maçom” fazia e faz parte dos hábitos Anglicanos, tanto que apenas o último e o penúltimo Arcebispo de Cantuária não são maçons, havendo, segundo informações, seus antecessores pertencido à Irmandade. Este é um forte indício do porquê do pertencimento dos clérigos anglicanos e seus fiéis aos quadros da Maçonaria, e explica o porquê de se debaterem tanto a favor desta e da **Educação laica, mas não atéia**: houve a conjugação de interesses por uma educação onde houvesse a possibilidade de existir efetivamente a “liberdade de consciência e pensamento” e que não obrigasse os jovens a seguir a religião católica, sem entretanto, descurar a fé em Deus e a possibilidade de encontrá-Lo por outros caminhos e em outras denominações religiosas, e que estas pudessem ter o mesmo espaço que a Igreja Católica possuía em relação à Educação.

3.5 Para Entender as Relações Igreja Católica Romana x Maçonaria

As relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica Romana sempre foram tumultuadas. Entretanto, na Idade Média, no período da Maçonaria Operativa, quando esta se efetivava nas Corporações de Ofício, eram os maçons os conhecedores dos segredos da Arquitetura – e foram os responsáveis pela construção das grandes catedrais em vários estilos, culminando com o estilo gótico (este, de forte simbologia Maçônica, segundo o Rev. Aires Paiva) – e havia acolhimento por parte da Igreja Católica à Maçonaria, pois esta era composta pelos construtores que detinham o conhecimento arquitetônico e, por isto, necessária à Igreja. Uma das características da Maçonaria foi sempre a aquisição de conhecimentos, entendidos como saberes lógico-matemáticos e propedêuticos, tendo em vista que suas reuniões se caracterizavam por um espírito filosófico e pela ênfase e invocação a um Princípio Criador de todas as coisas, sendo monoteísta, e tendo grande preocupação com a moral de seus adeptos. A Maçonaria encetava a

construção de obras arquitetônicas de grande porte, havendo assim a necessidade de possuir muitos trabalhadores; estes, advindos de vários lugares, fixavam sua residência junto ao canteiro de obras, formando uma Confraria hierarquizada, que se compunha das três Ordens já mencionadas: Aprendiz, Companheiro e Mestre, conforme os saberes que adquiriam.

A Maçonaria Operativa, também segundo Gomes (op. cit.), teria seu surgimento nestes grupos, por volta do século IV, constituindo-se a arquitetura como “arte sagrada”, conhecendo as construções românicas, barrocas e depois a gótica, a mais difícil, que incluía um profundo conhecimento de matemática, arquitetura, engenharia, escultura, técnicas de pintura, projetos e projeções que desafiavam a lei da gravidade, com ferramentas rudimentares (que até hoje integram os símbolos maçônicos, como esquadro, compasso, prumo, trolha, etc.) embora, para muitos autores, seu surgimento tenha vindo de épocas remotas e a origem de seus conhecimentos perca-se no tempo.

Os trabalhos de construção eram ainda, segundo Gomes (2004), impregnados de caráter religioso, afirmação esta com base em um manuscrito da Grande Loja Inglesa nº 1, de 1583 (antes mesmo da reorganização da Ordem em Maçonaria Especulativa) onde consta uma oração que era proferida por todos os trabalhadores/iniciados no começo dos trabalhos diários:

Pelo poder do Pai dos Céus e da sabedoria de seu Glorioso Filho, através da graça e da bondade do Espírito Santo, três pessoas um só Deus. E juntos damos Graças aqueles que nos governam aqui nesta vida, para que possamos chegar à Beatitude que nunca terá fim. Amém. (GOMES, 2004, p. 54).

Havia, portanto, entre eles, um caráter religioso embutido no seu Ofício, e todas as grandes obras deste período ou eram propriedade da Igreja ou eram sustentadas pela nobreza, que à Igreja se submetia.

Em 1864, o Papa Pio IX condenou os católicos à excomunhão caso se tornassem maçons. Este tema é muito bem explicitado por Tambara (TAMBARA, 1991). A divergência entre a Igreja Católica Romana e a Maçonaria tem origem, como se sabe, em questões históricas de fundo econômico e relacionado com o poder temporal, tanto que, antes da proibição de que os católicos ingressassem na Maçonaria, havia padres maçons.

Quando, em 1870, o Papa Júlio II proclamou o Dogma da Infallibilidade Papal, a Maçonaria não o aceitou (nem as Igrejas oriundas ou as que sofreram influência da Reforma Protestante do século XVI, como a Igreja Anglicana, Igrejas que não aceitavam a obediência ao Papa). Para evitar que esta desobediência viesse a influenciar ou prejudicar os interesses da Igreja, a partir do Papa Pio IX, alguns representantes da Igreja Católica quiseram dar um basta na intromissão dos maçons nas irmandades religiosas e na influência que ela exercia sobre os próprios padres – e através deles, na sociedade –, e passaram a ter uma atitude ostensiva de distanciamento, e, em alguns casos, até mesmo de perseguição, uma vez que os que pertencessem à Maçonaria deveriam ser “excomungados”. A reação veio logo, e o antimacônica trouxe o anticlericalismo direcionado à Igreja Católica Romana, levando ambas as Instituições a se tornarem antagônicas e a cometer exageros, em nome da busca da verdade – o que constitui um paradoxo.

Com a modificação canônica resultante do Concílio Vaticano II, que retirou a excomunhão dos maçons, deixou de existir explícito impedimento legal a que católicos viessem a se tornar integrantes da maçonaria (KLOPPENBURG, 1987). No entanto, esta continuava sendo mal-vista pela Igreja. Em 1970, conclusão da Conferência dos Bispos da Alemanha (05 de julho de 1970, em Lichtenau, citado por BENIMELLI, CAPRILE E ALBERTON (1983, p. 311 e seguintes), foi no sentido de que a fé cristã e a Maçonaria são inconciliáveis e por isso, os católicos, embora não proibidos, não deveriam ingressar na Ordem.

A posição mais recente do Vaticano, já mencionada, foi ratificada pelo Papa João Paulo II em 1983, a partir de Declaração da Congregação para a Doutrina da Fé, então liderada pelo Cardeal Joseph Ratzinger (hoje Papa Bento XVI).

Vários são os maçons que se manifestam publicamente acerca da Igreja e das relações desta com a Maçonaria. Para ilustrar, transcreve-se abaixo parte de um texto de autoria de Renato Brenner, M.: I.:¹³ Loja Atlântica Nº 15, publicada no Jornal "O Templário", em abril de 1998:

¹³ M.: I.: significa Mestre Instalado, isto é, aquele que, pelo menos por um período, já foi Venerável de uma Loja.

A CNBB há alguns anos vem realizando com a presença de bispos e sacerdotes, bem como um grupo de maçons convidados, estudo cujo assunto principal era saber se a doutrina católica, era ou é compatível com a doutrina maçônica. Após inúmeras discussões, [...] os maçons não conseguiram obter nenhuma declaração favorável à maçonaria. Sempre esbarraram nos cânones do Vaticano, em vigor até hoje. Na última reunião, *realizada no dia 13/10/1997, o tema conciliabilidade entre maçonaria e igreja católica foi abandonado.* [...] Por tudo o que já foi apresentado documentadamente, preferimos concordar com o Padre Jesus Hortal: "Maçonaria e Igreja Católica são simplesmente inconciliáveis, com uma inconciliabilidade que não depende de conjunturas históricas, nem de ações particulares, mas que é intrínseca à própria natureza de ambas as instituições".

A História reporta a que a Maçonaria, no passado, possuiu em seus quadros, grande número de padres e pertencentes a Ordens Religiosas. Mas a Igreja Católica Romana entendeu que o convívio destes com pessoas de outros credos religiosos e formas de pensamento, dentro das Lojas Maçônicas, representava uma fonte de influência sobre o pensamento e comportamento destes religiosos, que deviam obediência a seus Superiores sem contestação; estar dentro da Maçonaria possibilitava a eles outras formas de ver o mundo, a ciência e a religião, o que, necessariamente, contrariava os interesses da Igreja Católica de então.

3.6 A Igreja Anglicana e a Preocupação com a Educação (na visão desta)

Para a Igreja Episcopal ou Anglicana "a obra educacional era uma ***tarefa permanente e o objetivo primordial*** era a formação do caráter. O papel do lar e o papel da Igreja se completavam. A personalidade humana se forjava na atmosfera moral que a envolvia." (KICKHÖFEL, 2000, p. 7 – grifo apostro).

Ao longo do tempo, a Igreja Episcopal começou a sentir a necessidade de criar um programa educacional para toda a Igreja. O bispo Kinsolving (americano), que dirigiu a Igreja entre 1899 e 1926, estava convencido de que esta tinha obrigação especial para com as milhares de crianças brasileiras. As escolas públicas eram ineficientes; havia falta de professores preparados, e pouca "disciplina intelectual" como cita Kickhöfel (2000, p. 12).

No aspecto da educação religiosa utilizou-se principalmente a Escola Dominical e na área secular utilizou-se as Escolas Paroquiais ou Institucionais. Havia razões para isso: educar os filhos dos membros da igreja; preparar os

jovens para o trabalho da Igreja: os meninos para o ministério ordenado e as meninas para o ensino (esse era o principal motivo porque a igreja queria escolas e professores próprios, para preparar as futuras lideranças da igreja, e preocupação pela tarefa da evangelização).

A igreja estava convencida de que tinha algo a mais a dar do que simplesmente cultura. A relação que a igreja estabelecia com um grande número de jovens por meio da escola era uma excelente oportunidade para evangelizar a sociedade; formar pessoas capazes para vivenciar o espírito Cristão em sua vida profissional. Havia a necessidade de um programa educacional para toda a igreja. Segundo Kickhöfel (2000), por exemplo, os alunos da escola dominical eram constrangidos a freqüentar colégios de padres e freiras ou escolas públicas, nem sempre isentas de pressões ou influências sectárias. O plano, então, era fundar escolas diárias nos grandes centros urbanos, como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Bagé e escolas Paroquiais nos Municípios menores. Assim, os objetivos da igreja no campo educacional incluíam três importantes imperativos: o profissional, o pastoral e o missionário (KICKHÖFEL, 2000).

Estando em Bagé, por ocasião de final de férias, encontrei um velho amigo de minha família, Paulo¹⁴, com mais de 80 anos e que não via há muito tempo. Este disse: “Ah! Eu tenho umas coisitas (sic) interessantes para te contar que vão te interessar para a tua Tese (sic). Vai tomar um mate comigo, de tarde, eu estou na casa da minha prima Teresinha¹⁵, ela gosta muito de ti e faz tempo que não te vê. A menos que, porque eu não sou maçom, não te interessem...”

A entrevista, disse ele, “é um desabafo!”

Entrevistado: Sr. “Paulo”, residente em Santa Maria e membro da hoje Catedral do Mediador, Santa Maria/RS, com 81 anos de idade (não-maçom). Ele e seus pais residiam em Bagé/RS e seu genitor estudou no “colégio dos padres” (sic) – hoje Instituto Nossa Senhora Auxiliadora. “O papai era discriminado por ser episcopal e tinha 1,0 (um) ponto descontado de suas notas das “sabatinas” (sic) em cada uma das matérias, porque não ia às Missas Dominicais. “Colegas do meu pai, mesmo tirando notas menores do que ele nas sabatinas, acabavam ficando com notas melhores e era mais fácil

¹⁴ Nome fictício.

¹⁵ Nome fictício.

serem aprovados.” “Paulo” relata que seus tios por parte de pai residiam em “Santa Maria da Boca do Monte” e lá o mesmo ocorria. “Paulo” relata que *“tanto meus pais como meus tios, justificavam suas faltas às Missas Dominicais por coincidirem com os cultos de domingo da Igreja Episcopal”, mas que “de nada adiantava. Muitos deles até não faltavam aos cultos porque cantavam no coral.”*

“Paulo” disse ter passado por isto nas primeiras séries do antigo ginásio, pois vinha de uma escola paroquial da Igreja Episcopal e depois foi para a “Escola Militar”. *“Lá nós tínhamos o capelão do Exército, havia pressão, mas havia muitos maçons nas forças armadas e os não-católicos lá eram mais respeitados, assim como os espíritas.”* Questionado por que não era maçom, disse *“achar difícil conciliar a Maçonaria com a vida na caserna. E agora estou velho demais.”*

Percebe-se que os embates entre escolas católicas e alunos protestantes ocorreram por um longo período.

Havia outras pessoas presentes no momento da entrevista. Conversando-se com a Sra. “G”, episcopal, na mesma data, esta disse ter cursado o ginásio em Bagé, no Colégio Espírito Santo, no início da segunda metade do século XX, e que:

Eu sofri muito lá. As meninas diziam que eu era “da Igreja do Diabo” (sic) e as freiras proibiram as meninas de falar comigo e com Lia¹⁶, que era espírita. No recreio nós ficávamos isoladas. E ainda por cima, meu pai era maçom: havia duplo estigma em mim. (Entrevista com G., realizada em 29/02/2009)

Interrogada quanto a sua idade, G. Disse ter nascido em 1940. Reforçou também a assertiva de que o comparecimento às missas era obrigatório e que:

Quem ia recebia um comprovante que tinha que entregar na segunda-feira. Para nós não descontavam nota, só no Colégio dos Padres (sic). Para nós, davam um ponto a mais em todas as disciplinas, se fôssemos às quatro missas do mês. Como não me tiravam pontos, eu não me importava, era estudiosa mesmo. Mas era horrível, no recreio, eu e a Lia¹⁸ ficávamos sozinhas! (sic). As outras meninas faziam troça de nós. (Entrevista com G., realizada em 29/02/2009)

Vê-se clara a discriminação contra os alunos não-católicos nestes relatos, sendo que, no primeiro caso, os Militares que eram maçons procuravam atenuar as pressões do Capelão do Exército sobre os rapazes protestantes ou

¹⁶ Nome fictício – não quis que a colega fosse identificada.

espíritas, e no segundo caso vê-se que as Irmãs Franciscanas também tinham o mesmo tipo de atitude discriminatória.

Entretanto, após o Concílio Vaticano II, a atitude dos religiosos católicos romanos modificou-se para a aceitação dos não-católicos, tendo em vista os ideais do Ecumenismo.

Entrevistou-se também mais 5 (cinco) senhoras não-católicas que lá estavam e que estudaram no Colégio mencionado. As entrevistas ocorreram na mesma ocasião. Quatro das entrevistadas, A, B, C e D, tendo idades entre 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) anos, deram depoimentos semelhantes. A entrevistada E, tendo idade entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos, afirmou ter estudado no referido educandário e disse que *“nunca foi pressionada para ir à Missa e também nunca foi discriminada. Elas sabiam que eu era espírita e nunca me incomodaram”* (sic).

Percebe-se a grande importância do Concílio Vaticano II em prol da liberdade religiosa. (Os nomes das entrevistadas foram trocados por letras, pois estas não permitiram a publicação de seus nomes.)

A entrevistada B falou:

Eu disse que ia fazer no Colégio a Escola Normal. A irmã que tinha sido nossa Regente no Ginásio e era agora a supervisora da Escola disse que eu não iria cursar lá, porque seria um “desserviço” para a sociedade, pois se eu fosse para a Escola Normal lá, eu não iria catequizar as crianças para a Religião Católica. Eu disse a ela que eu ia ensinar “Religião cristã” e que tudo o que estava na Bíblia eu ia ensinar. Mas a Irmã ficou bem vermelha, sabe, e me disse que eu lá não ia fazer a Escola Normal. (Entrevista com B., realizada em 29/02/2009)

Interrogada sobre onde cursou a Escola Normal, a entrevistada disse:

Lá mesmo! Meu pai foi lá e disse que ia entrar na Justiça para eu estudar lá (meu pai era advogado). O Colégio era de primeira qualidade quanto aos professores, e a Escola Normal delas era a única que existia na cidade naquela época. E o “susto” valeu! (sic) Mas na Escola Normal tudo foi diferente. E quando fiz o estágio, elas me “pediram” para que eu ensinasse a religião católica, o Pai-Nosso, a Ave-Maria, sabe, essas coisas. Que eu ensinasse que Jesus nasceu da Virgem Maria. Eu disse que nisto eu acreditava e porque realmente acreditava, iria ensinar tudo direitinho para as crianças. A Irmã ficou encarregada de acompanhar meu estágio no planejamento das aulas de religião, e assistir as aulas, e tudo deu certo – aí já era outra época: elas estavam aliviando os hábitos [vestes que as irmãs usavam sempre], e isso já foi depois do Vaticano II. (Entrevista com B., realizada em 29/02/2009)

Percebendo-se a importância de ex-alunas do Colégio Espírito Santo para a pesquisa, procurou-se algumas delas, e foram entrevistadas então mais 5 (cinco) senhoras: as primeiras com idade entre 40 (quarenta) e 50 (cinquenta) anos, a última delas com idade entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos. Todas as senhoras sendo **católicas praticantes** e tendo estudado no mesmo período na referida instituição de ensino Serão denominadas como A(C), B(C), C(C), D(C) e E(C), o (C) correspondendo a *católica*).

As senhoras A(C) e B(C) afirmaram não terem visto as irmãs discriminarem as alunas não-católicas; mas sabiam, segundo A(C), “as freiras ficavam furiosas (sic) quando as gurias protestantes não iam à Missa. Mais do que isso não me lembro.”

A senhora B(C) confirmou a afirmação.

As senhoras C(C) e D(C) tiveram depoimentos diferentes. A senhora C(C) relatou: “As irmãs não gostavam das gurias protestantes. Elas não iam à Missa nem rezavam a Ave-Maria. O engraçado [risos] é que elas rezavam a Ave-Maria até a metade!”(sic).

A senhora D(C) afirmou que:

Havia discriminação, sim. Quando as protestantes e as espíritas começaram a ir para o Ginásio, as freiras ficavam “de cara” (sic). Elas achavam que as gurias iam nos corromper. Mas éramos nós que corrompíamos as protestantes: a gente fumava, elas não; a gente ia pros bailes (sic), elas não; a gente usava saia bem curtinha, elas não. Elas sabiam Religião mais do que nós! (sic).

A senhora E(C), com idade entre 30 e 40 anos, explicou: “No meu tempo não tinha esse negócio (sic). Nem nós éramos obrigadas a ir à Missa. Mas bem que as freiras gostavam das que iam.”

Pelas entrevistas citadas, percebe-se que a Igreja Anglicana possuía motivos relevantes para a criação de escolas para os filhos de episcopais anglicanos.

Ainda, a importância que a igreja atribuía à educação tinha também caráter político, ou seja, o exercício da cidadania para a plena consecução da democracia na vida nacional. Um editorial publicado no jornal da igreja em 1912 afirmava:

Cuidar da educação é cuidar das fontes da democracia. Não pode haver democracia, enquanto 80 por cento da população é analfabeta. Povo analfabeto é povo passivo que só terá governos despóticos, quer pela força armada, quer pelo desprezo à soberania nacional. (ESTANDARTE CRISTÃO, 15 de fevereiro de 1912, p.1).

Por outro lado, existiam fatos evidentes por si mesmos: as escolas públicas eram ineficientes e os filhos de pais evangélicos eram perseguidos nas escolas da Igreja Católica Romana por se recusarem a participar das missas domingueiras.

Segundo Kickhöfel (2000), a Igreja Episcopal não concordava com aqueles que sustentavam que haveria a derrota da pregação do evangelho se a igreja não lançasse mão da instrução secular, mas também não estava do lado daqueles que consideravam uma utopia a fundação de colégios. Não estava nem com um nem com outro, porque pensava que não era tarefa da igreja assumir a responsabilidade pelo ensino secular ou laico. A igreja devia ensinar a Palavra de Deus e não a palavra dos homens. Mas, como igreja militante, não podia desprezar a instrumentalidade deste mundo.

O papel da igreja não era retirar o homem do mundo, “mas livrá-lo do mal”. Baseada nesse conceito, a Igreja Anglicana acreditava que o papel da igreja não era propagar o evangelho *exclusivamente* por meio de escolas laicas, mas *por meio delas era possível preservar a juventude do ateísmo e do materialismo*. Era uma posição mais defensiva do que ofensiva.

Escolas laicas seriam as que não fossem vinculadas a qualquer denominação religiosa, da mesma forma que Estado laico é aquele que não tem vinculação com religião, não determinando, por exemplo, religião oficial, mas permitindo a **liberdade de crença**, como é o Brasil **atualmente**, pois nossa Constituição Federal determina a liberdade religiosa como sendo um dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares, de internação coletiva;
VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988, p. 5-6)

Desta forma, infere-se que Estado laico não significa o mesmo que Estado ateu.

Que tipo de escolas deveriam ser criadas na primeira metade do século XX? Secundárias, porque eram os adolescentes que deixavam os lares para se matricularem em internatos, onde a influência do lar tornava-se fraca. Já as crianças tinham o lar e a escola dominical.

Outro problema era a falta de caráter ético que minava o espírito da nacionalidade. Por isso, era necessário criar escolas paroquiais para combater a ignorância e forjar o caráter moral da juventude. Segundo Kickhöfel (2000):

A ênfase da educação estava na cultura moral voltada para uma vida espiritual e social. O objetivo da escola paroquial não era só transmitir conhecimentos, mas também formar caracteres capazes de sustentar uma pátria livre, democrática e religiosa. (KICKHÖFEL, 2000, p. 14).

A vontade de construir colégios e escolas paroquiais estava relacionada com o sucesso que o modelo educacional evangélico vinha alcançando no Brasil, “alarmando os jesuítas com o crescimento e a eficiência das escolas evangélicas”. (KICKHÖFEL, 2000, p. 14).

Em *Urbi et Orbe*, TAMBARA (2004) alude às Cartas Pastorais Católico-Romanas, como a *Divini Illius Magistri* (1944, p. 688), onde a Igreja Católica Romana incitava os fiéis a que não colocassem seus filhos em escolas não católico-romanas, ou ainda nas quais houvesse a co-educação, utilizando-se para tal do Poder de dominação exercido pela Igreja Católica Romana sobre seus adeptos, proibindo terminantemente que seus filhos freqüentassem essas escolas.

Os padres publicavam matérias pagas nos jornais, intimando os pais a retirarem os seus filhos das escolas da Igreja Anglicana, pois as crianças deveriam permanecer em escolas católico-romanas. Reproduziam essas matérias em folhetos, que eram fartamente distribuídos em todo o Estado. A campanha mostrava que os colégios e escolas evangélicas estavam

atrapalhando os colégios da Igreja Católica. Mas o povo começou a gostar das escolas evangélicas, porque ali o ensino era ministrado completamente separado da religião e “o aluno não ganhava pontos porque freqüentava os cultos ou a escola dominical”. (KICKHÖFEL, 2000, p. 14).

O boletim escolar das escolas não-católicas trazia informações unicamente sobre o estudo e o aproveitamento do aluno. Isso não acontecia nas escolas da Igreja Católica, em que os alunos ganhavam pontos indo à missa ou fazendo a confissão auricular. “O aluno mais beato podia ter uma nota mais alta do que o aluno mais estudioso. Assim, os pais eram ludibriados, porque o boletim podia esconder um filho vadio nos estudos, embora beato por cálculo” (KICKHÖFEL, 2000, p. 14.). Isso não acontecia nas escolas evangélicas, segundo o Estandarte Cristão, embora houvesse nos Boletins Escolares um item que se referia ao *comportamento*, assim como também nos Boletins do Colégio Pelotense, criado pela Maçonaria, em Pelotas. Não foi possível averiguar o que exatamente era avaliado neste item: supõe-se que boa educação, assiduidade, responsabilidade, etc. Segundo o Diário Popular, a atuação das escolas Paroquiais era muito clara. E porque “falavam e ensinavam a verdade, a retidão, a justiça é que essas escolas cresciam em estima e apreço dos pais, que desejavam dar aos filhos uma educação sólida, sem as nefandas influências do confessionário”. (comentário do Diário Popular publicado no Estandarte Cristão, 20 de maio de 1925, p. 4).

Tambara (2004) remete ao Direito Canônico da Igreja Católica Apostólica Romana, que negava, sob pena de excomunhão, a permissão de crianças católicas freqüentarem as mesmas escolas dos protestantes ou escolas não-católicas.

Amaral (2005) aborda o espírito de competição reinante entre os alunos do *Gymnasio Pelotense* e os do *Gymnasio Gonzaga* (em Pelotas/RS, no início do século XX). Com panfletos, em passeatas, até mesmo em encontros informais, a rivalidade era exacerbada, passando pela violência verbal e indo até a violência física. Isto ainda se torna mais acentuado porque a Maçonaria de Pelotas, ao final dos cursos, entregava uma medalha de ouro (com símbolos maçônicos) ao melhor aluno ou aluna da turma. Esta homenagem ocorria tanto no Colégio Pelotense como no Colégio Santa Margarida:



Figura 35 – medalha de ouro doada pela Maçonaria à aluna Alayde Lagos, por ocasião de sua formatura no Colégio Santa Margarida (1939), por ter obtido as notas mais altas e o melhor desempenho. Fonte: arquivo particular da homenageada.

3.7 O Desenvolvimento da Política Educacional da Igreja Episcopal/Anglicana

No artigo *A educação no projeto missionário do protestantismo no Brasil*, escrito pelo Rev. Calvani (2009), Teólogo, Doutor em Ciências Políticas e Reverendo Anglicano, este analisa as “iniciativas educacionais” (escolas e colégios) implantados no Brasil pelas Igrejas Históricas (CALVANI, 2009, p. 54) no final do século XIX e início do século XX, relacionando-as como resultado do fervor missionário que tomou conta das Igrejas Norte-Americanas da época (CALVANI, 2009).

A “evangelização” e “educação” são duas faces do projeto missionário protestante no Brasil. Qual a motivação dos protestantes ao criar escolas? Qual era, enfim, a filosofia educacional que norteava essas iniciativas? Qual o “projeto pedagógico” e o perfil dos egressos? E, finalmente, por que essa preocupação educacional entre os protestantes diminuiu com o passar dos anos? Atualmente, não são muitas as redes de escolas e colégios protestantes pelo Brasil se comparadas às católicas. É certo que muitas igrejas protestantes continuam mantendo pequenas escolas e colégios em cidades do interior, mas o impacto que têm hoje na sociedade é pequeno, se comparado aos ideais dos primeiros missionários. (CALVANI, 2009, p. 54)

Sabe-se que os primeiros missionários Episcopais Anglicanos vieram do Seminário de Virgínia, nos Estados Unidos.

Segundo Calvani (2009, p. 55):

Foi nas colônias da América do Norte [...] elas [as Igrejas] ajudaram a criar uma nova sociedade e um novo país, impregnado dos ideais do protestantismo puritano e que, mesmo adotando o princípio republicano do Estado laico, criaram o que, hoje, se chama “religião civil” norte-americana.

Calvani (2009) coloca, de forma genérica, a Igreja Anglicana entre as Igrejas Históricas, pois, segundo ele, todas vieram imbuídas do mesmo fervor missionário, vendo nas escolas o *locus* privilegiado para a pregação religiosa. Ao mesmo tempo, os missionários, verificando o grande número de analfabetos, preocuparam-se com a escolarização, pois os cultos das Igrejas Protestantes Históricas eram e são no vernáculo e participativos: o povo ora e canta, faz leituras bíblicas, há leituras responsivas, enfim, faz-se necessário o uso da leitura até mesmo para as devoções domésticas diárias (constando dessas devoções a prática de uma breve leitura de algum trecho da Bíblia).

Os missionários da Igreja Episcopal Anglicana possuíam um alto nível de formação teológica e filosófica, vindo de uma localidade onde se respirava a cultura clássica/erudita; conheciam música, grego, hebraico, latim, Literatura, História, enfim, vinham de um universo cultural muito diferente do que aqui encontraram. Lá possuíam Escolas da Igreja e “um bem organizado sistema de escolas públicas gratuitas. A educação ali estava voltada para a cidadania, a preparação profissional e religiosa” (CALVANI, 2009, p. 60). Os Estados Unidos, tendo em vista seu processo político-econômico em escalada, no que se relacionava à sedimentação do capitalismo, necessitavam desenvolver nos estudantes, junto à preparação para o exercício democrático da cidadania e a vida religiosa protestante ativa, a preparação profissional, visando o aperfeiçoamento das indústrias e comércio e de outras instituições, como laboratórios de ciências, que buscavam novas descobertas científicas e tecnológicas. Era uma educação essencialmente pragmática, que valorizava a livre-iniciativa, a formação técnica necessária para o funcionamento das indústrias que surgiam e a organização política destinada a dar sustentabilidade ao projeto de uma nação republicana “*que se entendia como a mais próxima realização dos ideais do Reino de Deus na terra*” (CALVANI, 2008). Percebe-se aqui claramente a influência das teorias de Max Weber.

Segundo Calvani (2009, p. 60):

Em contraste com o sistema educacional ainda precário do Brasil da época, esse modelo encontrou grande receptividade por parte de certas camadas da elite intelectual brasileira, formada por republicanos, maçons, comerciantes e pequenos empresários que se espelhavam no crescimento econômico dos Estados Unidos e da Inglaterra como ideais para o Brasil.

Na cosmovisão dos missionários protestantes oriundos dos Estados Unidos, a criação de escolas e colégios era fundamental para conquistar espaço na sociedade brasileira. Além disso, tais educandários deveriam servir também como local de testemunho de uma religiosidade supostamente mais racional e menos supersticiosa, marcada por valores morais também supostamente superiores.

O Ideal protestante de educação englobava uma possibilidade de pregação do Evangelho.

O problema da educação para os missionários tem um sentido mais totalizante: ultrapassa os limites de uma expressão evangélica, engloba-se em uma concepção de vida. Para a tradição do protestantismo americano, religião, democracia política, liberdade individual e responsabilidade são concebidas como parte de um todo, que está envolvido por uma inflexível fé na educação. (RAMALHO, 1975, p. 79.)

Tais colégios prepararão o caminho para a marcha das igrejas [...] colégios fundados nestes princípios triunfarão sobre todo o inimigo e conquistarão a boa vontade até de nossos próprios adversários. Mandai missionários que estabeleçam colégios evangélicos, e o poder irresistível do Evangelho irá avante na América do Sul e a terra do Cruzeiro do Sul brilhará com a luz resplandecente do Reino de Cristo. (HACK, 2000, p. 62.)

O sucesso que os colégios protestantes obtiveram no Brasil no final do século XIX e início e meados do século XX explica-se pelo fato de que preencheram um vazio na cultura brasileira: o atendimento aos alunos das famílias não-católicas (protestantes em geral, espíritas kardecistas, filhos de maçons e outros). A situação educacional no Brasil, desde a expulsão dos jesuítas, era muito precária. As bibliotecas públicas e as universidades eram escassas e o ensino primário era praticamente inexistente fora dos grandes centros urbanos.

Conforme Tapia, as escolas públicas da época eram:

Extremamente precárias, funcionavam em prédios adaptados e, muitas vezes, na residência do professor. As classes – com alunos de diferentes idades e graus de conhecimento e em número excessivo – eram atendidas por apenas um professor, em geral não habilitado a ministrar aulas. O currículo adotado não ia além das primeiras letras, noções de gramática portuguesa, um pouco de aritmética, além de aulas avulsas de francês e latim. (TAPIA, José Eliachim. Escola americana de Lages 1931-1942. In: www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/JOSÉ%20ELIACHIM%20BARROS%20TAPIA.pdf – Acessado em 13.11.2007.)

Segundo Calvani (2008), no século XIX, as escolas protestantes enfrentavam muitas dificuldades. As Igrejas protestantes não eram reconhecidas como pessoas jurídicas nem possuíam seus templos com sinais externos de que, no local onde estavam, existia um templo cristão.

As estratégias adotadas pelos não-católicos foram, entre outras, as reuniões ao ar livre ou em residências de seus adeptos, distribuição de Bíblias e folhetos e a “criação de Escolas para suprir a carência de alfabetização. Para os Protestantes sempre foi muito importante que os fiéis soubessem ler a Bíblia” (CALVANI, 2008, p. 60). Também foi estratégica a criação de Escolas Dominicais e a preparação de seus professores, que trabalhavam como voluntários, sem perceber qualquer remuneração.

A criação das escolas americanas protestantes no Brasil trouxe para a educação novas práticas. Dentre elas, a classe média, principalmente do sudeste do Brasil, começou a investir nas escolas, aceitando pagar mensalidades e investindo na educação de seus filhos. Além disso, as escolas e colégios protestantes trouxeram inovações como o princípio da co-educação, colocando meninos e meninas, rapazes e moças nas mesmas salas de aula, embora isso não fosse bem visto pelas *famílias tradicionais* que hesitavam em colocar suas filhas em educandários juntamente com rapazes, herança de uma *moralidade patriarcal* herdada dos colonizadores portugueses.

Além do princípio coeducativo, os métodos pedagógicos protestantes também eram copiados do modelo norte-americano. Em São Paulo, a escola idealizada pelo casal Chamberlain e que mais tarde tornou-se o Instituto Mackenzie introduziu o método intuitivo e a leitura silenciosa, diferentemente do que faziam as escolas brasileiras com seu costume de leitura em voz alta e decorar sem raciocinar. Além disso, seguindo as tradições do pragmatismo

norte-americano, davam grande ênfase ao treinamento manual, à ginástica e aos esportes em geral. Talvez porque na época eram vítimas de muito preconceito, os protestantes do Mackenzie não admitiam manifestações de preconceito de qualquer espécie, fossem de raça, sexo, posição política ou orientação religiosa (CALVANI, 2008).

Já no Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1902, é mencionada a Escola Evangélica *Mista*, dirigida pelo Rev. Vicente Brande em Jaguarão/RS. Ensinava “Português, Aritmética, Tachimetria, Geografia e Leitura em prosa e verso” (*sic*). A notícia relata a solenidade de formatura daquele ano, onde as oradoras foram *alunas mulheres* – Guilhermina Lopes de Moraes, Elisa Butierres e Marieta Rache Vitello. Menciona que lecionavam na Escola, além do Rev. Vicente Brande, os professores Lourival Cunha e Candido Oceas de Moraes. Pensa-se ser, para a época, algo fora do comum, e que repercutiu muito bem no reduto Episcopal.

Também temas relacionados à vida sexual eram colocados como naturais e integrantes dos currículos, através de palestras realizadas por médicos. Entretanto, *a virgindade até o casamento era o grande compromisso de toda a mulher cristã*. Esse ensinamento está presente desde o ano de 1924 para todas as escolas paroquiais. Na edição de 30 de agosto de 1924, o Estandarte Cristão enfatiza a necessidade de uma “Escola Doméstica” para ensinar as moças a respeito dos “*misteres do casamento* e de seu papel de rainha do lar”.

De acordo com os princípios éticos e democráticos norte-americanos, os missionários consideravam que, sendo a educação um direito de todos, existia também a obrigação de garanti-la indistintamente a todos, independentemente de etnia, sexo ou classe social. Desse modo, a propaganda educativa dos protestantes investia num discurso que ia ao encontro dos ideais da classe média emergente, pois anunciava *que os colégios eram abertos para formar uma nova elite intelectual para a república*, semelhante à de seu país de origem. O ensino enfatizava valores éticos como honra, virtude, respeito mútuo, liberdade, solidariedade e cidadania, o que caía no agrado de intelectuais republicanos da época e formadores de opinião que, mesmo sem nunca terem aderido ao protestantismo, viam com bons olhos essas iniciativas, tais como Rui

Barbosa (maçom), Rangel Pestana, Caetano de Campos, Prudente de Moraes, e outros.

O protestantismo brasileiro encontrou na classe média emergente e, sobretudo na maçonaria, um interlocutor co-beligerante com o qual partilhava ideais políticos (sistema republicano com estado laico), filosóficos (positivismo), econômicos (liberalismo) e religiosos (anti-clericalismo e anti-catolicismo). Muitos missionários batistas, metodistas e presbiterianos eram também maçons e essa aliança prosseguiu nos primeiros anos do século XX. Essa classe estava convencida de que o modelo de educação em vigor no Brasil não correspondia às suas expectativas e por isso apoiou a inserção do protestantismo norte-americano no Brasil de diversas maneiras. Alguns líderes da primeira república tinham laços íntimos com o protestantismo, tal como Prudente de Moraes (3º Presidente da República) que estudara em um colégio metodista em Piracicaba. Além disso, a cidade de Itu, no interior de São Paulo, tida na época como quartel-general republicano situava-se em uma região com forte concentração protestante. (CALVANI, 2008, p. 6)

Resumindo e enfatizando: dentro da educação escolar, professoras na década de 1930 preparavam as alunas para os “mistérios do casamento”; *a ato conjugal não era “pecaminoso” nem “apenas para procriação”*; os ensinamentos eram progressivos, conforme a idade das alunas; rapazes e moças eram orientados por médicos em palestras na Exedra da Igreja do Redentor (Pelotas/RS); havia grande preocupação com a higiene corporal, com o banho diário, a troca diária das roupas íntimas após o banho e o modo de como lavá-las, bem como com os exercícios físicos.

Com o advento do Estado Novo, Getúlio Vargas instituiu por decreto o ensino religioso na rede pública. Mais tarde, o decreto de Vargas foi inserido na Constituição Federal, garantindo o ensino religioso de frequência facultativa em todas as escolas, ministrado de acordo *com os princípios da confissão religiosa do aluno* e como matéria curricular nas escolas públicas.

Diante das novas oportunidades oferecidas às igrejas não católicas romanas, o bispo William Thomas criou, em 1936, a **Secretaria Geral de Educação Religiosa** e nomeou o Rev. João Batista Barcellos da Cunha para organizar e superintender o ensino religioso nos colégios públicos, nos termos da nova Constituição Federal, que havia criado o ensino religioso facultativo nas referidas escolas. Na época, segundo o Estandarte Cristão, somente os episcopais e os católico-romanos ensinavam religião nas escolas públicas.

A Igreja Episcopal tinha 21 catequistas que ensinavam para 1.350 alunos em 27 colégios públicos espalhados em Porto Alegre, Viamão, São Leopoldo, Santa Maria, São Gabriel, Dom Pedrito e Rio Grande. Era muito pouco em face do que a igreja devia fazer. A igreja deixou de atender os pedidos de muitos outros colégios por falta de catequistas e professores nessa área. (KICKHÖFEL, 2000, p. 14).



Fig. 36 - Foto tirada na inauguração de uma escola Paroquial na divisa de Bagé e Dom Pedrito, na residência de Anglicano e Maçom, Dória Rosa Borba. Década de 1940. Fonte: Arquivo Particular do Reverendo Guedes. Vários maçons acompanharam a inauguração.

Além das escolas paroquiais, a Igreja Episcopal geralmente contava, em cada congregação, com uma Escola Dominical. A Escola Dominical é uma atividade comum às Igrejas que sofreram a influência da Reforma Protestante do século XVI. Consta de uma Classe de Estudos semanais, geralmente aos Domingos (Dominical, de *Dominus*, Dia do Senhor) onde crianças e jovens são agrupados por idade e organizados em classes mistas, orientadas por um professor ou professora, indicados pela Paróquia ou Missão para esta função (trabalho voluntário). Os professores sondam os conhecimentos e interesses, segundo a faixa etária das crianças, e também dos adolescentes, separadamente, sobre a Bíblia, a Salvação em Jesus Cristo, a História da Igreja, os Sacramentos e o que seja considerado importante para a fé cristã. As Escolas Dominicais no Brasil iniciaram suas atividades em Porto Alegre/RS.

Havia ainda diversas agremiações sociais e literárias organizadas pela Igreja Episcopal. Em Bagé, havia, desde 1942, uma Classe da Escola Dominical para adolescentes e jovens, tanto para proporcionar conhecimentos cristãos, como prepará-los para serem os futuros professores. O grupo da mocidade (jovens) era, na época, chamado de UME, isto é *UNIÃO DA MOCIDADE*

EPISCOPAL. Participavam ativamente da comunidade religiosa e integravam-se às solenidades cívicas comemoradas na cidade de Bagé, participando do trabalho Missionário nas vilas e interior do Município, acompanhando o Reverendo Guedes. Na Semana da Pátria, os jovens da Igreja desfilavam junto com as escolas no Sete de Setembro.



Fig. 37 – no Sete de Setembro, formação para o desfile cívico, na Rua Marechal Floriano (Bagé/RS - 1943) onde ficava a Igreja do Crucificado (Episcopal/Anglicana). Foto retirada do arquivo pessoal do Rev. Guedes.

No primeiro Concílio realizado em Santa Maria, sede da recém-criada Diocese Sul-Occidental, em março de 1950, o Bispo Egmont Machado Krischke nomeou o Reverendo Guedes para coordenar o Departamento de Propagação do Evangelho, criando também o Departamento de Educação Religiosa, em substituição à antiga Secretaria de Educação Religiosa. Muitos Pontos de Pregação e Missões foram criados, e junto a eles, as escolas dominicais e muitas escolas e instituições educacionais paroquiais.

À Igreja incumbiria promover a publicação de literatura religiosa, realizar conferências paroquiais e reuniões com professores da Escola Dominical. O Conselho Nacional era formado pelo Bispo Egmont Machado Krischke (presidente), pelos Reverendos Sírio Joel de Moraes (secretário/maçom) e George Upton Krischke, e por Álvaro Pena Leite e Irene Rolim da Silveira. Em 1956, o Conselho Nacional nomeou dois secretários executivos para o Departamento de Educação Religiosa. Eram eles a missionária americana Carmen St. John Wolff e o Rev. Jaci Correia Maraschin (falecido em 2009). A

tarefa deles era preparar um currículo para o programa educacional, publicar literatura e promover um novo conceito de educação religiosa. Carmen Wolff e Jaci Maraschin (posteriormente doutor em Teologia) começaram a escrever artigos para o veículo oficial de comunicação da igreja, o Estandarte Cristão, enfocando a nova filosofia educacional pretendida.

As novas mudanças introduzidas a partir de então foram:

- a) a eucaristia como o ato central da adoração pública;
- b) a Comunhão incorporada, uma novidade (de senhoras, homens, jovens, etc.);
- c) a Educação como um processo de crescimento que envolve a vida inteira;
- d) a experiência como vindo antes do conhecimento;
- e) o culto alcança a mente inconsciente, penetra nas profundezas do ser;
- f) a vida religiosa não pode ser separada da vida profana;
- g) Educação Religiosa não só para crianças, mas também jovens e adultos;
- h) Educação Cristã é experiência; não se ensina só por meio de cursos. (KICKHÖFEL, 2000, p 5).

Com estas alterações na educação cristã, a Igreja procurava atender às mudanças que se processavam na sociedade secular, procurando acompanhar as idéias pedagógicas da Escola Nova.

Em 1957, segundo Kickhöfel (1995), o Departamento de Educação Religiosa passou a trabalhar com um *currículo oficial*, abandonando as traduções do material didático da igreja americana (EUA).

Nessa década, surgiu em Bagé/RS um *Curso Elementar de Teologia*, sob a orientação do Bispo Krischke (1954), na Matriz do Crucificado, para preparar professoras e professores para a Escola Dominical e também para professoras e professores que fossem atuar na Rede Pública, sendo Professores do Curso: Dom Edmond Machado Krischke, Reverendo Antonio Guedes e Reverendo Nataniel Duval da Silva (dados: Arquivo da Igreja – Paróquia do Crucificado/Bagé).

Segundo Kickhöfel (1995), a nova programação curricular tinha por dever ensinar os fatos relacionados com a fé, formar o caráter cristão e corroborar para que cada pessoa tivesse uma efetiva participação na vida da Igreja, em um processo envolvente, levando a pessoa a se “defrontar com a realidade do Cristo vivo e a responder afirmativamente ao seu chamado”. A paróquia era o local onde se daria o processo de crescimento em Cristo, sendo um processo de certa forma globalizante, pois não se limitaria à Escola Dominical: toda a vida paroquial fazia parte desse processo. A Teologia passou a ser vista em termos de vida e não como mero conceito abstrato. Assistir a um culto passou a significar participar efetivamente dele.

Assim, conforme Kickhöfel (2000, p.6):

Nas décadas de 50 e 60, o ponto focal do trabalho educacional da Igreja Episcopal era envolver de alguma forma as pessoas na vida da Igreja. Teologicamente falando, havia três diferentes aspectos dos motivos pelos quais as pessoas se envolviam na vida da Igreja que deveriam ser considerados: o social, o intelectual e o existencial.

Ainda é Kickhöfel (2000, p. 6) que afirma que, desde então, já havia um **envolvimento social por parte da Igreja Episcopal**. As pessoas se filiavam (e ainda hoje assim o é) à Igreja como: membros da Junta Paroquial, professores da Escola Dominical, membros do Coral, membros dos vários Sodalícios que uma paróquia possui. Os leigos (não-clérigos, os membros da Igreja) deveriam envolver-se socialmente com a vida da igreja, que é comunitária por excelência.

3.8 Os Projetos Educacionais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

A base bíblica para a tarefa educacional da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil estava baseada no Livro de Deuteronômio, 4:9: *"As coisas que teus olhos viram, estas fareis saber a teus filhos e aos filhos dos teus filhos"* (Bíblia Sagrada, Velho Testamento. Tradução de ALMEIDA). Kickhöfel (2000) sustenta que, quando o povo de Israel se preparava para entrar na terra prometida, depois de uma longa peregrinação, Moisés compreendeu que nenhuma grande nação se desenvolveria sobre sólidos fundamentos se os pais não compartilhassem com os filhos as influências que mais contribuiram para a

formação de seu espírito, de sua cultura e de sua nacionalidade. Esse princípio exerceu no lar e na sinagoga judaica grande influência e ajudou a preparar o advento do Cristianismo, de tal forma que nenhum outro poder coligado conseguiu impedir a vinda do Messias. Para a Igreja Episcopal, **a obra educacional é uma tarefa permanente e o objetivo primordial é a formação do caráter.** O papel do lar e o papel da Igreja se completam. A personalidade humana se forja na atmosfera moral que a envolve.

Era, portanto, necessário que a Igreja cercasse as novas gerações de uma atmosfera saturada de princípios cristãos. Valiam os ideais, as convicções e os exemplos, isto é, a religião concretizada em experiência real. As atitudes positivas, os hábitos salutarres, o culto da família, a leitura da Bíblia, a escola dominical eram importantes instrumentos nesse novo processo educacional. (KICKHÖFEL, op. cit.).

Kickhöfel (2000) relata que a Casa de Santa Hilda foi fundada em 1961, em São Paulo, capital. Destinava-se a proporcionar formação **teológica** para moças, que **deveriam trabalhar como obreiras leigas em educação religiosa**. Oferecia Curso de Educação Religiosa de dois anos para moças com formação secundária e Curso de Educação Religiosa de quatro anos para moças com formação universitária. Chegou a ter 12 alunas. Os principais programas da Igreja na época estavam voltados para os leigos e a Casa de Santa Hilda fazia parte dessa preocupação. Mas não conseguindo transpor a fase do paternalismo para uma fase de sustento próprio, quando a Igreja Episcopal do Brasil se tornou independente da Igreja dos Estados Unidos, esta se viu obrigada a reestruturar o programa da Instituição, mantendo-a com os recursos auferidos do aluguel da propriedade onde funcionava e encerrando o regime de internato. Em 1969, a administração da casa foi absorvida pelo Seminário Teológico, o que na prática, significou o encerramento das atividades da Casa de Santa Hilda.

Na década de 1960, outra tentativa no campo educacional foi empreendida. Ao perceber que os estudantes universitários estavam se afastando da Igreja, por causa da dificuldade de relacionar fé cristã e vida acadêmica, a Igreja decidiu fundar, em 1963, em Porto Alegre, a Casa do Estudante Universitário. Destinava-se principalmente aos estudantes do interior que freqüentavam a universidade na capital. Era o início do apostolado

universitário. A razão para a Igreja investir nesse ministério era teológica. Segundo KICKHÖFEL (2000) *Deus também está presente no mundo secularizado (laico) da universidade. Deus não está somente na Igreja. Estando separados do mundo, estamos também separados de Deus.* O apostolado universitário tinha dupla função: participar da vida do mundo acadêmico e construir o Corpo de Cristo por meio da adoração, do ensino e do cuidado pastoral aos estudantes. “Por isso, a república dos estudantes tinha em suas dependências uma capela para adoração. Mas a falta de recursos humanos e financeiros obrigou a Igreja a fechar a casa em 1968.” (KICKHÖFEL, 2000, p. 11).

Mas estas efêmeras iniciativas não impediram que a Igreja tentasse nova experiência no campo educacional, mais ousada até. Em 1960 (17 a 24 de julho), no I Congresso da Igreja Episcopal Brasileira, em Porto Alegre, o Rev. Antonio Guedes, que se preocupava já há muito tempo com a questão educacional (e social) brasileira, tendo fundado várias escolas paroquiais em sua região (Bagé e adjacências), em sua Tese no referido Congresso, já ansiava por uma Faculdade Episcopal de Filosofia (como já havia existido no ‘Velho Seminário’ de Porto Alegre – Faculdade de Filosofia e Teologia).

Precisamos, porém, de uma Escola Normal e Faculdade de Filosofia para o preparo dos professores. Enquanto não tivermos esses estabelecimentos, a ação da nossa Igreja, nesse setor, será sempre deficiente. Preparados os professores, deveríamos intensificar a criação de Escolas Paroquiais – uma, no mínimo, em cada Paróquia ou Congregação. [...] Quando teremos nossa Universidade? (GUEDES, 1960, p. 154. In: KRISCHKE, org.)

Foi em 1960, na cidade de Porto Alegre/RS, que realizou-se o I CONGRESSO DA IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, de 17 a 24 de julho. Fazia dez anos que a Igreja Episcopal tinha se dividido em três Dioceses (Diocese Meridional, Diocese Sul-Occidental e Diocese Central) para tornar melhor sua organização administrativa. Compareceram, segundo Krischke (1960, p. 10), um número de, mais ou menos, duas mil pessoas. Neste Congresso, dentro de sua pauta, deu-se o Encontro de Educadores Episcopais. O Congresso se compunha pela apresentação de Teses que, depois, eram debatidas em pequenos grupos, e o resultado após, apresentado à Plenária.

No livro “A Igreja Episcopal no País do Futuro” (1960) está relatado este Congresso, com suas Teses, discussões e conclusões. Desde o Prefácio da obra, assinado pelos três Bispos presentes, é afirmado que “esperamos a intensificação de nossa obra missionária, social e **educativa**” (grifo apostro). Os bispos signatários são: Dom Egmont M. Krischke, Dom Plínio L. Simões e Dom Edmund K. Sherrill. (Ver fotografias nos anexos.)

O último capítulo da Obra, à página 152 em diante, apresenta a tese do Venerável Arcebispo Rev. Antonio Guedes, que versa sobre a “Igreja em Ação”. Guedes assumiu a Paróquia de Bagé assim que foi Ordenado Diácono, em 28 de dezembro de 1941, ficando por 50 anos como Reitor da Matriz do Crucificado. Dedicou-se ao trabalho pastoral e à criação de Escolas, Obras Assistenciais e Educação, tendo sido, concomitantemente Reitor da Paróquia e Secretário Municipal de Educação e, mais tarde, Coordenador Regional de Educação. Dirigiu o SENAC em Bagé por quase trinta anos e criou vários cursos profissionalizantes para as camadas marginalizadas da cidade e arredores, sem qualquer ônus para esses alunos.

Criou ainda a CMAS (Comissão Municipal de Ação Social), que foi o embrião da Secretaria Municipal de Ação Social de Bagé, e funcionou este embrião no Salão Paroquial da Matriz do Crucificado sem gasto algum para a Municipalidade. (Fonte: Arquivos da Paróquia do Crucificado).

Um dos fatos que permitiu ao Rev. Antonio Guedes fundar e manter tantas Obras de Assistência Social e Escolas foi o de contar com o apoio integral da Maçonaria de Bagé, especialmente a Loja Sigilo Nº. 14, onde por duas vezes foi Venerável e ocupou por inúmeras vezes o papel de Orador do Templo, onde concitava os maçons ao trabalho filantrópico e educacional. (Arquivos da Loja Maçônica Sigilo Nº. 14). Guedes foi um dos reverendos maçons que mais contribuiu, no período de 1940 a 1990, para a Educação no Município de Bagé e região, pelas Escolas e Obras Assistenciais criadas e mantidas por sua iniciativa, tornando-se isto viável por contar com o apoio de seus paroquianos, da sociedade bajeense em geral e da Maçonaria, tanto da Grande Loja como do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.



Fig. 38 – Foto retirada do *Jornal Correio do Sul*, em Bagé/RS, no ano de 2003, após o falecimento do Rev. Guedes (que ocorreu em 01/04/2001).



Fig. 39 – Venerável Arceidiago de Bagé, Rev. Antonio Guedes, com os paramentos maçônicos de Orador na Loja Sigilo Nº 14. Foto retirada do arquivo particular do Rev. Guedes.

Em sua Tese, Guedes afirma: “A Igreja [...] dar paz interior como conquistada agora e a justiça social baseada nos princípios igualitários e fraternais do Evangelho” (GUEDES, 1960, p.153. In: KRISCHKE, org., 1960). Esta visão dinâmica da idéia de oportunidade para todos, de forma igualitária e em espírito fraternal, tanto é uma bandeira da Igreja Anglicana como também da Maçonaria. Por esta razão o apoio incontestado desta ao trabalho educacional e assistencial liderado por Guedes em Bagé. Mais adiante, na mesma Tese, alude a que **“o Cristianismo é uma revolução social iniciada há dois mil anos...”** (GUEDES, in KRISCHKE, org., 1960, p.154). Divide a Ação Social em Instrução e Educação Religiosa, e que estas só aconteceriam de maneira efetiva se houvessem professores bem preparados, solicitando às autoridades Episcopais a criação de uma Escola Normal e uma Faculdade de Filosofia – e que se deveria intensificar a criação de escolas paroquiais. Quanto à Educação Religiosa, enfatizou a necessidade do preparo dos professores, tanto para os que ministrassem aulas nas escolas dominicais como para os que atuassem nas escolas regulares.

GUEDES, ainda na mesma Tese, afirma enfaticamente:

A Igreja precisa ter uma palavra definida sobre os problemas que afligem a comunidade: o divórcio, a reforma agrária, o salário mínimo, as questões entre capital e trabalho, livre iniciativa, problemas do Oriente e Ocidente, a energia atômica e outros. (GUEDES, 1960, p.155. In: KRISCHKE, org., 1960) (grifo apostro).

Em 1973, a Diocese Meridional tentou criar uma *faculdade*, que deveria funcionar nas dependências do *Colégio Cruzeiro do Sul*.

O projeto, sonho do Reverendo Guedes e do bispo Dom Arthur Rodolpho Kratz, chanceler da Associação Beneficente e Educacional da Diocese Meridional – ABEDM, entidade que havia sido criada para ser a mantenedora das instituições educacionais e assistenciais da Diocese Meridional, tinha dois objetivos: ampliar a influência da Igreja no meio universitário e obter recursos financeiros para auxiliar na expansão missionária. Kratz era Venerável da Maçonaria, mas mesmo contando com o apoio desta, não conseguiu ver seu sonho realizado.

O primeiro curso de ensino superior da igreja tinha sido planejado para ter os cursos de Pedagogia (orientação educacional, inspeção escolar, supervisão e administração escolar), Psicologia, Letras, Matemática, História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Educação Artística. O projeto, entretanto, não se concretizou, porque o governo havia alterado sua política de conceder novas autorizações para o funcionamento de instituições de ensino superior particulares. (KICKHÖFEL, 2000, p. 11).

Importante notar que todas estas iniciativas de propor, fundar e planejar a criação de escolas e até mesmo uma faculdade tiveram a marcante presença e iniciativa de Reverendos e Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil que eram também Maçons. Entre os mencionados, podemos citar, desde os primórdios: Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris; Reverendo John Gaw Meem, Rev. Dr. Athalício Theodoro Pithan; Rev. Egmont Machado Krischke (mais tarde Bispo da Igreja); Rev. Arthur Rodolpho Kratz (mais tarde, Bispo e Venerável de uma das Lojas da Maçonaria no Rio Grande do Sul), Bispo Dom Agostinho Guillon Sória, Bispo Dom Luís Osório Prado, Bispo Dom Olavo Ventura Luiz (todos maçons).

Infere-se que os Reverendos e Bispos anglicanos possuíam idéias semelhantes às da Maçonaria *quanto ao ideal de pessoa humana: a busca pelo conhecimento, liberdade de consciência e pensamento, ênfase à pesquisa científica para o bem da humanidade; combatiam a ignorância e a falta de conhecimentos e/ou superstições através da criação de Escolas e preparação de seus membros para se tornarem pessoas capacitadas para trabalhar na Educação Religiosa, tanto em nível Paroquial, nas Escolas Dominicais, quanto no que se refere à preparação (e boa preparação) para atuarem neste componente curricular nas Escolas da Rede Pública e Privada. Para tanto, percebe-se o grande número (em proporção ao número de fiéis da Igreja) de Escolas que foram criadas pela Igreja para atender a esse ideal comum entre esta e a Maçonaria: expansão de conhecimentos e formação ética e religiosa.*

Em 1964 o País entra em um Regime de Exceção: em 31 de março, os Militares assumem o Poder Político e diminuem as Garantias e os Direitos Individuais. Procurou-se saber se este período teria tido algum tipo de influência nas Escolas Anglicanas ou em suas Obras Assistenciais. Talvez pela pouca informação que houvesse sobre a Igreja Episcopal Anglicana no Brasil e por esta ser vista como uma Igreja que sofria um certa influência dos Estados

Unidos, considerados um baluarte do Capitalismo e do Anti-Comunismo, não se obteve nenhuma informação de ação negativa ou restritiva de Direitos ou qualquer tipo de intervenção em relação às Escolas Anglicanas, principalmente nas quatro cidades citadas. Sabe-se que as Escolas que possuíam Grupos de Teatro, como a Escola José Gomes Filho, tinham que enviar uma cópia das peças a serem teatralizadas para passarem pela censura do Quartel General da cidade de Bagé, com um período de uma semana mais ou menos de antecedência, antes de começarem os ensaios da peça. Entretanto nenhuma delas foi barrada ou obteve cortes.

Embora além da periodização deste trabalho, informa-se, para complementar, que, conforme o Historiógrafo Oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Reverendo Kickhöfel (2000), em 1973, a Diocese Sul Ocidental encaminhou ao Conselho Executivo um projeto que sugeria profundas mudanças nas instituições educacionais da igreja, motivado pelo advento da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, pela qual o governo havia reformulado o sistema educacional brasileiro e também criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e os cursos supletivos.

O projeto da diocese de Santa Maria¹⁷ recomendava também a criação de cursos de nível superior, aproveitando as estruturas já existentes do Colégio Cruzeiro do Sul em Porto Alegre, do Colégio Santa Margarida em Pelotas e do Colégio Anglicano de Santo Amaro em São Paulo. Para tanto, era necessário criar um órgão ou uma comissão nacional para congregar as direções das escolas, visando cinco objetivos capitais: intercambiar de experiências; traçar uma filosofia de educação; representar as escolas junto aos órgãos oficiais; credenciar as escolas para obter verbas do poder público; e proporcionar especialização para diretores, professores e monitores. (ESTANDARTE CRISTÃO, abril-maio de 1973, p. 14¹⁸)

Em 1990 (apenas a título de ilustração, pois ultrapassa a periodização em tela), foi realizado o primeiro Encontro de Instituições Educacionais (I Encontro das Instituições Educacionais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil), com o objetivo de conhecer melhor a situação das instituições educacionais, refletir sobre as práticas utilizadas e buscar alternativas para uma filosofia

¹⁷ Diocese Sul-Ocidental, onde ficava inserida a Matriz do Crucificado, de Bagé, paróquia onde o Rev. Guedes era reitor.

¹⁸ Nesse ano o Estandarte Cristão circulou de forma bimestral.

educacional comum. Um segundo encontro (II Encontro das Instituições Assistenciais e Educacionais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) foi realizado em 1992, ratificando a recomendação do Sínodo de que o Departamento de Educação Cristã fosse um órgão orientador das instituições de ensino.

A partir de 1994, os encontros reuniram somente as escolas, excluindo as instituições assistenciais. Foram eles: I Encontro Nacional das Escolas Anglicanas, 1994; II Encontro Nacional das Escolas Anglicanas, 1995; III Encontro Nacional das Escolas Anglicanas, 1997; IV Encontro Nacional das Escolas Anglicanas, 1998; Em 1999, houve um Encontro Nacional das Escolas Anglicanas das Dioceses do Sul; V Encontro Nacional das Escolas Anglicanas, 2000; VI Encontro Nacionais das Escolas Anglicanas, 2001; e VII Encontro Nacional das Escolas Anglicanas, 2002.

Já na década final (1961-1970) e nos anos posteriores à periodização deste trabalho (1901-1970), muitos colégios paroquiais haviam sido fechados, tendo em vista as novas exigências legais para a Educação (Lei nº 4.024/61 e, principalmente, a posterior Lei nº 5.692/71) e os poucos recursos que estas possuíam não lhes permitiram atender às novas Políticas Públicas. Muitas escolas foram fechadas, pois o Município e o Estado assumiram o controle e orientação do ensino. Outras, como a Escola da Cidade dos Meninos de Bagé, foram conveniadas e após encampadas pelo Estado (Escola Estadual de 1º Grau José Gomes Filho).

Outra observação importante é que os reverendos que se destacaram na criação de escolas e envolvimento com a Educação eram fortes lideranças tanto dentro da Igreja como dentro da Maçonaria; de uma certa forma, eram lideranças centralizadoras, pois aglutinavam grupos de colaboradores de ambas as instituições em torno de seu *carisma pessoal* (WEBER, 1979). Essas lideranças costumavam envolver seus auxiliares, inclusive através dos valores que defendiam, que, para muitos, pareciam incontestáveis, de uma forma tal que suas idéias eram aprovadas sem maiores questionamentos (BOURDIEU, 1999). Por outro lado, as novas orientações da Igreja a partir de cerca de 1970 não incentivaram os seminaristas nem os novos reverendos a se dedicarem com tanta ênfase ao trabalho educacional, pois legalmente esta estava cada vez mais sendo considerada uma atribuição do Estado. Estavam sendo criadas

cada vez mais escolas públicas, e a necessidade da criação de escolas não-católicas, encontrada nos primórdios da Igreja Episcopal Brasileira, aos poucos desaparecia, com o fortalecimento do Estado laico. Ainda, de forma implícita, percebe-se que as paróquias, depois de a Igreja ter-se tornado independente da Igreja dos Estados Unidos, precisaram organizar suas finanças e angariar recursos para manterem a autonomia conquistada, o que acabou prejudicando a manutenção de escolas, pois a maioria delas era gratuita.

3.9 “Apontamentos e Notas” sobre História das Escolas Episcopais Anglicanas no Sul do Brasil

Torna-se difícil apresentar um trabalho exaustivo sobre todas as escolas e instituições de ensino fundadas pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, mesmo as criadas apenas no Rio Grande do Sul, pois foram muitas. Entretanto, uma breve sinopse faz-se necessária para corroborar com o fulcro da Tese aqui proposta. Para tanto, tomar-se-á por base os APONTAMENTOS E NOTAS preparadas pelo **Rev. Oswaldo Kickhöfel**. As Escolas serão apresentadas em ordem cronológica, com os acréscimos que se pôde pesquisar sobre elas, excluindo-se propositalmente as que foram criadas fora do Rio Grande do Sul, pois fogem ao tema proposto.

a) **Escola Americana** – a primeira escola episcopal/anglicana do Brasil.

Localidade e ano de fundação: Porto Alegre/RS, 1891

Fundador: Vicente Brande

O primeiro contato que os missionários fizeram, quando chegaram a Porto Alegre em 1890, foi com o professor Vicente Brande, que dirigia uma escola na Rua da Floresta. Com a admissão de Brande como catequista, a escola foi transferida à Casa da Missão com o nome de Escola Americana, que começou a funcionar em três de fevereiro de 1891, na Rua Voluntários da Pátria nº 387. Todos os missionários que viviam na Casa da Missão davam aulas. A escola começou com 20 alunos, passando em seguida para 35, embora sua capacidade fosse de 60 alunos no máximo. Em 1895 chegou a ter 45 alunos. Este aumento na matrícula animou a diretora Mary Packard (já mencionada

neste trabalho). Os professores ensinavam não só as ciências humanas, mas também os princípios morais e religiosos cristãos. O Rev. Morris havia conseguido alugar uma casa na Rua da Floresta, aumentando a capacidade da escola. Havia instrução em alemão, inglês e francês. Todas as classes recebiam instrução bíblica, que era também um dos objetivos da escola. No terceiro ano de funcionamento, a escola reduziu o número de alunos matriculados, aceitando apenas 18 alunos dos muitos que haviam feito o exame de aplicação para ingressar. Um dos motivos dessa redução era possibilitar uma instrução mais qualificada. Havia também uma classe anexa de seis alunos mais adiantados, que recebiam instrução diretamente de Morris e Brown (doutor em Teologia e Filosofia). A missionária Mary Packard foi diretora de 1892 até 1898, quando a escola foi fechada por determinação da Comissão Permanente. O motivo do fechamento da primeira escola da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil foi a necessidade de os catequistas, reverendos e professores dedicarem mais tempo à evangelização. O dinheiro utilizado no aluguel da escola foi transferido para a Escola Evangélica Riograndina, que Vicente Brande havia fundado na Capela do Salvador em Rio Grande. (Arquivos da IGREJA EPISCOPAL).¹⁹

b) Escola Evangélica Riograndina

Localidade e ano de fundação: Rio Grande/RS, 1893

Fundador: Vicente Brande

Em 1893, quando Vicente Brande ainda era catequista da Igreja Episcopal do Brasil em Rio Grande, fundou uma escola diária, na Capela de São João, que recebeu o nome de Escola Evangélica Riograndina. Funcionava na sua própria casa, na Rua Vileta nº 8. Kinsolving era o diretor, mas, segundo o jornal da igreja, “não fazia nada, senão animar os alunos com sua aparição simpática e rara” (*ESTANDARTE CRISTÃO, junho de 1893, p. 4*). As matérias ensinadas incluíam leitura, caligrafia, aritmética, análise e composição, geografia física e política, história do Brasil e francês. Além de Brande, eram também professores Menandro Cabral e sua esposa Henriqueta. Os

¹⁹ Nota: os dados aqui apresentados são retirados todos dos Arquivos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e de Anotações do Rev. Oswaldo Kickhöfel.

professores também ministravam aulas nas residências dos pais dos alunos que desejassem aulas fora da escola. Para os trabalhos de bordado e ensino de francês era cobrada uma mensalidade, que ajudava a pagar o salário do catequista. Com a eleição de Kinsolving ao episcopado em novembro de 1898, o Rev. William Cabell Brown assumiu a direção da escola Riograndina. Segundo Kickhöfel (2005), a inexistência de referências à escola nos registros da igreja de 1900 em diante indica o seu provável fechamento naquele ano.

c) Escola Evangélica Paroquial (Viamão)

Localidade e ano de fundação: Viamão/RS, 1899

Fundador: Júlio de Almeida Coelho

Em fevereiro de 1899, o catequista Júlio de Almeida Coelho abriu uma escola evangélica diária na Paróquia da Graça, em Viamão, dando especial atenção ao ensino da escrita, da leitura e das contas. Os alunos recebiam também instrução sobre os princípios básicos da religião cristã. Uma nota curiosa: entre as matérias do ensino de religião estava o *catecismo metodista*. Em janeiro do ano seguinte, Júlio de Almeida Coelho, que dirigia o trabalho em Viamão desde a transferência de Cabral para Porto Alegre (maio de 1898), foi transferido para Rio Grande, visando sua preparação para o ministério ordenado sob a orientação do então Reverendo Brown. Com isso, teve de ser fechada a escola paroquial, que ele havia fundado no início de 1898. A escola funcionou durante um ano apenas.

d) Escola Evangélica Mista

Localidade e ano de fundação: Jaguarão/RS, 1900

Fundador: Vicente Brande

Em fevereiro de 1900, o Reverendo Brande funda a Escola Evangélica **Mista**, em Jaguarão, inicialmente com 30 alunos, chegando após a ter mais de 65, aumentando sua influência na cidade. Brande publicava nos jornais a data dos exames de fim de ano e convidava os pais dos alunos, “bem como todos os cidadãos que se interessam pelo desenvolvimento da instrução da juventude jaguareense” para assistirem às provas (jornal *O COMÉRCIO*, 9 de dezembro

1902, p. 2). Os exames eram realizados na capela, porque era mais espaçosa do que o edifício onde funcionava a escola. Brande era auxiliado pela diaconisa Mary Pitts, que foi a segunda mulher missionária enviada ao Brasil pela Igreja Americana, em agosto de 1899. Ela trabalhou também em Rio Grande e Porto Alegre. Também em Jaguarão, Bernardino Alves Bastos mantinha um curso para alunos menores de 17 anos, “que não podiam se matricular em colégios particulares por falta de recursos pecuniários” (*O COMÉRCIO*, 8 de abril de 1902, p. 2), não recebendo auxílio pecuniário de espécie alguma e independente de seus afazeres como funcionário público .

e) Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Localidade e ano de fundação: Rio Grande/RS, 1903, transferindo-se depois para Porto Alegre/RS, para São Paulo/SP e atualmente funcionando em Porto Alegre/RS

Fundador: Rev. Dr. William Cabell Brown

Fundado em 15 de junho de 1903, na cidade de Rio Grande/RS, havendo junto ao mesmo um curso preparatório para candidatos à universidade, totalmente gratuito. O Rev. Dr. Brown foi escolhido reitor e diretor do Seminário. Em 1921, o Seminário foi transferido para a cidade de Porto Alegre, no bairro Teresópolis, sob a direção do Rev. James Watson Morris. O edifício atual do Seminário foi inaugurado em 1940. Em 1964, foi transferido para São Paulo. Em 1973, foi criada a Junta Nacional de Educação Teológica, (JUNET) para desenvolver programas de extensão dos estudos de teologia nas dioceses para aqueles que, por algum motivo, não podiam cursar Teologia no Seminário. Em 1977, o Bispo Arthur Kratz trouxe o Seminário novamente para Porto Alegre, sendo um Seminário Diocesano, e havendo-se tornado o Seminário Nacional em 1984.

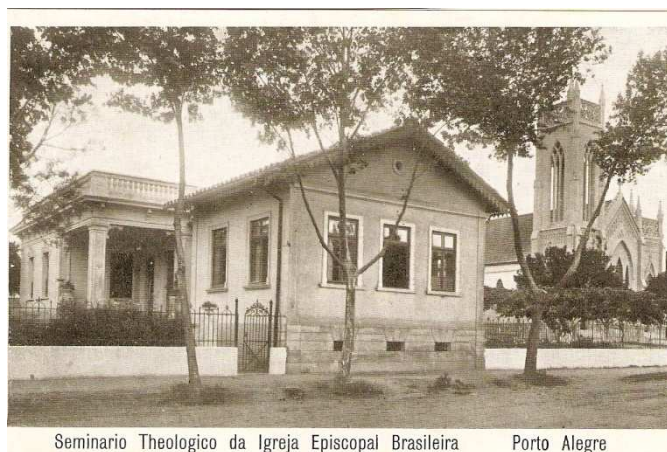


Fig. 40 – Seminário Teológico – Porto Alegre – Teresópolis. Foto retirada do Arquivo Particular do Rev. Antonio Guedes.

f) Escola Central

Localidade e ano de fundação: Porto Alegre/RS, 1908

Fundador: Américo Vespúcio Cabral

Em 15 de julho, o Reverendo Américo Vespúcio Cabral fundou uma escola paroquial com o nome de Escola Central, na antiga Rua Nova (hoje Andrade Neves) nº 22, pertencente a Paróquia da Trindade. A escola ocupava o andar superior do prédio onde funcionou a Caixa econômica e dispunha de salas bastante arejadas e iluminadas. Para sua instalação foram recebidos vários donativos em dinheiro e material escolar. Eram professores a missionária Mary Packard e Arlindo Bohrer. Era dirigida pelo pároco. Em 1910, a Escola Central passou a funcionar na Rua Duque de Caxias nº 212, que era também a residência do pároco. Era motivo de júbilo para o bispo “o fato de que o trabalho educacional, do qual vosso bispo tem falado com tanto ênfase e urgência, tem sido um princípio pela organização duma escola paroquial na cidade de Porto Alegre” (*Atas do 10º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, 1090, p. 29*). Mas, a partir de 1911, não aparecem mais referências sobre ela no jornal da igreja ou nas atas dos concílios. Foi também em 1911 que Cabral mudou sua residência para a Rua Cristóvão Colombo n.º 74 B (antiga Rua da Floresta) e, provavelmente, não tenha levado consigo a escola, que funcionava em sua residência. Além disso, a diretora Mary Packard havia sido transferida para o

Rio de Janeiro em 1910, outro indício de que a Escola Central tenha encerrado suas atividades no final daquele ano.

g) Escola Paroquial (São Gabriel)

Localidade e ano de fundação: São Gabriel/RS, 1912

Fundador: Júlio de Almeida Coelho

Em 1912, o rev. Júlio de Almeida Coelho fundou uma escola paroquial *para meninos e meninas*, em São Gabriel, no jardim de sua casa, onde construiu um pavilhão de madeira para esse fim. Funcionava na Rua General Mallet nº 17. Além das matérias usuais dos cursos primário e secundário, Coelho ministrava também aulas noturnas adicionais de desenho e música e dos idiomas francês e inglês. O curso era pago. Embora fosse uma iniciativa particular do pároco, o bispo assumiu as despesas de instalação e supervisão, subordinando a escola ao programa de ensino da Igreja. A escola prometia aos pais completa vigilância à disciplina moral e escolar. Em setembro, a escola mudou o nome para Colégio Americano e já tinha 20 alunos. Alguns alunos não eram bons e o número foi reduzido para 14. Talvez tenham sido expulsos por indisciplina. Por isso, por falta de número suficiente de alunos para funcionar, o colégio não foi reaberto depois das férias de 1913, “tanto mais que, de acordo com as notícias dadas, teríamos que alargar-lhe a esfera e fazer maiores despesas, para as quais só podíamos contar com a receita do próprio colégio” (*ESTANDARTE CRISTÃO, 30 de abril de 1913, p. 2*). Estranha-se este tipo de atitude, caso os alunos tenham sido expulsos. A Igreja Episcopal/Anglicana caracteriza-se pela *inclusividade*, combateu os castigos físicos e a discriminação contra quem quer que seja. Pode-se inferir aqui uma atitude incoerente e paradoxal, apesar do contexto sócio-histórico em que se deu.

h) Colégio Cruzeiro do Sul

Localidade e ano de fundação: Porto Alegre/RS, 1912

Fundador: William Mathew Merrick Thomas

Em 1912, o Rev. William Thomas fundou uma escola em Porto Alegre, sob o nome de Escola Diocesana, na Rua Luiz de Camões, no bairro Partenon,

onde funcionou por quatro anos. Inaugurada em 11 de março de 1912, a Escola Diocesana funcionou inicialmente com 35 alunos, sendo 10 internos e 25 externos. Os primeiros bancos e parte do material didático foram importados dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Em 1916, a escola foi transferida para a Rua Arnaldo Bohrer, que na época se chamava Rua Belo Horizonte, no bairro Teresópolis. Com a mudança, passou a chamar-se Colégio Cruzeiro do Sul, nome que conservou até seu fechamento. Construído com recursos da igreja americana, o novo prédio possuía amplas dependências para alunos residentes (internato) e não-residentes (externato). Junto à escola, na parte térrea, funcionava uma capela, que foi elevada à categoria de missão em agosto de 1916, com o nome de Capela da Ascensão, que é hoje a Paróquia da Ascensão. Em pouco tempo, a Escola Diocesana se transformou numa das mais tradicionais escolas da Igreja Episcopal, tendo por ela passado homens que se projetaram na sociedade rio-grandense e brasileira, como o político Jair Soares e os escritores Érico Veríssimo e Josué Guimarães.

O bispo Kinsolving considerava a escola como importante instrumento para a educação religiosa e, por isso, resistiu à tentação de fazer da quantidade ou do lucro o principal objetivo da novel instituição. Tanto Thomas como Kinsolving acreditavam que, submetendo-se a essa ambição, os filhos da igreja seriam facilmente suplantados pelos alunos oriundos de outras denominações religiosas. A Escola Diocesana se destinava especialmente aos filhos dos membros da igreja, e, por algum tempo, apenas um limitado número de filhos de famílias não filiadas à igreja era admitido na escola. Percebe-se aqui política semelhante à da Igreja Católica neste período: fechar-se em torno de seu credo religioso.

Mais adiante, a escola se abriu mais a filhos de adeptos de outras denominações religiosas, que eram aceitos no educandário sem serem obrigados a freqüentar a Igreja. Essa liberdade produziu frutos ao longo do tempo. A filosofia da escola era preparar o jovem para a universidade. Defendia uma educação liberal, preparando os estudantes também para a vida profissional e comercial. O principal objetivo era difundir a educação, desenvolver a maturidade cristã e preparar os jovens para enfrentar os embates da vida. Considerava a disciplina e o respeito como elementos essenciais para

o desenvolvimento mental e intelectual dos alunos. Dava ênfase ao princípio de que a formação moral era mais importante do que a formação intelectual. A principal preocupação do sistema educacional da escola era a cultura moral, a volta à vida interior, a formação do caráter, e não tanto a simples transmissão de conhecimentos, embora isso fosse também praticado com muita eficiência e zelo.

i) Colégio Kinsolving

Localidade e ano de fundação: Santana do Livramento/RS, 1912

Fundador: João Mozart de Mello

Em 1912, o Rev. João Mozart de Mello fundou o Colégio Kinsolving em Santana do Livramento, que funcionou durante três anos, tendo sido fechado em dezembro de 1914, devido à transferência de seu fundador para Porto Alegre, onde foi nomeado professor da Escola Diocesana. O Colégio Kinsolving iniciou suas atividades no dia 1º de fevereiro de 1912, na Rua dos Andradas nº 53, numa ampla casa que tinha 11 compartimentos que atendiam satisfatoriamente às necessidades da escola. Começou com 35 alunos, mas sua capacidade era de 80 alunos e 13 pensionistas. Era considerado um *colégio de família*. Ministrava os cursos primário e secundário. A escola dominical muito tinha lucrado com o colégio, mas a paróquia se ressentia da falta de visitas pastorais, pois o atendimento da escola pelo Reverendo absorvia-lhe grande parte do tempo.

j) Escola Paroquial para Meninas (Porto Alegre)

Localidade e ano de fundação: Porto Alegre/RS, 1917

Fundador: Ernesto Arnaldo Bohrer

Em 1917, o Rev. William Thomas, pároco da Capela da Ascensão e diretor da Escola Diocesana, antes de passar quinze meses em férias nos Estados Unidos, fundou uma pequena escola diária *para meninas, seguindo o mesmo programa adotado para os rapazes da Escola Diocesana*. Durante a longa ausência de Thomas, a Escola Diocesana, a nova escola para meninas e a capela ficaram aos cuidados do Rev. Ernesto Arnaldo Bohrer, colaborador de

Thomas na Escola Diocesana, que, anos depois, deu origem ao Colégio Cruzeiro do Sul. Tanto Bohrer como Thomas alimentavam a esperança de que esta nova escola poderia ser o embrião de uma futura escola diocesana para moças. A escola era dirigida pela jovem professora Julieta Godolphim, em cuja casa funcionava. Eram também professores os jovens Alberto Blank, Mário Bohrer Weber e Athalício Theodoro Pithan. Mas Thomas só vai realizar o seu sonho de uma escola para meninas em 1934, quando fundou o Colégio Santa Margarida, em Pelotas.

k) Instituto Barão do Rio Branco

Localidade e ano de fundação: Erechim/RS, 1929

Fundador: Alberto Blank

Em 1916, Múcio Mendes de Castro, influente membro da igreja em Rio Grande, transfere-se com sua família para Erechim. Com ele se inicia o trabalho da Igreja na vila, com o apoio da Paróquia do Mediador de Santa Maria. Em 1923, o Bispo Kinsolving designa o Rev. Alberto Blank para iniciar o trabalho da Igreja. Logo começou a construir um templo. Inaugurado este, Blank se volta para a construção de uma escola para atender os filhos dos paroquianos. O projeto vai se concretizar em 1º de agosto de 1929, com o nome de Escola Paroquial, sob o lema *Deus e Trabalho*. Iniciou com seis alunos, um número nada animador: Jasson Castro, Ovídio Sicolli, Vilma Oestreicher, Zenita Oliveira, Elbinha Castro e Gláucia Castro. Mas a escola logo cresceu em número e importância, tanto que os sucessores de Blank continuaram a pioneira iniciativa. O Rev. Octacílio Moreira da Costa foi o terceiro diretor. Com o crescimento da comunidade e do número de alunos, e havendo a necessidade de atender os alunos que trabalhavam durante o dia, foi criada Aula do Pequeno Operário. Em 1952, o Rev. Lauro Borba da Silva, que foi o quinto diretor, cria o curso Técnico em Contabilidade, cujas aulas eram, no início, ministradas na Escola José Bonifácio. Em 1953, foi inaugurado o curso de datilografia e fundada a Legião da Cruz de Erechim, entidade mantenedora, que mudou o nome da escola para Instituto Barão do Rio Branco. Em 1954, por ocasião do jubileu de prata, o Instituto inaugurou o curso Comercial Básico que veio a ser mais tarde o

ginasial do comércio. No mesmo ano é lançada a pedra fundamental do atual prédio, inaugurado em 1961.

Com a nova dinâmica educacional criada no país em 1973, o Instituto se integrou ao Centro de Intercomplementariedade de Erechim, passando a partir daí a oferecer disciplinas de formação especial para habilitação de Técnico em Contabilidade, Técnico Assistente de Administração, Técnico de Secretariado, Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Processamento de Dados. Em 1989, o professor Valério Schillo assume a direção da escola com 180 alunos, introduzindo uma série de inovações que a projetaram ainda mais na comunidade e na região. Começou um trabalho de reforma, enfatizando a responsabilidade e a disciplina e introduzindo aperfeiçoamentos que fizeram aumentar o conceito da escola e a matrícula de 180 para 1.350 alunos. A título de informação, em 2005, a escola possuía 1.350 alunos, 95 professores, 6 laboratórios (1 de Ciências, 3 de informática e 2 de Infotrônica), 1 biblioteca, 1 videoteca, 1 salão de artes, 1 sala de psicomotricidade, 3 quadras de esportes e 1 centro de estudos ambientais.

Inspirado no lema *Deus e Trabalho* que o acompanha desde a origem, o Instituto Barão do Rio Branco busca otimizar o ensino e considerar a vida como um valor inestimável que deve ser vivido na sua plenitude, de acordo com os valores morais e religiosos, visando a uma formação plena voltada para o trabalho, convencido de que a comunidade educativa tem compromissos e competência com o crescimento e desenvolvimento regional e nacional. (O Prof. Schillo faleceu no início de 2008).

Hoje, a Escola Melanie Granier de Bagé, adquirida pela Igreja Episcopal/Anglicana ainda sob o pastorado do Rev. Antonio Guedes, faz parte do Bloco que integra o Instituto Barão do Rio Branco.

1) Colégio Independência

Localidade e ano de fundação: Bagé/RS, 1933

Fundador: Athalício Theodoro Pithan

O Rev. Athalício Theodoro Pithan e o professor Manuel de Souza Coutinho fundaram em Bagé o Colégio Luso Brasileiro, que no ano de 1934 tomou a denominação de Colégio Independência, sob o regime de internato e

externato. Cursos primário, secundário, comercial e preparatório. No segundo ano de funcionamento já contava com 194 alunos. O Rev. Pithan contou com o apoio da Maçonaria bajeense.



Colégio Independência, em Bagé, fundado em 1933.

Fig. 41 – Colégio Independência, em Bagé/RS. Situava-se, na época, na Rua Sete de Setembro, ao lado do Palacete do Dr. Pedrinho Osório. Foto retirada do livro “Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil” (KICKHÖFEL, 1995).

m) Colégio Santa Margarida

Localidade e ano de fundação: Pelotas/RS, 1934

Fundador: Rev. William Mathew Merrick Thomas

Fundado em 1º de março de 1934, funcionou provisoriamente na rua Santa Cruz nº 712. Começou como internato, externato e semi-internato para meninas. Crianças de até seis anos recebiam instrução pelo então moderno método do Jardim da Infância. Fazia parte das aulas o estudo das línguas inglesa e francesa em todas as classes, bem como as ciências domésticas em seus vários ramos. O nome da escola foi escolhido para homenagear uma fiel cristã do século III d.C. Durante a perseguição do imperador Dioclesiano, Margarida, moça ainda, preferiu seguir a Cristo até a morte. O ideal da escola era incutir nas alunas o espírito de Marta e Maria, cujo lar muitas vezes havia acolhido o Divino Mestre. A primeira diretora foi Hedy Sergel, bacharel em Artes

pela Universidade de Cambridge, Inglaterra e esposa do Rev. Carl Henry Clement Sergel. A pedra fundamental foi lançada em janeiro de 1935 e o prédio inaugurado em junho de 1936.

Em 1968, por ocasião de sua visita de inspeção ao colégio, o Dr. Homero Ribeiro, inspetor do Ministério da Educação, registrou no livro de ocorrências o seguinte:

Pela primeira vez nos honramos em visitar esse esplêndido educandário. Foi o Santa Margarida o primeiro estabelecimento de ensino que iniciou a recuperação de alunos, bem como o admirável processo de avaliação. Tanto um como o outro tem tido sido objeto de imitação em outros educandários do Rio Grande do Sul. A Inspeção Secional de Porto Alegre sente-se orgulhosa em ter em seus quadros uma casa de ensino deste alto nível e de linha que orgulha e estimula o ensino no nosso estado gaúcho. É um prazer consignarmos nossas impressões desta casa, e felicitamos sua direção e corpo docente pelo muito que vem fazendo e pelo grande exemplo que proficuamente vem trazendo ao ensino do Brasil. (ESTANDARTE CRISTÃO, março de 1968, p. 11)

Em agosto de 1967, o diretor Eloy Guimarães introduziu um circuito interno de televisão, sendo o primeiro colégio particular no sul do país a instalar uma rede interna de televisão com fins educativos, beneficiando seus 1.200 alunos. Naquele ano transmitiu em conjunto com a Escola Técnica Federal de Pelotas, pelo Canal 8 – a TV Santa Margarida, os desfiles da Semana da Pátria. Foi a primeira transmissão televisiva feita por uma instituição da Igreja Episcopal no Brasil. Era também plano do diretor instituir cursos de nível superior, o que não chegou a se concretizar.

n) Instituto do Povo

Localidade e ano de fundação: São Francisco de Paula/RS, 1934

Fundador: Pedro Duarte Barcellos

Com base nas notas de Kickhöfel (2000), pode-se dizer que era uma escola de ensino técnico-profissionalizante, vinculada à Paróquia da Bênção Divina. Foi construída e dirigida por iniciativa particular de seu fundador, Pedro Duarte Barcellos, catequista da paróquia e influente líder na cidade. Tinha o apoio da Igreja, mas nenhuma relação administrativa para com esta. Dedicada à educação popular, seus vários departamentos incluíam alfabetização, artes,

marcenaria, trabalhos manuais femininos e artes domésticas. O ato inaugural foi presidido pelo bispo William Thomas e a entrega do estabelecimento à Prefeitura Municipal foi feita pelo Arcediago Américo Vespúcio Cabral. Em 1946, os cultos da paróquia eram realizados nas dependências do Instituto, enquanto a igreja mudava de lugar e era construído o seu novo templo.

o) Instituto Livramento

Localidade e ano de fundação: Santana do Livramento/RS, 1941

Fundador: Orlando Batista

Em 1976, o Bispo Diocesano Dom Olavo Ventura Luiz menciona em seu relatório ao concílio a perfeita integração existente entre o Instituto Livramento e a Paróquia do Nazareno, resultando na decisão de muitos alunos e professores de seguirem a Jesus Cristo. Aliás, as instituições educacionais e assistenciais da igreja tinham sido criadas com esse objetivo: formar o homem integralmente e aproximá-lo de Deus, mas sem a obrigatoriedade de se filiarem à Igreja Episcopal.

p) Instituto São João Evangelista

Localidade: Pinheiro Machado/RS, 1945

Fundador: Reverendo Antônio Joaquim Teixeira Guedes

Em 15 de março de 1945, o Rev. Guedes pronunciou diante do prédio da Loja Maçônica Luz e Ordem o discurso inaugural do Instituto São João Evangelista, entregando a sua direção ao catequista Ney Azevedo. Em 1955, foi criado o curso comercial básico e foram construídas duas novas salas no prédio paroquial, onde funcionava o referido curso.

Na década de 1950, a Igreja deu grande ênfase e valor à Educação e recomendou que as paróquias que ainda não estavam cooperando para o crescimento da Igreja nesse setor estudassem essa possibilidade. As escolas constituíam meios seguros de expansão missionária, ao mesmo tempo em que participavam do desenvolvimento intelectual, social e moral do povo. O Instituto fechou no final da década de 1960, por dificuldades financeiras. Antes, porém, contou com o trabalho de outro Reverendo que se salientou como Reverendo e

Mestre maçom, tanto na cidade de Pinheiro Machado como na de Jaguarão, o Reverendo Helondino Alves de Oliveira.

Helondino começou seu trabalho pastoral na cidade de Bagé, sendo, alguns anos após, designado para a Paróquia de Pinheiro Machado, onde construiu o atual templo, com apoio dos paroquianos e da maçonaria, e adquiriu, por meio de doações, vários prédios para a Igreja, com a renda dos quais foi possível atender o trabalho assistencial e promover cursos profissionalizantes gratuitos, abertos à comunidade. Após, foi transferido para Jaguarão, onde continuou seu profícuo trabalho até sua passagem para o *Oriente Eterno*. Criador da Cidade dos Meninos de Jaguarão promoveu cursos de Iniciação Profissional com a Legião Brasileira de Assistência e Fundação Sul-Rio-Grandense de Assistência. Maçom ativo e Reverendo dinâmico recebeu várias medalhas e honrarias, embora se mantivesse com espírito modesto de homem simples e afável. Abandonou suas propriedades rurais em Piratini e Pinheiro Machado e dedicou toda a sua vida ao trabalho de Deus. (Vide FOTOS nos Anexos).

q) Cidade dos Meninos de Bagé

Localidade e ano de fundação: Bagé/RS, 1946

Fundador: Reverendo Antonio Guedes

Em 20 de outubro de 1946, o Rev. Antonio Guedes fundou, com o apoio da Loja Maçônica Sigilo Nº 14, a Cidade dos Meninos de Bagé, internato masculino para as classes menos favorecidas. Inicialmente destinava-se a meninos órfãos, mas o contexto de Bagé precisava que abrangesse também a menores carentes, o que logo aconteceu. Instalou-se em uma chácara a 4 km da cidade, doada pela Família Oberst (Eugênio Oberst era maçom), medindo um hectare, com terras boas para plantio. A entidade mantenedora foi a Legião da Cruz da Paróquia do Crucificado, onde o Reverendo Guedes foi Reitor por 50 anos. A Legião da Cruz era uma associação composta por membros da Igreja que se dedicavam não só a atividades religiosas, mas também cívicas, literárias, recreativas e até financeiras e assistenciais (KICKHÖFEL, 1995, p. 322). A *Legião da Cruz* foi organizada originalmente pelo Rev. Américo Cabral, em 1900, na Igreja da Trindade em Porto Alegre (DUVAL DA SILVA, s/d, p.

245), e após criada em outras paróquias da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Pelas dificuldades pelas quais passava a Paróquia, o Rev. Guedes não conseguiu de imediato professores em número suficiente e uma escola para os meninos, mas conseguiu *um professor*, membro da Igreja, que lá ministrava aulas como voluntário (ver figura 41). Em 1956, Guedes conseguiu, junto ao Governo Municipal, que fosse criado um Grupo Escolar na Cidade dos Meninos. Durante quase 10 anos, esta funcionou com o nome de *Grupo Escolar Anexo à Cidade dos Meninos de Bagé*. Nesta ocasião, embora o internato continuasse sendo masculino, o Grupo Escolar foi aberto à população da redondeza (Vilas São Martim, Hidráulica e São Domingos), com uma particularidade: o Grupo recebia professoras municipais, e o prédio e o parco mobiliário eram da Instituição. As aulas foram abertas também às meninas dos bairros periféricos já citados.

A Legião da Cruz, presidida pelo Rev. Guedes e contando com o apoio da Loja Maçônica Sigilo Nº 14, providenciou para que os alunos, além das séries de 1º ao 5º ano primário, tivessem também uma formação profissional em turno inverso: os meninos participavam do aprendizado nas oficinas de Carpintaria, Marcenaria, Olaria, Fábrica de Tijoletas, aprendendo a cultivar a horta, a pocilga e o aviário. Estas aulas profissionais receberam o nome de Escola Profissional São José; para as meninas, foi criada a Escola Profissional Santa Maria, também nas dependências da Cidade dos Meninos, com cursos de corte e costura, bordado, crochê, tricô, trabalhos artesanais em madeira, pintura em tecido e aproveitamento de sucatas. Aos alunos externos, foi propiciado um semi-internato, pois poderiam ficar todo o dia na Instituição, recebendo as refeições: café da manhã, merenda, almoço e merenda da tarde. Os que residiam mais próximos ficavam para o jantar.

Aos poucos, do primeiro hectare de terra doado pela Família Oberst, a Cidade dos Meninos foi sendo ampliada por doações anônimas (em geral de maçons) e pelos trabalhos de campanhas comunitárias, junto à sociedade bajeense, chegando a estender-se por mais de sete hectares. Constava sua estrutura de grandes jardins, pequenos bosques de árvores nativas e exóticas, árvores frutíferas e flores das mais variadas espécies. Sem muros e sem porteira fechada durante o dia, era comum pessoas da comunidade passearem

por lá aos finais de semana e levarem doações para as crianças. Não era um bloco monolítico: os prédios iam sendo agrupados em pequenas distâncias, de forma artística, constituindo uma verdadeira *cidade*. Talvez por isso, pela sensação de liberdade e contato com a natureza, raríssimos eram os casos de meninos que saíam de lá antes de completarem 18 anos. Muitos prestavam o serviço militar e voltavam para lá, para atuar como monitores e funcionários, pois era o *lar* que conheciam...



Fig. 42 – Bagé/RS, 12 de abril de 1947 – o primeiro professor (voluntário) e os primeiros alunos da Cidade dos Meninos, recebendo aulas de um professor voluntário. (O professor não quer que ser identificado, diante de seu princípio maçônico de que fazer o bem é “compromisso assumido, ninguém tem saber”; porém, concedeu entrevista para este trabalho – entrevista em janeiro, 2008, Bagé/RS, estando com mais de 80 anos em 2008). Foto retirada do arquivo particular do Rev. Guedes.



Fig. 43 - Foto dos alunos da Cidade dos Meninos de Bagé com o Professor Orlando Poschi e suas filhas. Década de 1950.

r) Escola Rural Antônio Machado Fraga

Localidade e ano de fundação: Nova Santa Rita/RS, 1946

Fundador: Ernesto João Bernhoeft

Dispõe-se de poucos dados acerca dessa Escola Rural, instalada na então Santa Rita, à época localidade de Canoas. Foi fundada em 19 de maio de 1946, pelo Rev. Ernest J. Bernhoeft, pároco da Igreja do Calvário, que contou com o auxílio decisivo do Bispo Athalício Pithan e do Rev. Antonio Guedes (ambos maçons, como o Rev. Bernhoeft), conforme registra o Estandarte Cristão de 1º de julho de 1946.

Sabe-se ainda, também através do periódico oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, que essa escola oferecia curso primário completo à comunidade rural onde fora instalada e que seu sucesso inicial causou um certo constrangimento perante a Igreja Católica Romana na região.

s) Escola Primária Gabrielense

Localidade e ano de fundação: São Gabriel/RS, 1947

Fundador: Legião da Cruz de São Gabriel

Em 23 de março, foi inaugurada a Escola Primária Gabrielense, conhecida como Aula do Pobre, numa iniciativa da Legião da Cruz com o apoio

da sociedade gabrielense. Ao mesmo tempo, a Legião da Cruz inicia a construção do segundo pavilhão da Aula do Pobre, com o objetivo de instalar no futuro uma escola de artes e ofícios. A comissão central que coordenava a Aula do Pobre era presidida pelo cônsul uruguaio, Victor Aguiar, que com seu prestígio conseguia valiosas ofertas para a manutenção e continuidade da escola. Aguiar era um grande amigo da igreja. Ele mandou pintar a Capela do Bom Pastor, na Vila Pelotense, dando-lhe um novo e bonito aspecto. A Legião da Cruz inicia uma campanha especial em favor da Escola Primária Gabrielense, visando angariar fundos para completar o segundo pavilhão, já em vias de conclusão, destinado a abrir o curso de artes e ofício. Mas o segundo pavilhão só foi inaugurado em 15 de abril de 1951. Começou com 68 alunos. A escola era gratuita e proporcionava aos alunos uma sopa no turno da manhã e merenda no turno da tarde. Era mantida pelos sócios da Legião da Cruz, por ofertas especiais e uma subvenção mensal da Legião Brasileira de Assistência. A escola ficava no bairro São Clemente, ao lado da Capela da Luz. Eram professoras a eclesiana Orfila de Oliveira Santos e Edméa Vieira. O diretor era o Rev. Sírio Joel de Moraes (maçom), pároco em São Gabriel. Em 1954 foi criado o curso supletivo noturno.

t) Escola Paroquial São Lucas

Localidade e ano de fundação: Rio Grande/RS, 1950

Fundador: Olga Freitas

Na Missão de São Lucas, fundada em 23 de setembro de 1950, no bairro Getúlio Vargas (ex-Vila Cedro), em Rio Grande, pela eclesiana Olga Freitas, durante o pastorado do Rev. Nataniel Duval da Silva (filho do Rev. José Severo da Silva, já mencionado), funcionou uma escola primária gratuita. Os jovens da UME (União da Mocidade Episcopal) ministravam aulas de alfabetização para adultos. Tinha sede própria, que lhe foi concedida em 1963 sem escritura, por se encontrar em propriedade do governo. Segundo Kickhöfel (2000), a última referência encontrada nos arquivos da Igreja data de 1970, ano em que a escola tinha mais de 150 alunos.

u) Escola Primária Américo Vespúcio Cabral

Localidade e ano de fundação: Camaquã/RS, 1954

Fundador: Alipio Ignácio Mattos

Mencionada de passagem no Estandarte Cristão de outubro de 1961. Até o momento não foi possível conseguir mais dados sobre o educandário, que hoje não mais existe. Sabe-se que foi a primeira escola primária não católica-romana estabelecida na cidade de Camaquã.

v) Colégio e Escola Normal Jacob Renner

Localidade e ano de fundação: Montenegro/RS, 1954

Fundador: Rev. Ernesto João Bernhoeft

Quando em 1950 chegou a Montenegro o Rev. Ernesto João Bernhoeft, ninguém imaginava que a missão da Igreja Episcopal na cidade iria entrar numa nova fase – a fase educacional. Homem determinado e otimista, Bernhoeft deu grande impulso às atividades educacionais e assistenciais na cidade. Em 1951, fundou a Legião da Cruz na cidade, para manter o Abrigo Nestor Bender. Em 1952, inaugurou a Escola Primária Cruzeiro do Sul, que foi o ponto de partida da grande obra por ele deixada e que resultou no que chegou a ser o Colégio e Escola Normal Jacob Renner. A Legião da Cruz que foi a entidade mantenedora da escola até agosto de 1966. Consolidada pelo idealismo de seu fundador durante mais de uma década e pela direção firme de seu diretor, Rev. Richard Burrus Lindner, o Jacob Renner foi uma instituição que prestou relevantes serviços à comunidade montenegrina. Era o único estabelecimento de ensino que possuía os cursos clássico e científico. Em 1966, foi criada a Fundação Montenegrina de Ensino e Pesquisa, sucessora da Legião da Cruz na cidade, para manter o Colégio e Escola Normal Jacob Renner e outros estabelecimentos de ensino que viesse a organizar.

w) Escola José Gomes Filho

Localidade e ano de fundação: Bagé/RS, 1956

Fundador: Rev. Antônio Joaquim Teixeira Guedes

A partir do Grupo Escolar que funcionava na Cidade dos Meninos de Bagé, em 1967, foi inaugurado um novo prédio e, em convênio com o Governo do Estado, começou a funcionar também o Ginásio. Para tanto, a Cidade dos Meninos recebeu do maçom José Gomes Filho e de seus familiares os valores necessários para a construção de um novo prédio para funcionar a Escola. Assim, tendo falecido José Gomes Filho, o Rev. Guedes resolveu homenagear o grande benfeitor, dando seu nome ao Grupo Escolar e Ginásio. Com a Reforma do Ensino (Lei 5.692/1971), a escola passou a denominar-se Escola de 1º Grau José Gomes Filho. A Escola, como desde o início, mista, atendia aos internos da Cidade dos Meninos e à comunidade dos arredores.



Fig. 44 – Reverendo Antonio Guedes dando a bênção na frente do Prédio da Escola, comemorando mais um aniversário de construção do prédio. Foto retirada do Arquivo da Escola. (Foto de 1990)

x) Escola Bispo Thomas

Localidade e ano de fundação: Cacequi/RS, 1961

Fundador: Josué de Souza Bezerra

Considerada a melhor escola diária da cidade, contava com mais de 150 alunos já no segundo ano de funcionamento. Em 1962, foi inaugurado novo prédio da escola, construído nos fundos da igreja, uma doação do governo do Estado, ampliando em muito as condições da igreja de oferecer instrução

gratuita às crianças pobres da cidade. Fechou a escola primária e abriu uma escola de comércio, pois havia sobra de vagas em escolas primárias na cidade, mas faltava uma escola de nível médio. Foi fechada em 1988, por motivos financeiros. O bispo diocesano nomeou um grupo de trabalho para dar destino e aproveitamento do prédio existente, que continuou a serviço da comunidade.

y) Instituto Educacional Santo Agostinho (IESA)

Localidade e ano de fundação: Caxias do Sul/RS, 1968

Fundador: Eurico Octávio Daudt

Preparava os alunos para os chamados exames de madureza nos ciclos ginásial, clássico e científico. O objetivo era dar nova oportunidade àqueles que haviam deixado de estudar ou que haviam se atrasado no estágio escolar regular. Algumas disposições das leis que regiam a Educação Brasileira na época possibilitavam que o aluno terminasse o primeiro ou o segundo ciclo em quatro meses, e davam também condições de fazer o vestibular sem maiores problemas, pois o curso funcionava também como uma espécie de pré-vestibular. O IESA era a única instituição do gênero na cidade e mantinha convênio com instituições de Porto Alegre que forneciam material didático e orientação pedagógica. O IESA conduzia o aluno desde o ginásio até a universidade, reduzindo o tempo de estudo. Era uma forma nova e dinâmica de estudar, num ambiente alegre e acolhedor, em instalações modernas e adequadas em que os alunos ouviam música no início de cada aula por um sistema de som instalado nas salas. O corpo docente era formado por 21 professores, todos de nível universitário, alguns com curso de pós-graduação na França e nos Estados Unidos. O curso ajudava nas despesas da paróquia da Virgem Maria, fundada em 1951, que era a única da Diocese Meridional em condições de contribuir para o sustento do ministério de tempo parcial. Daudt buscava um novo conceito de paróquia. Kickhöfel (2000) faz uma análise da relevância do IESA para a comunidade e informa que o Instituto era uma nova tentativa de buscar novas formas de ação missionária, numa época em que as pessoas esperavam da Igreja ações bem concretas. Em Caxias do Sul, a maioria dos salões paroquiais das outras igrejas eram salas de diversão, onde o povo fazia chás, quermesses, jogos e outras promoções sociais, que não

resolviam os problemas fundamentais do homem. De repente, surgiu uma igreja com um curso que muda a vida das pessoas. Começa então o interesse não só pelo curso, mas também pela própria igreja.

z) Escola Professora Melanie Granier

Localidade e ano de fundação: Bagé/RS, 1911, mas adquirida e reestruturada pela Igreja Episcopal do Brasil em 1970

Fundadora: Prof.^a Melanie Granier – adquirida para a Igreja Episcopal pelo Rev. Antônio Joaquim Teixeira Guedes

A Escola Professora Melanie Granier foi fundada por esta em 08 de outubro de 1911. Melanie, filha de franceses, nasceu em Bagé, em 16 de outubro de 1876. Professora dedicada e preocupada em possibilitar às jovens *de classe média e popular* uma educação nos moldes da França, enfatizava o estudo *do francês e das boas maneiras*. Inicialmente a Escola funcionou em prédio alugado, situado na Rua Barão do Triunfo, nº 815, com o nome de “Perseverança”, com o lema: *Perseverar é vencer*.

Melanie implantou a Escola para moças, seguindo os mais rígidos moldes franceses de educação para a época; com o passar dos anos, Melanie quis transformar a Escola em Ginásio, o *Ginásio Perseverança*, o que foi conseguido através da oficialização pelo Governo Federal em 1946. Melanie, sendo solteira, lutou com dificuldades para afirmar sua escola em uma sociedade machista por excelência, com a de Bagé da sua época.

Segundo Fagundes (2005), em 1951, Melanie adquiriu um amplo prédio, erguido em 1973, situado na Rua Flores da Cunha n.º 156 (comprado depois pela Paróquia do Crucificado e onde a escola se mantém até hoje). Melanie faleceu em 11 de setembro de 1958. Em 1970, seus herdeiros ofereceram o prédio e a Escola para a já mencionada Legião da Cruz de Bagé, vinculada à Matriz do Crucificado, presidida pelo Rev. Antonio Guedes. A escola precisou ser remodelada tanto no espaço físico como no pedagógico. Guedes assumiu o desafio de remodelar e modernizar a escola, agora pertencente à Igreja Episcopal Anglicana, tendo este dado o nome de Professora Mélanie Granier à Escola. Melanie Granier dedicou-se à educação por 64 anos. Além de

seu nome ser dado à sua Escola, em Bagé, segundo Fagundes (2005), foi também dado a uma Escola em Porto Alegre, no bairro Menino Deus.

Em 1978, sob a direção do professor Carlos Müller, a escola estava se desenvolvendo e organizando para poder prestar melhor serviço em educação formativa e atender à Lei nº 5.692/1971. A título de informação, em outubro de 2000, a escola foi reinaugurada, já que desde o ano anterior vinha sendo administrado pelo já referido Instituto Barão do Rio Branco (também pertencente à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil), de Erechim. O ato inaugural que deu nova autonomia administrativa envolveu também o lançamento de uma campanha “Bagé Muito Melhor” promovida pelos alunos da escola. Também houve uma mesa redonda com a presença dos prefeitos dos dois municípios e outras lideranças, tendo o apoio de emissoras de rádio de Bagé e de Erechim.

Essas foram as principais instituições de ensino criadas pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no estado do Rio Grande do Sul. Também foram criadas diversas escolas paroquiais para as primeiras letras e aulas noturnas, além das escolas dominicais, mas de menor importância. Nos outros estados brasileiros há também um grande número de escolas e Instituições.

Embora algumas tenham ultrapassado a periodicização deste trabalho, foram aqui apresentadas *an passant*, apenas para exemplificar o trabalho educacional da Igreja Episcopal/Anglicana e ratificar a importância da educação para esta.

Foram escolas confessionais, mas não sectárias. Nada há que prove o contrário dessa assertiva.

Então, questiona-se, por que tanto empenho da Igreja Episcopal/Anglicana em unir-se à Maçonaria, na luta pela educação laica no Brasil? Parece que se tem aqui um paradoxo. Entretanto, ao mesmo tempo em que as escolas paroquiais eram confessionais, entendiam os Bispos e Reverendos (ao menos no início do século XX) que a Escola Pública deveria ser laica, obedecendo o princípio da liberdade de consciência e de livre pensamento, ideal comum também à Maçonaria brasileira. Estas instituições, acompanhadas por outros segmentos da sociedade, não queriam fomentar o ateísmo, mas sim a liberdade religiosa. Para isto, fazia-se necessário romper a

hegemonia da Igreja Católica Romana nas escolas públicas, assim como seu papel de destaque em todas as solenidades oficiais, pois, não sendo mais a Religião Oficial do Brasil, mantinha sua presença como se assim o fosse. Entretanto, reforça-se que, após o Concílio Vaticano II e principalmente pelo espírito ecumênico e acolhedor de João Paulo II, os não-católicos passaram a ser vistos também como *pertencentes ao Rebanho de Deus*, havendo, até mesmo por uma questão de sobrevivência das Igrejas cristãs e dos credos monoteístas, uma necessidade de aproximação. E, nesta necessidade de aproximação, até mesmo as condenações papais contra a Maçonaria, embora não deixassem de existir, foram sofrendo o crivo de uma visão mais compreensiva e de aceitação em relação à Ordem, embora Kloppenburg (2000) afirme que, segundo a Igreja Católica Romana (pela Santa Sé), o cristianismo e a Maçonaria são inconciliáveis, assim também pensando algumas Igrejas Protestantes/Evangélicas, no todo ou por parte de um razoável número de seus adeptos.

Nos ANEXOS colocou-se uma TABELA onde aparecem as Escolas fundadas pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no Rio Grande do Sul, por Ordem Cronológica, até 1970.

4 O ESTANDARTE CRISTÃO

Com a finalidade de corroborar as hipóteses até agora apresentadas, passa-se à análise do Estandarte Cristão, que acompanha *pari passu* a História da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil. O Estandarte Cristão foi e é considerado um importante *documento-fonte*, inclusive basilar para esta investigação, sendo analisadas suas edições de 1901 a 1970.

4.1 O Estandarte Cristão – Periódico Oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Os missionários William Brown e James Morris, que vieram ao Brasil para difundir a então Igreja Episcopal Brasileira, sentiram necessidade de registrar o trabalho aqui realizado. Criaram, então, em janeiro de 1893, em Porto Alegre, o *Estandarte Cristão*, cujo nome se conserva inalterado até o presente (2010) e continua em circulação.

O periódico se ***tornou oficial como representativo da Igreja, como material de divulgação e também como fonte histórica***. Além de documentário e informativo, teve também a função de levar a todos os recantos do Brasil (e até fora dele) noções básicas da Teologia cristã e da História da Igreja Episcopal Anglicana.

As pouquíssimas interrupções de publicação que houve ao longo da trajetória do periódico, deram-se por falta de verbas para a impressão; quando isto acontecia, o povo episcopal se arregimentava para angariar fundos para que os novos números trouxessem notícias, embora atrasadas, que compensassem os números faltosos, tanto com informações como com orientações espirituais. O Estandarte Cristão, durante alguns períodos de sua

trajetória histórica, contou com o patrocínio de simpatizantes, membros ou não da Igreja, e também, segundo entrevista realizada com X.X.²⁰, contou com o auxílio de integrantes das Lojas Maçônicas para que sua publicação não fosse interrompida.

A primeira sede do Estandarte Cristão foi Porto Alegre. A segunda, Rio Grande, e a terceira, Pelotas (todas as cidades situadas no Rio Grande do Sul). Perto da segunda metade do século XX, voltou a ser editado em Porto Alegre. Ficaram à testa de sua direção homens como Severo, Cabral, Krischke, Barcellos da Cunha, Dr. Mozart de Melo e outros, de grande relevância nos meios episcopais e nas cidades onde viveram.

Durante cerca de 30 anos, o Estandarte Cristão foi dirigido pelo Venerável Arcediago Reverendo José Severo da Silva, Reitor da Igreja do Redentor, em Pelotas, maçom ativo e Obreiro da Loja Maçônica Fraternidade Nº 3, na mesma cidade. Em 1923, em Pelotas, o periódico passou a ser impresso em oficinas próprias da Igreja Episcopal Brasileira. Em 1929, o Estandarte Cristão foi transferido para Porto Alegre, mas suas oficinas continuaram em Pelotas e formaram a então chamada *Imprensa Episcopal*. Após a morte do Rev. Severo, em 1939, até mesmo a Imprensa Episcopal foi levada para Porto Alegre.

A necessidade de um veículo de comunicação teve, a princípio, o objetivo de unir o povo episcopal do Brasil, pois, pela grande distância territorial e os meios de locomoção precários, fazia-se imperioso que a Igreja mantivesse sua unidade de pensamento e as informações fossem conhecidas por todos os seus membros.

Muitos dados interessantes sobre a História e a Vida da Igreja Episcopal no Brasil são encontrados no Estandarte Cristão. Entretanto, o objeto de análise no Estandarte Cristão é o que se refere à História da Educação (ali registrada em vários aspectos), à Igreja Anglicana no âmbito educacional e às menções explícitas ou implícitas ao trabalho conjunto com a Maçonaria, pois este é o foco a que este trabalho se dispõe: História da Educação, Maçonaria e Igreja Anglicana – imbricações, contradições e paradoxos, o tripé sobre o qual se apóia esta tese.

²⁰ Entrevistado maçom e anglicano, que não quis ser identificado.

Da mesma forma que o Estandarte Cristão é um documento-fonte de informações que apresenta fortes indícios da afirmação acima, é um documento oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, numa forma de comprovação do que vem sendo aqui afirmado. Pela complexidade do tema, a leitura se dará ora com ênfase na Análise do Discurso, ora pela Análise do Conteúdo, tendo sido realizadas triangulações com outros documentos da época, como Atas de Concílios, Jornais, Periódicos e documentos que se encontram em Arquivos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e de particulares, sendo usados ainda documentos cedidos para pesquisa pela Biblioteca da Loja Fraternidade Nº 3 (Pelotas – RS), para confrontação com os dados do Estandarte Cristão.

Para efetuar a análise desse documento, optou-se por dividir os achados em categorias relacionadas aos pontos que se busca provar com essa tese: preocupação da Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil com a Educação; ensino religioso no Estandarte Cristão; educação da mulher no Estandarte Cristão; educação ao acesso das camadas populares no Estandarte Cristão; educação de adultos no Estandarte Cristão; grandes instituições de ensino episcopais/anglicanas no Estandarte Cristão; métodos pedagógicos utilizados pela Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil em suas instituições de ensino; Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil e Maçonaria; Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil e Igreja Católica Romana; Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil e Estado Laico; Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil e outras denominações religiosas; Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil como Igreja Nacional. Tais assuntos estão direta ou indiretamente relacionados com o que se pretende provar pela presente investigação, de maneira que se acredita ser mais fácil analisar a comprovação de cada um dos pontos que se quer demonstrar congregando os achados nestas categorias, o que também facilita a compreensão da evolução do pensamento da Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil ao longo dos tempos em relação a cada um deles, através da análise do discurso e/ou análise do conteúdo, conforme se considerou o mais apropriado para as categorias em questão.

4.2 Estandarte Cristão e preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a Educação

Desde o início da leitura das edições do Estandarte Cristão, percebe-se a forte preocupação da Igreja Episcopal com a educação, demonstrada em seu periódico oficial. Essa preocupação não se restringia à educação formal, mas também à promoção de sessões literárias e de realização de atividades como teatro e música. Nota-se nos Estandartes Cristãos publicados desde 1901 um grande incentivo à cultura, não só entre os membros da Igreja (homens e mulheres), mas aos clérigos em geral, haja vista as várias Sessões Literárias e reuniões para debates sobre literatura, questões sociais e morais e a política nacional e mundial. Essas reuniões culturais envolviam os jovens e adultos em debates sobre questões históricas, provocando a reflexão através dos questionamentos realizados.

A preocupação com a educação tinha também caráter político, ou seja, o exercício da cidadania para a plena consecução da democracia na vida nacional. Um editorial publicado no jornal da igreja em 1912 afirmava:

Cuidar da educação é cuidar das fontes da democracia. Não pode haver democracia, enquanto 80 por cento da população é analfabeta. Povo analfabeto é povo passivo que só terá governos despóticos, quer pela força armada, quer pelo desprezo à soberania nacional. (ESTANDARTE CRISTÃO, 15/02/1912, p.1).

No exame do periódico, encontra-se inúmeras vezes manifestações demonstrando preocupação com a educação e destacando a importância desta para a Igreja, não apenas como meio de propagar suas idéias, mas também como forma de fazê-la conhecida por suas obras em prol das comunidades. Passa-se a exemplificar, com excertos retirados de diversas épocas do periódico.

Nas páginas 1-2 da edição de 20 de janeiro de 1924, encontramos mais uma demonstração de preocupação com a educação, na qual o Rev. Severo enfatiza a importância da Escola Dominical e das escolas primárias que ensinassem um curso de instrução elementar **paralelo à educação cristã**:

Preparemos os seus professores. [...] Um outro assumpto que merece especial registro é a necessidade latente de Escolas Parochiaes [...] As escolas com um curso elementar já prestariam ás parochias inestimáveis serviços. Uma verdadeira educação ministrada, ao lado da instrucção fornecida por professores de caracter christão, e ao mesmo tempo conhecedores dos modernos methodos pedagogicos, prepararia para cada parochia uma situação privilegiada, dando-lhe novas oportunidade, novas sympathias, dilatando, enfim, paulatinamente, a sua esphera de acção. [...] Nosso brado contínuo é: - Escolas! Escolas! Escolas! [...] Precisamos igualmente tratar de editar e distribuir profusamente folhetos de propaganda e instrucção.

Na edição de 10 de dezembro de 1924, página 8, o Estandarte Cristão traz uma menção enfática à necessidade de uma Escola Doméstica, um Orfanato, Escolas Paroquiais, Hospitais.

Na edição de 20 de junho de 1925, página 2, o Rev. Severo escreve, sob o pseudônimo de Erasmo de Tarso²¹:

Temos necessidade urgente de estabelecer em cada parochia uma escola diaria. É um ponto de magnitude tal que se torna desnecessario estarmos aqui a enfileirar argumentos para demonstral-o. [...] Meditemos nas palavras ponderaras e sabias de Mulins, o christão eminente: “Uma denominação que descure das suas escolas e não faz provisão para a sua propria força dirigente, inevitavelmente terá que soffrer uma derrota neste tempo em que todas as corporações religiosas estão cuidando de desenvolver e melhorar seus fundamentos educacionaes. Estamos debaixo da influencia destas normas, que sempre tendem a crescer. Quer queiramos, quer não – sentiremos o seu poder.” (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/06/1925, p. 2)

Mais uma vez demonstrando a preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a propagação da cultura, a edição do Estandarte de 15 de janeiro de 1934 traz, na página 2, artigo do Rev. João Timotheo da Silva, intitulado “Medo ou Ignorância?”, do qual se destaca o seguinte trecho:

Um povo que não lê é um povo que não progride. [...] O povo precisa lêr, mas lêr com intelligencia e sem preconceitos. Foi-se o tempo em que o sacerdote era o oraculo que guiava multidões de analphabetos, jogando-as de encontro às melhores conquistas do espírito humano.

Na mesma edição, página 4, o artigo “A Juventude na Igreja”, de Virgínio Pereira, volta ao tema: “Outra cousa imprescindivel é uma literatura

²¹ Erasmo de Tarso era um dos pseudônimos utilizados pelo Rev. José Severo da Silva, conforme está publicado no Estandarte Cristão de 30/06/1935, página 2.

própria, livros e revistas que encerrem ensinamentos vasados em linguagem adequada e atraente.”

O Estandarte Cristão de 30 de agosto de 1925, na página 7, noticia a ousada iniciativa do Rev. João Batista Barcellos da Cunha, pároco da Igreja da Trindade, São Leopoldo, na criação de uma **classe normal**, a cargo da Professora Hilda Weber, visando à preparação de professores (cujas atividades são mencionadas na edição de 10/10/1925, na página 9).

Também se percebe a preocupação da Igreja Episcopal Brasileira em regularizar suas escolas, a fim de que os diplomas por elas fornecidos fossem melhor aproveitados para as carreiras profissionais de seus alunos. O Estandarte Cristão de 29/02/1932, na página 3, transcreve notícia do jornal Correio do Povo de Porto Alegre sobre a segunda visita de inspeção prévia pelo Departamento Nacional do Ensino no Colégio Cruzeiro do Sul, e informa que o inspecionante, Dr. Aristides Casado, recomendava a oficialização do instituto em seu relatório. O Estandarte Cristão de 15 de julho de 1932, em sua página 13, dá a notícia da oficialização do Colégio Cruzeiro do Sul pelo Conselho Nacional de Educação, conforme decreto nº 21.241 de 4 de Abril de 1932.

A edição de 15 de julho de 1935 informa que o Bispo da Igreja Episcopal Brasileira nomeara um Secretário de Educação, vinculado ao Conselho de Educação da Igreja Episcopal Brasileira, demonstrando a importância que o trabalho educacional tinha para a Igreja. Tal Secretaria, conforme se verificará em outras edições posteriores do Estandarte Cristão, teria a seu encargo várias tarefas, entre elas a de analisar caso a caso a concessão de bolsas de estudos requeridas por candidatos às instituições de ensino da Igreja que eram pagas.

A preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a educação volta a transparecer no artigo “O Problema Educacional”, de Athalício Pithan, publicado em 30 de janeiro de 1936, do qual se destaca o seguinte trecho:

Ao lado de cada Igreja é preciso que surja uma escola. Dentro de cada escola, professores idoneos e crentes, que saibam dirigir o coração e a mente dos alunos para o Bem e para a Verdade, sob o influxo salutar e inspirador do espírito, que sobreleva a matéria. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1936, p. 2 – grifo acrescentado)

A edição de 15 de julho de 1936 traz o artigo “Escola – Mocidade, Futuro e Patria”, do Rev. Mario Olmos, mais uma vez relacionado à preocupação com a educação, que defendia a *substituição de métodos obsoletos de ensino* por “metodos aprimorados que condizem com o grau de evolução da epoca em que vivemos”:

O bom educador, não se demora, por certo, em forçar o estudante, qualquer que seja a idade, a decorar machinalmente – numeros, regras, formulas e nomes; antes se appressa em fazer-lhe conhecer a filosofia do ensino, o seu lado pratico e moral, para a conquista dum futuro prospero e feliz. [...] As escolas a que nos referimos são aquellas que ensinam as letras, desenvolvem os conhecimentos scientificos, cultivam o gosto pelas bellas artes e insuflam o espirito do trabalho perseverante e bemfazejo; são ainda, aquellas que, incrementando a polidez civica e o mais alcandorado sentimento patriotico, não esquecem de apontar para Deus, como paradigma insuperavel da vida: perfeito no saber, justo no tratar os filhos do homem, infinito no poder, longanimo e insondavel no amor. [...] É de escolas bem aparelhadas, mais que de armamento bellico, que nosso povo precisa, para que o Brasil realize o que outros povos de menos possibilidades já realizaram [...] (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/07/1936, p. 8-9)

Ao longo de décadas essa preocupação com a educação se manteve constante. A partir do Estandarte Cristão de 15 de novembro de 1948, passam a ser publicado, em capítulos, trabalho do Rev. Antonio Guedes, incentivando energicamente as paróquias a assumirem trabalhos de assistência social e educacionais. Cita-se alguns trechos da parte publicada na edição de 25 de dezembro de 1948:

Ninguém ignora dois males que nos afligem: analfabetismo e miséria. Ajudemos a combate-los. Organize a Congregação ou Paróquia um Curso de Alfabetização. Uma sala, uma garage, um rancho, um galpão – qualquer local pode ser usado. [...] Se os recursos próprios são poucos, saia a angariar sócios, recursos entre o povo e o comércio. Difícil? Como Bagé, Livramento, São Gabriel conseguiram? Então o segredo é orar e trabalhar. Isso de dizer que não se têm jeito para pedir é comodismo. Ninguém pede para si, nem para a Igreja, mas para o sustendo de uma obra em beneficio da coletividade. [...] A “Escola” pode-se desdobrar em outras ou se transformar num grande educandário. [...] Nas nossas Escolas, hoje em número de 8, já foram alfabetizados mais de 500 brasileiros e hoje temos 607 estudantes. O “Roupeiro Sant’Ana” já distribuiu mais de 3.000 peças de roupa. O trabalho social com os presos, na Cadeia Civil, tem sido uma bênção para eles. A “Cidade dos Meninos”, com seus 45 habitantes, os está preservando da maldade, do vício e da perdição. Por tudo isso dou graças a Deus e digo, agradecido, “Ebenezzer – até aqui nos tem ajudado o Senhor!” (ESTANDARTE CRISTÃO de 25/12/1948, p. 12) [Nota: o trabalho aqui aludido refere-se ao desenvolvido em Bagé].

O editorial da edição da 2ª quinzena de julho de 1953, de autoria do Rev. Orlando Batista, destaca a importância da ação educacional nas obras da Igreja. Trecho:

“Um setor nobilíssimo”, editorial do Rev. Orlando Batista, "Nossa Igreja Episcopal, ramo virente²² da Comunhão Anglicana, desvela-se pela implantação e manutenção de escolas. Traz em si o germe inicial oriundo das armas do Evangelho, cimentado pelos anseios de luz e de conhecimento que a Reforma veio ativar de modo tão característico. A obra educacional, conseqüentemente, levada a efeito pela Igreja é soberba e merece nosso respeito, admiração, interesse e integral apoio. Instruindo, educando, orientando as gerações novas iremos ao mesmo tempo semeando para o futuro, **pois do conhecimento correto de nossa posição no cenário religioso** nascerá o dinamismo das convicções bem formadas, surgirão atestados surpreendentes de realizações várias, e crescerá a Igreja, **salvando nossos patrícios**. (ESTANDARTE CRISTÃO da 2ª quinz./jul/1953, p. 1 - Grifos apostos).

O Estandarte Cristão de setembro de 1958 traz, na página 4, artigo “Ministério do Ensino”, de Carmen Wolff, Secretária de Educação Religiosa da Igreja Episcopal Brasileira, fazendo “um apelo a todos os que nunca participaram da obra educacional da Igreja” para que se tornassem conscientes das oportunidades e necessidades desta e considerassem seriamente a possibilidade de se oferecerem como professores de Escola Dominical. O Estandarte Cristão de novembro de 1959, na página 9, traz o artigo “Educadoras Cristãs” do Bispo Edmundo Sherrill, incentivando o trabalho nas escolas dominicais e em outros trabalhos relacionados ao ensino religioso. Percebe-se, desta forma, uma *insistência sobre o tema* no Estandarte Cristão durante aquele período.

Na edição de agosto-setembro de 1960, páginas 14 e seguintes, o Estandarte Cristão traz as conclusões dos Grupos de Estudo do I Congresso Nacional da Igreja Episcopal Brasileira. As deliberações demonstram a importância da educação para a Igreja, principalmente quanto às que se deram sobre o estudo da tese do Ven. Arcebispo Antonio Teixeira Guedes, “A Igreja em Ação”, havendo o Congresso concluído que a Igreja pode e deve usar seus recursos materiais e humanos para agir nos campos educacional e da ação

²² Virente: palavra usada na Bíblia (Salmo 23, versículo 2) como sinônimo de verdejante, viçoso.

social, sugerindo uma escola por paróquia no mínimo e deliberando-se estudar a possibilidade da criação de uma Universidade Episcopal no Brasil.

A partir dessa época, começam a *surgir divergências dentro do pensamento anglicano expressadas no Estandarte Cristão*. A edição de julho de 1962 traz, nas páginas 3-5, artigo “Assistência Social contra Educação Religiosa”, tradução e adaptação de Osvaldo Kickhöfel, que apresenta uma crítica ao engajamento da Igreja no serviço social quando esta descuida da pregação do Evangelho. Por outro lado, a edição de novembro de 1962, na página 17, traz o artigo do Rev. Glenio Vergara, “Igreja, A Que Serve”, uma defesa da ação social da Igreja, vista por muitos clérigos anglicanos como cumprimento do mandamento de Cristo (amar ao próximo) e como meio de divulgação do Evangelho. Entre ambas, a edição de julho de 1962, nas páginas 8-9, trouxera o artigo “A Responsabilidade dos Leigos”, de Rocchi Sampaio, conclamando os leigos ao estudo teológico, ao trabalho social e ao testemunho do Evangelho. Já no editorial publicado na edição de junho-julho de 1963, “Preocupação Salutar”, o Estandarte Cristão afirma: “Felizmente parece que já passou a época em que se pensava comumente que a religião nada tinha a ver com os problemas sociais.” Na edição de junho de 1964, páginas 10-11, o então Deão Agostinho Guillon Sória (depois Bispo da Igreja Episcopal/Anglicana e maçom) fala sobre a ação social da Igreja Episcopal Brasileira, mencionando vários institutos educacionais, como o Instituto Livramento, fundado pelo Rev. Orlando Baptista, em Santana do Livramento/RS; o Colégio Independência, fundado pelo Bispo Dom Athalício Pithan em Bagé; Cidade dos Meninos de Santa Rita, dirigida pelo Ven. Arc. Nadir Simões de Matos (localidade de Santa Rita, crê-se que Rio Grande/RS); Abrigo Bispo Kinsolving, para idosos, em Rio Grande/RS; Cidade dos Meninos de Jaguarão, em Jaguarão/RS, fundada pelo Rev. Helondino Alves de Oliveira. O artigo tinha o nome de “Influência Salutar”. Por outro lado, foi necessária uma defesa da Igreja Episcopal Brasileira diante de críticas no sentido de que ela não ajudaria os necessitados, apresentada no Estandarte Cristão de abril de 1966, página 8, em artigo do Rev. Côn. Sírio Joel de Moraes.

A preocupação com a educação volta à pauta na edição de janeiro-fevereiro de 1963, onde a página 7 relata reunião de educação religiosa em novembro de 1962, coordenada pelo Rev. Jaci Maraschin. Na mesma página

noticia-se o lançamento da Cruzada Evangélica da Alfabetização, promovida pela Confederação Evangélica do Brasil, com o *slogan* “Alfabetizar é iluminar mentes.” A mesma edição, na página 14, traz propaganda da Casa do Estudante da Igreja Episcopal Brasileira, local próximo a várias faculdades em Porto Alegre. A inauguração da Casa do Estudante é noticiada na edição seguinte, p. 2, “sob os auspícios da Diocese Meridional”. A edição de janeiro-fevereiro de 1964 traria a notícia da inauguração oficial desse estabelecimento.

O Estandarte Cristão de novembro de 1963 traz artigo de Carmem St. John Wolff, diretora do Departamento de Educação Cristã da Igreja Episcopal dos Estados Unidos que tinha sido missionária no Brasil, “O Problema Educacional da Igreja”, ela enfatiza a busca pela educação baseada na experiência:

O ministro não é aquele que vem ensinar o que os outros não sabem. Ele traz para este encontro de pessoas a sua experiência de ministro, enquanto que outras pessoas trazem a sua experiência de viver no mundo. E esta é a matéria a ser estudada. [...] O nosso propósito é capacitar pessoas reais a viver no lugar onde Deus as colocou no seu mundo. (ESTANDARTE CRISTÃO de novembro/1963, p. 15)

O Estandarte Cristão de março de 1964 traz entrevista com o Rev. Dr. Otacílio M. da Costa, Presidente do Departamento de Assistência Social da Igreja Episcopal Brasileira, em que ele aborda, entre outros temas a Educação, onde planejava ampliar a ação da Igreja Episcopal Brasileira, através de atuação que vinha sendo planejada em conjunto com os diretores de outras instituições educacionais da Igreja, como o Rev. Arc. Antonio Guedes, o Rev. Prof. Diamantino Bueno, o Rev. Deão Agostinho Sória e o Rev. Dr. Gamaliel Cabral.

A edição de agosto de 1966 informa, na página 14, sobre a reestruturação da Secretaria de Educação Cristã, compreendendo Música, Literatura, Escolas Dominicais, Método Audiovisual, Vocações, Cursos de Catequistas e de **Professores**, Conferências do Laicato, etc. Também no interior havia esforços nesse sentido, como se vê na notícia da conferência de leigos na Paróquia do Nazareno (Santana do Livramento/RS), com palestra do Sr. Ney Ribeiro Flores (maçom e paroquiano da Matriz do Crucificado, Bagé),

sobre “A presença do Leigo na vida da paróquia” (ESTANDARTE CRISTÃO de setembro/1966, p. 12).

O Estandarte Cristão de março de 1967 traz, nas páginas 8 a 9, informações acerca da Conferência do Clero da Igreja Episcopal Brasileira realizada em fevereiro de 1967, em Porto Alegre, onde o Rev. Egon Feldens disse que “precisamos (...) habilitar a estrutura clerical para avançar mais eficientemente nas áreas seculares” e defendeu que “nos fazem falta vários cursos especializados além do teológico”. Já o Rev. Guedes, de Bagé, segundo a reportagem, “socialmente integrado nos problemas de sua comunidade”, defendeu o serviço das paróquias à sociedade. Segundo o Rev. Guedes,

A paróquia não pode ser um clube fechado. [...] Tem de servir e envolver a comunidade toda. Não pode ficar indiferente ao que passa a seu redor. Não podemos querer uma igreja bonitinha, limpinha, brilhante [...] enquanto ali, a 200 passos, há miséria, doença e fome. (ESTANDARTE CRISTÃO de 1967, p. 9)

O Estandarte Cristão volta à questão da preocupação com a educação na edição de junho de 1969, que informa, sob o título “Uma tarefa da Igreja: Ensinar” (páginas 8-9), que, por ocasião da 10ª Reunião do Sínodo, havia pouco realizada em Porto Alegre, os bispos da Igreja Episcopal Brasileira enviaram carta pastoral dando ênfase à necessidade de ensino. Transcreve esta carta pastoral, na qual se lê:

É que, a despeito do desenvolvimento fantástico da tecnologia, o homem é pecador, é injusto ou vítima de injustiça, é mortal e precisa ouvir as boas novas de que Deus o ama e redime em Jesus Cristo. Não tema a Igreja o confronto da fé com as ideologias deste século. Antes busque, com diligência, todas as oportunidades para o diálogo em que ambas as partes fiquem se conhecendo mutuamente melhor. (ESTANDARTE CRISTÃO de junho/1969, p. 9)

Mas a preocupação da Igreja Anglicana não se restringia à educação infantil. Destaca-se, ao longo da leitura de setenta anos de edições do Estandarte Cristão, as inúmeras menções a associações que buscavam o aperfeiçoamento espiritual, moral e intelectual e físico de grupos de episcopais, através de encontros voltados à leitura, à arte e ao lazer.

Essa preocupação com a educação sintetizava o pensamento anglicano no sentido de que espírito e matéria não eram necessariamente antagônicos, e a Ciência e a Religião não precisavam se contrapor. O Estandarte Cristão volta ao assunto “religião e ciência” em artigo de José Del Nero, publicado em 30 de novembro de 1938, denominado “O Espírito de Progresso – A causa do mesmo”, destacando que o autor não via o progresso material, intelectual e científico como desprezível:

É que o dever do homem sobre a terra é buscar, perquirir, investigar, aprofundar-se, embora só consiga fracções da verdade intellectual. (...) Ó artistas, literatos, poetas, philosophos, scientistas ensinae-nos, infundi-nos o espirito de progresso que vós tivestes em abundancia. Contae-nos daquellas vozes inspiradas e imperativas que vos diziam – para frente, para frente. Dae-nos de vosso fogo sagrado. Accendei os nossos fachos, vós os que honrastes o Criador que vos vez á Sua imagem e semelhança! (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/11/1938, p. 5-6)

Essa mesma idéia de conciliabilidade entre Religião e Ciência levava os episcopais anglicanos a buscarem o aperfeiçoamento intelectual juntamente com o espiritual, também para seus líderes e para aqueles que fossem se encarregar do trabalho educacional (religioso ou não) da Igreja. O Seminário Teológico da Igreja Episcopal Brasileira também possuía, entre as disciplinas que eram cursadas pelos candidatos às ordens sacras, a de “Liturgia e Educação Religiosa”. No currículo (que também contava com as matérias de Grego, Latim, Lógica, Psicologia, Literatura, Retórica, Poética, História da Filosofia, Ética e Sociologia, Inglês, História Geral, Música, Contabilidade, Novo Testamento Grego, Homilética, Missões, Liturgia e Educação Religiosa, Bíblia, Filosofia da Religião Cristã e História Eclesiástica), verifica-se uma preocupação com a formação dos ministros, que deveria ser ampla e profunda. Essa preocupação com a formação dos reverendos resultou no fato de pelo menos dois deles virem a pertencer à Academia Rio-Grandense de Letras (Egmont Krischke e Athalicio Pithan), havendo outro, o Rev. George Krischke, recebido um prêmio da Academia Brasileira de Letras por seu trabalho “Do recto uso de preposições em lingua portuguesa” (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/05/1938, p. 14). Alguns anos mais tarde, o Rev. Antonio Guedes foi convidado e fez parte da Academia Bageense de Letras.

A Igreja Episcopal Brasileira também se preocupava em habilitar os leigos para o trabalho em suas atividades, o que se verifica ao longo dos anos nas publicações do Estandarte Cristão. Notícia publicada na edição de 15 de abril de 1951, na página 7, informa que a Diocese Sul-Occidental da Igreja Episcopal Brasileira organizara, em janeiro de 1951, um Curso Elementar de Teologia para obreiros leigos. O Estandarte Cristão de julho de 1964 menciona um Curso de Educação Cristã em Porto Alegre/RS, realizado em colaboração com o Movimento do Laicato (dos leigos) da Diocese Meridional, sendo o curso destinado principalmente ao preparo de professores para as Escolas Dominicais (página 3). A edição de agosto de 1964 traz notícia do encerramento do primeiro grupo de estudos e informa sobre o início de outro: o Curso Intensivo para *Catequistas*, destinado a ministros leigos (pessoas que não têm as ordens sacras, mas participam ativamente da vida da Igreja).

A colaboração do elemento leigo na área educacional é destacada no editorial “Educação Cristã e Liderança”, nas páginas 8-9 da edição de agosto de 1964, que menciona o curso com esse nome realizado nos últimos três meses na Diocese Meridional, em cujos alunos se encontravam professores primários, ginasiais, colegiais e universitários, promovido pelo Movimento Diocesano do Laicato²³. Os estudos tinham uma abordagem que incluía a pedagógica e a didática, e tiveram a colaboração de “mestres de grande projeção nos meios universitários”. O Estandarte Cristão de dezembro de 1964, página 5, menciona curso de duração de uma semana que fora ministrado na Catedral do Mediador (Porto Alegre/RS) pelo Rev. Josué Bezerra, Sra. Diva Simões Pires e Manoel F. Dalfollo, preparando os leigos para o trabalho educacional da Igreja. Também a edição de abril de 1966, página 13, informa sobre mais um Curso para Catequistas realizado no Centro Diocesano de Porto Alegre, ocorrido de 14 a 24/02/1966.

Quanto ao ensino regular, também havia iniciativas da Igreja Episcopal Brasileira no sentido de preparar as pessoas para ministrá-lo.

Embora em edições do Estandarte Cristão de décadas anteriores mencionassem um curso normal que funcionara no Colégio Santa Margarida e de outras iniciativas da Igreja Episcopal Brasileira nesse sentido, apenas em

²³ Laicato: o conjunto dos leigos engajados no trabalho ativo da Igreja.

1961 surgiram notícias de preparação oficial de professores proporcionada pela Igreja Episcopal Brasileira. O Estandarte Cristão de maio de 1961, na página 5, sob o título “Uma Grande Notícia Episcopal”, informa a abertura de uma Escola Normal no Colégio Cruzeiro do Sul, noticiada inclusive no jornal Correio do Povo de Porto Alegre/RS em 16/06/1961, onde o autor, Rev. Sydney Ruiz, acrescenta: “significa que, a partir de 1961, a Igreja Episcopal estará produzindo educadores com formação anglicana no Brasil.” Incita também ao estudo: “a Igreja carece de mestres, educadores, líderes intelectuais, religiosos e cientistas”, e ao apoio às Instituições Educacionais da Igreja Episcopal Brasileira, mencionando o Colégio Jacob Renner, em Montenegro, “uma escola gratuita a serviço da coletividade”.

Desde a edição de 15 de fevereiro de 1902, o Estandarte Cristão menciona Sessões Literárias realizadas pela Associação de Santo André (associação formada por membros da Igreja Episcopal), em Santa Maria/RS. Exemplos de temas abordados nessas reuniões: “A força bruta vence o gênio?” (sessão realizada em 30/08/1902); “Quem foi o maior general da Antiguidade, Aníbal ou Alexandre?” (sessão realizada em 27/09/1902); e outros temas históricos ou filosóficos, entremeados por temas cristãos. O Estandarte Cristão também refere sobre sessões literárias realizadas pela “Sociedade Literária de Moços Cristã”, também formada por episcopais, sendo exemplos de temas de debates dessa associação: “O que é melhor, a vida no campo ou na cidade?” (sessão realizada em 30/09/1902, mencionada no Estandarte Cristão de 15/10/1902, p. 4); “O que deve se considerar primeiro, a Pátria ou a Família?” (sessão realizada em 30/10/1902, conforme o Estandarte Cristão de 30/10/1902, p. 3); “Qual é a maior das invenções, a tipografia ou o vapor?” (sessão de 25/11/1902, citada no Estandarte Cristão de 30/11/1902, p. 3). Assuntos polêmicos e de relevância nacional eram tratados em reuniões desses grupos, como a sessão literária da Sociedade Legião da Cruz (também formada por episcopais), onde um debate realizado em Rio Grande/RS, em 14/04/1903, teve o tema: “Deve haver ou não a pena de morte?” onde a questão foi votada pelos participantes, com o seguinte resultado: dez votos contra a pena de morte, e 4 votos a favor (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/04/1903, p. 2). Percebe-se que a Igreja (clérigos e leigos) envolvia-se em assuntos da órbita política, vistos pelo ângulo da fé e moral cristãs.

Na edição de 10 de outubro de 1926, encontramos, relativamente à Paróquia do Salvador, Rio Grande/RS:

A Festa do Livro – A Legião da Cruz está planejando a realização da 'Festa do Livro', para o dia 11 de outubro próximo. A entrada custará um livro destinado á bibliotheca. Além de outros atractivos, haverá uma conferencia sobre – O Livro. Preparem-se, pois, todos para esse novo festival. (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/10/1926, p. 5)

O Estandarte de 15 de março de 1933, na página 9, informa sobre a existência de um Grêmio Literário Evangélico na Igreja do Nazareno, em Santana do Livramento/RS.

Também há diversas notícias sobre palestras voltadas a públicos diversos, como, por exemplo: o Estandarte de Cristão de 15 de junho de 1934 noticia palestra sobre higiene dentária proferida no Colégio Cruzeiro do Sul pelo Dr. Plácido Puccini; a edição de 15 de novembro de 1936 menciona, na página 7, um ciclo de palestras proferidas às alunas do Colégio Santa Margarida, voltado a temas diversos; a de 30 de janeiro de 1939, página 5, que menciona palestra proferida pelo estudante de medicina Samuel Duval da Silva com o tema “O valor da higiene na vida individual e coletiva”, em 23 de janeiro de 1939; a de 1º de novembro de 1947 informa a realização de uma palestra médica, proferida na Escola Primária Gabrielense em 29 de junho desse ano, pelo Dr. César D’Ellia, médico-chefe do Posto de Higiene local, sobre a saúde das crianças (página 7); e o Estandarte Cristão de novembro de 1965 traz, na página 5, a informação de que, na Igreja da Redenção (São Gabriel/RS, pároco Rev. Cônego Josué Bezerra), foram promovidas conferências e palestras com temas teológicos ou sob abordagem teológica, incluindo uma palestra sobre *sexo para adolescentes*.

O reconhecimento pelo Poder Público do engajamento dos militantes da Igreja Episcopal Brasileira na Educação acabou por ser reconhecido, e também foi noticiado no Estandarte Cristão algumas vezes ao longo do período pesquisado. A edição de 24 de dezembro de 1924, na página 7, noticia: **“Banca examinadora – devidamente convidado, o nosso parocho fez parte da Banca examinadora do Gymnasio Municipal, instituto de ensino fundamental equiparado.”** O pároco aqui referido é o Rev. Franklin T. Osborn, reitor da Igreja do Salvador, em Rio Grande/RS. Vê-se, portanto que os

reverendos eram convidados a participar ativamente dos eventos comunitários, principalmente os ligados à educação – o que se verificaria ao longo das décadas seguintes.

O Estandarte Cristão de 30 de maio de 1936 informa, na página 7, que o *Rev. Athalicio Pithan*, pároco da Igreja do Crucificado, *revisara e complementara o projeto de educação primária municipal, a pedido do Prefeito, na cidade de Bagé/RS*. Em diversos momentos, o Estandarte Cristão destaca o *reconhecimento, por parte do Poder Público, da importância da obra da Igreja Episcopal Brasileira no campo educacional, bem como a colaboração entre esta e aquele nessa área*.

Posteriormente, o Rev. Antonio Guedes foi nomeado Secretário Municipal de Educação em Bagé, como se verifica na edição do Estandarte Cristão de de janeiro-fevereiro/1969, página 4.

Além disso, as iniciativas da Igreja Episcopal na área da educação passou a ser apoiada pelos Governos, inclusive, em alguns casos, havendo cooperação mútua. O Estandarte Cristão de 30/10/1932, em sua página 8, informa que a Igreja do Salvador (Rio Grande/RS), tinha um colégio estadual funcionando em suas dependências, no salão paroquial, por concessão da Junta paroquial, o qual contava com 60 alunos. Já o Estandarte Cristão de outubro de 1957 traz matéria de duas páginas (6 e 7) sobre o Instituto Rev. Severo da Silva (antigo Orfanato Evangélico), destacando o fato de que a instituição recebia subvenções dos governos estadual e federal e de que fora construído um prédio próprio para a escola, que também permanecia atendendo à comunidade, bem como uma capela. Há também notícias acerca de subvenções concedidas ao Colégio Independência, de Bagé (ESTANDARTE CRISTÃO de 25/12/1936, p. 22), ao Colégio Paroquial da Igreja do Divino Salvador, na localidade de Santa Helena, interior do município de Pelotas/RS (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1951, p. 9), à Cidade dos Meninos de Bagé (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/02/1947, p. 8), e outros.

4.3 Ensino religioso no Estandarte Cristão

A importância dada pelas igrejas protestantes, entre elas pela Igreja Episcopal Brasileira, à Escola Dominical, leva a crer que estas Igrejas tinham

muito menos necessidade de se utilizar de ensino religioso nas escolas regulares para professar sua religião às crianças. Tal importância é demonstrada pelas inúmeras páginas que o Estandarte Cristão dedica ao tema “Escola Dominical”, por exemplo, o artigo “A Doutrinação”, de Henrique Todt Júnior (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/01/1933, p. 2) e a “Série de Educação Christan”, da redação (nessa edição, nas páginas 5-6). Por outro lado, a preocupação com a instrução religiosa estendia-se aos adultos membros da Igreja, como se verifica pela existência de inúmeras classes bíblicas e outras formas de estudo bíblico e doutrinário aberto aos leigos, por exemplo, a Classe Bíblica que funcionava na Igreja do Crucificado, em Bagé, onde era pároco o então Rev. Athalício Pithan (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/01/1932, p. 10).

Por volta de 1937, a Igreja Episcopal Brasileira iniciou um movimento de reavivamento espiritual e de ação que se denominou Movimento Avante. A partir da edição de 1º de junho de 1944 (página 11), há a informação de que o Movimento Avante passara a preparar uma uniformização das aulas aplicadas nas escolas dominicais das diversas paróquias da Igreja Episcopal Brasileira.

Durante o ano de 1944, o Movimento Avante realizou congressos em diversas regiões do país, havendo tomado deliberações que seriam enviadas a uma comissão central que proporia diretrizes e metas às lideranças da Igreja Episcopal Brasileira. O Estandarte Cristão de 1º de setembro de 1944 traz as deliberações tomadas no congresso de Porto Alegre/RS, em relação a diversos aspectos da vida da Igreja, destacando-se os seguintes pontos:

ENSINO RELIGIOSO – Recomenda-se:

- 1) não só ministrar mas incrementar o ensino religioso nas escolas públicas, por parte dos ministros e leigos devidamente preparados;
- 2) que em todas as escolas dominicais seja usada a liturgia já autorizada pela autoridade eclesiástica e enfeixada no livro “Vinde, Adoremos!”;
- 3) a organização de um programa para todos os cursos da escola dominical;
- 4) que quem dirigir o culto da escola dominical, o faça devidamente paramentado e que o Jardim de Infância tenha o seu culto próprio e à parte.

[...]

ASSISTÊNCIA SOCIAL – Recomenda-se:

- 1) que seja organizado, em cada paróquia, um curso noturno e gratuito de alfabetização;**
- 2) que se promovam reuniões especiais para educação sexual da mocidade;**
- 3) que seja criada uma Comissão de Assistência Social, em cada paróquia, a que fiquem afetos os problemas sociais, cooperando com

outras paróquias e instituições seculares, em iniciativas de maior vulto. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/09/1944, p. 2-3 – grifos apostos).

Já a edição de 1º de outubro do mesmo ano traz as informações do congresso regional do Movimento Avante realizado em Santa Maria/RS, onde se destaca:

ESCOLAS E COLÉGIOS – Recomenda-se:

- 1) Atente o Clero para as possibilidades de fundação, organização ou posse de escolas de comércio, rurais ou ginásios nas localidades onde houver paróquia ou missão organizada, cientificando logo ao Bispo.
- 2) Solicite-se do Revmo. Bispo a organização da Ordem de S. Paulo, composta de professores, intensificando-se a atuação da Ordem das Filhas do Rei, integrada por professoras, entregando-se ao ministério dessas ordens o trabalho educacional que a Igreja manterá.
- 3) Autorize-se o Superior da Ordem de S. Paulo a organizar e manter um fundo educacional, para esse fim revertendo ofertas especiais, donativos particulares ou conseguidos do Governo, instituída ainda uma coleta que se incluirá na Tabela Conciliar de Coletas. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/10/1944, p. 2)

Em geral, os congressos do Movimento Avante posteriores a estes adotaram deliberações iguais ou similares, como foi o caso do realizado em Bagé (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/11/1944, p. 1-2).

A par da prestação de ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Episcopal Brasileira nunca descuidou das escolas dominicais. Nesse sentido, observa-se que o Estandarte Cristão as continua mencionando ao longo das décadas. Por exemplo, o Estandarte Cristão de novembro de 1940 traz, na página 24, informações sobre a Escola Dominical da Igreja do Mediador, em Santa Maria/RS (com mais de 430 alunos), e, na página seguinte, sobre a da Capela da Transfiguração, em Rosário do Sul/RS. Também em relação a cidades onde o ensino religioso já estava sendo comprovadamente ministrado pela Igreja Episcopal Brasileira nas escolas públicas, como em Pelotas/RS (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1938, p. 9) e Dom Pedrito/RS (ESTANDARTE CRISTÃO de 25/12/1935, p. 12), e há menções freqüentes às escolas dominicais (por exemplo, no Estandarte Cristão de janeiro de 1941, p. 17). Naturalmente que a finalidade da Escola Dominical era diferente do escopo da ocupação do espaço do ensino religioso nas escolas públicas, uma vez que

este não poderia apresentar sectarismos nem ser voltado para a doutrinação, obrigação que não se impunha àquela.

Mas, diante da implantação definitiva do ensino religioso, aos poucos, esse foi sendo visto pela Igreja Episcopal/Anglicana não mais como um problema, e *sim como uma oportunidade de divulgar sua doutrina*.

Na edição de 15 de julho de 1935, página 9, a notícia da criação da Secretaria de Educação da Igreja Episcopal Brasileira enfatiza que, uma vez consumada a implantação do ensino religioso nas escolas públicas, cabia à Secretaria de Educação da Igreja Episcopal Brasileira trabalhar para que a Igreja se adaptasse a essa realidade, e proporcionasse o ensino religioso nas escolas públicas, pois, da forma como restara previsto no art. 153 da Constituição de 1934, não apenas a religião católica romana, *mas quaisquer religiões poderiam fazê-lo, desde que se adaptassem a determinados requisitos*. Então, a Igreja Episcopal Brasileira buscou cumprir tais requisitos, a fim de professar sua fé nas escolas públicas, a fim de impedir que esse espaço se tornasse exclusividade da Igreja Católica Romana. Considera-se importante transcrever a nota do Estandarte Cristão:

Secretario de Educação – Por acto episcopal, foi nomeado Secretario de Educação da Igreja Episcopal Brasileira o illustrado rev. João B. Barcellos da Cunha. A cargo do rev. Barcellos fica a ministração religiosa de nossa Igreja nos collegios publicos, consoante a nova Constituição. Para isso o distincto presbytero está autorizado a preparar um curso de ensino religioso que se adapte a qualquer igreja evangelica, curso esse para todos os annos – primario e secundario. O rev. Barcellos transferiu sua residencia para Porto Alegre, rua São Carlos n.º 293. Parabens ao revmo. bispo Thomas pelo modo por que está encarando o magno problema do ensino religioso nas escolas e pela escolha que fez do rev. Barcellos da Cunha, presbytero culto, que honrará o cargo para que foi nomeado. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/07/1935, p. 9)

Também a Confederação Evangélica do Brasil (onde estavam representadas as igrejas Congregacional, Cristã, Episcopal, Metodista, Presbiteriana e Presbiteriana Independente), criara um Conselho de Educação Religiosa, e, na edição de 15 de julho de 1935, página 14, informou que vinha acompanhando a regulamentação do artigo 153 da Constituição Federal de 1934, acerca do ensino religioso nas escolas públicas. Destaca que até então três estados haviam regulamentado a matéria, e que deliberara: a) sugerir aos

pais que requeressem o ensino religioso evangélico para seus filhos, a fim de perceber-se a exequibilidade da igualdade entre as denominações no ensino religioso; b) lembrar que, ao fazer suas declarações sobre o ensino religioso a ser ministrado a seus filhos, os pais deveriam mencionar a *Religião Cristã Evangélica* ao invés de solicitarem o ensino da denominação a que pertencessem, a fim de evitar obstáculos nas cidades onde não houvessem pessoas de suas próprias igrejas qualificadas para ministrar essas aulas; c) pedir aos pastores, evangelistas e demais obreiros que se prontificassem a ministrar o ensino religioso nas escolas primárias, secundárias, normais e profissionais, e que, para tal, entrassem em contato com a Confederação, diretamente ou por intermédio de seus delegados, para que houvesse unidade no trato da situação para com as autoridades federais e estaduais; d) rogar aos pais e professores que comunicassem à Secretaria da Confederação quaisquer dificuldades surgidas em torno da execução da parte da lei que colocava as religiões em igualdade de condições; e) recomendar o uso de livros que listava, até que se pudesse elaborar um programa definitivo.

Diante da necessidade da efetuação de aulas religiosas no ensino público, bem como com outras finalidades (como a de preparar professores para as escolas dominicais), o Movimento Avante preparou um Curso de Educação Religiosa para formar professores de ensino religioso e obreiros leigos, conforme Estandarte Cristão de 15 de maio de 1939, página 5. A edição de 15 de junho desse ano, na página 10, informa a matrícula, nesse curso, de 35 pessoas da Igreja do Redentor (Pelotas/RS), e, na página 9, de 7 membros da Igreja da Bênção Divina e de 4 da Capela do Divino Salvador, ambas na cidade de São Francisco de Paula.

Em relação às escolas mantidas pela Igreja Episcopal Anglicana, o ensino religioso também não era negligenciado, embora se dissesse não-sectário. Percebe-se nas Escolas Anglicanas que sempre no início dos períodos letivos havia um momento devocional, que constava de hinos, orações, leitura bíblica. A transcrição do Correio do Povo no Estandarte Cristão é longa, e enaltece a qualidade do colégio e o “grande numero de alumnos”. Há esta similitude (orações, hinos e leitura bíblica) em muitas menções a escolas, tanto em períodos anteriores a 1925 quanto posteriores. Verifica-se até mesmo na última década pesquisada, 1960-70. Também são comuns as referências a

transcrições tanto de jornais do interior como da capital sobre as escolas episcopais, principalmente em jornais de orientação republicana e/ou liberal. Investigando-se estas menções, por meio de entrevistas, encontra-se sempre alguém relacionado à Maçonaria e que tem influência na publicação das referidas notícias.

4.4 Educação da mulher no Estandarte Cristão

A visão da Igreja Episcopal/Anglicana com a Educação possuía uma característica bastante avançada para a época em que se iniciou a ser percebida: incluía a preocupação com a Educação das mulheres.

Uma das primeiras demonstrações dessa preocupação aparece no Estandarte Cristão de 15 de janeiro de **1902**, que, na página 3, mencionada a Escola Evangélica *Mista*, dirigida pelo Rev. Vicente Brande em Jaguarão/RS.

Na edição do Estandarte Cristão de 30 de abril de 1905, há a notícia de sessões literárias que incluíam a presença de mulheres, sendo orientadas as leituras e os debates pelo Reverendo pároco, Rev. Antonio Guimarães (maçom). Era dada preferência à leitura de autores brasileiros. Verifica-se, mais uma vez, a preocupação dos reverendos episcopais com a cultura e a literatura nacional, do que se a infere sua preocupação com a educação de ambos os sexos.

Na edição de 30 de agosto de 1924, na página 2, o Estandarte Cristão enfatiza a necessidade de uma “Escola Doméstica” para ensinar as moças a respeito dos “*misteres do casamento e de seu papel de rainha do lar*”. E na edição de 30 de setembro de 1924, na página 2, é mencionada a Escola Doméstica em Natal/RN. Inaugurada em 1914, é a primeira escola do gênero no Brasil e América do Sul.

Há um programma completo de educação feminina, em que, ao lado do indispensável ensino theorico, sejam ministrados seguros conhecimentos praticos, que habilitem a mulher a velar criteriosamente pela educação physica, intellectual e moral dos filhos, orientando-lhes o espirito de modo a poder viver por si, no caso de faltar o apoio dos que lhe servem de arrimo. Entre as materias do programma, figuram: educação intellectual, educação physica, educação moral, educação esthetica, educação social e educação technica e professional. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/09/1924, p. 2)

A escola funcionava em um período escolar de 06 anos, compreendendo dois cursos: o curso preparatório, onde eram revistas as matérias da escola primária e iniciados outros estudos considerados indispensáveis à mulher para que compreendesse seus papéis sociais e domésticos, e outro, o curso doméstico, de 04 anos de duração, destinado ao preparo técnico e profissional das moças, de modo teórico e prático. Tal escola relata a matéria, foi mencionada também no “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro em sua edição de 24/08/24. A ênfase dada à educação das mulheres, desta forma, era seu preparo para serem mães, atuarem na Igreja e, no máximo, virem a ocupar o espaço público como professoras ou enfermeiras, segundo o pensamento da época. Mesmo assim, a co-educação e a introdução das mulheres em matérias consideradas “masculinas” já demonstrava a inovação trazida pelo pensamento episcopal/anglicano, que incentivava o acesso, para a mulher, a uma formação cultural mais ampla do que a encontrada apenas nas disciplinas consideradas “femininas”.

A edição de 20 de abril de 1924, na página 1, traz uma oração da qual se transcreve um trecho: *“Senhor! [...] Illuminado por ti, Senhor, o mundo há dois mil annos, ergue hospitaes e funda asylos, combate a escravidão, dignifica a mulher e evangelisa os bárbaros.”* A presença da mulher como fundamental para a vida social e da Igreja é constante, insistindo que esta deve possuir instrução e conhecimento.

Percebe-se que, a partir de 1925, há artigos escritos *por mulheres* publicados no Estandarte Cristão. Por exemplo na página 2 da mesma edição, há um artigo de Candida Campello.

A edição de 20 de agosto de 1925, na página 7, volta ao tema da educação da mulher:

Os nossos primeiros paes diziam sempre que o lêr e o escrever eram o sufficiente ao homem. A educação feminina devia limitar-se exclusivamente á arte culinaria. Era um grande perigo á mulher a leitura, devido ás correspondências entre os sexos. Que theoria estapafurdia esta!!... (...) Esta má vontade hereditaria pela educação do nosso povo ainda perdura, mormente pelo interior deste vasto e rico paiz, onde mais facilmente cederiam muitos paes uma correia do couro de suas costas do que dez mil réis para educar um filho. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/08/1925, p. 7)

O Estandarte Cristão de 15 de maio de 1932 traz, na página 3, o artigo “A mulher e a política”, do Dr. Couto Esher, Vice-Presidente da Liga Paulista Pró-Estado Leigo – comentando sobre as então recentes modificações da lei eleitoral que permitiam o alistamento de mulheres como eleitoras, manifestava temor de que estas sofressem influência da Igreja Católica Romana, principalmente por meio do controle exercido pelos padres através do confessionário; e concluía:

Precisamos agir imediatamente, mas de que modo? Incentivando, pela nossa parte, a propaganda para o alistamento de todas as mulheres de espirito culto e liberal, de todos os que já se viram livres do confissionario e do dominio clerical, de todos enfim que amam a liberdade de consciência. (...) Para as mulheres liberaes, de qualquer religião e de qualquer credo, apellamos para que, quanto antes se alistem eleitoras, para em tempo oportuno exercerem seus direitos em favor da Patria! (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1932, p. 3)

Em 1942, a Igreja Episcopal Brasileira incentivava a participação da mulher na vida política, como se verifica pela seguinte nota, transcrita do Estandarte Cristão de 1º de setembro de 1942:

Comício feminino – As senhoras e moças da Igreja compareceram incorporadas ao patriótico comício feminino efetuado na tarde do dia 25 de agosto. A uma assistência superior a 6000 pessoas falou, em nome da mulher episcopal pelotense, a snha. Alaíde Lagos, inteligente professora do Colégio S. Margarida. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/09/1942, p. 7)

Na edição de setembro de 1963, página 13, artigo do Rev. Glenio Vergara sobre a Casa de Santa Hilda esclarece que esta tinha por objetivo “oferecer curso superior de educação religiosa para moças que desejam servir à Igreja como diretoras de Educação Cristã nas paróquias, dioceses, ou nas escolas da própria Igreja.” Mas também oferecia bolsas de estudos para várias universidades em cursos de *especialização no trabalho com o pré-primário, ensino para cegos, administração escolar, e cursos de serviço social, higiene, biblioteconomia ou psicologia clínica*. Também funcionava como “comunidade” e abrigo para moças estudantes. Funcionava em Santo Amaro, São Paulo. Tinha moças episcopais e de outras denominações protestantes. Embora este fato

mencionado esteja fora da delimitação geográfica deste trabalho, considera-se importante realizar esta menção.

4.5 Educação ao acesso das camadas populares no Estandarte Cristão

Desde o início da leitura do Estandarte Cristão, percebe-se a preocupação com o acesso das classes menos favorecidas à educação. Uma das primeiras formas como se demonstrou essa preocupação foi através da criação das escolas paroquiais – geralmente pequenas classes dirigidas pelos párocos das Igrejas Episcopais ou por algum paroquiano, visando a oferecer a possibilidade de alfabetização e de acesso às “primeiras letras”, não apenas àqueles que não freqüentavam as escolas católicas romanas por não serem filhos de adeptos dessa religião, mas também aos que não o faziam por falta de condições econômicas e outras dificuldades, como a distância das escolas maiores em relação às pequenas comunidades interioranas.

Passa-se à análise de algumas notas encontradas no Periódico acerca da questão.

No Estandarte Cristão de 30 de abril de 1906, nº 3, ano XVI, há duas notas importantes sobre duas escolas paroquiais em Bagé: Escola *Setemptrião*, dirigida pelo “irmão alferes João B. Moreira”, e *Escola Evangélica*, da irmã Lydia Guimarães de Castro – escola das primeiras letras, paroquiais e mistas, funcionando nas residências dos referidos paroquianos, **gratuitas**.

Juntamente com as escolas dominicais criadas em bairros da cidade de Pelotas, costumava haver escolas primárias, como a noticiada em 28/02/1926, página 6, em nota que termina: “Façamos o mesmo em todas as nossas igrejas e teremos muito mais alumnos em nossas Escolas Dominicaes.” Vê-se que as escolas eram um meio de conquistar crianças e adultos para a Igreja.

A edição de 15 de outubro de 1932 informa a existência de uma aula de alfabetização na localidade de Estância Grande, Montenegro.

Também havia uma Escola Paroquial na Igreja de Jesus Cristo, Erechim/RS (pároco Rev. Alberto Blank), que, segundo o Estandarte de 30/04/1933, página 9, atingira o número de 59 alunos matriculados. O Estandarte Cristão também noticia a existência de inúmeras outras escolas

paroquiais, como a da Capela da Transfiguração, em Rosário do Sul/RS (edição de 30/06/1933, página 9).

Em que pesasse a inauguração do Ginásio Santa Margarida, continuavam funcionando na Igreja do Redentor de Pelotas a Escola Diária (mista, com enfoque na alfabetização e em um currículo mais elementar) e a Escola Dominical, conforme o Estandarte Cristão de 15 de março de 1934, página 12, sem quaisquer ônus para os alunos.

Além dos educandários maiores, a Igreja Episcopal Brasileira não deixava de cuidar das instituições menores, e também se esforçava pela implementação de acesso ao ensino nas localidades do interior, nas quais essa oferta era limitada ou inexistente. Temos como exemplo o noticiado no Estandarte Cristão de 15 de abril de 1935, que informa, em relação à Missão do Amor Divino, instalada na localidade de Santo Antônio (interior de Pelotas):

Nosso irmão sr. Joaquim Manoel da Silveira está a testa do novo collegio que finalmente foi aberto, e já tem uma matricula de vinte e quatro crianças. Sabemos que alguns paes mostram-se satisfeitos mesmo com o resultado destes poucos dias de ensino, e esperamos que o collegio seja bem aproveitado pelas famílias da localidade. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/04/1935, p. 12)

Mais adiante, a edição de 30 de junho de 1935 informaria, na página 12: “A escola diaria continua bem, e parece que os paes estão muito satisfeitos. A matricula já vae além de trinta.” E, na edição de 15 de janeiro de 1939, página 9, obtêm-se a confirmação de que se tratava de uma escola mista.

No mesmo sentido está noticiado o esforço da comunidade da Capela de Santo André (Cacequi/RS), na edição de 30 de maio de 1935:

Escola Benjamin Constant – Este departamento mixto, de ensino que desde maio de 1932 vem funcconando nesta localidade, sob a direcção do professor e nosso irmão tte. J. Mel. da Trindade, reabriu suas aulas a 16 de fevereiro, com elevado numero de alumnos dos dois sexos. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/05/1935, p. 12)

O Estandarte Cristão de 30 de março de 1936, na página 10, traz breves notícias sobre o Colégio Tiradentes, da Paróquia da Redenção (São Gabriel/RS), e sobre a Escola Diária que funcionava na Igreja do Redentor, para ambos os sexos, dirigida pela Prof.^a Helena Abduch.

Mais uma menção a escolas diárias implantadas pela Igreja Episcopal Brasileira em localidades rurais: na edição de 15 de setembro de 1936, a página 12 menciona a *escola diária* e a escola dominical existentes na Capela do Amor Divino, localidade de Santo Antônio, interior de Pelotas.

A Igreja do Mediador (Santa Maria/RS) também inaugurou um colégio primário na Missão de São Paulo, conforme Estandarte Cristão de 15 de março de 1938, página 9. Diz a nota que “o collegio visará especialmente a alfabetização das crianças pobres. O numero de matriculados é bastante sugestivo”. A edição de 30 de janeiro de 1939, página 8, informa que a escola já contava com 30 alunos. E, na edição de 15 de janeiro de 1944, na página 14, há a informação de que a congregação estava realizando promoções para angariar fundos para a confecção de uniforme escolar para os alunos que não podiam arcar com esse custo. Na edição de 1º de outubro de 1944, página 7, consta que os alunos dessa instituição estavam recebendo instrução de ginástica e aulas sobre jardinagem.

Também havia uma escola diária na Capela do Bom Pastor, Porto Alegre/RS, conforme Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1938, página 6.

Em notícia do jornal Diário Popular de Pelotas, mencionada na página 7 do Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1939, consta a informação que a escola dominical da Igreja do Redentor possuía “centenas de alumnos”. O mesmo é dito da Escola do Semeador, que também funcionava como escola de primeiras letras (Pelotas).

A Capela do Salvador, em Canguçu/RS, também abriu uma escola diária, conforme noticia o Estandarte Cristão de 15 de julho de 1940, na página 12.

O Estandarte Cristão de 1º de julho de 1942 esclarece que era o Conselho Educacional da Igreja Episcopal Brasileira quem nomeava os diretores e professores das escolas paroquiais, através do Secretário, Rev. João Baptista Barcellos da Cunha, mediante indicação e solicitação dos párocos locais (página 5 dessa edição).

O Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1946 informa que a escola de alfabetização da Igreja da Redenção (São Gabriel/RS) era conhecida como “Aula do Pobre”, por ser voltada para a população carente. Já a edição de 15 de abril de 1947, na página 8, menciona a inauguração da Escola Primária

Gabrielense, *fundada a partir da escola diária* que era conhecida como “Aula do Pobre”.

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1951 traz, à página 9, que a Paróquia do Salvador, Canguçu/RS, possuía um Departamento de Assistência Educacional, que estava fundando três escolas primárias. A edição de dezembro, na página 17, já menciona que esse Departamento mantinha 3 escolas diárias em funcionamento, duas subvencionadas pela Prefeitura. As três juntas tinham cerca de 130 alunos. Na publicação da edição de 1ª quinzena de julho de 1952 (página 10), já havia 150 alunos e, além dos três cursos primários, um curso comercial. Já a edição da 1ª quinzena de julho de 1955 menciona que esse Departamento fundara mais três escolas, passando a contar com seis escolas primárias e mais de 200 alunos, e recebia subvenção do Município. Na edição de outubro de 1961 (página 4), o Estandarte Cristão informa que o Departamento abrira mais escolas, perfazendo o número de oito, com cerca de 300 alunos, mencionando o nome de dois dos educandários (Escola Olavo Bilac e a Escola Eduardo Carlos Pereira).

A Igreja Episcopal também se preocupava em abrir escolas diárias nas localidades do interior, onde era difícil o acesso à educação. Exemplificando, o Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1926 noticia a existência de uma aula diária na localidade de Rincão, município de São Francisco de Paula. Já o Estandarte Cristão de 15/09/1931, na página 12, informa estar sendo bastante frequentado o Colégio Paroquial da Igreja do Divino Salvador, na localidade de Santa Helena, interior do município de Pelotas/RS. Mais adiante, em reconhecimento a esse trabalho, essa escola receberia subvenção da Prefeitura Municipal (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1951, p. 9).

Mais uma escola diária é mencionada na página 10 da edição da 1ª quinzena de outubro de 1952, em missão da Igreja Episcopal Brasileira na Vila do Cedro.

Também na Capela de Santo André, Vila José de Oliveira, Santa Maria/RS, fora inaugurada uma escola onde funcionavam do 1º ao 5º ano primários (ESTANDARTE CRISTÃO da 1ª quinz./jun/1954, p. 10). A mesma edição informa, na página 11, que fora fundada, na localidade de Amaral Ferrador (então no município de Camaquã/RS, onde era pároco o Rev. L. V. Córdova), uma escola primária que recebera o nome de *Escola Primária Rev.*

José Severo da Silva.

Acerca da Escola de Alfabetização São Paulo, o Estandarte Cristão da 1ª quinzena de março de 1955 informa, na página 9, que contava com os cinco anos do curso primário e com Jardim de Infância, mantido pela Congregação de São Paulo, localidade de Montanha Russa, Santa Maria/RS, pároco Rev. Virgínio P. Neves (e também Mestre Maçom). Menciona a sopa escolar que fora distribuída durante todo o ano de 1954, com auxílio da LBA.

Falando acerca do 49º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, o Estandarte Cristão informa, na primeira página da edição de 1º de março de 1947, que, oficialmente, a Igreja contava com 99 escolas dominicais e 21 escolas diárias.

Verifica-se a existência de mais duas escolas paroquiais no interior do Rio Grande do Sul: a da Paróquia São João Evangelista de Passo do Caí (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/03/1951, p. 10) e a mantida pela Milícia Cristã na Igreja de Cristo, de Jaguarão (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/03/1951, p. 11), denominada Curso de Alfabetização Prefeito Graciliano J. de Souza. Quanto à primeira, a edição da 2ª quinzena de abril de 1955 iria informar (página 10) que recebera o nome de Escola Rural Dona Margarida, e que possuía curso de letras, agricultura e trabalhos manuais, tendo cerca de 20 alunos.

Também em Camaquã/RS o Estandarte Cristão menciona uma escola, a Escola Arcediogo Américo Vespúcio Cabral, mantida pela Capela da Anunciação, em Camaquã/RS (ESTANDARTE CRISTÃO de outubro/1961, p. 15).

Além das escolas paroquiais, outro importante dado acerca da visão anglicana sobre a Educação foi a importância dada pela Igreja para o acesso à escola aos internos de suas instituições assistenciais – e não apenas a eles, mas a toda a comunidade carente que havia nos arredores dos locais onde funcionavam essas instituições.

Essa importância se iniciou já na criação da primeira grande instituição assistencial da Igreja Episcopal Brasileira, o Orfanato Evangélico (hoje Casa de Convivência Rev. José Severo da Silva). No ano de 1936, destaca-se, na edição de 29 de fevereiro, a notícia da inauguração do Orfanato Evangélico (hoje Casa de Convivência Rev. José Severo da Silva), no qual, pouco depois,

funcionaria um grupo escolar aberto à comunidade (Pelotas). O Orfanato Evangélico também proporcionou uma instituição de ensino, não só para as internas, mas também para a comunidade dos arredores (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1941, p. 8). O Estandarte Cristão de 30 de janeiro de 1938 já menciona que havia uma professora, a Prof.^a Dulce Mesquita dando aulas às crianças. Em 30 de maio de 1939, o Estandarte Cristão noticia que finalmente fora implantada a escola diária no Orfanato Evangélico de Pelotas, nos seguintes termos:

Escola Diária no Orphanato, sonho acariciado ha longo tempo, tornou-se realidade. Nos primeiros dias de maio corrente, foi ella inaugurada, sob a direcção da exma. Sra. d. Margarida Martins Franco. Estamos comprando livros, mappas e os moveis necessarios. Feita a installação precisa, para as crianças da visinhança será aberta a respectiva matricula. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/05/1939, p. 8)

A edição de 30 de junho de 1940 traz a informação de que a escola diária do Orfanato Evangélico se encontrava em franco funcionamento, dirigida pela Prof.^a Ercelina Vargas Maia (página 10). Já a edição de 15 de maio de 1941 traz a informação, na página 11, de que essa escola apresentava atividades voltadas para a produção primária, como o plantio de verduras, frutas e legumes e a produção de leite. Esse prisma do ensino profissionalizante, aliado à possibilidade de diminuir os custos da manutenção de instituições da Igreja Episcopal Brasileira através de uma relativa sustentabilidade própria, seria um traço marcante dessas entidades ao longo das décadas seguintes, sem que houvesse o descuido à educação intelectual.

O Estandarte Cristão de 1º de novembro de 1946 informa, na página 6, a fundação da Cidade dos Meninos de Bagé, em outubro de 1946, por iniciativa da Legião da Cruz da Matriz do Crucificado, sob a direção do Rev. Antonio Guedes. Tal instituição se destacaria na prestação de ensino profissionalizante aos menores carentes que abrigou ao longo dos anos. As Cidades dos Meninos eram instituições voltadas principalmente para o internato (abrigo) de menores do sexo masculino e para fornecer-lhes, além da manutenção, estudo e condições de profissionalização.

A edição de 15 de abril de 1947 transcreve, na página da Federação das Sociedades Auxiliadoras de Senhoras, palestra pronunciada no 49º Concílio

da Igreja Episcopal Brasileira, sem citar o nome da autora, cujo tema fora a Cidade dos Meninos de Bagé. Supõe-se, pelo estilo, que seja da autoria da Professora Alayde Lagos Guedes, mas não se obteve meios para provar tal suposição. Nesse discurso, a autora menciona o auxílio da sociedade como um todo na criação dessa instituição:

A cidade em geral, ricos e pobres, todas as religiões inclusive o mais intransigente, não em caráter oficial, mas representada em cada indivíduo que contribuía; a classe médica, a prefeitura, os teatros, os clubes, donativos incógnitos, o esforço conjunto da criança episcopal, de senhoras, moços e velhos, todos coesos, um movimento que empolgou a cidade, em marcha uniforme, unidos, não medindo sacrifícios, sujeitando-se a toda a classe de obstáculos tocaram o coração do povo generoso de Bagé à causa sagrada! (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/04/1947, p. 7)

Henrique Todt Junior traz, no artigo “Impressões de uma visita à ‘Cidade dos Meninos’, em Bagé”, publicado na página 3 do Estandarte Cristão de 15 de agosto de 1947, a informação de que, apesar de as instalações ainda serem precárias, os meninos estavam satisfeitos, eram bem-educados e estavam bem alimentados. Traz ainda a informação de que estava sendo construído um dormitório que receberia o nome de *Pavilhão Mauá*, o que remete às considerações acerca do nome da escola do Orfanato Rev. Severo da Silva, Escola Visconde de Mauá. Possivelmente, assim como no caso do educandário do Orfanato, fora decisivo na escolha do nome do pavilhão o fato de Mauá haver sido maçom, como o fundador da Cidade dos Meninos de Bagé e o Rev. Severo.

Em nota publicada na página 8 do Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1947, há a interessante informação de que a revista oficial da Igreja Episcopal dos Estados Unidos publicara reportagem, com fotografias, sobre a Cidade dos Meninos de Bagé.

Interessante notar que o Estandarte Cristão de 1º de outubro de 1948 transcreve um breve discurso de um interno da Cidade dos Meninos de Bagé, que se transcreve:

Alocução proferida pelo menino Gilberto Souza em 1º de agosto de 1948, na Cidade dos Meninos. Sr. Diretor, Tio Guedes, Prezados Irmãos e Companheiros! Vim aqui não para fazer discurso, pois a tanto não me atrevo, mas para dizer algumas palavras. Aqui na Cidade dos Meninos, nós devemos ter união – um por todos e todos

por um – para nos auxiliar mutuamente. Aqui é um prolongamento do nosso lar. Devemos ajudar o tio Guedes e a Diretoria da Legião da Cruz para que eles com o nosso auxílio e trabalho possam levar avante essa obra e ter o prazer de engrandecer mais este tão belo Abrigo que está nos resguardando do frio e dos vícios. Não devemos esquecer o lema da Cidade dos Meninos que o nosso diretor Poschi nos ensinou – **Patriotismo na cabeça, Cristo no coração e a enxada na mão para termos abundância de pão.** (Grifo nosso) Tenho dito. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/10/1948, p. 11)

A Cidade dos Meninos de Bagé começa a se destacar ainda mais por sua vocação para o ensino profissionalizante. No Estandarte Cristão de 15 de junho de 1951, página 7, há reportagem do Rev. Henrique Todt Júnior sobre a Cidade dos Meninos de Bagé, mencionando a construção de 2 novos pavilhões, um deles com amplo salão de aulas, e a existência de oficinas de marcenaria e carpintaria onde era dada ênfase à fabricação de brinquedos de madeira, para os próprios alunos e para venda, sendo que o dinheiro arrecadado voltaria em benefício dos próprios alunos da Oficina. Menciona outras Oficinas como tipografia, fábrica de tamancos, agropecuária (hortas, arvoredos, suinocultura e aviário) para consumo próprio e como fonte de renda. Destaca ainda a existência de uma escola no local – ou seja, mesmo o enfoque sendo o oferecimento de meios para a aprendizagem de uma profissão, com base na máxima *“não dê peixe ao homem, ensina-o a pescar”*, havia a preocupação com a formação intelectual dos internos. Eram oferecidas aos alunos aulas de inglês e de espanhol, onde os que assim o desejassem frequentavam, sendo que o Professor (que não deseja ser identificado) se deslocava para lá quatro vezes na semana, à tardinha, e realizava trabalho voluntário.

A edição do Estandarte Cristão de junho de 1967 traz a informação sobre a construção do novo edifício do grupo escolar da Cidade dos Meninos de Bagé, que seria aberto à comunidade:

Inaugurada Escola na Cidade dos Meninos de Bagé – No domingo, 19 de março, às 17 horas, foi inaugurado o edifício onde funcionará o Grupo Escolar e o Ginásio Comercial “José Gomes Filho”, que representa valioso melhoramento para a Cidade dos Meninos de Bagé, RS, e para outros jovens. (ESTANDARTE CRISTÃO de junho/1967, p. 10)

O Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1947 traz matéria (uma lauda inteira (página 5) sobre as instituições da Igreja do Nazareno, de Santana do

Livramento/RS, mencionando a Cidade dos Meninos e o Instituto Livramento, que contava com mais de 420 alunos e era reconhecido pelo Ministério da Educação. Destacava a colaboração de toda a comunidade (Exército, Prefeitura, Associação Rural, Cooperativa de Carnes, comércio, imprensa e outros) na promoção da festa de Natal da Cidade dos Meninos em 1946, que tivera distribuição de balas e doces para mais de 1.500 crianças. Já a edição de 1º de fevereiro informa, na página 8, sobre acordo entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Instituto Livramento, para o aprimoramento do curso comercial desse educandário. Já no Abrigo de Menores de Livramento a Igreja Episcopal Brasileira mantinha a Escola Primária *Duque de Caxias* (ESTANDARTE CRISTÃO da 2ª quinzena de maio de 1952, p. 7). Tal notícia é confirmada na edição da 1ª quinzena de junho de 1952, na página 5, onde o Estandarte Cristão também informa que o Instituto Livramento contava então com mais de 300 alunos.

Na edição de 15 de junho de 1948, a página 5 traz manifestação do pároco da Igreja do Calvário, de Santa Rita (localidade de Canoas/RS), Rev. Ernest Bernhoeft, acerca da fundação da Escola Rural Rev. Antonio Fraga, onde ele destaca o auxílio do Rev. Antonio Guedes (pároco em Bagé) para a consecução desse ideal, bem como o apoio que a instituição estava recebendo da população do local e de cidades como Porto Alegre e Novo Hamburgo, e do Governo municipal. Mais adiante, na edição de 1º de setembro do mesmo ano (página 10), surge a informação de que estava funcionando nessa Escola uma aula noturna para alfabetização de adultos, que já contava com 30 alunos daquela comunidade rural. Também sobre a Escola Rural Rev. Antônio Fraga, o Estandarte Cristão de 1º de julho de 1947 traz a informação, na página 6, de que 38% dos alunos eram de famílias não-episcopalianas, “isto, principalmente, porque a nossa escola dá o curso primário completo, enquanto as outras escolas da vila só atendem até o 3º ano”.

No informativo sobre suas instituições publicado nas páginas 6-7 do Estandarte Cristão da 2ª quinzena de novembro de 1955, a Federação da Legião da Cruz da Diocese Sul Ocidental fala sobre a Cidade dos Meninos de Livramento, que estava tendo suas instalações ampliadas. Contava com cerca de 50 internos e pretendia aumentar as vagas para 100. A instituição possuía uma escola primária e 8 de seus internos estavam frequentando os cursos de

admissão ou básico no Instituto Livramento, pertencente à Igreja Episcopal Brasileira. Também possuía vários cursos profissionalizantes (carpintaria, agricultura, apicultura, fábrica de mosaicos), e pretendia inaugurar uma Escola de Artes e Ofícios. O Estandarte Cristão de junho de 1959 traz, na página 11, matéria sobre a Cidade dos Meninos de Livramento, mantida pela Legião da Cruz da Paróquia do Nazareno. Destacava que a instituição proporcionava os cursos primário, secundário e o 1º ano do Comercial Básico a seus alunos, além de atividades relacionadas a agropecuária, e também que se destacava no Desfile da Semana da Pátria e em comemorações cívicas.

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1951 noticiou a criação da Cidade dos Meninos de Canguçu, e de uma missão no presídio, todas as obras da Igreja do Salvador, pároco Rev. Joaquim Manoel da Silveira.

Também havia uma instituição de amparo de menores na Paróquia do Espírito Santo em Montenegro/RS, o Abrigo Nestor Bender. A instituição possuía abrigo para idosos, menores, orfanato e clínica médica, além de distribuir alimentos e possuir em separado albergue com seções feminina e masculina. O Estandarte Cristão da 1ª quinzena de maio de 1952 informa, na página 2, que essa instituição passaria a contar com uma escola primária, que se chamaria Escola Primária *Cruzeiro do Sul*. A edição da 2ª quinzena de julho de 1951 informaria, na página 11, sobre o funcionamento dessa escola, que contava inclusive com instrutor de Educação Física cedido pelo comando do Exército, e com aulas de marcenaria, telegrafia e iniciação à mecânica.

A edição da 1ª quinzena de julho de 1952 informa, na página 11, a criação do Abrigo de Menores pela Paróquia do Salvador, Canguçu/RS (pároco Rev. Curt Kleemann), do qual um dos objetivos era manter curso anexo, com externato, para alunos carentes.

O Estandarte Cristão de julho de 1959 traz, na página 21, a informação da inauguração do Lar de Meninas de Dom Pedrito, pela Legião da Cruz da Paróquia do Natal, com a cooperação do povo pedritense e das autoridades.

Finalmente, mesmo nas instituições de ensino maiores da Igreja Episcopal Brasileira, pagas, não eram alijados os menos favorecidos. Há diversas menções a bolsas de estudos concedidas a alunos carentes dessas instituições, como, por exemplo, no Estandarte Cristão de 15 de fevereiro de 1946, página 6, que, menciona benefícios concedidos para candidatos a vagas

no Colégio Santa Margarida e no Ginásio Cruzeiro do Sul.

4.6 Educação de adultos no Estandarte Cristão

O exame do Periódico também revela diversas iniciativas da Igreja Episcopal Anglicana em prol daqueles que não tiveram a oportunidade de acesso à educação quando crianças, como se passa a destacar a seguir.

A edição do Estandarte Cristão de 10 de fevereiro de 1924, na página 6, faz alusão a um “Curso Nocturno” e informa: *“Foram reabertas as aulas da Milicia Christan, estando já em pleno funcionamento o curso de Escripuração Mercantil, ao cuidado do habil professor Sr. Mauricio Netto.”* Menciona também a abertura de cursos elementares de teologia em conjunto com a Igreja Metodista. A partir dessa época, são inúmeras as menções de cursos noturnos e de cursos de alfabetização para adultos no Estandarte Cristão, como ocorre, por exemplo, na página 10 da edição de 24 de dezembro de 1924, que menciona aula noturna de paroquiano da Igreja Episcopal em Santa Maria, Darcy Avila, que funcionava às segundas e sextas-feiras, com o objetivo de ensinar a ler para que as pessoas pudessem ler a Palavra de Deus. Era ministrada também orientação religiosa; contava com 64 alunos, todos da Igreja, e seis (06) de fora da Igreja, que eram denominados de “visitantes”, em um total de 70 alunos.

A idéia de alfabetizar os adultos e as classes populares, além de possuir influência maçônica, demonstra a quebra do paradigma da escola tradicional, voltada para as crianças de classes mais abastadas cujos pais podiam arcar com os custos de uma escola particular, paga e, muitas vezes, confessional católico-romana – ou seja, demonstra-se claramente o prisma diferenciado e inovador pelo qual a Igreja Anglicana via a Educação, ótica compartilhada pela Maçonaria, conforme já visto.

O Estandarte Cristão de 30 de maio de 1936, na página 10, noticia a criação da Escola Popular, uma aula noturna para adultos, que funcionava na vestimenta da Capela do Bom Pastor, Porto Alegre/RS.

A preocupação com a alfabetização de adultos também se manifesta na edição de 30 de julho de 1938, onde, na página 14, lê-se que havia um *curso*

elementar gratuito para adultos, que contava com mais de oitenta matrículas, funcionando no Ginásio Cruzeiro do Sul.

O Estandarte Cristão de 1º de setembro de 1944 informa que a Legião da Cruz de Bagé (vinculada à Igreja do Crucificado) mantinha um *curso de alfabetização na Vila Dolores*, periferia da cidade. A edição de 15 de fevereiro de 1945 menciona este curso e outro, também mantido pela Legião da Cruz da Bagé, *na Vila Brasil*, em sua página 9. A mesma página informa que havia uma *classe para mulheres na Escola Dominical, onde provavelmente eram ensinadas também as primeiras letras*.

O Estandarte Cristão de 1º de abril de 1948, página 6, traz informações sobre o apoio da Confederação Evangélica do Brasil (na qual a Igreja Episcopal Brasileira se fazia representar) à Campanha de Alfabetização de Adultos que estava sendo promovida pelo Ministério da Educação. Mais adiante, a edição da 2ª quinzena de agosto de 1955, na página 5, traria propaganda dessa campanha e várias notícias sobre ela, *inclusive mencionando a alfabetização de idosos e de portadores de necessidades especiais*, o que representava um grande avanço na área educacional da época citada.

O Estandarte Cristão traz, na página 8 da edição de 1º de maio de 1947, a informação de que a Legião da Cruz da Paróquia do Salvador (Rio Grande/RS) também mantinha uma Escola Noturna de Alfabetização de Adultos. Por seu turno, a Legião da Cruz da Igreja do Crucificado de Bagé mantinha, entre suas várias instituições, uma Biblioteca para os Presos (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1947, p. 9). O Rev. Guedes fora chamado pelo Poder Público Municipal para realizar cultos semanais no Presídio. Ali, instalou uma pequena capela (que poderia ser utilizada por padres ou pastores, se assim o desejassem). Exigia, em contrapartida, que os presos não fossem algemados para o recinto, pois ali era *local sagrado*, e que os guardas que quisessem participar dos cultos *não poderiam ir armados*, pelo mesmo motivo. Por mais de dez anos este trabalho foi realizado sem que houvesse qualquer atitude agressiva por parte dos apenados. O Rev. Guedes também propôs uma aula de alfabetização no presídio, que foi ministrada pelo Catequista Mauro Diogo Jardim, da Matriz do Crucificado (trabalho voluntário). (Dados: Arquivo Particular do Rev. Guedes.)

Entre as atividades da U.M.E. (União da Mocidade Episcopal), surge uma notícia de fomento à alfabetização de adultos: a entidade mantinha um curso de alfabetização de adultos na Capela de Santo André, em Santa Maria/RS.

A página 9 do Estandarte Cristão de setembro de 1967 informa a inauguração de mais um curso gratuito de alfabetização de adultos, desta vez na Paróquia da Ascensão, Porto Alegre/RS. Destaca-se que a edição de janeiro-fevereiro de 1968 informa, na página 11, que, ao encerramento do primeiro curso, o Rev. Artur R. Kratz fez entrega de exemplares do Novo Testamento às pessoas que aprenderam a ler.

A edição de outubro de 1967 (página 5) informava que mais de 50 jovens estavam trabalhando voluntariamente no Curso de Alfabetização de Adultos da Paróquia da Redenção de São Gabriel.

4.7 Grandes instituições de ensino episcopais/anglicanas no Estandarte Cristão

Além das inúmeras iniciativas em relação à educação dos menos favorecidos e dos adultos, a Igreja Episcopal Brasileira também criou várias instituições maiores de ensino, nas quais era cobrada mensalidade, com a finalidade de proporcionar aos filhos de seus membros (e aos não-católicos em geral) uma educação de qualidade semelhante às que eram fornecidas nas grandes instituições de ensino católicas romanas. Como já foi dito, tais instituições ofereciam bolsas de estudos a alunos carentes e não desestimularam a Igreja de continuar promovendo o acesso de todos às letras, mas se constituíram em uma iniciativa importante para o crescimento intelectual da infância e juventude não-católica e, conseqüentemente, de seus membros, servindo também para divulgar a doutrina e o trabalho da Igreja perante a comunidade em geral – inclusive entre os católicos romanos. Por exemplo, na edição de 20 de março de 1924, página 2 lê-se notícias acerca do Colégio Cruzeiro do Sul, informando que este Colégio contava, entre internos e externos, com um total de 89 alunos, dos quais 48 eram episcopais e **41 eram de famílias católicas romanas ou de outras denominações religiosas.**

Já na década de 1910, o Estandarte Cristão noticia a fundação de importantes Escolas criadas pela Igreja Anglicana, entre elas o Colégio Cruzeiro do Sul, em 1912, e a Escola Paroquial de São Gabriel, no mesmo ano. Ao longo dos anos seguintes, várias notícias acerca dessas escolas vem sendo apresentadas no periódico em diversos momentos.

A edição de 20 de março de 1924, por exemplo, menciona:

O rev. Director começou ha pouco uma aula de alocação de maneira que cada alumno seja obrigado a ler ou recitar um trecho de litteratura uma vez por mez. Estamos que esse attrahente exercicio trará grandes vantagens para os meninos, desembaraçando-os e adestrando para lerem e falarem perante o publico. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/03/1924, p. 4)

Na edição de 20/05/1925, há uma menção ao Colégio Cruzeiro do Sul, na página 12:

Assim noticiou o “Correio do Povo” de Porto Alegre a reabertura das aulas do Collegio Cruzeiro do Sul: “Reabriu officialmente suas aulas no dia 6 do corrente o Collegio Cruzeiro do Sul, da Egreja Episcopal Brasileira. Às 9h da manhã, reuniram-se no Salão Nobre, o director, professor e alumnos e algumas pessoas convidadas. O rev. William M. Thomas, depois de cantado o hymno do Collegio, leu algumas orações da liturgia e o rev. Athalicio Pithan dirigiu uma supplica a Deus em favor daquelle estabelecimento. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/05/1925, p. 12)

Entre as recorrentes notícias sobre o Colégio Cruzeiro do Sul, destaca-se as publicadas no Estandarte Cristão de 10 de abril de 1926, nas páginas 3-4, entre elas: havia aproximadamente cem alunos, a metade internos, oriundos de todos os pontos do Rio Grande do Sul; havia dois novos professores, o Dr. Jan Vesely (Física, Química e História Natural) e o jovem Rubens Oliveira (Matemática e Comércio); um dos alunos, Enio Veríssimo (irmão do escritor Érico Veríssimo) era o guarda-livros do Colégio; o Colégio mantinha uma pequena farmácia, prestando-se assim os primeiros cuidados da assistência médica aos alunos.

O Estandarte também apresentava propagandas do Colégio Cruzeiro do Sul, incentivando os episcopais a nele matricularem seus filhos, como se verifica, por exemplo, na edição de 10/07/1926, p. 6, na edição de 20/11/1926, p. 5, e na edição de 10/12/1926, p. 7. O periódico também trazia em várias

edições propaganda do Colégio Americano, como por exemplo na página 6 da edição de 20 de setembro de 1926.

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1932, na página 6, informa que o Colégio Cruzeiro do Sul já contava com mais de 160 alunos, dos quais 120 estavam matriculados no então curso secundário.

O Estandarte Cristão de 30/06/1932, na página 9, traz informações sobre o Colégio Tiradentes, a escola paroquial da Igreja da Redenção, em São Gabriel/RS, que contava com 30 alunos.

A edição de 30 de setembro de 1932, na página 10, informa que o pároco da Igreja do Crucificado (Bagé/RS), Rev. Athalício Pithan, estava cogitando a fundação de um colégio paroquial na cidade, o que estava sendo considerada uma das prementes necessidades locais,

visto a absoluta falta de collegios leigos nesta cidade. Os filhos de nossos parochianos e os alumnos de nossas escolas dominicaes são constringidos a frequentar collegios catholico-romanos, debaixo de pressão e influencia de padres e freiras.

Acrescenta que os alunos das escolas dominicais de Bagé chegavam ao número de 600.

O Estandarte Cristão de 30 de março de 1933, na página 8, informa a criação do Colégio Luso-Brasileiro pela Paróquia do Crucificado, em Bagé (pároco Rev. Athalicio Pithan). Mais tarde este tomou o nome de Colégio Independência. Acrescenta que o Colégio, dirigido pelo pároco e pelo Prof. Souza Coutinho, viera preencher uma grande lacuna e estava auxiliando na instrução dos filhos da Igreja.

A edição seguinte (15/04/1933), na página 9, informa que o Colégio Luso Brasileiro já contava com quase 70 alunos. Já a edição de 15 de julho do mesmo ano, na página 7, informa que a matrícula chegara a 120 alunos. A edição de 30 de setembro, na página 9, informa a mudança de nome do educandário para Colégio Independência. A edição de 25/12/1933, página 14, em notícia sobre o Colégio Independência, informa, entre outros fatos, que, entre seus alunos, não se encontravam somente episcopais, mas também oriundos de famílias católicas romanas, judias e filhos de maçons.

É destaque no Estandarte Cristão a notícia fundação do Ginásio Santa Margarida, em Pelotas/RS, na edição de 15 de março de 1934, página 14. Durante várias edições o Estandarte vinha mencionando detalhes sobre a novel escola e sobre a educadora que fora escolhida para dirigi-la. No Estandarte Cristão de 28 de fevereiro de 1934, na página 8, há várias informações sobre a primeira diretora, Prof.^a Hedy Sergel, a qual era bacharel em artes e detinha o título de M.A. (Master of Arts) conferido pela Universidade de Cambridge (EUA) e havia sido professora dos filhos do então governador da Nova Zelândia, Lord Plunket.

A edição de 30 de março de 1934 informava, na página 7:

O Collegio Santa Margarida está chamando a atenção das familias pelotenses. Approxima-se já de 50 o numero de alumnas do novel estabelecimento de instrucção. Foi tirada nova edição do Prospecto, o qual continua a ser procurado. Recommendamos ás orações dos irmãos o Collegio Sta. Margarida!

A partir de *então*, o Estandarte Cristão passou a contar com a Seção “*Nossos Colégios*”, onde prestava informações sobre as instituições de ensino mais importantes da Igreja Episcopal Brasileira. A edição de 15 de junho de 1934 traz, nas páginas 5 e 6, várias informações e notícias acerca do Colégio Cruzeiro do Sul (internato para meninos e externato misto de Porto Alegre), do Ginásio Santa Margarida (internato para meninas e externato misto relativo às séries iniciais, Pelotas) e do Colégio Independência (externato misto de Bagé), destacando-se: a) *Colégio Cruzeiro do Sul*: havia curso de datilografia; o colégio encaminhava a situação militar dos alunos, que recebiam caderneta de reservista ao prestarem exames perante as comissões do Comando da 7^a Região Militar; a chegada de vários professores ao corpo docente da escola, como Manoel Carmona Gallego, Paulo Krebs Appel e Dr. Cesar Santos; a existência de reuniões de cunho “cívico, moral e religioso” destinadas aos alunos do curso de Admissão, e de palestras, como a do dentista Dr. Plácido Puccini sobre higiene dentária; e sobre o fato de o colégio possuir um Grupo de Escoteiros, os Charruas; b) *Colégio Santa Margarida*: já contava com mais de 50 alunas; tencionava instalar-se em prédio a ser projetado pelo arquiteto Arthur Ward, na Rua 7 de Abril, entre Gen. Vitorino e Felix da Cunha; c) *Colégio Independência*: possuía um Grêmio Literário, que realizava festivais literários

abertos à comunidade; contava então com 194 alunos de ambos os sexos (tratava-se de colégio misto); possuía desde os cursos iniciais até secundário e comercial; e estava oferecendo um curso especial de Ciências e Matemática avançada a pedido dos jovens ginásianos que se destinavam à Escola Militar no Rio de Janeiro.

O Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1935 traz, na página 9, notícias sobre Colégio Independência, da Igreja do Crucificado (Bagé/RS, pároco Rev. Athalício Pithan), Informa, entre outros dados, que o colégio contava com cerca de 200 alunos, dentre dos quais aproximadamente 80 eram do sexo feminino. A edição de 30 de outubro, na página 12, traz várias notícias sobre o Colégio Cruzeiro do Sul, entre elas informando que o educandário possuía um grupo dramático, promovia campeonatos de atletismo e se destacava em comemorações cívicas na cidade de Porto Alegre, além de apresentar o início da preocupação da Igreja Episcopal Anglicana com o ensino profissionalizante, numa breve informação de que os alunos haviam visitado vários estabelecimentos comerciais com a finalidade de aprendizagem e que, no ano, haviam-se matriculado 204 alunos.

Eram cada vez mais freqüentes as menções às grandes instituições de ensino da Igreja Episcopal Brasileira no Estandarte Cristão. A edição de 15 de janeiro traz, nas páginas 9 e 10, várias notícias sobre o encerramento do ano letivo de 1935 nos Colégios Independência (Bagé/RS, dirigido pelo Rev. Athalicio Pithan), Ginásio Cruzeiro do Sul (Porto Alegre/RS, dirigido pelo Rev. Orlando Baptista), e Colégio Santa Margarida (Pelotas/RS, dirigido pela Sra. Hedy Sergel), cuja construção do prédio próprio estava sendo finalizada.

O Estandarte Cristão de 30 de junho de 1936 traz, nas páginas 5 a 7, informações sobre a inauguração do novo prédio do Colégio Santa Margarida. Tratava-se de um prédio amplo, de quatro andares, com auditório com lugar para 200 pessoas. Informa que todos os jornais da cidade de Pelotas e o Correio do Povo de Porto Alegre haviam apresentado retratos do prédio **“acompanhados de longas notícias, com referencias elogiosas á Igreja Episcopal Brasileira pelo seu trabalho glorioso no campo educacional”** (grifo apostro). A notícia transcreve matéria do jornal O Libertador, de Pelotas, edição de 25/06/1936, a qual destaca a arquitetura do prédio, as instalações (que contavam com livraria, apartamento da ecônoma, biblioteca, laboratório,

enfermaria, dormitórios para alunas e para professoras, todos com closets, estufas de aquecimento, havendo distribuição de água encanada quente e fria e instalação elétrica totalmente embutida); informa que o projeto fora traçado pelo Arquiteto Arthur B. Ward, diplomado nos EUA, e as obras haviam sido dirigidas pelo Engenheiro Affonso Goetze Junior. Relata ainda, a matéria, que, “entre as pessoas gradas que, após a inauguração do novo edifício, *nelle matricularam seus filhos, estão o dr. Prefeito Municipal e o dr. Juiz da Comarca*” (grifo apostro).

O Estandarte Cristão de 15 de fevereiro de 1945 menciona mais uma escola fundada pela Igreja Episcopal Brasileira, a Escola Rev. Américo Cabral, também no interior, na localidade de Lagoas, município de São Francisco de Paula/RS.

A preocupação da Igreja Episcopal Brasileira em criar uma Escola Rural (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1945, p. 2, 3 e 5) e a *fundação de uma escola secundária em Pinheiro Machado/RS, o Instituto São João Evangelista* (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/09/1945, p. 11), cuja criação será detalhada no tópico deste capítulo referente à relação entre Igreja Anglicana e Maçonaria vista pela ótica do Estandarte Cristão, também demonstram a preocupação com a educação por parte da Igreja Episcopal Brasileira, compartilhada pela Maçonaria.

A preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a educação também se demonstra pela incrementação de suas instituições de ensino. O Estandarte Cristão da 1ª quinzena de setembro de 1955 informa, na página 11, a criação de *curso comercial básico no Instituto São João Evangelista* (Congregação São João Evangelista, Pinheiro Machado/RS, pároco Rev. Eloy Guimarães – também maçom), que funcionava à noite, *com cerca de 25 alunos, e que era o primeiro curso desse tipo a funcionar na cidade de Pinheiro Machado/RS.*

O Estandarte Cristão de 15 de março de 1946, página 9, informa que o *Ginásio Cruzeiro do Sul* estava providenciando a oficialização do oferecimento do segundo ciclo. A edição de 1º de abril do mesmo ano informa, na página 8, que funcionariam no educandário, naquele ano, todos os cursos: Jardim de Infância, Preliminar, Admissão, Ginasial e Colegial, *cuja inspeção acabava de ser conferida.*

O Estandarte Cristão de 1º de abril de 1946 informa que a Paróquia de Cristo (Erechim/RS) também contava com um educandário, denominado Colégio Barão do Rio Branco. Observa-se que, quando a Igreja Episcopal/Anglicana fundava uma escola, ou estas recebiam uma denominação ligada a algum Santo/Santa ou Mártir, ou eram denominadas com o nome de algum maçom (como é o caso de Rio Branco e outros). Este fato recorrente leva a crer que a Igreja recebia apoio e/ou auxílio de Lojas Maçônicas para levar a efeito a criação da escola e/ou sua manutenção.

A Igreja Episcopal Brasileira inaugurou, em 19 de maio de 1946, a Escola Rural Antônio Fraga, na localidade de Santa Rita (Canoas/RS). Sobre tal acontecimento, o pároco Rev. Ernest Berhoeft assinalou, no Estandarte Cristão de 1º de julho desse ano:

Quanto isso significa para a nossa Paróquia só pode avaliar quem de perto acompanha nosso trabalho. [...] Ficam aqui os nossos especiais agradecimentos aos revmos. Diocesano e Sufragâneo, ao rev. Antonio Guedes, aos contribuintes cuja lista segue abaixo e aos membros da “Legião da Cruz”, antiga Guarda do Calvário. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/07/1946, p. 11)

O Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1948 traz, na página 7, a tradicional informação sobre o encerramento do ano letivo anterior nas principais instituições de ensino da Igreja Episcopal Brasileira, e, desta vez, menciona quatro: o Ginásio Santa Margarida, o Colégio Cruzeiro do Sul, a Escola Rural Rev. Antonio Fraga e o Instituto Livramento.

O Estandarte Cristão de 1º de fevereiro de 1951 traz a informação de que o Colégio Cruzeiro do Sul tinha mais de 700 alunos, e formara uma Comissão Executiva para auxiliar na administração do educandário e decidir sobre bolsas escolares. Menciona também que havia uma Junta Administrativa no Colégio Santa Margarida. Já na página 8 da edição de 1º de março de 1951 o Estandarte Cristão afirma que alunos de todo o Estado estavam ingressando no Colégio Cruzeiro do Sul. A mesma edição informa, na página 10, que o Colégio Cruzeiro do Sul doara bancos usados e outros materiais à Escola Paroquial da Paróquia São João Evangelista, Passo do Caí, que funcionava sob a responsabilidade do catequista André Vargas.

Acerca do Ginásio Santa Margarida, a edição de dezembro de 1952

traz ampla reportagem com diversas fotografias, nas páginas 10-11 e 13, destacando que a instituição possuía um *Clube Espiritual* e um *Clube das Obreiras, que arrecadava fundos para manter bolsas de estudos para as estudantes carentes.*

O Estandarte Cristão da 2ª quinzena de abril de 1954, na página 10, noticia a inauguração oficial dos Cursos Supletivos Noturnos da Escola Primária Gabrielense, mantida pela Legião da Cruz da Igreja Episcopal Brasileira em São Gabriel/RS.

O Estandarte Cristão da 2ª quinzena de julho de 1954 traz, na página 4, a inauguração do Ginásio Jacob Renner, em 04/07/1954, na cidade de Montenegro/RS, pelo Rev. Ernesto Bernhoeft. Transcreve discurso alusivo ao fato proferido na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo Rev. Dr. Derli Chaves. A edição da 1ª quinzena de agosto do mesmo ano transcreve, na página 9, notícia sobre o acontecimento, publicada no jornal Correio do Povo de Porto Alegre/RS.

Em diversas outras edições o Estandarte Cristão menciona que havia concessão de bolsas de estudos nos colégios pagos da Igreja Episcopal Brasileira, por exemplo, na página 8 da 2ª quinzena de setembro de 1954, onde recomenda a observância do prazo para o requerimento desse benefício.

Na página 6 da edição da 2ª quinzena de março de 1955, Federação da Legião da Cruz da Diocese Sul Ocidental informa sobre as instituições assistenciais que mantinha, mencionando as 2 Cidades dos Meninos (Bagé e Livramento), e sobre as instituições educacionais: 4 escolas primárias em Bagé, 1 em Erechim, 1 em Santana do Livramento, 2 em Pinheiro Machado, 1 em São Gabriel e 2 em Santa Maria; 6 cursos profissionalizantes em funcionamento na Cidade dos Meninos de Bagé; e 2 cursos comerciais funcionando no Instituto Barão do Rio Branco, em Erechim. Isso apenas se referindo às instituições mantidas pela Legião da Cruz, afora as demais instituições educacionais da Igreja Episcopal Brasileira. A Legião vinha se afirmando como um importante sodalício da Igreja nas áreas social e educacional.

O Estandarte Cristão de fevereiro de 1958 traz, na página 11, matéria com fotografias sobre o Ginásio Jacob Renner, da Paróquia do Espírito Santo, Montenegro/RS, informando que o educandário estava atendendo a mais de 100 alunos de ambos os sexos.

A edição de março de 1958 (páginas 8-9) presta informações sobre o retorno às aulas, citando o Colégio Cruzeiro do Sul, o Colégio Santa Margarida, o Instituto Livramento, o Instituto Barão do Rio Branco (Erechim), o Instituto São João Evangelista (Pinheiro Machado) e o Ginásio Jacob Renner (Montenegro), que informa ser gratuito. Menciona ainda o constante crescimento dos educandários paroquiais ou diocesanos, “os quais logo se tornam pequenos, dada a procura da parte de eclesianos e tantas outras pessoas que desejam ver seus filhos educados em escolas da Igreja.” Esclarece: “Certo que o objetivo desses educandários de modo algum se restringe à ministração das matérias escolares. Todos eles visam à educação da personalidade para a vida.”

O Estandarte Cristão de outubro de 1960, na página 20, volta a mencionar que *o Instituto São João Evangelista era considerado um renomado educandário na cidade de Pinheiro Machado/RS*. Menciona também a capelania do Colégio Cruzeiro do Sul, ocupada pelo Rev. Eloy José Lopes Guimarães.

A edição de março de 1962, nas páginas 2-3, traz artigo sobre a Igreja de Jesus Cristo, em Erechim, mencionando que esta contava, na área assistencial/educacional, com o Instituto Barão do Rio Branco, o Lar de Meninas Dilka Farias da Silva e a Escola Comercial Rev. José Appel.

A edição de outubro de 1962, página 17, menciona a inauguração oficial do Curso Normal do Colégio Santa Margarida.

O Estandarte Cristão de maio de 1963 menciona, na página 17, que a Escola Bispo Thomas, da Paróquia de Santo André (Cacequi/RS), era “considerada uma das melhores da cidade.” O Estandarte Cristão de julho de 1964 traz uma reportagem, com fotografias, sobre o Curso de Admissão Noturno da Escola Bispo Thomas de Cacequi, aparecendo, também, seu Diretor, Rev. Adalberto Hartwig. Na época, o curso tinha 51 alunos.

A edição de Natal de 1963, na página 6, traz propaganda de várias escolas da Igreja Episcopal Brasileira: Colégio Cruzeiro do Sul (Porto Alegre/RS) – Jardim de Infância, Primário, Admissão, Ginásial, Colegial e Normal – internato masculino e externato misto; Colégio e Escola Normal Jacob Renner (Montenegro/RS) – Pré-Primário, Primário, Ginásial, Colegial (noturno), Normal e Industrial; Instituto Livramento (Santana do Livramento/RS) – Ginásio Comercial (antigo Comercial Básico), Equivalente ao Ginásio, matérias extras como francês, inglês, prática comercial e contábil; Casa do Estudante (Porto

Alegre); Colégio Santa Margarida (Pelotas/RS); Instituto São João Evangelista (Pinheiro Machado/RS); Instituto Barão do Rio Branco (Erechim/RS); Casa de Santa Hilda (Santo Amaro/SP). O *slogan* era: “O futuro de seus filhos depende de você.”

Obrigado(a), Estandarte Cristão de outubro de 1966 noticia a criação da Fundação Montenegrina de Ensino e Pesquisa, em sucessão à Legião da Cruz e instituída por esta para manter o Colégio e Escola Normal Jacob Renner e outras instituições que viesse a organizar. O presidente era o Prof. Gerson de Castro Silveira. Objetivos da fundação: desenvolver a cultura e a educação na coletividade, proporcionar cursos escolares para a instrução em geral, promover pesquisas educacionais e sociais, bem como outras atividades de incentivo cultural.

Finalmente, verifica-se, quase ao final da pesquisa, o crescimento do interesse da Igreja Episcopal Brasileira em relação ao ensino universitário. A edição de janeiro-fevereiro de 1964 traz, nas páginas 6 a 9, o amplo artigo “Apostolado Universitário”, escrito por Barbara Hall, missionária da Igreja Episcopal Brasileira e Secretária de Estudos da União Cristã de Estudantes do Brasil, e pelo Rev. Sebastião Teixeira, Diretor da Casa do Estudante Episcopal, Porto Alegre, artigo sobre a responsabilidade da Igreja para com o estudante, tendo em vista que o cristianismo dos universitários e futuros profissionais irá influenciar os destinos do país.

Já o Estandarte Cristão de maio de 1964 informa, na página 5, a abertura de matrículas para cursos isolados no Seminário Teológico da Igreja Episcopal Brasileira, um dos quais era o de Realidade Brasileira. Na página 11 da edição de abril de 1965, no editorial “Uma Teologia Nossa”, o Estandarte Cristão afirma que o Seminário “avançou um século ao criar a cadeira de Realidade Brasileira como parte do currículo.”

4.8 Métodos pedagógicos utilizados pela Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil em suas instituições de ensino, segundo o Estandarte Cristão

Um dos aspectos mais interessantes que aparecem no Estandarte Cristão é o que diz respeito à adoção de teorias e práticas pedagógicas

imbuídas de idéias trazidas pelos missionários americanos, como por exemplo a co-educação, a não utilização de castigos físicos, o incentivo à educação física e o enfrentamento da questão do sexo em termos educacionais.

No Estandarte Cristão de 30 de janeiro de 1902, na coluna *Novas do Estrangeiro*, menciona a criação de movimento, nos Estados Unidos, denominado *Movimento Voluntário dos Estudantes para as Missões no Estrangeiro*. Infere-se, portanto, que lá os estudantes episcopais eram, além de iniciados nos ensinamentos cristãos, incentivados a prepararem-se para serem missionários, leigos ou não, nos países onde a Igreja Episcopal estava sendo implantada. Estava, portanto, a educação nas Escolas Episcopais dos Estados Unidos atrelada à Igreja e ao seu princípio missionário de expansão.

O Estandarte Cristão traz uma exposição da linha pedagógica das instituições da Igreja Episcopal Brasileira na edição de 30 de janeiro de 1935, onde transcreve discurso proferido pelo Rev. Dr. Athalício Pithan na solenidade de lançamento da pedra fundamental do edifício do Colégio Santa Margarida, sob o título “A Escola Moderna”, do qual se destaca o seguinte trecho:

Quando dizemos cultuar o passado, não prérgamos a continuação dos métodos doutr'ora, que faziam da escola uma prisão e um lugar de supplicios, methods contraproductentes, que jamais poderiam despertar o interesse por parte do alumno, alvo primordial da escola activa, da escola moderna. Com os novos methods de educação progressiva, escola activa, socializande podemos ainda melhor cultuar o passado, fazer que o discípulo busque voluntariamente conhecer o trabalho, o heroismo, os sacrificios, a abnegação e as glorias de nossos ancestraes. Como observou alguem, 'schola' é recreio e a escola, em latim, era os 'ludi' ou 'brincos'. [...] Não se educa sem despertar interesse, sem accordar o amor no animo da criança. O educador tem de ser um psychologo e um observador de qualidades distinctas. Precisa corrigir os defeitos da educação do lar, ainda tão difficiente entre nós. Deve olhar para o alumno como um futuro membro da sociedade, sobre cujos hombros irá descansar o patrimonio glorioso das conquistas da civilização até hoje alcançadas através de indizíveis canseiras. Não há tarefa mais bella, mais nobre e nem mais digna que a do educador consciente. [...] O grande traço característico da educação moderna é o espírito de liberdade que a preside. [...] Educar não significa apenas transmittir conhecimentos uteis, mas sobretudo incutir no espirito do alumno a confiança em si mesmo. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1935, p. 3)

Importante observar que a Igreja Episcopal estava sempre buscando o aprimoramento de suas grandes instituições de ensino, não apenas quanto a métodos pedagógicos e aumento dos cursos oferecidos, mas também quanto a

instalações, equipamentos como quadras desportivas, bibliotecas, e ainda quanto a atividades paralelas como música, teatro e sessões literárias. Os melhoramentos obtidos pelas instituições eram noticiados com destaque no Estandarte Cristão, como a inauguração do prédio próprio do Colégio Santa Margarida, na edição de 30 de janeiro 1935, página 3.

Nesse sentido, destaca-se do Relatório sobre o Estado da Igreja apresentado ao 38º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, conforme publicado no Estandarte Cristão de 15 de maio de 1936:

A nossa cooperação na obra educativa, secular, continua cada vez mais forte e eficiente. Queremos aqui mencionar o alteroso edificio, quasi prompto, do Colégio Santa Margarida, em Pelotas; as novas installações, muito mais amplas e adequadas, do Collégio Independencia, de Bagé, e os melhoramentos de cunho material e pedagogico que de anno para anno, vêm augmentando, no conceito publico, a boa reputação do Gymnasio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1936, p. 3)

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1936, na página 11, informa que a maioria das professoras do Colégio Santa Margarida, que já contava com mais de cem alunos, era diplomada em escolas superiores.

No Estandarte Cristão de 15 de junho de 1946, a Página da Federação das Sociedades Auxiliadoras de Senhoras (páginas 3 e 4) traz discurso da educacionista Prof.^a Irene Rolim da Silveira, acerca de educação. Trecho:

Assim também a mestra, mãe espiritual de seus educandos, que procura canalizar tendências desvirtuadas, aproveitando-as para o bem, em vez de destruí-las; que considera a personalidade de cada criança, atendendo às diferenças individuais, age com amor como agia o mais generoso dos educadores, o grande Pestalozzi. E essa mestra poderá fazer suas as palavras de Gabriela Mistral: “Dá-me que eu seja mais mãe do que as mães para poder amar e defender como as mães, o que não é carne da minha carne. Torna-me leve a palavra do castigo e suavíssima carícia; repreenda sofrendo para que saiba que corrige amando.” Estandarte Cristão de 15/06/1946, p. 4)

O relatório do Departamento de Educação Religiosa da Igreja Episcopal Brasileira publicado na página 1 do Estandarte Cristão da 2ª quinzena de setembro de 1953 recomendava o uso de novo material didático, mais atualizado. A preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a modernização de seus conceitos transparece novamente no Estandarte Cristão de outubro de 1965, onde há um artigo do Rev. Paulo José Krischke sobre a Semana de

Conferências realizada em Santos/SP, dentro de uma campanha da Igreja Episcopal de São Marcos intitulada “A Igreja no Mundo Moderno”, que contou inclusive com a orientação técnica de uma agência de publicidade. Os temas e palestrantes da Semana de Conferências foram: “A Igreja e a Cultura no mundo moderno” – Rev. Takasi Simizu; “Deus e a sua Igreja” – Rev. Saulo Marques da Silva; “A Família e a Sociedade no Mundo Moderno” – Revmo. Henrique Todt Jr.; “A Igreja e a História no mundo moderno” – Rev. Nataniel Duval da Silva; “Os Fundamentos do Ecumenismo no mundo moderno” – Rev. José Del Nero; “A Atualidade da Igreja no mundo moderno” – Rev. Glênio Vergara dos Santos; “A Igreja e os Problemas Sexuais no mundo moderno” – Rev. Egon Feldens; e “A Igreja e a Sociedade no mundo moderno” – Rev. Eurico O. Daudt. Compareceram leigos de várias denominações cristãs.

Em relação à co-educação, esta foi incentivada pela Igreja Episcopal/Anglicana desde os primórdios do período pesquisado, de forma pioneira em termos de Educação rio-grandense. Já no Estandarte Cristão de **15 de janeiro de 1902**, como anteriormente citado, é mencionada a Escola Evangélica *Mista*, dirigida pelo Rev. Vicente Brande em Jaguarão/RS. Também, como já referido, em 30 de janeiro de 1902, o artigo *O Ensino entre Nós*, de Arno Ernst, defende a importância da educação da mulher, inclusive em relação às disciplinas mais acadêmicas, como Aritmética, indo além de Música, Desenho, etc, para que a mulher “instruída, culta e intelectual, exerça melhor seu papel de mãe e de esposa e atue tendo em vista sua 'missão civilizadora' no mundo” (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1092, p.1).

O artigo “O Factor do Sexo na Saúde Social”, publicado em partes, no trecho publicado na edição de 10/02/1926, afirma:

Outra consideração importante num ataque racional aos problemas da hygiene social é a guia sabia e o uso educativo das relações sociaes dos jovens de ambos os sexos. **A convivencia dos sexos em todas as edades é normal e desejavel. 'Homem e mulher Elle os creou', e nós commettemos um grave erro, quando fazemos por supprimir a expressão social do sexo na fôrma de camaradagem e amisade, sobre a base de que um sexo é um perigo para o outro. [...] A educação conjuncta é um principio são.** A separação dos sexos serve só de augmentar a sua tensão e o seu desejo. [...] As relações sociaes dos sexos entre os jovens, têm naturalmente seus perigos como tambem sua edificação. (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/02/1926, p. 5 - grifos apostos)

O tema também aparece em várias outras edições do Estandarte Cristão, como visto no item relativo à a educação da mulher no periódico.

Outra característica que pode ser considerada pioneira na visão anglicana acerca da Educação no Rio Grande do Sul surge no Estandarte Cristão de 15 de março de 1904, página 3, no artigo “Regras Geraes de Educação”, que reproduzia artigo já publicado no periódico protestante “O Expositor Cristão”, de onde se transcreve: “os castigos phisicos ferem o amor proprio das creanças e as tornam faltas de brio sem emendal-as”. Em uma época em que não só os pais, mas os próprios professores nas escolas se utilizavam de castigos físicos, considera-se tal crítica a estes um grande avanço e, indubitavelmente, uma influência das novas Correntes Pedagógicas que já se desenvolviam nos Estados Unidos da América do Norte.

Mais uma característica pedagógica da visão anglicana se relaciona ao fato de serem proporcionadas atividades extracurriculares em suas instituições de ensino. Entre as inúmeras notícias nesse sentido existentes no periódico, encontra-se a de que o Ginásio Cruzeiro do Sul contava com aulas de música, piano e canto, além do currículo normal (que incluía latim) e um clube de drama (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1936, p. 6).

Na edição de 25 de dezembro de 1938, na página 14, o Estandarte Cristão informa que o Colégio Santa Margarida disponibilizava às alunas atividades como trabalhos manuais, teatro e coral. Já a edição de 1º de fevereiro de 1943, na página 11, informa que o Colégio Santa Margarida contava com grêmio estudantil, orquestra e aulas de piano, canto orfeônico e outras manifestações musicais. A edição de 1º de fevereiro de 1943 informa, na página 11, que o grêmio estudantil do Colégio Santa Margarida promovera um festival artístico em benefício da Legião Brasileira de Assistência.

Sobre a Cidade dos Meninos de Bagé, o Estandarte Cristão da 1ª quinzena de abril de 1954 traz, na página 4, transcrição de notícia do jornal Correio do Sul de Bagé, informando também que *a Igreja do Crucificado contava com um coral, chamado "Grupo Coral Martinho Lutero", dirigido por Alayde Guedes*, e que, **na Cidade dos Meninos, também havia um grupo coral, dirigido pela mesma senhora, sob o nome de Coral Bispo Thomas**. No Estandarte Cristão de 15 de junho de 1951, página 7, reportagem do Rev. Henrique Todt Júnior informa que, na escola existente na Cidade dos Meninos

de Bagé, eram oferecidas aos alunos aulas de inglês e de espanhol, onde os que assim o desejassem frequentavam.

Também a Cidade dos Meninos de Livramento, segundo reportagem do Rev. Henrique Todt Junior publicada na página 7 da edição de 1º de setembro de 1951, possuía grupo coral.

Acerca de atividades sociais e recreativas, desde o início do período pesquisado, o Estandarte Cristão demonstra a imensa preocupação da Igreja Episcopal/Anglicana acerca de como as pessoas, especialmente os jovens, ocupavam suas horas de lazer. No início do século XX, o periódico traz veementes ataques contra bailes, danças, consumo de bebidas alcoólicas, jogos e outras atividades consideradas prejudiciais ao desenvolvimento físico, moral e espiritual, particularmente da juventude. Porém, fica claro que divertir-se não era considerado pecaminoso em si, mas apenas dependendo da forma como essa diversão se realizava. Nesse sentido, o Estandarte Cristão de 25 de dezembro de 1925, página 7, traz:

Não basta eliminar uma forma ruim de divertimento: é preciso colocar em seu lugar alguma coisa digna. Que está fazendo vossa Igreja para proporcionar aos seus membros, e a outros, que fazem parte da congregação? Já tendes um lugar próprio, devidamente preparado, em que possaes oferecer recreação?

O Estandarte Cristão noticiava várias atividades promovidas pelas sociedades da Igreja Episcopal no sentido de desenvolverem o que consideravam um lazer sadio, afastando os jovens do álcool e de outros comportamentos considerados perniciosos. Por exemplo, a edição de 10 de agosto de 1926 noticia, na página 6, um torneio de pingue-pongue promovido pela Legião da Cruz da Igreja do Mediador, em Santa Maria/RS.

A pesquisa ao longo dos anos demonstra que, aos poucos, a visão da Igreja Episcopal Brasileira acerca de lazer foi-se modificando. Se, à época das edições publicadas entre 1901 e 1930, o Estandarte Cristão fazia veementes ataques aos bailes e às danças, a edição de 01 de junho de 1944 informa, na página 9, sobre a realização de um concurso de valsa e tango promovido pela Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Igreja do Redentor, de Pelotas, no auditório do Colégio Santa Margarida. Se não é correto afirmar que os bailes da sociedade haviam passado a ser vistos com outros olhos, pelo menos as

reuniões promovidas pelas associações da Igreja passavam a contar com atividades de dança.

Outra preocupação da Igreja Episcopal frequentemente encontrada no Estandarte Cristão dizia respeito à educação sexual. Como já referido, **a edição de 10 de janeiro de 1926 traz o início de um artigo em publicado série denominado “O Factor do Sexo na Saúde Social”, do Dr. Max Exner (médico). Tal artigo tratava o sexo como uma atividade natural do ser humano, que poderia ser prejudicada por práticas que considerava desvios, como “prostituição e outras formas de delictos sexuaes, illegitimidade, enfermidades venereas, defeituosos, divorcio, lares desfeitos, lares infelizes, etc.”, mas que, em princípio, se constituía num “dom” e numa “força creadora na vida do homem, do qual surgiram dum lado qualidades as mais finas, instituições sociaes as mais apreciáveis”.** A série de artigos enfatiza a importância da educação dos jovens em matéria sexual: *“É ministerio da educação quer secular quer religiosa ajudar o individuo a viver a vida mais plena e melhor, tanto para si mesmo como para a sociedade.”* Afirma ainda, na continuação do artigo publicada na edição seguinte:

Os problemas do sexo da nossa vida social são em grande parte devidos ao methodo defeituoso na nossa organização social, á proporção que avançamos em complexidade de civilisação; **mas elles são intensados sobremaneira pela negligencia e mau tratamento do factor sexual na educação dos jovens.** Somente uma pequena proporção de moços recebe até agora alguma educação adequada como base para uma nobre attitude para com o sexo, para um sabio governo nos annos da adolescencia, e para um casamento e paternidade felizes e bem succedidos. Este é um dos mais serios defeitos nos nossos planos de educação e de treinamento de character. [...] **Observando-se os methodos de educação e treinamento em vigor no lar e nas escolas elementares, estudando-se os curriculos das escolas secundarias, dos collegios e das universidades, e o programma de treinamento do character da Egreja e das influencias sociaes que tratam com os jovens, póde-se facilmente chegar á conclusão de que a raça humana é assexuada. Apenas com raras excepções descobrimos ahi um pequeno ou nenhum reconhecimento do factor sexual na vida.** As prohições dos paes e dos mestres com referencia ao sexo, adquiridas pela propria má educação destes, leva-os a confiar na sciencia e no treinamento do character em geral, como guias e censores dos interesses e impulsos sexuaes dos jovens. Essa politica tem naufragado miseravelmente. [...] (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/01/1926, p. 3-4 - grifos apostos)

Na página 2 do Estandarte Cristão de 15 de julho de 1946, o Rev. Egmont Machado Krischke recomenda a obra “A Juventude e a Vida Sexual”, do Prof. Ernesto Thenn de Barros.

Mais adiante, Estandarte Cristão de novembro de 1965 traz, na página 5, a informação (já mencionada) de que, na Igreja da Redenção (São Gabriel/RS, pároco Rev. Cônego Josué Bezerra), foram promovidas conferências e palestras com temas teológicos ou sob abordagem teológica, incluindo uma palestra sobre sexo para adolescentes, **sendo que chama atenção a informação de que o Padre Arnaldo Gasparotto (católico romano) recomendou a seus eclesianos que assistissem as conferências.**

Outra característica da visão pedagógica da Igreja Episcopal/Anglicana era o destaque dada à educação física e à prática de esportes, vista como essencial para o desenvolvimento integral do ser humano (corpo, mente e espírito). Tais atividades deveriam ser proporcionadas inclusive às meninas.

A edição de 15 de janeiro de 1932, na página 11, informa que o Colégio Cruzeiro do Sul incentivava a prática de esportes, possuindo times de “bola ao cesto” (basquete) e “foot-ball” (futebol). Há várias outras notícias que também informam sobre atividades esportivas praticadas no Cruzeiro do Sul, como a encontrada na contracapa da edição de 25 de dezembro de 1938, que informava que o educandário oferecia aos alunos educação física, estando com um “grande estadio ora em construção.”

O Estandarte Cristão de 25 de dezembro de 1938, na contracapa, em uma das inúmeras informações que o periódico apresenta do Colégio Santa Margarida, traz a de que este disponibilizava às alunas educação física, com pavilhão de ginástica e jogos ao ar livre. Já o o Estandarte Cristão de 15 de maio de 1944 informa, na página 15, a compra de um imóvel contíguo ao do Colégio Santa Margarida para aumento das instalações voltadas à Educação Física e a aquisição de estudos completos sobre o Corpo Humano.

Também nas instituições voltadas para os alunos carentes havia a preocupação com a educação física e com o esporte. O Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1946, em matéria sobre a Cidade dos Meninos de Livramento (páginas 6 e 7), menciona que estava sendo construído na instituição um abrigo para práticas desportivas. Sabe-se que a prática de

esportes também era incentivada na Cidade dos Meninos de Bagé, que contava inclusive com um time de futebol (ver anexos).

Falando sobre a Escola Rural Rev. Antonio Fraga, o Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1951 menciona, na página 11, que o médico Dr. Lourenço Zaccaro proferia palestras sobre higiene todas as sextas-feiras, e que atentava para a educação física, tendo vôlei feminino e futebol masculino. Já a edição da 2ª quinzena de 1953 informa, na página 9, que a Igreja do Calvário também mantinha um Curso Supletivo Noturno.

Finalmente, destaca-se, na visão anglicana, uma preocupação que foi-se intensificando acerca do ensino profissionalizante. Uma das primeiras notícias nesse sentido se encontra na edição de Natal de 1935 do Estandarte Cristão, que informa sobre o ensino de trabalhos manuais e sobre a festa de encerramento do ano letivo na Escola do Semeador, que era uma Escola Dominical e também tinha em funcionamento uma escola de alfabetização, em Pelotas, vinculada à Paróquia do Redentor (ESTANDARTE CRISTÃO de 25/12/1935, p. 15). Já a edição de 25 de dezembro de 1936, na página 16, menciona que a escola também proporcionava o ensino de bordado, além dos trabalhos manuais.

Aos poucos, a Igreja Episcopal Brasileira começa a se envolver cada vez mais na área do ensino profissionalizante. O Estandarte Cristão de 15 de maio de 1941, na página 9, informa que, na Paróquia do Nazareno (Santana do Livramento/RS), o pároco, Rev. Orlando Baptista, estava começando a organizar o Instituto Livramento, “Escola de Comércio e ginásio”. Verifica-se que, em uma das primeiras propostas direcionadas à profissionalização, a Igreja Episcopal Brasileira apresentava um ensino na área do comércio e **coadunado com a educação ginasial**.

A edição de 1º de junho de 1943 dá a informação de que o Instituto Livramento, “escola de comércio fundada por interferência da Prefeitura Municipal, sob a orientação de nosso pároco”, estava em funcionamento e acabava de receber a inspeção prévia do Ministério da Educação (então Ministério da Educação e Saúde Pública). Na página 9 da edição de 1º de julho de 1945, temos a informação de que o curso comercial já estava oficializado.

A edição de 1º de novembro de 1945 refere:

Em 1941, o rev. Prof. Orlando Baptista foi nomeado pároco da Igreja de Livramento e iniciou então o Instituto que tem o nome da cidade, que seria uma escola de comércio e, no futuro, um ginásio. O Instituto cresceu e desenvolveu-se, com o apôio da Prefeitura local e da população. Hoje é uma esplêndida realidade, perfeitamente estabelecida. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/11/1945, p. 5)

Acerca do 47º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, o Estandarte Cristão de 15 de maio de 1945, que dedica ao assunto as páginas 2, 3 e 5, informa que fora destacada a necessidade de ser criada uma escola rural, de caráter profissionalizante, e também a importância da questão pertinente ao ensino religioso nas escolas públicas.

A edição de 1º de maio de 1947 informa, na página da Federação das Sociedades Auxiliadoras de Senhoras, que o Orfanato Rev. Severo da Silva, além da Escola Vicente de Mauá, oferecia às internas instruções acerca de atividades domésticas. A página apresenta trabalho de Lili Frelechoux sobre o Orfanato, sendo que ela afirma: “De 14 anos para cima todas sabem coser, cosinhar, lavar e passar roupa e bordar. [...] Fora disso tudo, ainda tomam conta do jardim, da criação de galinhas, de marrecos, de coelhos, etc.”

A Cidade dos Meninos de Bagé começa a se destacar por sua vocação para o ensino profissionalizante. No Estandarte Cristão de 15 de junho de 1951, página 7, há reportagem do Rev. Henrique Todt Júnior mencionando a existência, na instituição, de oficinas de fabrico de brinquedos, tipografia, oficina de tamancos, agropecuária (hortas, arvoredos e criação de animais). Destaca ainda a existência de uma escola no local, e, como já dito, informa que também eram proporcionadas, quatro vezes por semana, aulas de inglês e de espanhol. Ou seja, mesmo o enfoque sendo o oferecimento de meios para a aprendizagem de uma profissão, com base na máxima *“não dêis peixe ao homem, ensina-o a pescar”*, não havia desprezo pela formação intelectual dos internos.

Nas informações acerca da Federação da Legião da Cruz da Diocese do Brasil Sul Ocidental sobre as instituições assistenciais mantidas por esse sodalício, o Estandarte Cristão da 1ª quinzena de março de 1955, na página 5, trouxe dados sobre a Cidade dos Meninos de Bagé, que contava com 80 internos, seis cursos profissionalizantes (tipografia, encadernação, marcenaria, tamancaria e outros), e contava com uma escola primária com 107 alunos **que**

incluía o Curso de Admissão, proporcionando, pois, a possibilidade de continuidade dos estudos, com uma professora mantida pela Diocese, uma cedida pelo Governo do Estado e outra mantida pela própria instituição e algumas outras que exerciam trabalho voluntário. Possuía também horticultura, avicultura, suinocultura, e contava com seis pavilhões, um dos quais construído com o produto de um dia do trabalho dos empregados no comércio e na indústria de Bagé (portanto, com recursos oferecidos pela comunidade). Contava ainda com consultório médico (o Dr. Aduino Simões Pires, que efetuava trabalho voluntário), biblioteca e dormitórios.

A edição de outubro de 1968, nas páginas 10 a 13, traz artigo do Rev. Osvaldo Kickhöfel, “Dois Párcos Muito Ocupados em Bagé”, que apresenta um resumo das obras sociais e educacionais das Paróquias do Crucificado (pároco Rev. Antonio Guedes) e da Paróquia da Crucifixão (pároco Rev. Clóvis Rodrigues). O artigo informa que a Paróquia do Crucificado, através da associação Legião da Cruz, mantinha, na Cidade dos Meninos de Bagé, A Escola Profissional São José, da Cidade dos Meninos, oferecia cursos de tipografia, encadernação, sapataria, marcenaria, carpintaria, olaria, mecânica de automóveis, jardinagem, pedreiro, vidraceiro e pintor; havia também a Escola Profissional Santa Maria, também da instituição, que oferecia à comunidade cursos de corte e costura, artes, trabalhos em plástico e lã, tecelagem e malharia. As duas escolas funcionavam no esquema oficina-escola-comércio. Havia ainda uma granja-escola, denominada Amaury Beck²⁴. Relacionados à instituição, no ano anterior, haviam sido matriculados 777 alunos: 320 no Grupo Escolar José Gomes Filho, 79 no Ginásio Comercial, 295 na Escola Profissional, 43 na Escola Profissional Santa Maria, 18 na Granja-Escola Amaury Beck, e 22 no Curso Supletivo. Além disso, a paróquia contava com o Grupo de Teatro JOGOFIL²⁵ e com o Coro Geminado Bispo William Thomas e Martinho Lutero. **Ou seja, aliados ao ensino profissionalizante, a paróquia também fomentava o ensino intelectual (primário, secundário e supletivo)**

²⁴ Amaury Beck, maçom, fazendeiro de posses, deixou por testamento 80 hectares de terra à “Legião da Cruz do Reverendo Guedes” (assim constou no testamento), para que lá fosse organizada uma escola rural para meninos carentes. (Hoje, no local, está o Horto Municipal de Bagé.)

²⁵ JOGOFIL – abreviatura de José Gomes Filho, o nome da escola, então já com primário e ginásio completos e supletivo, com professores cedidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

e as atividades culturais²⁶. Destaca que os menores do sexo masculino são acolhidos como internos sem distinção religiosa, e que a instituição oferece cursos profissionalizantes abertos aos “externos, semi-internos, meninas, moças e até senhoras”. Também informa, entre outros dados, que a Paróquia da Crucifixão estava em tratativas para abrir uma escola em convênio com a Prefeitura Municipal e que possuía um ambulatório médico.

Também na Cidade dos Meninos de Livramento surgia essa vocação para o ensino profissionalizante. Reportagem do Rev. Henrique Todt Junior publicada na página 7 da edição de 1º de setembro de 1951 informa que a instituição possuía oficina de carpintaria, agricultura e pecuária. Sete internos frequentavam o Instituto Livramento, escola técnica da Igreja Episcopal Brasileira (Igreja do Nazareno, Santana do Livramento/RS, pároco Rev. Agostinho Sória). O Estandarte Cristão de agosto 1963, na página 7, noticia que a Legião da Cruz da Paróquia do Nazareno inaugurara uma fábrica de brinquedos na Cidade dos Meninos de Livramento.

Acerca do Instituto Livramento, o Estandarte Cristão de maio de 1969 traz ampla reportagem na página 11, informando que o educandário contava com os cursos ginásial, comercial e técnico de contabilidade, além de datilografia. Informa que o Instituto fora fundado em 1941 pelo Rev. Orlando Baptista, e que concedia bolsas escolares aos internos da Cidade Meninos. O diretor do Instituto Livramento era o Rev. Assis Reis.

Quanto à Cidade dos Meninos de Jaguarão, o Estandarte Cristão de março de 1966, página 4, informa que esta se tornara uma instituição de ensino agroindustrial.

Desenvolviam-se, ainda, as escolas rurais da Igreja Episcopal

²⁶ A título de curiosidade, embora fora do período previsto: a partir de 1980 até 1995, a Cidade dos Meninos, junto com a Escola José Gomes Filho, e nas suas dependências, ofereceu gratuitamente Oficinas de Espanhol, Alemão e Francês (o Inglês já era conteúdo obrigatório pela Grade Curricular da Escola) ministradas por um Professor Voluntário (que não quer ser identificado) no horário das 17h30min às 18h30min, de 2ª a 6ª feira, sendo duas vezes na semana, Alemão; duas vezes na semana Francês e nas 4ªs feiras no mesmo horário, Espanhol (tendo em vista a proximidade com a fronteira do Uruguai) As Oficinas, gratuitas, além dos alunos e alunas, eram também abertas à Comunidade e, em média eram freqüentadas por 20 a 25 alunos. Apenas não podiam ser fornecidos certificados, porque, na época, a Delegacia de Educação não concordou com estas Oficinas (mas elas, mesmo assim, funcionaram). Hoje se tem conhecimento de que muitos destes alunos mais tarde freqüentaram a Escola Técnica de Pelotas e estão empregados em Empresas Multinacionais.

Brasileira. A Paróquia do Crucificado, de Bagé, contava com uma escola rural, a Escola Rural S.A.B.E.R (Sociedade Assis Brasil de Educação Rural), conforme informado na edição de dezembro de 1951. A edição da 2ª quinzena de junho de 1952, na página 11, trouxe mais informações sobre essa Escola Rural, que possuía produção de pão com trigo próprio, criação de suínos e agricultura. Além desta e das atividades voltadas para essa área realizadas em todas as Cidades dos Meninos, o Estandarte Cristão menciona diversas vezes a Escola Rural Antonio Fraga (por exemplo, no Estandarte Cristão de 15/01/1948, página 7), na localidade de Santa Rita (Canoas/RS), e a Escola Rural Dona Margarida (ESTANDARTE CRISTÃO da 2ª quinzena de abril de 1955, página 10), em Passo do Caí.

O Estandarte Cristão da 2ª quinzena de julho de 1952 informa que também estava sendo desenvolvido ensino profissionalizante na Escola Primária Cruzeiro do Sul (Paróquia do Espírito Santo, Montenegro/RS), voltado às atividades de marcenaria, telegrafia e iniciação à mecânica. A edição da 1ª quinzena de junho de 1953 traz, na página 9, a informação de que essa escola já possuía 140 alunos e que a Prefeitura de Montenegro havia cedido uma professora para a instituição – novamente, ensino profissionalizante aliado à alfabetização com vista à formação cultural.

Os achados do Estandarte Cristão em relação a este tópico demonstram a preocupação da Igreja Episcopal Brasileira em implantar, em suas instituições de ensino, métodos modernos e avançados, que, segundo a visão episcopal/anglicana, contrastavam com os métodos da Igreja Católica Romana. Demonstra ainda a importância do acompanhamento da evolução dos princípios educacionais e dos métodos pedagógicos pela Igreja Episcopal/Anglicana ao longo do período pesquisado. Por fim, demonstra a preocupação com o ensino profissionalizante, em função da valorização do trabalho. Segundo a visão de Max Weber, essa seria uma das influências do protestantismo puritano nas Igrejas não-católicas em geral.

4.9 Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil e Maçonaria no Estandarte Cristão

Desde o início da leitura das edições do Estandarte Cristão durante o período pesquisado, percebem-se indícios das relações entre Igreja Anglicana e Maçonaria. A partir de 1905, aparecem menções implícitas à Maçonaria, as quais vão se intensificando ao longo das décadas, até chegar-se a notícias sobre realizações conjuntas entre a Igreja Episcopal/Anglicana e a Maçonaria, como a atuação do Comitê Pró-Liberdade de Consciência e até mesmo a criação de instituição de ensino.

As notas do Estandarte Cristão que trazem indícios sobre as imbricações da Igreja Episcopal/Anglicana com a Maçonaria aparecem já a partir da edição de 15 de fevereiro de 1902, na página 4, que registra que “vários ministros do Evangelho exercem o Magistério Superior, entre eles, o Rev. Meem, professor do Liceu de Agronomia, em Pelotas”. Não é de causar espanto, uma vez que o Liceu tinha a ingerência da Maçonaria, e o Rev. Meem possivelmente era maçom, como Kinsolving e muitos outros, iniciados em Lojas dos Estados Unidos e vindos para o Brasil como clérigos da Igreja Episcopal, uma vez que, nos Estados Unidos, a Maçonaria e a Igreja Episcopal tinham íntima ligação (hipótese confirmada pelo Rev. A.B. Em entrevista realizada em julho de 2008, em Pelotas/RS).

Em 28 de fevereiro de 1902, na página 3, o Estandarte Cristão informa que “a 1^o deste mez appareceu em Santa Maria (RS), **sob o suggestivo título de Estrella do Oriente**, o pequeno órgão [boletim ou periódico da Paróquia Episcopal de Santa Maria/RS] dirigido pelo Sr. José Severo da Silva” (nota e grifo apostos). Ora, sabe-se que o Sr. José Severo da Silva, futuramente o clérigo anglicano Rev. José Severo da Silva, era ativo maçom, e o título do periódico faz menção à “Estrela do Oriente”, que é um dos símbolos maçônicos, sendo também linguagem maçônica, pois, para o maçom, *a sabedoria vem do Oriente*, e no Templo Maçônico o local onde fica o Venerável Mestre é sempre considerado *o Oriente da Loja*. A escolha desse nome e, particularmente, a expressão “sob o suggestivo título de Estrella do Oriente” demonstram claramente a imbricação entre Igreja Anglicana e Maçonaria: o periódico oficial destacava a adoção de um nome maçônico para um órgão de divulgação de uma igreja anglicana do interior do Rio Grande do Sul. Mais adiante, o

Estandarte Cristão de 30 de maio de 1925, na página 4, noticia a criação de mais uma Escola Dominical na Igreja do Redentor, na casa de um paroquiano (Pedro Portugal), que também tomara o nome de Estrela do Oriente. Esse nome era frequentemente adotado em iniciativas do Rev. José Severo da Silva.

Em 15 de setembro de 1903, o na página 3, o Estandarte Cristão informa que a Escola Dominical da Igreja do Salvador, em Rio Grande, recebeu o nome de *Estrella da Manhã* (sic). Sabe-se que a *Igreja do Salvador, em Rio Grande, teve uma ligação estreita com as Lojas Maçônicas daquela cidade, haja vista seus vitrais que ostentam símbolos e sinais maçônicos, de modo claro e evidente*. Talvez porque o Rev. Athalício Pithan (depois Bispo da Igreja Episcopal e Grão-Mestre da Maçonaria do Rio Grande do Sul) tenha tido uma forte influência em sua reforma, ornamentação e preservação do prédio.

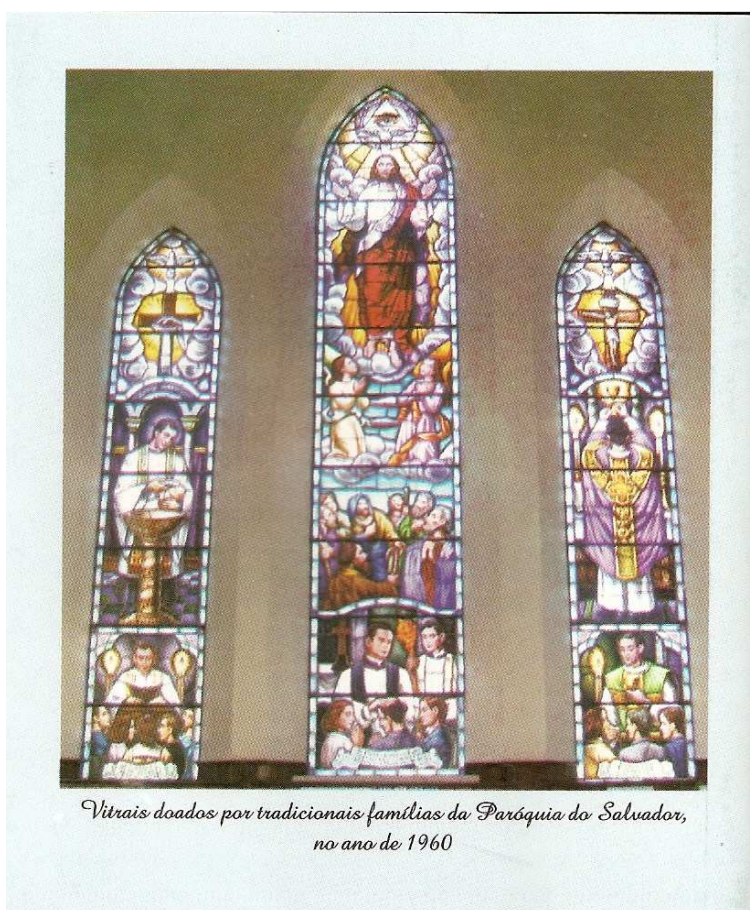


Fig. 45 – Vitrais centrais do átrio da Igreja do Salvador, em Rio Grande/RS, onde se verificam vários símbolos maçônicos, podendo ser mencionado apenas o “Olho que Tudo Vê”, acima, no vitral do meio (os outros símbolos foram mencionados por maçons, mas não revelados à pesquisadora).

A primeira menção explícita à Maçonaria surge na edição de 25 de dezembro de 1905, no artigo “No dia de Jesus”, assinado por “José do Patrocínio” (p. 3). Esse artigo traz *referências a maçons e ao trabalho maçônico de fraternidade e filantropia*.

Na edição de 20 de janeiro 1924, na página 5, o então Rev. William Thomas (posteriormente Bispo) faz alusões à “*Palavra Sagrada*” ou “*Palavra Perdida*”, que se constitui num enigma até nossos dias:

O Rev. Thomas fez, pois distribuir profusamente à congregação o opúsculo A PALAVRA PERDIDA do laureado escritor americano rev. Henry Van Dyke [maçom – complemento da pesquisadora], como uma leitura muito própria para a estação do Natal.

A edição do Estandarte Cristão de 30 de janeiro 1924 traz, na página 3, um artigo sobre “A Oração” que apresenta Deus como **ENERGIA**, o que não era comum na época. ***Essa idéia de Deus como energia é mais maçônica que episcopal, demonstrando novamente a influência maçônica na linha editorial do periódico oficial da Igreja Episcopal/Anglicana.***

Ainda em 1924, a edição de 30 de março de 1924, na página 2, traz uma referência feita pelo Rev. Severo à *Associação Maçônica “Os Templários”*, que numa sessão teria cantado o *hino “Avante, Avante ó Crentes!”*, letra do Rev. Sabine Bering-Gould, música de Arthur Sullivan (1865 – *Amazing Grace*). Este hino constava no Hinário da Igreja Episcopal Brasileira, e *consta até os dias de hoje (2010), na versão atualizada desse livro*. Ou seja, demonstra que as relações entre a Maçonaria e a Igreja Anglicana importavam na influência desta sobre aquela e daquela sobre esta. Sullivan, conforme um dos entrevistados que não quis se identificar, teria sido maçom.

Na página 6 da edição de 20 de janeiro de 1924, apresenta-se a nota “Culto de Vigília”: *“Tivemos o nosso tradicional culto de vigília com a igreja completamente cheia. Depois, á 0 (zero) hora foi celebrada a Santa Comunhão terminando o solemne serviço com o cantar do hymno 123, de mãos dadas.”* Ora, este hino simboliza a “*união entre os irmãos*” e é retirado de um *salmo* que é lido nas sessões maçônicas (Salmo 133). Também a postura de *formarem um círculo na Igreja e cantarem de mãos dadas* é uma menção

(velada aos não-iniciados) à Egrégora Maçônica – Círculo que é realizado pelos Obreiros para elevar preces por algum irmão, cunhadas ou sobrinhos doentes ou para elevarem a Deus uma prece por uma causa premente.

Há diversas outras menções a Cultos de Vigília realizados em várias paróquias da Igreja Episcopal/Anglicana que se encerravam da mesma maneira, como a informação sobre o culto de encerramento de ano realizado na Igreja do Crucificado em Bagé, **com início às 23h, com Celebração da Santa Comunhão após a meia-noite**, onde foi cantado o hino 123, sendo recitado **o salmo considerado como o Salmo da Maçonaria** (salmo 133), e, ao término do culto, **procedeu-se ao círculo com todos de mãos dadas. Este “círculo” tinha uma característica diferente (à semelhança da Maçonaria): as pessoas davam-se as mãos colocando o braço direito cruzado sobre o esquerdo, formando uma verdadeira cadeia de união. E assim sempre ocorria nos Cultos de Vigília, nos dias 24 e 31 de dezembro** (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/01/1925, p. 7).

A edição de 10 de agosto de 1924 apresenta orações pelo “Presidente dos Estados Unidos do Brasil” e pela paz. Na oração é realizada a prece ao **“alto e poderoso Governador do Universo”** (não estaria aqui uma menção ao Grande Arquiteto do Universo?).

A edição do Estandarte Cristão de 10 de janeiro de 1925 faz menção aos *33 anos de existência do periódico*. Aparentemente, 33 anos não é uma data assim tão especial a ser comemorada. Lembra os 33 anos da vida de Cristo sobre a terra; mas, ao lado disto, é o número sagrado para a Maçonaria (também por ser a idade terrena de Cristo). **O grau 33 é o último e o mais importante dos graus filosóficos da Maçonaria**. O Rev. José Severo da Silva, maçom ativo da Loja Fraternidade nº 3, não deixou passar em branco esta data. Percebe-se nas entrelinhas um linguajar peculiar à Ordem Maçônica.

Há também várias menções ao hino 123 (como as encontradas na edição de 28 de fevereiro de 1925), cuja letra diz: “Que vista amável é, quando com santo amor, irmãos ligados pela fé adoram ao Senhor.” Esse hino é baseado no Salmo Maçônico. Da Camino (2001, p. 356) nos traz informações acerca da utilização desse Salmo em certos rituais da Maçonaria, o que ratifica o que fora informado em entrevista.

Prosseguem no Estandarte Cristão as demonstrações das relações entre Igreja Episcopal e Maçonaria. Na edição de 20 de outubro de 1925, há a notícia, na seção Escrivadinha da Redação:

“O Templário”, organ da maçonaria pelotense, passou para suas columnas o formoso discurso – Mães – proferido na A. C. M. de Porto Alegre pelo festejado homem de letras, nosso presado confrade rev. Athalício Pithan, do corpo docente do Collegio Cruzeiro do Sul. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/10/1925, p. 7 – grifo apostro)

Cabe destacar que o Rev. Athalício Pithan (posteriormente Bispo da Igreja Episcopal) era comprovadamente maçom, conforme documentado neste trabalho.

Também se demonstra claramente a influência maçônica em alguns dos rituais da Igreja Episcopal, como se vê na transcrição da seguinte notícia, referente à Igreja do Redentor, então paróquia do Rev. Severo:

Circulo de Oração – O Circulo de Oração da Milicia Christan e que se realiza todos os domingos, á noite, na vestiaria do templo, começa, d'ora em deante, dez minutos antes de se dar inicio ao serviço divino. O signal para a reunião é dado pela luz electrica. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/11/1925, p. 7)

Inegável a influência maçônica: um círculo de oração e um sinal de luz para o começo do ritual.

A partir da página 4 da edição de 20 de agosto de 1926, o Estandarte Cristão traz uma interessante série denominada “Sete”, assinada por Jan Vesely, professor do Colégio Cruzeiro do Sul, acerca de várias menções ao número sete existentes na Bíblia, Antigo e Novo Testamento. Menciona, por exemplo, a história de Naamã, que deveria lavar-se sete vezes no Rio Jordão. Acrescenta:

Dirigi-me aos medicos. Alguns delles, embora que não quizessem reconhecer os numeros santos e as suas profundas relações, confessaram que todavia no desenvolvimento do corpo humano, nesta cousa maravilhosa, percebem-se no seu desenvolvimento, nas suas doenças e perturbações numeros e suas leis, que deviam ser seguidas de perto com ardor; - pois no setimo anno da creança, no decimo quarto do rapaz, no vigesimo primeiro do joven passa-se algo caracteristico começando novos graus e apparencias da vida progressiva. Disseram-me mais que em certas febres ha dias decisivos que trazem a vida ou a morte e que esses dias são o setimo, decimo quarto e vigesimo primeiro e que em certos casos,

serios e mui angustiosos, se deve esperar por seis vezes sete dias. E isso seria somente a superfície dessas profundezas mysteriosas. - O incredulo pode ficar pasmado ou rir-se, mas em todo o caso elle está deante dum facto mysterioso que existe e que elle não pode explicar. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/08/1926, p. 4).

O que é interessante notar é que o número sete é considerado sagrado para os maçons, sendo também para eles considerado o número perfeito (DA CAMINO, 2001, p. 363). A série foi publicada em capítulos até a edição de 20/10/1926, página 8, havendo trazido várias outras menções ao número existentes na Bíblia, tanto no Velho como no Novo Testamento.

O Estandarte Cristão de 15 de novembro de 1944, página 10, informa que a Loja Maçônica Rocha Azul se fizera representar em culto cívico-religioso realizado em alusão à Semana da Pátria em 03 de setembro, na Igreja do Espírito Santo, Montenegro/RS. O pároco de então era o Rev. Líbero Córdova.

O Estandarte Cristão de 1º de setembro de 1942 traz a informação de que o Orfanato Evangélico passara a se chamar Orfanato Rev. Severo da Silva, e de que a escola que funcionava nessa instituição passara a ser denominada *Escola Visconde de Mauá*. Chama a atenção a escolha do nome, uma vez que, embora nascido em Arroio Grande, então distrito de Jaguarão/RS, Irineu Evangelista de Souza (o Visconde de Mauá) não tinha qualquer ligação com a Igreja Episcopal Brasileira, nem particularmente com a assistência social ou com a Educação; porém, é significativo lembrar que o Visconde de Mauá era maçom (fonte: <http://www.lojasmaconicas.com.br>), ou seja, a escolha do nome da escola é mais uma demonstração da influência maçônica nas decisões e atitudes da Igreja Episcopal Brasileira. Anos mais tarde, a Cidade dos Meninos de Bagé, fundada pelo maçom Rev. Antonio Guedes, também daria o nome de *Visconde de Mauá* a um de seus pavilhões.

A página 11 da edição de 1º de julho de 1943 traz o desenho de um vitral da Igreja da Ascensão (Porto Alegre/RS) inaugurado nesse ano, e transcreve sermão do Bispo William Thomas alusivo à inauguração. Nesse desenho, observam-se vários símbolos maçônicos ou de inspiração maçônica, como a *Arca da Aliança* (ver capítulo referente à Maçonaria) e os *pergaminhos contendo o Livro da Lei*. Em seu sermão, o Bispo Thomas utiliza-se de várias expressões em hebraico que também costumam ser utilizadas pela Maçonaria

(por exemplo, Shekinah, a *presença divina*, de significação maçônica referida em DA CAMINO, 2001, p. 364), bem como de linguagem maçônica. Trecho:

Não devia a cruz estar bem no centro deste quadro, simples como era o Mestre, uma cruz radiante, como se estivesse iluminando o mundo? Na sua profundidade repousa sobre os profetas e a lei. "Assim diz Jeová – KO AMER JEOWA", e assim manda o Senhor, representam o velho testamento, as profecias que Jesús veio cumprir, e os mandamentos que veio interpretar. Representam a altura de seu testemunho AS ARCAS, do testemunho com o SHEKINA, a luz celestial, e da Igreja, um naviozinho, chamado ARCA mesmo, em que viajavam Cristãos que, fugindo à perseguição, estavam resolvidos a estabelecer a liberdade religiosa em uma colônia americana. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/07/1943, p. 11)

Sobre reunião realizada na classe bíblica da Igreja do Salvador, em Rio Grande/RS, informa a página 9 da edição de 15 de julho de 1943 do Estandarte Cristão: "Permite-se a todos externarem com franqueza as próprias opiniões sobre o problema religioso, o que torna assaz interessantes as reuniões." O que seria o *problema religioso* aqui mencionado? As dúvidas, os esclarecimentos sobre a Teologia Cristã e sobre a Bíblia. Mas, sobretudo, cristianismo x sociedade: os cristãos deveriam assumir uma postura diferente do que as posturas havidas na sociedade laica? Seria considerado correto a mulher ocupar o espaço público? Haveria um meio de evitar uma prole numerosa e que fosse apoiada pela Igreja (embora ainda não houvesse pílula anticoncepcional, já existiam métodos naturais)? A pena de morte era lícita? Até que ponto a guerra era aceitável? Todos os livros impressos poderiam ser lidos? – Essas questões vão aparecendo e reaparecendo ao longo da trajetória do Estandarte Cristão, e não só na cidade citada, Rio Grande, mas em todas as comunidades religiosas episcopais/anglicanas do Rio Grande do Sul, como se vê nas leituras do periódico. No mesmo diapasão, mais adiante, artigo "A Comunhão Anglicana", do Rev. Jaci Maraschin, no Estandarte Cristão da 1ª quinzena de junho de 1955, páginas 12 e 13, que informa sobre a definição da Comunhão Anglicana elaborada pela Conferência de Lambeth de 1930. Percebe-se que, segundo a definição, que inicia *denominando a Comunhão Anglicana de "Irmandade"*, esta caracteriza-se por manter a **fé e ordem de origem apostólica**, por **respeitar as características nacionais e particulares das igrejas que congregava** e por **não se manter em função de uma autoridade legislativa, mas sim por lealdade mútua sustentada pelo conselho dos**

Bispos. As duas últimas características apresentam fortes semelhanças com as da Maçonaria. Ainda, o Estandarte Cristão de agosto/setembro de 1960 apresenta, nas páginas 14 e seguintes, as conclusões dos Grupos de Estudo do I Congresso Nacional da Igreja Episcopal Brasileira. Na página 15, traz as conclusões sobre a tese “A Igreja Episcopal na Comunhão Anglicana”, do Ven. Arc. Nataniel Duval da Silva, mencionando “o senso de independência característico da primitiva 'ecclesia Anglicana' (Igreja Anglicana), e sua busca por uma posição de equilíbrio e sensatez.

A página 9 da edição de 15 de fevereiro de 1945 traz a seguinte nota, relacionada à Igreja do Crucificado, em Bagé:

Legião da Cruz – Este sodalício que apenas conta 1 ano de vida já tem feito magnífico trabalho de assistência social e conta muitas vitórias e cousas interessantes em sua história. Uma delas que aqui narramos cremos ser fato único na história do protestantismo brasileiro. Quando da inauguração do Albergue Noturno, enviou-se convite **ao venerando sacerdote católico romano monsenhor Costabile Hipólito**. Tendo adoecido **monsieur Costabile enviou uma oferta de Cr\$ 90,00, para ajudar a “Legião da Cruz”** a desenvolver seu programa. Isto demonstra o **caráter liberal, ecumênico e intimatorio do monsenhor Costabile Hipólito, que, aliás, tem sido verdadeiro amigo dos ministros que tem servido em Bagé**. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/02/1945, p. 9 – negrito apostro)

Ora, o comprovado espírito ecumênico desse sacerdote, bem como a linguagem utilizada pela nota enviada pela Igreja do Crucificado (pároco Rev. Antônio Guedes, maçom), notadamente a expressão “caráter liberal”, apontam na direção de que o Monsenhor Costabile pertencia aos quadros da Maçonaria. Desta forma, não seria de estranhar que ele cooperasse com as obras da Legião da Cruz, a despeito de toda a repreensão que pudesse vir a sofrer por parte da Igreja Católica Romana, posto que a Maçonaria tinha uma forte ligação com a obra social da Igreja Episcopal Brasileira em Bagé, mediante a intermediação do Rev. Guedes entre esta e aquela.

O Estandarte Cristão de 15 de maio de 1947 informa sobre a existência de reuniões denominadas Círculos de Oração, possivelmente inspiradas na Cadeia de União maçônica, na Igreja do Crucificado (Bagé/RS, pároco Rev. Antonio Guedes).

Na narrativa de uma lenda romanceada acerca do Natal, na edição de

dezembro de 1953, página 19, o autor (não identificado) utiliza a frase: "*O amor será o sinal de passe dos teus súditos.*" A alusão a "*sinal de passe*" aponta para a utilização de linguagem maçônica.

O Estandarte Cristão de janeiro de 1957 traz a seguinte transcrição de manifestação do deputado Aurélio Viana, que parece ter inspiração maçônica:

Luto, Snr. Presidente, contra a discriminação religiosa neste país. Defendo a liberdade religiosa para todos e reivindico para os brasileiros tratamento igual. No dia em que enveredarmos pelo caminho da discriminação religiosa, fazendo distinção profunda entre grupos que não professem a mesma crença, estará destruída a base da democracia no Brasil. (ESTANDARTE CRISTÃO de janeiro/1957, p. 21)

Nesta "luta" tem-se um paradoxo: liberdade religiosa para os não-católicos, mas uma *crítica implícita* ao catolicismo romano. O anticlericalismo, acentuado após o ultramontanismo e as bulas papais contra a Maçonaria (e posterior excomunhão de seus membros) e a condenação dos não-católicos como hereges, acabou por acirrar uma luta verbal que não tinha necessidade de acontecer. Houve desconhecimento por parte da Igreja Católica, conforme afirma Benimelli (2007), do que eram realmente as atividades maçônicas. A Maçonaria começou na defensiva e, pelos fatos que se seguiram, acabou tornando-se um dos polos ativos de uma relação de mútua agressividade com a Igreja Católica Romana.

Os editoriais do Estandarte Cristão de fevereiro de 1957 se utilizam de terminologia que parece maçônica: *Igreja inclusiva, homens de boa vontade, busca pela fraternidade, boa moral e bons costumes, liberdade* (páginas 10-11).

A partir da edição de julho de 1957, *assuntos diversos dentro de um mesmo texto começam a ser separados por três asteriscos em formação de triângulo*. O editor do Estandarte Cristão na época era o Rev. Henrique Todt Junior, que, seguramente, recebera forte influência de clérigos episcopais maçons, como o Rev. José Severo da Silva, o Rev. Antonio Guedes e o Bispo Athalício Pithan durante longos anos de convivência dentro da Igreja Episcopal Brasileira. Poderia esse símbolo ser um indício de que o editor fora iniciado na Irmandade maçônica? Não foi possível obter a informação a esse questionamento.

O Estandarte Cristão de janeiro-fevereiro de 1969, na página 13, traz

informações sobre a Cidade dos Meninos de Petrópolis e elogios proferidos pelo Venerável da Loja Maçônica Amor e Caridade V, Dr. Lyrio Fassano, entre os quais: “Esta obra engloba tudo o que poderíamos desejar para a formação de um homem” (subtítulo “A Voz da Maçonaria” dentro do texto). Embora fora da delimitação geográfica a que se propôs a pesquisa, considera-se importante mencionar esta nota, como um forte indício das hipóteses que se apresenta.

Também ao transcorrer da leitura do Estandarte Cristão se percebe a forte influência da Maçonaria sobre a criação e a atuação de diversas associações surgidas dentro da Igreja Episcopal/Anglicana, como a Sociedade Filhos da Luz (posteriormente denominada Legião da Cruz), a Irmandade de Santo André, e até mesmo as voltadas para os jovens, como a União da Mocidade Episcopal (U.M.E.), e para as crianças, como a Ordem da Flor de Lis.

Em 15 de novembro de 1905, página 3, o Estandarte Cristão menciona um termo nitidamente maçônico: “*Filhos da Luz*”. Ora, a “Sociedade Filhos da Luz” promovia, em Bagé, sessões literárias no salão da Igreja do Crucificado e *era composta apenas por homens*. Além das leituras e debates, havia “*homens ilustres*” convidados como palestrantes. Também há menção à sociedade de homens “*Filhos da Luz*” em Bagé, na edição de 30 de outubro de 1924, página 5, informando sobre a eleição da nova diretoria dessa associação que atuava ativamente na Igreja. *Interessante notar que todos eram maçons, segundo entrevista com um maçom bajeense já idoso.*

Essa sociedade tinha atividades que encontravam grandes pontos em comum com a Maçonaria: a edição de 30 de junho de 1925 do Estandarte Cristão informa, na página 4, que a sociedade Filhos da Luz estava trabalhando em prol da **manutenção do colégio** que funcionava no salão paroquial da Igreja do Crucificado (Bagé, pároco Rev. Antonio Guimarães, maçom), com a realização de promoções para arrecadar fundos para essa finalidade.

Mais adiante, essa sociedade passou a denominar-se Legião da Cruz, e se fez presente em várias paróquias da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, destacando-se até hoje por seu trabalho em prol da educação e da assistência social. O Estandarte Cristão de 15 de junho de 1935, referindo-se à Igreja do Crucificado, em Bagé, onde era então pároco o Rev. Athalício Pithan, informa:

Legião da Cruz – Depois dum magnífico movimento de boa vontade, entre um numeroso grupo de ecclesianos, foi reorganizada a veterana sociedade de homens e moços desta parochia. A Legião da Cruz, que teve outr'ora o nome de 'Filhos da Luz', tem a seguinte directoria a nortear-lhe os destinos: presidente, Napoleão Vieira, vice-presidente, Ramão Gomes; secretarios: Alcides Garcia e tte. Pedro B. Silva; thesoureiro, Sylvio Guimarães, procurador, Heleodoro G. Santos; bibliothecario, Frontino Peixoto da Silveira. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/07/1935, p. 7)

A título de esclarecimento, cinco deles eram maçons.

Importante destacar-se a finalidade dessa associação, que sempre fora, justamente, o de promover ações voltadas para a cultura, a educação e a assistência social – ideais comuns com a Maçonaria. Por fim, a reestruturação dessa associação em Bagé deu-se quando a paróquia estava sob o comando de Athalício Pithan (maçom).

Todavia, as sociedades da Igreja Episcopal/Anglicana não se restringiam aos homens. Além da Sociedade Filhos da Luz (posteriormente, Legião da Cruz), outra que, desde os primórdios do século XX, aparece no Estandarte Cristão ligada a atividades culturais e literárias é a Irmandade de Santo André. A edição de 15 de novembro de 1935 informa que esta possuía um departamento literário e promovia regularmente palestras (página 9) – cujos temas nem sempre eram mencionados. Também a Igreja do Crucificado (Bagé) mantinha um capítulo da sociedade de mulheres denominada Irmandade da Santa Cruz, que possuía o mesmo lema da Irmandade de Santo André ('Oração e Serviço'), consoante o Estandarte Cristão de 15 de julho de 1945, página 10. A edição de 15 de agosto de 1945 dá notícia da fundação desta Irmandade também na Paróquia do Mediador (Santa Maria/RS). O Estandarte Cristão de 25 de dezembro de 1938 menciona o Grupo das Dorcas, sociedade feminina da Paróquia do Crucificado (Bagé), que tinha a finalidade, entre outras, de arrecadação de fundos através de promoções beneficentes.

A forte atividade de assistência social das associações da Igreja Episcopal Brasileira é noticiada no Estandarte Cristão de 30 de agosto de 1936, na página 9, em nota da Fraternidade de Santo André da Igreja do Mediador (Santa Maria/RS). Todavia, também as escolas da Igreja Episcopal Brasileira

promoviam atividade beneficente, como, por exemplo, festival promovido pelo Ginásio Cruzeiro do Sul em benefício do Sanatório Belém e noticiado no Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1936, página 10. Também se destaca que muitas dessas sociedades tinham uma Comissão de Educação, para trabalhar em prol do serviço educacional, como era o caso da Milícia Cristã da Igreja do Redentor (Pelotas/RS), segundo o Estandarte Cristão de 30 de novembro de 1936, página 12.

E a edição de 15 de fevereiro de 1939, na página 12, informa sobre reunião cultural da sociedade Milícia Cristã que *incluía a participação de mulheres (Alayde Lagos e Beatriz Birnfeld)*, com números de música e declamação. Sendo a Milícia uma sociedade de homens, parece haver certa analogia com as “sessões abertas” da Maçonaria (abertas ao público não-maçom).

O Estandarte Cristão de 15 de fevereiro de 1939 noticia:

Foi recebido como membro da Irmandade de Santo André, em sessão solenne, na Igreja do Redemptor, a 12 do fluente, nosso joven irmão sr. Antonio Guedes. Presidiu á solennidade o veneravel arcediogo José Severo da Silva. O novo andrelino, que aspira ao ministerio de nossa Igreja, foi apresentado pelo sr. João Chapon, esforçado director do capitulo local, e um dos vice-presidentes da Comissão Directora da Irmandade de Santo André. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/02/1939, p. 11)

As palavras utilizadas – ***irmandade, iniciação, sessão solene e outras*** – demonstram clara influência da Maçonaria sobre a Irmandade de Santo André, importante sociedade de homens da Igreja Episcopal Brasileira (que está em funcionamento até hoje – 2010 – na maioria das Paróquias da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil). Salienta-se que João Chapon pertencia à Maçonaria.

Cabe destacar que as associações da Igreja Episcopal Brasileira seguiam os moldes de várias associações literárias e/ou políticas que se haviam implantado no Brasil durante o século XIX, com inegáveis imbricações com a Maçonaria. Segundo Colussi (2002):

Em muitas dessas reuniões literárias e/ou políticas, já havia a participação de liberais maçons, iniciados na maçonaria quando estudantes na Europa. Ao retornarem ao Brasil, contribuíram na

divulgação do liberalismo, do anticolonialismo e também das idéias maçônicas. (COLUSSI, 2002, p. 17)

A edição do Estandarte Cristão de 1º de fevereiro de 1944 traz, na página 5, um artigo de Henrique Todt Junior intitulado “Impressões de uma visita a Bagé” que menciona a Ordem da Flor de Lis, uma das instituições da Igreja Episcopal Brasileira, fundada na Paróquia do Crucificado, em Bagé/RS, para crianças de ambos os sexos, que seguia várias regras do escotismo. A Ordem foi criada por Alayde Lagos Guedes, ex-aluna (e ex-professora) do Colégio Santa Margarida, talvez por haver esta participado da Tropa de Bandeirantes Condor, talvez pelo espírito característico das “margaridenses”²⁷. Alayde era a esposa do então pároco da Igreja do Crucificado, Rev. Antonio Guedes. Sinala-se que este era maçom e que seguramente influenciara sua esposa na escolha do nome do novo sodalício, já que a Flor-de-Lis também é um símbolo maçônico, significando *candura e esperança* (DA CAMINO, 2001, p. 176), portanto, perfeitamente apropriado para uma instituição de trabalho com crianças. O artigo informa que a Ordem possuía um hino, com letra e música do Rev. Orlando Baptista, e incentivava sua criação em outras paróquias. A edição de 1º de agosto de 1944, na página 8, informa a criação da Ordem da Flor de Lis na Paróquia da Redenção, em São Gabriel. A Flor de Lis não substituíra a Escola Dominical, mas era um complemento desta, pois unia envolvimento cristão com atividades do escotismo, o qual ainda não existia em Bagé. O Estandarte Cristão de 1º de novembro de 1947 informa, na página 11, a criação da Ordem da Flor de Lis na Igreja do Redentor, Pelotas/RS. Na página 8 da edição de 15 de janeiro do ano seguinte, há a informação de que a seção de Bagé possuía um jornalzinho. Também informa que a Ordem era composta de meninos e meninas e de que já contava com capítulos em diversas paróquias. Já a edição de 1º de novembro de 1948 traz, na página 9, que a Ordem realizara um festival em benefício da aquisição de um novo órgão para a Igreja, que se menciona para exemplificar seu tipo de atividade.

A Legião da Cruz trabalhava em prol da manutenção das instituições da Igreja Episcopal Brasileira. Disso dá notícia o Estandarte Cristão de 15 de junho

²⁷ “Margaridenses”: alunas do Colégio Santa Margarida que, até hoje, se reúnem (as que residem em Pelotas) para o “Chá das Margaridenses”, confraternização e momento de lembrar a escola e seu lema, “*Dominus dirigenos*”.

de 1946, página 10, informando que essa associação realizara uma quermesse em benefício do Abrigo de Menores da Igreja do Nazareno (Santana do Livramento/RS), com o auxílio dos demais sodalícios da paróquia.

O Estandarte Cristão de dezembro de 1961 traz, nas páginas 12-13, a matéria: “Surge na Diocese Meridional o Movimento Diocesano de Homens”, que menciona o surgimento de associações de leigos (como as Legiões da Cruz e a Irmandade de Santo André) e o engajamento destes no trabalho de ação social com base em princípios de Sociologia e de Psicologia Social. Em que pese a inadequação do título, uma vez que as sociedades de homens haviam surgido na Igreja Episcopal Brasileira, incluindo as da Região Sul do Rio Grande do Sul, desde do início das atividades desta em solo gaúcho, sendo mais adequado falar-se em reorganização ou em resgate histórico do que em surgimento, destaca-se o fato de serem chamadas “sociedades de homens”, o que mais uma vez lembra a Maçonaria.

Quanto à influência maçônica sobre a U.M.E., surge inequívoca na página dedicada a esta na edição de 1º de agosto de 1946, que informa que era comum as reuniões dessa associação serem encerradas com uma **“Cadeia de União”, “com os braços cruzados e de mãos dadas” que servia para estabelecer “um sentimento de união, igualdade e solidariedade no núcleo, e representa um ato formal em que todos os partícipes da sociabilidade podem tomar parte”** (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/08/1946, p. 6 – grifo apostro). Demonstra-se ainda um incentivo para que todos utilizem as seguintes palavras cantadas durante essa Cadeia: **“Boa noite pra ti, boa noite pra mim, boa noite prá todos que estamos aqui”;** **Curvando a cabeça, diziam em coro: – saúde, paz e alegria – e encerravam dizendo: “Que o Senhor nos abençoe e nos guarde; que o Seu Rosto resplandeça sobre nós; e que o Senhor nos dê a Paz” - uma saudação tríplice e uma invocação de bons fluidos sobre os que dela estivessem fazendo parte.**

Ora, essa Cadeia de União guarda tantas similaridades com a Cadeia de União maçônica que simplesmente não poderia ter sido inspirada em qualquer outro rito. Da Camino (2001) informa, acerca da Cadeia de União da Maçonaria:

CADEIA DE UNIÃO – Traduz-se como o cerimonial que reúne de forma litúrgica todos os membros do Quadro de uma Loja. [...] Em algumas lojas, os Veneráveis Mestres aproveitavam o ato para invocar, sobre algum irmão necessitado, “forças” vitais para afastar dele uma enfermidade, ou para consolar o aflito e isso extensivo aos seus familiares. (...) A postura na Cadeia de União é essencial: pés unidos pelos calcanhares de modo que as pontas toquem as dos pés dos elos que estão ao lado; braços cruzados na técnica do “Bom Pastor” e, sobretudo, as mentes unidas por meio da Palavra Semestral. (DA CAMINO, 2001, p. 78-79)

Outra forte demonstração de imbricações entre a Maçonaria e a Igreja Anglicana é a existência de notícias, no Estandarte Cristão, **sobre cooperação e mesmo obras conjuntas realizadas por ambas as instituições.**

A partir da edição de 20 de setembro de 1925, o Estandarte Cristão traz informações sobre a criação e a existência do Comitê Pró-Liberdade de Consciência. Todavia, tais achados serão analisados profundamente no subtítulo que trata da defesa do Estado laico no Estandarte Cristão, de forma que se passa a investigar os demais achados, ou seja, àqueles que se referem a outras comprovações desta tese além da existência e das atividades do Comitê. De momento, menciona-se que a atuação do Comitê deixou bem clara a interação entre Igreja Episcopal Anglicana e Maçonaria, aglutinadas em torno de um objetivo comum, sob a liderança do Rev. Severo.

Retornando-se ao Estandarte Cristão, a edição de 15 de novembro de 1931, na página 8, informou sobre a criação de uma Comissão de Auxílio aos Necessitados na cidade de Rio Grande/RS, **da qual participavam a Igreja Episcopal e a Maçonaria.** Tal comissão também congregava autoridades, como o prefeito, Dr. A. Meirelles Leite e o juiz da comarca, Dr. J. A. Carneiro Pereira. Entre os membros, constavam também os Revs. Franklin T. Osborn e Gamaliel Vergara dos Santos, da Igreja Episcopal Brasileira, e o Venerável da Loja Maçônica Filantropia, Sr. Benigno Freitas. A notícia informou ainda que a Escola Paroquial da Cidade Nova da Igreja do Salvador (da Igreja Episcopal Brasileira) fora o local escolhido para a primeira distribuição de gêneros a setenta famílias necessitadas. Esses gêneros alimentícios foram doações de paroquianos e de maçons.

A Igreja Episcopal Brasileira em São Gabriel contava com uma capela denominada Capela da Luz, título provavelmente de inspiração maçônica; nesta capela, existia uma escola diária, a Escola da Luz. A edição do Estandarte

Cristão de 15 de novembro de 1936 traz notícias acerca desta escola na página 9. Já na página 7 do Estandarte Cristão de 30 de novembro de 1938, há mais um artigo, desta vez assinado pelo Rev. Vergara dos Santos, incentivando à luta pela educação de jovens, que considerava “um genuíno desafio á piedade e ao idealismo de todos os christãos sinceros”, e que deveria despertar “atenção, sympathia, interesse e apoio real.” Percebe-se que a preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a educação guardava enormes semelhanças com a da Maçonaria. Essa preocupação comum se mostra inequívoca no trabalho conjunto de ambas as instituições na fundação do Instituto São João Evangelista (Pinheiro Machado), documentada pelo Estandarte Cristão.

A fundação do Instituto São João Evangelista pela paróquia de mesmo nome, na cidade de Pinheiro Machado/RS, contou com a intensa cooperação da Maçonaria. À época, respondia pela paróquia o Rev. Antonio Guedes, pároco da Igreja do Crucificado, de Bagé (próxima a Pinheiro Machado), maçom. Percebendo a necessidade da implantação de um instituto educacional da Igreja Episcopal Brasileira naquela cidade, o Rev. Guedes entrou em contato com o Bispo Pithan, também maçom, e ambos passaram a organizar a fundação do Instituto, com auxílio da Maçonaria local. O Estandarte Cristão de 1º de setembro de 1945 traz a seguinte informação:

[...] Após as primeiras conferências e visitas domiciliares feitas pelo rev. Antonio Guedes, tivemos a honra de receber a visita altamente significativa do Revmo. Bispo Sufragâneo, em 23 de novembro de 1944²⁸. [...] Preparado o programa das atividades, tivemos nesta mesma tarde uma concorrida reunião na Loja Maçônica Luz e Ordem, onde manifestamos a S. Revma. o desejo e a necessidade de uma escola secundária entre nós. Após as considerações e ponderações de S. Revma., foi encerrada a reunião com a promessa formal da criação da escola, ficando assim ultimada a iniciativa da Maçonaria que se prontificou a fornecer o prédio e amparo que se fizesse preciso.

[...] A 15 de março de 1945, o rev. Guedes, cercado por grande número de amigos e as mais altas autoridades desta cidade, pronunciava, à frente do prédio da Loja Maçônica Luz e Ordem desta cidade, o discurso inaugural do Instituto de Ensino São João Evangelista, entregando a sua direção ao catequista Ney Azevedo. [...] Com uma frequência de aproximadamente 90 alunos, com um aproveitamento que nada deixa a desejar, está aí em franco progresso o Instituto São João Evangelista, sob a orientação da paróquia e competentemente dirigido pelo seu diretor, que tem como auxiliares de ensino o professor Esmelindo Francisco Biancchi e a

²⁸ Era Bispo Sufragâneo da Igreja Episcopal Brasileira, na época, Dom Athalício Pithan.

jovem aluna secundária Catarina Bacchiéri. À noite, funciona o curso secundário [...]. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/09/1945, p. 11)

A intermediação entre a Maçonaria e a Igreja Episcopal Brasileira pelos dois ministros episcopais é explícita nessa reportagem, e inegável em todas as outras realizações em que tomaram parte Dom Athalicio Pithan e o Rev. Antonio Guedes, uma vez que, sendo um dos objetivos da Maçonaria a promoção de iniciativas voltadas ao fomento à educação e à assistência, natural que esses clérigos anglicanos, que também integravam suas fileiras, solicitassem seu auxílio para as obras sociais e educacionais da Igreja, e vice-versa.

A edição de 25 de dezembro de 1945 traz a informação de que o mencionado Sr. Ney Azevedo, primeiro diretor do Instituto São João Evangelista e catequista da Capela São João Evangelista de Pinheiro Machado, era maçom, em notas relativas a essa paróquia da Igreja Episcopal Brasileira:

Realizou-se dia 16 a visita oficial de S. Revma. ao Instituto São João Evangelista. As 12 hs., o Bispo era recebido pelo casal Francisco Duarte Ribeiro, que lhe homenageou com um almoço íntimo. À noite a Loja Maçônica Luz e Ordem II n. 16 desta cidade, em sessão magna homenageou S. Revma., fazendo uso da palavra, além do orador oficial da Loja, sr. Ney Azevedo, o dr. João Lira de Faria, venerável. (ESTANDARTE CRISTÃO de 25/12/1945, p. 17)

O Estandarte Cristão de agosto de 1962 traz, sob o título “Em grandes atividades a Paróquia de Jaguarão”:

A Paróquia de Cristo, na cidade de Jaguarão, no extremo sul do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, encontra-se em fase de grandes atividades religiosas e assistenciais, sob a liderança de seu pároco, Rev. Helondino Oliveira, com a preciosa cooperação de seus eclesianos e de muitas pessoas e instituições da cidade, **notadamente a Loja Maçônica Luz Transatlântica.** [...] Prossegue a construção da Cidade dos Meninos Agro-Técnica, que já conta com belos pavilhões prontos. Trata-se de uma obra de assistência aos menores desamparados que vem encontrando uma calorosa colaboração de parte dos episcopalianos, autoridades e do povo em geral. (ESTANDARTE CRISTÃO de agosto/1962, p. 15 – grifo aposto)

O auxílio prestado à Maçonaria na obra social e educacional da Igreja Episcopal Brasileira se faz mais uma vez presente, como costumava ocorrer, principalmente nas paróquias em que o clérigo responsável era maçom, caso do Rev. Helondino Oliveira (que muito se destacou em Bagé, Pinheiro Machado e

Jaguarão, como homem irrepreensível, reverendo *amado por seu rebanho e como Mestre Maçom*).²⁹

Outro exemplo de cooperação entre a Maçonaria e a Igreja Episcopal Brasileira na concretização da obra educacional surge na página 4 do Estandarte Cristão de março de 1966, que noticia a inauguração, em 19/12/1965, da Cidade dos Meninos Agroindustrial de Jaguarão (paróquia de Cristo, pároco Rev. Helondino Alves de Oliveira), com a presença do Venerável da Loja Maçônica Luz Transatlântica. **Menciona que a Loja auxiliara na obtenção dos meios para a consecução da obra**, que contava inclusive com um renomado Engenheiro Agrônomo, Dr. Arnaldo Ferreira, em seu quadro administrativo.

Além da visão comum acerca da Educação entre a Maçonaria e a Igreja Anglicana, havia outra similaridade entre ambas: a visão sobre o relacionamento entre a Ciência e a Religião. Nesse sentido, diversas vezes aparece, no Estandarte Cristão, a opinião anglicana acerca desse relacionamento. Por exemplo, o Estandarte Cristão de 15 de abril de 1902, em sua página 2, na coluna “*Scientia e Religião*” (*sic*), apresenta um artigo que possui referências ao apoio que deve ser dado às novas descobertas científicas e novas teorias emergentes, pois *considera ciência e religião não contraditórias, mas sim confirmatórias* das verdades Bíblicas.

Tal referência comprova que Igreja Anglicana e Maçonaria apresentavam pensamento similar em relação às ciências e ao progresso. Ora, como se sabe que a Maçonaria Especulativa, grande incentivadora do pensamento moderno, surgiu dentro de um templo anglicano, confirma-se que as imbricações entre Maçonaria e Igreja Anglicana continuavam presentes e se faziam notar no início do Século XX. Interessante também é o artigo “*A Razão e a Fé*”, publicado no Estandarte Cristão de 30 de julho de 1906, mais uma entre inúmeras manifestações do periódico onde é enfatizado o fato de que a Doutrina da Igreja Episcopal busca *conciliar religião, razão, ciência e filosofia*. Esse tema é recorrente nos Estandarte Cristão até o final de 1950, de forma

²⁹ Salienta-se que os elogios a alguns Reverendos ou Bispos da Igreja Episcopal Anglicana, não se limitam apenas aos realizados pelo Estandarte Cristão, mas pelos jornais locais das cidades onde estes atuaram e pelas honrarias que receceberam da comunidade: Lions, Rotarys, títulos de “cidadão” de cidades por onde passaram e deixaram sua marca como homens de bem. Também assim aparecem nos Periódicos Maçônicos (de circulação Restrita) e Atas das Lojas onde foram Obreiros.

explícita ou implícita. Em várias edições do Estandarte Cristão das décadas iniciais do século XX, aparecem exortações frequentes às virtudes, bem como artigos que defendem uma posição de **apoio à ciência**, desde que esta reconheça como o princípio criador de tudo, Deus – visão idêntica à da Maçonaria.

Na edição de 15 de março de 1932, páginas 6-7, encontra-se, em resumo de conferência do Rev. Dr. Bernardo Bell, mais uma defesa da compatibilidade entre ciência e religião:

A sciencia, de facto, nada tem que ver com as magnas affirmativas da religião. Deixa-as intactas. Podemos crer ainda em Deus, em Christo, no Espírito Santo, na Resurreição, na vida eterna, etc., como pertinentes á natureza da Realidade superior ao mundo dos phenomenos. Da natureza dessa Realidade e da atitude reciproca entre o homem e ella, não trata a sciencia. Isto, sem desconhecer as preciosas modificações que as descobertas scientificas têm efectuado em certas crenças dos christãos no que concerne á idade do orbe, á evolução do corpo humano, ás relações entre o espírito e a matéria, etc. Têm-nos salvaguardado, sem dúvida, de muito erro e superstição. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/03/1932, p. 6-7)

Mais uma afirmação da possibilidade de conciliação entre ciência e religião é apresentada em nota publicada no Estandarte Cristão de 30 de março de 1936:

Sciencia e Religião – Referindo-se ao assim chamado 'conflicto entre a sciencia e a religião', declarou, faz pouco, o grande cientista inglez, Sir Arthur Thompson, serem tanto uma como a outra expressões necessarias e naturaes do espirito evolutivo do homem. Pesava-lhe muito ver tanto tempo e tantas palavras inutilmente gastas, no esforço de collocal-as em opposição mutua. São ambas inherentemente nobres, contribuem as duas para o enriquecimento da vida. Palmilham, lado a lado, a estrada rumo á verdade. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/03/1936, p. 7)

O Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1941, em seu editorial assinado pelo já Bispo Athalício Pithan, volta ao assunto “Religião e Ciência”, sempre pregando a possibilidade de conciliação entre ambas. Trecho:

De quando em quando ouve-se dizer que a religião e a ciência não se coadunam, que um abismo as separa cada vez mais. Grande número dos que assim pensam, tornando-se refratários às eternas verdades espirituais, não têm conhecido a ciência humana senão superficialmente. São os que não ouviram a confissão do insigne filósofo inglês Bacon, do mais profundo alcance: “Aquele que prova a

ciência apenas na superfície, tende a afastar-se de Deus; mas o que a sorve a largos haustos, vai encontrar Deus lá no fundo.” [...] É consolador verificar-se que a quasi unanimidade dos sábios modernos têm sido homens crentes, inteligências escudadas na idéia do Deus criador, fonte da vida e sustentáculo do mundo. Matemáticos como Newton; físicos como Oliver Lodge; astrônomos como Flammarion; sábios como Edison; juristas como Ruy Barbosa e a brilhante plêiade dos artistas, músicos, pintores, escultores e poetas – todos eles viveram inspirados e iluminados pela visão de Deus. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/09/1941, p. 1).

Interessante notar a influência do pensamento maçônico em Pithan, tanto na escolha do tema quanto na linguagem (‘Deus criador, fonte da vida e sustentáculo do mundo’), bem como no fato de os expoentes que cita serem em sua maioria (ou totalidade) maçons.

O editorial “Conhecimento da Religião”, da edição de agosto de 1961 do Estandarte Cristão, página 10, reafirma como característica do anglicanismo a preocupação com o estudo, com a pesquisa, com a procura sempre renovada e com proporcionar aos membros da Igreja a possibilidade de ampliar conhecimentos, aumentar horizontes, conhecer melhor a religião para praticá-la, por exemplo, através de estudos teológicos.

A edição de setembro de 1961, página 4, transcreve trechos do sermão do Arcebispo de Cantuária sagrado naquele ano, Arthur Michael Ramsey, quando de sua sagração:

Devemos primeiro certificar-nos do que temos e de qual é a nossa posição como membros da Igreja Anglicana. Somos uma Igreja reformada e escriturística. [...] Com não menor entusiasmo devemos prezar aquela busca de **liberdade intelectual, aquela paixão pela verdade que tem caracterizado nossos grandes pensadores e mestres. Tal paixão mais do que nunca é necessária hoje, quando temos de apresentar a fé cristã à cultura científica dos nossos dias.** (ESTANDARTE CRISTÃO de setembro/1961, p. 4 – grifo adicionado)

Verifica-se que o novo Arcebispo volta ao tema ciência e religião, e a menção à “busca de liberdade intelectual, aquela paixão pela verdade que tem caracterizado nossos grandes pensadores e mestres” parece indicar influência maçônica em seu modo de expressão – o que foi confirmado depois por meio de um e-mail de um amigo residente na Inglaterra, que *afirmou que todos os arcebispos de Cantuária, com exceção dos dois últimos (Dom Rowan Williams e Dom George Carey), eram maçons.*

Mais uma manifestação no sentido de que Ciência e Religião não são contraditórias surge no editorial “A Vibrante Mensagem da Igreja”, do qual se extrai:

A cultura humana está sustentada em um tripé: Ciências, Filosofia e Teologia. As ciências respondem à pergunta – como; a filosofia responde à pergunta – por que, e, a teologia não responde: revela. (ESTANDARTE CRISTÃO de junho/1964, p. 10)

Cita-se ainda a afirmação constante no texto do Rev. Paulo José Krischke publicado no Estandarte Cristão de julho de 1967:

Uma vez que 'todo conhecimento provém de Deus' e Cristo mesmo se denomina 'a Verdade', a atividade universitária é em si mesmo dotada de valor cristão, e à Igreja cumpre cooperar para a plena realização da missão da Universidade. (ESTANDARTE CRISTÃO de julho/1967, p. 14)

Outro aspecto em que a Igreja Episcopal Brasileira e a Maçonaria coadunavam suas posições era acerca da visão que tinham sobre a juventude.

A Igreja Episcopal Brasileira tinha fortes relações com o escotismo, inclusive com a criação de tropas de escoteiros e de bandeirantes dentro de seus colégios. O Estandarte Cristão de 15 de outubro de 1931, página 8, noticia que a Tropa dos Escoteiros Charruas funcionava no prédio do Colégio Cruzeiro do Sul. O Estandarte Cristão de 30 de novembro de 1936 informa, na página 13, que o Colégio Santa Margarida possuía uma Tropa de Bandeirantes, a *Tropa Condor*.

Ora, sabe-se que o escotismo teve grande influência da Maçonaria na instituição de seus rituais. O Escotismo não foi e não é uma associação episcopal/anglicana nem paramaçônica, embora criada por um maçom anglicano, Baden Powell. Dentro do Movimento Escoteiro havia e há grande número de meninos/meninas e jovens da Igreja Católica Romana e de outras denominações religiosas. Entretanto, os Mandamentos dos Escoteiros e algumas de suas cerimônias obedecem a rituais assemelhados aos que são utilizados nos templos maçônicos, assim como seus princípios e fundamentos. Músicas são cantadas que se assemelham à hinologia episcopal/anglicana – embora não interesse para o Movimento Escoteiro qual a religião que os escoteiros professam. O que lhes é pedido é que creiam em Deus, respeitem as

peças, especialmente os mais velhos, e os costumes morais, vivam em fraternidade, falem sempre a verdade e diariamente façam alguma coisa para auxiliar os outros. Inúmeras vezes os escoteiros vão às Escolas Públicas carentes, fazem campanha para arrecadar material escolar, roupas, auxílio médico e dentário solicitado aos profissionais que são ou foram ligados ao Movimento Escoteiro, fazendo o mesmo em relação a outros profissionais; *respeitam a natureza* (a fauna e a flora), aprendendo a cuidar dela com a mãe onde vivemos. A ecologia (e isto é desde o tempo de Baden Powell, o criador do movimento escoteiro) é estudada e praticada, assim como é despertado o sentimento cívico e cristão. As reuniões sempre possuem um momento de oração a Deus (embora não haja nenhum tipo de catequese voltada à esta ou aquela denominação religiosa).

Também é mencionada várias vezes no Estandarte Cristão a Associação Cristã de Moços. Como já se relatou, tal associação provavelmente teria sido influenciada pela Maçonaria, **o que Colussi (2003) confirma**, pois informa que a Maçonaria utilizou os grêmios e Associações Literárias para difusão de suas idéias, como já foi mencionado. Tal influência da Maçonaria sobre a A.C.M. também se verifica pelo título escolhido para seu periódico, conforme o Estandarte Cristão de 15 de junho de 1934, página 15: “Triângulo Vermelho”.

A partir de 1940, ganha destaque no Estandarte Cristão a União da Mocidade Episcopal (U.M.E.). Tratava-se de mais uma associação da Igreja Episcopal Brasileira, desta vez voltada para os jovens, organizada a partir de decisão em Concílio dessa Igreja, com diversos objetivos, como aprimoramento espiritual, promoção de sociabilidade e lazer saudável e variadas atividades culturais. Na edição de 30 de julho de 1940, o Estandarte Cristão passa a ter uma *Página da Mocidade Episcopal*, voltada à divulgação das atividades realizadas pela U.M.E. (nessa edição, página 7). Outra das atividades da U.M.E. está documentada na página 10 do Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1943, onde há uma fotografia da instituição desfilando na Semana da Pátria, na cidade de Bagé. Outra importante atividade da U.M.E. consistia na promoção de retiros espirituais durante feriados, como o noticiado na edição de dezembro de 1959, página 22, durante o feriado de Fimados desse ano, como também acontecia no período do Carnaval.

É importante observar que, como já referido, a U.M.E. recebeu forte influência da Maçonaria em seu trabalho e em muitos de seus “rituais”. Tal influência só se pode ter dado através das lideranças da Igreja Episcopal Brasileira, muitas das quais maçons, pois se tratava de uma sociedade de jovens, de ambos os sexos, sem contato direto com a Maçonaria. Essa influência confirma o fato de que muitos clérigos anglicanos eram maçons – e de que a Maçonaria interferia na vida da Igreja Episcopal Brasileira, não apenas quanto aos aspectos espirituais, mas também em relação à visão de mundo dos ministros e à suas atividades, inclusive as voltadas para a formação da juventude e as de cunho educacional. Também as lideranças dos jovens eram, de modo geral, entregues a um maçom anglicano. Tome-se por exemplo Bagé, Jaguarão, Pinheiro Machado e Pelotas, principalmente.

A confirmar a influência da Maçonaria na U.M.E., a página da Mocidade do Estandarte Cristão de fevereiro de 1941 (página 25) traz fotografia da equipe de voleibol dessa entidade, em cujo uniforme se verifica o emblema de um triângulo invertido, símbolo de inspiração nitidamente maçônica. A mesma página traz notícias sobre a fundação da U.M.E. em diversas paróquias da Igreja Episcopal Brasileira, como Jaguarão e Porto Alegre/RS. No desfile da Semana da Pátria de 1943, em Bagé/RS, a U.M.E. aparece também com um uniforme onde as letras iniciais da corporação apareciam como um triângulo invertido (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/09/1943, p. 10).

A U.M.E. era considerada tão importante na Igreja Episcopal Brasileira que deveria ser incentivada a existência de uma seção por comunidade, mesmo nas cidades onde houvesse mais de uma comunidade religiosa. Desta forma, em Bagé/RS, além da U.M.E. vinculada à Igreja do Crucificado, surgiu uma seção vinculada à Capela da Crucifixão³⁰ (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/09/1943, p. 13).

O Estandarte Cristão de 15 de outubro de 1941 traz notícias das atividades da U.M.E. na Paróquia do Nazareno (Santana do Livramento/RS) e de tratativas para fundá-la na Igreja do Calvário (localidade de Santa Rita, interior do município de Canoas/RS). A edição de 15 de novembro do mesmo ano menciona as atividades da U.M.E. na Igreja do Crucificado, Bagé/RS

³⁰ Segunda paróquia da Igreja Episcopal Brasileira em Bagé; o nome da Igreja consta (e foi registrado) com essa grafia.

(página 13) e na Igreja da Graça, em Viamão/RS (página 16). Já a edição de 1º de novembro de 1942 menciona as atividades da U.M.E. da Igreja da Redenção (São Gabriel/RS). Também a Capela do Amor Divino, localidade de Santo Antônio, interior de Pelotas, possuía uma U.M.E., conforme Estandarte Cristão de 15 de abril de 1943, página 10.

Em relação às atividades de lazer promovidas pela U.M.E., exemplifica-se com a seguinte nota, publicada no Estandarte Cristão de 25 de dezembro de 1943 e relativa à seção da Igreja do Nazareno, Santana do Livramento/RS:

UNIÃO DA MOCIDADE EPISCOPAL – Em agosto passado, os jovens realizaram, no Salão Paroquial, alegre noite festiva. Houve excelente serviço de doces, balas e chocolate, jogos de sociedade e ping-pong. A renda subiu a Cr\$ 150,00. Ao presidente, Sr. Carlos Krebs e seus dedicados auxiliares agradecemos a limpeza do jardim da igreja, bem como o plantio de novas mudas de flores. (ESTANDARTE CRISTÃO de 25/12/1943, p. 23)

A par das atividades de lazer, a nota, portanto, também menciona atividades de serviço à Igreja realizadas pela U.M.E., e ainda atividades educacionais, como o curso de inglês promovido pela seção da Igreja da Trindade, Porto Alegre/RS, noticiada no Estandarte Cristão de 15 de abril de 1943, página 8, e desportivas, como as *provas atléticas* disputadas pela U.M.E. de Bagé referidas na edição de 1º de fevereiro de 1944, página 5.

A página da U.M.E. do Estandarte Cristão de 15 de agosto de 1944 (página 8) traz a informação de que essa associação estava organizada em núcleos: Bagé, Canguçu, Santa Maria, Rio Grande e Erechim. Informa, também, que esses núcleos tinham várias atividades, que iam desde a celebração de cultos dirigidos pelos jovens, passando por conferências, atividades cívicas, palestras realizadas por médicos sobre a sexualidade, arrecadação de fundos para obras da Igreja e assistenciais, até chás e *convescotes*. O Estandarte Cristão de 15 de junho de 1946 informa, na página 9, a fundação da U.M.E. na Paróquia de São João Evangelista, Pinheiro Machado/RS.

Também se encontra, na edição de 15 de agosto de 1946, página 6, menção a uma maratona intelectual promovida pela U.M.E. Interessante notar que muitos desses rapazes, mais tarde, foram iniciados maçons, nas Lojas Amizade e Sigilo n.º 14, em Bagé.

Finalmente, algumas das idéias defendidas pela Igreja Episcopal/Anglicana, conforme verificado na leitura do Estandarte Cristão, eram bastante similares às da Maçonaria. Por exemplo, o Estandarte Cristão de 10 de junho de 1925 traz uma veemente defesa dos princípios liberais. Ora, a defesa dos pensamentos liberais é essencialmente maçônica, e a defesa da igualdade se encontra nos lemas, de inspiração maçônica, da Revolução Francesa (*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*) e da Revolução Farroupilha (*Liberdade, Igualdade e Humanidade*). O fato de o Estandarte Cristão destacar os “princípios liberais” e o “princípio da igualdade” que afirmava serem importantes desde primórdios do cristianismo e no evangelismo de então demonstra a busca pelos pontos em comum com o pensamento maçônico – fáceis de encontrar para o Rev. Severo, então editor do periódico.

É importante notar que, a partir do Estandarte Cristão de 15 de dezembro de 1902, são publicadas páginas do livro “Augusto Comte e a Religião da Humanidade”, escrito pelo Rev. Dr. Radford Thompson. Presume-se que houve influência do positivismo gaúcho na Maçonaria deste Estado, de forma que a transcrição do positivista Comte também demonstra a influência de uma linha maçônica fazendo-se sentir na linha editorial do Estandarte Cristão. A alusão e as menções elogiosas a vários pontos do Positivismo, bem como a divulgação de suas idéias, pode ser considerado um paradoxo, pois aparentemente a “Religião da Humanidade” comtiana e o Cristianismo parecem, em muitos pontos, inconciliáveis. Entretanto, neste aspecto, parece que a Igreja Episcopal/Anglicana buscava ressaltar os pontos de convergência e não os de divergência.

Pode-se argumentar também que não seria possível conciliar Maçonaria e Positivismo, uma vez que este buscava “viver às claras”, enquanto que aquela era permeada por segredos. Porém, embora pareça improvável, a imbricação entre o Positivismo no Rio Grande do Sul e a Maçonaria possui fortes indícios, entre eles a possibilidade de que Borges de Medeiros, importante líder positivista gaúcho, tenha sido maçom, conforme o historiador Sérgio da Costa Franco, em artigo publicado no jornal Zero Hora de 10/10/2010:

O curioso é que ambos pareciam ignorar que Borges de Medeiros, o discípulo ungido de Castilhos, fora filiado à loja maçônica de São Sepé. Disso há prova documental no próprio arquivo pessoal de

Borges: em correspondência daquela entidade, o então governador do Estado é chamado de “irmão” e se lhe pedem favores em prol do município. (FRANCO, *in* ZERO HORA, 2010)

A defesa da “Liberdade” é recorrente no Estandarte Cristão, e inúmeras vezes relacionada com a disseminação da educação ao povo. Na edição de 30 de julho de 1931, em artigo denominado “Liberdade”, Eurico de Figueiredo afirma:

Porém, uma sociedade ignorante corrompida, jamais poderá ser livre. Ou está enferma, ou não atingiu ainda a sua maturidade. E não é com tiros que um povo se torna livre, mas com a instrução e a educação. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/07/1931, p. 2)

Conclui com uma citação bíblica: **“Liberta-me, Senhor, da pressão do homem, para que observe teus preceitos”** (Salmo 119:134).

O editorial do Estandarte Cristão de 15 de junho de 1940 traz o tema “Religião e Política”, defesa vibrante do Estado Laico, assinada pelo editor Athalicio Pithan (clérigo episcopal e maçom). Trechos:

Com a sua soberana sentença: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, Jesus não só estabeleceu os limites da atividade religiosa, mas também separou-a de toda questão política. Em toda a sua história, a Igreja cristã não pode ufanar-se de alianças feitas com o poder secular. Pelo contrario. Toda vez que a Igreja buscou refúgio ou abrigo junto aos poderosos do mundo, viu-se maculada e enfraquecida. A verdadeira Igreja de Cristo não carece de amparo e nem sequer da simpatia dos que mandam no mundo. Ela precisa sim da graça de Deus e nada mais. [...] Sempre que se viu “protegida” pelo poder secular, corrompeu-se, arrastando-se no comodismo e buscando apenas as conveniências do mundo. [...] As ideologias políticas, nos dias que correm, com tendências absorventes e totalitárias em vários países, tendem a avassalar a própria religião, torna-la passiva e dócil a manejos políticos, mero instrumento nas mãos de ambiciosos! (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1940, p. 2)

Esta vibrante defesa da separação entre Religião e Estado transpira a ideais maçônicos, especialmente quando se refere às tendências políticas “absorventes e totalitárias”, uma vez que a defesa do ideal de Liberdade sempre foi uma das principais bandeiras maçônicas. Ao afirmar-se que a Maçonaria propugna a liberdade de pensamento e consciência, como pode criticar ou obstacularizar as correntes políticas totalitárias? Não é uma contradição? Não. Paradoxalmente, a Maçonaria lutou contra as correntes totalitárias, exatamente

porque, dentro delas, o direito à liberdade seria (como o foi) suprimido: as políticas totalitárias, tanto o nazi-fascismo como o comunismo implantado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cassaram a liberdade de expressão, religião, locomoção, sindicatos e associações. Isso explica o aparente paradoxo.

Diante de tantos achados no Estandarte Cristão, não há como negar as imbricações entre a Igreja Episcopal/Anglicana e a Maçonaria no Rio Grande do Sul durante o período pesquisado, havendo ambas batalhado juntas pela laicização das escolas públicas e pela oportunização do ensino a todos, particularmente nas situações em que clérigos episcopais/anglicanos também eram maçons e congregaram as duas instituições em prol desses objetivos.

4.10 Igreja Episcopal/Anglicana do Brasil e Igreja Católica Romana no Estandarte Cristão

Este subitem traz a evolução do relacionamento da Igreja Episcopal/Anglicana com a Igreja Católica Romana ao longo da periodização deste trabalho, que inclusive engloba o período em que se deu o Concílio Vaticano II.

No início do período pesquisado, o Estandarte Cristão traz diversas notícias de embates entre as Igrejas Protestantes e a Igreja Católica Romana. A edição de 30 de abril de 1903 cita, para dar notícia dos ataques a que o protestantismo sofria por parte da Igreja Católica Romana pela imprensa da época, um artigo do Cônego Raphael Goris, publicado no Diário de Jaguarão: “A propaganda protestante tem sucessivamente empregado todos os meios para arrastar o Brazil ao abysmo dos seus erros: praticas vilmente decoradas por homens sem instrucção, o peso do seu ouro, as Biblias falsificadas e **ultimamente o ensino primario**” (*sic* – grifo próprio). O Sr. Ramão Alvores, diretor de “A Ordem”, jornal protestante de Jaguarão, para responder às acusações, desafiou-o para uma discussão pública. Mas esta não aconteceu...

Resta assim demonstrada a luta pela ocupação do *locus* escolar entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas Protestantes, entre elas a Igreja Anglicana, já nos primeiros anos do século XX.

Os embates com a Igreja Católica Romana são fortes e frequentes no ano de 1906, tanto pelas escolas paroquiais como pelo número de fiéis que ingressaram na Igreja Episcopal. Em 15 de novembro de 1906, o Estandarte Cristão publica, na página 1:

Há cinco annos, mais ou menos, a Egreja de Roma, querendo travar a marcha victoriosa do Evangelho naquella garrida cidade [Santa Maria, então chamada de 'Santa Maria da Boca do Monte'], rogou a aphemado pregador e phylosopho que prégasse contra "as creanças protestantes", reorganizou sociedades então mortas, creou côro de canto para moças e instrucção catechética para as creanças, fundou collegio e gymnasio [...]" (*sic* - Estandarte Cristão de 15/11/1906, p.1)

Fez-se necessária a criação de colégios e ginásios episcopais/anglicanos e públicos e laicos porque os filhos de protestantes eram discriminados nas escolas administradas pela Igreja Católica Romana, conforme se confirmou pela análise dos dados obtidos através de entrevistas.

Na edição de 20 de novembro de 1924, página 3 há menção ao ecumenismo e à tolerância religiosa, certamente para inibir certas manifestações fanáticas acirradas. Assim diz o texto:

A religião professada pela egreja catholica ou pelas egrejas protestantes é a mesma religião christan, é o mesmo christianismo. As diversidades de ritualismos não representam diversidades fundamentaes que alterem o systema religioso. Isto é uma verdade intuitiva que não mereceria reparo, não fosse a falta de comprehensão e discernimento no conceito de muita gente. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/11/1924, p. 3)

Entretanto, à página 4, em veemente defesa ao estado laico, surge nova crítica à Igreja Católica Romana:

Informam do Rio de Janeiro que elementos catholicos de prestigio se movimentam para conseguir que na reforma da Constituição a religião cathólica romana volte a ser religião official. Duvidamos que o nosso povo concorde com esse retrocesso vergonhoso. Os brasileiros nunca foram, jamais serão ultramontanos, carolas, hospedes das sacristias. Liberal, generoso, o filho da terra livre do Cruzeiro não admite tutela do padre, domínio do frade. [...] E se continuarem na sua propaganda ridicula verão surgir de todos os recantos do Brasil ondas formidaveis de protesto ardente e apaixonado. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/11/1924, p. 4)

Nota-se um paradoxo entre um artigo e o outro publicados no mesmo número do Estandarte Cristão. Do mesmo modo que os anglicanos buscavam o encontro pacífico com as demais religiões cristãs, percebe-se o quanto de desagrado havia na possibilidade de a Religião Católica vir a tornar-se, outra vez, oficial. É sabido e notório o quanto os protestantes foram perseguidos pela Igreja Católica Romana quando esta era a religião oficial no Brasil. E agora, com seus templos já construídos, os protestantes viam o risco de serem levados ao ostracismo e, pior ainda, por um retrocesso na reformulação da Lei Maior, a Carta Magna, que tivessem de descaracterizar seus Templos da aparência externa de Igrejas, como foi no princípio, quando no Brasil Imperial a Igreja Católica Romana era a religião oficial.

Percebe-se que esta era a intenção dos protestantes, inclusive a dos episcopais anglicanos: manter um bom relacionamento com a Igreja Católica Romana, mas, a partir do momento em que esta tentasse impor um primado hegemônico, parece natural o direito de ampla defesa dos outros ramos do cristianismo. Por outro lado, havia embutido nas manifestações do Estandarte Cristão, por influência maçônica, o ideal de livre pensamento e livre consciência, ditado pela Maçonaria, o que inibia a aceitação pacífica do catolicismo romano, *a religião de um só pensamento, da obediência cega ao Papa*. Tal tensão entre Igreja Católica Romana, de um lado, e Igreja Anglicana e Maçonaria, de outro, iria se acirrar durante o período de atividade do Comitê Pró-Liberdade de Consciência, como será visto mais adiante, no item relacionado à defesa do Estado laico no Estandarte Cristão.

Naturalmente que essa tensão passava pela luta pelo espaço escolar como difusor de idéias e pensamentos, desembocando na necessidade da criação de escolas pelos protestantes, em particular pelos anglicanos.

Na edição de 20 de janeiro de 1925, o Editorial do Estandarte Cristão traz a seguinte matéria, na primeira página:

O Conselho Municipal de Porto Alegre nega subvenção à petição católica para privilegiar uma determinada DENOMINAÇÃO RELIGIOSA. [...] Esta nada faz sem mendigar os dinheiros da República. Isto [...] vai de encontro à liberdade de consciência que nos facultam as leis vigentes. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/01/1925, p. 1)

Na página 4 da edição de 20 de maio de 1925, lê-se:

Os jesuítas estão alarmados com o progresso dos collegios evangelicos de Porto Alegre e puzeram a bocca no mundo. Mandaram para as columnas pagas dos jornaes um longo escripto intimando os paes catholicos a retirarem seus filhos dos referidos collegios, onde os pequeninos estão irremediavelmente perdidos, em marcha vertiginosa para as regiões pavorosas do inferno. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/05/1925, p. 4)

Relata o Estandarte Cristão que, além de ser publicado o texto nos Diários porto-alegrenses, mandaram reproduzi-lo em folhetos que estavam sendo distribuídos em todo o Rio Grande do Sul. Segundo o Estandarte Cristão, *“esta é uma prova massiça de que os collegios evangelicos estão prejudicando os do romanismo”*. Informa também: “o ensino administrado nos collegios evangelicos é inteiramente separado da religião” no sentido de que não havia inculcação de uma pregação religiosa; mas que, como colégios cristãos, não poderiam se furtar aos ensinamentos de Cristo, de “amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo” (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/05/1925, p. 4).

Seguidamente o Estandarte Cristão denunciava o que considerava abusos perpetrados pela Igreja Católica Romana. Por exemplo, na edição de 10 de junho de 1925, segundo o jornal, era cobrado uma espécie de imposto eclesiástico em benefício da construção da nova matriz da Igreja Católica Romana, por meio de uma contribuição que era arrecadada por uma repartição pública oficial, a Exploração do Porto, o que considerava um atentado contra a liberdade de consciência – defendida, por motivos óbvios, pelos protestantes, e também pela Maçonaria, da qual se constitui uma das principais bandeiras ao longo dos tempos.

E foi justamente a tensão entre a Igreja Católica Romana, de um lado, e a Maçonaria e as Igrejas Protestantes, de outro, que impulsionou a criação de escolas por parte deste polo da relação. Tal tensão gerou uma necessidade da qual o Estandarte Cristão traz inúmeras notícias. Por exemplo, na edição de 10 de setembro de 1925, página 7, na seção “De tudo um pouco”, há a seguinte nota: “Na Palmeira a professora publica ameaça suspender da escola que dirige, por 30 dias, a creança que não assistir á missa!”

Esporadicamente o Estandarte trazia notícias acerca de perseguições religiosas promovidas pelos católicos romanos contra os protestantes, como na

edição de 30 de junho de 1931, página 16, onde noticiava perseguição fomentada pelo padre da cidade de Floresta/PE contra o Rev. Virgílio Smith que o levava a buscar abrigo na Delegacia de Polícia. Em geral as manifestações mais violentas dessas perseguições se davam fora do Estado do Rio Grande do Sul – possivelmente porque, neste, a Igreja Episcopal Anglicana e outras denominações protestantes já haviam conquistado o respeito das comunidades, principalmente através dos serviços de assistência social e educacional que prestavam com bastante intensidade.

Em resposta aos ataques que sofria da Igreja Católica Romana, o protestantismo produzia livros, panfletos e outras formas de resposta, como, por exemplo, é noticiado no Estandarte Cristão de 30 de agosto de 1931:

O talentoso confrade rev. Sinesio Lira acaba de dar á publicidade vibrante pamphleto – Dictadura Clerical – de combate às pretenções da cleresia em nossa Patria. O rev. Lira escreve em linguagem enérgica, documentando todos os seus assertos. Recommendamos – Dictadura Clerical – aos leitores deste periodico. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/08/1931, p. 16)

Também são exemplos disso o artigo do Rev. J. A. Coelho, de Dom Pedrito, intitulado “A Idolatria” e publicado na edição do Estandarte Cristão de 15 de setembro de 1931, nas páginas 2-3, criticando o culto às imagens realizado pela Igreja Católica Romana, e o artigo “Mascara ao chão”, publicado na página 4 do Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1931, assinado por “Eujona” (pseudônimo do Rev. Severo, conforme se descobre na página 7 da edição de 15/02/1935), que critica a Igreja Católica Romana por afirmar seu respeito às leis da República, porém negar-se a reconhecer o valor do casamento civil, e informa que, em decisão recente, o Vaticano havia considerado o casamento civil um pecado, mesmo que realizado antes ou depois do casamento religioso.

O Estandarte de 15 de abril de 1932, na página 5, assinado por Erasmo de Tarso (pseudônimo do Rev. Severo), alerta que a Igreja Católica Romana estaria dizendo ao povo que, com o decreto do ensino religioso, estaria novamente unida ao Estado, e que seria dever dos brasileiros combater outras religiões. Havia apedrejamento de igrejas protestantes e outras manifestações brutais. O artigo acusa inclusive bispos da Igreja Católica Romana a

promoverem esses ataques, e afirma que “nos paizes protestantes ha tolerancia” em relação à Igreja Católica Romana.

O Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1936 traz a seguinte notícia, enviada pela Capela da Epifania, localidade de Ivo Ribeiro, Pelotas/RS:

Trabalho negativo – O padre de Ivo Ribeiro, pensando fazer mal ao nosso trabalho, aqui distribuiu entre a população um boletim calumnioso e insolente, porém o resultado, como sempre acontece em taes casos, redundou em maior descredito da Igreja de Roma e no engrandecimento da sacrossanta causa evangelica. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/01/1936, p. 14)

Após o encerramento das atividades do Comitê Pró-Liberdade de Consciência, estando legalmente permitida a implantação do ensino religioso nas escolas públicas, o Estandarte Cristão de 30 de maio de 1936 informa que apenas a Igreja Episcopal Brasileira, além da Igreja Católica Romana, tomara as providencias necessárias para credenciar-se e prestar o ensino religioso nos moldes exigidos pelo decreto estadual que regulamentava o art. 153 da Constituição de 1934. Na informação, assinada pelo Secretário Geral de Educação da Igreja Episcopal Brasileira, Rev. João Baptista Barcellos Cunha, destaca-se o seguinte:

Há, presentemente, só duas Igrejas – a nossa e a de Roma – que estão leccionando religião nos estabelecimentos publicos de ensino. Temos 21 catechistas que ensinam a 1350 alumnos em 27 collegios publicos localizados em Porto Alegre, Viamão, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Montenegro, Santa Maria, São Gabriel, Dom Pedrito e Rio Grande. [...] Por falta de catechistas deixamos de attender aos pedidos de muitos outros collegios. Convem lembrar que ha milhares de alumnos que estão apellando para nós e solicitando que lhes ministremos o ensino religioso. [...] No proximo mez de junho esta Secretaria abrirá um 'Curso de Educação Religiosa' para preparar e diplomar catechistas. [...] Para maior efficiencia de seu trabalho e de sua influencia esta Secretaria pede e espera as orações, a sympathia, o apoio e a collaboração de quantos almejam 'a extensão do Reino de Deus'. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/05/1936, p. 2)

Percebe-se que em geral as Igrejas Evangélicas haviam sido tomadas de surpresa pela forma como estava sendo cumprida a disposição constitucional que tratava do ensino religioso nas escolas públicas; todavia, a Igreja Episcopal Brasileira, possivelmente diante da experiência que possuía pelo fato de trabalhar bastante com educação, fosse nas Escolas Dominicais, fosse nas escolas seculares que mantinha, organizara-se rapidamente e

elaborara um plano de trabalho para fornecer educação religiosa sob uma visão não-católica a todos os alunos que a solicitassem, mesmo que não episcopais, nos moldes do que havia sido recomendado pela Confederação de Igrejas Evangélicas (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/07/1935, p. 14).

A partir de 1937, começam a surgir referências um pouco mais amistosas a alguns clérigos da Igreja Católica Romana. Ainda tímidas, isoladas e críticas em relação à religião católica como um todo, começam a demonstrar o germe do que muito mais tarde se tornaria um forte espírito de tolerância ecumênica por parte da Igreja Episcopal Brasileira.

Uma dessas primeiras manifestações se verifica no Estandarte Cristão de 15 de maio de 1937, que, embora critique fortemente a visão da Igreja Católica Romana acerca da leitura direta da Bíblia pelos fiéis, traz alguns elogios acerca da pessoa de um clérigo católico romano, Padre Humberto Rohden, que havia tido um encontro com um clérigo da Igreja Episcopal Brasileira (que a matéria não identifica), entregando-lhe um exemplar de *Lampejos*, publicação da Cruzada da Boa Imprensa, da Igreja Católica Romana, de agosto/1936, onde ele escrevera um artigo em que criticava a ignorância dos leigos em geral da Igreja Católica Romana acerca da Bíblia. O artigo é transcrito no Estandarte Cristão. Trecho:

Em certa cidade do sul abri um Curso Bíblico, publico, gratuito, que funcionava todos os sabbados á noite. Quando appareceu nos jornaes a noticia dessa iniciativa – foi um escandalo para numerosas catholicas de fita e medalha! Perguntaram, incredulas, si era mesmo eu, o padre Rohden, que ia leccionar o Curso Bíblico; se não era algum dos pastores protestantes do logar... A tal extremo chegou, entre nós, a ignorancia da palavra revelada que “bíblico” e “protestante” são considerados synonymos... Peor ainda: num grande collegio de freiras, uma das professoras, muito intelligente, recommendou ás alumnas dos cursos superiores que cada uma tivesse em casa o seu Novo Testamento, e lesse cada dia um trecho, a fim de se familiarizar com o texto sacro. E sabem os meus leitores o que aconteceu? Cousa incrível – e vergonhosa! Interveio o capellão do collegio e chamou á ordem a tal professora, fazendo-lhe ver que isso de insistir muito na leitura do Evangelho era “espirito protestante”!... *A professora, desapontada, abriu o livro “Historia duma alma”, onde, numa nota, se diz que Santa Therezinha do Menino Jesus não passava um só dia sem ler e meditar um trecho do sagrado Evangelho – e a intelligente professora concluiu que, segundo o parecer do capellão, a santinha de Lisieux devia ter tido “espirito protestante”...* (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1937, p. 2-3 – grifo apostro)

A partir de meados de 1944, o Estandarte Cristão passa a publicar trechos do livro *O Problema Religioso no Brasil*, de Ernesto de Magalhães, que contém duras críticas à Igreja Católica Romana, em relação a atitudes desta que considerava atentatórias contra a liberdade de credo. No trecho publicado na edição de 15 de setembro de 1944, lê-se:

Ora, as três Constituições republicanas do Brasil cuidaram em manter o governo separado da religião, como salutar princípio democrático e respeito à consciência do povo. Nenhuma religião deve gozar de privilégios oficiais, estando todas as estabelecidas, no país, em absoluto pé de igualdade. [...] Conclue-se logicamente que a atual campanha romanista, visando privilégios, em detrimento de outras denominações religiosas e procurando impedir sorrateiramente o livre exercício de outros credos, importa num atentado à Constituição do País, que as garante. [...] Para fazer maior alarde, Roma está a multiplicar os congressos eucarísticos e porfiam os maiores católicos em lhes dar o qualificativo “nacional”, procurando assim lançar confusão entre atos oficiais e coisas simplesmente romanistas. E para efetivar essas grandes demonstrações de fôrça, o jesuitismo sangra os cofres públicos, aonde foi zelosamente recolhido o dinheiro do judeu, do protestante e do livre pensador. [...] Em meio a tudo isto, nota-se claramente o saudosismo da religião que foi oficial nos dias do império e que tanta dor de cabeça deu ao segundo imperador, o qual chegou, em Roma, a ser vítima da descortezia do papa, que se negou de o receber em visita. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/09/1944, p. 12)

O Estandarte Cristão de 1º de novembro de 1946 traz o artigo “Uma Surpresa”, do Rev. Ernesto Bernhoeft, onde este discorre acerca de um encontro que tivera, numa fila de ônibus, com um padre jesuíta. Trechos:

Qual não foi minha surpresa quando o sacerdote católico romano, se revelou leitor assíduo do nosso “ec”, nomeando alguns clérigos nossos, mostrando o seu interesse por notícias lidas sobre o trabalho em Santa Rita, comentando o fato de ter sido ordenado um ministro presbiteriano em nossa Igreja e realçando a importância da nova revisão do L.O.C. [...] Falamos da malograda campanha do vigário contra a Escola Rural em Santa Rita, a qual o jesuíta, ainda que a defendesse, não achou oportuna, enquanto não houvesse no lugar outra escola católica. Fiquei contente com a nossa agradável palestra, já pelo simples fato que via o nosso “ec” lido também em círculos onde menos esperara. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/09/1946, p. 8)

Porém, permaneciam notícias acerca de embates. O Estandarte Cristão de 15 de novembro de 1947 traz a seguinte notícia, referente à Igreja do Calvário, Santa Rita/RS, pároco Rev. Ernest Bernhoeft:

Ofício em Protesto – Contra graves difamações contra a Igreja e seus Fundadores, expressas publicamente pelo padre romano, houve a convite da Junta Paroquial que se tinha reunido extraordinariamente, no dia da Reforma, sexta-feira, 31 de outubro, as 16 horas um solene Te Deum. A uma congregação numerosa o Pároco pregou sobre I Tim. 1:17. Ao Rei dos séculos, imortal, invisível, o único Deus, seja honra e glória pelos séculos dos séculos. Amem. Achamos que esta era a melhor maneira de responder aos atrevidos ataques. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/11/1947, p. 10)

Provavelmente, o que causara tanta indignação ao pároco local da Igreja Católica Romana fora a inauguração e o sucesso da Escola Rural Rev. Antônio Fraga naquela localidade.

Embora não tão freqüentes como no início, ainda surgiam no Estandarte Cristão notícias sobre intolerância religiosa, como a publicada na edição da 1ª quinzena de fevereiro de 1952, página 11, sobre católicos romanos teriam apedrejado um templo da Igreja Batista e impedido a palestra de uma ex-freira em Garanhuns.

Voltando a destacar a importância da ocupação do *locus* relacionado ao ensino religioso nos colégios públicos, o Estandarte Cristão da 1ª quinzena de abril de 1954 traz artigo do Rev. Côn. Sírio Joel de Moraes, "Educação religiosa e ensino religioso". Trecho:

E por falar em ensino religioso, devemos ensinar os princípios cristãos em nossas escolas, sem vacilação alguma. Se não damos aula de religião, a crítica logo classifica tal escola de 'materialista' ou sem Deus; se procuramos ensinar o Cristianismo, ainda que sem espírito sectário, **a mesma crítica diz que a escola é de ensino perigoso, de hereges**" (ESTANDARTE CRISTÃO 1ª quinz./abr/1954, p. 5 – grifo apostro).

O artigo diz ainda que se pensava em criar uma Associação de Educadores Religiosos, e segue: "Muito de nossos pequenos patrícios escolares estão sendo prejudicados por falta de ensino religioso de nossa parte, e alguns tratados de educação religiosa estão embolorando."

O artigo "Ameaçada a Liberdade Religiosa no Brasil", de J. A. Barbosa, publicado na 1ª quinzena de julho de 1955, página 5, transcrito do "Jornal Batista", alertava para o fato de que a Igreja Católica Romana estaria se esforçando para que a Constituição passasse a dar tratamento especial ao catolicismo e lhe desse primazia política e econômica. Estaria, também, planejando assinar uma "Concordata" com o Brasil, nos moldes da que assinara

com a Espanha em 1953.

A partir da edição da 1ª quinzena de setembro de 1955 (página 3), há uma reportagem em capítulos denunciando o que o Estandarte Cristão considerava uma tentativa que afirma frustrada de consagração oficial do Brasil ao Sagrado Coração de Jesus, pretendida pela Igreja Católica. Informa que, ao final, não havendo conseguido que o Presidente da República proclamasse tal ato oficial, apenas conseguiu que alguns parlamentares, entre eles o senador Nereu Ramos, comparecessem ao final do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional da Igreja Católica Romana e lessem uma "oração de consagração" nesse sentido.

No Estandarte Cristão da 1ª quinzena de setembro de 1955, surge o artigo "Religião e Estado", de Athalício Pithan, que transcreve trechos de artigo de Geraldo Rocha na revista "O Mundo Ilustrado" que denuncia que, contrariando a Constituição, o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional da Igreja Católica Romana recebera dinheiro público (**para a atividade religiosa em si, não para atividades assistenciais ou educacionais**).

Ainda havia críticas à Igreja Católica Romana no Estandarte Cristão, como se verifica pelo artigo "Frei Boaventura e os católicos folclóricos", assinado pelo Rev. J. Gress. Jr. e publicado na edição de novembro de 1959, na página 4, entre outras matérias.

A mesma edição (agosto-setembro de 1960) noticia o I Encontro de Educadores Episcopais, em Porto Alegre, que deliberou pela publicação da seguinte moção, com base nas teses dos professores Alfredo Pradelino da Rosa e Heitor Bademaker Alves:

Os educadores episcopais reunidos no seu I Encontro afirmam e proclamam o princípio de que a educação integral encontra em Cristo o seu conteúdo, motivo pelo qual as instituições da Igreja Episcopal Brasileira funcionam como extensão da própria Igreja, e adotam por base imprescindível a filosofia cristã, estruturada nos ensinamentos de Jesus Cristo, que é o Mestre dos Mestres. (ESTANDARTE CRISTÃO de agosto-setembro/1960, p. 19)

Se, de um lado, há que destacar-se que o fato de se considerar as escolas da Igreja Episcopal Brasileira como "extensão da própria Igreja", por outro, percebe-se que realmente se trata das instituições denominacionais dessa religião. Mas é verificável que, ao longo dos anos, com a ocupação do

Iocus educacional, a Igreja Episcopal Brasileira foi adotando técnicas cada vez mais tendentes ao proselitismo religioso, embora nunca tenha exercido a coerção das escolas católico-romanas do século XX – tanto que, até hoje, muitos dos alunos que adentram nas instituições de ensino anglicanas do Rio Grande do Sul *entram católicos romanos e saem católicos romanos*, sem passarem por qualquer constrangimento acerca disto em sua vida escolar.

Interessante fazer um paralelo com editorial publicado nessa mesma época, na edição de outubro de 1960, relativo ao ensino religioso nas escolas públicas (e não nas confessionais, fossem católicas ou não). Nesse editorial, o Estandarte Cristão denuncia com vigor:

Os direitos da minoria religiosa do país costumam ser inteiramente esquecidos, quando não mesmo esbulhados. [...] o fato é que a criança não-católica-romana vive na escola num regime de constrangimento, o que é profundamente pernicioso à sua formação. (ESTANDARTE CRISTÃO de outubro/1960, p. 12-13)

Embora prosseguissem os embates em nível regional, nacional e internacional com a Igreja Católica Romana, em grau muito menor do que no início do século, mas ainda existente, o Estandarte Cristão de janeiro-fevereiro/1961, na página 4, *dá destaque à notícia do primeiro encontro em 400 anos entre o Arcebispo de Cantuária (Dom Geoffrey Fischer) e o Papa (João XXIII), realizado em 02/12/1960*, e a edição de junho de 1961, na página 3, destaca a notícia da *primeira visita da Rainha da Inglaterra ao Papa, desde 1570*.

A mesma edição traz, na página 16, a notícia de que, graças aos esforços do Rev. Ernesto J. Bernhoeft, uma Escola Normal começava a funcionar também junto ao Colégio Jacob Renner (Paróquia do Espírito Santo, Montenegro/RS). Já a edição seguinte (junho de 1961) traz, na página 14, várias notícias sobre o Colégio Jacob Renner (Montenegro/RS), que passara a contar também com uma Escola Técnica. Assim, funcionavam: primário (desde jardim da infância até admissão), ginásial, científico, normal e técnico industrial. Ligado ao colégio Lar Nestor Bender, que hospedava 160 meninas e moças, das quais 35 eram alunas do Colégio Jacob Renner. O diretor era o Rev. Ernesto J. Bernhoeft.

Finalmente, **começam a surgir notícias de cooperação entre a Igreja Episcopal Brasileira e a Igreja Católica Romana**. O Estandarte Cristão de outubro de 1964, na página 9, informa que a Igreja da Ascensão (bairro Teresópolis, Porto Alegre/RS) estava realizando trabalho de assistência social em conjunto com a Igreja Católica Romana.

Já na edição de maio de 1965, página 13, há um comentário sobre o livro “A Confederação Evangélica do Brasil e o Evangelho Social”, de Roberto S. Rapp, editado pela Missão Bíblica Presbiteriana do Brasil, onde o comentarista do Estandarte Cristão, Rev. Arthur R. Kratz (maçom) critica a censura feita no livro ao ecumenismo e à aproximação com a Igreja Católica Romana apresentada pelo livro, denominando-o de “divisionista” e de “extremista religioso”.

O Estandarte Cristão de setembro de 1965 informa, na página 5, sobre cursos realizados no Seminário de São Paulo e no Centro Diocesano de Porto Alegre, com o tema “Comunicação e Diálogo entre a Igreja e o Mundo”, pelo clérigo norte-americano Rev. Dr. Reuel L. Howe, havendo participado clérigos e leigos, episcopais ou não, e inclusive luteranos e um padre ortodoxo, havendo ainda o curso de Porto Alegre contado com a visita do Padre Nelson Selbach, vigário católico romano no bairro de Teresópolis.

A edição de outubro de 1965, na página 5, traz a notícia de **Ofício ecumênico** celebrado na Paróquia da Redenção, em São Gabriel, onde era pároco o Rev. Côn. Josué Bezerra, com a participação das Igrejas Batista Independente, Assembléia de Deus, Metodista e Católica Romana.

O ecumenismo incipiente começava, inclusive, a diminuir a importância da luta pela ocupação do *locus* educacional, especialmente nas escolas públicas, e *inclusive diante da necessidade de combater-se o materialismo como um inimigo comum às religiões* Anglicana e Católica Romana, como se analisa no tópico relativo ao laicismo do Estado. **Essa aproximação se intensifica a partir da década de 1960, quando o Estandarte Cristão inclusive começa a trazer notícias de franca cooperação entre a Igreja Episcopal Brasileira e a Igreja Católica Romana**. Destaca-se, por exemplo, a informação (já referida) de que, na cidade de São Gabriel, o padre Arnaldo Gasparotto recomendara a seus eclesianos a assistência a palestras que incluíam o tema

educação sexual na adolescência, promovidas pela Igreja Episcopal Brasileira (ESTANDARTE CRISTÃO de novembro/1965, p. 5).

Essa aproximação se tornou mais natural para a Igreja Católica Romana a partir do Concílio Vaticano II.

O Estandarte Cristão de março de 1966, na página 10, transcreve notícia veiculada no jornal Correio do Sul, de Bagé, que informa que, ***em culto celebrado em ação de graças pelas bênçãos de Deus sobre o Concílio Vaticano II, a convite do Rev. Antonio Guedes, pregara na Matriz do Crucificado o Bispo Católico Romano da Diocese de Bagé, Dom José Gomes, havendo este proferido, no dizer do Correio do Sul, “vibrante sermão ecumênico”. O ofício fora celebrado pelo rito do Livro de Oração Comum e haviam sido cantados, inclusive pelo Bispo Católico Romano, hinos do Hinário Episcopal.***

Mas o assunto ainda não era pacífico na Igreja Episcopal Brasileira. O Estandarte Cristão de setembro de 1966 traz, na página 4, artigo do Bispo da Igreja Anglicana em Portugal, Dom Luiz Pereira, sobre “Perigos do ecumenismo” - não combatendo o movimento ecumênico, mas instando a que a aproximação com a Igreja Católica Romana não leve a Igreja Anglicana a afrouxar ou perder o zelo evangelístico, ou seja, achando que, sendo desnecessário converter os católicos, perca-se o entusiasmo por pregar o Evangelho aos ateus ou indiferentes.

Alguns sempre afirmavam a inconciliabilidade entre os pensamentos católico romano e anglicano, baseando-se em fortes pontos de divergência, como o controle da natalidade, acerca do qual há um artigo do Rev. Sydney Ruiz, publicado no Estandarte Cristão de dezembro de 1966 (página 9), que, respondendo a críticas feitas por parte de católicos romanos, defende que ***evitar a concepção não é aborto e que a Igreja Anglicana colocou, na Declaração da Conferência de Lambeth de 1958, foi sua aprovação aos métodos contraceptivos, não ao aborto, posição que permanece até hoje (2010).***

Apesar de certos descontentamentos, permaneciam as tentativas de aproximação, conforme se verifica no Estandarte Cristão de novembro de 1966, que, nas páginas 4-5, transcreve reportagem do jornal Correio do Povo de Porto Alegre de 06/10/1966, que noticiou: ***“Bispos de três igrejas cristãs rezam pela***

paz em programa de TV". Participaram do programa o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer (Igreja Católica Romana), o Bispo Primaz da Igreja Episcopal Brasileira, Dom Egmont Machado Krischke, e o Bispo da Igreja Metodista do Brasil, Dom José Pedro Pinheiro.

E, na edição do Estandarte Cristão de janeiro-fevereiro de 1967, encontramos, na página 4, artigo do Rev. Arthur Kratz (posteriormente Bispo da Igreja Episcopal Brasileira) *elogiando algumas atitudes de bispos católicos romanos*. A página 7 da mesma edição noticia a realização de culto ecumênico na Igreja Católica Romana de Mauá (São Paulo/SP), da qual participaram padres católicos e reverendos anglicanos. Também no Rio Grande do Sul o Estandarte Cristão passa a noticiar a realização de *cultos ecumênicos*, como o mencionado na edição de janeiro-fevereiro de 1967, página 14, celebrado pelo Padre Luiz Osvaldo Leite, Pastor Godofredo Boll e Cônego Arthur R. Kratz.

O Estandarte Cristão de janeiro-fevereiro de 1967 traz, nas páginas 10-11, reportagem do Rev. Sydney Ruiz: “Frei Miguel de Taizé³¹ fala sobre ecumenismo”. Trecho: “perguntado sobre as relações com as Igrejas Cristãs Frei Miguel esclareceu que *melhoraram sensivelmente após o início do Concílio Vaticano II*, não só em relação à Igreja Romana, como também, com as Igrejas Protestantes” (grifo apostro).

Na edição de setembro de 1967, o editorial do Estandarte Cristão (página 2) é sobre ecumenismo, onde o editor do jornal (Rev. Arthur Kratz) se manifesta a ***favor de um movimento ecumênico entre as igrejas cristãs***, mas destaca que *o que preconiza é a **unidade, e não a uniformidade***. Esse também era o ***entendimento do Arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey***, que sonhava com a possibilidade da união de todos os cristãos numa única Igreja, a longo prazo, desde que houvesse *“acordo sobre doutrinas essenciais, muita independência e grande variedade nas formas de culto”*.

Por todos esses achados no Estandarte Cristão verifica-se que a posição da Igreja Episcopal/Anglicana em relação à Igreja Católica Romana foi e modificando, ao longo do período pesquisado, de um inicial antagonismo até uma aproximação que, embora não aceita por todos os setores da Igreja

³¹ Taizé é uma comunidade religiosa ecumênica, fundada na França em 1940, que congrega monges de várias Igrejas cristãs e existe até hoje (2010).

Episcopal Brasileira, era buscada por grande parte dela. De um lado, essa aproximação foi possível em virtude da atitude tolerante e pacificadora de lideranças de ambas as Igrejas (Igreja Episcopal/Anglicana e Igreja Católica Romana); de outro, porque o antagonismo foi-se tornando desnecessário diante da concretização da perda da hegemonia jurídico-formal da Igreja Católica Romana e da importância de se combaterem problemas comuns, como a forte corrente e crescimento das idéias materialistas na sociedade.

4.11 Igreja Episcopal Brasileira e Estado Laico no Estandarte Cristão

Este subitem é apresentado como um reforço, uma ratificação comprovada de fatos mencionados, vistos exclusivamente pelo olhar do Estandarte Cristão, apresentando novas passagens ou mencionando algumas já referidas, mas pelo viés da Igreja Episcopal/Anglicana acerca da laicização do Estado. Destaca-se que o viés da Igreja Católica Romana (o polo contrário na luta do Comitê Pró-Liberdade de Consciência) já é conhecido; busca-se aqui desvendar a visão do polo que restou, de certa forma, vencido, quando, ao final da luta contra o ensino religioso nas escolas públicas, este passou a ser legalmente autorizado.

Os embates com a Igreja Católica Romana contribuíram para fortalecer a posição da Igreja Episcopal em favor do Estado laico. Em 30 de maio de 1906, no artigo “Ao Correr da Penna” (p.1, coluna 3), há uma nota da Igreja manifestando discordância à colocação da **imagem** de Cristo na cruz, no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, por servir “apenas para patentear a superstição e o fanatismo”, sendo que “o Cristo deveria ter seu trono no coração dos cristãos” e não “em uma imagem do Cristo morto pregado na cruz.” As Igrejas Protestantes, nesse período histórico, não aceitavam o culto às imagens, e muito menos toleravam a presença destas ou de um crucifixo (a cruz com a figura do Cristo morto, nela pregado) em prédios públicos. Os Protestantes usavam a cruz vazia, como lembrança da morte e **ressurreição** de Cristo por amor de nós; criticavam as imagens porque poderiam induzir à idolatria, à “adoração de imagens”. A ênfase à cruz vazia também significa a ênfase dada pelos protestantes à Ressurreição de Cristo. Desta forma, a existência de um crucifixo no salão do Tribunal do Júri seria uma aproximação do Estado com a

Igreja Católica Romana – e também seria um afastamento do ideal de Estado laico propugnado pela Igreja Episcopal, pelas igrejas protestantes e pela Maçonaria, em nome do respeito à liberdade de crença.

Hoje, em pleno século XXI, muitas Igrejas Episcopais (hoje denominadas de Episcopais Anglicanas do Brasil) ostentam imagens dentro de seus templos: o Crucifixo Anglicano apresenta ou o Cristo-Rei, o Cristo Ressuscitado e vitorioso sobre a cruz, ou o Cristo antes de expirar, com a cabeça voltada para o alto, ao passo que os crucifixos tipicamente católicos ainda trazem o Cristo com a cabeça voltada para baixo – que os protestantes entendem como uma lembrança do Cristo vencido pela morte, derrotado, e não do Cristo vencedor. Nas escolas protestantes havia cruzes vazias penduradas nas aulas. Infere-se – e sabe-se – que os ensinamentos cristãos eram mencionados nas aulas, pois os Estandartes Cristãos fazem essa menção, embora tragam uma idéia de “educação cristã” e não de “catecismo anglicano”. Mas, pelo número de alunos que ingressaram para a Igreja por meio da Confirmação (ou Crisma), infere-se que, nos ensinamentos cristãos, havia um direcionamento para a Igreja Episcopal. E nem poderia ser diferente, pois eram escolas confessionais.

Igualmente, cabe lembrar que as escolas paroquiais não eram “escolas públicas”, mas sim escolas particulares, normalmente decorrentes do trabalho voluntário dos que ali labutavam; o fato de os episcopais apresentarem essa tendência de agregarem os alunos à religião episcopal não é necessariamente contraditório com o fato de defenderem um ***ensino público laico***.

Em 15 de julho de 1906, na página 2, há mais uma forte manifestação (recorrente em vários números do Estandarte Cristão) contra a colocação de crucifixos nas salas dos Tribunais do Júri: “Christo no Jury” (*sic*), considerando a separação entre religião e Estado – luta e ideal compartilhado tanto pela Igreja Episcopal quanto pela Maçonaria. Tais manifestações contra as imagens em prédios públicos e contra a união entre Estado e Igreja são recorrentes no Estandarte Cristão durante os anos seguintes.

Na primeira página do Estandarte Cristão de 10 de junho de 1925, com destaque, na primeira coluna, lê-se:

Dentro em breves dias será pelo governo federal apresentado ao parlamento o projecto de revisão da Constituição. Segundo resam

telegrammas, não cogitará o referido projecto de tornar religião do Estado o catholicismo romano.

O presidente da República não advogará tal idéa, manda elle dizer, pela imprensa, com o fito claro de tranquilisar os espiritos liberaes, justamente alarmados com os rumores que se ouvem nos bastidores do romanismo. [...] Isso, porém, não quer dizer que o projecto deixe de ser apresentado por qualquer deputado e defendido com calor, com entusiasmo vibrante. [...] Sim, ella [a Igreja Católica Romana] deseja ser o que já foi no Brasil – religião official. [...] Não nos illudamos, não durmam os amigos da liberdade. Estejamos vigilantes, promptos para dar o nosso brado de alarme ao primeiro grito que soar nos acampamentos do romanismo intolerante. (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/06/1925, p. 1)

É nesse contexto que irá surgir o Comitê Pró-Liberdade de Consciência, cujas atividades foram amplamente noticiadas no Estandarte Cristão, e que será apresentado, frisa-se, ***segundo a visão da Igreja Anglicana, principalmente a partir do seu periódico oficial*** – que é a versão não divulgada ou pouco conhecida no meio acadêmico e na literatura oficial e que é um dos aspectos característicos do ineditismo da Tese.

A Teologia protestante, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América do Norte, apoiou o Iluminismo e o Cientificismo. As idéias liberais foram acolhidas pela maioria das Igrejas Protestantes Históricas (Anglicana, Presbiteriana, Luterana e Batista), baseando-se na máxima: *Sini labore nihil – vis mea in labore*, isto é, *sem trabalho nada se consegue – minha força está no trabalho*. Esta situação foi analisada por Max Weber, que concluiu que, nos países de maioria protestante, foi incentivado o racionalismo, o acúmulo de capital e a secularização da sociedade. O Protestantismo trouxe como seu resultado uma mudança social, fazendo, segundo Weber (2004), emergir uma sociedade de classes por meio da acumulação de capital pelas camadas mais populares, através do estudo e do trabalho, e, conseqüentemente, pela posse da terra e bens – que se lhes tornou possível tendo por fundamento a ética e o “espírito do capitalismo”, visto aqui pela análise realizada pelo próprio Weber e, inicialmente, fundado na Teologia calvinista.

Tambara (1991) informa que os ideais de secularização fizeram emergir a busca pela autonomia religiosa – o Estado laico – e também permitiram o questionamento de dogmas da Igreja Católica Romana, que antes eram considerados incontestáveis, e muitas vezes levavam à perseguição contra expoentes da Ciência, como ocorreu com Copérnico, Galileu e outros.

Por outro lado, desde o momento em que a Igreja Episcopal/Anglicana chegou ao Brasil, seu trabalho foi dificultado em razão de intolerância por parte de alguns grupos de católicos, embora a primeira Constituição Republicana (1891) houvesse separado a Igreja do Estado e garantido a liberdade religiosa no Brasil. Sobre a chegada dos primeiros missionários anglicanos no Brasil, Kicköfel relata que, inicialmente, instalaram-se em São Paulo. Porém, segundo ele:

Não ficaram muito tempo na cidade devido à iminência de serem atacados pela população [...]. O padre católico havia promovido um motim contra os “hereges”. Um bando de amotinados atacou a casa onde moravam. Enquanto o assalto se dava pela frente, os missionários fugiram pelos fundos, sob a proteção de um denso parreiral. (KICKÖFEL, 1995, p. 54)

Nesse contexto (liberdade religiosa assegurada constitucionalmente, mas existência de ações intolerantes por parte da Igreja Católica Romana com vista a recuperar a hegemonia que possuía no Brasil imperial), discussões sobre o ensino religioso nas escolas eram inevitáveis.

O artigo 72, § 6º da Constituição de 1891 estabeleceu: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. A expressão *será leigo* teve a conotação, para os membros da Igreja Católica e alguns legisladores do regime republicano no Brasil, de que a Educação se tornaria um foco irreligioso, ateu e laicista.

Mas a revisão constitucional prevista pelo governo do presidente da República Arthur Bernardes (1922-1926) trouxe novamente à tona a polêmica sobre a adoção do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, com base em duas emendas constitucionais sugeridas pelo Deputado Plínio Marques.

Nagle (2001, p. 87) comenta:

A favor da aprovação, os católicos argumentavam que elas “representavam a aspiração da maioria” e constituíam a “legítima vontade da alma nacional”; os não-católicos e mesmo alguns católicos procuravam mostrar que tais emendas são “atentatórias à liberdade espiritual”, representavam a “oficialização do romanismo, do ultramontanismo”, podendo significar o “germe de discórdia entre as famílias”, além do que “ferem os ideais republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade e podem provocar o “renascimento da questão religiosa e seus males”.

Na primeira página do Estandarte Cristão de 10 de junho de 1925, em seu editorial, com destaque, na primeira coluna, lê-se:

Dentro em breves dias será pelo governo federal apresentado ao parlamento o projecto de revisão da Constituição. Segundo resam telegrammas, não cogitará o referido projecto de tornar religião do Estado o catholicismo romano. O presidente da República não advogará tal idéa, manda elle dizer, pela imprensa, com o fito claro de tranquilisar os espiritos liberaes, justamente alarmados com os rumores que se ouvem nos bastidores do romanismo. [...] Isso, porém, não quer dizer que o projecto deixe de ser apresentado por qualquer deputado e defendido com calor, com entusiasmo vibrante. [...] Sim, ella [a Igreja Católica Romana] deseja ser o que já foi no Brasil – religião official. [...] Não nos illudamos, não durmam os amigos da liberdade. Estejamos vigilantes, promptos para dar o nosso brado de alarme ao primeiro grito que soar nos acampamentos do romanismo intolerante. (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/06/1925, p. 1)

A liberdade de crença no Brasil permitiu a sobrevivência das Igrejas não-católicas no país. A escolha de uma religião e não de outra é questão de foro íntimo. Nem Cristo obrigou as pessoas a segui-lo. Ele fazia sua pregação e procurava estendê-la a todos, mas em momento algum obrigou alguém à segui-lo: “Eis que estou à porta e bato. Àquele que abrir, eu entrarei; ficarei com ele e ele comigo.” (BÍBLIA, tradução de Almeida – Apocalipse, capítulo 3, versículo 20). Claro está que *bater à porta não é obrigar*.

Embora a Igreja Católica Romana não fosse mais a religião oficial do Brasil, continuava mantendo certos privilégios. Como exemplo, o Estandarte Cristão de 10 de junho de 1926, na seção “Do meu canhenho”, assinada pelo revisor do Estandarte Cristão (provavelmente o diretor, Rev. José Severo da Silva), trata de algo que ocorria em Rio Grande/RS, onde, segundo o jornal, era cobrado uma espécie de imposto eclesiástico em benefício da construção da nova matriz da Igreja Católica Romana, por meio de uma contribuição que era arrecadada por uma repartição pública oficial, a Exploração do Porto. Trechos:

Podemos hoje assegurar que a cobrança é, de facto, procedida naquela repartição, da forma seguinte: Existe uma mesinha fóra da armação ou balcões, onde está installado um empregado municipal, encarregado da cobrança duma taxa de estatistica, recolhida pela Intendencia Municipal. Pois, esse mesmo empregado foi aproveitado para cobrar o tal – imposto ecclesiastico. E como o mesmo reclamasse de ficar sobrecarregado de serviço, deram-lhe um ajudante. Note-se bem, entretanto, que este ajudante é intitulado: Official Municipal Arrecadador. Temos aqui à vista um recibo que é fornecido aos contribuintes. Vamos copial-o fielmente: 'Contribuição

expontanea dos exportadores da cidade do Rio Grande, em benefício da construcção da nova Matriz de S. Pedro. Anno 1925 – n. 30. O sr..... pagou a quantia de Rs.... correspondente a sua contribuição pela exportação abaixo, conforme conhecimento da taxa de estatistica Municipal n.... Volumes.... Mercadorias... Rio Grande..... de... de 1925. (Assignado)..... Official Municipal Arrecadador.' Temos, pois, a arrecadação dum imposto ecclesiastico, feito numa Repartição Estadoal, por empregados municipaes. Sim, pois lá está impresso abaixo da assignatura do funcionario: 'Official Municipal Arrecadador'. Existe, pois, claramente um accordo, um entendimento entre a Egreja de Roma e a Municipalidade do Rio Grande, ficando ipso facto feita uma especie de empregada ou de caixeira ecclesiastica... Não ha fugir! E pelo visto, o Municipio paga o tal 'Official Municipal arrecadador' para prestar serviços a uma organização religiosa!!! (...) E como já tivemos occasião de dizer, em nosso ultimo escripto, o constrangimento em face das personalidades que compõem as comissões e sub comissões, foi levado em linha de conta, para chegar-se a determinados resultados. É sempre a velha historia... *Roma semper cadem!* Fabricas, officinas, collegios, nada foi poupado. Estes ficaram a cargo de sub-comissões, formadas, muitas vezes sem consulta prévia, pelos empregados superiores ou chefes. (...) Vimos também uma das listas destinadas a recolher os donativos, onde havia o nome da sub-comissão e os dizeres: 'Todos os operarios; Todos os empregados', como a insinuar que em vista do apello de seus superiores todos ficavam mais ou menos obrigados – espontaneamente.. a concorrer. (...) Na imprensa diaria do Rio Grande, Paulo Marcus já publicou três artigos doutrinaris, em que abordou o mesmo assunto. Foram estes os titulos: Espontaneamente... Liberdade assucarada e Falemos claro. Reccomendamos, pois, taes escriptos, que supprirão o que não podemos aqui dizer por falta de espaço. (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/06/1925, p. 2)

No editorial “Ao Correr da Penna” do Estandarte Cristão de 30 de agosto de 1925, assinado por Erasmo de Tarso (pseudônimo do Rev. José Severo da Silva, como já foi mencionado), encontra-se os seguintes trechos:

Os romanistas de papo vermelho não se cansam de afirmar, pela tribuna e pela imprensa, que a irreligião de nosso povo é o resultado da separação da Egreja do Estado. [...] Vejamos o que nos diz a historia, mestra da humanidade. O que ella assevera é justamente o contrario, pois nos diz que Roma mandava ao Estado gaucho representantes avarentos, gananciosos, exploradores das almas, negociantes despudorados. [...] Da moral de seus ministros nos dá clara visão a biographia do vigario de Itaqui, em 1855, feita pelo dr. Fernando Luis Osorio, no capitulo XX, do volume I da Historia do General Osorio: “O padre José de Souza Passos não era um santo: Como outros, era um homem que tinha virtudes e vicios, com a unica differença, porem, que estes sobrepujavam áquellas. Dizia sua missa, dansava, tocava viola, affrontava a sociedade em escandalos concubinato, e velava alta noite em ceias e serenatas amorosas. Era rixoso e de genio violento. Usava punhal na cava do collete pistola á cinta.” Nesse tempo a religião catholica romana era religião official, a unica que o governo reconhecia e que o povo tolerava. [...] A irreligião começou no Brasil com os padres. São elles os unicos e exclusivos culpados do estado espiritual de nossos patricios. Roma tem

melhorado. Ella se occupa hoje mais que nunca de seus filhos. Mas não faz por amor a elles e sim por medo da Egreja Reformada, cuja propaganda tem. Provamos o nosso acerto – Roma enquanto esteve só no Brasil não deu importancia alguma á educação religiosa de nosso povo. Só depois da Egreja Evangelica ter arvorado seu estandarte na terra do Cruzeiro é que a Egreja Catholica Romana começou a trabalhar. [...] Querem tornar a Egreja Romana official não por amor ás almas, mas para á sombra do poder civil perseguirem e maltratarem todos quantos se oppoem aos seus ensinos erroneos. De todo não desertou ainda de nós a confiança nos homens que estão á testa dos nossos destinos. Nelles confiamos, certos de que saberão defender o patrimonio sagrado que a Republica nos concedeu – a liberdade de consciencia. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/08/1925, p. 1)

O Rev. Severo parece *prever acontecimentos nefastos para as religiões não-católicas*. Maçom e Reverendo firme em seus pontos de vista e argumentos, casado e irrepreensível em sua moral, não tolerou as **falhas** do Padre José de Souza Passos, relatada pelo Dr. Fernando Luis Osório. Acreditou, neste momento histórico, que *meias palavras* ou termos implícitos já não serviam para fazer a defesa de seus ideais, Passou, então, a contra-atacar, defendendo a liberdade de consciência, mas apontando os defeitos morais de quem estava no outro pólo da relação, os padres católicos romanos, generalizando os defeitos a todos ou a quase todos.

Pensa-se que aqui há uma contradição, pois, se a Igreja Episcopal/Anglicana pregava a tolerância e o perdão como bases do cristianismo, o violento ataque ao representante do clero católico se mostrava incoerente com essa pregação. Todavia, não se pode esquecer que, diante da proximidade da revisão constitucional, os ânimos estavam exaltados, e surgiam ataques de lado a lado, como se verificou no tópico relativo à Igreja Católica Romana no Estandarte Cristão.

No Estandarte Cristão de 10 de setembro de 1925, lê-se o seguinte, em editorial intitulado “O ensino religioso nas escolas”:

Vezeas muitas, por estas columnas, temos affirmado que a Egreja Catholica Romana está trabalhando com empenho para assumir posição de dominio em nossa Patria, para isso apoiada em dispositivo a ser introduzido na Constituição, por occasião da reforma desta.

A seguir, transcreve notícia do jornal “Diário de Notícias” de Porto Alegre, que menciona pronunciamento do então Deputado Getúlio Vargas, que

declara que a introdução do ensino religioso como postulado constitucional, embora sob a forma facultativa, pode acarretar inconvenientes, conforme o critério do interprete de sua aplicação, accender disputas religiosas e determinar complicações judiciárias. [...] O Estado que tem como funções principaes, embora não exclusivas, a manutenção da ordem e a distribuição da justiça não deve ter preferencia em materia religiosa. Seria indebita a sua interferencia no dominio da consciencia individual.

Informa que então Vargas defendia o ensino leigo nas escolas, e que o ensino religioso deveria ser feito pelos pais, nos templos ou em escolas facultativas. Afirmava ainda que a busca pela aprovação da emenda religiosa

não deixa duvidas de que o catholicismo terá a preferencia porque o trabalho nesse sentido é indisfarçável. [...] As palavras do illustre deputado federal devem calar fundo em nossos espiritos, pois ellas revelam claramente os planos do Romanismo e a sua actividade, em lamentavel contraste com o silencio, a inercia, o indifferentismo dos amigos da liberdade. [...] Nossas congregações, nossas sociedades, todos os que amam a liberdade de consciencia devem formular, de publico, o seu protesto contra o ensino religioso nas escolas publicas. [...] Protestemos enquanto é tempo, que amanhã pode ser tarde! (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/09/1925, p. 1)

A esse respeito, o jornal Diário Popular de Pelotas/RS, edição de 15 de setembro de 1925, traz uma entrevista com o então deputado federal gaúcho Getúlio Vargas, na qual ele afirma:

A introdução do ensino religioso como postulado constitucional, embora sob a fórmula facultativa, pode acarretar inconvenientes, conforme o critério do intérprete de sua aplicabilidade, acender disputas religiosas e determinar complicações jurídicas. (DIÁRIO POPULAR de 15/09/1925).

Entretanto, na mesma entrevista, Vargas comenta sobre os *grandes serviços do catolicismo, alertando, porém, ser passível de contestação afirmar que o catolicismo fosse a religião da totalidade dos brasileiros*. A seguir, acrescenta ele que, para ser católico, era preciso conhecer a doutrina, aceitar os dogmas e ser praticante. Segundo Vargas,

[...] nessas condições há uma pequena parte da população brasileira, preponderantemente a alta sociedade, que adota um catolicismo cético e elegante, ignorado pela grande massa que ainda está na fase fetichista da adoração de santos com especialidades milagreiras. (DIÁRIO POPULAR de 15/09/1925).

O *Templário*, periódico criado pela Maçonaria de Pelotas que circulou aproximadamente de 1920 a 1930, exerceu grande influência sobre a sociedade pelotense, pois tinha ampla circulação entre maçons e não-maçons, sendo distribuído de modo gratuito, financiado com recursos da própria Maçonaria. O *Templário* defendia os ideais maçônicos, propugnando a busca por novos conhecimentos e, tendo em vista o contexto do período em que circulou, combateu o *romanismo*, muitas vezes atacando o clero católico pelos seus atos considerados contrários ao conhecimento científico, bem como apoiando a educação laica, e trazendo assuntos do interesse geral da sociedade pelotense.

Sabe-se o quanto foi decisiva a atuação da Maçonaria em vários momentos da História do Brasil e do Rio Grande do Sul.

A Maçonaria, deísta, encampou algumas das idéias positivistas do castilhismo gaúcho (aqui no Rio Grande do Sul o positivismo adquiriu características *sui generis*), principalmente as de separação entre Igreja e Estado. Maçonaria e castilhismo também contestavam a prática educacional dos jesuítas e propunham uma educação mais técnica e profissional. E O *Templário* foi importante divulgador dessas idéias.

As emendas constitucionais propostas por Plínio Marques geraram fortes reações e serviram como estímulo para a formação de comitês favoráveis à liberdade de consciência em todo o Brasil. Dentro desse contexto, o Reverendo Anglicano e Mestre Maçom José Severo da Silva, (Pelotas/RS), com o apoio incontestado da Maçonaria Pelotense, foi escolhido para liderar um Movimento que assegurasse a liberdade de Culto e de Pensamento a todas as denominações religiosas, bem como o direito dos filhos de não-católicos a não serem obrigados a assistirem as missas dominicais.

Segundo entrevistas realizadas, os não-católicos eram castigados, nas escolas, pelo seu não-comparecimento às missas, tendo pontos perdidos em suas notas (médias) por isso. O Reverendo Severo liderou, então, o Movimento Pró-Liberdade de Consciência e Pró-Educação Laica (*mas não atéia*). O Movimento, criado pela Maçonaria, desejava, de acordo com seus princípios, permitir a liberdade de culto a todas as denominações religiosas e a criação, fundação e manutenção de Escolas Paroquiais, conforme a orientação cristã de cada denominação em suas comunidades. A Maçonaria engajou-se toda neste Movimento. Severo arregimentou pessoas de várias denominações religiosas,

maçons, pensadores liberais, líderes Espíritas Kardecistas (que integraram e apoiaram o movimento de forma decisiva) e organizou diversas manifestações na cidade em repúdio ao *retrocesso histórico de uma religião oficial no Brasil*.

Reverendo Severo, segundo depoimentos de quem o conheceu ou dele ouviu falar, era considerado um grande orador e uma liderança carismática na cidade de Pelotas, aglutinando um grande número de pessoas em seus movimentos de protesto (o que se confirma na leitura do Estandarte Cristão). Enviou telegramas ao Presidente da República, ao Governador do Estado, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Ministro da Instrução e a todos os Deputados e Senadores do Rio Grande do Sul, bem como às lideranças maçônicas envolvidas em postos-chaves da política de então no Brasil, posicionando-se contra a medida que considerava ilegítima e que não se poderia *configurar como legal*. O documento foi assinado pelo Reverendo Severo, Pároco e Reitor da Igreja do Redentor (hoje Catedral Anglicana do Redentor) em Pelotas e ainda por Lina Eifler Todt, Presidente da Sociedade de Senhoras da Igreja Anglicana, e por Arquimínio Peres, Presidente da Milícia Cristã (Documentos da Igreja Anglicana, s/d).

No dia 18 de setembro de 1925, foi fundado o Comitê Permanente Pró-Liberdade de Consciência, e a Maçonaria e Severo promoveram várias conferências defendendo a Liberdade de Culto.

O Estandarte Cristão de 29 de setembro de 1925, nas páginas 1 a 3, traz a notícia da inauguração do Comitê Pró-Liberdade de Consciência. Trechos:

Não ha mais duvida alguma – a liberdade está em perigo! O jesuitismo mobilisa suas forças e tenta estabelecer a Egreja Romana como a religião official dos brasileiros. O trabalho, feito na treva, appareceu á luz, protegido e amparado por grande numero de representantes da nação. O projecto de officialisar a Egreja e tornar o seu ensino obrigatorio nas escolas publicas vae entrar no plenario. Os amigos da liberdade precisam agir e agir com pressa! Urge que a Camara dos Deputados saiba existirem nas terras livres do Brasil milhares de homens e mulheres que amam a liberdade e não querem que suas consciencias sejam amordaçadas. [...] Telegraphem sem demora ao exmo. sr. presidente do Estado e à Camara dos Deputados pedindo-lhes não permittam que retrogrademos aos tempos pristinos do Brasil colonial. [...] Os liberaes de Pelotas, numa soberba manifestação de solidariedade, unidos, apresentando uma frente unica ao adversario que avança audaciosamente, realisaram, a 7 de setembro, nos vastos salões da loja maçõnica Fraternidade,

imponente reunião para protestar contra as pretensões da cleresia desabusada. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/09/1925, p. 1)

O Estandarte Cristão também transcreve trechos da notícia acerca da reunião veiculada pelo Diário Popular de Pelotas, onde se lê:

Como noticiamos, a Loja Maçônica “Fraternidade” levou a efeito, 2ª-feira, às 16 horas, uma reunião de associações philosophicas, religiosas e civis para tratar de formular um protesto contra a emenda apresentada ao projecto de reforma da Constituição. Com o grande salão dos “Passos Perdidos” litteralmente cheio de exmas. familias, cavalheiros e numerosas representações, foi aberta a sessão pelo veneravel sr. Rocco Felipe, que se achava rodeado pelas Grandes Luzes do Capitulo e Luzes da Loja e representantes de todas as delegações presentes. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/09/1925, p. 2)

A matéria do Estandarte Cristão informa que falara na reunião o Sr. Rubens de Freitas Weyne, presidente do Centro de Estudos Teosóficos H. P. Blavatzki, o qual apresentara minuta de um telegrama a ser enviado ao Presidente da República e ao do Estado, ao Ministro da Instrução e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, e ainda aos líderes das bancadas e aos senadores do Rio Grande do Sul, acerca da questão. Também haviam discursado o Sr. Rodolpho Barcellos, do Centro Espírita Jesus, e o Rev. José Severo da Silva, *sendo ambos calorosamente applaudidos*. Destacava que o Rev. José Severo da Silva afirmara que o analfabetismo só fora combatido após a implantação da República, em tempos de liberdade religiosa; que cerca de dez a doze milhões de brasileiros não eram católicos romanos; e criticou os *“legisladores que, levados às suas cadeiras pelos votos de sectarios de todas as religiões, não se pejam de lançar a idéa de roubarem aos proprios eleitores, que é o povo, a mais bella das conquistas liberaes – a liberdade de consciência”*. Informa que fora aprovado o envio do telegrama proposto por Rubens Weyne, no qual se lia:

As corporações abaixo firmadas por seus legitimos expoentes representando grande parte da população desta cidade, reunidos hoje em solemne sessão conjunta, resolveram appellar para o patriotismo de vossencia no sentido impedir passagem emenda Constituição admittindo ensino religioso escolas publicas. Esperam que vossencia consciente alta responsabilidade funcções delegadas pelo povo sem distincção credo religioso não permittira seja desferido golpe mortal democraticos principios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade que são sustentaculos da Ordem e Progresso Constituição Republicana.

Emenda admissão exclusiva ensino religioso catholico romano importará reconhecimento casta em detrimento de outras professadas por avultadissima parte de brasileiros que, de igual maneira que os catholicos, concorrem com seus tributos para a riqueza nacional, com seu trabalho, para o desenvolvimento intellectual, com o esforço de suas intelligencias, para as urnas, com os seus votos, para a defesa da patria, com o seu concurso aos quartéis. [...] (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/09/1925, p. 2)

Assinavam o telegrama, entre outras pessoas (homens e mulheres) presentes à reunião, os representantes das seguintes entidades: Loja Maçônica Fraternidade, Centro Teosófico Blavatsky, Igreja do Redentor, Milícia Cristã da Igreja do Redentor, Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Igreja do Redentor, Centro Espírita Jesus, Liga Operária, Sociedade Auxílio Fraternal de Senhoras Espíritas, Federação Acadêmica, Grêmio de Agronomia e Veterinária, Grupo Espírita Francisco de Jesus Verneti, Centro Espírita Humildes Filhas de Jesus, Sociedade União Espírita, Jornal “O Farol”, Colégio Espírita Jeremias Fróes, Grupo Espírita São Bartolomeu, Sociedade União e Instrução Espírita, Escola Prática do Comércio, Jornal “O Templário”, União Republicana.

Na página 3, o Estandarte Cristão de 20 de setembro de 1925 informava que a comunidade da Capela de Páscoa, na Colônia Ramos (pároco Rev. José Severo da Silva) também enviara um telegrama ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, e ao então Dep. Getúlio Vargas. A mesma edição traz telegramas semelhantes expedidos pela Igreja do Salvador, da Igreja Episcopal Brasileira de Rio Grande/RS. Trecho:

Não somos infensos ensino religioso repousando este puros principios christãos promovendo san moral. Caso vertente, trata-se entretanto irritante monopolio favor doutrinas determinada organização religiosa. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/09/1925, p. 3)

A mesma página declara a instalação do Comitê Permanente Pró-Liberdade de Consciência, com 28 membros, representando 18 associações religiosas e civis de Pelotas, em 14/09/1925, nas dependências da Loja Maçônica Fraternidade, sendo a diretoria do Comitê: Presidente, Rev. José Severo da Silva; vice-presidente, Rubens F. Weyne; 1º secretário, Lourival Carneiro; 2º secretário, João Chapon; tesoureiro, Áureo Loureiro de Souza.

Ainda a página 4 do Estandarte Cristão de 20 de setembro de 1925 traz, na seção “O momento”:

A 28 do corrente deve reunir-se m Porto Alegre um grande congresso dos elementos liberaes do Rio Grande do Sul para estudar os meios de combates as emendas religiosas. Desde o Amazonas até as fronteiras do Rio Grande do Sul estão surgindo protestos vibrantes contra o plano sinistro dos inimigos da liberdade de consciência. À Camara dos Deputados chegam diariamente centenas de telegrammas de todas as partes do paiz. [...] O Comité Permanente Pró Liberdade de Consciencia, de Pelotas, tem realizado animadas reuniões para tratar do momentoso assumpto que preocupa todos os espiritos. [...] Os grandes diários do Recife [...] combatem as emendas do deputado Plínio Marques, considerando-as perturbadoras da familia brasileira, attentatorias da liberdade de consciencia e prejudiciaes à própria Egreja Catholica Romana. [...] (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/09/1925, p. 4)

Na edição seguinte do Estandarte Cristão (datada de 30 de setembro de 1925), o editorial, intitulado “O Romanismo em scena”, alerta para a necessidade de permanecer na luta contra as emendas religiosas, uma vez que a Igreja Católica Romana estava lutando por elas.

Essa edição, na seção “Ao Correr da Penna” de Erasmo de Tarso (pseudônimo do Rev. José Severo da Silva, já mencionado), relata as emendas do deputado Plínio Marques; menciona que a primeira emenda determinava que fosse reconhecido pela Constituição que a religião católica romana era “professada pela quasi totalidade dos brasileiros” e, quanto à segunda emenda, a do ensino religioso, afirmava que o próprio Plínio Marques deixava transparecer que sua intenção era favorecer à Igreja Católica Romana:

Perguntando-lhe um jornalista carioca se a faculdade do “ensino religioso” apenas, isto é, sem se precisar o catholicismo, não pode dar motivo á invasão nas escolas officiaes, de outras religiões, perturbando, assim, ainda mais, neste ponto de vista, o espirito da nacionalidade, respondeu o deputado paranaense: “Não. A maioria do nosso povo é essencialmente catholica. De modo que esta religião continuará a preponderar e a crescer, esplendendo cada vez mais, na alma de todos os brasileiros.” [...] Aqui no Estado, o professorado publico esta sendo convidado para subscrever um memorial ao governo solicitando a volta do crucifixo ás escolas. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/09/1925, p. 2)

Nas páginas 3 e 4 dessa edição de 30/09/1925, o Estandarte Cristão publica o artigo “Nossa Atitude”, assinada por Frederico G. Schmidt (que, às vezes, utilizava o pseudônimo de Paulo Marcus, mas, desta vez, assina seu próprio nome), o qual explica os motivos pelos quais a Igreja do Salvador, de Rio Grande, entrara na luta contra as emendas religiosas. Principia afirmando

que a Junta Paroquial da Igreja do Salvador não era contrária ao ensino religioso se este fosse desvinculado da doutrina católica, e responde às críticas no sentido de que se deveria esperar o curso dos acontecimentos:

Temos actualmente uma aurea oportunidade de definir claramente nossa posição, de collocarmos bem em fóco os puros, os verdadeiros princípios christãos. [...] Somos radicalmente oppostos a discussões estereis, a ataques desabridos, a questões sem orientação. Mas vem fatalmente o dia em que nossa attitude deve ser claramente definida e em que nosso silencio e nossa inacção pódem ser justamente interpretados como uma fraqueza ou como uma traição. [...] Clamamos contra a somnolencia, a procrastinação, a negligencia, a indiferença ante assumptos de relevancia, entre problemas vitaes. [...] Ainda mais um ponto a refutar: Dizem: 'E se as emendas passarem, não obstante todos os nossos protestos?' E a consciencia dum dever cumprido nada vale? E a convicção certa de termos mostrado claramente o ponto de vista do puro Christianismo? Será isto cousa para desprezar, ou para ser substituida por um silencio inexplicavel ou por uma indiferença criminosa? (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/09/1925, p. 4)

Defende ainda a atitude de cooperação com outras entidades religiosas e civis:

Um outro assumpto, que tem merecido critica por parte de alguns. É que não deviamos misturar-nos com elementos outros, elementos liberaes, em nosso movimento de protesto. Nosso Senhor Jesus Christo andou com publicanos e peccadores, comeu com elles, e foi igualmente criticado. Elle andava com elles, não para imital-os, mas para atrahil-os, para que o seu bemdito exemplo ainda mais se revelasse. Nossa mistura actual, em alguns logares, com elementos liberaes num protesto que interessa a todos, foi devido a convites expressos que não podiam ser recusados. E accresce que unindo-nos em taes protestos, não houve a minima quebra de nossos principios. Pelo contrario, houve casos em que tivemos a oportunidade de affirmar perante outros elementos nossa posição e aquillo que defendemos. Nunca nos foi igualmente exigida qualquer abdicação de nossas convicções. (op. cit.)

O Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1925 traz, ainda, na íntegra, o Memorial Pró-Liberdade de Consciência que seria enviado à Câmara dos Deputados pelo Comitê. Trecho:

Os abaixo-firmados, habitantes de Pelotas, representantes de todas as classes sociaes e de todos os credos religiosos e philosophicos [...] querem, por meio desta mensagem, patentear a sua solidariedade ao telegramma que em 7 do corrente mez foi desta cidade transmittido aos diversos orgams da representação nacional (..) e que é a expressão do vehemente protesto que de todos os recantos do Brasil se levanta contra o espolio da liberdade de consciencia que se quer fazer ao povo brasileiro, pretendendo-se enxertar em sua carta

magna os odiosos dispositivos: a) que a religião catholica apostolica romana é a da quasi totalidade dos brasileiros; - b) que é facultativo o ensino da religião nas escolas publicas. [...] nada mais é que o proposito mal velado de dar exclusiva preferencia ao catholicismo romano. [...] Cercear a liberdade de consciencia a tão respeitavel parte da população brasileira seria implantar o regimen de desigualdade sob o hospitaleiro céu do Cruzeiro [...] Saúde e fraternidade. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/09/1925, p. 5)

Na seção “O momento” da edição de 30 de setembro de 1925, o Estandarte Cristão informa que as Igrejas de Cristo (Jaguarão) e do Mediador (Santa Maria) também haviam enviado telegramas ao presidente do Estado e à Câmara dos Deputados protestando contra as emendas religiosas (o que é ratificado na seção “Pelas Paróquias”, respectivamente, nas páginas 11 e 10): que o Comitê Pró-Liberdade de Consciência elaborara o Memorial transcrito na página 5, para envio à Câmara dos Deputados e ao Senado, estando colhendo assinaturas para enviá-lo, e que o abaixo-assinado já contava com “milhares de assinaturas”; que o jornal “A Opinião Pública” informara que a Câmara dos Deputados estava recebendo milhares de telegramas em protesto contra as emendas religiosas.

“O Comitê representava 18 associações civis e religiosas e organizou um abaixo assinado com 10.536 assinaturas” (KICKHÖFEL, 1999, p. 94) que foi encaminhado à Câmara dos Deputados repudiando as emendas constitucionais de nº 9 e 10, as quais pretendiam reconhecer a religião católico-romana como a religião oficial no país e permitir o ensino religioso com base em sua doutrina facultativo nas escolas públicas. **Nesse primeiro momento, as emendas não foram aprovadas por falta da maioria de dois terços.**

Segundo o Estandarte Cristão de 30 de outubro de 1925, essa etapa de debates em torno das emendas religiosas teve seu fim no início do mês de outubro do mesmo ano. As idéias pretendidas pelo Deputado Plínio Marques foram derrubadas por 60 deputados, num total de 117 na Câmara Federal, destacando-se, nesse sentido, os deputados Getúlio Vargas, Basílio de Magalhães, Azevedo Lima, Simões Lopes, Lindolfo Collor e Adolpho Bergamini, que provocaram, naquele momento, a derrocada dos defensores do Clero Nacional Católico.

Segundo Pimentel (1940), os dados estatísticos indicam que a população do município de Pelotas era de aproximadamente de 80.000 habitantes no ano de 1925. Ora, o Comitê Pelotense, através do significativo número de reuniões e da importância de suas ações, bem como o acompanhamento dado às discussões na Câmara dos Deputados, contribuiu para sensibilizar uma parcela considerável da população de Pelotas no ano de 1925 nas discussões sobre os efeitos das emendas católicas. E, junto ao Memorial enviado à Câmara Federal, o comitê organizou um abaixo-assinado que contava com 10.536 assinaturas (Amaral, 2005, anexo 4, p. 213). Segundo nota no Estandarte Cristão de 10 de outubro de 1925, o abaixo-assinado enviado à Câmara Federal contava com a assinatura de 6.958 homens e 3.578 mulheres e com o apoio de médicos, advogados, engenheiros, banqueiros, professores, operários, pessoas de todas as classes sociais – preocupados com a liberdade de consciência, o direito ao ensino laico e à não-ingerência da Igreja Católica Romana nos negócios de Estado.

Todavia, o Estandarte Cristão continuava registrando o esforço pró-liberdade de consciência. Na página 8, lê-se, sobre a Igreja do Crucificado, Bagé/RS, pároco Rev. Antonio Guimarães:

Pela liberdade de culto – Realisou-se na loja maçônica Amisade desta cidade, uma reunião preliminar da campanha em prol da liberdade de cultos, devido à emenda apresentada pelo deputado Plínio Marques. Achavam-se representadas todas as classes liberais – maçons, evangélicos, espíritas, operários, artistas, livres pensadores, etc. O rev. Guimarães foi aclamado presidente ao assumir a cadeira fez tocante discurso, que foi muito aplaudido e publicado na imprensa secular. Nesta reunião foi resolvido passar-se telegrammas ao Congresso, reunido em Porto Alegre e à Câmara dos Deputados no Rio. Foi também organizada uma comissão permanente de defesa da liberdade de culto e que ficou composta assim: Presidente, rev. Antonio Guimarães; vice, venerável dr. Eugênio Oberst; secretário, sr. Sylvio Pelies da Luz; tesoureiro, sr. João Coll Leite. Comissão central coronel Furtado do Nascimento, comandante da Brigada, major Octávio Coelho, comandante do 12º Regimento de Cavalaria, dr. Lybio Vinhas, coronel Idalino C. da Luz. Esta comissão tem se reunido diversas vezes a fim de tratar da maneira melhor de agir, Ao escrever esta notícia o nosso paróco recebeu telegramma anunciando terem caído as emendas. Louvado seja Deus! (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/10/1925, p. 8)

Destaca-se ainda o texto encontrado na edição seguinte do Estandarte Cristão, na seção “Ao Correr da Penna”:

Não nos enganávamos quando dizíamos serem as emendas religiosas de triste memória uma tentativa de Roma para entrar a dominar os destinos do Brasil. Em discurso sensacional, proferido a 2 do corrente, na Camara dos Deputados, o illustre representante do Districto Federal dr. Adolpho Bergamini assegurou que a intenção dos auctores das emendas era preparar o terreno para, uma vez ellas approvadas, nesta mesma legislatura apresentarem proposta a favor da união do Estado e da Igreja. Ninguem oppoz embargos á revelação do parlamentar carioca, o que demonstra ser verdade o que s. exa. declarou. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/10/1925, p. 2)

A mesma edição traz nota informando sobre telegrama que fora enviado pela Capela da Redenção, de São Gabriel/RS (pároco Rev. Nemesio de Almeida), enviada aos governantes:

Emendas religiosas – Em signal de protesto, foram passados pela Junta Parochial aos illmos. srs. drs. Borges de Medeiros e Getulio Vargas os seguintes telegrammas: “Congregação Igreja Evangelica São Gabriel, alarmada emenda Constituição ensino religião romana escolas publicas, respeitosa apella vossencia sentido impedir passagem mesma. - Attenciosas saudações. - Nemesio de Almeida, Innocencio Silva, Flordardo M. Coelho.” Por terem cahido as emendas religiosas tivemos na noite de 4 do corrente um serviço em acção de graças a Deus, versando o sermão sobre liberdade de consciencia, sermão esse que foi magistral e agradou muito ás pessoas presentes. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/10/1925, p. 5)

Também essa edição informa, na página 6, a realização de um culto religioso na Igreja de Cristo, Jaguarão/RS, pároco Rev. Franklin T. Osborn, noticiado no jornal A Situação, em ação de graças pela queda das emendas religiosas. Comenta que fora cantado o Hino do Rio Grande do Sul, “terra tradicional da liberdade, **de onde partiram os primeiros protestos contra o monstruoso attentado que se queria fazer contra a liberdade do pensamento**” (grifo apostro).

Na página 7, informa ainda esse número do Estandarte Cristão que a Capela do Espírito Santo, Montenegro/RS, e a Igreja da Trindade, São Leopoldo/RS (pároco em ambas o Rev. João B. B. da Cunha) haviam enviado um telegrama ao “Congresso Pró Principios Liberais”, reunido em Porto Alegre, protestando apoio e saudações.

E a seção “Pela Pátria e Pelo Mundo” do mesmo número apresenta a seguinte nota:

Foi, a bem dizer, geral, em todo o paiz, a repulsa energica que tiveram as emendas religiosas. Foram poucos, pouquissimos

mesmo, os que aconselharam uma prudente expectativa, com receio de que o verdadeiro ensino religioso viesse a ser prejudicado com protestos oportunos. Em Pernambuco varios jornaes, entre eles a "Província", "Diario de Pernambuco", "Jornal do Commercio", "Noite" e "Jornal do Recife", combateram as emendas, considerando-as perturbadoras da familia brasileira, attentatorias da liberdade de consciencia e prejudiciaes á propria igreja catholica. Os professores Jeronymo Gueiros e dr. Adrião Bernardo, em nome de oito mil protestantes, telegrapharam ao Congresso, pedindo a manutenção do estado leigo. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/10/1925, p. 8)

Na edição seguinte (de 30 de outubro de 1925), o editorial comenta mais uma vez sobre as emendas religiosas. Inicia informando sobre discursos realizados pelos deputados Getúlio Vargas, Basílio de Magalhães e outros durante a votação das emendas religiosas, publicados no Diário Oficial. Trecho do discurso de Getúlio Vargas: "É uma parte do povo tangido pelos frades e guiado por elles. É o trabalho dos padres que apparece aqui, pretendendo coagir o Poder Legislativo a lhes conceder um privilégio." O editorial continua informando:

As emendas religiosas foram subscriptas por 83 deputados. Roma estava exultante porque depois das emendas terem ido ao plenario conseguiram a adhesão de mais 34 deputados, o que lhe dava um total de 117 parlamentares. A victoria, pois, ella tinha garantida, assegurada. A campanha dos amigos da liberdade de consciencia, cousa com que Roma não contava, agitou fortemente a nação e chegou ao Parlamento fazendo com que **28** signatarios das emendas recusassem, retirando seu apoio ás mesmas. Desses, **10**, num gesto que os dignifica, convencidos de que tinham errado, votaram contra as referidas emendas. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/10/1925, p. 1 - Grifos presentes no original.)

Transcreve ainda trechos do discurso de Wenceslau Escobar, um dos que havia mudado de opinião acerca das emendas e, embora de início as apoiasse, votado contra elas, "porque vejo nellas o germen de futuras questões das mais graves":

Queria apenas fazer sentir, com a minha experiência, que, se votarmos essas emendas religiosas lançaremos no seio do nosso povo a semente de agitações futuras, de futuras questões religiosas que vão perturbar a nossa sociedade, levando, talvez, a discórdia até o seio da nossa própria familia. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/10/1925, p. 2)

O Comitê foi dissolvido um mês depois, em solenidade realizada na Loja Maçônica Fraternidade (Pelotas), com um grande público presente, sendo,

segundo Kickhöfel (1999, p. 95), Rubens de Freitas, Rocco Fellipe, Rodolfo Barcelos e Eduardo dos Santos os outros oradores na ocasião, enaltecendo a liderança do Reverendo Severo que, por último, agradeceu a todos e dissolveu o Comitê (Documentos da Igreja Anglicana, s/d).

Entretanto, os atritos entre a Igreja Católica Romana e as entidades que defendiam o ensino laico não cessaram.

Quando Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, após a deposição de Washington Luís, os debates em torno do ensino religioso nas escolas brasileiras emergiram com maior intensidade. Seis anos depois o Comitê foi reativado, porque o Presidente Getúlio Vargas havia autorizado o ensino religioso facultativo nas escolas públicas pelo Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. A primeira reunião do novo comitê aconteceu em 12 de janeiro desse ano. Segundo o Estandarte Cristão de 15 de abril de 1931, o que mais causou espanto aos membros do Comitê de Pelotas foi a entrevista dada por Francisco Campos, então titular do Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP), demonstrando um apoio explícito Igreja Católica.

O Decreto Federal de nº 19.941 de 30 de abril de 1931, que instituía, nas escolas oficiais, nos cursos primário, secundário e normal o ensino religioso facultativo, dispensava da freqüência os alunos cujos pais ou tutores assim o requeressem no ato da matrícula. Esse ato demonstrava que o Governo Provisório se inclinava às reivindicações católicas.

Sobre a instituição do ensino religioso pelo Decreto do Governo Provisório em 1931, Fernando de Azevedo (1958, p. 671) comenta:

O decreto do Governo Provisório, instituindo nas escolas oficiais o ensino religioso facultativo, que fazia parte integrante e fundamental das reivindicações católicas e da política escolar da Igreja, forneceu matérias para debates longos e acirrados aprofundando a linha de demarcação entre a maior parte dos reformadores em cujo programa figura a laicidade do ensino e os educadores católicos que tornaram a defesa de pontos capitais do seu programa escolar, e, especialmente, do ensino religioso nas escolas públicas. (AZEVEDO, 1958)

Salienta-se que o Decreto de 30 de abril de 1931 renegou as aspirações sobre a idéia de Estado Livre e de Igreja Livre. Esse fato acendeu novamente as discussões e debates sobre a questão religiosa e a proteção do governo ao catolicismo. O 5º Congresso Evangélico Brasileiro, realizado na cidade do Rio

de Janeiro entre os dias 30 de abril e 4 de maio de 1931, repudia o Decreto do governo provisório, como afirma a notícia do Estandarte Cristão de 15 de maio do mesmo ano:

Os homens do governo, porém, estão conspurcando aqueles princípios, desvirtuando as suas declarações, fugindo aos compromissos assumidos para com a Nação e deixando o povo surprehendido com esses desacatos aos seus direitos, com esse golpe contra a sua liberdade de pensamento, de consciência (ESTANDARTE CRISTÃO, 15/05/1931, p. 3)

A partir deste momento, o Comitê Pró-Liberdade de Consciência Pelotense começa a agir por intermédio de sua Comissão de Propaganda através de uma campanha de repúdio ao decreto federal que institui o ensino religioso facultativo nas escolas públicas oficiais.

A ação do novo Comitê Pelotense, que representava um total de 45 sociedades filosóficas, religiosas e leigas, não se restringia apenas a convocar reuniões, mas também à elaboração de conferências na cidade, além de redigir telegramas endereçados a políticos brasileiros e também ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas.

O grau de insatisfação e de contrariedade em relação ao Decreto de maio de 1931 demonstrado pelo Comitê Pró-Liberdade de Consciência da cidade Pelotas pode ser observado na leitura dos telegramas enviados, respectivamente, ao político gaúcho Borges de Medeiros e ao chefe do governo Provisório Getúlio Vargas, extraídos do Estandarte Cristão de 15 de abril de 1931:

Ao Ilmo. sr. dr. Borges de Medeiros, [...] Comitê Pró-Liberdade de Consciência de Pelotas hontem lavrou sollene protesto decreto ensino religioso. Esperamos eminente brasileiro grande defensor principios democraticos fará sentir por sua voz autorizada repulsa Rio Grande nefando attentado liberdade consciência. [...] causou estupefacção o vosso apoio projecto nos faz retrogradar precisamente quando paizes mais religiosos vêm estabelecendo rigorosa separação Igreja Estado por considerarem única situação compativel época presente. Rio Grande se poz frente Brasil campanha victoriosa garantidora novas franquias democraticas liberaes fica para traz agora defendendo anachronismo nefasto. (*sic*) (ESTANDARTE CRISTÃO, 15/04/1931)

Os protestos ao decreto continuavam incessantes por parte de vários comitês espalhados pelo Brasil. Entretanto, é no mês de maio de 1931 que a

força desses comitês viria à tona em todo o país, com a criação, no Rio de Janeiro, da “Coligação Pró-Estado Leigo”, que reunia todos os comitês pró- liberdade de consciência e ligas de estados.

O Estandarte Cristão de 10 de janeiro de 1931 traz notícias acerca do ocorrido em 24 de outubro do ano anterior, quando houve a deposição do presidente Washington Luiz e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. No artigo “O Momento Nacional”, comentava a repercussão do fato como sendo considerada de grande importância pela Igreja Episcopal Brasileira, em virtude de acreditarem que Vargas respeitaria a liberdade de crença religiosa. Observe-se que se têm informações de que Vargas era maçom, embora não se tenha como provar isto, pois foi dita em uma das entrevistas realizadas; sabe-se que seu pai, Manoel Nascimento Vargas, e seu irmão, Protásio Dornelles Vargas, eram maçons, conforme está documentado no sítio eletrônico da Loja Maçônica Estrela da Lapa nº 7 (www.estreladalapa7.com.br), no da Loja de Pesquisas Maçônicas do Brasil, e também no site da Loja Maçônica Tabajara, filiada ao Grande Oriente do Brasil (www.lojatabajara.xpg.com.br).

Ademais, a mesma página trazia transcrição de discurso de Vargas enquanto parlamentar na Câmara dos Deputados, no qual criticava as emendas religiosas propostas em 1925 por Plínio Salgado.

No Estandarte Cristão de 30 de janeiro de 1931, há um artigo do Rev. João Timotheo da Silva intitulado “Deus e Pátria”, do qual se transcreve alguns trechos:

Elementos romanistas, senhoras da alta esfera social em nossa Pátria, organisam um movimento de character sectário, cuja finalidade é cercear os direitos sagrados e intangíveis a que fizemos jus, participando nas conquistas da civilização moderna. No grande golpe dado nestes memoráveis dias de sã agitação nacional, as forças evangélicas, distintas já no Brasil, fizeram causa commum com as demais denominações religiosas que aqui operam e marcharam denodadamente, impellidas pelo acendrado amor da Pátria, a offerecer o que de mais caro tinham – a vida. [...] Justo será, portanto, que, se não contarmos novas conquistas no terreno religioso, conservemos, ao menos, intactas aquellas que nos garante a constituição da Republica. [...] Errôneo será dizer que protestamos contra o desenvolver das forças evangelizadoras na Pátria estremecida. Os nossos protestos mais vehementes combatem a secularização da Igreja de Deus, caracteristicamente espiritual. Certos estamos de que o Brasil nada aproveitará com a entronização de imagens nos tribunaes de justiça ou com o ensino religioso obrigatório, porque a religião não se impõe pela suggestão ou pela força. O desenvolvimento intellectual do nosso povo já não admite processos

suggestivos, mas racionais de educação religiosa, para crer e adorar Aquelle que deve ser crido e adorado em espírito e em verdade. A influencia das leis de Deus sobre as questões seculares deve emanar do coração e da consciência dos homens esclarecidos pela luz da verdade e não duma figura de santo empoeirada, pendida das paredes. [...] A Pátria nova reclama para libertal-a da onda de materialismo e de indifferentismo religioso que a avassala um christianismo que entronize Cristo em cada coração brasileiro para que dalli actue sobre o character e oriente a vida do homem. [...] **E discordamos do ensino religioso obrigatório porque se restringiria a um credo, excluindo todos os mais que operam na regeneração espiritual da Pátria. Seria um attentado contra a liberdade de consciência, o apanágio das nações cultas. Seria um crime obrigar os nossos filhos a ouvir prelecções contrarias aos princípios que do berço começaram a ser inculcados na sua alma. Para o ensino religioso obrigatório há os collegios denominacionaes, cujos directores tem ampla liberdade e direito de ministrar o ensinamento particular de seu credo. A pobreza que por força de circumstancia é forçada a frequentar as escolas publicas perderia o direito de professar a fé que accorda com a sua consciência. (Grifo nosso).** Contra pretensões taes levanta-se nesta hora o protesto consciente de milhões de brasileiros que pugnaram heroicamente pela implantação no seio generoso da Pátria, dum regimem novo e elevado, certos de que as individualidades que regem o governo saberão, acima de tudo, corresponder a aspiração sacrosanta de um povo que ama a liberdade porque tem feito della a base das suas conquistas, o motivo das suas luctas, o seu ideal de nacionalidade nova e robusta. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1931, p. 1 – grifo apostro)

No parágrafo assinalado em negrito tem-se um aparente paradoxo: o autor do texto apresenta-se a favor do ensino religioso nas escolas particulares e contra nas escolas públicas; por outro lado, refere que “a pobreza” seria aglutinada nas escolas públicas, quando, na realidade, as escolas paroquiais episcopais/anglicanas (com exceção do Colégio Santa Margarida, em Pelotas, e do Colégio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre) eram escolas gratuitas, abertas a todos que nelas desejassem se matricular – e os pais sabiam qual a profissão religiosa que ali havia. Porém, as escolas públicas, em diversos locais, eram as únicas que existiam, não deixando outra alternativa a quem matriculasse seus filhos. Infere-se, então, que, ao lado da preocupação com a liberdade de consciência para os casos em que não houvesse escola paroquial ou vagas na escola paroquial para os carentes, havia também implícita a luta contra a hegemonia detida pela Igreja Católica Romana sobre o *locus* educacional como espaço para divulgação de sua doutrina.

Assim, é importante destacar que todo o protesto contra o decreto que instituiu o ensino religioso foi pelo fato de este ter sido implantado *nas escolas públicas*. Desta forma, entendiam os episcopais/anglicanos que não se

constituía um paradoxo as escolas instituídas pela Igreja Episcopal Brasileira e outras não-católicas romanas terem em seus currículos o ensino religioso influenciado por sua própria visão, como o faziam as escolas instituídas pela Igreja Católica Romana. Afinal, ao menos em tese, procuraria a escola denominacional quem assim o desejasse; já em relação às escolas públicas, estas constituíam-se na única opção para grande número das famílias brasileiras, motivo pelo qual a inserção do ensino religioso voltado para uma determinada visão em seus currículos se constituiria numa afronta à liberdade de consciência – pois as Igrejas não-católicas ainda não haviam sido instaladas em todos os municípios do Brasil e do Rio Grande do Sul, por falta de pessoas preparadas para tal e pelo seu número ainda reduzido de membros, o que dificultaria o trabalho missionário dessas Igrejas (e, conseqüentemente, sua atuação na área educacional).

O Estandarte Cristão de 20 de fevereiro de 1931 traz o artigo “Liberdade Religiosa”, do Rev. Egmont Machado Krischke, no qual se encontra:

Uma das questões que fervilham em torno da próxima reunião da constituinte, sobrelevando mesmo as demais, pelo seu carácter fundamentalmente social, é a questão religiosa. [...] Não menos criminosa, porém, será a nossa attitude, se permanecermos inanes, ante aquelles que tão sorateiramente procuram inocular no monumento das nossas liberdades o sêmen que, mais tarde, o fará tombar fragoroso, para opprobrio de toda uma nacionalidade! O que mais nos assombra é a capa de ingenuidade innocua que procuram distender por sobre as misérias encerradas em uma proposta apenas. **O rev. Cônego Marx, escrevendo, a 3 do corrente, para o “Correio do Povo”, não se lembra de que, uma vez conseguido o ensino religioso obrigatório nas Escolas, fatalmente se há de apellar para a maioria, como o único meio de evitar-se o accumulo de preceptores eclesiásticos nos estabelecimentos menos freqüentados [sic].** Em questão de crença, não se consideram as maiorias nem as minorias. Nesta esphera tanto valem umas como as outras. Não há aqui indivíduos: há consciências. E a ellas que mentes ardilosas buscam espezinhar, para gáudio de uma tyrannia innominavel – a tyrannia religiosa. (ESTANDARTE CRISTÃO de 20/02/1931, p. 3 – grifo apostro)

O Estandarte Cristão de 30 de março de 1931 traz, na página 1, mais um artigo assinado por “Eujona” (outro dos pseudônimos do Rev. Severo) incitando à união e ao trabalho em prol da liberdade religiosa. Tais artigos são recorrentes no Estandarte Cristão durante o período que sucedeu a Revolução de 1930.

E, na página 3, essa edição do Estandarte Cristão informa que, em 12 de janeiro de 1931, o Comitê passara a denominar-se Comitê Permanente Pró-Liberdade de Consciência, então presidido pelo Dr. Manoel Serafim G. de Freitas, sendo o Rev. Severo o 1º Vice-Presidente e presidindo a comissão de propaganda. A notícia informa que o comitê já havia realizado três conferências, uma das quais na Loja Maçônica Fraternidade.

Na página 16, esse número do Estandarte Cristão traz mais um artigo conclamando ao esforço pela manutenção da liberdade religiosa (não assinado, provavelmente elaborado pela direção do jornal). Menciona notícias publicadas em jornais de violências praticadas pelos católicos romanos contra protestantes em Pernambuco, onde um padre seguido por grande número de católicos agredira um vendedor de Bíblias e destruíra o material que este trazia, e no Espírito Santo, onde católicos romanos teriam depredado uma Igreja batista gritando: “Viva a religião católica, a religião oficial do Brasil”. Diz o artigo: “Graças a Deus, que os homens publicos no Brasil já conhecem a política romanista e os seus anseios de domínio temporal, e, em nome da civilização, para felicidade da nossa Pátria, hão de repellar as suas pretensões.” E finaliza com uma citação de Rui Barbosa (maçom): “De todas as liberdades sociais, nenhuma é tão congenial ao homem, e tão nobre, e tão frutificativa, e tão civilizadora, e tão pacífica, e tão filha do Evangelho, como a liberdade religiosa.”

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1931, no Relatório sobre o Estado da Igreja, assinado por José Severo da Silva, Euclides Deslandes, Franklin Osborn e Frederico Schmidt, menciona o Comitê Pró-Liberdade de Consciência, manifestando a necessidade de defender a liberdade religiosa no país, e sugerindo que a Igreja Episcopal Brasileira enviasse documento oficial com essa posição ao Presidente da República ou à Assembléia Constituinte. O mesmo número informa que o Comitê remetera telegramas ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, Francisco Campos, lamentando a atitude deste em entrevista que concedera à imprensa. Informa, também, sobre algumas das pessoas que compunham o comitê, entre elas o Dr. Pedro Gomes de Freitas, o Tenente Fernando do Ó e o jurista Dr. Victor Russomano.

Na edição de 30 de abril de 1931, sob o título “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, o Estandarte Cristão traz mais um artigo do Rev. João Timotheo da Silva defendendo a separação entre Igreja e Estado e a

liberdade religiosa, particularmente se opondo à obrigatoriedade do ensino religioso, sob os argumentos de que todo cuidado em manter-se a separação entre Igreja e Estado não seria demais, e de que a evangelização seria uma tarefa a ser realizada pela Igreja sob orientação divina, operando “num terreno sagrado que não admite as imposições humanas”, não podendo, portanto, ser efetuada pelo Estado.

O mesmo número do Estandarte Cristão transcreve trecho de entrevista dada à imprensa por Borges de Medeiros, onde este concluía:

A Igreja livre, dentro do Estado livre, consubstancia a formula insubstituível, si quizermos manter, como até aqui, o progresso paralelo das forças espirituas e civis, que governam a sociedade. Nesse capitulo, toda retrogradação constituiria um verdadeiro absurdo que a elevada mentalidade do povo brasileiro jamais haveria de tolerar. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/04/1931, p. 16)

No Estandarte Cristão de 15 de maio de 1931, o Rev. Euclides Deslandes escreve: “O 5º Congresso Evangélico Brasileiro e o ensino religioso”, que menciona essa reunião, ocorrida na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, que estava ocorrendo quando chegou a notícia de que o Governo Vargas havia decretado o ensino religioso nas escolas oficiais. Os evangélicos ali reunidos consideraram como quebra da promessa de que iriam ser respeitadas e ampliadas as liberdades constitucionais, e iniciaram a se organizar para combater o decreto, enviando telegramas de repúdio a Getúlio Vargas e ao Ministro da Educação, bem como telegramas de informação a todas as Igrejas Evangélicas do Brasil³².

O mesmo número do Estandarte Cristão traz artigo do Bispo William Thomas, “A questão religiosa”, que alerta sobre as intenções da Igreja Católica Romana em estabelecer sua influência no Estado brasileiro, através do ensino religioso nos colégios públicos, da substituição do casamento civil pelo religioso e da colocação de crucifixos católico-romanos nos tribunais e nas escolas públicas, o que seria quase que acatar o catolicismo como religião oficial do

³² Na época, chamavam-se de Evangélicas as Igrejas que se haviam originado ou sofrido influência da Reforma Protestante. Uma igreja “evangélica” seria o mesmo que uma igreja protestante, em virtude da importância que a Reforma dera aos Evangelhos e em coloca-los acima dos dogmas da Igreja Católica Romana. O termo não tinha a conotação que hoje tem sido usada, no sentido de designar apenas as igrejas não-católicas neopentecostais, mas abrangia várias igrejas históricas, como a Anglicana, a Presbiteriana, a Metodista, a Batista, etc.

Brasil. Menciona um documento que teria sido elaborado por um grupo de católicas romanas, o “Apelo da Mulher Católica” (o qual, por seus termos, provavelmente teria sido redigido por lideranças da Igreja Católica Romana e endossado por mulheres pertencentes a essa religião), e afirma que, embora haja uma aparência de respeito às outras crenças, a Igreja Católica Romana escondia a intenção de estabelecer a hegemonia no país por via de dispositivo constitucional, administrando o catecismo católico romano de maneira “quase obrigatória”, e desrespeitando a liberdade que a própria Constituição deveria garantir.

O Estandarte Cristão de 30 de maio de 1931 informa que os comitês pró-liberdade de consciência iam sendo criados em várias partes do Brasil, com a finalidade de “libertar o paiz de qualquer sujeição a um poder temporal que venha interferir na sua vida publica, na sua economia politica, perturbando, é lógico, a marcha regular do seu progresso”, e cita como exemplo negativo os países em que não havia liberdade de religião, especialmente aqueles em que a Igreja Católica Romana estava ligada ao Estado, onde afirma que havia desleixo pela cultura, pela educação, e leis absurdas coercitivas da liberdade de pensamento.

A mesma edição, na página 8, noticia a criação do “Conselho Rio-Grandense Pró-Liberdade de Consciência, presidido pelo ministro coadjutor da Igreja do Salvador, Rev. Orlando Baptista, na cidade de Rio Grande/RS. Menciona ainda, na página 9, a instalação de um novo Comitê Pró-Liberdade de Consciência em Bagé/RS.

Ainda esse número transcreve cópia de memorial entregue pela Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil ao Presidente Getúlio Vargas, em face do Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931 (ensino religioso), do qual se destaca:

A Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil [...] vem muito respeitosamente perante v. ex., declarar: 1º - Que desejaria ver o ensino religioso ministrado nas escolas publicas, em seus elementos básicos e geraes, communs a todas as confissões christans, que adherem aos grandes credos primitivos, o Apostholico e o Niceno. [...] Entretanto, devido às condições de incultura liberal que se encontram no ambiente religioso do país, com alguns próceres de tendências accentuadamente reaccionarias, as comunidades evangélicas se vêm constrangidas a negar o seu apoio ao referido decreto, visto que elle vem criar, inevitavelmente, uma situação indesejável de discórdias

e amarguras no seio da família nacional. [...] 5º - O referido decreto, tendente à encampação da Igreja pelo Estado, ou vice-versa, virá criar uma situação indesejável, qual a que tivemos nos annos que precederam á Republica, e que responde também pelas tremendas reacções de ordem religiosa que abalaram Portugal, o México e, ultimamente, a própria Espanha. 6º - A paz da família brasileira e os mais altos interesses da própria religião exigem que o Estado se guarde escrupulosamente arredo de questões religiosas, as quaes devem ser discutidas, é certo, e os seus interesses promovidos, mas em ambiente da mais ampla liberdade nesta delicada região da consciência. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1631, p. 13)

Na página 13, o Estandarte Cristão de 15 de outubro de 1931 traz informação sobre reunião da Coligação Pró-Estado Leigo com Getúlio Vargas, dizendo que a entidade fora bem recebida e deixara com o “Chefe do Governo Provisorio” um memorial, que a notícia transcreve. Esse memorial, que afirma que o ensino religioso se presta a uma tentativa nefasta de domínio por parte da Igreja Católica Romana, e apela para os “sentimentos republicanos” de Vargas, pedindo a anulação do decreto, há a informação de que a Coligação contava com a adesão de 305 lojas maçônicas, 522 igrejas protestantes e 427 associações e partidos de várias denominações sociais e religiosas.

Os debates em torno do decreto de 30 de abril são constantes nos primeiros anos da década de 1930, provocando várias controvérsias entre os grupos católicos e os comitês leigos até a implantação da Constituição Brasileira de 1934.

Devido ao clima de conflito instaurado em torno das questões religiosas na educação escolar, os grupos que defendiam a escola livre publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. O documento, que era liderado por Fernando de Azevedo, defendia a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado. O Manifesto deixava claro entre os seus princípios uma posição bastante favorável ao ensino laico no Brasil. Pode-se observar a consonância de interesses entre os comitês leigos e os participantes do Manifesto de 1932, ambos demonstrando compartilhar de idéias sobre escolas livres, leigas e gratuitas.

O Estandarte Cristão de 30 de janeiro de 1932, na página 12, traz um pequeno relatório sobre a realização do 1º Congresso Pró-Estado Leigo do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS, nos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 1932. As reuniões haviam-se realizado no Teatro São Pedro, sendo que o Rev. José Severo da Silva fazia parte da delegação enviada por Pelotas.

O Estandarte Cristão de 30 de janeiro de 1932, na página 13, apresenta a seguinte citação do Dr. John William:

Um systema de educação que promove e interpreta a sciencia e ignora a religião, e um systema de educação que dá relevo á religião para deixar no olvido a sciencia, são ambos semelhantemente inadequados e perigosos ao bem estar e progresso da humanidade. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1932, p. 13)

Daí se depreende que, inserida a citação e sendo redator do jornal o Rev. José Severo da Silva, importante líder do movimento pró-Estado leigo, o que este movimento perseguia não era o ateísmo nas escolas, e sim o laicismo – um Estado e uma escola pública que não estivessem ligados a qualquer denominação religiosa, mas que também *não incutisse nos alunos uma educação que excluísse a idéia de Deus e de sua presença*; uma escola que respeitasse as crenças individuais de todos e de cada um dos alunos.

O Estandarte Cristão de 29 de fevereiro 1932, na página 7, relata a assembléia geral que elegera a nova diretoria do Comitê Pró-Estado Leigo, passando a ser presidente o Dr. Miguel de Souza Soares. O Rev. José Severo da Silva continuava a fazer parte da diretoria, como Secretário-Geral. Informa também que a posse da nova diretoria ocorrera em 23/02/1932, no salão nobre da Loja Maçônica Fraternidade, havendo o Rev. Severo presidido a cerimônia. Na página 9, menciona que a associação Milícia Cristã da Paróquia do Redentor (Pelotas/RS, pároco Rev. José Severo da Silva) possuía uma Comissão de Educação, na qual atuava o paroquiano Adriano Lamego.

O Estandarte Cristão de 15 de março de 1932 traz o artigo “O espírito do protestantismo”, sem assinatura, que afirma que o protestantismo é diferente do catolicismo romano em virtude dos seguintes aspectos: amor à verdade, já que a Reforma ocorrera pela busca das verdades bíblicas esquecidas pelas tradições católico-romanas; liberdade, por haver livrado a humanidade da “tirania religiosa”; democracia, uma vez que promovia a separação entre Igreja e Estado; e no aspecto religioso, uma vez que o movimento da Reforma “conseguiu despertar nos seus seguidores uma fé profunda no milagre supremo da vinda de Christo ao mundo para effectuar a nossa Redempção” (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/03/1932, p. 4).

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1932 traz o artigo “A Religião da Escola”, de Sírío Joel de Moraes (maçom e, mais tarde, Reverendo Anglicano). Esse artigo inicialmente, defende o decreto do Governo Vargas, mas após afirma:

É sabido como os sentimentos humanos são difficeis de ser controlados. Por isso difficilmente deixarão de surgir nas escolas injustiças e perseguições, por parte de elementos extremistas. Dahi o triste cotejo de consequencias funestas que se não farão esperar muito tempo. Eis porque não é visto com agrado geral o ensino religioso nas escolas. Formule-se uma orientação sabia, pratica, viavel e, sobretudo, christan, para dar ao ensino da religião na escola a efficiencia e a directriz que merece, e terá tal medida melhor apoio. Enquanto, porém, não surgir uma formula adaptavel ao temperamento brasileiro e que venha garantir fielmente as intenções do decreto de 30 de abril de 1931, isto é, *ampla liberdade de consciencia*, o ensino religioso nas escolas do Brasil será impraticavel e pernicioso á paz da familia brasileira. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/04/1932, p. 3)

O Estandarte Cristão de 30 de abril de 1932, página 4, traz “O ensino religioso nas escolas”, assinado por J. A. Coelho de Dom Pedrito, que inicia dizendo: “Não somos contrarios ao ensino religioso nas escolas e, como já temos nos externado em outras occasiões, achamos que o mal não está ahi.” Mas acrescenta:

A verdade não pode estar sujeita aos monopolios e aos assambarcamentos dos interessados em vender cara a mentira ao povo, porque a verdade é sempre a mesma, venha lá donde vier. Foi assignado o decreto do ensino facultativo – mas, ao que nos consta, nada foi regulado nesse sentido, ficando tudo nas mãos do único assambarcador que é o romanismo papal. Dahi vem que muitos são a favor da laicidade na escola, como está estabelecida na Constituição pelo artigo 72 e paragraphos. É realmente, um extremo prejudicial, mas, em todo o caso, preferivel ao desacerto dum monopolio pela officialisação duma seita religiosa. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/04/1932, p. 4)

Conclui criticando a estrutura da Igreja Católica Romana no que se refere à maneira como é considerado o papa, “elevado á hierarchia dum outro Christo”, e defendendo o que denomina “christianismo apostolico”, embasado “nos factos biblicos em seu conjuncto”. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/04/1932, p. 4)

Ao longo dos anos, o Estandarte Cristão apresentava inúmeros artigos de cunho teológico e espiritual, ou incentivando a busca pela espiritualidade,

como, por exemplo, o artigo “Civilização sem alma”, de Athalício Pithan, publicado na edição de 30 de setembro de 1932, página 1. Tal artigo combatia o materialismo da sociedade moderna e conclamava à volta à busca pela espiritualidade, numa clara evidência de que o ensino laico defendido pela Igreja Episcopal Brasileira não poderia significar ensino ateu.

O ano de 1933 é um marco para a continuidade dos debates em torno do Decreto de 30 de abril. O Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1933 traz o artigo “A Doutrinação”, de Henrique Todt Júnior, que, juntamente com a coluna “Série de Educação Christian”, da redação, demonstram a grande importância dada pela Igreja Episcopal Brasileira à Escola Dominical, o que leva a crer que, com certeza as igrejas evangélicas (protestantes) tinham muito menos necessidade de se utilizar de ensino religioso nas escolas regulares para professar sua religião às crianças. Por outro lado, a preocupação com a instrução religiosa se estendia aos adultos membros da Igreja, como se verifica da existência de inúmeras classes bíblicas e outras formas de estudo bíblico e doutrinário aberto aos leigos, por exemplo, a Classe Bíblica que funcionava na Igreja do Crucificado, em Bagé, onde era pároco o então Rev. Athalício Pithan (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/01/1933, p. 10).

Também o Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1933 traz “Às Igrejas Evangélicas do Brasil”, um pedido da Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil, representando as Igrejas Presbiteriana, Metodista, Presbiteriana Independente, Episcopal e Congregacional, no sentido de que os membros de igrejas protestantes: a) orassem em relação à elaboração da Constituição; b) alistassem-se como eleitores; c) para a Assembléia Constituinte, votassem em candidatos “portadores de programma liberal, e, assim, advoguem a causa da separação entre a Igreja e o Estado, da igualdade e liberdade de cultos, e do ensino leigo nas escolas publicas”.

O Estandarte Cristão de 30 de janeiro de 1933 traz artigo assinado por G.V.S. (provavelmente o Rev. Gaudêncio Vergara dos Santos) sobre as relações entre Estado e Igreja. Trecho:

Deve haver uma luta mas superior na sua finalidade: o estado oppondo-se ao egoismo da igreja e a igreja vencendo a onda deleteria que se abriga á sombra do estado. Para tal fim é indispensável a separação de poderes. A absorpção destes implica em harmonias de vista. Consequentemente surge concordancia de acção. E assim

desaparece o antagonismo edificante. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1933, p. 3)

O Estandarte Cristão de 28 de fevereiro de 1933, na página 3, traz a seguinte nota:

O Ensino Religioso nas Escolas Publicas é o titulo que o dr. Aureliano Fonseca deu ao folheto que publicou e do qual um exemplar, com gentil dedicatória, teve a nimia gentileza de enviar a esta redacção. Em linguagem elevada, o illustrado patricio commenta o decreto infeliz do ensino religioso nos collegios, mostrando a sua inconveniencia e inoportunidade. Recommendamos aos leitores o pamphleto em apreço. (ESTANDARTE CRISTÃO de 28/02/1933, p. 13)

Na mesma edição, o artigo “A clarinada de Roma”, assinado por Erasmo de Tarso traz críticas à Igreja Católica Romana, que, segundo o autor, jamais se conformara com a queda da Monarquia, porém “agora bate palmas à República” com a finalidade de conseguir influenciar a Constituição para estabelecer hegemonia no país. Ainda nesse número, o artigo “Os Crentes e a Eleição de 3 de Maio”, assinado por N. R. S. Couto Esher, conclamava os protestantes a se alistarem e lutar para impedir que a Igreja Católica Romana conseguisse se impor como religião oficial do Brasil através da eleição de membros da Assembléia Constituinte que simpatizassem com sua causa. Também na coluna “Commentando”, de G. V. S. (provavelmente o Rev. Gaudêncio Vergara dos Santos), o Estandarte Cristão insinua que a Igreja Católica Romana se opõe à ciência para lucrar com a ignorância. Trecho:

O argumento de que a sciencia mata a fé não póde estar expresso nos canones duma igreja que pretende dominar e arraigar-se na consciencia catholica. A religião que receia a analyse intellectual dá motivo para que duvidemos da sua essencia divina. Os embaraços, pois, sobre a educação mental, pouco importa sua procedencia e as razões com que se apresentam, exigem reacção prompta, energica e decisiva. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/03/1933, p. 5)

No mesmo número, na página 12, o Estandarte Cristão informa que a Liga das Uniões Coloniais do Rio Grande do Sul, em seu 4º Congresso Geral, havia aprovado uma moção de apoio ao movimento pró-Estado leigo, com comunicação aos Governos Estadual e Federal. A nota informa que a liga tinha mais de 23.000 sócios. Informa, também, que, na região de Montenegro/RS, o

movimento pró-Estado leigo estava sendo dirigido por um Comitê Regional e pela Legião Feminina de Montenegro Pró-Estado Leigo.

Também o Estandarte Cristão de 30 de março de 1933, traz “A Constituinte”, sem assinatura, artigo que inicia criticando a Igreja Católica Romana porque

na revolução de 1930 houve padres e bispos agarrados às duas bandas – ao governo do dr. Washington Luiz e á Revolução, de modo que, vencesse quem vencesse, a igreja havia de reclamar serviços prestados. Agora, na revolução de S. Paulo, a mesma cousa. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/03/1933, p. 12)

Depois, aponta a confissão auricular como “uma das armas de Roma”, e conclui conclamando os liberais para que não fiquem indiferentes a esse “espectaculo tragico de assalto” à autonomia nacional que seria a intenção da Igreja Católica Romana de tornar-se a religião oficial do Estado brasileiro.

O Estandarte Cristão de 30 de março de 1933 revela que uma grande quantidade de alunos da Faculdade de Medicina enviara representação à comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, pleiteando a liberdade de consciência, a conservação da separação entre a Igreja e o Estado, o ensino leigo, a abolição do uso de imagens nos órgãos públicos e até a supressão da embaixada do Vaticano, que não consideravam um Estado.

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1933, na página 12, informa estar em grande atividade a Liga Paulista Pró-Estado Leigo, noticiando conferência do Dr. Henrique de Macedo. E, na página 16, informa sobre atividades da Liga Pró-Estado Leigo do Mato Grosso, em Cuiabá, da qual participava o Juiz Federal Dr. Alberto de Oliveira.

O Estandarte Cristão de 30 de abril de 1933, na página 4, transcreve publicação no jornal Diário Popular de Recife/PE:

Recife, 29 – A questão religiosa é uma das que mais estão apaixonando o publico, na campanha eleitoral. A Liga Eleitoral Cathólica e os elementos anti-clericaes desenvolvem intensissima propaganda dos respectivos programmas. Cada uma dessas correntes já – pelo que se divulga a respeito – possui apreciavel contingente eleitoral. Tanto a Liga Catholica como a Liga de Pensamento Livre, anunciaram pela palavra dos respectivos presidentes, professor Andrade Bezerra e advogado Nilo Camara, que não apresentarão chapas de candidatos proprios á Constituinte. Sufragarão, entre os nomes apresentados pelos partidos, aqueles que abraçarem os

respectivos programmas. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/04/1933, p. 4)

A edição do Estandarte Cristão de 15 de maio de 1933 informa que, entre os candidatos à Assembléia Constituinte, no Rio de Janeiro, concorria o Rev. Euclides Deslandes, e que, em São Paulo, concorriam o Dr. Nicolau Couto Esher e o Rev. Guaracy Silveira, todos protestantes.

No Estandarte Cristão de 30 de maio de 1933, sobre o ensino religioso, informa haver mesmo evangélicos que o apoiavam, desde que *fosse imparcial* tratando das grandes verdades do cristianismo, sem ser fator de propaganda para determinada organização religiosa. Mas acrescentava que *tal no Brasil não seria possível, uma vez que já se via situações de intolerância e constrangimento de alunos pelos católicos romanos ministrantes do ensino religioso.*

Na seção “Ao Correr da Penna” da edição de 15 de junho de 1933, o Estandarte Cristão informa sobre a vitória da União Cívica, partido do Governo, nas eleições para a Assembléia Constituinte, e menciona cartas trocadas entre Oswaldo Aranha e Alceu Amoroso Lima, este secretário da Liga Eleitoral Católica. Diz que a Liga Eleitoral Católica era ligada ao partido do Governo e lamenta o resultado das eleições. Mas também informa que fora eleito deputado constituinte, pelo Estado de São Paulo, o ministro da Igreja Metodista Rev. Guaracy Silveira.

O Estandarte Cristão de 15 de outubro de 1933 traz artigo sem assinatura intitulado “A Educação Religiosa na Conferencia Nacional de Protecção á Infancia”, que informa sobre convocação do Governo para tal conferência, havendo sido convocados pedagogos e educadores. Trecho:

Alguns oradores ultramontanos defendiam seus pontos de vista, citando o que viram na Europa e America quanto á liberdade de ensino religioso nas escolas e sua pratica sem os conflictos que foram citados como possíveis e que já se têm constatado aqui, mas esqueciam esses oradores que a nossa mentalidade, ainda contingente, em assumpto tão delicado, não nos permite ter do mesmo modo o ensino no Brasil. Uma prova evidente desse facto estava na desordem que occurria ali, quando nem os educadores sabiam conter seus *enthusiasmos discricionarios*, desrespeitando as idéas e conclusões dos oradores, perdendo a necessaria compostura e offendendo-se até uns aos outros. Diante dum tal exemplo poder-se-á crer na realidade do ensino religioso nas escolas sem o menor constrangimento? Sem

opressão? Sem perseguições de professores e ministrantes?
(ESTANDARTE CRISTÃO de 15/10/1933, p. 6)

Transcreve também o artigo “Protestantismo” do Rev. Athalicio Pithan publicado no jornal Correio do Sul, de Bagé, que explica os fundamentos das igrejas protestantes e afirma que estas se encontram separadas apenas por organizações temporais e por questões doutrinárias de interesse secundário.

E essa mesma edição informa sobre a Conferência Evangélica realizada em 06/07/1933 em Porto Alegre/RS, a qual resolvera enviar veemente apelo à Constituinte

para que na Nova Constituição seja garantida a liberdade e igualdade religiosa com a mesma amplitude, precisão e clareza da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, cujo systema deu os melhores fructos e se acha profundamente arraigado na consciencia nacional
(ESTANDARTE CRISTÃO de 15/10/1933, p. 14)

Informa também que estavam sendo colhidas assinaturas para o manifesto.

A introdução do ensino religioso nas escolas brasileiras criou tanta polêmica que o educador Fernando de Azevedo (1958, p. 673) afirma:

Foi, pois, a questão do ensino religioso, [...], que desencadeou ou tornou mais áspera a luta que, se não teve fim, teve, certamente, como uma de suas conseqüências, criar uma incompatibilidade quase irreduzível entre a idéia religiosa e a idéia renovadora da educação.

O Estandarte Cristão de 15 de janeiro de 1934, na página 16, informa que o deputado Rev. Guaracy Silveira proferira “belo discurso de combate às emendas religiosas” na Constituinte. A mesma edição, na página 16, informa que, em 16/12/1933, havia sido instalada, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Aliança Estudantil Pró-Liberdade de Pensamento, a Convenção Estudantil Pró-Liberdade de Pensamento.

A coluna de Erasmo de Tarso, “Ao Correr da Penna”, publicada na edição de 30 de janeiro de 1934, relata que dois deputados, um cearense e um gaúcho, haviam defendido a aspiração da Igreja Católica Romana em unir-se novamente ao Estado. Informava também que o jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, noticiara ser grande o número de casamentos religiosos celebrados sem a observância das exigências da lei civil; e conclui:

“Carecemos e com urgencia fazer com que os padres respeitem as leis da Republica. Isto aqui não é um feudo do Vaticano!” (Grifo nosso).

O Estandarte Cristão de 28 de fevereiro de 1934 traz “O Argumento da Pseudo Maioria”, transcrição de artigo do jornalista Mario Pinto Serva publicado no jornal Diário de Notícias do Rio de Janeiro. Contestava a existência da “maioria católica”, uma vez que

catolico é quem vae à missa, confessa, communga, obedece em tudo aos padres. Ora, nessas condições estão, talvez, dez ou cinco por cento dos brasileiros. Oitenta por cento ou noventa por cento da população nacional não confessam, não commungam, não vão à missa nem obedecem aos padres. A immensa maioria é de indifferentes e scepticos tendo alguns uma tradição vagamente religiosa, em que se misturam scepticismos, duvidas, descrenças e ironias. Mas, provocada agora pela intromissão ou invasão dos padres no dominio governamental, approvadas que fossem as emendas religiosas, naturalmente se operaria uma reorganisação e coordenação de todos os elementos pensantes que outrora formavam as maçonarias e constituíam a reacção da consciencia livre contra a imposição official dos credos e teremos novo combate formidável. (ESTANDARTE CRISTÃO de 28/02/1934, p. 6)

Também esse número do Estandarte Cristão informa que, com o título de Liga Estudantil de Resistência ao Ensino Religioso nas Escolas, fora organizada uma liga na Capital Federal cujo fim é combater o ensino religioso nas escolas.

Na coluna “Ao Correr da Penna” do Estandarte Cristão de 15 de março de 1934, Erasmo de Tarso menciona que a maioria da Comissão dos 26 encarregada do projeto da nova Constituição era contrária à inclusão das emendas religiosas desejadas pela Igreja Católica Romana. Todavia, dava notícias acerca de tumultos ocorridos na 6ª Conferência Nacional de Educação, em Fortaleza/CE, fomentado pelos partidários da obrigatoriedade do ensino religioso.

O Estandarte Cristão de 15 de junho de 1934 informa:

Liberdade de crença – Assignada por grande numero de educadores paulistas, acaba de ser enviada á Assembleia Constituinte uma mensagem exhortando os constituintes a consignar na futura Carta Constitucional a liberdade de crença e de pensamento com a expressa determinação de que o ensino primario, nas escolas publicas, terá character leigo, tal como preceituava a Constituição de 1891. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/06/1934, p. 16)

Na página 16 do Estandarte Cristão de 30 de julho de 1934, lê-se: “Inquerito – A Coligação Pró-Estado Leigo do Brasil resolveu, em sua última reunião, realizada no Rio de Janeiro, abrir um inquerito histórico sobre a personalidade e a obra de Anchieta, o carrasco de Jean Bolés.³³”

E, na página 16, o Estandarte Cristão de 15 de maio de 1934 informa que o Gen. Manoel Rebello, comandante da região militar de Pernambuco, recusou-se a comparecer à mais uma Páscoa dos Militares por considerar que tal ato contrariava o princípio da separação entre Igreja e Estado.

Apesar dos anos de polêmica, de todas as manifestações favoráveis ao ensino leigo empreendidas pelo Comitê Pró-Estado Leigo, a laicidade do ensino foi rejeitada na Constituição de 1934, que contemplou muitas das reivindicações da Liga Eleitoral Católica (LEC), criada na década de 1930, com o objetivo de pressionar os partidos políticos para a aprovação das “emendas religiosas” na constituição de 1934.

A Constituição de 1934 estabelece a educação como um direito adquirido por todos e um dever do Estado e demais instituições governamentais, junto com a família, em coeducação (art. 148).

A multiplicidade do ensino alcança uma vitória importante no art. 151, em que a Constituição afirma a responsabilidade dos Estados de “organizar e manter” sistemas de educação em seus territórios, de acordo com as diretrizes da União. Aí e no art. 150, portanto, podemos perceber a importância que tinha a implementação do Plano Nacional de Educação.

O art. 150 também garantia a gratuidade do ensino e focalizava o ensino primário integral. Apesar disso tudo, *não aboliu o ensino religioso*, mantendo-o como matéria de caráter facultativo nas escolas (art. 153). Pode-se notar na Constituição de 1934, portanto, uma vantagem do Movimento Renovador em relação ao Movimento Conservador, já que várias questões favorecidas na Constituição, com exceção da última supracitada, estavam em concordância com muitas das reivindicações e propostas que constavam no

³³ Jean Bolés era um missionário protestante que teria vindo para o Brasil na época de Anchieta. Como era missionário protestante, foi condenado à morte na forca. Ao ser enforcado, não morreu imediatamente, como seria natural. Havia um consenso de que o condenado que não morresse imediatamente seria solto e absolvido. Anchieta, presente, puxou então o corpo de Jean Bolés e, pela pressão realizada, Jean Bolés morreu. Esse crime, muito pouco divulgado, impediu até hoje que Anchieta seja reconhecido como Santo, em processo que tramita na Santa Sé (informação dada por um maçom em entrevista realizada) e mencionado no referido número do Estandarte Cristão.

anteriormente mencionado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e que só não teve acolhimento total devido ao art. 153, que representou, claramente, os defensores, do ensino tradicional, e à questão da restrição de matrículas, preferida à possibilidade de investir para criar mais vagas e oportunidades nos estabelecimentos de ensino, limitando assim a expansão destes (art. 150).

A Constituição de 1934, mesmo mantendo a separação entre a Igreja e o Estado, possibilitou à Igreja a ajuda financeira do governo no interesse da coletividade. Foi, portanto, a instituição do artigo nº 153 dessa Constituição a grande vitória dos católicos, prevendo a educação religiosa *dentro do horário escolar* nas escolas públicas brasileiras. O Comitê Pelotense e o Comitê Nacional Pró-Estado Leigo haviam perdido a batalha contra as orientações católicas na Constituição de 1934 no que diz respeito à imposição do Decreto de 30 de abril de 1931.

No entanto, a grande “*derrota*” do Comitê Pelotense chegaria somente em 22 de julho de 1935, quando o Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, promulgou o decreto de nº 6.024, que criou dispositivos estaduais para regulamentar o ensino religioso nas escolas públicas.

O Decreto Estadual é transcrito na íntegra pelo Estandarte Cristão de 30 do mesmo mês. Dentre os seus vários artigos, destacam-se:

Art. 1º - O Ensino religioso será de freqüência facultativa, sem ônus para o escolar nem para o Estado, [...]. Art. 3º - Somente poderão ministrar o ensino religioso nas escolas publicas os ministros das diversas Igrejas ou de confissões religiosas que não contrariem a ordem publica e aos bons costumes (Const. Federal, art. 113, n.º 5). Essa atribuição poderá ser delegada, pela auctoridade religiosa competente, a professores e catechistas, [...]. Art. 4º - Como autoridade religiosa entende-se as cúrias dos bispados católicos e as organizações equivalentes das outras religiões existentes no Estado.[...]. Art. 8º - A organização do programa do ensino religioso, e a indicação de livros a adotar competem às autoridades a que alude o Art. 4º deste decreto. Art. 12º - Ficam vedadas aos professores de ensino religioso quaisquer críticas ou censuras a outros credos ou confissões, principalmente selecionadas no estabelecimento. Comprovado o fato, ser-lhe-á cassada a licença para o exercício desse ministério, pela autoridade competente. (*sic*) (ESTANDARTE CRISTÃO, 30/07/1935, p. 6-7)

Portanto, embora aparentemente cumprido o desígnio dos católico-romanos em impedir a completa laicização do ensino, a liberdade religiosa não

foi *ferida de morte* pelas disposições do Decreto Estadual. Por outro lado, o Decreto Estadual nº 6.024 e a Constituição Estadual de 1935 fizeram com que as organizações e instituições protestantes e evangélicas não-romanas no Estado do Rio Grande do Sul ampliassem as suas ações em formar professores e catequistas para atuação nas escolas públicas do Estado. Essa afirmação pode ser constatada pelo extrato da notícia apresentada pelo Jornal Estandarte Cristão de 15 de agosto de 1935:

Acha-se em plena atividade, no interesse do ensino religioso nas escolas publicas, o rev. João Baptista Barcellos da Cunha, representante oficial da Igreja Episcopal Brasileira junto a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. Sua revma. foi já diversas vezes recebido pelo respectivo titular dessa secretaria, sr. Othelo Rosa, que o apresentou em seu caracter official aos diretores das Escolas Publicas desta capital, bem como ao conego Nicolau Marx, representante da Curia Metropolitana. Espera-se que desses encontros resulte compreensão satisfactoria de religião nas aulas publicas do Estado [...] da lei que permite o ensino facultativo de religião nas escolas públicas do Estado. (*sic*) (ESTANDARTE CRISTÃO, 15/08/1935, p. 9)

Pode-se afirmar que, apesar de não ter obtido a laicização da Educação brasileira e rio-grandense, o processo desencadeado em 1925 com as emendas católicas estimulou a discussão da liberdade religiosa nas escolas brasileiras e também colaborou com a instituição de um Decreto Estadual que *ampliou a ação das Igrejas Protestantes e dos evangélicos não-romanos junto à educação no Estado do Rio Grande do Sul*.

A Constituição de 1937, surgida após o golpe de Estado de Getúlio Vargas, difere em muitíssimos pontos de sua predecessora. À Educação e Cultura não foi destinado o enfoque, nem o espaço, anterior. Se na Constituição de 1934 via-se um Getúlio Vargas e um governo mais liberais, nesta fase da política brasileira pode-se perceber o efeito totalitarista da nova ditadura, e esse efeito se reflete também na educação. Se antes o advento fora o do Movimento Renovador, agora se vêem enormes concessões abertas às elites na área do ensino e nas demais.

Pode-se inferir um cunho fascista, na forma de totalitarismo que estava se espalhando pelo mundo na época. O Estado Novo mudou bastante seu interesse na educação. O importante, naquele momento, passou a ser *controlar*

a mão-de-obra em vez de formá-la, criando e separando assim cada vez mais as camadas sociais.

Na sessão que dá início aos assuntos de educação e cultura na Constituição de 1937, estabelece-se o direito individual e de sociedades de iniciativa pública e particular, o que difere da Constituição de 1934, que estabelecia categoricamente que a educação era dever da família e da União. A responsabilidade do Governo é sutilmente diminuída. Reduz-se a um suplemento educativo para aqueles que não pudessem financiar a própria educação. Quanto ao assunto do ensino religioso, a Constituição tratada manteve o caráter facultativo dessa matéria, proibindo que a freqüência dos alunos pudesse ser exigida pelas instituições.

É evidente que a Constituição de 1937, por ter sido produzida em tempos de ditadura, foi bastante menos flexível em vários pontos. A Educação nela apresentada é bastante restritiva e determinadora no que diz respeito ao âmbito social. A prova disto é que ela destina aos “menos favorecidos” um tipo de ensino próprio, restringindo assim a possibilidade de ascensão dos indivíduos das camadas populares e, ao mesmo tempo, controlando este ensino, já que era o Estado quem deveria prover os meios para esta educação profissional. Aparentemente, o ensino profissional instituído pode ser visto como uma boa intenção do governo para contribuir com o progresso social e econômico do país, em concordância com o que queriam os renovadores. Porém, nas entrelinhas, vê-se que as conseqüências dessa orientação educacional funcionavam de modo a contribuir com as diferenças sociais. Por exemplo, o Estado estava restringindo e orientando a carreira educativa dos ditos “indivíduos desfavorecidos”. Logo, o caráter democrático da educação, de oportunidades iguais para todos começaria a ficar cada vez mais e mais distante de se concretizar. Muito pelo contrário, ali tinha continuidade o processo de exclusão e de discriminação no ensino.

Enfim, pode-se dizer que a Constituição de 1937 define-se pelo conservadorismo, pelo autoritarismo e, como conseqüência, diretivismo da educação, à qual deu menos importância que a Constituição anterior, por um favorecimento às elites. A busca por uma educação de base, conforme propuseram os Pioneiros, foi substituída pelo foco no ensino profissionalizante destinado a determinados grupos e limitado pelo governo, neste caso

preparando uma mão-de-obra dócil e de conhecimentos técnicos de acordo com os interesses da classe dominante. Era a Escola *reproduzindo* as diferenças sociais e mantendo o *status quo*: dominantes/dominados dóceis e obedientes, afirmações estas fundamentadas pelas idéias de Bourdieu.

Após a regulamentação estadual do ensino religioso nas escolas públicas, observa-se uma preocupação da Igreja Episcopal Brasileira no sentido de que esta fosse devidamente observada, a fim de evitar-se a hegemonia por parte da Igreja Católica Romana nesse aspecto, bem como a de adequar-se corretamente à lei:

Secretaria de Educação Religiosa da Igreja Episcopal Brasileira – Aviso: Para a fiel observancia da lei que rege a materia, aviso aos revmos. srs. parochos que nenhum leigo ou clerigo desta Igreja poderá, legalmente, ministrar o ensino religioso nos collegios publicos sem que sua nomeação esteja, devidamente, registrada na SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DE EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, por meio de nossa SECRETARIA. Outrossim, peço venia para lembrar aos revs. srs. parochos a conveniencia de responderem, com a possivel urgencia, á circular que esta SECRETARIA lhes endereçou. J. B. B. da Cunha [Rev. João Baptista Barcellos da Cunha], Secretario. Porto Alegre, 19/8/1935. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/08/1935, p. 7)

E a edição de 15 de setembro de 1935, na página 11, informa que, em Santa Maria, estavam em pleno funcionamento as aulas de religião ministradas segundo a doutrina da Igreja Episcopal Brasileira, nos Colégios Complementar e Elementar (públicos), sendo que já existiam aproximadamente cinquenta crianças matriculadas nessas aulas. Informa ainda: “como diversas dellas não conhecem ainda a Escola Dominical, estão sendo, aos poucos, encaminhadas para esse importante departamento educativo da Igreja.” Diante de o ensino religioso nas escolas públicas ser fato consumado, a Igreja Episcopal Brasileira não cruzou os braços: procurou conquistar espaço nesse terreno, adaptando-se às normas legais e regulamentares pertinentes. Também não deixou, naturalmente, de aproveitar essa oportunidade para apresentar seus pontos de vista e apresentá-los aos alunos cujos pais ou responsáveis se interessassem por aulas ministradas nesses moldes – o que, via de regra, ocorreria com pais não-católicos ou que estivessem por algum motivo descontentes com a doutrina da Igreja Católica Romana.

O Estandarte Cristão de 30 de novembro de 1935 traz, na página 14, um aviso da Secretaria de Educação da Igreja Episcopal Brasileira:

Secretaria de Educação – Queiram os revs. parochos prestar a esta Secretaria, com toda a urgencia até 30 do corrente, as seguintes informações: Quantos alumnos dos collegios publicos de suas Parochias que desejam o ensino evangelico; quaes as pessoas piedosas e idoneas que os parochos recommendam á nomeação de catechistas. Para figurarem os collegios parochiaes da Igreja do Almanaque Escolar no Estado, precisa esta Secretaria que lhe seja remmetida, com toda a urgencia, a seguinte estatistica: Nome do collegio, localidade, frequencia, n.º de professores, internato, externato, data da fundação do collegio e um breve resumo historico.

As paróquias da Igreja Episcopal Brasileira no interior do Estado continuavam se organizando para assumir seu espaço na atividade de ministrar aulas de ensino religioso nas escolas públicas, sob a coordenação da Secretaria de Educação da Igreja. Sobre a Igreja de Natal, em Dom Pedrito/RS, o Estandarte Cristão de 25 de dezembro de 1935 noticia, na página 12:

Ensino religioso – No proximo anno, de accordo com as intruções da Secretaria de Educação, a Igreja do Natal terá aulas de religião nos collegios da cidade. O parcho já se entendeu neste sentido com os directores dos referidos collegios.

A edição de 15 de abril do ano seguinte informou, na página 9, que o ensino religioso estava sendo oferecido pela Igreja Episcopal Brasileira em várias escolas públicas de Dom Pedrito, havendo já a inscrição de 60 alunos.

Também em Rio Grande/RS, o pároco da Igreja do Salvador iniciara as aulas de ensino religioso nos estabelecimentos públicos de ensino, conforme noticia o Estandarte Cristão de 30 de maio de 1936, na página 8.

A Igreja Episcopal Brasileira passava a considerar o ensino religioso nas escolas públicas como um “novo sector de actividade”, conforme matéria publicada na página 14 do Estandarte Cristão de 30 de junho de 1936, que também informa que havia uma comissão da Igreja Episcopal Brasileira reunida em Porto Alegre/RS para estudar um programa de ação para alargar sua ação no campo do ensino religioso nas escolas públicas. Já na edição de 15 de setembro do mesmo ano, na página 7, o Secretário Geral de Educação da Igreja, Rev. João Baptista Barcellos da Cunha, recomendava aos catequistas da Igreja Episcopal Brasileira uma lista de obras literárias para serem utilizadas no

ensino religioso dos cursos primário e secundário, informando preços e endereço para pedidos dos livros.

A preocupação com a regularidade legal da prestação do ensino religioso resta clara na nota publicada no Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1936:

Secretaria de Educação: Rogo aos prezados catechistas a bondade de prestarem a esta Secretaria, até o dia 15 do proximo mez, as seguintes informações: a) Nome do Collegio onde lecionam religião. b) Nome da Localidade. c) Data do inicio do ensino. d) N.º de alumnos matriculados. e) Frequencia media. f) Quantas aulas por semana. g) N.º total de aulas. Sendo estes dados de grande importancia para o Cadastro desta Secretaria, antecipo meus agradecimentos pelas respostas remetidas ao meu endereço: Rev. J. B. Barcellos da Cunha, rua Cel. Vicente, 537 – Porto Alegre – R.G.S. J.B.B.da Cunha, Secretario Geral. P. Alegre, 14 de setembro de 1936. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/09/1936, p. 12)

O pároco da Igreja da Trindade, Rev. George Krischke, da Igreja Episcopal Brasileira em São Leopoldo, também iniciara aulas de ensino religioso na Escola Elementar daquela cidade, conforme o Estandarte Cristão de 15 de março de 1938, página 11. A nota também informa que o Rev. George Krischke também ministrava aulas na cidade próxima de Novo Hamburgo, uma vez por semana, “a cerca de 100 crianças de familias não-episcopaes”. Possivelmente tal se dava pelo fato de *a Igreja Episcopal Brasileira ser uma das únicas credenciadas de acordo com o que determinava o decreto estadual que regulamentava o ensino religioso nas escolas públicas*, segundo informado pelo Estandarte Cristão (edição de 30/05/1936, p. 2), de maneira a ser como os protestantes de Novo Hamburgo (possivelmente luteranos em sua maioria) poderiam ter aulas dessa disciplina que não fossem ministradas pela Igreja Católica Romana.

Em Pelotas, onde se destacara a luta contra o ensino religioso nas escolas públicas, uma vez consumado este fato, a Igreja Episcopal Brasileira também adaptou-se à nova realidade. O Estandarte Cristão de 15 de junho de 1938, página 9, informa que o Rev. José Severo da Silva e o Rev. Henrique Todt Júnior passavam a ministrar aulas de ensino religioso na Escola Técnica Profissional, a pedido de alunos desta.

O Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1938, na página 16, comemorava revogação de lei na China que proibia classes bíblicas obrigatórias

nas escolas missionárias, num aparente paradoxo em relação à luta contra o ensino religioso nas escolas públicas do Brasil; destaque-se, porém, que se tratava de defender classes bíblicas obrigatórias nas escolas missionárias (e não em escolas públicas).

Em 15 de junho de 1939, nas páginas 4 e 5, o Estandarte Cristão informa sobre a Circular n.º 4.543 emitida pelo Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado, J. P. Coelho de Souza, determinando às direções das escolas públicas a observância do Decreto nº 6024, de 22 de julho de 1935, que estabeleceria normas sobre o ensino religioso; recomendando que se providenciasse para que os pais ou responsáveis pelos alunos declarassem que confissão religiosa professavam ou qual desejavam que ministrasse o ensino religioso a seus filhos; determinando que as direções escolares não opusessem qualquer entrave ao ensino de qualquer das denominações que cumprisse com as exigências legais, e informando que já estavam nessas condições a Igreja Católica Romana, a Igreja Episcopal Brasileira e a Igreja Metodista.

Verifica-se que, a despeito do lapso de tempo ocorrido desde a regulamentação do ensino religioso no Estado, apenas a Igreja Metodista, além da Igreja Episcopal Brasileira e da Igreja Católica Romana (as primeiras a buscar tal objetivo), haviam se empenhado em ocupar esse *locus*, ou tido condições de fazê-lo, segundo informava o Estandarte Cristão. A preocupação da Igreja Episcopal Brasileira com a educação já foi amplamente comprovada neste trabalho, e a preocupação da Igreja Metodista com o mesmo tema demonstra-se também pelo fato de esta haver se empenhado em abrir escolas, como o Colégio Americano de Porto Alegre/RS, o Colégio Centenário de Santa Maria e o Colégio União de Uruguaiana, assim como as várias escolas criadas e dirigidas pela Igreja Luterana, em Novo Hamburgo, São Leopoldo, Pelotas e outros municípios, embora em menor escala do que a Igreja Episcopal Brasileira, uma vez que, ao contrário desta, nem todas se voltaram para a criação de pequenas escolas de alfabetização voltadas à população carente.

Um dos editoriais do Estandarte Cristão de 29 de fevereiro 1940 (página 2) trata da necessidade de preenchimento, pelas escolas da Igreja Episcopal Brasileira, dos formulários encaminhados pela Secretaria de Educação e Saúde Pública. Presta informações sobre como deveriam ser preenchidos tais formulários, visando à regularidade do funcionamento das

escolas, e lamenta o fato de, sendo o formulário direcionado aos “cultos acatólicos”, o Protestantismo figurar “num simples ‘Etc’, depois de citar, apenas, o Espiritismo, a Maçonaria e o Esoterismo”. Acrescenta: “Seria de interesse, não há duvidar, se o Concílio, a se reunir em breve, tomasse a respeito uma atitude”.

O Estandarte Cristão publicou, durante vários números, carta pastoral escrita pelo Bispo Dom Athalício Pithan no ano de 1943. Na edição de 15 de maio desse ano, na página 6, ele fala, acerca do ensino religioso nas escolas públicas:

Graças à nossa Constituição liberal e à imparcialidade do Governo, há livre acesso às escolas públicas do país, para ensinar as verdades de Cristo. Temos recebido honrosos apelos oficiais, no sentido de a Igreja cooperar na formação espiritual das novas gerações, pelo ensino religioso nas escolas. A direção dos estabelecimentos públicos não fará mais do que cumprir com as justas determinações superiores ao facilitar a nossa colaboração na instrução da juventude. **Transmitimos os apelos recebidos ao clero episcopal, para que se intensifique, em cada paróquia, o ensino religioso nas escolas públicas. É uma excepcional oportunidade, que não podemos e nem devemos desprezar.** Sabemos que muitos de nossos ministros já estão realizando esse trabalho. É indispensável, porém, que a obra se generalize. (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1943, p. 6 – grifo aposto)

Desta forma, como já foi dito, a Igreja Episcopal/Anglicana, paulatinamente, deixava de combater o ensino religioso nas escolas públicas e passava a aproveitá-lo como oportunidade de disseminar a sua visão teológica e doutrinária, o que se constitui num paradoxo em relação à sua posição inicial – explicável, porém, diante do seguinte fato: consumado o ensino religioso nas escolas públicas, se as Igrejas evangélicas não buscassem a ocupação desse *locus*, ele acabaria por se tornar exclusivo da Igreja Católica Romana, que era justamente o que fora combatido pelo Comitê Pró-Liberdade de Consciência de Pelotas e por outras iniciativas semelhantes da Igreja Episcopal/Anglicana.

O Estandarte Cristão de 1º de março de 1945 menciona, na página 10, que também na cidade de Jaguarão estavam sendo ministradas aulas de ensino religioso nas escolas públicas pela Igreja Episcopal Brasileira. O mesmo se dava na cidade de São Francisco de Paula/RS, consoante Estandarte Cristão de 15 de agosto do mesmo ano, página 8.

O Editorial do Estandarte Cristão de 1º de outubro de 1946 fala sobre a promulgação da Constituição da República, em 18 de setembro desse ano, destacando que a Carta Magna consagrava a liberdade de consciência e de crença, permitia a assistência religiosa às forças armadas e aos detentos “sem constrangimento dos favorecidos”, secularizava os cemitérios e afirmava o ensino religioso como facultativo e a ser ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno ou de seus representantes. E afirma:

Somos gratos a Deus que permitiu fosse reintegrada a nossa Pátria no concerto das nações, dona de uma Constituição moldada nos salutareis princípios de governo que os povos mais adiantados se orgulham de possuir por norma tradicional. (ESTANDARTE CRISTÃO de 01/10/1946, p. 1)

A importância da ocupação do espaço do ensino religioso nas escolas públicas é destacada pela Reunião do Conselho Nacional da Igreja Episcopal Brasileira, na página 3 da edição da 2ª quinzena de julho de 1951.

Todavia, ainda surgem algumas manifestações de preocupação em relação ao ensino religioso no Estandarte Cristão. O Estandarte Cristão da 2ª quinzena de abril de 1954 traz o artigo "Alerta, Protestantes", de J. Mozart de Mello, sobre decreto estadual havia pouco editado que regulamentava o ensino religioso e permitia que fossem atribuídas notas aos alunos. Criticava o decreto, que, segundo ele, ia contra o espírito das Constituições Federal e Estadual, e destacava a necessidade urgente de que os protestantes ministrassem aulas de ensino religioso, a fim de evitar que suas crianças fossem perseguidas em termos de nota por professores de orientação católica.

O Estandarte Cristão demonstra preocupação acerca da doutrinação religiosa no ensino, embora defenda a divulgação da fé em uma forma não tendenciosa, sem vinculação com denominações religiosas, na edição de março de 1960, no editorial “A Sã Cultura”:

Por mais que se procure evitar esse fenômeno social, a cátedra é, muitas vezes, um púlpito. Há leis que tentam coibir os abusos pessoais dessa circunstância, na aparência fortuita, mas intermitentemente e, não raro, provocada. [...] Estamos que a sã cultura não consiste somente na vastidão enciclopédica ou na profundidade dos conhecimentos humanos [...]. A cultura só é sã quando reconhece em Deus a 'fonte de toda a sabedoria' e a origem e domínio do Universo inteiro. [...] Urge, pois, que em todas as paróquias e educandários da Igreja, em todos os movimentos

universitários e em todos os movimentos da mocidade cristã se realce, mais e mais, num clima de estudo e de devoção religiosa, o fato de que Deus não só existe, como é também o autor da nossa redenção e requer a responsabilidade consciente e positiva de todos os seus filhos. (ESTANDARTE CRISTÃO de março/1960, p. 11-12 – grifo apostó)

Um dado extraído de notícia sobre a perseguição do comunismo soviético à religião publicada no Estandarte Cristão de novembro de 1961, página 18, demonstra mais uma vez a posição da Igreja Episcopal Brasileira, mantida ao longo dos tempos, acerca da natureza da influência que a religião poderia ter na educação. A nota informa que o jornal russo “Kommunist” reclamava do ressurgimento da fé nos seguintes termos: “O ressurgimento da atividade dos pregadores e o crescimento da sua influência sobre certas pessoas se explica pelo descuido na educação **atéia** e científica” (grifo nosso). Ora, essa crítica à manifestação de repúdio ao renascimento da fé na União Soviética pelo jornal russo mais uma vez deixa claro que o que a Igreja Episcopal Brasileira procurara nunca fora uma educação pública **atéia**, mas sim **laica**, desvinculada de influências católico-romanas e que respeitasse a liberdade de consciência dos alunos – e que nas escolas confessionais de qualquer credo religioso fosse realizada sua catequese, mas de modo não-sectário.

O Estandarte Cristão de outubro de 1965 volta ao tema da educação religiosa no ensino regular, trazendo, na página 19, transcrição de artigo publicado pelo Departamento de Educação Cristã da Diocese Meridional da Igreja Episcopal Brasileira no Jornal Correio do Povo: “Educação religiosa nas escolas”. O artigo falava sobre o perigo de exagerar-se o humanismo e o antropocentrismo, e afirmava:

Trabalhos eruditos feitos no campo da Teologia quase sempre começam com uma elucidação do significado de Deus no contexto da fé cristã. A Igreja ensina o que sabe sobre Deus para que o aluno entenda melhor ao homem. (ESTANDARTE CRISTÃO de outubro/1965, p. 19)

Dizia que a questão de ensino religioso nas escolas no país não é fácil de ser resolvida, em virtude das diferentes denominações religiosas presentes no Brasil; afirma que “a Igreja tem sido, desde o princípio, uma comunidade educadora”; e conclui:

Nenhum professor pode evitar as implicações de sua matéria e estas implicações serão religiosas ou não religiosas. Os fatos da religião fazem parte de nossa cultura o que significa que aparecerão no currículo por causa das necessidades dos estudantes, e passar estas necessidades por alto significa que não são importantes. E quando as necessidades básicas dos estudantes não são confrontadas e suas perguntas básicas não são respondidas, não há diálogo, nem espírito de comunidade, nem comunicação que é essencial para qualquer tipo de educação sólida. O conhecimento sobre religião e como esta relaciona-se com outras matérias é essencial à educação. (ESTANDARTE CRISTÃO de outubro/1965, p. 19)

Verifica-se que, aos poucos, ia-se modificando o pensamento da Igreja Episcopal Brasileira. Provavelmente o que levou a essa modificação foi a constatação do exagerado materialismo da época, que, para ser combatido, tornou necessário um reavivamento espiritual de tal monta que se inserisse em todos os campos em que isso fosse possível. Além do mais, em 1965 já se consolidara a liberdade religiosa no Brasil, e, embora esta ainda sofresse alguns ataques, parecia irreversível; ainda, o ecumenismo e a aproximação com a Igreja Católica Romana fazia diminuir as diferenças entre esta e a Igreja Episcopal Brasileira e acenava com a possibilidade de uma convivência pacífica entre ambas, diminuindo as tensões que poderiam ser causadas na luta pela ocupação do espaço do ensino (inclusive o religioso).

Em relação a outros assuntos, também se pode verificar um posicionamento político da Igreja Episcopal Brasileira através da leitura do Estandarte Cristão. A edição de 30 de março de 1936 transcreve decisão do sínodo da Igreja Presbiteriana acerca da situação política nacional e mundial à época, na qual essa denominação deliberara considerar contrário aos princípios da Reforma Protestante qualquer movimento político ou social que resultasse em: a) atentado contra a liberdade de expressão livre do indivíduo dentro da lei; b) atentado contra a liberdade de consciência, crítica, culto e imprensa quando esta estivesse dentro da lei e da moral; c) atentado contra a formação de partidos com programas claros dentro da lei; d) atentado contra o direito de propriedade, que considerava garantia da expressão livre do indivíduo e da organização normal da família; e) atentado contra as bases sagradas da família; f) posse do poder pela violência; g) exigência de juramentos incondicionais de fidelidade a alguém, que considerava atentado contra o princípio básico da

Reforma, que seria o livre exame e a crítica, direito e dever da dignidade humana; h) nacionalismo rubro, deturpado, que conduziria ao ódio entre as nações, à opressão e à conquista; i) o ódio de raças e o orgulho da superioridade racial; j) a militarização da infância; k) toda a expansão do dinheiro que acarretasse parasitismo, tirania, compressão à comunidade, exploração criminosa da pessoa e do trabalho humano. Embora não seja um documento produzido pela Igreja Episcopal Brasileira, a forma como essa decisão foi publicada em seu órgão divulgador oficial demonstra a comunhão com esses pontos de vista.

A partir da 1ª quinzena de agosto de 1954, o Estandarte Cristão publica, por partes, a transcrição do “Manifesto do Evangelismo Brasileiro à Nação”, elaborado pela Confederação Evangélica do Brasil, defendendo várias idéias, das quais a primeira era a liberdade de consciência e de culto (páginas 4, 5 e 7-8). Na continuação (páginas 4-7 do Estandarte Cristão da 2ª quinzena de agosto de 1954), a Confederação se posicionava a favor da democracia, mas também do respeito às autoridades, e contra as discriminações raciais e religiosas. A conclusão é publicada na edição da 1ª quinzena de setembro (páginas 4, 6 e 9), postando-se a Confederação em defesa de direitos trabalhistas como salário digno, jornada de trabalho, férias e aposentadoria, e postando-se *contra uma legislação que permitisse o divórcio*, salvo em caso de abandono do lar ou infidelidade.

Um dos editoriais do Estandarte Cristão de junho de 1958 traz o assunto “Religião e Política”. Trecho:

Ainda que os eclesianos possam e talvez devam livremente ventilar as vantagens ou desvantagens deste ou daquele candidato, contudo a Igreja precisa manter-se inteiramente alheia à pugna eleitoral. Cumpre-lhe ensinar aos fiéis que um dos primeiros inalienáveis deveres do patriota cristão é exercer o seu direito de votar conforme a sua consciência, tendo em vista os altos destinos e interesses da Pátria, à luz do Evangelho de Cristo. (ESTANDARTE CRISTÃO de junho/1958, p. 11)

O Estandarte Cristão de agosto/setembro de 1960 apresenta, nas páginas 14 e seguintes, as conclusões dos Grupos de Estudo do I Congresso Nacional da Igreja Episcopal Brasileira. Nas páginas 17 e 18, traz conclusões sobre a tese do Rev. Dr. João Del Nero, “A Igreja e o Cidadão”. Sobre essa

tese, o Congresso concluiu que o cidadão cristão deve exercer seus direitos e obrigações cívicas segundo o *critério de princípios e não de interesses*; a Igreja deve denunciar as injustiças sociais e agradecer a Deus por ter podido contribuir para o fortalecimento do país. “A Igreja deve preocupar-se com a educação de sua mocidade oferecendo colégios que sejam realmente partes integrantes da comunidade religiosa.”

A Igreja Episcopal Brasileira, nunca tendo em vista o proselitismo, mas sempre buscando a cooperação nas áreas assistencial e educacional, diversas vezes aliou-se ao poder secular na busca da consecução de seus objetivos. Essa atitude pode parecer contraditória, ante o posicionamento em defesa do Estado laico; todavia, cabe destacar que a cooperação com o Poder Público sempre se deu tendo em vista o trabalho educacional e assistencial em prol da comunidade. Ou seja, tratava-se de uma relação de união de esforços para a consecução do bem comum, que não representaria, de forma alguma, ingerência do Estado na Igreja ou vice-versa, mas apenas um auxílio mútuo na consecução dos anseios da Igreja (Educação e assistência social) que também faziam parte das funções do Estado.

Como exemplo disso, pode-se citar a notícia, no Estandarte Cristão de outubro de 1964, página 9, de que, na cidade de Bagé, a Paróquia do Crucificado lançara a Cruzada de Proteção do Menor, dirigida por uma comissão executiva que incluía autoridades civis e eclesiásticas, tendo por alvo “obter recursos para proteger e educar menores desamparados, de ambos os sexos, encaminhando-os para a vida sadia, honesta e profissional, dentro dos princípios cristãos”. A Comissão incluía o nome do Bispo Dom Plínio L. Simões e do Ven. Arc. Antonio Guedes.

O intercâmbio entre o Poder Público e a Igreja Episcopal Brasileira na consecução de ideais assistenciais e educacionais levava inclusive ao reconhecimento, por parte de alguns municípios, da capacidade dos clérigos anglicanos para tratar desses assuntos. Por exemplo, o Estandarte Cristão de outubro de 1968 informa que o Rev. Antonio Guedes fora nomeado Secretário Municipal de Educação em Bagé; a edição de novembro do mesmo ano diz que o Rev. Josué Bezerra era Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Município de São Gabriel; e a edição de junho de 1969

informa que, em Camaquã, o Rev. Nilton Vergara também participava do Conselho Municipal de desenvolvimento.

O Estandarte Cristão de março de 1969, na página 7, traz um texto intitulado “Por quem devemos orar”, onde surge, entre outras, recomendação para que se ore “pelos educadores e professores, para que sejam transmitidos ensinamentos sadios e cristãos.”

Os achados no Estandarte Cristão durante o período pesquisado demonstram que a posição da Igreja Episcopal/Anglicana em prol do Estado laico, por um lado, nunca teve o objetivo de convertê-lo num Estado ateu, o que seria uma contradição incompreensível; por outro lado, o posicionamento pela laicidade também não impedia, na visão da Igreja Episcopal Brasileira, a cooperação entre as Igrejas e o Poder Público na consecução do bem comum, desde que não houvesse qualquer intenção de favorecer esta ou aquela religião, e sim a de unir esforços em atividades sociais, assistenciais e educacionais em benefício das comunidades. Por fim, os achados demonstram ainda a adaptação pragmática do pensamento da Igreja Episcopal Brasileira em relação à questão do ensino religioso nas escolas públicas, que, de inicialmente combatido, passou a ser visto como oportunidade a ser aproveitada, como *locus* a ser disputado com a Igreja Católica Romana (especialmente no período em que as relações entre essas Igrejas eram mais tensas).

4.12 Igreja Episcopal Brasileira e sua relação com outras denominações religiosas no Estandarte Cristão

Relativamente às relações da Igreja Anglicana com outras denominações religiosas cristãs ou não cristãs, também se encontram informações em diversos momentos da leitura do Estandarte Cristão. O periódico demonstra ainda que, no início do século XX, a Igreja Episcopal tentava aproximar-se de outras igrejas protestantes. Cita inclusive a criação de uma “Aliança Evangélica” (à época, as Igrejas Protestantes também eram denominadas de *Evangélicas*), que, mais tarde, tornar-se-ia a Confederação Evangélica do Brasil, no Estandarte Cristão de 15 de novembro de 1902, página 3. Em diversas edições menciona outras igrejas protestantes, por exemplo, no Estandarte Cristão de 30 de abril de 1903, página 3, externa condolências pelo

falecimento do Reverendo Metodista Bento Braga, e, na edição de 30 de maio de 1903 (p.1), propõe uma Conferência ecumênica entre as Igrejas Protestantes Históricas. Ora, esse espírito de ecumenismo (ainda que excluindo a Igreja Católica Romana), procurando minimizar as diferenças doutrinárias entre as Igrejas Protestantes e sem ceder a sectarismos exacerbados, *com certeza foi influenciado pela tolerância religiosa pregada pela Maçonaria.*

Na edição de 20 de julho de 1924, página 1, o Rev. Severo é incisivo em afirmar que a Igreja Episcopal não faz proselitismo religioso:

Nosso alvo supremo não é absolutamente fabricar episcopalianos, mas sim cooperar humildemente para que muitos se convertam e se tornem cristãos de verdade. Nossa grande ênfase é sobre – a vida. (Grifo apostro)

Na página 12 do número de 20/11/1924, há uma interessante menção que se considera essencial transcrever na íntegra:

Acaba de ser adoptado officialmente nas escolas publicas do Estado de São Paulo o excellente livro ditactico 'O Coração Brasileiro' da lavra de nosso confrade e professor Francisco Faria Netto, crente evangelico em Piracicaba. Este livro é vasado em moldes evangelicos, e a sua adopção official nas escolas publicas do progressista Estado paulista revela o superior criterio de usar o que realmente é bom, contribuindo para a formação de espíritos bem formados.

Mesmo em relação à luta pela hegemonia no campo da Educação, o enfoque dado pela Igreja Episcopal Brasileira era muito mais no sentido de impedir que tal espaço fosse ocupado apenas pela Igreja Católica Romana do que em disputá-lo com outras igrejas protestantes. Nesse sentido, o Estandarte Cristão traz propaganda do Colégio Americano, da Igreja Metodista, em vários números (por exemplo, na página 8 da edição do dia 20 e na 6 da edição de 30 de janeiro de 1927), nos seguintes termos:

Collegio Americano – Si quereis dar á vossa filha uma excellente educação debaixo dos cuidados christãos, deveis matricular-a agora no Collegio Americano. São poucos os logares disponíveis para o anno lectivo de 1927, e são muitos os pedidos. Fazei a matrícula cedo e conseguireis um lugar. Os pedidos devem ser dirigidos á Miss Mary Sue Brown – Collegio Americano – Av. Independência, 374, Porto Alegre. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/01/1927, página 6)

E a edição de 10 de fevereiro do mesmo ano (entre outras) traz, na página 8, propaganda do Porto Alegre College (posteriormente, Instituto Porto Alegre – I.P.A.), também da Igreja Metodista.

Percebe-se que, a partir de 1925, há artigos escritos *por mulheres* publicados no Estandarte Cristão. Por exemplo na página 2 da mesma edição, há um artigo de Candida Campello.

A página 12 da edição de 28/02/1925 informa ainda:

Em São Paulo está organizada uma sociedade de Cultura Religiosa que promoverá conferências, concertos, etc, tendo o louvável escopo de promover a atenção pública e o interesse mais intenso pela cultura religiosa. A idéia surgiu do meio evangélico. Muito bem! (ESTANDARTE CRISTÃO de 28/02/1925, p. 12)

Na edição de 30 de maio de 1925, na página 7, o Estandarte Cristão traz uma nota elogiosa sobre um periódico evangélico dirigido por uma mulher, Edith Bittencourt.

Em outro sentido, edição de 10 de março de 1925, página 2 lê-se, em artigo em que não foi possível identificar o autor, que assinou com o pseudônimo de *Laicus Ignotus*:

Evidentemente, há facilidade num meio como o brasileiro, em que se constata uma grande e alarmante quantidade de analfabetos e em que prosperam as idéas de feitiçaria (...) o analfabetismo, a ignorância, a superstição, com todo o seu cortêjo de males, tudo isto fructo necessário duma defeituosa educação, de que não é injusto inculpar os monopolisadores da religião, que ainda se gabam da maioria... (ESTANDARTE CRISTÃO de 10/03/1925, p. 2)

Aqui se percebe, sem entrar no mérito da questão e sem o maniqueísmo de “certo x errado,” que a Igreja Anglicana, embora atuando como Via Média entre o Catolicismo Romano e as Igrejas Protestantes, não aceitava as *seitas afro-brasileiras*, assim como a *Maçonaria*, à época, também não as aceitava, considerando-as como *feitiçaria e resultado do analfabetismo e da ignorância*. Percebe-se que a Igreja Episcopal apoiava a Maçonaria, mas posicionava-se firmemente contra qualquer tipo de “feitiçaria”. Ora, se a obra maçônica (que possuía vários clérigos da Igreja Episcopal Brasileira em seus

quadros) tivesse alguma ligação com feitiçaria ou magia negra, certamente os clérigos episcopais não ingressariam em suas fileiras.

Aparentemente, têm-se um paradoxo, pois estes mesmos homens pregavam a tolerância, a liberdade de culto e a liberdade de consciência. Mas, sob o olhar dos missionários, as camadas populares, em grande parte oriundas da atividade escravocrata, viviam uma religião que mais se assemelhava ao paganismo do que à doutrina cristã, mais à idolatria do que à fé pura dos Evangelhos de Cristo. Entretanto, seu objetivo não era *combater* os adeptos do que consideravam superstições, mas sim *esclarecer*, tornar acessíveis a todas as camadas sociais o que entendiam por *fé evangélica*. Os missionários não trouxeram uma religião de medo, nem uma religião que enfatizasse a idéia da condenação ao inferno, mas uma religião baseada na fraternidade, na liberdade, na igualdade e no amor – que seria *oferecida* por meio de suas palavras e de sua forma simples de viver a doutrina cristã. Isso é bastante recorrente no que está escrito no Estandarte Cristão. (Hoje – 2010 – conceitos antigos foram revisados, inclusive em relação à posição da Igreja Anglicana e da própria Maçonaria acerca das religiões afro-brasileiras, já existindo maçons que se declaram adeptos das religiões-afro).

Por outro lado, quando das atividades do Comitê Pró-Liberdade de Consciência, ao apresentar os motivos pelo qual a Paróquia do Salvador, em Rio Grande/RS, aderira ao movimento, o Rev. Frederico Schmidt, ao justificar-se perante críticas de que teria se aliado a espíritas e a não-religiosos em favor da educação laica, afirma, em trecho já citado neste trabalho, no capítulo relativo ao Comitê Pró-Liberdade de Consciência, que se tratava de um assunto que interessava a todos e que não implicara em quebra de princípios dos episcopais/anglicanos (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/09/1925, p. 3-4).

O Estandarte Cristão volta ao tema da relação do cristianismo com outras religiões na edição de 30 de agosto de 1931, onde traz a frase, sem indicação do autor (provavelmente de lavra do redator do Estandarte Cristão, Rev. José Severo da Silva): **“A religião cristã não se aproxima de outras religiões, como um inimigo, mas como quem diz: ‘Tendes alguma verdade? Pois bem. Queremos oferecer-vos ainda mais.’”**

O Estandarte Cristão de 30 de setembro de 1931 traz artigo de Burhet Streeter que reconhece qualidades de diversas religiões.

Já a edição de 15 de janeiro de 1931 noticia o casamento *Dinah Barcellos Lagos com Murat Neves, ambos espíritas kardecistas e de famílias dessa doutrina*, realizado pelo Rev. José Severo da Silva. E, em momento algum, foi comentado (ou se sabe) de o Rev Severo ter insistido para que os noivos ou suas famílias deixassem de frequentar a Doutrina Kardecista para freqüentarem a Igreja do Redentor (Episcopal Anglicana) que ficava há uma quadra da residência dos noivos (informações da Família Lagos).

Na edição de 30 de abril de 1939, o Estandarte Cristão publica um artigo acerca das divergências entre as igrejas evangélicas, criticando sectarismos. Traz uma citação de Henry West Beecher:

O denominacionalismo é semelhante á vidraça de diferentes cores nas janellas duma igreja, produzindo diferentes sombras sobre diferentes pessoas: Um homem é tingido de azul, outro de amarello e o terceiro de encarnado, e assim por diante. Também os christãos têm sido tocados com diferentes faces da verdade, que reflectem em suas vidas. (ESTANDARTE CRISTÃO de 30/04/1939, p. 2)

Infere-se que a Igreja Episcopal Anglicana, naquela época, já possuía um espírito ecumênico, característico de seu **ETHOS**.

A edição de 15 de abril de 1941 informa, na página 12, que a Igreja Episcopal Brasileira oferecera seu templo para a realização de um culto da Igreja Ortodoxa grega, celebrado em 16 de março desse ano na Igreja da Ascensão (Porto Alegre/RS).

A edição de 15 de outubro de 1946 parabeniza a Fundação Evangélica, estabelecimento educacional da Igreja Luterana, em Novo Hamburgo, por seu aniversário (página 6). E a de 15 de janeiro de 1948, informa a realização de um culto conjunto, pelas igrejas Metodista e Episcopal, no dia de finados, no cemitério de São Gabriel/RS. Já a edição da 2ª quinzena de outubro de 1952 traz, na página 6, propaganda do "Lar Presbiteriano" - "Para moças que precisam morar no Rio de Janeiro - aceita moças de qualquer denominação evangélica."

O Estandarte Cristão traz notícias acerca da cooperação entre a Igreja Episcopal Brasileira e as demais igrejas protestantes inclusive em nível internacional como se verifica em notícia publicada na edição de outubro de 1967:

A Cidade dos Meninos, instituição assistencial da Paróquia Episcopal do Crucificado, da cidade de Bagé, RS, foi visitada por uma caravana do Programa ecumênico 'Brot für der Welt' (Pão para o Mundo), promovido pelo Conselho Mundial de Igrejas. (ESTANDARTE CRISTÃO de outubro/1967, p. 5)

A nota informa que havia participado da caravana o Dr. Adail Moraes, diretor estadual da Legião Brasileira de Assistência, e que a visita fora acompanhada pelo Pastor Luterano Harry Hoerrle, de Bagé. A visita resultou em donativos de material escolar e vestuário para as crianças da Instituição e do colégio que dela fazia parte.

Destes achados do Estandarte Cristão conclui-se que, durante todo o tempo da periodização deste trabalho, a Igreja Episcopal Brasileira buscou ter boas relações com outras denominações religiosas cristãs, seguramente influenciada pelo espírito maçônico de tolerância e por seu próprio "jeito de ser". Os achados demonstram, inclusive, que a luta pelo *locus* educacional se deu muito mais em relação à Igreja Católica Romana, em função da posição hegemônica que esta ocupava no início do período pesquisado, havendo mesmo situações de cooperação com outras Igrejas evangélicas na área da Educação, inclusive com incentivo a que os filhos de episcopais/anglicanos fossem matriculados em instituições de ensino de outras denominações protestantes e vice-versa. Todavia, tal cooperação não se constituía em uniformidade de idéias doutrinárias teológica, de maneira a não haver impedido o avanço da Igreja Episcopal Brasileira na área educacional, com a criação de suas próprias instituições de ensino.

4.13 Igreja Episcopal Brasileira como igreja de caráter nacional no Estandarte Cristão

Um aspecto curioso do Estandarte Cristão é seu estímulo ao cumprimento das leis nacionais e suas inúmeras menções a cerimônias que contavam com a entoação do Hino Nacional. Embora a Igreja Episcopal Brasileira ainda não se tivesse tornado independente da Igreja-Mãe, a Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América do Norte, percebe-se que *o civismo e o amor à Pátria brasileira faziam parte do ethos da Igreja Anglicana*, que, em todos os países onde se instala, assume as características

de uma Igreja nacional, pois as relações com a sede de Cantuária são relações afetivas e não de subordinação; o que não impedia que, nas escolas, fossem utilizadas as mais atualizadas práticas do ensino de então, usadas nos Estados Unidos.

O Estandarte Cristão de 15 de março de 1939 informa que, como adaptação à mudança da lei, que determinava que os colégios não poderiam ser dirigidos por estrangeiros, a diretora do Colégio Santa Margarida deixava de ser Miss Berenice Cartwright, que permanecia como Conselheira Técnica, e passava a ser Prof.^a Candida da Rocha Leão. As Igrejas Evangélicas/Protestantes sempre se tornavam Igrejas Nacionais, e, portanto, deveriam obedecer às leis civis do país onde se encontravam, sem a ingerência de qualquer atividade de outro país, o que as diferenciava da Igreja Católica Romana, fiel à Santa Sé e ao Papa.

A edição de 30 de março de 1939, página 10, informa que, na sessão de abertura das aulas do Colégio Santa Margarida, houvera a entoação do Hino Nacional. Fica claro que a intenção da Igreja Episcopal Brasileira em suas instituições de ensino não era “estrangeirizar” a educação, e sim implantar os moldes que considerava mais adequados aos tempos modernos, para isso contando com o auxílio de técnicas e educadores oriundos dos Estados Unidos.

Praticamente em todos os anos estudados, o Estandarte Cristão apresenta menções a cultos cívicos e a outras atividades da Igreja Episcopal Brasileira relativos à Semana da Pátria. Destacam-se, no ano de 1941 (edição de 15 de outubro), as fotografias dos desfiles do Ginásio Cruzeiro do Sul (páginas 15 a 17) e do Colégio Santa Margarida (página 18); o fato de o Rev. George Krischke ter sido convidado a participar da Comissão Central de Festejos do Município de São Leopoldo; e os cultos cívicos, na Igreja da Trindade (São Leopoldo), na Igreja do Calvário (localidade de Santa Rita, Canoas/RS) e na Igreja da Redenção (São Gabriel/RS). A edição de 15 de novembro menciona o culto cívico na Capela do Espírito Santo, Montenegro/RS (página 15). Também se exemplifica com as informações acerca de cultos cívicos na Capela da Bênção Divina (São Francisco de Paula/RS), Capela do Salvador (Canguçu/RS) e Igreja da Trindade (São Leopoldo/RS), na edição de 15 de outubro do ano seguinte (páginas 8 e 9). Sabe-se que em geral tais celebrações eram comuns em todas as paróquias da Igreja Episcopal Brasileira,

por orientação de seus bispos e demais líderes, embora nem todas sejam mencionadas no Estandarte Cristão (por falta de espaço no periódico ou porque as notícias das paróquias não chegavam a tempo de serem publicadas no ec).

O Estandarte Cristão de 15 de abril de 1942, em seu editorial “Também somos brasileiros!”, assinado por Athalício Pithan (página 1), faz veemente defesa do patriotismo. Provavelmente, o que motivou o editorial foi a possibilidade de o Brasil ingressar na Segunda Guerra Mundial, diante dos ataques sofridos por embarcações brasileiras a partir de fevereiro de 1942 – possibilidade que se confirmou em agosto desse ano. Todavia, interessante notar a linha de pensamento do autor do editorial, expressa no seguinte trecho:

Embora se nos afigure desnecessário, dado que os membros da Igreja Episcopal Brasileira sempre souberam cumprir com o seu dever para com a Pátria, no entanto, para que todos saibam, aqui resumimos nossa atitude, nesta hora difícil e de dúvidas. Saberemos defender sempre e em qualquer parte a dignidade e a honra do Brasil, Pátria abençoada, que Deus nos deu; obedeceremos às leis, acataremos as determinações das autoridades constituídas e cooperaremos, com entusiasmo, na reconstrução de um Brasil livre e melhor, sob a orientação superior do grande Presidente Getúlio Vargas; guardar-nos-emos moderados nas expansões nacionalistas, para não ferir inocentes, pois não é com excessos e violências que podemos servir a Pátria; e, acima de tudo, queremos agir sempre como cavalheiros cristãos, pondo a confiança em Deus e seguindo o exemplo de amor e de paz de nosso Mestre Divino – Jesus Cristo! (ESTANDARTE CRISTÃO de 15/05/1942, p. 1)

O Estandarte Cristão de junho de 1965, finalmente, informa, em seus editoriais (páginas 12-13), a consolidação da Igreja Episcopal Brasileira como uma província autônoma da Comunhão Anglicana. A Autonomia foi oficializada em 25/04/1965, e significou não um rompimento com a Igreja dos Estados Unidos ou com a Comunhão Anglicana, mas uma emancipação em termos financeiros, administrativos e estruturais – por exemplo, implicou na eleição de um Bispo Primaz da Igreja Episcopal Brasileira, sendo que o primeiro eleito foi o Bispo Dom Egmont Machado Krischke. Segundo publicado no Estandarte Cristão um ano após (edição de abril/1966, Editorial ‘Um Ano de Autonomia’, p. 11), a Igreja-Mãe também acalentava o sonho da autonomia da Igreja Episcopal Brasileira. Não se tratou de uma ruptura, mas de uma *emancipação* – como a que ocorre em relação aos pais quando alguém atinge a maioridade, e deu-se em concordância com a Igreja-Mãe, que continuou em espírito de colaboração

com a Igreja Episcopal Brasileira, no mesmo sentido em que com as demais Províncias Anglicanas, inclusive com o intercâmbio de subsídios teológicos.

Desta maneira, os achados demonstram a característica de “nacionalidade” da Igreja Episcopal Brasileira. Embora vinculada durante grande período à Igreja-Mãe (dos Estados Unidos) e dela sofrendo influência, buscou adaptar-se às leis, costumes e à realidade nacional para melhor integrar-se à sociedade do país e, naturalmente, para assim obter melhor aceitação perante os brasileiros.

4.14 Considerações finais sobre a pesquisa no Estandarte Cristão

Uma observação considerada relevante é que nos periódicos a partir da década de 1960, especialmente após 1964, há uma mudança na linha editorial do Estandarte Cristão. Este passou a apresentar matérias maiores, com fotografias, e em estilo diferente, ao contrário dos números de até 1950, que traziam inúmeras pequenas notas e que abrangiam um número maior de paróquias, mencionando as escolas menores do interior do Rio Grande do Sul. Também o tema *Educação* foi-se tornando mais escasso no Estandarte, embora ainda presente, até o final do período pesquisado (1970). Talvez porque o Jornal tenha passado a dar maior destaque a outros temas, como assistência social, questões teológicas ou mesmo políticas – não que os Estandartes Cristãos antigos não falassem em política, mas talvez justamente porque as questões políticas do início do Século XX tinham mais a ver com as questões imbricadas com a educação (ex., a criação do Comitê Pró-Liberdade de Consciência); talvez também porque a periodicidade do jornal foi reduzida, não sendo mais mensal, e até o tamanho das páginas diminuiu, não sobrando maior espaço para o tema, mesmo porque as formas de comunicação foram aperfeiçoadas pelas novas tecnologias.

Já na década final (1961-1970) e nos anos posteriores à periodização deste trabalho (1901-1970), muitos colégios paroquiais haviam sido fechados, tendo em vista as novas exigências legais para a Educação (Lei nº 4.024/61 e a posterior Lei nº 5.692/71) e os poucos recursos que estas possuíam não lhes permitiram atender às novas Políticas Públicas. Muitas escolas foram fechadas, pois o Município e o Estado assumiram o controle e orientação do ensino.

Outras, como a Escola da Cidade dos Meninos de Bagé, foram conveniadas e após encampadas pelo Estado (Escola Estadual de 1º Grau José Gomes Filho).

Outra observação importante é que os reverendos que se destacaram na criação de escolas e envolvimento com a Educação eram lideranças tanto dentro da Igreja como dentro da Maçonaria; de uma certa forma, eram lideranças centralizadoras, pois aglutinavam grupos de colaboradores de ambas as instituições em torno de seu carisma pessoal (WEBER, 1979). Essas lideranças costumavam envolver seus auxiliares, inclusive através dos valores que defendiam, que, para muitos, pareciam incontestáveis, de uma forma tal que suas idéias eram aprovadas sem maiores questionamentos (BOURDIEU, 1999). Por outro lado, as novas orientações da Igreja a partir de cerca de 1970 não incentivaram os seminaristas nem os novos reverendos a se dedicarem com tanta ênfase ao trabalho educacional, pois legalmente esta estava cada vez mais sendo considerada uma atribuição do Estado. Estavam sendo criadas cada vez mais escolas públicas, e a necessidade da criação de escolas não-católicas, encontrada nos primórdios da Igreja Episcopal Brasileira, aos poucos desaparecia, com o fortalecimento do Estado laico. Ainda, de forma implícita, percebe-se que as paróquias, depois de a Igreja ter-se tornado independente da Igreja dos Estados Unidos, precisaram organizar suas finanças e angariar recursos para manterem a autonomia conquistada, o que acabou prejudicando a manutenção de escolas, pois a maioria delas eram gratuitas.

Vê-se o Estandarte Cristão como **importante documento-fonte** de informações substanciais para esta Tese, podendo ser considerado o seu **corpus documental**, tanto de forma implícita como explícita, através de artigos, comentários e fotografias em clichê (embora não muito claras). São setenta anos acompanhando a vida da Igreja, e demonstrando o olhar episcopal/anglicano sobre fatos importantes ocorridos na História da Educação do Rio Grande do Sul. Salienta-se que o foco deste trabalho é o **Projeto Educacional da Igreja Anglicana voltado aqui especificamente para e no Rio Grande do Sul**, sendo aqui é apresentado **o viés episcopal/anglicano** por meio de seu veículo oficial – o Estandarte Cristão.

Cabe ao trabalho acadêmico um relato dos fatos com um olhar mais acurado, conforme as fontes e os achados. Mas é possível *ler* nas entrelinhas, colocando os fatos dentro de um contexto e analisá-los criticamente, buscando

indicativos em outras fontes, como as entrevistas, as fotografias e os documentos da Igreja Episcopal Anglicana e da Maçonaria.

Segundo ZANOTELLI (1996), “as coisas eu conheço através de *provas*. As pessoas eu conheço através de *sinais*” (p. 7). Mas também ele afirma que o sinal é ambíguo e para apreendê-lo faz-se necessária uma leitura, uma interpretação, uma hermenêutica. Uma visão da totalidade.

Aqui se procurou relatar **os fortes indícios** existentes de provas que se nos parecem evidentes, mas, para tanto, foi necessário *ver no contexto*, enxergar *além do que está escrito*, ver as intencionalidades atrás daquilo que é visível. E aqui se têm a *versão* da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no espaço-tempo pesquisado.

“A linguagem é som, gesto, signo, vocábulo, palavra, significante, significação; mas nem só isso é linguagem” (ZANOTELLI, 1996, p. 21). E prossegue, nas páginas 25-26:

Um fato nunca é observável a partir de si mesmo e em si mesmo. **O critério a partir do qual observamos é sempre um ponto de vista. O critério, o ponto de vista não é encontrado como um fato, mas sempre é decidido, assumido.** [...] Para compreender a linguagem é preciso um pensamento integrador que recolha, que junte, um *logos* originário. [...] É preciso um pensamento que seja uma ontologia [...] (grifo apostro).

Apresenta-se aqui o olhar episcopal/anglicano dos fatos e acontecimentos como foram vistos e escritos no Estandarte Cristão, apontando-lhe, porém a autora da tese, Paradoxos e Contradições.

A Igreja Episcopal/Anglicana sempre teve grande preocupação com o analfabetismo, sabendo da necessidade de estender a alfabetização a todas as camadas sociais; ao lado disso, as escolas paroquiais, como difusoras dos saberes e *locus* para pregação da fé cristã; as escolas episcopais/anglicanas apresentaram métodos de ensino mais modernos, vindos dos Estados Unidos, mas sem que suas escolas perdessem o caráter nacional.

Surgiram avanços na metodologia de ensino, aos moldes mais avançados dos Estados Unidos, e preocupações com a educação física, a higiene corporal, a orientação sexual dentro de uma moral cristã mais aberta e com menos malícia em relação ao sexo, mas uma forma mais natural de ver as relações sexuais dentro do casamento – e não só para procriação – vendo

nestas relações um ato sagrado, um ato de amor abençoado por Deus. O corpo não era visto como pecaminoso e a coeducação era incentivada para promover o respeito entre o feminino e o masculino e promovendo desde o início do século a educação da mulher, ao menos para as primeiras letras, ao contrário da educação inspirada no paternalismo romano.

Quando se fala na Igreja Episcopal/Anglicana e a Maçonaria, a princípio de modo sutil e implícito e depois de forma aberta e clara, estas citações são sempre para apresentar a ajuda mútua entre ambas as Instituições, cujos fins são semelhantes. De 1901 a 1970 não há uma crítica à Maçonaria, mas sim uma recorrente menção desta como irmã e amiga, compartilhando objetivos comuns. Mesmo porque, como já visto, muitos clérigos anglicanos eram maçons. Os membros da Ordem ajudavam na criação de Escolas e Instituições Assistenciais e na manutenção destas não só com auxílio financeiro, mas alguns lecionando como voluntários ou prestando outros serviços (excetuando-se neste caso os dois principais educandários pagos: o Santa Margarida, de Pelotas, e o Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre; porém, inúmeras vezes a Maçonaria concedeu bolsas de estudos para alunos destes dois educandários – o que talvez também tenha acontecido com o Ginásio Pelotense, mas a pesquisadora não tem conhecimento para afirmá-lo. Pelas entrevistas foi possível perceber que, nos momentos de crises econômicas, muitos maçons lecionaram por algum tempo como voluntários, sem receber salário algum).

Em momentos de crise nos educandários e instituições, havia muitos Obreiros que auxiliaram as escolas e obras assistenciais com seu trabalho pessoal e voluntário. Quando jovem, eu lecionei Geografia em uma das escolas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em Bagé sem receber salário algum. E, do mesmo modo, muitos outros Irmãos assim o fizeram. (Entrevistado A. G., 2009)

As referências do Estandarte Cristão quanto ao Ensino Público laico relatam que este foi um objetivo comum da Igreja Episcopal Anglicana, Maçonaria e outras denominações evangélicas, vivendo em harmonia e respeitando-se mutuamente. E deixa bem claro que o que desejavam não era uma *educação atéia*, mas a possibilidade de *todas as denominações religiosas possuírem os mesmos direitos, sem aceitar a hegemonia da Igreja Católica Romana*.

No Estandarte Cristão encontram-se citações de atitudes discriminatórias e até mesmo injuriosas contra a Igreja Episcopal/Anglicana por parte da Igreja Católica Romana – e as respostas no mesmo tom. Aos poucos, já na década de 1950, essas acusações de ambos os lados começaram a recrudescer e as duas instituições começaram a envolver-se pelo espírito do ecumenismo, num período que também se caracteriza por um afrouxamento nas condenações e perseguições papais à Maçonaria e a seus integrantes.

Após o Concílio Vaticano II, a situação tornou-se mais aproximada dos ensinamentos de Jesus Cristo, uma vez que a Santa Inquisição não mais existia e que o espírito fraterno passou a vigorar, eliminando (ou ao menos minorando) paradoxos, diferenças e contradições (embora ainda não em todos os locais). Os cultos ecumênicos foram se tornando aceitos e frequentes, buscando inspiração no desejo de Cristo que buscou a fraternidade entre todos os homens e mulheres.

CONCLUSÃO

Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder a cidade edificada sobre um monte; nem se acende uma candeia para colocá-la debaixo do alqueire, mas no velador, e alumia a todos os que se encontram na casa. Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus.

BÍBLIA, Evangelho Segundo São Mateus, capítulo 5, versículos 14 a 16 – tradução de ALMEIDA.

Este trabalho visou comprovar a Tese de que houve uma interligação efetiva e marcante entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Maçonaria, no que se refere ao Processo Educacional e à educação em geral, no Rio Grande do Sul, no período de 1901 a 1970.

Para se chegar à Conclusão deste trabalho, foi preciso buscar a identidade que possuíam a História da Educação Regional, a Igreja Anglicana, a Maçonaria e a Igreja Católica Romana neste período histórico. Buscou-se o que unia a Maçonaria e a Igreja Anglicana para que levasse ambas a lutar juntas pela Educação Laica, pelas Escolas Paroquiais, pela construção e manutenção de prédios escolares e professores capacitados, que afinassem em idéias e ideais às duas Instituições.

Foi possível provar que a Maçonaria e a Igreja Anglicana (e outras denominações religiosas que as apoiavam) realizaram um contraponto em relação à educação idealizada e mantida pelas escolas católico-romanas, ainda impregnados com a herança da pedagogia dos Jesuítas.

Foi possível verificar que a noção de pertença (entre Maçonaria e Igreja Anglicana) está baseada na semelhança do *ethos* que as une: liberdade religiosa, liberdade de consciência, inclusividade, espírito fraterno, busca pela justiça e pelo bem comum, preocupação com a educação, com a co-educação e com o acesso das camadas populares aos saberes e também pelo incentivo às descobertas científicas *éticas* e que estejam ao acesso de todas as pessoas. A

busca e o incentivo às pesquisas científicas se deram não como uma forma de negar as *Verdades Bíblicas*, mas como um modo de progredirem os saberes, ratificando assim os ensinamentos da Palavra de Deus, o Supremo Arquiteto do Universo, de onde *provém todas as coisas* e enxergar as Escrituras em seu *contexto histórico*, sendo vista a *Bíblia como um Livro de Fé e não um Manual de Ciências*, vista como um *conjunto de livros* (do grego *Biblos*) escritos por diversos autores, para um determinado povo e em uma determinada época e que se aplica à História da Humanidade e a de cada pessoa, sem fundamentalismos, mas com uma idéia de seu contexto. Paradoxalmente, para a defesa de idéias e argumentos de liberdade e fraternidade, surgiram desentendimentos entre a Igreja Católica, por um lado, e a Igreja Episcopal Anglicana e a Maçonaria por outro. Muitas vezes as discussões se deram até mesmo pelos meios de comunicação da época e as críticas foram levadas para o terreno pessoal, generalizando fatos isolados.

O que impulsionava a Igreja Episcopal Anglicana e a Maçonaria era uma firme convicção do direito intrínseco da pessoa à *liberdade de consciência*, e isto os levou ao ponto de digladiarem-se com os que não *viam esta liberdade* de forma semelhante – o que constitui uma contradição em Instituições que pregam o amor, a fraternidade e a liberdade.

Pela ótica dos Maçons, Anglicanos e não-católicos, estes tinham o direito a ocupar também um espaço no *locus educacional* que, por justiça, não deveria ser da Igreja Católica Romana de modo hegemônico. Por outro lado, paradoxalmente, a Igreja Católica Romana via-se perdendo espaço para aqueles que lhes eram *mostrados* como representantes do mal, portanto, pela lógica, não lhes poderiam permitir este acesso a influenciarem a educação. Havia ainda identidades distintas (setores fundamentalistas e setores mais liberais, mas que se uniam em determinadas circunstâncias) dentro dos grupos que formaram os dois polos da relação e que acabou se caracterizando pelo conflito: pelo *domínio* do *locus* educacional para manter o *status quo* ou para modificá-lo.

Pelas entrevistas (procurando-se notar a constância, a recorrência e o compartilhamento), foi possível identificar como os maçons percebem (e expressam) seu pensamento em relação à própria Maçonaria, à Igreja Anglicana, à Educação, à Igreja Católica Romana, e à educação laica.

Na época atual (2010) ainda se encontram presentes, embora de um modo não tão agressivo o preconceito e um grande desconhecimento pelas pessoas, de modo geral, do que é a Maçonaria e do que é a Igreja Episcopal Anglicana.

A Maçonaria que emerge do senso comum ou, por outro lado, daqueles que a conhecem e integram, produz modos diferentes de “ver” aquilo que “parece ser” a realidade. O halo de misticismo e mistério que envolvem a Maçonaria induzem aos arquétipos culturais, dos quais fazem parte o sagrado, a magia, o mito, a lenda e a religião/religiões.

Os símbolos maçônicos são introjetados no subconsciente, e quanto mais variadas e freqüentes estes forem, mais se dá o fenômeno da *inculcação* (*no conceito de Bourdieu*). E estes símbolos se fazem presentes em edificações escolares e templos da Igreja Anglicana.

Pensa-se que é necessário compreender a postura ideológica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no que se referiu às suas propostas educacionais e também perceber que a educação foi uma possibilidade de inculcação de sua doutrina, como o foram as das demais denominações religiosas que se dedicaram à educação, tanto no espaço público como nas escolas confessionais.

O que caracteriza este trabalho é a estreita *ligação* entre Igreja Anglicana e Maçonaria em uma tentativa de entender o que buscavam juntas sob a propugnada “Liberdade de Consciência”: concluiu-se que era abrir espaços para que todas as denominações religiosas ocupassem seu lugar junto à Educação.

Como teses subsidiárias e para ratificar este trabalho, afirma-se que ambas as Instituições (Maçonaria e Igreja Anglicana) incentivaram a co-educação (neste caso, tanto em Pelotas como Bagé/RS) desde 1902 (o que foi visto no ítem sobre o Estandarte Cristão) expandindo as Escolas Paroquiais para que estas atingissem as camadas populares de ambos os sexos, iniciando-se as crianças e jovens nas Escolas Dominicais, que funcionavam aos Domingos, após os Cultos, e que eram mistas (e se destinavam aos Estudos Bíblicos e à Doutrina Anglicana) passando depois às Escolas Paroquiais, que eram Confessionais e freqüentadas pelos não católicos, pelos Espíritas Kardecistas e pelos filhos de Maçons (escolas de Primeiras Letras).

Entretanto, a título de ilustração, a partir de 1970 pesquisou-se e se verificou que esse trabalho conjunto arrefeceu. Teria a Maçonaria deixado de lado a educação, legando esta ao Estado pelas novas políticas educacionais vigentes? A Lei nº 5.692/1971 (Reforma do Ensino) teria alijado a participação da Maçonaria e das lideranças não-católicas em relação à Educação?

As lideranças eclesiásticas anglicanas e maçônicas foram se tornando escassas (com raras exceções que ainda se conservaram após 1970, como o Rev. Helondino e o Rev. Guedes, em Jaguarão e Bagé, respectivamente, que ainda continuavam influentes em ambas as instituições e, por isso, nessas localidades, o trabalho conjunto não arrefeceu, indo paulatinamente a desaparecer com as aposentadorias compulsórias destes por idade, e posteriores falecimentos)³⁴ muito pouco continuou sendo feito de comum acordo entre a Maçonaria e a Igreja Anglicana.

Teriam sido as lideranças anglicanas, as próprias Lojas Maçônicas ou as novas políticas públicas que abafaram e acabaram com este vínculo *Igreja Episcopal/Anglicana – Maçonaria em prol da Educação?*

Estas dúvidas não foram esclarecidas e continuam a atormentar o espírito questionador desta pesquisadora. Entretanto, como essa lenta, mas perceptível, descontinuidade deu-se com o advento da Lei nº 5.592/1971, já fora da periodização deste trabalho, deixa-se as averiguações sobre esse fenômeno para estudos posteriores ou para quem deles compartilhar essa inquietação.

O mesmo aconteceu com as obras assistenciais para crianças e jovens, que, com as novas políticas públicas e com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) se tornaram meras “Casas de Passagem”, pois as exigências legais tornaram inviáveis o seu custo para as Igrejas. Estas Instituições foram sendo fechadas, e hoje (2010) vê-se a falta que vêm a fazer ante os menores que perambulam pelas ruas, pedindo, “guardando carros”, cometendo pequenos furtos, sofrendo abusos sexuais e de outros tipos e entrando no mundo das drogas.

Outro ponto que foi importante para a elaboração deste trabalho foi o mapeamento de autores que narram a história e os posicionamentos da Igreja

³⁴ A título de curiosidade, o Instituto Barão do Rio Branco, em Erechim, continua em franca atividade (2010) mas a pesquisadora não tem como provar se há ligação ou não com a Maçonaria.

Episcopal Anglicana do Brasil em relação à educação, à sociedade e à cultura, tais como, Baycroft, Silva, Krischke, Kickhöfel, Pike, Pittenger, Calvani e outros, o mesmo se fazendo em relação à Maçonaria, utilizando-se de autores renomados como Benimelli, Caprile, Alberton, Gomes, Colussi, Da Camino, Knight, Lomas, Queiroz, Castellani, Aslan, Ferré, Cortez, MacNulty, Kloppenburg e outros, buscando-se todas as fontes possíveis e fidedignas de informações comprovadas, embora tendo estas as mais diversas interpretações e opiniões, pois se trabalhou com autores *pro* e *contra* a Maçonaria e também com *trabalhos acadêmicos, pretensamente desapaixonados* (e científicos!) sem uma postura contra ou a favor da Maçonaria e da Igreja Episcopal Anglicana.

Entretanto, percebeu-se como paradoxo à *inclusividade*, à *busca da verdade* e à *liberdade de consciência*, formas que foram assumidas pelas duas facções que se formaram (Igreja Episcopal/Anglicana, Maçonaria e Igrejas não-católicas, de um lado, e Igreja Católica Romana de outro) isto sem entrar em julgamento sobre o mérito da questão, sem defender uma ou outra, mas apresentando uma versão crítica dos fatos de que se tem conhecimento.

Ao final do trabalho concluiu-se que a Maçonaria conserva princípios considerados *imutáveis*, como os Landmarks, *mas incentiva o progresso e as descobertas e experiências científicas (desde que baseadas no espírito da ética universal)*, então, por isso, pode-se considerá-la *progressista*.

Verificou-se que o conceito de “homem livre” que inicialmente significava “não ser escravo” (pois os Landmarks foram redigidos em um período histórico onde havia a escravidão) significa hoje “homem livre” no sentido de não se deixar subjugar, subornar, corromper, e ainda assim defender suas idéias com argumentos que demonstrem coragem e conhecimento, que não se deixem levar por respeitos humanos ou sejam prisioneiros da ganância, da malícia, do orgulho, da vaidade, de pensar no *ter* e não no *ser*. Esta visão de homens livres implica na responsabilidade pessoal de cada um, podendo o maçom até ser expulso da ordem por má conduta (embora lhe seja assegurado o direito de ampla defesa).

As imbricações com a Igreja Anglicana confundem-se com a própria História da Maçonaria Especulativa, com base na reestruturação ocorrida na Grande Loja de Londres e exposta em artigos, ações e pontos de vista, bem

como nos milenares símbolos maçônicos encontrados nos templos anglicanos até 1970.

Supõe-se que a Maçonaria em seus ideais influenciou o *ethos* anglicano e vice-versa, pois disto há fortes indícios, embora, a não ser pelos sinais deixados na arquitetura e pelo grande número de Reverendos e Bispos anglicanos maçons e modos semelhantes de pensar, não se possa provar.

Acredita-se que o desafio inicial tenha sido vencido, apesar de percalços e dificuldades as mais variadas.

Quanto aos aspectos metodológicos, crê-se que deram conta dos esclarecimentos de que se necessitava, ratificando várias afirmações *a priori*.

Pensa-se que se deixou claro que se apresenta o Comitê Pró-Liberdade de Consciência e Pró-Ensino Laico *pelo olhar da Igreja Anglicana e da Maçonaria*, e **não como o que é apresentado nos trabalhos sobre este assunto de modo geral**. Não se pretendeu fazer a apologia da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil nem da Instituição Maçônica, mas sim buscou-se um modo diferente de **ver** e apresentar os fatos, trazendo o lado oculto ou pouco difundido, *a versão das minorias* – se assim se pode chamá-las.

Em relação à História da Educação e suas ligações intrínsecas com o sobrenatural e depois com as religiões, concluiu-se que, se, a princípio, o sobrenatural e a magia influíram no aspecto étnico-cultural dos povos, depois, passando pelas religiões transmitidas pela oralidade, e quando surgiu o ensino formal, este espaço foi ocupado pelo Estado de Cristandade (conforme a visão de ZANOTELLI, 2000) que ditava o que deveria ser conhecido e o que deveria ser omitido, sendo o *locus* educacional o local de disputa para as várias denominações religiosas, uma vez que os educandos (tanto crianças como adultos) reconheciam na figura do Professor o *Mestre da Educação, aquele que sabe*, e se o Mestre era *o que sabia, o que ensinava era o certo e o verdadeiro* – embora, como toda regra, com algumas exceções.

As escolas confessionais e paroquiais foram campos férteis para propagação e difusão das várias profissões religiosas. Quanto ao ensino público, houve uma disputa palmo a palmo, para retirá-lo da hegemonia da Igreja Católica Romana.

Com os teóricos Pierre Bourdieu e Max Weber, pensa-se ter dado conta do aporte teórico para esta Tese, pois Bourdieu, com sua visão do *habitus*,

permite analisar claramente o que acontecia no *locus* escolar (e não somente nele). Weber analisa o “espírito do capitalismo”, sem entretanto justificá-lo, mas apresenta a visão dos protestantes em relação ao acúmulo do capital e à ascensão da burguesia.

Vê-se que o capital simbólico entá presente nas lutas pelo ingresso das denominações religiosas no mundo educacional e que a dicotomia trabalho braçal x trabalho intelectual tornou-se um dos atribuidores de *status*.

Quanto à Igreja Anglicana, pensa-se que ficou clara sua sucessão apostólica, visto ser Santo Agostinho de Cantuária (no século IV) o primeiro Arcebispo, tendo recebido as ordem sacras ainda no período da Igreja indivisa, e havendo sido enviado às Ilhas Britânicas pelo próprio Bispo de Roma (o Papa); que Henrique VIII não fundou a Igreja Anglicana nem lhe imprimiu suas características, e que esta, antes e depois dele, manteve-se ligada ou desligada do Bispo de Roma, conforme o que foi amplamente analisado em capítulo próprio.

No que se refere à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, como Igreja missionária, vinda dos Estados Unidos da América do Norte, pensa-se que ficou claro que esta, como em todas as chamadas “Províncias da Comunhão Anglicana”, assumiu as características nacionais.

No Rio Grande do Sul salientaram-se o Colégio Santa Margarida (Pelotas) e o Colégio Cruzeiro do Sul (Porto Alegre), colégios pagos, pela excelência de sua qualidade. Entretanto, as escolas menores, como as escolas paroquiais, que eram gratuitas, e a maioria de seus professores voluntários, ministrando aulas nos salões paroquiais das Igrejas ou em suas próprias casas, não tiveram como se manter com promulgação das Leis sobre o Ensino.

A preocupação com a Educação (mista, acessível a todas as camadas sociais, sem privilégios) procurando associar um ensino propedêutico a uma formação profissional que permitisse às pessoas proverem a sua subsistência e à sua família de forma digna, foram e são bandeiras similares entre a Maçonaria no Rio Grande do Sul do Século XX e a Igreja Anglicana.

Na primeira metade do século XX, aglutinaram-se as Igrejas não-católicas, entre elas a Igreja Episcopal/Anglicana, e a Maçonaria, em luta pela liberdade de consciência e pelo Estado laico. Os vínculos anteriores da Igreja

Episcopal/Anglicana com a Maçonaria permitiram uma coalisão perfeita e, sob a liderança do Rev. Severo da Silva, não só a Maçonaria como a Igreja Anglicana adquiriram destaque no cenário regional. Entre o que conseguiram e o que não alcançaram, o número de anglicanos aumentou. Embora aparentemente derrotados, os episcopais/anglicanos apresentaram um trabalho que foi *bem visto* pela sociedade que os viu integrados à Maçonaria nesta e em outras lutas sociais, pela liberdade de expressão e de pensamento. Embora aparentemente a Igreja Católica Romana tendo vencido o embate, *na visão anglicana*, a Igreja Episcopal Brasileira saiu fortalecida em sua visibilidade. A Igreja Católica Romana, *na visão anglicana*, apresentou-se claramente como preconceituosa, representante da elite econômica e social e contrária ao conhecimento científico, e que, em plena época da Modernidade, *tolhia as ciências de modo geral*. E, apesar de determinado o ensino religioso nas escolas públicas, ***a liberdade de consciência acabou consagrada pelas Constituições da República.***

No Estandarte Cristão, periódico oficial que registra a História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, fonte fidedigna para os episcopais/anglicanos, essas conclusões encontram seus fundamentos, bem como nas demais fontes e documentos.

O Estandarte Cristão acompanhou o crescimento e o desenvolvimento da Igreja Episcopal Brasileira, suas lutas para afirmar-se no Brasil, suas crises internas e seus momentos de glória. ***E quando surgiu o Concílio Vaticano II, o Estandarte Cristão, com júbilo e ação de graças, documentou as novas medidas tomadas para a união de todos os cristãos.***

O Movimento ecumênico encontrou na Igreja Episcopal/Anglicana campo fértil para seu desenvolvimento, pelo próprio *ethos* anglicano de inclusividade – mas isso foge à periodização deste trabalho; entretanto, ***seria impossível encerrá-lo sem menção à esperança cristã de “um só rebanho e um só Pastor”.***

Comungando, com Tambara (2000, p. 86), da idéia de que é “inerente à História da Educação um alcance prático”, chegando-se ao final desta tese espera-se que ela não se torne apenas “mais um” trabalho acadêmico para a obtenção do grau de “Doutor em Educação”, mas que sirva de subsídio e apresente esclarecimentos e alternativas ***viáveis para fortalecer um processo***

de reaproximação entre a Igreja Católica e a Maçonaria, entre Igreja Anglicana e Igreja Católica e que, na Educação, realmente os alunos tenham atendimento conforme seus princípios religiosos, sendo respeitada a liberdade de consciência e o livre pensamento. Que este trabalho sirva para fortalecer mudanças e *transformar divergências em convergências*, em um espírito fraterno de unidade e respeito mútuo, buscando um mundo melhor e mais justo; um embrião de mudança no senso comum no que se refere às duas Instituições quase desconhecidas em seus meandros, como o são a Igreja Anglicana e a Maçonaria, procurando amenizar preconceitos e possibilitando o conhecimento da realidade de ambas e a estreita ligação entre si e estas com a Educação; é o que fica subsumido no âmago do Comitê Pró-Liberdade de Consciência, nos artigos e fotografias, nas entrevistas obtidas, nos “achados” e no Estandarte Cristão.

O que se buscou, então, neste trabalho foi ***des-vendar o que estava oculto ou foi ocultado, perceber por outro viés aquilo que “se sabe” ou “pensa saber” sobre a tríade: Maçonaria, Igreja Anglicana e História da Educação, procurando-se evidenciar o olhar pelo viés do Anglicanismo, muito pouco ouvido ou mencionado.***

As teses de Weber explicam a busca por conhecimentos e saberes por parte dos Anglicanos (cujos missionários no Brasil vieram dos Estados Unidos e sofreram influência dos puritanos calvinistas), que buscam na educação formal e na profissionalização um modo de vida digna, de acordo com a afirmação Bíblica: “... para que todos tenham vida e vida em abundância” sem esquecer a outra grande verdade também Bíblica: “... tudo o que fizerdes a um destes pequeninos, a Mim o fareis” e “Ama a teu próximo como a ti mesmo”, buscando uma vida *comunitária*, onde o “repartir o pão” não fique ecoando em palavras vazias, mas em ações solidárias e fraternas.

Afirma-se que a educação não deve ser uma reprodução do *status quo* injusto de uma sociedade marcada pelo individualismo e violência; as teses de Pierre Bourdieu remetem à reflexão sobre esta ordem instituída e aceita como naturalizada, para que se crie mecanismos que produzam ***alunos pensantes que descubram, criem coragem para assumir a vida comunitária e possam promover a ruptura de uma sociedade cruel e desumana onde as***

diferenças entre camadas populares e elites são vistas com algo natural e onde o ser humano está cada vez menos espiritualizado.

Espera-se que as características dos sujeitos sejam respeitadas, sem preconceito de etnia, religião, política, situação sócio-econômica, profissional ou de gênero; que os portadores de necessidades especiais sejam aceitos e as oportunidades estejam ao alcance de todos.

Espera-se ainda que a Igreja Católica, sob a direção do Papa Bento XVI, não regrida ao período anterior ao Concílio Vaticano II, e entenda que a Maçonaria não faz parte de uma teoria conspiratória contra o Vaticano, pelo contrário, aceita a todos os homens livres e de bons costumes – sejam anglicanos, católicos, espíritas kardecistas, de outras religiões, enfim, todos os que crêem em um único Deus – *portanto, irmãos.*

Espera-se que a fraternidade, a justiça, a inclusividade, o compartilhamento, a procura pelo aperfeiçoamento pessoal e coletivo, a ecologia, a espiritualidade, (bandeiras comuns a tantas Instituições) venham a se tornar realidade – apesar do momento sócio-econômico-político mundial em que se vive e a violência e a descrença permeiam as relações, e o planeta pede socorro por meio de catástrofes provocadas pelo homem, por egoísmo, na ânsia de acumular capital, destruindo a natureza ao utilizar as novas tecnologias não em prol da humanidade, mas procurando *seu próprio bem-estar.*

Questionou-se na Introdução deste trabalho se a Maçonaria era uma Instituição conservadora e, se o fosse como teria chegado ao século XXI. Pois bem, a Maçonaria assim como a Igreja Anglicana, conservam seus princípios essenciais, mas não deixam de acompanhar os novos tempos e os novos cenários que se abrem na busca pela Paz Mundial, uma vez que ambas aceitam e fomentam as descobertas científicas desde que dentro de um espírito ético universal, já mencionado. Aceitam um projetar do futuro sem desperdiçar as conquistas do passado e as lições da experiência dos povos; um olhar sem

preconceitos tanto para as tradições quanto para a ciência, tanto para a religião quanto para a tecnologia, tanto para Deus quanto para a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, Narrativas e Pesquisa Autobiográfica. ***História da Educação***. Publicação Semestral. Pelotas: FAE/UFPEL, nº 14, set. 2003.

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. ***O Método nas Ciências Naturais e Sociais***. São Paulo: Pioneira, 2001.

AMARAL, Giana Lange do. ***Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)***. Tese de doutoramento. Pelotas: UFPel, 2003.

_____. ***Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: Uma face da História da Educação em Pelotas***. Pelotas: Seiva, 2005

AMBELAIN, Robert. ***A Franco-maçonaria: origem, história, influência (1352-1688-1720)***. 2ª ed. São Paulo/SP: Editora Ibrasa Ltda., 1999.

ANDRADE, Athos V. ***Evangelho e Maçonaria: uma parceria que deu certo no Brasil***. Contagem/MG: Líthera Maciel Editora Gráfica Ltda, 2004.

AQUINO, Jorge L. F. ***Anglicanismo: Uma Introdução***. DAR, Recife, 2000.

ASLAN, Nicholas. ***História Geral da Maçonaria***. Rio de Janeiro: Aurora. s/d.

AUDONN, Paul. ***Les Origines religieuses et corporatives de la Franc-Maçonnerie***; coleção "Histoire et Tradition". Paris: Dervy Livres. s/d.

AZEVEDO, Fernando de. ***A Cultura Brasileira***, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

BACHELARD, Gaston ***O novo espírito científico***. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1986.

_____. ***A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento***. Traduzido por: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAGBY, um dos primeiros missionários batistas no Brasil. Citado por CRABTREE A. R. **História dos batistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista. 1962, p. 125.

BANDEIRA, M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BARATA, Alexandre Mansur. **Compasso e Esquadro na Sala de Aula**. Acessado em www.mestradohistoria.ufjf.br/download_artigo.php%3Fcd_noticia,em_janeiro/2010.

BARBANTI, Maria Lúcia H. **Colégios Americanos de Confissão Protestante na Província de São Paulo: Sua aceitação pelas elites progressistas da época**. São Paulo: Didática, 1981.

BAYCROFT, John. **O Jeito de Ser Anglicano**. Tradução de Ruth S. F. de Barros. 2ª edição. Santa Maria/RS: Editora Pallotti, 2003.

BENIMELLI, J. A. F. CAPRILLE, G. ALBERNON, V. **Maçonaria e Igreja Católica**. São Paulo: Paulinas, 1983.

BENIMELLI, José Ferrer. **Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria**. São Paulo: Madras, 2007

_____ **História Prática da Maçonaria**. IV Vol, p. 71 – Academia Brasileira Maçônica de Letras – Anais do 1º Congresso Internacional de História e Geografia – Rio de Janeiro/RJ, s/d.

_____ **Maçonaria x Satanismo vol. 1**. Londrina/PR: Editora Maçônica A Trolha, 1995.

BETTENSON, H. **Documentos da Igreja Cristã**. São Paulo: ASTE, 1967, p. 278-292.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de ALMEIDA, João Ferreira de. Barueri/São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BICA, Alessandro Carvalho. ***Ginásio Santa Margarida: Um Estudo sobre a Gênese e a Consolidação de uma Instituição Escolar Anglicana de Ensino na Cidade de Pelotas***. Dissertação de Mestrado (UFPel - Educação), 2006.

BOURDIEU, Pierre. ***O Poder Simbólico***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

_____ ***Escritos de Educação***. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ ***A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos***. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001

_____ ***A dominação masculina***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. ***A Reprodução***. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1992

BRENNER, Renato, - M.: I.: ***Loja Atlântica N° 15***, publicada no Jornal Mensal "O Templário" (de circulação interna e restrita à Maçonaria) Editora Maçônica, Porto Alegre: abril. 1998.

BRONOWSKI, J. & MAZLISHC, Bruce. ***A Tradição Intelectual do Ocidente***. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. ***O Anglicanismo no Brasil***. In: Revista da USP n. 67, São Paulo, 2005.

_____ ***Tese de Doutorado em Teologia***. Site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, acessado em 10/dezembro/2008.

_____ ***A recepção do pensamento de Tillich no Brasil***. In: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, _____ acessado _____ em <http://www.metodista.br/ppc/correlatio/correlatio10/document.2006-12-12.7474719712/?searchterm=anglicanos>, em 2009.

CAPARELLI, David e CAMPADELLO, Píer. ***Os Templários – Sua Origem Mística***. São Paulo: Ed. Madras, 2003.

CASTELLANI, José. ***Shema Israel...*** São Paulo: A Gazeta Maçônica. 1977

CLARKE, Maurice. **Adoração e Adoradores na Igreja**. Sem indicação do tradutor. Editora da Igreja Episcopal, 1953.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **A Maçonaria brasileira no século XIX**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____ **A Maçonaria Gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: UFP. 2003.

_____ **A Maçonaria Gaúcha e a defesa do ensino laico na República Velha**. In: Revista da ASPHE, n. 7, abril de 2000, acessada em <http://fae.ufpel.edu.br/asphe/revista/revista7.pdf> em 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 05 DE OUTUBRO DE 1988. Brasília: Saraiva, 2004.

CORDEIRO, Ana Lúcia. **Religião e projetos educacionais para a nação: a disputa entre metodistas e católicos na Primeira República brasileira**. In Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, vol. 4, n. 7. Belo Horizonte: PUC, dezembro de 2005. p. 174

CORTEZ, J.R. PINTO. **Fundamentos da Maçonaria**. São Paulo: Madras. 2004

COSTA, Wagner Veneziani. **Maçonaria: Escola de Mistérios**. São Paulo: Madras, 2006

CRABTREE, A. R. **História dos batistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

DA CAMINO, Rizzardo . **Dicionário Maçônico**. São Paulo, Madras, 2001.

DAWSEY, John C., DAWSEY, Cyrus B. & DAWSEY James M. (orgs.). **Americanos, imigrantes do velho sul no Brasil**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2005.

DEMURGER, Alain. **Os Cavaleiros de Cristo: Templários, Teutônicos, Hospitalários e Outras Ordens Militares na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DENTAN, Robert. **As Santas Escrituras**. Editora da Igreja Episcopal, 1954.

_____ **Redenção e Revelação**. Editora da Igreja Episcopal, 1960.

DIÁRIO POPULAR. Jornal da cidade de Pelotas/RS. Datas diversas.

DIVERSOS AUTORES. **Mais do que Palavras**. Editora da Igreja Episcopal, 1958.

DOCUMENTOS DO **ARQUIVO DA CATEDRAL DO REDENTOR**. Pelotas/RS

DOCUMENTOS DO **ARQUIVO PESSOAL DA HISTORIÓGRAFA DA DIOCESE ANGLICANA DE PELOTAS, PROFESSORA ROSA MARIA LAMEGO** (datas diversas). Pelotas. s/d.

DURAND, Gilbert As estruturas antropológicas do Imaginário. *Apud* PORTO, Maria do Rosário **Tessituras do Imaginário**. Cuiabá: EdUNIC, 2000.

_____ **As estruturas antropológicas do Imaginário**. Traduzido por Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURÃO, José Ferreira. **A Maçonaria: Ensaio Culturais**. São Paulo: Madras. 2006

DUTRA, Odil Peraça. **Monografia Histórica do Município de Pinheiro Machado (Ex-Cacimbinhas)**. Piratini, Gráfica C.E.A.J., 1999

DUVAL DA SILVA, N. **A Igreja Militante**. IEA B. s/d.

EINSTEIN, Albert. **Como Vejo o Mundo**. Tradução de H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ELIAS, Beatriz Vicentini. **Inovação americana na educação do Brasil**. *Nossa História*, São Paulo, n. 23, p. 81-83, set. 2005, p. 82

ESTANDARTE CRISTÃO, 1901 a 1970. Rio Grande: Imprensa Episcopal; Pelotas: Imprensa Episcopal; Porto Alegre: Imprensa Episcopal.

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. **Inventário Cultural de Bagé: um Passeio pela História**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

FERRARI, Márcio. **Martinho Lutero o criador do conceito de educação útil.** Nova Escola, São Paulo, n. 187, p. 30-32, nov. 2005.

FERRÉ, Jean. **A História da Franco-Maçonaria.** São Paulo: Madras, 2003.

FIGUEIREDO, Antônio Gervásio de. **Dicionário de Maçonaria, seus Mistérios, seus Ritos, sua Filosofia e sua História,** São Paulo: Editora Pensamento, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Intimidades da História.** In: Jornal Zero Hora de 10/10/2010.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não.** São Paulo: Olho D'Água, 1994.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 2001.

GARRIDO, Stella. **A educação confessional protestante no Brasil.** Rio de Janeiro, 2005.

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo *et al.*; **Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos – Manual de Normas da Universidade Federal de Pelotas.** UFPEL, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação, Sistema de Bibliotecas. Pel: Pelotas, 2006. Versão eletrônica em: www.ufpel.tche.br/prg/sisbi

GOLDMAN, F. **Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, povos e reis.** São Paulo: Pioneira, 1972.

GOMES, Valdir. **Igreja Católica e Maçonaria: Verdadeiras razões da divergência.** Porto Alegre: Literatis. 2004.

GONZALEZ, Justo L. **Uma História Ilustrada do Cristianismo.** Edições Vida Nova, São Paulo, 1989.

GUEDES, Antonio J. T. **A Igreja em Ação.** In: KRISCHKE, E. M. (org.) **A Igreja Episcopal no País do Futuro.** Porto Alegre, Publicadora eclesia, 1960.

_____ **Breve História da Maçonaria em Bagé.** Trabalho apresentado na Loja Maçônica Sigilo nº 14, em 02/04/1996.

_____ **José Gomes Filho: Sua Vida e Sua Obra.** Bagé: URCAMP. 1989.

GUIMARÃES, João Francisco. **Maçonaria: a Filosofia do Conhecimento.** São Paulo: Madras, 2006.

HACK, Oswaldo. H. **Protestantismo e educação brasileira.** 2 ed. São Paulo, Cultura Cristã, 2000.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HENDERSON, Kerot. POPE, Tony. **Maçonaria Universal.** São Paulo: Madras, 2001.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **Como Ensinar Adultos.** Editora da Igreja Episcopal, sem data.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **Jesus Amigo das Crianças.** Editora da Igreja Episcopal, sem data.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **Meu Lugar no Mundo de Deus** (livro do professor). Editora da Igreja Episcopal, sem data.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **O Livro de Oração Comum Fala a Esses Dias Incertos.** Editora da Igreja Episcopal, sem data.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **Prometemos** (reedição). Editora da Igreja Episcopal, sem data.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **Rol do Berço.** Editora da Igreja Episcopal, sem data.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL (sem indicação do autor). **Treinamento para Professora da Escola Dominical.** Editora da Igreja Episcopal, sem data.

INGLATERRA, **MAGNA CARTA**. Acessada do site Para maçônico em julho de 2008. Tradução do original em inglês pelo Tradutor Juramentado William Lagos, Bagé/RS, em agosto de 2008. [http://br.groups.yahoo.com/group/cultura e sociedades secretas/files/](http://br.groups.yahoo.com/group/cultura_e_sociedades_secretas/files/)

INTERNET. História do manuscrito hebraico sobre a verdadeira origem da Maçonaria. Acessado em 05/08/2008 no endereço do grupo de discussões “cultura e sociedades secretas” do Yahoo Groups.

INTERNET. Instituto Paramaçônico de Estudos e Pesquisas (<http://www.lojamaconica.org.br/>), acessado em 2008.

JACQ, Christian. *Nefertiti e Akhenaton: o Casal Solar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KICKHÖFEL, Oswaldo. *Catedral do Redentor*. Santa Maria: Pallotti. 1999.

_____ *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Porto Alegre: Metrópole, 1995.

_____ *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Porto Alegre: Polígrafo. 2000. (Enviado por Anexo de e-mail).

KLOPPENBURG, Boaventura (org.) *Compêndio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes. 1987.

_____ *Igreja e Maçonaria: conciliação possível?* 5ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda., 2000.

KNIGHT, A. E., ANGLIN, W. *História do Cristianismo*. Teresópolis, Rio de Janeiro, Casa Editora Evangélica, 1955.

KNIGHT, Christofer. LOMAS, Robert. *A Chave de Hiram*. São Paulo: Landmarck. 2003

KRISCHKE, Egmont Machado. *A Estrutura da Fé*. Editora da Igreja Episcopal, 1952.

KRISCHKE, E. M. (org.) ***A Igreja Episcopal no País do Futuro***. Porto Alegre, Publicadora eclesial, 1960.

KUNG, Hans. ***Christianity: Essence, History and Future***. Continuum Publishing, New York, 1998.

LAMEGO, Rosa Maria Duval da Silva (org.). ***Confirmando o Compromisso do Batismo***. FJL Com. e Prest. De Serviços Ltda. Pelotas, 2007

LELOUP, Jean-Yves. ***Seitas, Igrejas e Religiões***. Campinas, S. Paulo: Versus, 2006.

LÉONARD, É. G. ***O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social***. São Paulo, Aste, 1963.

LINHARES, Marcelo. ***História da Maçonaria***. Londrina: A Trolha. 1992

LOMAS, Robert. ***A Maçonaria e o nascimento da ciência moderna***. São Paulo: Madras, 2007.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. ***Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas***. São Paulo: EPU, 1986.

MACNULTY, W. Kurch. ***Maçonaria***. São Paulo: Madras, 2006.

MARINHO, M. G. ***Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: Um estudo de suas origens***. São Paulo, 1977. Tese de Doutorado. USP.

_____ ***Norte-americanos no Brasil***. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MATOS, A. S. ***O Colégio Protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação na estratégia missionária da Igreja***. *Fides Reformata*. São Paulo, Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, v. 4 (jul.-dez de 1999), n.2, p. 64.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, M. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

MAYORGA, Ricardo. **O Protestantismo e o Progresso**. Volume I. São Paulo: Impres. 1950 (?)

MENDONÇA, A. G. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1995.

MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. **A proposta educacional metodista no Brasil'**. *Revista Comunicações*, São Bernardo do Campo, UESP, ano 5, n. 2, novembro 1998, p. 151-166.

MESQUITA, Peri. **Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil**. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

MONJARDIM, Carlos. **A Ordem De Molay Através dos Tempos (A Maçonaria e a Juventude)**. Londrina/PR: Editora Maçônica A Trolha Ltda., 1997.

MOORE, Peter. **A Church to Believe in**. Latimer Press, Solon, 1994.

MOURA, S. L. e ALMEIDA, J.M.G. **A Igreja na Primeira República**. In: FAUSTO, Boris (org.) **O Brasil Republicano: sociedades e instituições**. São Paulo: Difel, 2004

MUMFORD, Lewis. **A condição do homem – uma análise dos propósitos e fins do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Globo, 1955.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEILL, Stephen. **El Anglicanismo**. Madrid: Talleres Gráficos de la M. C. E. Horeb. 1986.

NEVES, Jubal Pereira. **Trabalhos apresentados em Lojas Maçônicas**. Datas diversas. Santa Maria/RS.

NICHOLS, Robert Hastings. *The Growth of the Christian Church*. USA: The North Brazil Presbyterian Mission. s/ed. 1954.

NOVAES, José Luis Corrêa. *Protestantismo e educação: metodista e liberais na Primeira República*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Estadual de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2001.

NÓVOA, António (org.) *Os Professores e sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

O COMÉRCIO. Jornal da cidade de Jaguarão/RS, 8 de abril de 1902.

O COMÉRCIO. Jornal da cidade de Jaguarão/RS, 9 de abril de 1902.

OLIVEIRA, A. M. C. de. *O destino (não) manifesto: os imigrantes norte-americanos no Brasil*. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.

OLIVEIRA, Marçal Lopes de. *Dados Biográficos do Clero da Igreja Episcopal do Brasil*. Porto Alegre, Departamento de Comunicação da Igreja Episcopal do Brasil, 1988.

OLIVEIRA, Sirlene de Castro e ARAÚJO, José Carlos Souza. *O laicismo e o protestantismo e suas implicações no campo educacional em Uberaba (1924-1934)*. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br:8080/portalmineiro/porta/conteudo/externos/> Acessado em 09.09.2008.

OUTRAS FONTES: Atas dos Concílios da Igreja Episcopal Anglicana; Zero Hora, Porto Alegre; Jornal Minuano, Bagé; Diário da Manhã, Erechim; Agenda da IEAB 1999, 2007, 2008 (Departamento de Comunicação da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil). Relatórios dos historiógrafos diocesanos. Documentos diversos dos Arquivos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Arquivos pessoais cedidos para elaboração da Tese.

PATTERSON, LONGMANS, and GREEN (In: *A History of the Church of England*. Tradução de LAGOS, William.) Londres: GREEN and Co. 1927

Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb13.htm>>. Acesso em: 19 de setembro de 2008.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **A Maçonaria e a Igreja Christã**. Editora *Empreza Publicadora Evangélica*. São Paulo/SP, 1922.

PESAVENTO, Sandra Jatahy O Mundo como Texto: Leituras da História e da Literatura. **História da Educação**. Publicação Semestral. Pelotas: FAE/UFPEL, nº 14, set. 2003.

PIKE, James e PITTENGER, Norman. **A Fé que Professamos**. Editora da Igreja Episcopal, 1960.

PIMENTA, D. Silvério Gomes. **Carta Pastoral: O perigo dos collegios acatholicos**. Mariana: Typ. Archiepiscopal, 1921.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Bagé**. Porto Alegre: Gundlach, 1940.

PITHAN, Athalício. **Treze Anos na Paróquia de Bagé**. Porto Alegre: Metrôpole. s/d.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. Rio de Janeiro: Globo. 1948

QUEIROZ, Álvaro. **A Maçonaria Simbólica: o Rito Escocês Antigo e Aceito**. São Paulo: Madras, 2007.

QUINTANA, Edegar da Silva. **Trabalhos apresentados em Lojas Maçônicas**. Datas diversas. Porto Alegre/RS.

QUINTANEIRO, Tânia *et al.* **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RAMALHO, J. P. **Prática educativa e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____ **Colégios protestantes no Brasil – uma interpretação sociológica da prática educativa dos colégios protestantes no Brasil no período de 1870 a 1940**, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

RAMÃO, José Eustáquio. **Pedagogias de Paulo Freire**. Disponível em: <http://www.metodista.br/ppc/multiplas-leituras/multiplas-leituras-02/pedagogias-de-paulo-freire/>, acessado na Internet em 09/03/2009.

RANGEL, Mary. A Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso como Opções Metodológicas na Pesquisa de Representação Social. **Cadernos de Educação**. Publicação Semestral. Pelotas: FAE/UFPEL, jul.-dez. 1998.

REILY, D. A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo, Aste, 1993

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981

ROSA, ALBERTO. **Trabalhos apresentados em Lojas Maçônicas**. Datas diversas. Pelotas/RS.

SALIS, Eurico J. **História de Bagé**. Porto Alegre: Globo, 1955.

SANTIAGO, Marcos. **A Maçonaria, história e atualidade**. Londrina: A Trolha. 1992

SHEPARD, Massey. **Adoração e Vida**. Editora da Igreja Episcopal, 1957.

SILVA, Juremir Machado da. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, N. Durval. **A Igreja Militante**. Tipografia Rotermund & Co., São Leopoldo, 1951.

SIMONI, Angelita Passos. **Maçonaria e Educação em Pinheiro Machado**. Monografia. Pelotas: UCPel, 2002.

SOMBART, citado como epígrafe por HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STEPHANOU, Maria. **Narrativas e História Oral**. Pelotas, UFPel, 11 dez. 2003. Palestra.

TABORDA, Tarcísio. **Bagé de Sempre**. Bagé: FAT, 1981.

TAMBARA, Elomar. **A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1991

_____. **Estado, Igreja e Educação: Urbi et Orbe**. GT História da Educação, ANPED, 2004 – http://www.anped_2004.htm acessado em 11 de setembro de 2008.

_____. Problemas Teórico-Methodológicos da História da Educação. In: SAVIANI, Demeval; COMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs.) **História e História da Educação: o Debate Teórico-Methodológico Atual**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2000.

TAPIA, José Eliachim. **Escola americana de Lages 1931-194**. Disponível em www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/JOSÉ%20ELIACHIM%20BARRROS%20TAPIA.pdf – Acessado em 13.07.2008.

_____. **XXIII Simpósio da ANPUH**. Disponível em www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/JOSÉ%20ELIACHIM%20BARRROS%20TAPIA.pdf – acessado em 13/11/2007.

TEMPLARIO. **Periódico Maçônico** de circulação reservada. Abril de 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. [s.l.], Paz e Terra, [s.d.].

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. São Paulo, ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

VIEIRA, César Romero Amaral. **Política e educação na primeira República: influências, utopias e ideologias liberais norte americanas na Reforma da Instrução Pública Paulista de 1890**. Anais do III Simpósio de Dissertações e Teses. Piracicaba: PPGE/UNIMEP, p. 37-41, 2003.

VIEIRA, David G. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo/SP: Editora Ibrasa Ltda., 1999.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução:

José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2004.

_____ ***Economia y sociedad***. México: Fondo de Cultura, 1984.

_____ ***Rejeições religiosas do mundo e suas direções***. In: GERTH, Hans. MILLS, Wrih. (Orgs.) ***Ensaio de Sociologia***. Rio de Janeiro, Zaher, 1979.

ZERO HORA. Jornal de Porto Alegre/RS. Datas diversas.

ZANOTELLI, Jandir João. ***Ontologia do Diálogo***. Pelotas: EDUCAT, 1996.

ZANOTELLI, Jandir João. DALLA VECCHIA, Agostinho. ZANOTELLI, Ruth Ávila. ***Rio Grande do Sul: Arquétipos Culturais e Desenvolvimento Social***. Pelotas: EDUCAT, 2000.

OBSERVAÇÃO:

- Os Anexos encontram-se em CD apensado a este trabalho.
- Os Documentos da Igreja Episcopal Anglicana aqui utilizados encontram-se no *Escritório Diocesano* da **Diocese Anglicana de Pelotas**, situado na Rua Gonçalves Chaves, nº 665, Pelotas/RS. Outros, são de Arquivos das Paróquias mencionadas e outros ainda de acervos particulares.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS:

- 1 Elevação ao Presbiterado: Rev. Guedes rodeado de Revs. Maçons. Bagé./RS
- 2 Parte do Manuscrito apresentado pelo Rev. Guedes sobre História dá Loja Sigilo
- 3 Cont. do Manuscrito sobre o mesmo tema.
- 4 Parte final do Manuscrito já referido.
- 5 Trabalho apresentado sobre História da Maçonaria em Bagé – Rev. Guedes
- 6 Trabalho apresentado sobre a História da Igreja Anglicana – Rev. Guedes
- 7 Cont. Trabalho apresentado sobre a História da Igreja Anglicana – Rev. Guedes
- 8 Cont. Trabalho apresentado sobre a História da Igreja Anglicana – Rev. Guedes
- 9 Cont. Trabalho apresentado sobre a História da Igreja Anglicana – Rev. Guedes
- 10 Cont. Trabalho apresentado sobre a História da Igreja Anglicana – Rev. Guedes
- 11 Cont. Trabalho apresentado sobre a História da Igreja Anglicana – Rev. Guedes
- 12 Capa do Livro escrito pelo Rev. Guedes onde há várias menções à Maçonaria
- 13 Início do cap 12 do referido livro – p.51
- 14 Cap 12 do referido livro – p.52
- 15 Cap 12 do referido livro – p.53
- 16 Cap 12 do referido livro – p.54 e 55
- 17 José Gomes Filho – centenário de nascimento
- 18 Quadro com nomes dos fundadores da Grande Loja do Rio Grande do Sul – 1940
- 19 Paróquia do Crucificado Bagé com culto festivo para 700 crianças: das Escolas Paroquiais e Dominicais. Há vários Maçons na foto.
- 20 Alunos da Cidade dos Meninos de Bagé – 1950
- 21 Foto comemorando os 5 anos de Fundação da Cidade dos Meninos de Bagé 1951
- 22 Alunos da Granja Escola Amaury Beck (doação do terreno por este maçom)
- 23 Capa do Relatório de Despedida do Rev. Guedes sobre a Cidade dos Meninos de Bagé por ocasião de sua aposentadoria compulsória, que contou com a presença de grande nº de maçons, autoridades e pessoas da comunidade e da Igreja.
- 24 Pág 1 do Relatório que todos os presentes receberam e foram acompanhando a leitura e as obras mencionadas numa caminhada de carinhosa despedida
- 25 Pág 2 do Relatório
- 26 Pág 3 do Relatório
- 27 Pág 4 do Relatório – Final
- 28 Rev. Guedes como Secretário Municipal de Educação em Aceguá (então Distrito do Município de Bagé na fronteira com o Uruguai)
- 29 Três fotos de momentos diferentes da U.M.E. (União da Mocidade Episcopal) em desfile e solenidade da Semana da Pátria. Quem coordenava junto com o Rev. Guedes e era o responsável pela U.M.E.: Tem. Efreu Quintana (maçom)
- 30 Orquestra e Coral Anglicano sob a Regência do Maestro Gottinari, continuando assim a pregação do Evangelho por meio da Música e desta forma, conseguindo tirar os menores

da rua...

- 31 Vitrais com símbolos Maçônicos na Igreja do Salvador, Rio Grande/RS
- 32 Matriz do Crucificado em Bagé com símbolos Maçônicos
- 33 Recorte de jornal de Bagé onde é relatada a criação do Ginásio Municipal pela Maçonaria, sob a liderança do Dr. Carlos Kluwe (maçom) - gratuito
- 34 Curso noturno para moças e rapazes na ACM (Assoc. Cristã de Moços) Porto Alegre/RS/RS
- 35 Foto do Bispo Dom Jubal e menção à palestra que este realizou na maçonaria.
- 36 Trabalho de Dom Jubal apresentado na Maçonaria – p. 1
- 37 Cont. p. 2 Trabalho de Dom Jubal apresentado na Maçonaria
- 38 Cont. p. 3 Trabalho de Dom Jubal apresentado na Maçonaria
- 39 Cont. p. 4 Trabalho de Dom Jubal apresentado na Maçonaria
- 40 Jornal de Bagé comemorando os 115 anos da Loja Amizade
- 41 Efreu Quintana com os Paramentos Maçônicos do Grau 33 – o mais alto Grau da maçonaria.
- 42 Outra foto de Efreu Quintana com os Paramentos Maçônicos
- 43 Jornal apresentando Efreu como o maçom mais antigo em atividade em Bagé) e ainda continua (2010), tanto na Maçonaria como na Igreja Episcopal Anglicana.
- 44 Efreu e Edegar (seu filho) entregando um ao outro Comenda Maçônica.
- 45 Efreu como Venerável realizando o casamento maçônico de Edegar e Ana Maria
- 46 Edegar Quintana como Deputado do Grão Mestre e ocupando também alto Cargo na Igreja Anglicana
- 47 Efreu, Edegar (e sua esposa) integrando o Supremo Conselho do Rio Grande do Sul
- 48 Edegar em um Congresso maçônico (2007) e sempre atuando na Igreja Anglicana
- 49 Parte inicial de Trabalho apresentado por Edegar Quintana – p 1
- 50 Cont. p 2 de Trabalho apresentado por Edegar Quintana
- 51 Conclusão p 3 de Trabalho apresentado por Edegar Quintana
- 52 Medalha de Ouro outorgada pela Maçonaria à aluna Alayde Lagos por ter tirado o 1º lugar em notas e pelo seu desempenho exemplar
- 53 Ciclo de Palestras Maçônicas, onde aparece o Bispo Arthur Rodolpho Kratz (já falecido) e o Dr. Gilberto Mussi, membro atuante da Igreja Anglicana em Jaguarão
- 54 Parte de Palestra realizada pelo Bispo Athalício Pithan (sem data)
- 55 Capa do Resumo da Fundação da Soberana Loja Simbólica do Rio Grande do Sul – 1940, Pelotas/RS
- 56 Solenidade maçônica onde estão presentes o Rev. Renato Raatz (hoje Bispo da Diocese Anglicana de Pelotas – não é maçom) e o Rev. Aires Paiva (sendo também Grau 33 – o mais alto grau da Maçonaria) com os Paramentos Maçônicos
- 57 Cel. Alberto Rosa, Primeiro Guardião da Catedral do Redentor e grande liderança Anglicana, como Orador em sua Loja, sendo também Grau 33 na Maçonaria.
- 58 Cel. Alberto Rosa discursando na Semana Farroupilha junto ao Monumento dos Maçons

- 59 Sessão Maçônica reunindo fraternalmente homens das mais diversas religiões como Irmãos
- 60 Parte de comentário durante a entrevista realizada com o maçom U.B. em Bagé
- 61 Dr. Claudiomar Barcellos, grande liderança Maçônica em Pelotas e fundador nesta cidade da Ordem De Molay e das Filhas de Jó
- 62 Ordem das Filhas de Jó em Pelotas (2008)
- 63 Parte do Jornal produzido pelas Filhas de Jó em Pelotas
- 64 Sra. Louice Rocha explicando a Ordem das Filhas de Jó
- 65 Cont. Sra. Louice Rocha explicando a Ordem das Filhas de Jó
- 66 Final Sra. Louice Rocha explicando a Ordem das Filhas de Jó
- 67 Capa da Apostila da Ordem de Molay de Pelotas cujo Orientador é o Sr. Edegaro Milano
- 68 As virtudes que são necessárias para possuir e aprimorar um jovem De Molay
- 69 Explicação do significado do Brasão da Ordem De Molay em Pelotas
- 70 Rev. Gudes em Sessão Maçônica na década de 1950
- 71 Rev. Guedes na Formatura de um Curso de Datilografia gratuito
- 72 Rev. Guedes discursando em cerimônia alusiva à Semana da Pátria (déc.1940)
- 73 Time de futebol da Cidade dos Meninos de Bagé (década de 1960) com sua Rainha e sua Madrinha
- 74 Maçons presentes na Inauguração da Cidade dos Meninos de Bagé em 20 de outubro de 1946
- 75 Capa do Livro escrito pelo Rev. Dr. Virgínio Pereira sobre a Maçonaria Interior da Matriz do Crucificado, segundo maçom que me acompanhava, com vários símbolos maçônicos.
- 77 Relatório da Cidade dos Meninos de Bagé -1951
- 78 Alunos do Instituto São João Batista (Anglicano) em Pinheiro Machado/RS 1956
- 79 Formatura dos alunos de um dos Cursos do Instituto São João Evangelista – 1958
- 80 Texto publicado no Estandarte Cristão escrito sobre a Educação Cristã e a Bíblia
- 81 Final do mesmo artigo
- 82 Fachada da Matriz do Crucificado – Bagé onde se podem ver vários símbolos maçônicos
- 83 Coral e Orquestra Anglicana da Catedral do Redentor, continuando um trabalho que iniciou com a Fundação do Colégio Santa Margarida / Pelotas/ RS
- 84 Rev. Guedes e Rev. Helondino: amigos e duplamente Irmãos...
- 85 Rev. Helondino em Jaguarão apresentando as Oficinas gratuitas que funcionavam no Salão Paroquial
- 86 Rev. Helondino em Sessão Maçônica
- 87 Ordenação do Rev. Helondino em Bagé – acompanhado por maçons
- 88 Outra foto da Ordenação do Rev Helondino com a presença de maçons
- 89 Três aspectos da Cidade dos Meninos de Jaguarão fundada pelo Rev. Helondino com o apoio da maçonaria

- 90 Rev. Helondino em Sessão maçônica na cidade de Piratini/RS
- 91 Concílio da Igreja em Bagé onde a maioria dos Reverendos são maçons
- 92 Poesia MOLEQUE que foi enviada ao Rev. Helondino por sua preocupação com os menores carentes
- 93 Poesia (letra e música) composta pelo Maestro Gottinari e seu trabalho com as crianças de rua
- 94 Uniforme de Ginástica das moças do Colégio Santa Margarida na década de 1930
- 95 Os meninos músicos com sua “madrinha” Sra. Pianista Joaquina Porto
- 96 Os meninos músicos com sua madrinha e o Maestro Gottinari
- 97 Bispo Athalício Pithan
- 98 Dois aspectos da Catedral do Redentor (carinhosamente chamada de Igreja Cabeluda)
- 99 Templo de uma das Capelarias Inglesas
- 100 Templo de uma das Capelarias Inglesas
- 101 Vitral da Igreja do Salvador em Rio Grande onde aparece homenagem ao Bispo Pithan e conforme o maçom que me acompanhava, com vários símbolos maçônicos
- 102 Meninos Músicos com Maestro recebendo “doações anônimas”...
- 103 Anel Maçom que pertenceu ao Bispo Athalício Pithan
- 104 Paramentos Maçônicos do Rev. Guedes no Museu da Loja Sigilo nº 14 após o falecimento deste
- 105 Os Meninos Músicos que se auto-denominam “os violinistas da favela...”
- 106 Festa no Colégio São João Evangelista – 1951 – Pinheiro Machado/RS
- 107 Professores e alunos do Colégio São João Evangelista em Pinheiro Machado 1951
- 108 Festa de Casamento de Dinah Lagos com Murat Neves, ambos Espíritas Kardecistas e de famílias Espíritas tradicionais, após o casamento Religioso celebrado pelo Rev. Severo que, inclusive, aparece visível bem à esquerda da foto
- 109 Curso de Teologia Elementar desenvolvido em Bagé na década de 1950
- 110 Diferença entre o uniforme de ginástica das alunas do Santa Margarida na década de 1930 para o das alunas do Colégio São José (católico) em 1950
- 111 Casa de Convivência Re. Severo – Hoje (2010) coordenado pelo trabalho voluntário da Profª Loide Montezano
- 112 Primeiro Templo Anglicano construído no Brasil com características de “Igreja” após a Promulgação da Constituição Republicana
- 113 Lista dos Arcebispos de Cantuária, desde Santo Agostinho de Cantuária até a atualidade (2010) ratificando a Sucessão Apostólica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
- 114 Tabela de Fundação das Escolas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no RS



Anexo 1 - Elevação ao Presbiterado do Reverendo Antonio Guedes (Bagé) rodeado pelo Bispo Pithan, maçom, pelo Bispo Americano William Thomas (maçom) pelo Rev Prado (maçom) por Moysés Chaplin da Silva (maçon). Bagé.

REVDO. ANTONIO GUEDES
Arceiago de Bagé
R. Waldomiro Domingues, 366 - São João
F. 42-1181 / 42-4527 - Cx. Post. 38 - CEP 96400-970
Bagé - RS

preço: 42 contos e reis. Demolido
o velho Templo, as sessões passaram
a ser feitas no Salão Paroquial do Cru-
cificado. A 15 de Maio de 1932 ma-
nifesta-se o novo Templo. Presidou a
Cerimônia o Sob. Gr. Mest. da Irmao:
Gr. Rep. do R. Sul - Dr. Manoel Serafim
Jornal de Freitas. Logo depois haveria
eleições para as novas Luças. O Dr. Pittman
foi indicado para re-eleição, mesmo por

Anexo 2 - Parte do Manuscrito apresentado em Loja sobre a História da Loja
Sigilo nº 14 Bagé Reverendo Guedes Mestre Instalado

O Sr. Sigilo terá um - se em Marcos
Segundo o velho príncipe Marcos
fez muito, em tarde. "Como a violeta
cuja perfume se sente, porém, a flor está
escondida na ~~folha~~ folhagem" - assim
agimos.

- a) Apoio à Santa Casa - Igreja de ^{Josef Jous Filho} e
- b) Apoio à Casa de Saude de ^{Josef Jous Filho} Dr. Maria Group
- c) Criação do Orfanato Bellart (Pedro Kli-
no - o velho)
- d) SBAN - dices Loucas - Mansur - Souza
- e) SABER - Pituaçu, José ^{Fil} Jous, Noel - Klume
- f) Legião da Cruz - Igreja do Crucifixo de
João, José Jous Fo, Florianópolis, fueds
Cidade Munião, Lar São Paulo, Acergue
Ana Silveira, Lar Sto. Estevão, Escola
José Jous Filho
- g) Ginásio Municipal - Carlos Klume, Hermy,
Barreto, fueds
- h) Faculdade de Direito, Faculdade de
Ciências Econômicas - Autuon.
- i) Orquestra Banda Municipal - Autuon, Jardim
- j) Orquestra Filarmônica - Autuon

2) Senac - com a Loja Amizade (Chada N.S. Carum
35 Junho - ferria)
A Loja Sigilo tem um passado
que precisa ser lembrado e um
presente que deve ~~se~~ caracterizar
por atuações seguras, na Comuni-
dade pelo trabalho de toda uma de
Deus Meus: do Quadro:

Anexo 4 - Parte Final de Trabalho apresentado em Loja sobre a História da Loja
Sigilo nº 14 em Bagé pelo Reverendo Guedes Mestre Instalado.

02/abril/1996

BREVE HISTÓRIA DA MAÇONARIA EM BAGÉ

III. OUTRAS LOJAS:

1) A 10 de novembro de 1932 foi fundada a "Loj. Maç. Sigilo", pelo Revdo. Dr. Atalício Pithan, Pedro Obino, José Gomes Filho, Alcebiades Gontan, Floriano Bitencourt, Major Câmara, e outros. Inicialmente suas reuniões eram no Salão Paroquial da Igreja do Crucificado. Dali partiram para um prédio alugado e adaptado na Rua Barão do Triunfo e, finalmente, tendo como grande artífice construtor Goar Odyxe Duarte, foi definitivamente instalada, em Templo próprio, na Rua Gen. Osório. O terreno, aos fundos do Colégio Estadual e que pertencia à Prefeitura, foi doado pelo Prefeito Dr. Carlos Antônio Kluwe, também nosso Irmão.

2) A "Loj. Estrela dos Magos" foi fundada em 27 de dezembro de 1948; foi originária da Loj Sigilo, motivada pelo crescimento do Quadro e por divergências de interpretação filosófica, sem contudo criar antagonismos entre os Irmãos. Construíram o seu Templo e ajudaram a alfabetizar através do Grupo Escolar Mestre Porto.

3) A "Loj. Adonai" é a mais nova de todas e foi fundada em 1961; seu Templo está na Rua 18 de Maio, edificado em terreno doado pelo saudoso Irmão Isac Teitelroit.

Ainda há muito que se possa dizer sobre a Maçonaria bageense; quem sabe, um dia voltaremos a falar no assunto, se nos permitir o Gr. Arq. do Univ.;

02/abril/1996 EV.;

Revdo. Antônio Guedes M. M.
Ei.

Anexo 5 - Trabalho apresentado em Loja sobre a História da Maçonaria em Bagé (foi solicitado que o trabalho não fosse publicado integralmente).

I - Preâmbulo

Pediu-me o nosso Ven;. Mest.:, meu amigo e dedicado médico, que vos falasse sobre a **Religião Anglicana**.

Considerando a necessidade de uma introdução ao assunto, permiti que vos faça um breve resumo do que consideramos **Religião e Denominações religiosas**. Aliás, se faz muita confusão nesse campo.

Religião vem do latim *Religare*, isto é, reunir o homem à divindade.

Denominações Religiosas são conjuntos de teologias, filosofias diretivas e práticas que os homens vão criando dentro da religião, conforme tempo, usos e costumes e às vezes, interesses ou predileções temporais.

Giovani Del Piccolo, príncipe italiano, assim definia: "Philosophia veritatem quaerit, Theologia invenit, Religio possidet" - ou seja: "A Filosofia procura a verdade, a teologia a encontra, a religião a possui".

Diante disso estabeleçamos por que a Maçonaria se abstém de questões religiosas (denominações), pois estas podem dividir e desunir os irmãos quando extremados em contradições.

E sublime instituição maçônica, porém, não é contra a Religião, pois cremos em um Supremo Arquiteto do Universo, a quem respeitamos, nos submetemos e a quem juramos cumprir os sagrados preceitos que nos instruem e nos religam ao nosso criador.

Baseado no Livro da Lei - a Bíblia - nele embasamos toda a nossa doutrina, desde o primeiro ao trigésimo terceiro grau.

Isto posto, passemos à análise do assunto

II - Religiões

Há cinco grandes religiões que chamaremos de universais. Delas dependem as várias denominações religiosas que existiram, existem ou existirão.

- 1- Hinduísmo ou Bramanismo;
- 2- Budismo
- 3- Judaísmo
- 4- Cristianismo
- 5- Islamismo

Hinduísmo - podemos considerar a mais antiga religião deísta. Embora o seu Deus tenha três atributos - pessoas - entretanto é um só: *Brama - criou tudo o que existe; Vischim - o conservador; Siva - o destruidor.*

O Hinduísmo é um sincretismo da religião védica, trazida para a Índia há mais de 3000 anos por povos cuja origem é

incerta. Os Vedas são os livros sagrados, sendo o Big Veda o mais sagrado - de uso exclusivo dos sacerdotes.

O Hinduísmo ensina que existem muitos deuses. mas só há um grande Deus - BRAMA - e suas encarnações - Vischim e Siva, que formam a Trindade Hindu ou Tríade.

Brama existiu por si só e dele vieram todas as coisas. Ele criou as águas e depositou nelas um germe, este se tornou ovo e deste proveio tudo mais. Este ensinamento nos vem do Grande Manu, autor dos Vedas, legislador supremo, chamado Shet, filho natural do primeiro homem e da primeira mulher.

O Hinduísmo acredita na re-incarnação; a alma pode passar para um ser superior ou inferior, conforme sua atuação terrena, tendo que passar por muitas encarnações até alcançar o **Moksha**, ou seja, a perfeição.

Viver e sofrer até alcançar a paz - o **Nirvana**. É uma religião de divisões ou Castas; os sacerdotes védicos ou brâmaneses; os guerreiros ou Xátrias; os comerciantes e agricultores ou Vaisyas e os Sudros e os Pádrias.

O Hinduísmo é professado na Índia e regiões hisdustânicas, e adotado por 500 milhões de pessoas.

Budismo - Deve ter começado no século V ou IV a.C., fundado pelo **príncipe Sidarta** - o iluminado, também chamado **Saquia Muni** - o sábio. Famoso pelo seu amor às criaturas e por sua santidade de vida foi chamado **Buda** - o sábio

O Budismo não fala em Deus, na criação, no céu, não existe princípio, nem fim. Existe o **Karma** - total conseqüência ética dos entes individuais e estabelece o destino de cada um na vida futura. Nas re-incarnações os bons se aperfeiçoam até chegar ao Nirvana; os maus são re-incarnados nos animais inferiores até o aniquilamento. Sempre haverá oportunidade de aperfeiçoamento. Há quatro verdades nobres:

- 1) A vida humana é angústia e sofrimento;
- 2) O sofrimento é causado pelo desejo de cousas que não podem satisfazer o espírito;
- 3) O sofrimento pode findar e o homem tornar-se livre pela renúncia a estes desejos que tem raízes na ignorância;
- 4) O homem pode libertar-se seguindo a **Senda das oito**

trilhas: Opiniões exatas; aspirações boas; palavras verdadeiras; procedimento; modo de viver correto; esforços; pensamentos sérios e contemplação virtuosa.

Existem 400 milhões de budistas na Ásia e o mesmo se espalha no ocidente.

Atualmente há várias divisões do Budismo. No Japão, o zen-budismo que se tornou materialista; e no Tibet o Budismo Tibetano, que é uma religião política cujo chefe é Dalai-Lama, escolhido pelos sacerdotes.

Anexo 7 – continuação de palestra apresentado pelo Rev. Antonio Guedes na Loja Maçônica Adonai, em Bagé/RS, em 1998, sobre Religião Anglicana.

Judaísmo - Religião verdadeiramente monoteísta, Jeová ou Jahvé ou também Elohy ou Elohin - é um Deus supremo criador de todas as coisas, justo juiz capaz de julgar, condenar ou absolver - seu livro sagrado é o **Torah** que começa com a criação do mundo. Seus grandes vultos são Abraão, Isaque e Jacó - considerados os patriarcas que deram origem à nação.

Deduzimos que a doutrina judaica nos dá uma idéia de um Deus - Espírito, que cria o homem e lhe dá o fôlego da vida - a alma, colocando-o no centro do universo para dele cuidar. Dá um valor especial à Ética e à família como membros de uma comunidade que procede de Deus. Na idade média surgiram, após, a Diáspora (dispersão), o Tahmud e a Kabala, que tratam da moral e da renovação até que venha o messias. Não aceitaram Cristo e foram dispersos, perdendo a pátria, porém, não a identidade preservada pelos Rabinos e pelas sinagogas. Até hoje são monoteístas e nos legaram o Antigo Testamento ou a primeira parte da Bíblia. Estão no ano 5753 que conta o ano 1 como o da fundação do mundo. Tem um símbolo sagrado - o Memorah - candelabro de sete velas que consideram a árvore da vida que da terra conduz ao céu. Desde 1948 voltaram a ter a sua histórica pátria - o Estado de Israel, criado pela ONU - sob a presidência de um brasileiro de origem judaica - Oswaldo Aranha.

O judaísmo foi muito perseguido, especialmente por que, disciplinados, embora sem pátria - o que aspiravam, tornaram-se fortes pela religião, pela inteligência e pela organização e tino comerciais adquirindo grandes fortunas.

Seu grande líder - Moisés - recebeu de Deus, no Sinai, os **Dez Mandamentos** - a lei perfeita.

Cristianismo - Tem as suas raízes no Judaísmo, donde recebe a Lei e os profetas, ou seja, o Antigo Testamento. É a única religião realmente monoteísta, pois tem de Deus a nova revelação, isto é, Cristo que incarnou - mistério supremo - pelo poder do Espírito Santo. Deus é um Deus justo, mas é um Deus de amor, ao contrário da interpretação judaica de um Deus juiz que só se aplicam sacrifícios. E a Trindade cristã é diferente da tríade bramânica - pois Deus é o pai - Criador - Onipotente, onipresente, consciente e que envia ao mundo seu filho, isto é, a si mesmo para salvá-lo e condená-lo e pelo poder do Espírito Santo, ficou no mundo para ajudá-lo a transformar-se. São três pessoas mas um único Deus, não se contradizem, se completam. Jesus é humano divino para salvar o homem e mostrar-lhe o caminho da redenção. Oferece-lhe a oportunidade para seu crescimento espiritual e, um dia, haverá um novo céu e uma nova terra onde reinarão o amor, a justiça e a paz e todos serão felizes. Cristo oferece-se em sacrifício pelo gênero humano, para preparar-lhe o caminho da Cruz. Há um bilhão e 100 milhões de Cristãos no mundo.

Anexo 8 - continuação de palestra apresentado pelo Rev. Antonio Guedes na Loja Maçônica Adonai, em Bagé/RS, em 1998, sobre Religião Anglicana.

Islamismo - É a mais nova das grandes religiões. Surgiu no século VII, fundada por Maomé, que teve uma revelação de Alá (Deus) e dele recebeu o Corão - Alcorão. Alá é o criador do mundo e é um Deus juiz que condena. Tem uma mensagem religiosa, porém estabelece os direitos civis, como lei que deve ser cumprida a risca e impõe castigos terríveis a quem desobedece. Dizia ter recebido o Corão do arcanjo Gabriel, que lhe determinou que este livro seria a sua Lei. Difundiu-se entre os árabes a quem promete um céu de delícias e um castigo de anulação e aniquilamento tornando a alma mortal. Tornou-se uma religião de reivindicações políticas e hoje domina, pelas suas divisões: Sunitas - de paz; Xihitas - de vingança. O mundo árabe deve ter cerca de 300 milhões de seguidores.

O lado místico do Islamismo, baseia-se em cinco princípios: **Testemunho, Cinco orações diárias, jejum - Ramadã - 8º mês do ano, doação aos pobres e peregrinação à Meca.**

III - **Resumo:**

Procurando sintetizar o que foi dito, poderíamos afirmar o que segue:

- O Hinduísmo, baseado no Miahabarata, é religião do Milihismo.

- O Budismo é religião negativa, seus preceitos são o **Não** - não faças, não penses, não digas.

- O Judaísmo negando a existência de Jesus Cristo ainda espera o Messias e se tornou uma religião política.

- O Islamismo é a religião da vingança, do ódio às demais religiões, da supremacia pela força.

- O Cristianismo é a religião do amor, do perdão, do entendimento dando, assim o ensina o Novo Testamento, a lição positiva: **faze isto e viverás; ama a teu próximo; faze aos outros o que queres que façam para ti; ama, perdoa, ajuda.**

IV - **Anglicanismo**

A religião cristã, adotada hoje por mais de um bilhão e meio de pessoas nos seus 2000 anos de existência, espalhou-se pelo mundo todo. Sua história é rica de experiências e sua doutrina, baseada na Bíblia e, especialmente, no Novo Testamento, dá aos crentes o direito de escolha. Por isso, no decorrer dos séculos surgiram doutrinas várias, embora iguais na essência, que forma assimiladas pelos homens, conforme as raças ou lugares onde viviam. O Anglicanismo tem uma história que merece ser contada.

a) *Pré-história* - Diz a tradição que São João sagrou bispo São Policarpo e este sagrou bispo a Santo Irineu.

Santo Irineu viajou para a Gália onde pregou e atravessando-a foi até a Bretanha, de onde viajou a Grã-

Anexo 9 – continuação de palestra apresentado pelo Rev. Antonio Guedes na Loja Maçônica Adonai, em Bagé/RS, em 1998, sobre Religião Anglicana.

Bretanha (Inglaterra) onde fundou uma Igreja Cristã entre os cultos habitantes do sul.

Há outra tradição que diz que José de Arimatéia viajou pelo mediterrâneo, atravessou o Estreito de Gibraltar e pelo Mar do Norte, aportou no norte da Escócia, onde pregou e construiu uma igreja, a Abadia de Glastonbury, cujos restos ainda se encontram até hoje e lá teria ficado o Santo Graal - vaso de esmeralda onde fora coletado o sangue que verteu do peito de Jesus, ao ser lanceado na cruz.

Sabe-se, e isto é histórico, que no concílio de Arles, sul da França, no ano 315, compareceram três bispos anglicanos: Eborius, Adelphius e Restitutos, um presbítero e um diácono, o que prova a existência de uma igreja cristã na Inglaterra.

A história conta o seguinte:

No mercado de escravos, em Roma, pelo ano 610, estavam para ser vendidos alguns jovens anglos. O Papa Gregório VII, ao visitar o mercado, perguntou de onde vinham aquelas crianças loiras, claras, olhos azuis e o mercador disse em latim: "Anglei sunt" (São Anglos) e o Papa respondeu "Non angli, angeli sunt" (não são anglos, são anjos). E resolveu mandar um monge - Agostinho, com 40 companheiros para evangelizar a Bretanha. Agostinho - mais tarde Santo Agostinho de Cantuária - reuniu-se num lugar chamado Cantebury - Cantuária - e ali reuniu os representantes dos cristãos do sul e do norte e organizou a igreja da Inglaterra - Igreja Anglicana.

Quando, no século 11, os lordes ingleses escreveram e adotaram a "Magna Cartha", a primeira Constituição Inglesa, vigente até hoje, lá estava um artigo que dizia: **Quod Anglicana Ecclesia libera sit** - A Igreja Anglicana é livre.

Os laços entre a Igreja Anglicana e a Igreja Romana foram cordiais e de muito reconhecimento, porém nunca de submissão. O Arcebispo de Cantuária - Santo Agostinho foi o primeiro - sempre foi o primaz da Inglaterra, tratando e sendo tratado pelo Papa de igual para igual.

Entretanto, como era uma Igreja financeiramente rica, a Igreja Anglicana ajudou a sustentar o Papado, tendo contribuído, inclusive, para as Cruzadas, com dinheiro, soldados, armas, nobre e até um Rei - Ricardo Coração de Leão.

Quando o Papado começou a querer intervir em questões internas do Anglicanismo, os Bispos não aceitaram e começou aí uma controvérsia que viria à tona em 1517 e 1524, quando a Igreja romperia com Roma. Henrique VIII, querendo divorciar-se de sua terceira esposa - Catarina de Aragão - irmã do poderoso Rei da Espanha Felipe II, sustentáculo do Papa, não obtém do Papa a dissolução do casamento, embora tivesse obtido um divórcio anterior. Então, baseado na Magna Cartha e

com o apoio da maioria quase absoluta dos Bispos e do Clero, tornou a Igreja Anglicana independente de Roma. Surgiu daí o Anglicanismo.

A doutrina da Igreja Anglicana baseia-se em quatro pontos:

1) As escrituras do Velho e do Novo Testamento contêm todas as causas necessárias à salvação das almas;

2) O Episcopado histórico é a forma de governo da Igreja e mantêm-se as três ordens: Diáconos, Presbíteros e Bispos.

3) Os credos Apostólico e Niceno são a base da doutrina cristã.

4) A Igreja mantêm os dois sacramentos instituídos por Cristo: **O Santo Batismo e a Santa Comunhão**. Os outros ritos são sacramentos menores: Ordens, Confirmação (ou Crisma), Matrimônios, Confissão e Unção.

Como a Igreja possuía um patrimônio riquíssimo - o Rei ou Rabino seria o chefe temporal da Igreja Inglesa e o Arcebispo de Cantuária o Primaz de todos os Anglicanos, não um Papa, mas um bispo. "Premius inter pares" - Primeiro entre os iguais.

A doutrina Anglicana determina o casamento dos sacerdotes ou o celibato opcional - monges. Mantém também as ordens religiosas - monges e freiras.

As orações são codificadas em Livros de Oração Comum; o Batismo pode ser feito por aspersion ou imersão; a Comunhão é feita em ambas as espécies; o latim foi abolido; as Dioceses são autônomas, reunidas em províncias e estas em Igrejas Nacionais. Não há adoração aos Santos que são reconhecidos como tal por suas vidas. Mas não são intercessores nem mediadores. A Bem Aventurada Virgem Maria é reconhecida como Mãe de Jesus, cujo nascimento é o milagre da Incarnação.

O Anglicanismo espalhou-se no mundo inteiro - hoje são 130 milhões em 156 países e onde a Igreja mais cresce é na África.

No Brasil, há sete dioceses - com cerca de 200 paróquias e 130 mil membros comungantes. O nome da Comunhão Anglicana no Brasil é **Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**.

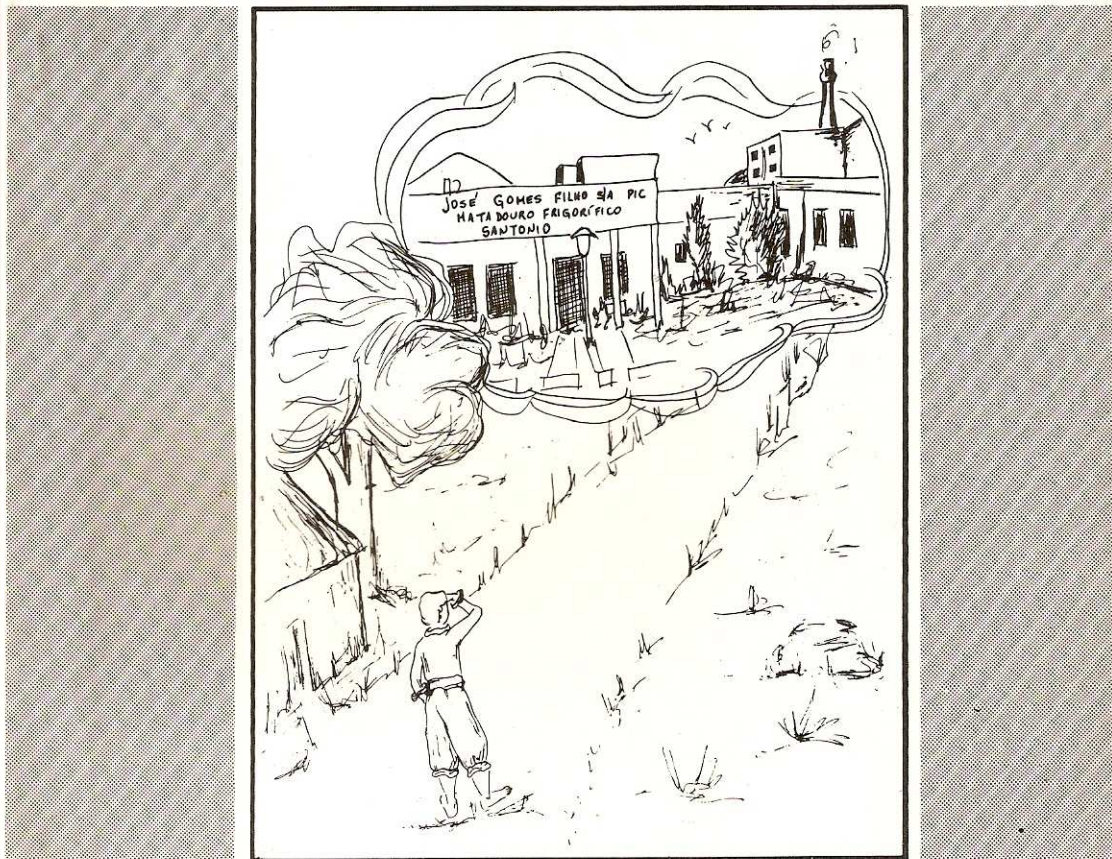
As paróquias de Bagé são parte da Diocese Sul Ocidental, com sede em Santa Maria.

A Igreja do Crucificado, em Bagé, tem 95 anos e foi fundada pelo Reverendo Antônio José Lopes Guimarães, em 13 de setembro de 1903.

PALESTRA PROFERIDA NA
LOJA ADONAI, em 1998,
pelo Rev. Antonio Guedes.

Anexo 11 – parte final de palestra apresentado pelo Rev. Antonio Guedes na Loja Maçônica Adonai, em Bagé/RS, em 1998, sobre Religião Anglicana.

Revdo. ANTONIO GUEDES



**José Gomes Filho: Sua Vida
Sua Obra**

Anexo 12 - Capa do Livro escrito pelo Reverendo Guedes sobre a vida e a atuação Maçônica de José Gomes Filho, por ocasião do Centenário de seu nascimento.

12 – Ação Social

José Gomes Filho, um homem que subiu da obscuridade ao poder, jamais, voluntariamente, deliberadamente, magoou ou prejudicou alguém. Pelo contrário, procurou sempre ajudar. Desde o início de sua carreira procurou ajudar, incentivá-lo, promover as pessoas. Já falamos em Ação Social, quando ainda ninguém falava nisso, que fez com os seus empregados, especialmente os da Fábrica de Sabão e Velas e do Armazem e depois, com todos os que o ajudaram a construir sua riqueza e poderio. Entretanto, sua ação benfazeja não ficou aí. Não há uma Obra Social em Bagé, da sua época, que não tenha tido a sua ajuda, seus conselhos e sua colaboração. E o mais importante é que, como Maçon que era, o fazia no anonimato. Não gostava de ver agradecimentos nos jornais, nem de receber homenagens por doações feitas. Dizia ele: “Dou, como manda Cristo, com a mão direita, sem que o saiba a esquerda”.

A Sociedade São Vicente de Paula, para a Vila Vicentina, dele recebeu vários terrenos e substancial auxílio em dinheiro.

Os Orfanatos São Benedito e Bidart receberam dele, sempre, valiosos auxílios e anualmente, lhes atribuiu quantias elevadas. Pedro Obino, fundador e administrador do Orfanato Bidart, contava-me que bastava telefonar para seu Pituca e logo o “Armazem” mandava sortimento para dois ou três meses e carne não faltava.

Embora não fosse homem de frequentar regularmente Igrejas, assistia Missas ou Cultos sempre que convidado. Na Igreja do Crucificado o vimos muitas vezes, principalmente quando visitava Bagé o Revmo. Bispo Dom Athalício Pithan, seu grande amigo e Irmão Maçon. Solicitado, porém, sempre ajudou às Igrejas, apenas exigindo que seu nome não fosse mencionado.

Ele era amigo do Monsenhor Constâncio Hypólito, mas sempre que se encontravam, José Gomes Filho provocava o Padre — “Como é, Monsenhor, é ou não verdade que foi iniciado na Loja Maçônica de Turim?” Naquele tempo um Padre Maçon era quase impossível, pois o Vaticano abominava a Maçonaria. Monsenhor, também meu velho e querido amigo, sorria, respondia negando de forma elegante, porém

usando de expressões que nós, maçons, entendíamos. Seu Pituca me dizia: “Vês, Reverendo, o Padre é inteligente e sempre me leva a melhor, mas eu ainda o pego”, e sorria também.

Um dia visitei Monsenhor e o achei aborrecido, aflito mesmo. Como tinha intimidade, indaguei o que havia. Ele me contou que precisava fazer reformas no telhado da Matriz e não tinha dinheiro. O que arrecadava mal dava para os seus pobres e ele os tinha em grande número. As reformas iam a mais de trinta contos! Era, realmente, muito dinheiro. Sai da Casa Paroquial e fui contar ao seu Pituca. Conversamos muito e ele me deu os trinta contos, com uma condição: eu retiraria o dinheiro do Banco e o levaria ao Monsenhor como dado pela Maçonaria. Assim foi feito e as reformas executadas.

Tempos depois, nos encontramos numa solenidade. Como de hábito nos reunimos e o seu Pituca perguntou o mesmo de sempre. Monsenhor, sorrindo, disse: “Agora posso dizer que não pertenço às Lojas Sigilo ou Amizade, mas que por “amizade” e em “sigilo” os maçons são meus irmãos, pois ajudaram, como “Pedreiros Livres”, a reformar as goteiras da minha matriz. “Peguei-o”, disse José Gomes Filho e nos abraçamos, comovidos, os três. Olavo Alves, perto de nós, comentou: “Que força estranha pode unir um Maçon (Pituca), um Padre Católico (Monsenhor) e um Pastor Protestante (eu)?” E nós respondemos em coro, como se estivéssemos combinados: “A Fraternidade!”

Repetimos, dizendo que: “Igrejas, Obras Sociais e de Benemerência receberam total apoio de José Gomes Filho, porém de todas elas a que Pituca tinha em mais carinho era a Cidade dos Meninos, tanto assim que podemos até dizer que, dentro da história da vida de José Gomes Filho está inserida a história da fundação e da vida da Cidade dos Meninos” – assim o menciona José Frederico Barros Gomes, seu filho.

José Gomes Filho e a Cidade dos Meninos

Em 1944 surgiu a idéia da Cidade dos Meninos – uma obra que amparasse os menores sem lar e sem rumo que perambulavam pelas ruas de Bagé. Eu sonhava com a Obra, porém quem me ajudaria a transformar o sonho em realidade?

Goar Odyxe Duarte, meu paroquiano e amigo, levou-me à presença de José Gomes Filho, a quem eu já conhecia desde minha chegada a Bagé, e com quem já mantinha laços de amizade e compreensão e que já me ajudara em outras ocasiões. Seu Pituca, como sempre, me recebeu com carinho, ouviu meu plano, aprovou-o, dizendo-me que “juntos faríamos a obra se tornar realidade”.

Começamos a planejar — às tardes eu ia ao seu escritório, onde em sua mesa de trabalho, móvel austero, me reservou uma gaveta para os planos da Cidade dos meninos. (Essa escrivãinha, José Frederico Barros Gomes doou à Cidade dos Meninos e está no Gabinete da Diretora da Escola José Gomes Filho).

Tudo pronto, escolhemos o provável lugar para a Obra — uma área próxima da cidade, com dois pavilhões construídos, onde fora uma Sociedade Hípica, de propriedade do Governo Municipal. Fomos à Prefeitura e o Prefeito nos prometeu a entrega dos prédios para a Instituição. Começamos a buscar informações sobre o tipo de obra, folhetos, regulamentos, horários, etc., — quando tudo estava pronto, fomos à busca do local. Com surpresa minha, o Prefeito, alegando pressões religiosas, entregara a propriedade para ali se instalar uma obra semelhante, da Igreja Católica Romana.

Desiludido, fui ao seu Pituca. Ele, me vendo transtornado, ficou apreensivo. Contei-lhe tudo num desabafo, e rematei: “seu Pituca, muito obrigado por tudo o que tem me feito e ajudado. Acho encerrada minha missão em Bagé e vou pedir, ao meu Bispo, me transfira para outra cidade onde eu possa ser útil ao próximo, pois aqui não me querem!”

Estávamos sentados, um em frente ao outro, de cada lado da mesa, como era hábito. José Gomes Filho levantou-se, pôs a mão em meu ombro e fitando-me nos olhos, com os seus marejados de lágrimas, me disse: “Reverendo, tu não irás embora: Bagé e todos nós precisamos de ti. Teu lugar é na Rainha da Fronteira, onde muitas coisas farás. Eu vou te ajudar. A Cidade dos Meninos será realidade, mesmo que juntos, tenhamos que cavar a própria terra!”

E começou ali a história da obra que, em 22 dias seria inaugurada a 20 de outubro de 1946, com 6 alunos internos e com o primeiro Pavilhão construído, a partir do que havia: uma pequena peça de alvenaria de 5 x 4 metros e que existe até hoje, como marco histórico.

Durante aqueles 22 dias, José Gomes Filho saía todas as tardes no seu Hudson, às vezes ele mesmo dirigindo e famos pedir donativos, conseguindo o necessário para as obras e a garantia da manutenção por um ano. Dona Querida nos esperava sempre, à tardinha, com um café, bolinhos e o mais importante, um sorriso amigo e palavras de coragem e estímulo.

José Gomes Filho, realmente, pode e deve ser considerado como o fundador da Cidade dos Meninos, a quem ele chamava “menina dos seus olhos”! Eu tive o sonho, ele e Dona Querida o tornaram realidade. Dali em diante nunca precisei lhe pedir — ele ia lá, via o que faltava, aconselhava, opinava, ajudava e conversava conosco e

com os funcionários e meninos. E assim foi enquanto viveu. E todos os anos, no aniversário da obra, ele mandava fazer um churrasco, Dona Querida levava o bolo e eles iam almoçar e passar parte do dia conosco.

Num aniversário, após o churrasco, certo político presente convidou-o para ir embora. Dona Querida me disse ao ouvido: "Duvido!" Seu Pituca disse ao político: "Olha, vá você, hoje Querida e eu pertencemos a estes meninos e ao Reverendo Guedes!"

Após sua morte, Dona Querida, enquanto teve saúde, manteve a tradição. O bolo era feito por ela, que fazia questão de cortar e dar aos melhores alunos do Internato. Enquanto vivo, não pudemos dar ao Grupo Escolar o nome do seu Pituca. Após sua morte, graças ao Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto, então Deputado, a Escola recebeu seu nome. Seus familiares doaram o prédio e a "Escola de 1.º Grau José Gomes Filho" tem sido uma bênção na vida de milhares de jovens, que ali tem aprendido a amar a Deus, à Pátria e a se tornar pessoas úteis à Comunidade, inspirados no exemplo de José Gomes Filho.

Bem-aventurados aqueles que semeiam a mãos cheias, os bens que Deus lhes deu, pois sua vida não terá sido em vão e sua memória, será como música suave e doce perfume exalando alegrias e espalhando felicidade.

José Gomes Filho e a Santa Casa

A outra obra a que José Gomes Filho dedicou muito de sua vida foi a Santa Casa de Caridade de Bagé, onde deixou indelevelmente marcada sua visão administrativa. Suas doações àquela Casa são impossíveis de calcular: dificilmente saber-se-ia o montante exato. Iniciada uma obra, o primeiro grande donativo era o seu, depois no decorrer da mesma, sua colaboração era permanente, sem ninguém saber donde vinha o dinheiro.

José Gomes Filho foi Provedor da Santa Casa, nos períodos de 25 de janeiro de 1936 a 10 de dezembro de 1941 e de 18 de janeiro de 1948 a 30 de dezembro de 1951. (Atas n.ºs.: 130, 133 e 156). Entretanto, efetivamente, cooperou até o fim de sua existência. Seu sócio e amigo Darcy Barcellos, Provedor também por muitos anos, dele recebeu apoio moral e material.

Na Santa Casa existe o "Asilo José e Auta Gomes" (em homenagem a seus pais) para velhos e velhas, construído e mantido por ele. Ele não ia um só dia ao Hospital que não fosse ao Asilo — cada velhinho e velhinha lhe merecia especial carinho, bem como de sua dedicada esposa, D. Querida passava ajudando, conversando, animando às velhinhas, que a adoravam.

Uma velhinha tinha um papagaio muito falante, chamado "Pa-

co". Quando seu Pituca chegava, ela perguntava: "Paco, quem taf?" O papagaio olhava, torcia o pescoço, coçava a asa e respondia: "É seu Pituca, é seu Pituca!" Isto suscitava ciúme em outra velhinha, que era dona de uma caturrita, barulhenta e gritona, que não dizia palavra. A velhinha insistia em ensiná-la, com a persistência das velhas e um dia conseguiu seu objetivo — quando Dona Querida chegou, a vozozinha triunfante exclamou: "Cocota, quem está aqui?" E a caturrita gritou: "A Querida!" — "Mal educada, diz: D. Querida", insistiu a velhinha — e a caturrita: "Querida, Querida, Querida!" Foi motivo de risos e de alegria e a ciumeira acabou.

Isto prova como os velhos sabiam agradecer a bondade do casal de quem sentimos tanta falta e saudade. Por iniciativa de Floriano Bittencourt, o largo fronteiro à Santa Casa recebeu o nome de José Gomes Filho, onde se encontra seu busto e, na esquina da Gomes Carneiro com Félix da Cunha, uma placa de bronze. Olhando o busto, sente-se na testa ampla e nas feições que o artista tão bem captou, a visão do homem, olhando para a cidade e para o futuro, como a dizer: "Creio nos destinos deste povo e na grandeza da Rainha da Fronteira!".



Centenário de José Gomes Filho

12 de setembro de 1889
12 de setembro de 1989

Anexo 17 - Capa do Cartão entregue aos presentes na solenidade do
centenário de José Gomes Filho.

QUADRO

dos fundadores da Sob.'. Gr.'. Loj.'.
Simb.'. do Rio Grande do Sul.

Alexandre Gastaud
Alipio Baptista de Oliveira
Antonio Telles da Silva
Attilio Pacheco Prates
Bento Maciel de Oliveira
Brenno Ferrando (Dr.)
Brenno Fischer (Dr.)
Camillo Gomes Pires
Claudionor Borges de Abreu
Cyriaco Lopes Couto
Egydio Souza (Dr.)
Eugenio Oberst
Eduardo Francisco dos Santos
Fernando Joaquim Lopes
Hormino Francisco Lopes
Hugo de Castro (Dr.)
Ignacio Duarte
Jayme Albert
Jeronymo Pires Missel (Tte. Cel.)
João José de Avila Brum
João Pedro Nunes
João Rodrigues de Obreu (Major)
George Souto Duarte (Dr.)
Manuel Daes Vieira
Manuel Serafim Gomes de Freitas (Dr.)
Manuel Tavares Ribeiro
Octavio Pires Coelho (Tte. Cel.)
Oswaldo Pinheiro
Rocco Felipe
Rubens de Freitas Weyne
Sylvino Joaquim Lopes

Anexo 18 - Onde consta o nome de Eugênio Oberst, que doou, em Bagé (onde foi residir depois) 1 hectare de terra a 4km do centro da cidade de Bagé, para que ali começasse o trabalho da Cidade dos Meninos de Bagé.(1946). Eugênio Oberst, maçom e simpatizante da Igreja Anglicana de Bagé, onde freqüentava, ocasionalmente, os Cultos.



A' querida mamãe, lembrança da
Concentração de 700 crianças das
12 missões paroquiais, no 41.º an-
iversário da Igreja do Crucificado.

Com beijos dos filhos
Alayde e Antônio

27/11/44

Anexo 19 - Concentração de 700 crianças das 12 Missões (Escolas Dominicais e Paroquiais) na velha Igreja do Crucificado - 1944. Maçons que auxiliavam neste trabalho: Goar Odyxe Duarte, Dória Rosa Borba, Efreu Hornes Quintana, Pedro Martins, Ney Ribeiro Flores, Dario Humberto Lagos, Pedro Balthazar e Paulo de Tarso Riccordi, e verso da fotografia, enviada pelo Rev. Guedes e esposa à genitora deste.



Anexo 20 - Fotos dos alunos internos da Cidade dos Meninos de Bagé com “tapa-pó” (uniforme escolar muito usado na época – 1950) com seu 1º Diretor. Orlando Poschi. A senhora que o acompanha na foto não foi identificada, provavelmente, uma professora.



Anexo 21 - Alunos da Cidade dos Meninos no 5º aniversário de sua criação. 1951. De costas, Orlando Poschi. À direita, perto da parede, um grupo de Maçons: Reverendo Guedes, José Gomes Filho, Goar Odyxe Duarte, Dr. Aducto Simões Pires (médico que atendia os meninos sem cobrar).



Anexo 22 - Alunos da Granja Escola Amaury Beck – com, ao fundo, à direita, atrás dos meninos, o diretor Noé Poschi, (filho do Sr. Orlando Poschi) membro da Igreja Anglicana. Com a Bíblia na Mão o Professor Primário da Classe Multiseriada, (não foi possível a identificação, mas que demonstra que junto ao ensino primário existia estudo bíblico e um momento devocional. (Também não foi possível identificar a data).

1946



1991

Aqui estamos na Cidade dos Meninos de Bagé, fundada em 1946, inspirada no lema: "Não há menino mau" - da Cidade dos Meninos de Omaha - Estados Unidos - fundada pelo Padre Francis Flanagan, a primeira Obra desse nome e nessa filosofia em todo o mundo.



Anexo 23 - Capa do Relatório sobre a Cidade dos Meninos de Bagé, escrita pelo Reverendo Guedes, por ocasião da sua Aposentadoria Compulsória, segundo os Cânones da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (e contra a vontade deste, mas como, na ocasião de sua Ordenação Sacerdotal jurou Obediência, ao Culto, Disciplina e Doutrina da Igreja Episcopal, teve de aceder).

Amigos — esta é a Cidade dos Meninos, ao completar 45 Anos de existência.

Os prédios que estais visitando, abrigam a Escola de 1º Grau completo José Gomes Filho — foram construídos pelos descendentes de José Gomes Filho em homenagem ao Patrono da Escola. Aqui funciona a Escola e a Pró Creche-Maternal e pré Escolar — embrião do Centro Infantil Dr. Aducto Simões Pires. Atendemos 192 alunos e 28 crianças.

Saindo da Escola na avenida Bispo Thomas, encontrareis um sobrado em construção: Pavilhão Bispo Krischke; graças ao apoio e bondade do Ministro Carlos Alberto Chiarelli (então Ministro da Educação e Cultura) que nos deu a subvenção de cinco milhões e quinhentos mil Cruzeiros e ao trabalho dos nossos meninos, está sendo concluído e ampliado, com mais 198 metros quadrados de construção: quatro salas, dois banheiros e área de deambulação. Esperamos inaugurá-lo ainda este ano,

Descendo, à esquerda, vereis um pavilhão onde estão, provisoriamente, a residência de um dos Monitores e família, o Cartório e o Gabinete Dentário; após as mudanças previstas, será ali o Centro Infantil.

Descendo, ainda, à direita, duas hortas: a primeira trabalhada por todos os alunos, a segunda trabalho dos Internos.

Na parte central, a direita o Pavilhão Visconde de Mauá, em reformas e ampliação, onde será a Cozinha, Despensa e Refeitório.

Atraz a antiga Lavanderia que, em segunda etapa, será reformada e re-instalada.

Ainda no Centro, a esquerda, em reformas, o Centro São Francisco de Assis, residência da econômica, do chefe da oficina gráfica e com tres amplas salas para técnicas.

Continuando encontrareis os banheiros e a seguir o Pavilhão Silveira Martins. No Térreo - a Gráfica, refeitório e Cozinha (estas duas salas, com a conclusão do refeitório, ficarão para estudo e recreação). No andar superior os Dormitórios do Internato — no momento 40 internos com possibilidade de abrigar mais 20 internos.

Atraz do Pavilhão há uma pequena construção de madeira para depósito.

Em frente ao Silveira Martins, se encontram o Pavilhão Rio Branco — Secretaria, almoxarifado e residência do Diretor Interno e o Pavilhão Revdo. Guimarães onde está instalado o Centro Cultural e o Memorial José Gomes Filho, a futura Biblioteca e, no térreo o Escritório e Administração da Cidade dos Meninos e da Legião da Cruz.

Havia, acima, a direita a antiga Capela que foi quase destruída por dois vendavais; resolvemos reformá-la e instalar ali a Oficina Mecânica e tornearia e serralheria. Oportunamente construiremos a Capela.

Atravessando o Riacho estão o Pavilhão Duque de Caxias e a Vila Belem.

No Pavilhão Caxias estão instaladas a Marcenaria e Carpintaria; a Vila Belem será residência do Monitor Chefe e família.

Contamos ainda com Olaria, Pedreira, Fábrica de Tijoletas; o Antigo Horto tem uma plantação de hortaliças em um hectare e meio; tem também uma construção com cerca de mil metros quadrados que deverá ser reformada e utilizada oportunamente

A propriedade toda mede 30 hectares, sendo disponíveis cerca de 14 hectares para ensino agro-pecuário.

Adatando-nos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciamos, o novo tipo de trabalho — o semi-internato que funciona das 8 às 17 horas e o Centro Infantil no mesmo horário — isto significa Instrução, Alimentação, Recreação, Lazer, Educação Física e esportes, iniciação e habilitação profissional

Mostramos e oferecemos o que temos e o que nos dispuzemos fazer.

Com ajuda de Deus, da Comunidade e das Autoridades, atingiremos nossos objetivos.

Finalizando agradecemos, mais uma vez, ao Ministro Carlos Alberto Chiarelli e ao Presidente da FAE Professor Edson Collares pelo apoio recebido já mencionado e pela subvenção social do MEC — sete milhões e quinhentos mil cruzeiros que está proporcionando o trabalho que vimos realizando neste último semestre.

Em frente ao Silveira Martins, se encontram o Pavilhão Rio Branco — Secretaria, almoxarifado e residência do Diretor Interno e o Pavilhão Revdo. Guimarães onde está instalado o Centro Cultural e o Memorial José Gomes Filho, a futura Biblioteca e, no térreo o Escritório e Administração da Cidade dos Meninos e da Legião da Cruz.

Havia, acima, a direita a antiga Capela que foi quase destruída por dois vendavais; resolvemos reformá-la e instalar ali a Oficina Mecânica e tornearia e serralheria. Oportunamente construiremos a Capela.

Atravessando o Riacho estão o Pavilhão Duque de Caxias e a Vila Belem.

No Pavilhão Caxias estão instaladas a Marcenaria e Carpintaria; a Vila Belem será residência do Monitor Chefe e família.

Contamos ainda com Olaria, Pedreira, Fábrica de Tijoletas; o Antigo Horto tem uma plantação de hortaliças em um hectare e meio; tem também uma construção com cerca de mil metros quadrados que deverá ser reformada e utilizada oportunamente

A propriedade toda mede 30 hectares, sendo disponíveis cerca de 14 hectares para ensino agro-pecuário.

Adatando-nos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciamos, o novo tipo de trabalho — o semi-internato que funciona das 8 às 17 horas e o Centro Infantil no mesmo horário — isto significa Instrução, Alimentação, Recreação, Lazer, Educação Física e esportes, iniciação e habilitação profissional

Mostramos e oferecemos o que temos e o que nos dispuzemos fazer.

Com ajuda de Deus, da Comunidade e das Autoridades, atingiremos nossos objetivos.

Finalizando agradecemos, mais uma vez, ao Ministro Carlos Alberto Chiarelli e ao Presidente da FAE Professor Edson Collares pelo apoio recebido já mencionado e pela subvenção social do MEC — sete milhões e quinhentos mil cruzeiros que está proporcionando o trabalho que vimos realizando neste último semestre.

Agradecemos aos bons amigos Dr. Helio Carvalho Teixeira e Dr. Everardo Magalhães de Castro, residentes no Rio de Janeiro, que nos tem ajudado com substanciais auxílios financeiros.

Não poderia esquecer José Gomes Filho — saudoso amigo, protetor e bem feitor, cujo nome ficará para sempre, ligado a esta Obra através da Escola José Gomes Filho e do memorial onde seu busto, lembrará aos pósteros, que é possível sair da obscuridade e atingir o poder. É um exemplo para todos os meninos e adolescentes que por aqui passarem. Continuadores de sua benemérita atuação, estão seus descendentes: Cecilia Gomes Costa, Auta Gomes, Inez Gomes Vaz, José Frederico Barros Gomes e Ieda; Dr. Alvaro José de Godoy e Anunciação, Dante Peduzzi e Maria Inácia, Paulo Tavares Mógliã, e Zilá e muitos dos seus netos — a quem pedimos continuem a apoiar a Cidade dos Meninos.

Agradecemos aos que nos tem ajudado; aos Professores e funcionários da Escola José Gomes Filho; aos funcionarios dedicados do Internato — Mauro Jardim, Edy L. Moraes Prestes, Roberto Costa Rodrigues, Oly Paiva, Manoel de Lima Fonseca, Luiz Henrique Krauzen da Silva, Nilton e Clivea Souza, Sandra Maria Feijó, Orestes Martins Dias, Paulo Renato D. Simões, Odi Plate Xavier, João Ademir Amaral Silveira, José Francisco Gonçalves, Amélia Regina Pereira, Luciana Borba Carrasco.

Lembramos, com saudade, os antigos funcionários Manoel Oscarino da Luz, Noé Poschi, Alcides e Zeno cujas vidas foram inteiramente dedicada a esta Obra e que estão com Deus.

Também nossas saudades dos funcionários Reginaldo Peres Mirinhan e Aquiles de Siqueira Veiga, falecidos no ano em curso.

Nossa homenagem aos diretores falecidos Orlando Poschi, João Ferreira Alvares, Dario e Marcina Lagos, Ramão e Dalva Lemos Borba cujas vidas dedicadas a este Educandario, deixaram traços marcantes.

Finalmente queremos agradecer aos nossos filhos Luiz Humberto William Lagos Teixeira Guedes e Berenice Guedes de Bem, que dedicaram suas vidas à Cidade dos Meninos e a Escola José Gomes Filho, renunciando vantagens pecuniárias e outros convites promissores, para ajudarem seus pais na Cidade dos Meninos. Uma palavra de gratidão a minha esposa Alayde Lagos Guedes que me acompanhou sempre neste trabalho, companheira dedicada e trabalhadora incansável.

Durante quase meio século dirigi este trabalho; agora aposentado, entrega-lo-ei aos futuros dirigentes, que serão eleitos dia 14 de dezembro próximo vindouro. Que Deus os abençõe como me abençoou a fim de que, mesmo com dificuldades, prossigam vencendo!

Rev. Antonio Guedes



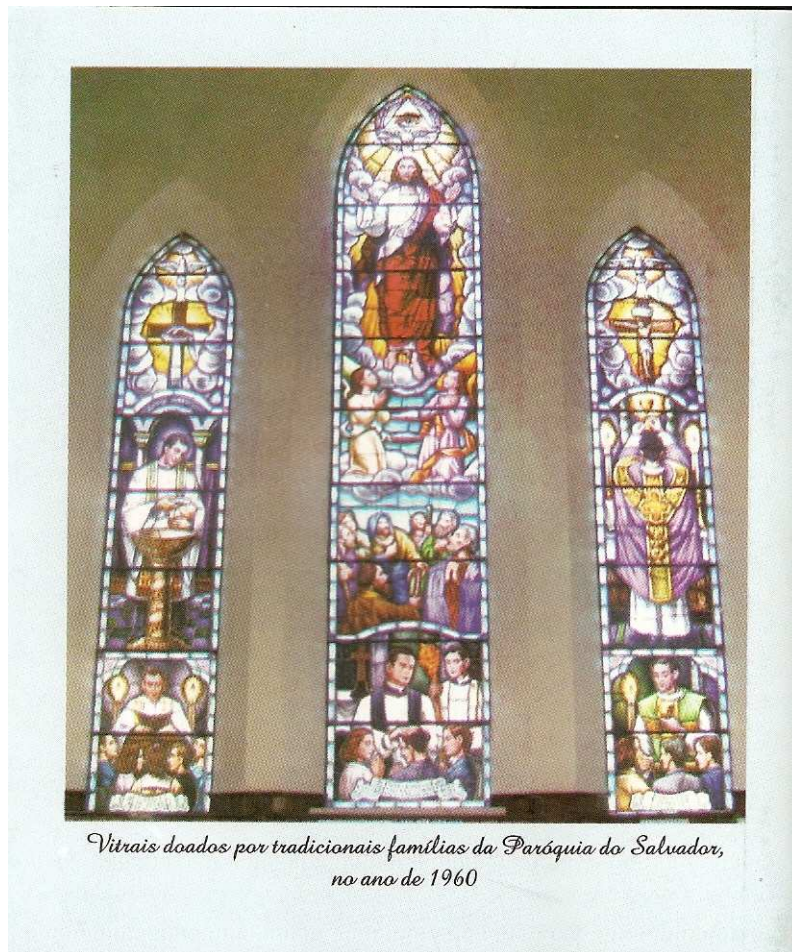
Anexo 28 - Reverendo Antonio Guedes, quando Secretário de Educação do Município, discursando na Semana da Pátria, na cidade fronteiriça de Aceguá. Inaugurando uma nova escola . A cerimônia constou com autoridades do Brasil e Uruguai, onde foram entoados os Hinos Nacionais dos dois países.



Anexo: 29 - Culto celebrado por ocasião do Dia da Pátria, celebrado pelo Rev. Krischke e pelo Reverendo Guedes, no Palanque Oficial da Cidade. Efreu, maçom e líder Anglicano, companheiro incansável de Guedes, coordenando o Desfile e a participação dos jovens da U.M.E. (UNIÃO DA MOCIDADE EPISCOPAL).



Anexo 30 - Orquestra Anglicana e Coral em Apresentação na Catedral do Redentor (Pelotas) sob Regência do Maestro João Carlos Gottinari, inclusive contando com a participação dos Meninos e Meninas do Projeto AMAR, atendimento da Pastoral de Música.



Anexo 31 - Os vitrais que ficam no Santuário, atrás do Altar, tendo todos os vitrais símbolos Maçônicos (Igreja do Salvador) em Rio Grande. No vitral do meio, vê-se o “OLHO QUE TUDO VÊ”. Segundo o Reverendo e Maçom Aires Paiva, há outros símbolos maçônicos tão evidentes quanto este que já é de conhecimento Público nos outros vitrais, percebidos “pelos Obreiros de qualquer Potência Maçônica e qualquer Rito”.



Anexo 32- Matriz do Crucificado, Bagé/RS, construída sob a reitoria do Rev. Antonio Guedes – vitrais onde se verifica símbolos maçônicos, e o Menorah (candelabro de sete velas, comum à Maçonaria como à Igreja Anglicana). A entrada do santuário se faz por três degraus, à semelhança do “Oriente” maçônico, tendo de cada lado do santuário uma coluna, também à semelhança do “Oriente” maçônico.

JORNAL CORRIO DO SUL -
06/02/90 BAGÉ

OPINIÃO

Nas Manhãs de Terça-Feira
DOUTOR CARLOS KLUWE

Conhecemos o Dr. Carlos Antônio Kluge como médico, caminhando, solenemente, pelas ruas de nossa cidade, imponente sem ostentação (era o seu modo de ser), sorriso amável e um cumprimento cordial a todos quantos encontrava. Seu consultório, sempre cheio, era, não apenas o refúgio dos que sentiam dores, mas o local onde se recebiam conselhos a par do exercício sacerdotal da medicina. Homem de princípios muito rígidos, impunha-se pela presença e pelos atos que não destoavam das palavras.

Como Exator Estadual, exerceu seu cargo com eficiência, atendendo com gentileza, humanizando sempre, buscando soluções que cumprissem as leis sem infringir os sentimentos humanos. Entretanto, amante da verdade, não tolerava a mentira, a prevaricação, não permitindo e combatendo fraudes e trapaceas.

Eleito Prefeito Municipal, cumpriu seu mandato com boa vontade e lisura, mantendo abertas as portas do seu gabinete, atendendo a todos que o buscavam e quando tinha que dizer «não» procurava fazê-lo sem magoar ou impor soluções. Cuidava das coisas públicas como dos clientes em seu consultório. Duas grandes obras apaixonaram sua vida: a Escola Assis Brasil e o Ginásio Municipal.

Fundou, junto com um pugilo de homens de boa vontade, a «Sociedade Assis Brasil de Educação Rural — SABER» com a finalidade de criar um Internato, na zona rural, aberto aos meninos pobres, filhos de pequenos agricultores, de capatazes, de peões, etc. que não poderiam estudar na cidade. Na Escola Rural «Assis Brasil», com casa, disciplina,

A
dust
mor.
um
part
artis

A
foi r
extra
presc
da á
ra e

Sáb
relóg
uma
rário

Ter
ras
Com

boa alimentação, bons professores, vasta extensão de campo, cerca de cinco quadras, aprenderiam os ensinamentos necessários para ser úteis nas lides do campo e continuar, se pudessem, seus estudos na cidade, preparando-se para a vida. Lembrando sua infância de menino pobre, inspirou-se nos versos de Assis Brasil :

« Bem vindo à mansão que encerra
Dura lida e doce calma
O arado que ensina à terra
E o livro que amanha a alma ».

Mais tarde a Escola foi encampada pelo Estado e hoje lá estão as Faculdades de Agronomia e Veterinária da URCAMP.

O Ginásio Municipal surgiu, em sua mente, como solução para o problema do Ensino Secundário. Como se dizia na época. Os estabelecimentos de ensino: Auxiliadora — masculino e Espírito Santo, feminino, eram pagos e, por isso mesmo, de difícil acesso aos pobres. Uma polêmica sobre ensino gratuito entre o padre Dr. Aquino Rocha e o Revdo. Guedes, no «Correio do Sul», empolgou a «Rainha da Fronteira» e o Dr. Carlos Kluwe tomou o partido dos que não podiam pagar. Do pensamento à ação, foi acertada a criação do Ginásio Municipal Gratuito. A Prefeitura vendeu o prédio onde hoje está o Bradesco e comprou o palacete do Dr. Pedrinho Osório, para instalar o Ginásio, com o compromisso de manter o parque, cujas árvores eram outro constante interesse e amor do Dr. Kluwe. E surgiu o Ginásio Gratuito, hoje Colégio Estadual «Dr. Carlos Antônio Kluwe». No governo do prefeito José Wilson Barcellos, a Prefeitura inaugurou um busto do Dr. Kluwe na esquina da Praça de Desportos, em diagonal com o Colégio, para lembrar a figura humana do médico, do Professor, do Homem que amou as crianças, os jovens, ao seu povo, de todo o seu grande coração.

No ano do centenário do nascimento do Dr. Carlos Kluwe a nossa gratidão e aos seus familiares a nossa homenagem.

Departamento Cultural da Legião da Cruz

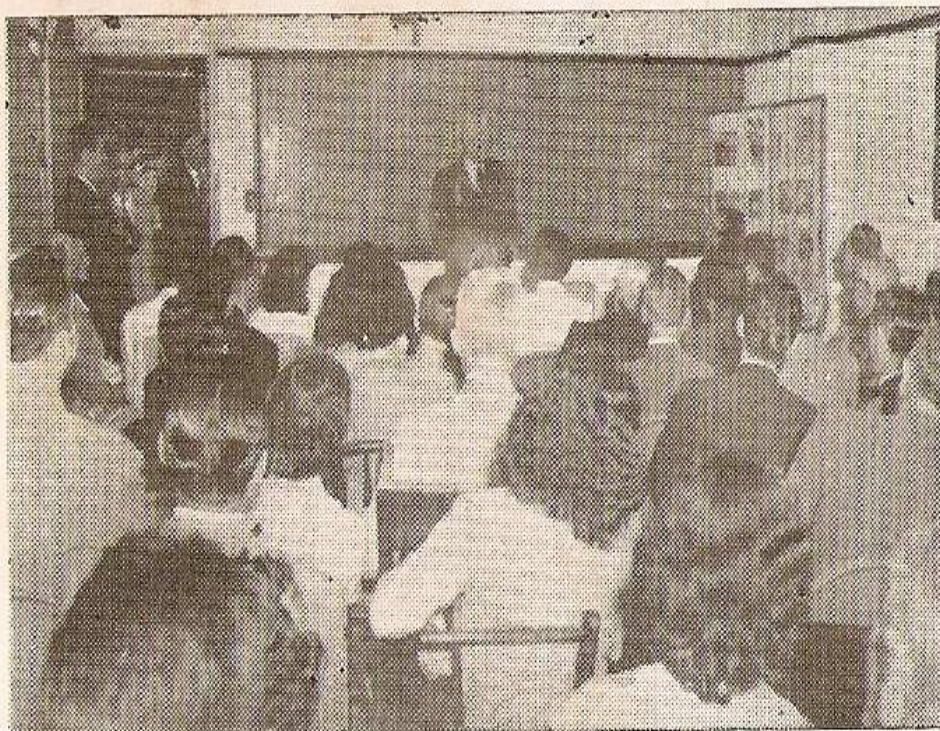
Revdo. Anonio Guedes
José Frederico Barros Gomes

CORREIO DO SUL

Mai.
ram s
deira.
fim e
pre, g
e um
desta
já qu
grama

O c
image
merce
ções,
aqui,
Com
dos, u
foi fei
neces.
para
Manc

Anexo 33 - Artigo escrito no Jornal Correio do Sul/ Bagé, em 06/02/1990 sobre o Dr. Carlos Kluwe e o Colégio Estadual, antigo "Ginásio Estadual".



Uma aula na ACM

Anexo 34- Curso noturno de moças e rapazes na Associação Cristã de Moços.

Curtas

Melhor Idade

No dia 31 de maio, Agudo participará em Arroio do Tigre do Encontro Regional da Melhor Idade. Para incentivar a participação dos idosos a Secretaria Municipal da Assistência Social disponibilizará um ônibus para os integrantes dos Grupos Alegria, Amor e Trabalho, Felicidade Urgente e Amizade. A saída da delegação agudense está marcada para as 12h30min da Avenida Concorcília (Bar do Kunde), passando pela Vila Caiçara.

Lixo

Hoje, dia 30 de maio será recolhido o lixo reciclável no interior do município. O roteiro passa pela Linha Nova Boêmia até a estrada geral em direção a Linha Coronel Tamarindo e Bañeário Hoffmann.

Florestar Agudo

O Florestar Agudo surge como uma nova alternativa de renda para as propriedades rurais. A exemplo do Pro Leite o programa prevê inúmeros incenti-



Obituário

vos para os produtores que em contra partida devem participar de treinamentos com a finalidade de tornar o programa sustentável e oferecer condições para o produtor obter maior rendimento e conhecimento sobre a atividade praticada. Desta forma as capacitações iniciam nos dias 12 e 13 de junho junto ao Seminário Franciscano, sendo abordado durante os dois dias a produção da madeira nas propriedades rurais. As inscrições poderão ser efetuadas na Emater e na Secretaria da Agricultura.

Willy Roos

Na noite de 19 de maio o educandário realizou uma reunião com pais, responsáveis por alunos e professores. Na oportunidade a Secretaria Municipal da Saúde trouxe informações sobre os cuidados com a dengue. Já a Promotora de Justiça Daniela S. Raiser abordou assuntos como direitos e deveres de crianças e adolescentes. Para finalizar o encontro foram eleitos os novos integrantes do C.P.M. (Círculo de Pais e Mestres).

Esportes

Avenida no Estadual

O Atlético Clube Avenida viaja para Canoas no domingo, 1º de junho para enfrentar a equipe do São José em partida válida pelo

Agudo

Confira os integrantes: Presidente - Marli Trepp, Vice-presidente - Marilaine Silva, Tesoureiro - Gilson Wendt, Segundo tesoureiro - Giovane Nascimento, Secretária - Lurdes Ferrari Trevisan, Segunda secretária - Noeli Streck, Conselho fiscal - Roni Roque de Mello, Fernando Reiner, Fernando Santos, Vilson Dias, Paulo Ricardo dos Santos e Giovani Ceretta.

Mudanças em horários de atendimentos

Entre os dias 26 de maio e 20 de junho os atendimentos nas Unidades de Saúde localizadas no interior sofrerão alterações. A unidade da Nova Boêmia oferecerá atendimento médico e odontológico as terças-feiras pela manhã. Já na Flicada do Rio o atendimento médico e odontológico passará a acontecer nas quintas-feiras pela manhã. A unidade da Linha dos Pomeranos e da Vila Caiçara tem o atendimento suspenso até o dia 25 de junho.



Loja Maçônica Estrela de Santo Ângelo

A noite de 23 de maio foi de aprendizado junto a Loja Maçônica Estrela de Santo Ângelo. Com o intuito de comemorar os 110 anos de fundação da Loja o Maçon e Bispo da Igreja Anglicana - Jubal Neves preferiu palestra abordando o tema "Maçonaria e Cristianismo".

Vários foram os esclarecimentos trazidos e também foi produtivo o debate aberto após o término da palestra. Os participantes tiveram a oportunidade de questionar e também colaborar com conhecimentos que possuíam sobre os temas em questão.



Lideranças maçônicas da região presentes no encontro

Anexo 35 - Na foto à esquerda, à frente e bem à esquerda (usando colarinho clerical) aparece o Bispo Anglicano e Maçon (Mestre Instalado) Jubal Pereira Neves, da Diocese Sul-Occidental, com sede em Santa Maria/RS que apresentou nesta data uma Palestra abordando o tema "Maçonaria e Cristianismo".

Maçonaria & Espiritualidade

1. Em linhas gerais, todos sabemos o que é Maçonaria. Mas o que é espiritualidade? Tem algo a ver com Maçonaria? Mas se aprendemos, no Rito de Iniciação que a Maçonaria não é Religião, como falar de uma espiritualidade em conexão com a Maçonaria?

2. Sempre que vamos falar em Loja, costumamos dizer, pela ordem: “À glória do G.A.D.U., Venerável Mestre, Irmãos I e II Vigilantes, (Dignidades aqui presentes), Caros e Caríssimos Irmãos!” Primeiramente mencionamos que nossas palavras são sempre, antes de tudo, para a glória de Deus. E em nossos *augustos* (solenes, venerandos, dignos de respeito...) *trabalhos* seguidamente, em momentos importantes, temos *orações e preces*. O Rito de York afirma que *a oração, comunhão do homem com Deus, é auxiliadora indispensável para a nossa vida*. A Bíblia (*Livro da Lei - “a Grande Luz da Maçonaria”!*) é sempre lida no início de nossos trabalhos, e sobre ela se colocam o *esquadro* (retidão) e o *compasso* (justiça), que entrelaçados são o emblema da Ordem Maçônica.

3. **Espiritualidade é a maneira como se vive a nossa relação com Deus**. Ela tem muitos caminhos, mas o caminho do relacionamento com Deus passa necessariamente pela solidariedade, pela fraternidade e pela justiça. Começando por nós mesmos, em nossa Loja. Há um processo de purificação e/ou aperfeiçoamento no nosso íntimo, quando nos aproximamos de Deus e do próximo através da coerência e consequência de nossas opções e escolhas. Um critério básico é não ficar apenas nos ritos!

4. Nosso Ritual (Rito Escocês Antigo e Aceito), trabalhado no templo, revela nossa identidade. Especialmente, é evidente, o Ritual de Iniciação. Por isso, **nossa identidade como Maçons** se expressa no que dizemos e fazemos no templo (liturgia maçônica). Ora, nossa identidade é o que nós somos (o nosso *status*), mas ao mesmo tempo é uma constante convocação para o que somos chamados a fazer (o nosso *papel*).

5. Maçonaria, antes que uma questão de palavras, é uma prática que deve mostrar (que aponte!) o significado do Ser Maçon. Quando terminam os nossos Trabalhos aqui, começa o nosso trabalho no mundo profano. Um (o

cerimonial) se relaciona estreitamente com o outro (vida profana), sem o que seremos (pelo menos) mentirosos.

6. Todos sabemos que a Arte Real é dinâmica, Quer dizer que é algo em construção... O que estamos “fazendo com as pedras”? A Maçonaria ensina a Arte de construir um templo espiritual, como a Arquitetura o faz para construir um templo material: trabalhar no nosso aperfeiçoamento e no aperfeiçoamento (construção) da humanidade.

7. Este tema, por si só, é por demais amplo e suscita uma série de aspectos que não podem ser abordados aqui neste espaço de tempo. Entretanto, gostaria de sublinhar nitidamente um aspecto que tem por base um texto do Livro da Lei, *Isaias 29.13*, que contrapõe lábios e coração: ***“Esse povo ora a mim com a boca e me louva com os lábios, mas os seus corações estão longe de mim.”*** São palavras que o próprio Jesus Cristo repete em *São Mateus 15.8-9* e *São Marcos 7.6-7*. O texto indica que a relação com Deus (que chamamos de G.A.D.U.) não é uma questão de palavras, mas uma prática que mostre (que revele!) Ele mesmo. Já em *Tiago 1.17-18, 22-27* encontramos a verdadeira relação com Deus: na solidariedade com os órfãos e as viúvas, na ruptura com o que produz injustiça, escravidão, marginalização, desumanidade...

8. *A Maçonaria não é uma religião nem professa um Culto, tornamos a afirmar. Mas sua Moral se baseia no amor a Deus e ao próximo. Seu ensino tem por base o G.A.D.U., que é Deus (e Deus é amor!). Seu princípio é a igualdade, a fraternidade e o progresso. Seu propósito é a felicidade dos povos. E tudo isso aprendemos em nossa Iniciação, e em cada Iniciação de um neófito o retomamos como reflexão e renovação necessárias.*

9. Os *Maçons Operativos* (os Talhadores de Pedra) foram os antecessores dos Maçons modernos (*Maçonaria Especulativa*) e dedicaram-se à edificação de Catedrais. Visitando diversas Catedrais Anglicanas nas Ilhas Britânicas, tive pessoalmente a oportunidade de verificar em muitos detalhes, sinais e emblemas maçônicos, marcas ou rastros daqueles que ali trabalharam e eram respeitosa e afetuosamente chamados de **“servos de Deus”**. Foi um trabalho iniciado nos séculos XI e XII, e sua arte está até hoje, em muitos lugares, como um belíssimo testemunho, erigido com a vivência de uma mística peculiar ao grupo. E entre aqueles que ali hoje trabalham a fim de explicar aos visitantes a respeito daquela arte e de sua história, há muitos cristãos anglicanos que são

também maçons, com alguns dos quais tive o privilégio de conversar e aprender.

10. Os *Maçons Especulativos* não pertencem mais à arte operativa e seu trabalho é simplesmente simbólico, a saber, a construção do templo a que dedicam os seus esforços é unicamente espiritual. Este templo simbólico é construído no coração dos Maçons para servir de residência ao G.A.D.U. Por isso, os Maçons procuram preparar esta morada expulsando as paixões e as fraquezas, limpando-a de vícios e maus pensamentos. E cada Maçon é considerado o símbolo de um templo espiritual. A Loja, ou reunião coletiva de Maçons, é o símbolo do universo. Aqui nos empenhamos na construção do Templo Ideal, transformando a nossa pedra bruta em pedra polida, através do aperfeiçoamento intelectual e moral de cada um e de toda a humanidade, começando pelas pequenas coisas, mas sem cessar. Os ensinamentos estão contidos nos símbolos maçônicos (tão presentes em nossas cerimônias!). Os princípios fundamentais a serem respeitados e cultivados são os da Fraternidade e da Moral (*“ser puro e de bons costumes”*), na vivência das virtudes básicas da Fé, da Esperança e da Caridade. (Ver o capítulo “O templo simbólico e o templo espiritual”, do livro *SOBRE SIMBOLISMO*, de Nicola Aslan, pp. 77ss.).

11. Nós utilizamos muito os *Símbolos*. “O símbolo manifesta a presença de algo que está realmente presente” (no dizer de Gadamer). “Quando se usa um símbolo como sinal de reconhecimento entre irmãos espalhados de nossa Sublime Ordem para mostrar que todos estamos juntos, embora separados, tal símbolo funciona, sem dúvida, como sinal. Mas é mais do que sinal. Não apenas indica o fato de que esses irmãos estão juntos, mas prova esse fato e o apresenta de maneira visível. Então, isso nos diz que por de trás da linguagem maçônica (nossos trabalhos aqui em Loja), há a experiência da realidade.

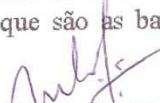
12. “Espiritualidade, em filosofia, é a qualidade do que é espiritual ou incorpóreo, por oposição à materialidade” (Nicola Aslan, in *Grande Dicionário Enciclopédico da Maçonaria e Simbologia*, volume II). Eu diria que espiritualidade é a maneira como se vive a nossa relação com Deus, e essa relação passa necessariamente pelo nosso próximo. A Maçonaria em suas raízes fundamenta-se na crença em Deus, (o qual chamamos de G.A.D.U.) É em nome dele que trabalhavam os Maçons Operativos, no ofício de construtores (*1723 é a data na História da Maçonaria que divide a Maçonaria Operativa da Maçonaria Especulativa, e assinala a publicação da Constituição de Anderson*). Não definimos o G.A.D.U., havendo liberdade, de

acordo com a nossa fé e/ou filosofia. E falamos do G.A.D.U. através de simbolismos abrangentes, por meio dos quais cada Maçon é chamado a descobrir o mistério por si mesmo. Mas, conforme a orientação da Maçonaria Anglo-Saxônica, a verdadeira Maçonaria defende sempre a crença na existência de Deus, devendo ajudar aos irmãos na tarefa de regular suas vidas e condutas sob os princípios de sua própria religião, qualquer que ela seja, - e que devemos cada um de nós procurar, para a prática religiosa da adoração, junto com nossa família, de acordo com nosso jeito de ser!, mas que seja monoteísta, com um Livro Sagrado (o símbolo da Verdade). O G.A.D.U. é a Perfeição, e devemos buscá-la em nossa vida. (Ver Livro "Conceito de Deus na Maçonaria", de Valério Alberton).

13. Então, **espiritualidade** não quer dizer pura e simplesmente uma experiência de transcendência, ou algo que desloque o ser humano do chão de sua realidade em direção a um plano supranatural, em busca de sensações e de total alívio das preocupações ligadas à realidade do seu cotidiano. **Espiritualidade** (experiência espiritual) é a **experiência de Deus aqui e agora**, no dia a dia. E aqui pode-se perceber as ênfases que procurei dar no início desta "pequena peça de arquitetura maçônica". O nosso lema, - *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, - e o fato de nos tratarmos como irmãos, **clama por coerência e consequência**.

14. Como escreveu Teilhard de Chardin (livro "Ciência e Religião"), "o valor espiritual de um homem, a influência de sua irradiação, depende do grau de realidade que Deus assumir nele". Espero **que nenhum dos nossos irmãos possa queixar-se de não ter encontrado em nós a ternura de Deus!** (Maurice Zundel).

15. O Livro da Lei está aberto. Isso significa que a Loja não está nas trevas, mas sob o poder da Luz para os nossos caminhos. Ainda que não sendo uma religião, nossa ordem ensina-nos a conservar em toda a sua pureza os princípios fundamentais da fé primitiva, que são as bases sobre os quais se apoiará toda a realidade.


Jubal Neves, M.K.M.^o
Loja Rui Barbosa III^a

(Trabalho apresentado na Loja REMANSO, Oriente de São Pedro do Sul/RS, em 08 de outubro de 1997)

Anexo 39 – parte final de trabalho apresentado por Dom Jubal Pereira Neves (Bispo Anglicano) na Loja Maçônica Remanso em 1997.

Bagé, SEGUNDA-FEIRA, 3 de agosto de 2009

Minuano Especial

Por Viviane Becker

Loja Maçônica Amizade completa 115 anos

FOTOS FRANCISCO RODRIGUES

Maçonaria é uma sociedade universal onde os homens, denominados "irmãos", cultuam a liberdade, a fraternidade e a igualdade, tendo como princípios básicos a tolerância, a filantropia e a justiça.

Apesar de todos os simbolismos, ritos e lendas que envolvem a maçonaria e que, ainda hoje, provocam a curiosidade alheia, os maçons preferem dizer que a sociedade, atualmente, é mais discreta do que secreta. "A maçonaria é uma filosofia de vida que trabalha pelo aperfeiçoamento do ser humano e da própria humanidade", definiu o venerável mestre da Loja Maçônica Amizade, Antônio Cândido Trindade.

A Loja Maçônica Amizade foi fundada em 5 de agosto de 1894, sen-

do a instituição mais antiga da cidade a funcionar ininterruptamente até os dias atuais.

Para comemorar a data, no dia 10, será realizada uma sessão magna ritualística de gala, no templo da loja, que contará com a presença do soberano grão-mestre da potência do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, José Aristides Fermín.

A loja já teve em seu quadro cerca de 200 obreiros, hoje são 94, com idades que variam entre 28 e 90 anos, que se reúnem todas as segundas-feiras. As sessões são divididas entre econômicas, de instrução (aprendizes), sessão magna de gala e sessão magna pública.



TRINDADE: uns dos mais novos maçons a assumir o cargo de venerável

Os simbolismos da maçonaria

O venerável explica que a re-

balhar em linha reta. Trindade salienta que todos os

vo indispensável do trabalho. É o único que dá ao maçom o direito de entrar nas reuniões.

A iniciação

A cada ano são iniciados cerca de seis irmãos na Loja Amizade. Todo o homem que é iniciado entra como aprendiz, e permanece pelo período de dois anos, desde que tenha um determinado número de presenças nas sessões de estudo. Depois de mais um ano, passa a companheiro maçom e, após o terceiro ano, é considerado mestre maçom.

"O pré-requisito principal para ser maçom é acreditar em Deus. Não existe maçom ateu". O venerável explica que os trabalhos são iniciados após a leitura de um fragmento da Bíblia. "Quando um homem entra na maçonaria ele é uma pedra bruta que precisa ser moldada. Um maçom deve ser solidário, tolerante, espontâneo e procurar trabalhar para melhorar intimamente, já que, melhorando a si, estará melhorando os outros", argumenta.

Trindade explica que quando

um homem é iniciado na maçonaria ele tem que se despir de todas as vaidades. "Títulos e medalhas não entram. Independente da idade, religião, posição social ou intelectual, todos os maçons são considerados do mesmo nível e todos são irmãos."

A respeito da proteção que existe entre os maçons o venerável exemplifica: "Pregamos a união. Na busca de um determinado serviço ou produto, damos preferência aos maçons. Procuramos fechar uma corrente e isso é uma autoajuda", declara.

Quando um irmão está enfermo ou precisa de auxílio financeiro a irmandade presta sua solidariedade. Todos os sócios contribuem com uma taxa de R\$ 50 mensais. Parte do valor vai para um fundo do Grande Oriente, parte para a manutenção do templo e o restante para o fundo destinado ao auxílio dos irmãos, quando necessário.

Trindade explica que quando

Anexo 40 - Publicado no Jornal Minuano, da cidade de Bagé, em 03/agosto/2009, por ocasião do aniversário de 115 anos da Loja Amizade.

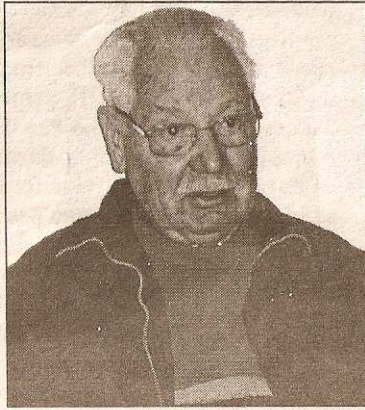


Anexo 41 - Efreu Quintana, ostentando os Paramentos do mais alto Grau que um Maçom pode atingir: o Grau 33. Fonte: Arquivo Particular da Família Quintana.



Anexo:42 - Efreu Quintana ostentando os Paramentos Maçônicos em uma foto mais recente, onde se vê claramente os símbolos Maçônicos do Grau 33. Fonte: Arquivo Pessoal da Família Quintana. Embora Efreu seja Obreiro da Loja Amizade de Bagé, Loja Co-Irmãs DA Loja Sigilo Nº 14, Onde era Obreiro o Reverendo Guedes, Efreu acompanhou todos trabalhos do Reverendo Guedes em prol da Educação em Bagé e da Assistência aos Menores, integrando a Junta Paroquial da Igreja Matriz do Crucificado (Bagé) e a Legião da Cruz (Sodalício da Igreja Anglicana dedicado à Educação e à Assistência Social) até a Aposentadoria Compulsória do Reverendo Guedes.

Maçom há 65 anos



Um dos irmãos mais antigos da cidade é o militar aposentado Efreu Hornes Quintana. Descendente de maçons, ele faz parte de uma família que está associada a essa filosofia de vida há quatro gerações. Assim como o filho, neto e bisneto, Quintana foi batizado na maçonaria, sendo posteriormente iniciado aos 25 anos. Hoje, prestes a completar 90 anos, o irmão conta que a maçonaria determinou seus passos.

QUINTANA: *filosofia de vida guiou seus passos*

“Além dos ensinamentos da família, a maçonaria exige que o maçom ande no caminho certo”, frisa.

Quintana exerceu vários cargos dentro da Loja Amizade, inclusive o de venerável. Defensor da maçonaria, ele menciona que os maçons são vistos com olhos diferentes, olhos amigos. “As pessoas pensam nos maçons de maneira diferente dos outros homens. A responsabilidade que se assume, quando se aceita ser maçom, é muito grande, não só com os irmãos, mas com a humanidade em geral”, conclui.

Anexo 43 - O maçom mais antigo atualmente e em atividade (2010) da cidade de Bagé – o mesmo líder Anglicano das crianças e da juventude Episcopal, acompanhando o Reverendo Guedes com seu trabalho assistencial e educacional por mais de 50 anos. Publicado no Jornal Minuano, da cidade de Bagé, em 03/agosto/2009, por ocasião do aniversário de 115 anos da Loja Amizade, à qual pertence.



Anexo 44 - Pai e filho, Efreu e Edegar Quintana, homens com intensa atividade na Igreja Anglicana e Maçonaria, entregando um ao outro uma Comenda Maçônica. Ambos dedicam sua vida à Maçonaria, à Igreja Anglicana e à Orientação de crianças e jovens no sentido de estes venham a ser “pessoas livres e de bons costumes”. Fonte: Arquivo Pessoal da Família Quintana.



Anexo 45 - Foto onde aparece um casamento Maçônico. À época, Edegar Quintana e sua esposa Ana Maria eram professores da Rede Pública Estadual e o casamento foi realizado por Efreu Quintana, pai do noivo. Interessante notar que os três são membros ativos da Igreja Anglicana, e Efreu, por mais de 40 anos foi o responsável pela coordenação das Escolas Dominicais de Bagé e o Trabalho com os jovens da U.M.E. (União da Mocidade Episcopal). (1970).

Fonte: Arquivo Particular do Dr. Efreu Quintana.



Anexo 46 - Dr. Edegar da Silva Quintana (hoje aposentado como Desembargador) ocupando a posição de Deputado do Grão-Mestre e estudante da Teologia do Seminário Anglicano, ocupando na Igreja Anglicana atualmente o Conselho Executivo da Igreja Episcopal Anglicana, em Porto Alegre (2010).
Fonte: O VIGILANTE revista de circulação restrita, editada pela Maçonaria.



Anexo 47 - Dr. Edegar Quintana integrando o Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, com sua esposa Ana Maria e seu pai Efreu (Porto Alegre, 2007). Fonte: Arquivo Particular da Família Quintana.

túlio Correa, e o emissário do Grande sembléia Legislativa Estadual Maçônica



Anexo 48 - Ao centro, o Dr Edegar da Silva Quintana presidindo um Congresso Maçônico, inclusive com participantes de outros países. (2007)

MAÇONARIA E RELIGIÃO

1

Religião vem de *religare* e significa o retorno do homem a Deus.

Dessa forma a Maçonaria não pode, mesmo, ser considerada religião, porque seu objetivo não é a busca do caminho desse retorno, ou seja, não tem a Maçonaria preocupação com os problemas escatológicos, que dizem respeito à vida depois da morte.

No entanto, é inegável que a Maçonaria se baseia em princípios religiosos, na medida em que estes são o alicerce dos princípios morais que ela desenvolve e na medida em que a busca da perfeição é uma forma de busca do Criador.

Então, sem ser religião, a Maçonaria tem uma visão religiosa que convém analisar e classificar:

Existem, em relação a Deus, basicamente, quatro posições: o *Ateísmo*, o *Deísmo*, o *Panteísmo* e o *Teísmo*.

O primeiro, nega a existência de Deus. O ateísmo é necessariamente materialista, buscando explicar a origem do universo por causas naturais, independente de uma vontade e inteligência superior.

A posição ateísta é muito difícil de ser sustentada e muitos dos que se dizem ateus, na verdade querem dizer apenas que não têm religião.

O Deísmo, por sua vez, admite a existência de um princípio criador. É necessário que antes de tudo existisse um ser incriado, do qual partiu a criação. A esse princípio criador se chama Deus. Esse Deus, porém, não interfere na sua criação. O mundo segue seu próprio destino e os homens não podem se valer de qualquer auxílio do Criador.

Evidentemente que para o Deísta a oração não tem qualquer sentido, pois se não há interferência de Deus no mundo, qualquer tentativa de relacionamento ou comunicação com Ele seria ilógica.

Uma outra posição semelhante é o Panteísmo. Nesta, Deus, preexistente ao mundo, deixou de existir com a criação do mundo. O mundo não foi criado por Deus a partir do nada, mas foi o próprio Deus que se transformou no mundo.

Dessa forma, tudo é Deus, todos os seres, todas as coisas, são partes desse Deus, existindo variações de doutrinas a respeito de como se deu essa criação, se diretamente, ou através de emanções, bem como a respeito da possibilidade de um retorno do universo ao ponto inicial e das formas como isso poderia ocorrer.

Aqui, mais do que na posição anterior, não se pode conceber a intervenção de Deus no mundo, até porque esse Deus, como alguém fora do mundo não mais existe.

É interessante referir que os budistas, partindo dessa doutrina dizem que quem ora, ora a si mesmo ou ao seu eu superior; no entanto, defendem a prática da oração como forma de crescimento espiritual.

Já o Teísmo admite, não só a existência de um ser criador, mas a interferência de Deus no mundo. Para o Teísmo o mundo não foi criado a partir de Deus, mas criado *por* Deus, sendo algo externo a Ele. E é esse mesmo Deus que mantém, preserva e encaminha o universo para seu destino.

Existe, pois, para o Teísmo, um Deus atuante e que se relaciona com a sua criação. Daí porque a prática da oração que é a forma de relacionamento da criatura com o criador, e por meio da qual não apenas se cresce espiritualmente, mas se obtém a ação ou interferência divina, as vezes de forma sutil e outras de forma visível a todos, caracterizando os chamados *milagres*.

A Maçonaria, evidentemente, tem uma posição *teísta*, pois não somente admite a existência de um princípio criador e exige de seus filiados essa crença, como busca a sua proteção, invoca seu auxílio, etc.

No Rito Escocês Antigo e Aceito, os trabalhos são sempre iniciados invocando-se a proteção do Grande Arquiteto do Universo, através da leitura de um trecho do Livro da Lei.

Em diversas cerimônias são elevadas preces ao Grande Arquiteto e em todos os trabalhos, tudo é feito de forma que a Ele resultem honra e glória.

Em outros ritos a Bíblia não chega a ser lida, mas é, de qualquer forma, aberta sobre o altar. Ora, se a Escritura é reconhecida como a Lei de Deus, tendo sido escrita por homens, é evidente que está se admitindo a atuação de Deus no mundo através da inspiração daqueles que a escreveram.

Cabe anotar a existência de potência maçônica, na França, onde a Bíblia foi retirada do altar, bem como qualquer menção ao nome de Deus suprimida dos rituais, o que não significa ateísmo. Possivelmente, a posição continue sendo teísta, apenas, o rito foi desespiritualizado.

Afora o caso acima mencionado, e que nos gera alguma dúvida; salvo melhor juízo ou o desconhecimento de algum rito em particular, a posição da Maçonaria é sempre teísta, independente do rito adotado.

Isso se explica pela própria origem da Maçonaria. Pois embora utilizando todo o patrimônio cultural da humanidade, representado por conhecimentos originários dos egípcios, dos gregos, dos fenícios e dos judeus, a Franco Maçonaria teve origem nas corporações de pedreiros livres que atuavam na construção de catedrais cristãs.

Impossível, pois, deixar de reconhecer que a Maçonaria tem uma origem cristã, e o Cristianismo, como é sabido, tem uma posição eminente e exclusivamente teísta.

Maçonaria e Cristianismo

A Maçonaria, como se disse, não é religião nem quer ser uma substituta das práticas religiosas. Tampouco, o fato de aceitar em seu meio pessoas de qualquer credo não equivale a desenvolver um sincretismo resultante da fusão dessas diversas crenças.

A Maçonaria, simplesmente não especula sobre matéria religiosa, deixa isso a cargo das religiões; e, por isso mesmo, por não ter uma posição dogmática, não permite a discussão de matéria relativa a doutrinas ou práticas religiosas.

No entanto, o fundamento e a origem cristãos e religiosos da Maçonaria, deveriam levar o maçom a desenvolver sua religiosidade. O bom maçom, deveria ser sempre praticante de sua crença religiosa, jamais tentando substituí-la pela prática e estudo maçônicos.

A divergência entre a Igreja Católica Romana e a Maçonaria tem origem, como todos sabemos, em questões históricas de fundo econômico e relacionado com o poder temporal, tanto que, antes da proibição de os católicos pertencerem à Maçonaria, havia padres maçons (coisa que hoje ainda se pode ver, embora raramente).

Com a modificação canônica que retirou a excomunhão dos maçons, deixou de existir impedimento legal a que católicos viessem a se tornar maçons (proibição, que, na prática, muito pouco foi respeitada pelos leigos).

No entanto, posição mais recente do Vaticano, a partir de conclusão (errada, diga-se de passagem), da Conferência dos Bispos da Alemanha, passou a entender que a fé cristã e a Maçonaria são inconciliáveis e por isso, os católicos, embora não proibidos, não deveriam ingressar na Maçonaria.

Essa inconciliabilidade estaria baseada em pontos tais como, o de a Maçonaria não reconhecer a divindade de Cristo, etc, matéria, que, na verdade não é especulada pela Maçonaria.

Já entre outras Igrejas Cristãs existem posições que vão desde a absoluta proibição de qualquer aproximação de seus fiéis da maçonaria, considerada prática demoníaca, até a inteira liberdade e bom relacionamento como é exemplo, dentre outras, a Igreja Anglicana onde boa parte de seu clero é maçom, sendo diversos os Arcebispos de Cantuária (dirigente máximo da Comunhão Anglicana) que integram a Maçonaria e onde sua autoridade máxima nos Estados Unidos é, geralmente, um maçom; valendo ainda destacar que, os dois últimos Bispos Primazes da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil foram maçons, iniciados um na Loja Antunes Ribas, e o outro na Loja Luz Transatlântica, ambas do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, quando párcos, respectivamente, nas cidades de Pelotas e Jaguarão.

Maçonaria e espiritismo

Uma das razões que levam algumas das Igrejas cristãs a fazer oposição à Maçonaria é a grande influência espírita que ela apresenta.

Sem dúvida, de um modo geral os estudos esotéricos, a evocação de ciências milenares, a tentativa de desvendar mistérios, entre tantas outras práticas maçônicas, são perfeitamente conciliáveis com as doutrinas espíritas.

Isso tem levado ao erro de considerar que a Maçonaria é espírita, ou seja, que sua posição escatológica é a mesma do espiritismo.

Em razão disso, afirmações baseadas em ensinamentos espíritas, quer Kardecistas, quer de outras linhas de pensamento, são emitidas, muitas vezes em loja como se fossem verdades maçônicas.

Essa prática é duplamente errada: a uma, porque a Maçonaria não entra, nem deve entrar no estudo de questões religiosas, e afirmações doutrinárias dessa espécie implicam em discussão de matéria proibida, já que nem todos concordarão e, portanto, ou rebaterão tais afirmativas, ou, (o que é mais

Juliana.

Kraatz
Roldan
Dionísio
Silveira

comum) se calarão para evitar a discussão de matéria religiosa, sendo, de qualquer forma, violado o princípio de não trazer a baila investigações dessa espécie.

E, em segundo lugar, porque, como se disse, a origem da Franco-Maçonaria é Cristã, e não espiritista, tanto que, além de surgida em países cristãos e a partir da construção de templos cristãos, jamais se desenvolveu em países de formação religiosa budista, hinduísta, e outras, baseadas em doutrinas reencarnacionistas.

É que existem diferenças básicas entre a doutrina cristã e os ensinamentos espíritas, podendo-se relacionar - sem fazer qualquer comparação ou juízo de valor - dentre tantas outras, apenas a título de exemplo, que a doutrina cristã não aceita a reencarnação, que é a base do pensamento espírita; que o espiritismo entende que o homem busca seu aperfeiçoamento e sua proximidade de Deus, por seus próprios méritos, procurando crescer a cada nova vida, corrigindo os erros do passado, enquanto o cristianismo afirma que a salvação é dom gratuito de Deus, dado a qualquer um que aceite a Cristo como seu Senhor, ainda que na undécima hora de uma vida de pecados.

Para o cristão, Jesus não é apenas um espírito superior, colocado ao lado de outros grandes sábios e benfeitores da humanidade, nem mesmo, O iluminado, ou o Mestre dos Mestres, mas é o próprio *Deus feito homem* que pela sua morte remiu a humanidade, não sendo, pois, tarefa do homem buscar em sucessivas vidas essa remissão.

Evidentemente, discutir qual das duas posições é a correta, ou ainda, se correta seria uma outra como o Judaísmo ou o Islamismo, não é tarefa da Maçonaria - uma sociedade de homens livres que busca a formação integral do homem e o bem estar da humanidade, transmitindo seus ensinamentos através de símbolos e alegorias.

E se entre suas finalidades não está essa discussão, a emissão de conceitos doutrinários, ainda que não provoque polêmica, contraria a verdadeira liberdade religiosa por ela defendida.

Conclusão

Concluindo: a Maçonaria, independente de sua origem, como sistema filosófico, defende a existência de Deus, que, como Grande Arquiteto do Universo é, além de Criador, alguém a quem se busca e se invoca, se pede proteção e se busca honrar, ou seja, uma posição *teísta*, porém, sem entrar em quaisquer considerações dogmáticas ou doutrinárias, deixando para as religiões as discussões e conclusões sobre o destino da alma humana.

Apresentado na Loja Província de São Pedro
em 22 de outubro de 1992.

Revisado em 01/9/94
Publicado nas revistas *Acácia* e *Prumo*

Edegar da Silva Quintana M. I.

Anexo 51 – parte final de trabalho apresentado por Edegar Quintana na Loja
Maçônica Província de São Pedro, em 1992



Anexo 52 - Medalha de ouro entregue pela Maçonaria a Alayde Lagos, por ter sido a Melhor Aluna no Ano de sua Formatura no Colégio Santa Margarida (1939) – frente e verso.

Estrela Vespertina promove Ciclo de Palestras

No dia 23 de maio, a Loja Estrela Vespertina N° 80, iniciou o seu ciclo de palestras com o Grande Secretário das Relações Exteriores, Ir.: João José Pereira Moreira.

Esta Sessão contou com a participação de três Ex-Grão-Mestres, os irmãos, Walnyr Goulart Jacques, José Koelzer Neto e Pedro Manoel Ramos. Também contou com a presença do Eminentíssimo Deputado do Grão-Mestre, Ir.: Gilberto Moreira Mussi, representando a Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul (GLMERGS).

Segundo o Venerável Mestre da Loja Estrela Vespertina, Ir.: Ivo Isan Azambuja da Silveira, as palestras terão segmento durante o segundo semestre, quinzenalmente, às quartas-feiras, sempre às 14h, no Templo Sabedoria da GLMERGS.



Santana do Livramento reúne Autoridades Maçônicas Gaúchas

Anexo 53 - Nesta foto publicada no Jornal O VIGILANTE (de circulação restrita aos Maçons) em 2007, temos na Última fila, O Bispo Anglicano Dom Arthur Rodolpho Kratz e Mestre Maçom (já falecido) e Mestre Maçom, e o Dr. Gilberto Mussi, Deputado do Grão Mestre e membro ativo da Igreja Episcopal Anglicana.

governo. A anarquia e o socialismo avançam. A humanidade não tem alcançado a posse de si mesmo. Está cansada de tiranos, enfartada de promessas, explorada pela mentira. Procura hoje, se não a felicidade, pelo menos um pouco de paz e de sinceridade. Sonha com a libertação, aspira a verdade, tem sede de luz.

E que fará a maçonaria, diante desses anseios justos e legítimos?

A maçonaria somos nós. Cada um de seus membros tem uma responsabilidade grande, que não pode ser olvidada.

Urge que os maçons, cheios de entusiasmo, se arregimentem para a defesa dos mais sagrados direitos da humanidade. Vamos preparar o futuro de nossos filhos. E não queremos que eles sejam escravos, mas desejamos vê-los livres e perfeitos. Quando outra vez não falasse, falaria em nossa alma, a voz do próprio sangue. São as gerações porvindouras, os filhos de nossos filhos, que estudam a história e vêm o passado.

Que faremos nós por eles? Qual o benefício, que lhes decorre dos ideais que nos animam e da obra maçônica que nos empolga?!

É preciso que nos congreguemos com indômita coragem, para enfrentar as hordas bárbaras da tirania e da prepotência, daqueles que tentam estrangular a consciência e por ferro a liberdade.

PARA A VITÓRIA

A Ordem maçônica está organizada para o triunfo, na luta pelo bem e pela verdade.

Qual destro cavaleiro da Idade Média, ela também combate pelo seu rei e pela sua dama. Coma couraça da disciplina e a lança da vontade, a Ordem lutará impávida e serena pela regeneração dos costumes e pela libertação do homem.

Recordemos a obra do passado, as grandes realizações maçônicas, libertando povos e abatendo tiranias.

Busquemos avaliar a soma de benefícios que a maçonaria espalha hoje, pelo mundo todo, promovendo a paz, a concórdia e a fraternidade entre os homens.

Inspirados no passado e escudado no presente, marchemos resolutos para o futuro, unidos e fortes, fortes e alegres, alegres e confiantes, que a vitória do bem, da verdade e da liberdade será a nossa própria vitória!

Bagé, 18-19/9/933

A Glória do Grande Arquiteto do Universo

Orientação Maçônica

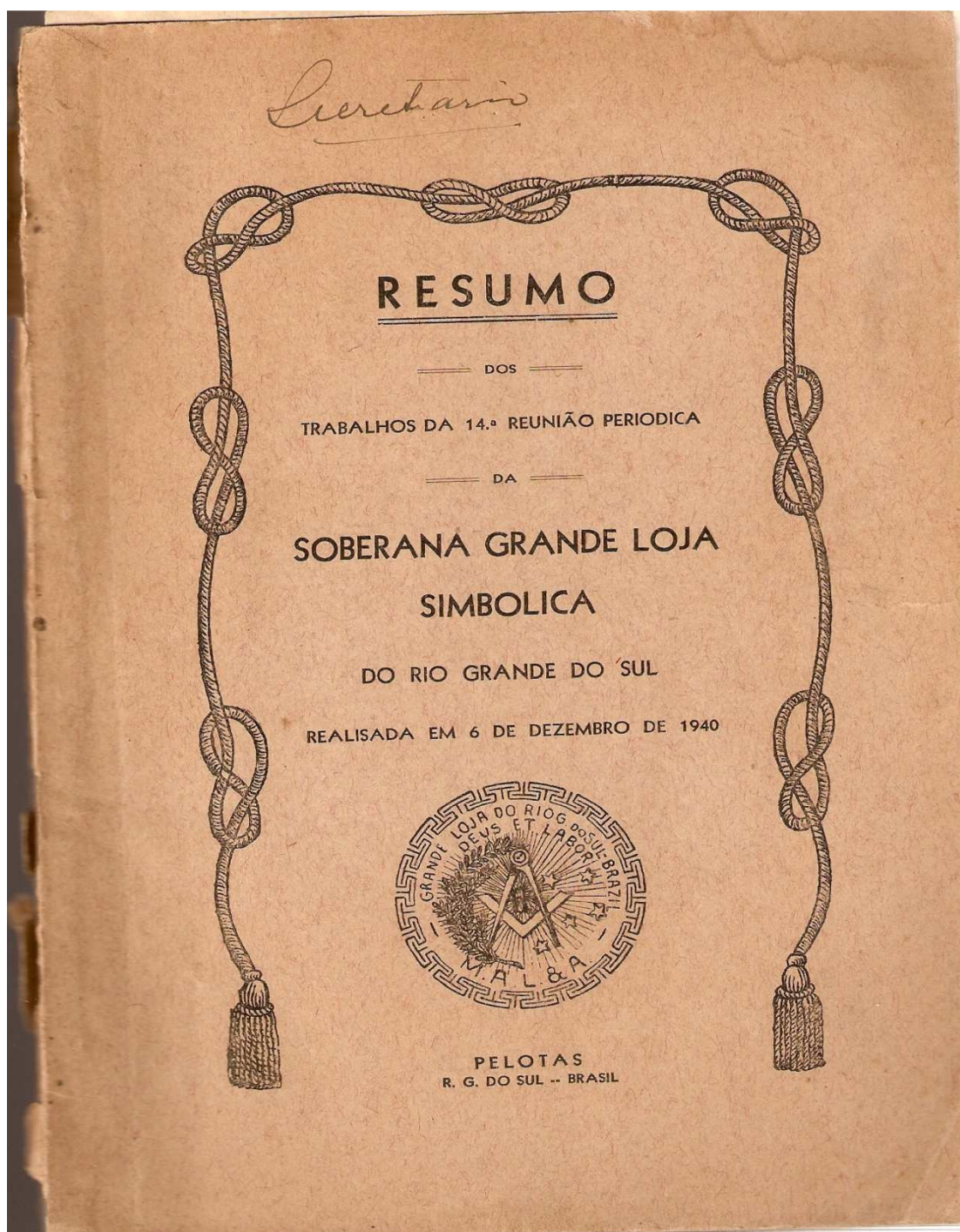
Dr. Athalício Theodoro Pithan



"O objetivo da Ordem Maçônica seria formar, ao longo dos tempos, um império espiritual onde, sem por de parte as diversas obrigações exigidas pelos diferentes estados, seria criado um novo povo que, composto de muitas nações, de qualquer modo as consolidaria numa só, todas numa única, pelos laços da virtude e da ciência".

Cavaleiro Michel Ramsay

Anexo 54 - Folheto recebido do Bispo Dom Jubal sobre palestra proferida pelo Bispo Athalício Pithan. Recebi apenas as folhas que estão digitalizadas. As páginas centrais do folheto, por alguma razão maçônica, não me foram proporcionadas.



Anexo 55 - Capa do RESUMOS DOS TRABALHOS DA SOBERANA LOJA SIMBÓLICA DO Rio Grande do Sul onde consta o Artigo escrito pelo Bispo Dom Athalício Pithan sobre a Maçonaria, sob o Título ORIENTAÇÕES MAÇÔNICAS.



Reverendo Renato Raatz (D), V.º. M.º. Paulo Tejada Xavier (C) e M.º. I.º. e Reverendo Aires Paiva

Anexo 56 - Reverendo Renato Raatz (não é maçom, mas hoje Bispo da Diocese Anglicana de Pelotas) com o Reverendo Aires Paiva (Mestre Maçom, possuindo o Grau 33 – o mais alto Grau da Maçonaria) participando de importante solenidade Maçônica.



Anexo 57 - Coronel Alberto Rosa, liderança ativa na Catedral Anglicana de Pelotas, e ex-professor do Colégio Anglicano Santa Margarida, proferindo Palestra como Orador da sua Loja.



Anexo 58 - Cel. Alberto Rosa preferindo discurso na Semana Farroupilha ante o Monumento Maçônico na Praça D. Antonio Záttera, em Pelotas.



Anexo 59 - Cel Alberto Rosa e Dr Claudiomar Barcellos em uma importante solenidade Maçônica em Pelotas – A Maçonaria irmana Espíritas Kardecistas, Anglicanos, Católicos e todos os que crêem no Grande Arquiteto do Universo, na imortalidade da alma e “são homens livres e de bons costumes”.

O IDIOMA SIMBÓLICO

A Maçonaria é uma escola iniciática, uma academia de aprendizagem tradicional e universal, que aspira ao magistério da Verdade e ao exercício da Virtude, começando o iniciado por estudar-se a si mesmo.

Inicia-se, então, o verdadeiro trabalho de polimento da Pedra Bruta, que consiste em dominar suas paixões, eliminar as imperfeições e os vícios e aperfeiçoar seu espírito; retirando com a razão, representada pelo Cinzel, e com a vontade firme representada pelo Malho, todas as asperezas que possam originar perturbações na família, na sociedade ou na instituição.

O simbolismo é a linguagem pela qual a Maçonaria se expressa. Assim, todo Maçon deve procurar conhecer o idioma simbólico.

O Aprendiz deve trabalhar para descobrir as idéias que representam os símbolos, porque nessas idéias se encontra a Verdade, e a Verdade nos fará livres.

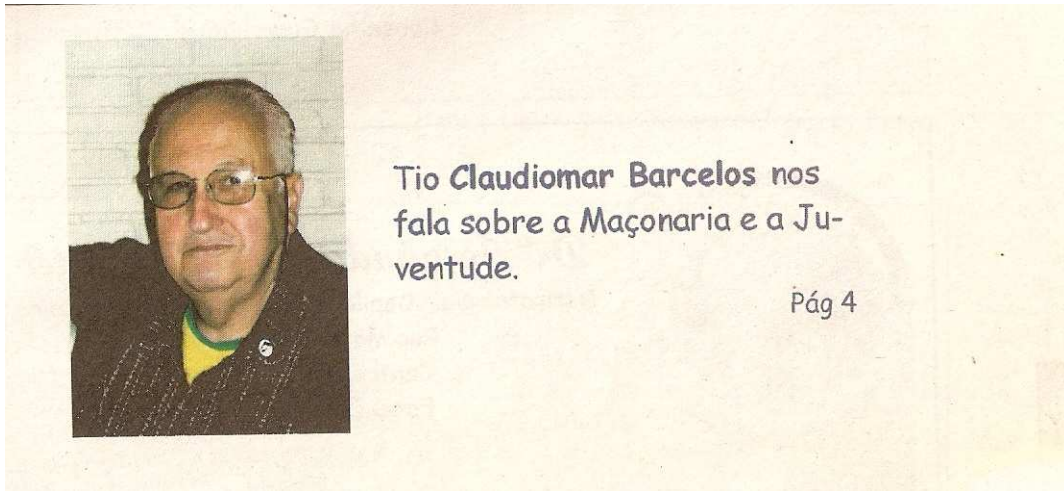
“Quem és tu?”, perguntaram a Jesus Cristo em seu interrogatório. E ele respondeu simplesmente: “Eu sou a Verdade.”

Esta foi uma confirmação do que havia pregado; “Conheceis a Verdade, e a Verdade vos libertará.”

O apóstolo Paulo, rogando em nome de Jesus Cristo, faz uma exortação à humildade ao escrever que: “Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são; a fim de que se ninguém se vanglorie na presença de Deus.”

Não se pode, no entanto, confundir humildade com submissão, pois todo Maçon deve ser suficientemente altivo para sentir-se livre, mas sem abdicar da humildade, eliminando a arrogância que é própria dos ignorantes e anuncia falta de fé.

Anexo 60 – parte de entrevista realizada com um maçom de Bagé que não quis se identificar. (Só permitiu as iniciais de seu nome: U.B.)



Anexo 61 - Dr. Claudiomar Barcellos, grande liderança entre os jovens da Ordem de Molay (e seu fundador em Pelotas) e da Ordem das Filhas de Jó.



Se você tem de 10 às 19 anos, possui parentesco maçônico e quer compartilhar as boas virtudes do ser humano... Venha fazer parte da *Ordem Internacional das Filhas de Jó*.
Nossa ordem foi criada nos EUA e visa o desenvolvimento do caráter baseado nos ensinamentos do Livro de Jó e dos valores da maçonaria.

Anexo 62 – Capa de número do jornal *Ártemis em Pauta*, da Ordem das Filhas de Jó (ordem paramaçônica) – capítulo de Pelotas/RS



Palavra do Conselho Guardião

"EM TODA A TERRA NÃO SE ACHARAM MULHERES TÃO FORMOSAS QUANTO AS FILHAS DE JÓ E SEU PAI LHES DEU HERANÇA ENTRE SEUS IRMÃOS".

Livro de Jô 42:15

Na atual Gestão 2008/2009, estou juntamente com meu cunhado Edgardo Milano Piriz (Guadiã e Guardiã Associado) do Bethel # 03 Ártemis da Ordem Internacional das Filhas de Jô, que sabemos ser uma Instituição paramaçônica destinada à jovens do sexo feminino entre 10 e 20 anos (incompletos), visando o aperfeiçoamento do caráter de cada uma dessas meninas, caráter esse que nada mais é que a soma de hábitos, virtudes e vícios, sendo a imagem interior de uma pessoa. Para nós, caráter tem uma definição mais simples, que resume-se basicamente em índole ou firmeza de vontade, podendo ele ser dramático, religioso, especulativo, desafiador, covarde, inconstante. Tais variações podem ser inúmeras. Nós esperamos formar e moldar o caráter de nossas meninas para os atributos da virtude apenas, pois segundo os escritos Bíblicos o nome se refere às três filhas de Jô: Kézia, Jemima e Keren-Happouk, que são citadas como as "mulheres mais justas de toda a Terra". E isso é o que esperamos de todas elas.

Buscamos a formação desse caráter baseado nos ensinamentos, estudos e exemplos praticados, sendo que cada irmã tem o dever de auxiliar a outra a prática da virtude, da retidão, de atos positivos, da busca do que é correto ... da mesma

possuía.

O principal objetivo da Ordem Internacional das Filhas de Jô, é reunir moças para aperfeiçoamento do seu caráter, através do desenvolvimento moral e espiritual, encontrado nos ensinamentos que destacam reverência a Deus bem como às Sagradas Escrituras, lealdade com a bandeira do País e às coisas que ela representa e Amor para com os pais e familiares. Sendo que o conceito mais popular de amor envolve, de modo geral, a formação de um vínculo emocional com alguém, ou com algum objeto que seja capaz de receber este comportamento amoroso e alimentar as estimulações sensoriais e psicológicas necessárias para a sua manutenção e motivação.

Somos sabedores que o tempo passou, e os valores, comportamentos e costumes também mudaram. Mas as belas lições, objetivos e propósitos de nossa Mãe Mick permanecem vivas alimentando uma chama que não se apagará nunca enquanto existir uma "Filha de Jô", fortalecendo desta forma nossos grandes propósitos: permanecer firme diante dos problemas que vislumbramos ao longo de nossas vidas; prestarmos atenção às necessidades do próximo; desenvolver e lapidar o lado brilhante, simples e precioso de nossa beleza interior;

Anexo 63 – Matéria do jornal Ártemis em Pauta, da Ordem das Filhas de Jô (ordem paramaçônica) – capítulo de Pelotas/RS

Louice Rocha
Res. 33026933
cep. 91134177.

O que é uma Filha de Jó

Na Bíblia, vimos que após seu sofrimento, Jó foi recompensado. Dentre essa recompensa, incluiu-se suas três filhas: Keren Happouck, Jemima e Kézia. As filhas de Jó foram um presente de Deus pra Jó. E elas foram as mulheres mais justas e formosas de toda a terra.

Vamos então pensar a respeito das palavras “justas”, “formosas” e “presente de Deus”. Receber o título de “presente de Deus” é uma grande honra, afinal, Deus é perfeito. E o que pode se esperar de alguém além da honestidade, da retidão do caráter –ou seja – justiça? A formosura das filhas de Jó não se tratava da beleza física, mas sim, da consequência de seu caráter.

Recebemos o título de Filhas de Jó. Como tais, devemos procurar atingir o ideal bíblico, ou seja, devemos nos tornar as mulheres mais justas, mais dignas, mais corretas de toda a sociedade. Certamente, não somos iguais à Keren Happouck, Jemima e Kézia, mas podemos nos esforçar para sermos, pelo ao menos, um pouco melhor do que quando entramos na Ordem. A fundadora, Ethel W. Mick, sabia que essa não seria uma tarefa fácil. Por isso, foram criados alguns conceitos para seguirmos, afim de nos orientarmos a respeito de como devemos nos comportar e agir, para atingirmos o objetivo de desenvolvimento.

Vamos dividir os ensinamentos da Ordem em três partes: família, sociedade e eu mesma.

Família

Uma Filha de Jó deve respeitar seus pais, seus avós, seus irmãos. O que é respeito? Respeito é ouvir, obedecer aos conselhos, não gritar, não ofender com palavras grosseiras, não bagunçar o que foi arrumado, ajudar em casa no que for preciso... Antes de querermos arrumar o mundo, devemos ser capazes de arrumar nossas gavetas.(Gandhi) Devemos promover a paz em nosso lar, para que isso se reflita na nossa comunidade. Uma Filha de Jó deve ser a melhor filha, a melhor irmã, a melhor neta. Lembremo-nos de Jó que passou por várias situações difíceis, e mesmo assim, não acusou Deus. Muitas vezes em nossa casa, passamos por momentos difíceis e antes de julgar nossos pais e irmãos, devemos procurar a solução em nós mesmas, e com tolerância e paciência, agirmos de modo a inspirá-los a resolverem as coisas do mesmo modo. O Conselho Guardiã são nossos pais dentro do Bethel. Respeitando os adultos, estamos compartilhando com eles o respeito pelos nossos pais. Respeitar os mais velhos é respeitar o nosso futuro. Um dia, seremos velhinhas também. Ou não?

As pessoas da nossa família nos acompanharão por toda a vida. Já paramos pra pensar por que Deus nos deu essa família? Provavelmente é porque Ele quer que aprendamos algo com essas pessoas. Se fossemos perfeitos, não estaríamos na Terra, certo? Se a gente tirar o melhor das situações, ou seja, virmos cada obstáculo como uma chance de nos tornarmos melhores, com certeza enfrentaremos com mais força nossos problemas, e estaremos preparadas para a vida.

Não somos obrigadas a gostar de ninguém do Bethel. Mas devemos respeitar a todas, independente de quem for ou como for. Respeitar não quer dizer concordar. Respeitar é não criticar pelas costas, não ofender, não incentivar conflitos, não organizar panelinhas contra uma menina... Respeitar é ajudar o crescimento da outra, é dizer o que pensa sem ofender, é tratar a pessoa com atenção. Cumprimentar na rua é questão de educação, não de gostar ou

Anexo 64 – início de entrevista sobre a Ordem das Filhas de Jó (ordem paramaçônica) realizada com Louice Rocha (Pelotas/RS).

não gostar.
Sociedade

Se a Filha de Jó em casa tiver um bom comportamento, ou seja, ser um exemplo em sua família, na sociedade ela terá que ser o dobro disso. Isso porque a família possui uma tolerância maior perante aos nossos erros, mas a sociedade por vezes é cruel. Não que devemos viver nossa vida em função dos outros, mas devemos reconhecer os conceitos básicos, ou seja, conceitos que vão de acordo com os ensinamentos de Deus, com os ensinamentos de nossos pais e das pessoas mais experientes que querem nosso bem. Vivemos numa fase que é muito difícil saber o que é o certo, o que é errado. Por isso, basta lembrarmos do que nos diziam os avós de nossos avós....

Ninguém gosta de gente vulgar, gente que grita, gente mal-educada. Devemos ser agradáveis, educadas, saber comportar bem nos lugares, tratar as pessoas com discrição. São conceitos não só pra Filhas de Jó, mas pra qualquer pessoa, pois nossa liberdade termina onde começa a do outro e um comportamento adequado é questão de educação. Nós temos a obrigação de nos portarmos bem, pois temos o privilégio de termos acesso à educação, a informação, e somos parte de uma organização que nos propicia relacionarmos com diversas pessoas, em diferentes lugares.

Ter um bom relacionamento social não quer dizer ter muitos amigos. Amigo é um conceito muito forte, não deve ser usado sem um critério. Porém, devemos buscar sempre a harmonia nos lugares que estivermos. Falar mal das pessoas sem nenhum respeito, usar termos vulgares, criticar “a torto e a direito”, ficar “reparando” nas pessoas é muito desagradável e fora de questão. Mais uma vez, não somos perfeitas e não podemos julgar as pessoas. Antes disso, devemos procurar suas razões, olhar seu ponto de vista e aí sim, tirarmos uma conclusão. E mesmo concluindo, condenar uma pessoa não é correto. Não precisamos conviver com ninguém cujo comportamento não concordamos, mas devemos deixá-la seguir seu caminho sem fazer “propaganda” contra essa pessoa.

A Filha de Jó deve ser um exemplo na sociedade, sendo honesta, respeitando os pais, professores e amigos. Ser uma amiga leal, verdadeira, sincera, companheira. Deve ser uma boa colega de classe, deve ir às festas apenas com consentimento de seus pais, informando-os que tipo de ambiente será freqüentado. Deve procurar boas amizades, com pessoas que também respeitam os valores morais, respeitam as pessoas. Deve ser agradável para conversar, atender à todas as pessoas, independente de idade, cor, dinheiro. Enfim, a Filha de Jó deve ser como uma bela flor em meio a um jardim, a qual todos admiram.
Eu mesma

Cuidar de si mesma também é muito importante. Muitas vezes não temos amigos, pais, do nosso lado para nos ajudar em nossas escolhas. Por isso, devemos ter uma noção do que é bom e do que é ruim pra nós. Todas temos, lá no fundinho, uma noção disso. Certamente alguém já nos deu muitos conselhos, e na prática, vamos descobrindo como as coisas funcionam. Com o passar do tempo, conseguimos tomar decisões mais sérias, é o que chamamos maturidade.

Ultimamente, vemos tendo mais liberdade do que os nossos pais tinham. Mas será que somos mais maduras do que nossos pais eram na nossa idade?

Liberdade dá maturidade? Às vezes, se sabemos usar essa liberdade. Beber na festa, namorar cedo, engravidar.... É maturidade? Pra mim é sinal de precocidade.

Precoce é tudo que acontece antes da hora certa. Maturidade é ser responsável na hora

Anexo 65 – continuação de entrevista sobre a Ordem das Filhas de Jó (ordem paramaçônica) realizada com Louice Rocha (Pelotas/RS).

certa. Podemos notar que um é diferente do outro, certo?

Vamos parar pra pensar porque que as meninas querem crescer tão rápido, usar roupa da moda, ter celular, ficar com os meninos, sair á noite. Porque alguém disse que é bom. Quem? Nossos pais? Não. Pode ter sido a TV, as amigas, qualquer pessoa. Mas ninguém com experiência de vida fala que é bom. Porque não é. Tudo tem seu tempo, sua hora, seu momento. Roupa da moda? O que é um pedaço de pano? É mais importante do que eu penso? Como um pano pode valer mais do que eu, mais do que minha vida? Celular? Eu preciso dele? Beber, fumar? No que isso vai me fazer bem?

Existem muitas pessoas que só querem aproveitar da gente, fazer mal, sem se importar com o que pensamos, com o que sentimos. Acabamos nos deixando levar por certas coisas que não valem a pena, como: ter roupa de marca, sair pra todas as festas, ficar com todos os meninos, etc. O que se ganha com isso? Experiência de vida? Maturidade? Não. Não é assim que funciona. Claro que sair pode, namorar pode, querer andar arrumadinha pode. Mas não são tudo na vida. Existem coisas além. Existe a pessoa que você é, que ela é, que cada um é. É isso que devemos buscar, as pessoas escondidas sob as roupas, sob o celular, sob as luzes das festas.

Uma Filha de Jó pode errar sim, muitas vezes. Mas ela se preocupa em seguir os passos certos, se orientar com seus pais, com as pessoas nas quais confia, nas amigas que ela sabe que pode contar. Enfim, a Filha de Jó deve estar sempre procurando o melhor pra ela, pra sua família e pra sua comunidade.

Algumas coisas legais: ter humildade, respeitar o horário estipulado pelos pais, estudar bastante, cumprimentar as pessoas, ajudar os idosos, falar baixo, ser vaidosa, conversar com as amigas

Algumas coisas nada a ver: falar mal dos outros, gritar, beber/fumar só para se "entrosar", mentir pros pais, trair uma amiga, rir dos idosos, ofender uma pessoa só porque ela é diferente, exigir presentes dos pais.

Anexo 66 – parte final de entrevista sobre a Ordem das Filhas de Jó (ordem paramaçônica) realizada com Louice Rocha (Pelotas/RS).



Apostila DeMolay

"Para um jovem ser útil à sociedade não é necessário ser um DeMolay, mas para um jovem ser um DeMolay é necessário que ele seja útil à sociedade."

Anexo 67 – Capa de Apostila utilizada no capítulo de Pelotas/RS da Ordem De Molay (paramaçônica)

As Virtudes Cardeais de Um Demolay



As virtudes cardeais de um DeMolay são representadas por sete velas, sete chamas que devem permanecer acesas em nossas almas.

A Primeira Virtude é o Amor Filial, representado pela Primeira Vela. Simboliza o amor entre pais e filhos, um amor que existe antes de nascermos, e que permanece conosco durante toda a nossa vida. Esta Virtude é muito importante, pois ela nos lembra que devemos sempre nos esforçar em sermos melhores filhos.

A Segunda Virtude é a Reverência Pelas Coisas Sagradas, representada pela Segunda Vela. Um quesito fundamental para qualquer jovem ingressar na Ordem DeMolay, é acreditar em um Deus, e louvar seu Santo Nome. Sendo Assim, todo DeMolay possui a fé em um Deus, e sem esta fé e a graça deste Deus, nossos trabalhos seriam em vão.

A Terceira Virtude é a Cortesia, representada pela Terceira Vela. Nós vivemos em uma época onde a educação não é raramente deixada de lado. A partir disto, devemos passar ao próximo uma cortesia, que tome esta vida mais agradável, e faça com que possamos viver de forma mais harmoniosa.

A Quarta Virtude é o Companheirismo, representado pela Quarta Vela. Esta é a virtude que deve ser mais cultivada por nós, pois representa a união, a amizade e o afeto que pode existir entre duas ou mais pessoas. O sentimento de amizade é o que nos faz dividir momentos de alegria e tristeza com alguém. Talvez esta seja a Virtude mais importante de um DeMolay, pois somente se vivermos de acordo com os preceitos desta Virtude, é que vamos conseguir viver bem com nós mesmos.

A Quinta Virtude é a Fidelidade, representada pela Quinta Vela. A honra e a palavra de um DeMolay são coisas que devem permanecer inabaláveis, pois um homem que não transmite confiança, assim como um DeMolay que é falso aos seus amigos, suas promessas e seus votos, são pessoas indignas.

A Sexta Virtude é a Pureza, representada pela Sexta Vela. A pureza de pensamento, palavra e ação, faz com que um DeMolay seja digno dos ensinamentos desta Ordem.

A Sétima Virtude é o Patriotismo, representado pela Sétima Vela. Ser patriota, não é somente lutar em um campo de batalha ou defender o seu país em algum evento internacional. Ser patriota é defender o seu país silenciosamente, transformando-se em um bom cidadão, uma pessoa justa, correta e honesta, estando sempre disposto a defender sua bandeira, seja onde for, seja como for.

Anexo 68 – página sobre as virtudes cardeais dos De Molay de Apostila utilizada no capítulo de Pelotas/RS da Ordem De Molay (paramaçônica)

Brasão do Capítulo Pelotas N.º 3



O Brasão do Capítulo Pelotas n.º 03 foi elaborado pelo irmão Arthur Luiz da Silva Valente juntamente com os demais membros que compunham o quadro de DeMolays do Capítulo. Ele é o símbolo maior do grande Capítulo Pelotas, e traz em seus traços a essência da Ordem DeMolay.

Em seu círculo central se encontra uma Estrela de Cinco Pontas ★, representando o Homem Iluminado. Em seu interior, vê-se a Cruz Templária ✠, lembrando-nos a Ordem dos Cavaleiros Templários, a bravura e a garra daqueles monges guerreiros na luta por seus ideais.

Dentro da Cruz Templária se encontram as três colunas da Maçonaria †, que representam a proteção e o patrocínio à Ordem DeMolay; e a Bíblia Sagrada 📖 representando nossa fé em dias eternos e a proteção de nosso Pai Celestial.

As sete estrelas ★ ao redor da Cruz Templária simbolizam as Sete Virtudes Cardeais de um DeMolay, as luzes que conduzem um jovem pelo caminho traçado pelos homens de bem.

Os traçados do Mapa Mundi 🌐 ao fundo representa a influência e a força da Ordem DeMolay ao redor do Mundo, principalmente nas Américas.

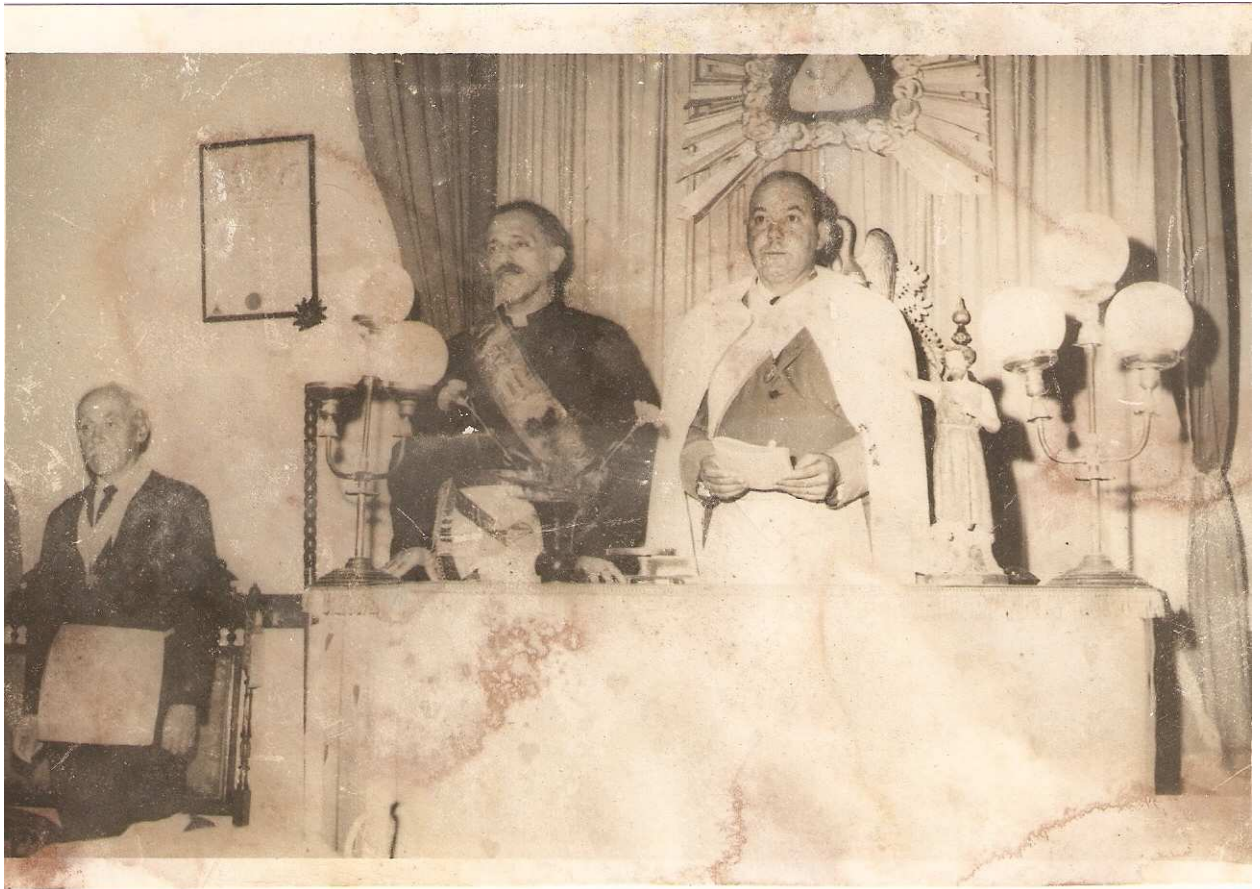
No círculo maior está registrado o nome do Capítulo Pelotas n.º 03 e sua data de fundação.

Atrás do escudo, existem as duas espadas cruzadas, símbolo de justiça e direito, bem como uma forma de homenagem à Ordem dos Templários; representam o esforço e o sofrimento, uma dos irmãos em favor da ordem, outra do Grão Mestre DeMolay em defesa do Templo.

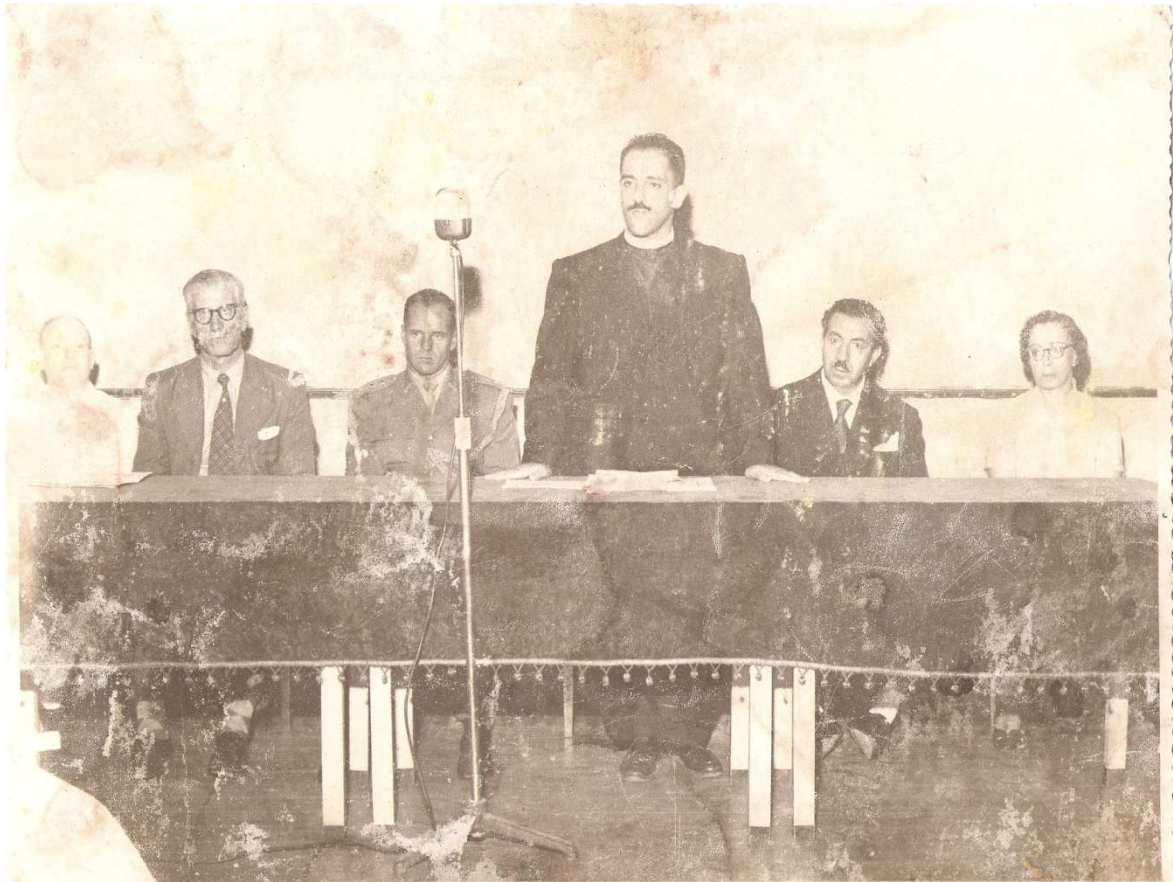
Na faixa sobre as espadas, vê-se uma escrita no alfabeto templário. Seu significado é "A gota lapida a pedra" "χοττα χαπατ ιαπιδεμ"

Acima do Brasão tem-se também o Brasão da Ordem DeMolay, que era obrigatório a todos os Capítulos Matter de um Estado, e que depois passou a constar nos brasões de todos os Capítulos DeMolay.

Anexo 69 – página da Apostila da Ordem De Molay utilizada em Pelotas/RS
relativa ao brasão utilizado pelo Capítulo de Pelotas.



Anexo 70 – Rev. Guedes em uma sessão Maçônica – provavelmente década de 1950



Anexo 71 – Rev Guedes discursando em uma formatura de alunos do Curso de Datilografia (gratuito) sendo circundado por maçons e a Profa. Maria Dias Braga.



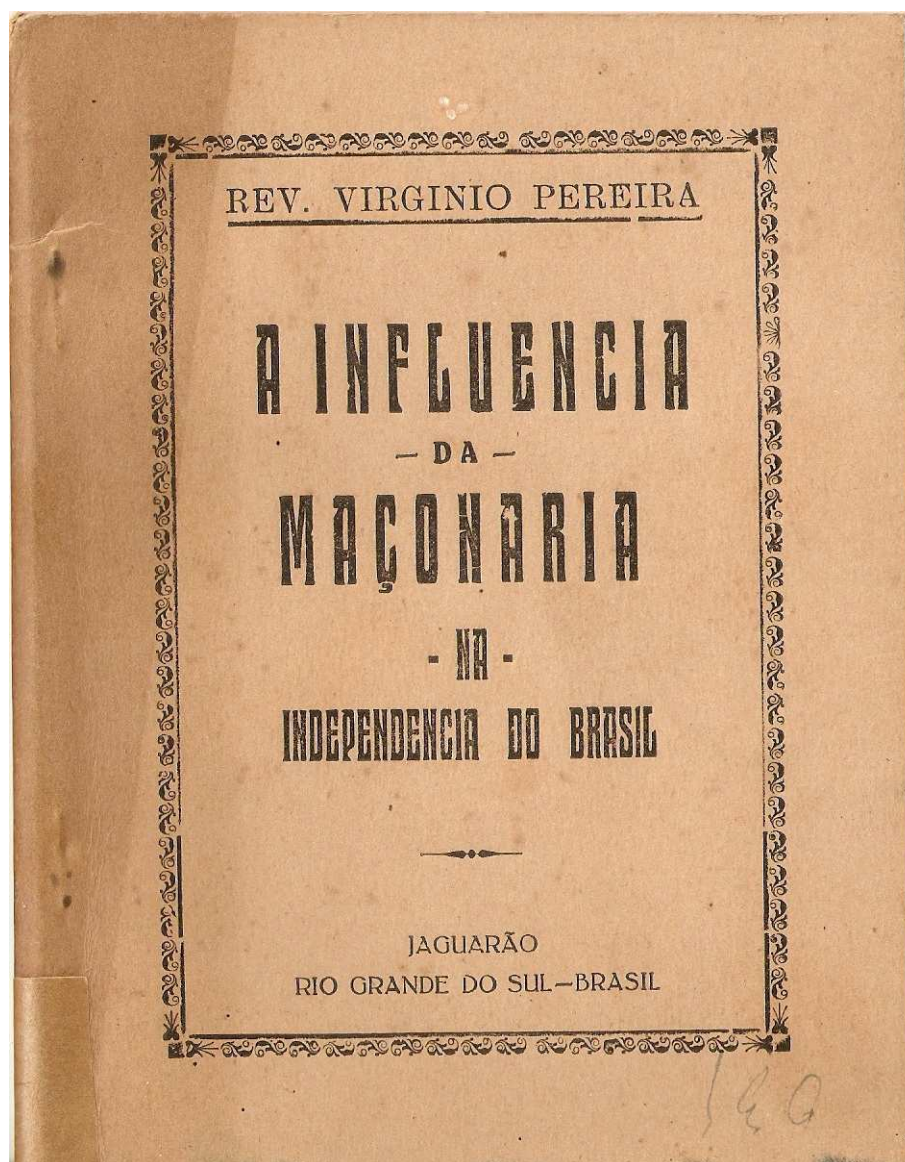
Anexo 72 – Rev. Guedes discursando em cerimônia da Semana da Pátria (década de 1950?)



Anexo 73 – Time de futebol da Cidade dos Meninos de Bagé com sua Rainha e Madrinha (década de 1960)



Anexo 74 – Maçons e Anglicanos na Inauguração da Cidade dos Meninos de Bagé em 20 de outubro de 1946.



Anexo 75 – Capa do livro escrito pelo Rev. Virgínio Pereira (pai do Bispo Dom Jubal) sobre a influência da Maçonaria na Independência do Brasil.



Anexo 76 – Templo da Matriz do Crucificado em Bagé, com as 12 Colunas Maçônicas (e Cristãs!), o Menorah ao fundo, no Santuário, e outros símbolos Maçônicos que foram comentados em uma das entrevistas, mas sem me dizer quais são.



O batalhão da
Cidade dos Meninos
no "Dia da Pátria"



Oficina de
Tipografia mais
completa da
"Cidade"

Edif. Rio Branco
— Biblioteca, Sala
de Leitura, aparta-
mento do Diretor



Edifício Silveira
Martins — Dormi-
tórios, Rouparia e
Tipografia.



Um grupo de Edi-
fícios emoldurados
pelas velhas árvo-
res amigas.



Pavilhão Nenê
Brasil — Centro
Social da Comuni-
dade. Jogos de
Salão Cinema e
Teatro.

Anexo 77 – Fotos do Relatório da Cidade dos Meninos de Bagé sobre atividades e Balanço Financeiro do ano de 1951.

ALUNOS DO INSTITUTO SÃO JOÃO EVANGELISTA

1956



Anexo 78 – Alunos do Colégio São João Evangelista no ano de 1956 (Pinheiro Machado) tendo ao fundo o professor, Rev. Eloy Guimarães (maçom).

ALUNOS DO INSTITUTO SÃO JOÃO EVANGELISTA
FORMANDOS DO CURSO COMERCIAL BÁSICO

1958



Anexo 79 – Alunos do Colégio São João Evangelista no ano de 1958 (Pinheiro Machado) por ocasião da Formatura do Curso Comercial Básico, tendo ao lado o professor, Rev. Eloy Guimarães (maçom) usando o colarinho clerical.

Bíblia e Educação Cristã

Por D. Sebastião Armando

Na Igreja, tudo o que fazemos, ou nos educa ou nos deseduca. Na verdade, em tudo na vida é assim. Ou deixamos-nos conduzir



(educar vem de “e-ducere” em latim, que quer dizer guiar a partir de dentro, tirar de dentro) ou reagimos a deixar-nos conduzir pela vida. Ela é a mestra com a qual temos de estar em constante diálogo. “Pedagogo” era o escravo que levava as crianças e cuidava delas. Bem assim acontece com todas as pessoas. Somos como crianças necessitadas de guia. A vida é “escrava”, está aí sempre a nosso serviço, disponível a nos encaminhar. Nossa relação com ela nem sempre é tranquila, tantas vezes reagimos a seus apelos e avisos, e frequentemente sofremos as consequências de nossas rebeldias.

D. Sebastião Armando que Deus

Anexo 80 – Parte de um artigo escrito pelo Bispo Dom Sebastião Armando

Gameleira

Sobre a Bíblia e a Educação Cristã. (2010)

Dizia Sto. Agostinho que Deus, para guiar-nos, escreveu o livro do mundo. O pecado embaralhou as letras. Por causa disso, Deus fez surgir um segundo livro que nos ajudasse a decifrar o primeiro, é a Bíblia. Ela serve para nos ajudar a ler o livro da vida. Por isso, é cheia de histórias de vida. A Bíblia fala para seu tempo, para um povo e uma geografia determinada. Mas, ao mesmo tempo, fala para os povos de todos os tempos e lugares. Por que? Porque consegue chegar às raízes mais profundas da vida humana. Por essa razão, é o livro básico da Educação Cristã. Ela não tem as “receitas” para tudo o que temos de fazer hoje, pois em cada época vivemos novas experiências e o Espírito nos guia. Mas conhecer as histórias de vida de nossos pais e mães na caminhada da fé nos educa, forma em nós os critérios de Cristo, os mesmos que eles e elas tiveram no passado. Em nossa circunstância de hoje, temos de pôr em prática os mesmos critérios de vida de Abraão, de Sara, de Agar, de Moisés, de profetas e profetisas, de Maria, de Paulo... sobretudo os critérios de Jesus de Nazaré (leia Hebreus 11 e 12).

Na Educação Cristã, reencontrar, pela Bíblia, as pessoas que viveram com Deus é fundamental para aprender como fazer a mesma experiência de vida. ■

Anexo 81 – Parte final do artigo escrito pelo Bispo Dom Sebastião Armando
Gameleira
Sobre a Bíblia e a Educação Cristã. (2010)



Anexo 82 – Fachada da Matriz do Crucificado/Bagé, onde aparecem os Três Triângulos Maçônicos e as Duas Colunas à entrada do Templo. (2010)



Anexo 83 – A Orquestra e o Coral Anglicano em apresentação de Natal, sob a regência do Maestro João Carlos Gottinari, continuando o trabalho de Evangelização pela Música que começou na primeira década do século XX chegando à primeira década do século XXI.



Anexo 84 – Rev. Guedes e Rev. Helondino: duplamente irmãos, como sacerdotes e maçons – amizade e colaboração mútuas que duraram mais de 50 anos. Foto tirada na Igreja de São João Evangelista, em Pinheiro Machado.



Anexo 85 – Reverendo Helondino na apresentação de final de ano dos Trabalhos da Oficina de costura e confecção de roupas de lã (curso gratuito Sendo a professora sua filha, Sra. Maria Heloísa Timm – trabalho voluntário)



Anexo 86 – Rev. Helondino em Sessão Maçônica.



Anexo 87 – Ordenação do Rev. Helondino (junto Rev. Guedes seu amigo
E irmão de Fé e de Maçonaria).



Anexo 88 – Outro momento, após a Ordenação do Rev Helondino, junto com Rev. Guedes e Rev. Sírio Joel de Moraes, também Maçom. O Bispo KRISKHE foi o celebrante.



Anexo 89 – Três aspectos da Cidade dos Meninos de Jaguarão, fundada pelo Rev. Helondino com o apoio da Maçonaria.



Anexo 90 – Rev. Helondino em Sessão Maçônica na cidade de Piratini.



Anexo 91 – Reunião Conciliar na antiga Matriz do Crucificado em Bagé
Onde se destacam os Reverendos em sua maioria Maçons (9).

MOLEQUE SEM NOME

Flávio Américo

Moleque sem nome,
que vives rasgado,
roxinho de frio,
pésinho descalço
quebrando geada,
que fazem de ti?

O pai no trabalho,
a mãe entanguida
à beira da tina,
lavando roupinhas
dos filhos dos ricos,
e tu pelas ruas,
moleque sem nome,
jogando bolita,
quebrando vidraças,
na escola do vício,
da vadiação.

Plantinha sem viço,
batida dos ventos,
será que resiste
à dura intempérie
de um mundo cruel?

Por que não te abrigam,
por que não te escoram,
a fim de que cresças
ereta pró céu?

Os donos do povo,
moleque sem nome,
já te destinaram
à vida servil.

Será que é pecado
nascer em casebre?
Ser filho de pobre
trará maldição?

Bem sei molequinho,
da roupa rasgada,
que se tu tivesses
metade da "chance"
que têm os meninos
dos régios palácios,
talvez te tornasses
um sábio, um poeta,
um grande na história,
um gênio, um herói.

Mas qual a tua chance,
moleque sem nome?
A rua é a tua escola
e a fome o teu livro.
É nela que aprendes
a dura lição.

No banco da praça,
que serve de leito,
tu sonhas, por certo,
com lindos brinquedos,
que vês nas vitrines
das lojas de luxo.

Não sonhes, moleque,
com coisas bonitas.
Prá filho de pobre,
cavalo de pau.

Ao ver-te tão magro,
tão roto e tão triste,
eu fico pensando,
moleque sem nome,
que a dor e o abandono
te levam um dia
a ser um bandido,
a ser um ladrão.
Então terás nome,
moleque da rua,
um nome sinistro,
que sai nos jornais.
E aqueles que hoje
te largam à toa,
rolando nas praças,
nos becos, nas docas,
virão carrancudos
levar-te à prisão.

Tu cumpres, na infância,
as mais duras penas
e aguardam-te ainda
as penas da lei.

*Amigo Rev. Helondino
Muito triste do que me conta. Do amor
maldição a respeito para a poesia acima
Amigo
Seu abraço do mundo
20/7/63*

Música: Crianças da Rua
Autoria: João Carlos M. Gottinari
(Responsável pela área de Música na Casa de Passagem)

CRIANÇAS DA RUA

Crianças da rua
descalças e nua
que correm por aí, sem direção

De mão estendida
barriga vazia
só querem um pouco mais do que pão

Será que este caso ainda terá solução?

Será que vai mudar
Será que vai mudar
Será que vai mudar
isto aí? (4 x)

Crianças do asfalto
do fumo e do álcool
que correm por aí sem direção
fugindo do escuro
temendo o futuro
só querem um pouco mais do que pão

Será que este caso ainda terá solução?

Será que vai mudar?
Será que vai mudar?
Será que vai mudar
isto aí? (4 x)



Anexo 94 – Uniforme de Ginástica das alunas do Colégio Santa Margarida,
Pelotas, década de 1930 que deixou os educadores católicos “escandalizados”

pois

Estavam “com as pernas de fora...”

Foto do arquivo particular da Família Lagos.



Anexo 95 – Os violinistas e sua “madrinha”, Pianista Joaquina Porto. (2009)



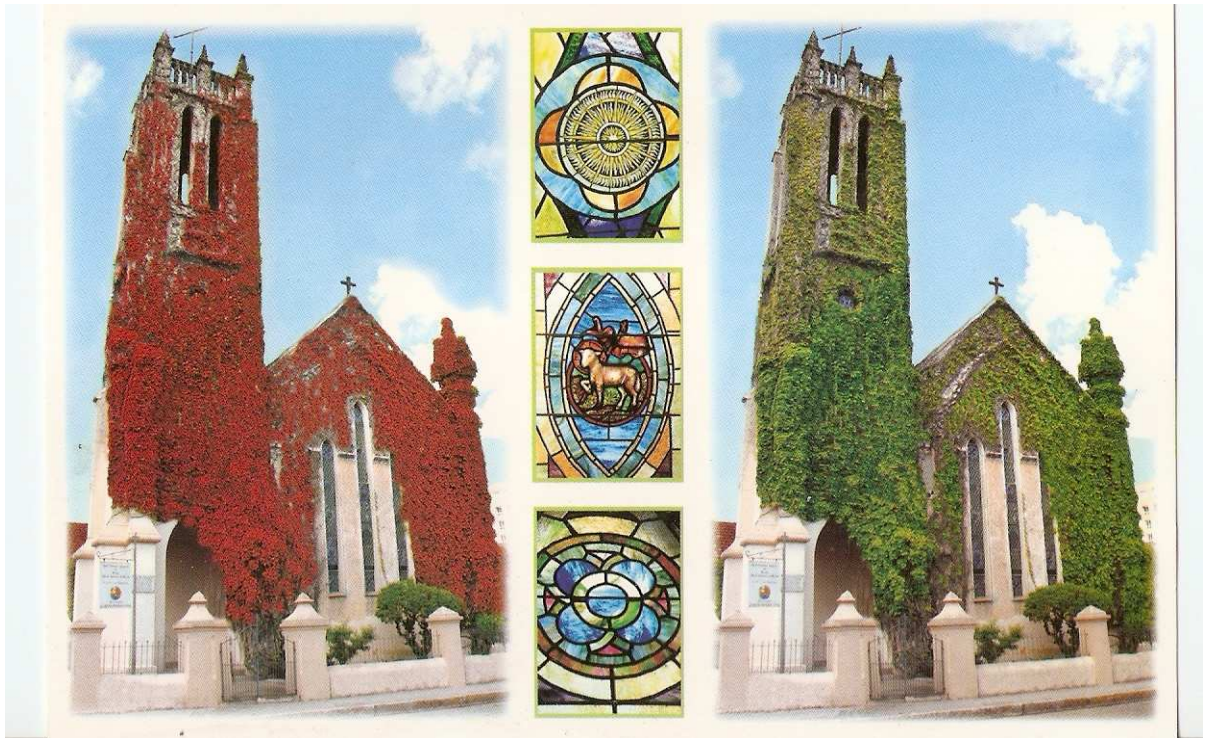
Anexo 96 – Os “violinistas” com sua “madrinha” e o Maestro Gottinari – seu professor e Orientador Espiritual.

Dr. Athalicio Theodoro Pithan



Formado em Teologia e em Direito. Fundou o Colégio Cruzeiro do Sul, em Bagé. Bispo Diocesano da Igreja Episcopal Brasileira. Foi Venerável e um dos fundadores da Loja Sigilo, de Bagé. Eleito Grão Mestre da Sob.: Gr.: Loj.: Simb.: do Rio Grande do Sul para o período 1933-1936.

Anexo 97 – Bispo Athalício Pithan eleito Grão Mestre. Dados do Resumo da Fundação da Grande Loja do Rio Grande do Sul/1940/Pelotas. Neste informativo Maçônico há um erro na Legenda: o Bispo Pithan fundou o Colégio Independência Em Bagé. Quem fundou o Cruzeiro do Sul foi o Bispo Thomas e este ficava localizado Em Porto Alegre.



Anexo 98 – Dois momentos da Catedral do Redentor em Pelotas: outono, quando a videira selvagem (a hera) que a recobre está com as folhas avermelhadas e na Primavera, quando as folhas brotam verdes outra vez, representando o Ciclo da Vida...



Antigo templo da Saint George – Salvador/BA

Anexo 99 – Um dos Templos das Capelias Inglesas, onde os prédios Não podiam ter quaisquer sinais que os identificasse como Igreja, na fachada. Entretanto, a semelhança com um Templo Maçônico é inegável.



Antigo templo da Holy Trinity – Recife/PE

Anexo 100 – outro prédio das Capelias Inglesas – no período Imperial Onde a Igreja Católica era reconhecida como Religião Oficial do Brasil. As capelias inglesas só funcionavam porque foi uma exigência dos Ingleses que para cá vieram no século XIX.



Anexo 101 – Na Igreja do Salvador, em Rio Grande, há vários vitrais Com símbolos Maçônicos. Este representa o Bispo Pithan em um momento da Confirmação (que corresponde à Crisma da Igreja Católica) e, Segundo me foi afirmado, há vários sinais maçônicos neste vitral, embora não me tenham dito quais sejam.



Anexo 102 – Maestro Gottinari com seus meninos que aprendem Música. Os violinos, violões, flautas, são doados por “anônimos”.



Anexo 103 – Este anel Maçônico foi o anel do Bispo Pithan:
Feito em prata, tem o sinete de ouro com os símbolos Maçônicos,
Tendo dos dois lados, ramos de acácia entalhados. Este anel, conforme
Me foi relatado, foi feito á mão por um ourives de Pelotas na 1ª metade do
século XX,
Tendo sido confeccionados apenas três anéis semelhantes, pois cada um
Deles têm um pequeno símbolo maçônico diferente e quase imperceptível.
Para quem é “profano” não é possível perceber as diferenças.
Mais tarde este anel foi doado ao Rev. Guedes.



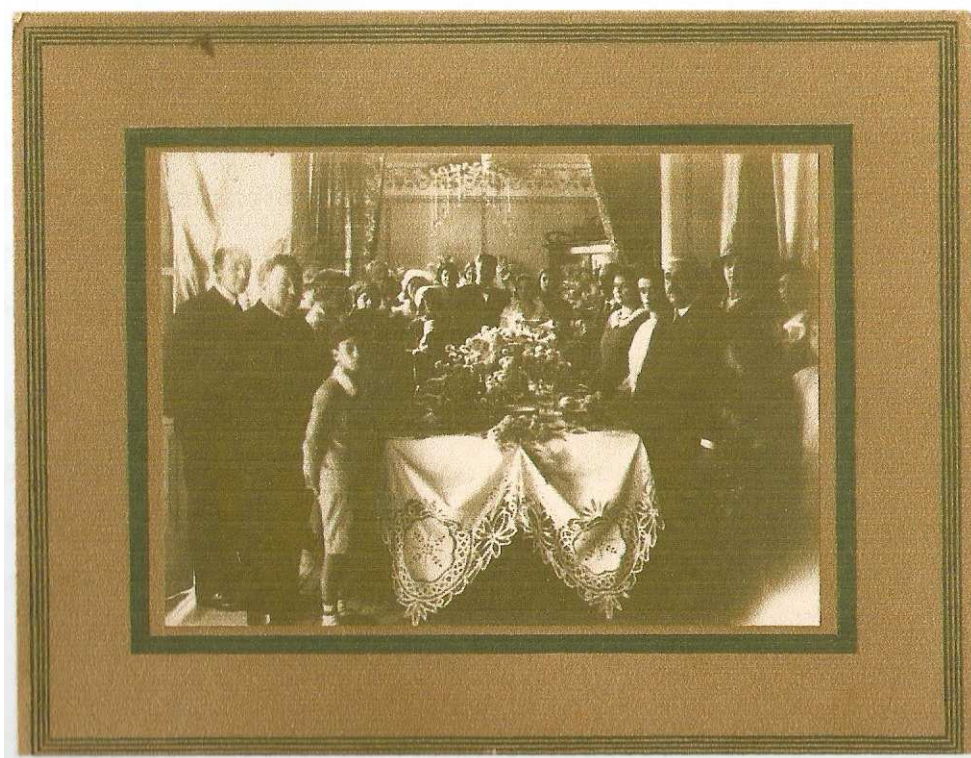
Anexo 104 – No Museu e Biblioteca da Loja Sigilo nº 14, em Bagé,
Estão expostas as “jóias” e paramentos maçônicos que
Pertenceram ao Rev. Guedes, como exemplo de Obreiro daquela Oficina.



Anexo 106 – FESTA NO COLÉGIO SÃO JOÃO BATISTA – PMACHADO (1951)



ANEXO 107 – PROFS E ALUNOS DO COLÉGIO SÃO JOÃO BATISTA –
PMACHADO (1951)



ANEXO 108 – FESTA DE CASAMENTO NA RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA LAGOS – espíritas kardecistas – após o Rev Severo ter celebrado o casamento religioso (1937/Pelotas). Foto do Arquivo Particular da Família Lagos (explicitando as Relações da Respeito dos Anglicanos à outras crenças.)



Fig. 71 – Os professores e alunos/alunas do Curso. Sentados, da esquerda para a direita: o primeiro reverendo não foi identificado, o segundo é o Rev. Egmont Krischke, o terceiro é o Rev. Antonio Guedes, o quarto é o Rev. Nataniel Duval da Silva. Foto cedida pelo Rev. Josué Bezerra, o segundo aluno em pé, da esquerda para a direita (arquivo particular do Reverendo Josué Bezerra). Na segunda fila, em pé, da esquerda para a direita: Ayda Germano, Iracy Garrastazu, Alayde Lagos Guedes, Zeldá Garcia, sem identificação, Eunice Inghes, Três senhoras sem identificação, Ely Esvael; na 3ª fila, da esquerda para a direita: Dória Rosa Borba (maçom) Telmo de Oliveira Castro (mais tarde Reverendo e maçom), Ariel Alvin (maçom), Mauro Diogo Jardim, Josué Bezerra (depois ordenado Reverendo) e Orlando Poschi (maçom). Fonte: arquivo particular do Rev. Josué Bezerra.

Anexo 109 – CURSO DE TEOLOGIA ELEMENTAR realizado na
Década de 1950 na Matriz do Crucificado – Bagé



Fig. 59 - aluna Alayde Lagos com o uniforme de ginástica das alunas do Colégio Santa Margarida no final da década de 1930 (Arquivo particular de Alayde Lagos Guedes)



memória

MAIO DE 2009 | 7



Fig. 60 - uniforme das alunas do Colégio São José (o correspondente ao Santa Margarida) na década de 1950.

ANEXO 110 – DIFERENÇA DO UNIFORME DE GINÁSTICA DAS ALUNAS DO S.MARGARIDA NA DÉCADA DE 1930 COM O DAS ALUNAS DO SÃO JOSÉ NA DÉCADA DE 1950



Fig. 86 – Casa de Convivência Rev. Severo da Silva. Foto retirada do Estandarte Cristão, 2009. A estrutura do prédio, tendo a Capela no centro, possui em sua arquitetura, embora simples, características maçônicas: as duas colunas maçônicas à entrada do templo, os vitrais que terminam em forma de triângulos (imitando o estilo gótico, criado pelos Maçons Operativos) e em cima das três partes do edifício, vê-se três triângulos, características maçônicas e que se apresentam nas fachadas de várias Igrejas Anglicanas que foram construídas sob a orientação de Reverendos Maçons. Repetindo o que já foi dito pelo Reverendo e Maçom Aires Paiva, apenas para reforçar a afirmação: "os maçons sempre deixam sua marca, os sinais da Ordem, que são reconhecidos por todos os que dela participam"...

ANEXO 111 – HOJE A CASA DE CONVIVÊNCIA REV. SEVERO É
ADMINISTRADA PELA PROFa. LOIDE MONTEZZANO, DE
FORMA VOLUNTÁRIA E EM CONVÊNIO COM A APAE –
PELOTAS (2010)



Paróquia do Calvário
1º Templo no Brasil

ANEXO 112 – PRIMEIRO TEMPLO EPISCOPAL ANGLICANO COM
CARACTERÍSTICAS DE IGREJA NA FACHADA (construído após a
Promulgação da Constituição Republicana)

LISTA, EM FORMA DE TABELA, DE TODOS OS ARBISPOS DE
CANTUÁRIA

Apresenta-se a relação dos Arcebispos de Cantuária, comprovando a Sucessão Apostólica e sendo o primeiro deles Santo Agostinho de Cantuária, em 597 A.D., e constando como Maçom. Destaca-se que há informações no sentido de que todos os Arcebispos de Cantuária, com exceção dos dois últimos, foram maçons ou ligados à Maçonaria, ou a organizações que a influenciaram, como a Ordem dos Templários. O quadro contém os nomes e épocas (ano de início) do Pastorado de todos os Arcebispos de Cantuária. No momento atual, 2010 A.D., o Arcebispo de Cantuária é Sua Graça Dom Rowan Williams, 104.º Arcebispo desde Santo Agostinho de Cantuária.

(Observação: a tabela se encontra em ordem decrescente).

Archbishop Numericaly	Full Name	Year Enthroned
104th	Rowan Williams	2003
103rd	George Carey	1991
102nd	Robert Alexander Kennedy Runcie	1980
101st	Frederick Donald Coggan	1974
100th	Arthur Michael Ramsey	1961
99th	Geoffrey Francis Fisher	1945
98th	William Temple	1942
97th	Cosmo Gordon Lang	1928
96th	Randall Thomas Davidson	1903
95th	Frederick Temple	1896
94th	Edward White Benson	1883
93rd	Archibald Campbell Tait	1868
92nd	Charles Thomas Longley	1862
91st	John Bird Sumner	1848
90th	William Howley	1828

89th	Charles Manners-Sutton	1805
88th	John Moore	1783
87th	Frederick Cornwallis	1768
86th	Thomas Secker	1758
85th	Matthew Hutton	1757
84th	Thomas Herring	1747
83rd	John Potter	1737
82nd	William Wake	1716
81st	Thomas Tenison	1695
80th	John Tillotson	1691
79th	William Sancroft	1678
78th	Gilbert Sheldon	1663
77th	William Juxon	1660
76th	William Laud	1633
75th	George Abbot	1611
74th	Richard Bancroft	1604
73rd	John Whitgift	1583
72nd	Edmund Grindal	1576
71st	Matthew Parker	1559
70th	Reginald Pole	1556
69th	Thomas Cranmer	1533
68th	William Warham	1503
67th	Henry Deane	1501
66th	John Morton	1486
65th	Thomas Bouchier	1454
64th	John Kempe	1452
63rd	John Stafford	1443
62nd	Henry Chichele	1414
60th	Thomas Arundel <i>restored</i>	1399
61st	Roger Walden	1398
60th	Thomas Arundel	1396
59th	William Courtenay	1381
58th	Simon Sudbury	1375

57th	William Whittlesey	1368
56th	Simon Langham	1366
55th	Thomas Bradwardine	1349
54th	Simon Islip	1349
53rd	John de Stratford	1333
52nd	Simon Meopham	1328
51st	Walter Reynolds	1313
50th	Robert Winchelsey	1294
49th	John Peckham	1279
48th	Robert Kilwardby	1273
47th	Boniface of Savoy	1245
46th	Edmund of Abingdon	1234
45th	Richard le Grant	1229
44th	Stephen Langton	1207
43rd	Hubert Walter	1193
42nd	Baldwin	1184
41st	Richard (of Dover)	1174
40th	Thomas a Becket	1162
39th	Theobald	1139
38th	William de Corbeil	1123
37th	Ralph d'Escures	1114
36th	Anselm	1093
35th	Lanfranc	1070
34th	Stigand	1052
33rd	Robert of Jumieges	1051
32nd	Eadsige	1038
31st	Ethelnoth	1020
30th	Lyfing	1013
29th	Alphege	1005
28th	Aelfric	995
27th	Sigeric	990
26th	Ethelgar	988
25th	Dunstan	960

24th	Aelfsige	959
23rd	Brithelm	959
22nd	Oda	942
21st	Wulfhelm	923
20th	Athelm	914
19th	Plegmund	890
18th	Ethelred	870
17th	Ceolnoth	833
16th	Feologeld	832
15th	Wulfred	805
14th	Ethelhard	793
13th	Jaenbert	765
12th	Bregowine	761
11th	Cuthbert	740
10th	Nothelm	735
9th	Tatwine	731
8th	Berhtwald	693
7th	Theodore	668
6th	Deusdedit	655
5th	Honorius	627
4th	Justus	624
3rd	Mellitus	619
2nd	Laurentius	604
1st	Augustine	597

Tabela 1 — Lista dos Arcebispos de Cantuária. Fonte: site oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Há fortes indícios de que apenas os dois últimos não são Maçons.

**TABELA DAS ESCOLAS FUNDADAS PELA IGREJA EPISCOPAL
 ANGLICANA DO BRASIL (1901-1970) NO RIO GRANDE DO SUL POR
 ORDEM CRONOLÓGICA (SEM CONTAR AS PEQUENAS ESCOLAS
 PAROQUIAIS SOB O LEMA “EM CADA IGREJA UMA ESCOLA” DO BISPO
 DOM ATHALÍCIO PITHAN).**

ANO	ESCOLA	LOCAL	FUNDADOR(RES)
1891	Escola Americana	Porto Alegre/RS	Rev. Vicente Brande
1893	Escola Evangélica Riograndina	Rio Grande/RS	Rev. Vicente Brande
1899	Escola Evangélica Paroquial	Viamão/RS	Catequista Júlio de Almeida Coelho
1900	Escola Evangélica Mista	Jaguarão/RS	Rev. Vicente Brande
1903	Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*	Rio Grande/RS	Rev. Dr. William Cabell Brown
1908	Escola Central	Porto Alegre/RS	Rev. Américo Vespúcio Cabral
1912	Escola Paroquial	São Gabriel/RS	Rev. Júlio de Almeida Coelho
1912	Colégio Cruzeiro do Sul	Porto Alegre/RS	Rev. Dr. William Mathew Merrick Thomas
1912	Colégio Kinsolving	Santana do Livramento/RS	Rev. João Mozart de Mello
1917	Escola Paroquial para Meninas	Porto Alegre/RS	Rev. Ernesto Arnaldo Bohrer
1929	Instituto Barão do Rio Branco	Erechim/RS	Rev. Alberto Blank
1933	Colégio Independência	Bagé/RS	Bispo Dr. Athalício Theodoro Pithan
1934	Colégio Santa Margarida	Pelotas/RS	Rev. Dr. William Mathew Merrick Thomas
1934	Instituto do Povo	São Francisco de Paula/RS	Catequista Pedro Duarte Barcellos
1941	Instituto Livramento	Santana do Livramento/RS	Rev. Orlando Bati
1945	Cidade dos Meninos de	Santana do	Rev. Octacílio M. Costa

	Livramento	Livramento/RS	
1945	Instituto São João Evangelista	Pinheiro Machado/RS	Reverendo Antônio Guedes
1946	Cidade dos Meninos de Bagé	Bagé/RS	Reverendo Antônio Guedes
1946	Escola Rural Antonio Machado Fraga	Nova Santa Rita/RS	Rev. Ernesto Bernhoeft
1947	Escola Primária Gabrielense	São Gabriel/RS	Legião da Cruz
1950	Escola Paroquial São Lucas	Rio Grande/RS	Profª Olga Freitas
1954	Escola Primária Américo V. Cabral	Camaquã/RS	Alípio Mattos
1954	Colégio e Escola Normal Jacob Renner	Montenegro/RS	Rev. Ernesto Bernhoeft
1956	Escola José Gomes Filho	Bagé/RS	Rev. Antonio Guedes
1961	Escola Bispo Thomas	Cacequi/RS	Rev. Josué Bezerra
1968	Instituto Educacional Santo Agostinho	Caxias do Sul/RS	Eurico Daudt
1970**	Escola Melanie Granier**	Bagé/RS	Rev. Antonio Guedes**

* O Seminário foi transferido, após, para Porto Alegre/RS, posteriormente para São Paulo/SP, e atualmente funciona em Porto Alegre/RS.

** Fundada em 1911, com o nome de Ginásio Perseverança, por Melanie Granier, mas adquirida e reestruturada pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, pelo Rev. Antonio Guedes, em 1970.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)